



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
UNESP – PRESIDENTE PRUDENTE**

VIDAS EM ENCLAVES

**IMAGINÁRIO DAS CIDADES INSEGURAS E FRAGMENTAÇÃO
SOCIOESPACIAL EM CONTEXTOS NÃO METROPOLITANOS**



MARIA ANGÉLICA MAGRINI



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE



**Fundação de Amparo à
Pesquisa do Estado de São
Paulo**

Maria Angélica de Oliveira Magrini

Vidas em enclaves
Imaginário das cidades inseguras e fragmentação
socioespacial em contextos não metropolitanos

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente como requisito para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Eda Góes

Presidente Prudente, março de 2013

FICHA CATALOGRÁFICA

M178v Magrini, Maria Angélica de Oliveira.
Vidas em enclaves. Imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial em contextos não metropolitanos / Maria Angélica de Oliveira Magrini. - Presidente Prudente : [s.n], 2013.
488 f.

Orientador: Eda Góes

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Inclui bibliografia

1. Cidades e vilas. 2. Insegurança urbana. 3. Fragmentação socioespacial. 4. Imaginários urbanos. I. Góes, Eda Maria. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Aquisição e Tratamento da Informação – Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação – UNESP, Campus de Presidente Prudente.
claudia@fct.unesp.br

SUMÁRIO

RESUMO.....	13
PARTE I	19
INTRODUÇÃO	19
LEITURAS DAS CIDADES A PARTIR DAS INTERAÇÕES ENTRE MATERIALIDADE E SUBJETIVIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS.....	22
A INSEGURANÇA URBANA EM CIDADES NÃO METROPOLITANAS.....	35
Caracterização das cidades estudadas.....	40
PARTE II	
CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO DAS CIDADES INSEGURAS: REAFIRMANDO ESTIGMAS	53
1.1. Agentes produtores do imaginário das cidades inseguras.....	55
1.1.1. Os produtores do imaginário das cidades inseguras.....	65
1.1.2. O papel da mídia na produção do imaginário das cidades inseguras	76
<i>Os cidadãos e os discursos midiáticos</i>	98
1.2. Conteúdos dos imaginários das cidades inseguras.....	104
1.2.1. O papel dos cidadãos na reprodução do imaginário das cidades inseguras.....	106
<i>Experiências de vida e representações da insegurança urbana</i>	116
<i>Insegurança como problema social e como ameaça pessoal</i>	122
<i>Naturalização da violência e facetas da vitimização</i>	127
1.2.2 Dividindo a cidade e seus moradores: identificação dos agentes sociais perigosos e dos espaços seguros ou inseguros.....	135
<i>Identificando os inimigos: a produção social dos agentes perigosos</i>	139
<i>A insegurança causada pelos Outros: presidiários e cortadores de cana</i>	160
<i>Dividindo a cidade em espaços seguros e inseguros: a produção social dos espaços a serem evitados</i>	168
CAPÍTULO 2 – OS CIDADINOS INSEGUROS E AS PRÁTICAS EM BUSCA DE SEGURANÇA: MERCADO, ESTADO E “CRIME”	199
2.1. Os cidadãos inseguros e as práticas cotidianas fragmentadas.....	201
<i>Dos espaços públicos aos privados: o imaginário das cidades inseguras como catalisador da privatização do cotidiano urbano</i>	224
2.2. O mercado de segurança e os controles situacionais cotidianos.....	248
<i>Os promotores imobiliários e a venda da segurança</i>	256
<i>Os cidadãos e os loteamentos fechados</i>	259
<i>Os cidadãos e os shopping centers</i>	272

<i>Os cidadãos e os equipamentos e serviços de segurança privada</i>	281
2.3. O Estado e a gestão da insegurança urbana.....	299
<i>Os cidadãos e a polícia</i>	305
<i>Os cidadãos, as prisões e as leis</i>	327
2.4. O crime e a gestão da insegurança urbana	350
CAPÍTULO 3 – COTIDIANO URBANO FRAGMENTADO: IMAGINÁRIO DAS CIDADES INSEGURAS E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL	365
3.1. Convivendo com os Outros nas cidades: diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial.....	371
3.2. Imaginário das cidades inseguras e produção dos enclaves socioespaciais	393
<i>Bairros pobres como enclaves socioespaciais: a estigmatização e o evitamento da pobreza</i>	413
3.3. Fragmentação socioespacial em Araçatuba e Birigui: práticas e representações.....	437
<i>Práticas socioespaciais nas cidades fragmentadas: reafirmação das relações de poder</i>	449
CONSIDERAÇÕES FINAIS	468
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	474
ANEXO	486
Roteiro de entrevistas	486

Lista de Quadros

Quadro I – Caracterização dos entrevistados – Araçatuba	33
Quadro II – Caracterização dos entrevistados – Birigui	34

Lista de Tabelas

Tabela 1– Brasil. Crescimento anual das ocorrências de homicídios (%). 1980/2008	37
Tabela 2 – Araçatuba e Birigui. População Total, População Urbana, População Rural e Taxa de Urbanização. 2010	42
Tabela 3. Araçatuba e Birigui. Crescimento Populacional (%) – no período total.	43
Tabela 4. Araçatuba e Birigui. Valor Adicionado total por setores de atividade econômica. 2010	43
Tabela 5. Araçatuba e Birigui. PIB, PIB per capita, Renda per capita (2010) e IDH (2000)	44
Tabela 6 - Brasil. Número de Empresas de Segurança Privada e Vigilantes autorizados pela Polícia Federal. 2011	294

Lista de Figuras

Figura 1 - Araçatuba. Bairros em que residem os entrevistados e renda média mensal dos chefes de domicílios (setores censitários - 2010)	32
Figura 2 - Birigui. Bairros em que residem os entrevistados e renda média mensal dos chefes de domicílios (setores censitários - 2010)	32
Figura 3 – Situação Geográfica de Araçatuba e Birigui	40
Figura 4 - Brasil. População Carcerária. 2009	330
Figura 5 - Birigui. Localização dos Enclaves Socioespaciais. 2012	396
Figura 6 - Araçatuba. Localização dos Enclaves Socioespaciais. 2012	396
Figura 7 - Araçatuba. Áreas de coexistência de riqueza e pobreza. 2012	401
Figura 8 - Birigui. Áreas de coexistência de riqueza e pobreza. 2012	405

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Estado de São Paulo, Araçatuba e Birigui. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. 1999-2012	46
Gráfico 2. Estado de São Paulo, Araçatuba e Birigui. Taxas de roubos por 100 mil habitantes. 1999-2012	47
Gráfico 3. Estado de São Paulo, Araçatuba e Birigui. Taxas de furtos por 100 mil habitantes. 1999-2012	49
Gráfico 4 - São Paulo. Número de Unidades Prisionais Inauguradas. 1992-2012	332
Gráfico 5 - São Paulo. População Carcerária. 1994-2006	333
Gráfico 6 – Estado de São Paulo. Taxas de Furto, Roubo e Roubo/furto de veículos por 100 mil habitantes. 1999-2011	333
Gráfico 7 - São Paulo. Taxa de Homicídios. 1999-2011	335

Para Vinícius, Luíza, Manuela e Pedro,
Com a esperança de que ao longo de suas
vidas construam mais pontes do que muros

Para Vagner,
Por tudo que faz de nós uma família

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo todo o empenho demonstrado pela Eda durante o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço por seu comprometimento, pelas leituras atentas e por todas as críticas e sugestões que foram fundamentais para que construíssemos os caminhos que nos levaram à conclusão desta tese. Ao Everaldo e à Carminha agradeço pelas contribuições dadas tanto no exame de qualificação quanto em diferentes momentos de minha formação acadêmica – suas aulas ao longo da graduação, do mestrado e do doutorado foram essenciais para a definição dos meus posicionamentos perante a realidade.

Aos meus amigos-irmãos Paula e Igor, muito obrigada pela convivência, pela amizade e, sobretudo, por termos nos tornado uma família. Um agradecimento particular também para o Régis, amigo muito especial e pra toda vida. Outros amigos também foram importantes, de diferentes maneiras, nessa empreitada e certamente na minha vida: Ozzy, Drieli, Márcio, Rafael, Raquel, Henrique, Archanjo, Antonio e vários outros... É sempre muito bom estar com vocês, obrigada por tudo!

Não poderia deixar de agradecer também à minha família que tanto tem me apoiado nessa trajetória. Em especial, meu muito obrigada ao Tio Claumir, Tio Carlos, Tia Claudete, Tio Cláudio, Eliane, Naty e Hérika que me ajudaram de inúmeras formas: estabelecendo contatos para as entrevistas, me acompanhando nos trabalhos de campo, me oferecendo “casa e comida”, distribuindo incentivos... Tenho certeza de que sou privilegiada por ter uma família tão generosa.

Para o meu marido, Vagner, não há como expressar em palavras o tamanho da minha gratidão. Obrigada por estar sempre ao meu lado e por me fazer mais forte.

Muito obrigada a todos os entrevistados que se disponibilizaram a doar um pouco do seu tempo para me fazer entender um pouco mais as suas cidades e experiências.

À FAPESP agradeço pelo apoio financeiro que permitiu o desenvolvimento desta tese.

RESUMO

A produção das cidades contemporâneas vem progressivamente sendo influenciada pela disseminação de discursos e imagens relacionados à violência e à insegurança urbana. As práticas cotidianas dos cidadãos assim como suas representações acerca dos diferentes segmentos sociais e seus respectivos espaços são fortemente perpassadas por preocupações com a busca por segurança. Queremos evidenciar com essa tese que tal associação direta entre cidades e insegurança é resultado de uma produção baseada na interação de diferentes agentes, portadores de intencionalidades e instrumentalidades diversificadas, que mobilizam aspectos materiais e subjetivos para a instituição do *imaginário das cidades inseguras* – expressão que utilizamos para designar o conjunto de representações sociais que levam ao reconhecimento das cidades como espaços em que as relações cotidianas são mediadas pela insegurança de seus moradores. Buscamos demonstrar assim, a instrumentalidade deste imaginário, que sustenta um mercado crescente de equipamentos, serviços e espaços que prometem segurança, além das inúmeras possibilidades de manipulação política deste conteúdo. Na produção do imaginário das cidades inseguras são reafirmados antigos estigmas que associam a pobreza com a criminalidade, reforçando a evitação do convívio com os cidadãos e os bairros pobres. As clivagens socioespaciais são amplificadas, posto que a generalização das suspeitas gera cisões e evitamentos no interior dos próprios segmentos sociais. A produção de enclaves socioespaciais influencia as experiências tanto de cidadãos ricos que optam por morar em loteamentos fechados, quanto de cidadãos pobres que têm que residir em bairros altamente estigmatizados e evitados, por exemplo. Além disso, as práticas cotidianas ficam cada vez mais seletivas e pontuais, privilegiando espaços privados, nos quais a possibilidade de controlar as relações com a alteridade são maiores. Estes aspectos impulsionam o processo de fragmentação socioespacial que reestrutura as cidades contemporâneas, tanto no âmbito da produção do tecido urbano e da realização das práticas cotidianas, quanto da instituição dos imaginários acerca das cidades e seus diferentes moradores. Uma especificidade da pesquisa que baseia esta tese é a análise destes processos em duas cidades não metropolitanas, Araçatuba e Birigui (SP), que figuravam até pouco tempo como espaços tranquilos e seguros, em contraposição às metrópoles tidas como violentas e perigosas. Além dos indicadores de criminalidade, programas de televisão e matérias de jornais, nossas reflexões se basearam nas representações, opiniões e descrição das práticas cotidianas de cidadãos, moradores de diferentes bairros dessas cidades, que foram entrevistados ao longo da pesquisa, cuja comparação e contraposição permitiram a compreensão das multiplicidades inerentes à produção/apropriação/apreensão das cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Produção do Espaço Urbano. Imaginário das cidades inseguras. Práticas socioespaciais. Fragmentação socioespacial. Araçatuba e Birigui – SP.

ABSTRACT

The production of contemporary cities has progressively been influenced by dissemination of discourses and images related to urban violence and insecurity. City inhabitants' daily practices as well as their representations of different social groups with their respective spaces are strongly marked by the seek for security. This dissertation aims to elucidate that such direct correlation between cities and insecurity is the result of a production based on the interaction of different agents that mobilise material and subjective aspects to create an *imaginary of unsafe cities*. This expression is used to define all the social representations that indicate cities as spaces in which daily relationships are mediated by the insecurity of its residents. Though, we would like to demonstrate that the instrumentality of this imaginary sustains a growing market of tools, services and spaces of security, and many possibilities of political manipulation of this resource. In the production of the imaginary of unsafe cities, old stigmas are reasserted. These stigmas associate poverty with criminality and reinforce the avoidance of poor neighbourhoods and their inhabitants. Socio-spatial separations are amplified because the generalisation of suspicion generates cleavages and avoidance even inside same social groups. The production of gated communities influences experiences of both rich inhabitants and poor ones. While the rich can choose to live in gated communities, the poor have to reside in highly stigmatised and avoided neighbourhoods. Furthermore, the daily practices are becoming more selective and punctual, and occur in closed spaces which are made to intensely control the relationships with otherness. These aspects boost the process of socio-spatial fragmentation in order to restructure contemporary cities in the way urban tissues and daily practices are produced as well as in the institution of imaginaries of cities and their inhabitants. The research has got one specificity that concerns the analysis of non metropolitan cities, those of Araçatuba and Birigui (located in São Paulo state). These cities have until recently been seen as quiet and safe spaces, in opposition of metropolises, seen as violent and dangerous. Indicators of criminality, television programmes and newspaper reports based our reflections, but also representations, opinions and descriptions of daily inhabitants' practices. These inhabitants live in different neighbourhoods and they were interviewed through the research in order to make comparisons and contrapositions for understanding the multiplicities inherent to the production/appropriation/apprehension of cities.

KEYWORDS: Production of urban space. Imaginary of unsafe cities. Socio-spatial practices. Socio-spatial fragmentation. Araçatuba and Birigui – SP.

RÉSUMÉ

La production des villes contemporaines a progressivement été influencée par la dissémination de discours et d'images liés à la violence et l'insécurité urbaines. Les pratiques quotidiennes des citoyens ainsi que leurs représentations sur les divers groupes sociaux et leurs espaces respectifs sont fortement touchés par la recherche de sécurité. Dans cette thèse, l'on veut éclairer qu'une telle association directe entre les villes et l'insécurité est le résultat d'une production basée sur l'interaction de différents acteurs. Ceux-ci sont porteurs d'intentionnalités et d'instrumentalités diversifiées qui mobilisent les aspects matériels et subjectifs en vue de l'institution de l'*imaginaire des villes insécurisées*. Cette expression désigne l'ensemble des représentations sociales qui amènent à la reconnaissance des villes comme des espaces où les rapports quotidiens ont l'insécurité de leurs habitants comme médiation. Ainsi, l'on cherche à démontrer l'instrumentalité de cet imaginaire comme quelque chose qui soutient un marché croissant d'équipements, de services et d'espaces qui promettent sécurité et dont le contenu crée d'innombrables possibilités de manipulation politique. La production de l'imaginaire des villes insécurisées renforce des anciens stigmates, en associant pauvreté et criminalité ainsi que l'évitement de la convivialité avec les citoyens et les quartiers pauvres. Les clivages socio-spatiaux sont amplifiés puisque la généralisation des suspects génère les évitements et séparations à l'intérieur des propres groupes sociaux. La production d'enclaves sociospatiales influence les expériences soit des riches citoyens qui choisissent d'habiter les lotissements fermés, soit des pauvres qui doivent résider dans des quartiers stigmatisés et évités. De plus, les pratiques quotidiennes sont de plus en plus sélectives et ponctuelles et cherchent à privilégier les espaces privés où il y a plus de possibilités de contrôle des rapports d'altérité. Ces aspects poussent le processus de fragmentation sociospatiale qui structure les villes contemporaines tant dans le domaine de la production du tissu urbain et de la mise en place des pratiques quotidiennes que dans l'institution des imaginaires des villes et leurs différents habitants. Une spécificité de la recherche sur laquelle cette thèse est appuyée, c'est l'analyse de deux villes non métropolitaines : Araçatuba et Birigui, dans l'état de São Paulo. Celles-ci ont jusqu'à récemment été vues comme des espaces tranquilles et sécurisés en opposition aux métropoles vues comme violentes et dangereuses. En plus des indicateurs de criminalité, des émissions de télévisions et des informations des journaux, les réflexions sont basées sur les représentations, les opinions et les descriptions des pratiques quotidiennes des citoyens qui habitent dans des différents quartiers, et qui ont été interviewés. Cela a permis une comparaison et une contraposition qui ont favorisé la compréhension des multiplicités inhérentes à la production/appropriation/appréhension des villes.

MOTS-CLEFS : Production de l'espace urbain. Imaginaire des villes insécurisées. Pratiques sociospatiales. Stigmatisation de la pauvreté. Fragmentation sociospatiale.



**PARTE I – CAMINHOS TRILHADOS NO DESENVOLVIMENTO DA
TESE**



Foto I – Birigui. Rua que dá acesso ao enclave pobre e estigmatizado
Quemil. 2012

Foto II – Araçatuba. Interações entre as políticas de assistência social e
de segurança pública: CRAS – Centro de Referência em Assistência
Social – localizado na base da Polícia Militar no bairro pobre e
estigmatizado São José. 2012

Fonte: Trabalho de campo

PARTE I

INTRODUÇÃO

A inquietação central que perpassa a elaboração desta tese diz respeito ao interesse em compreender como a produção, a apropriação e a apreensão das cidades vêm sendo alteradas a partir da construção, disseminação e consolidação do que denominamos de *imaginário das cidades inseguras*. A partir da conjunção dos interesses e das ações de diferentes agentes – como a mídia, as empresas de equipamentos e serviços de segurança privada, os empreendedores imobiliários e o Estado, além dos criminosos e da polícia, por exemplo – são produzidos e veiculados discursos e imagens que identificam as cidades com a insegurança urbana.

Sob a justificativa de que é cada vez mais necessário buscar espaços e relações de sociabilidade seguras nas cidades contemporâneas, diferentes alterações vão reestruturando-as, tanto no que se refere às suas configurações materiais quanto às práticas socioespaciais que nelas se realizam e às representações acerca delas. Esse processo de produção e disseminação do imaginário das cidades inseguras não se restringe às grandes cidades, sendo rapidamente difundido também para as realidades não metropolitanas. Assim, cria-se um vasto mercado no qual diferentes cotas de segurança são negociadas, trocadas tanto por dinheiro como por poder.

A influência da insegurança urbana na reestruturação das cidades segue alguns roteiros pré-definidos, que se assemelham nos diferentes tipos de cidades. O principal deles é a criminalização e a estigmatização dos segmentos pobres e de seus espaços, que fomenta estratégias de evitamento e separação que acrescentam novos conteúdos e dão maior amplitude ao processo de fragmentação socioespacial.

Nesse processo, as suspeitas se generalizam, as solidariedades esmaecem e a unidade da cidade é estilhaçada. Os enclaves socioespaciais se generalizam e as práticas cotidianas tornam-se cada vez mais seletivas, ao mesmo tempo em que as representações relativas

à cidade são elaboradas a partir de seus diferentes fragmentos e não de sua totalidade.

Deste modo, com o objetivo de contribuir para a discussão e a análise destas questões, dividimos a tese em duas partes. Na primeira, apresentamos o quadro teórico-metodológico no qual se situam nossas reflexões, além de contextualizar o recorte territorial selecionado, Araçatuba e Birigui, duas cidades não metropolitanas localizadas no noroeste do estado de São Paulo. A segunda parte da tese é dividida em 3 capítulos.

O primeiro deles se intitula *A produção do imaginário das cidades inseguras: reafirmando estigmas*. Nele tratamos da ação de um conjunto de agentes que dividem a responsabilidade em produzir representações e imagens que sustentam a ideia da ubiquidade da insegurança urbana, tanto no que se refere à escala da cidade quanto ao que concerne à rede urbana. Apresentamos também os principais conteúdos do imaginário das cidades inseguras, apreendidos por meio das entrevistas realizadas em Araçatuba e Birigui, que nos revelam clivagens socioespaciais pautadas no princípio da divisão, material e simbólica, existente entre ricos e pobres, assim como de seus respectivos espaços, mas que vão além dessas cisões duais, visto que no interior dos próprios segmentos sociais tidos externamente como homogêneos – no caso estudado, os pobres – as separações e evitamentos proliferam, alterando a produção e a apropriação do espaço das cidades.

No capítulo 2 – *Os cidadãos inseguros e as práticas em busca de segurança: mercado, Estado e “crime”* – abordamos o mosaico de práticas socioespaciais que conformam o cotidiano cada vez mais fragmentado e “privatizado” no qual os cidadãos realizam suas experiências. A insegurança urbana influencia a vida dos cidadãos de diferentes modos, desde suas escolhas relativas à prevenção situacional dos crimes, que passa pela aceitação tácita dos mecanismos diversos de controle social, até seus posicionamentos frente a questões como as medidas punitivas e leis. Mostramos neste capítulo, que o cotidiano urbano, no que se refere à insegurança, é fortemente influenciado pela

imbricação das trajetórias e experiências individuais com as ações e interesses do mercado, do Estado e, de certa forma, dos criminosos, organizados em facções como o PCC – Primeiro Comando da Capital – por exemplo. Estas ações e interesses ao invés de se excluírem, se complementam, mesmo que aparentemente figurem como opostos.

Na confluência dos resultados apresentados nos dois capítulos anteriores, tratamos no capítulo 3, *Cotidiano urbano fragmentado: imaginário das cidades inseguras e fragmentação socioespacial*, das decorrências da disseminação da insegurança na produção, apropriação e apreensão das cidades, constatando a tendência ao processo de fragmentação, tanto material – a partir da produção de diferentes tipos de enclaves socioespaciais que caracterizam os tecidos urbanos das cidades contemporâneas – quanto das diferentes práticas. Tais práticas realizadas majoritariamente de forma segmentada, são perpassadas pelas clivagens nos imaginários acerca das cidades, representadas cada vez menos a partir da ideia de totalidade. Essas reflexões nos levam a ratificar o entendimento de que os conteúdos que configuram a urbanização não são específicos de um tipo de cidade. Pelo contrário, as lógicas urbanas aproximam contextos tão diferentes como as metrópoles e as cidades não metropolitanas, embora a diferenciação socioespacial entre essas escalas continue a ser extremamente importante. A confrontação das significações e experiências das diferentes cidades são assim, fundamentais para compreendermos a urbanização contemporânea.

LEITURAS DAS CIDADES A PARTIR DAS INTERAÇÕES ENTRE MATERIALIDADE E SUBJETIVIDADE: APROXIMAÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

As cidades são apreendidas por seus moradores ou visitantes, por meio de seus sentidos, de suas experiências e das práticas que desenvolvem. Produzem assim, discursos, imagens e valores, compartilhados socialmente, que participam da constituição das representações e dos imaginários urbanos, que por sua vez, atuam na produção material dos espaços.

Desse modo, consideramos importante estudar as cidades a partir de um olhar que contemple tanto a materialidade quanto os diferentes elementos subjetivos que convivem nelas – dimensões da realidade que podem ser separadas apenas no plano analítico.

Para construirmos o caminho que nos levasse à compreensão das imbricações dessas dimensões com a produção dos espaços urbanos, buscamos contribuições tanto de geógrafos quanto de autores de outras áreas do conhecimento. Apresentamos nessa seção do texto alguns dos pontos que consideramos centrais no embasamento da análise das subjetividades existentes nas cidades. Não se trata, no entanto, de um quadro teórico exaustivo, visto que achamos mais eficaz conectar as reflexões teóricas à apreciação dos dados empíricos ao longo do trabalho.

Diferentes autores têm enfatizado a dificuldade em delinear de forma precisa, o papel que os diferentes elementos da subjetividade possuem e os limites de cada um deles. Uma contribuição que nos ajuda a avançar nesse entendimento é a de Hiernaux (2007), que considera que os imaginários são constituídos a partir de um processo simbólico que transforma as percepções em representações.

Segundo Durant (1998, p. 41), qualquer representação está obrigatoriamente conectada com o imaginário, visto que todo pensamento passa por articulações simbólicas. Os aspectos simbólicos dão substrato para a constituição do imaginário social, que permeia

todos os níveis de constituição da sociedade, permitindo que a dimensão “inventada” possa existir e que seja investida na produção da realidade (CASTORIADIS, 1982).

Podemos considerar que o nível mais geral, entre os elementos aqui avaliados, é o dos imaginários, que são compostos por representações sociais, produzidas por meio da utilização dos símbolos. Essa tentativa de esquematização não traduz a riqueza de conteúdos e de arranjos existentes na subjetividade, mas contribui para a organização do pensamento, com vistas a alcançar nossos objetivos analíticos. Desse modo, reconhecemos que a divisão da subjetividade em etapas tem um caráter puramente didático, posto que suas distintas dimensões existem concomitantemente, uma vez que uma não desaparece quando se transforma na outra, além de se influenciarem mutuamente.

A importância da subjetividade para a compreensão da produção do espaço é destacada por autores como Lefebvre, em seu livro *The Production of Space* (1991), por exemplo, no qual identifica a tríade espacial composta pelo *espaço percebido* (relacionado às práticas espaciais), *espaço concebido* (associado às representações do espaço) e o *espaço vivido* (ligado aos espaços de representação).

Soja (1993) também enfatiza as imbricações entre os aspectos materiais e subjetivos na produção do espaço, ao destacar que a espacialidade concreta encontra-se envolvida nas representações complexas e diversificadas da percepção e da cognição humanas, sem nenhuma necessidade de correspondência direta entre as duas. Nesse contexto, os mapeamentos cognitivos, as representações, imagens, ideias e ideologias possuem um papel central na moldagem da espacialidade da vida social, ao mesmo tempo em que a própria espacialidade é um nível de determinação relevante em relação a esses processos subjetivos.

O privilegiamento da dimensão subjetiva no estudo dos fenômenos urbanos não é exclusivo da contemporaneidade, mas vem ganhando espaço junto às perspectivas predominantemente

materialistas. De acordo com Lindón (2007, p. 7), o destaque da subjetividade nas abordagens da realidade social vem tomando impulso, na América Latina, nos últimos 20 anos, principalmente no que se refere às abordagens que articulam aspectos sócio-simbólicos com elementos socioeconômicos e materiais na análise das espacialidades urbanas, o que tem possibilitado uma renovação do campo dos estudos urbanos a partir dos imaginários.

As contribuições de Castoriadis nos ajudam a construir nossa concepção de imaginário social, que segundo o autor (1982, p. 13), não diz respeito ao mero reflexo ou imagem passiva do mundo, mas resulta da criação incessante de figuras, formas e imagens, a partir das quais se torna possível falar de alguma coisa. Os imaginários sociais são assim, produtores do que chamamos de realidade social-histórica e também da racionalidade.

Relacionando os imaginários sociais com a realidade urbana, Lacarrieu (2007, p. 55) observa que o imaginário urbano é uma dimensão pela qual os distintos habitantes de uma cidade representam, significam e dão sentido a suas diferentes práticas cotidianas que perfazem o ato de habitar. Seguindo a mesma linha de raciocínio, Lindón (2007, p. 37) define os imaginários como tramas de significados reconhecidas socialmente, que qualificam as cidades e seus diferentes espaços, atuando em sua produção. Esta autora (2007, p. 9) enfatiza ainda que os imaginários são maneiras compartilhadas de representar o espaço e o tempo.

Outro autor importante no desenvolvimento da perspectiva dos imaginários urbanos é Silva (2006, p. 104), que considera que eles são representações coletivas que regem os processos de identificação social e pelas quais interagimos e nos comunicamos socialmente. Temos também Canclini (LINDÓN, 2007, p. 90), que associa os imaginários com elaborações simbólicas que realizamos a partir daquilo que observamos, do que nos atemoriza ou daquilo que gostaríamos que existisse, reconhecendo que as cidades são heterogêneas, entre outras razões, porque existem muitos imaginários que as habitam.

Os imaginários sociais são produzidos e compartilhados socialmente. Eles podem, segundo Lindón (2007, p. 9-10), ser reconhecidos por pequenos ou extensos grupos sociais, mas são sempre resultado das interações sociais. São produzidos a partir de discursos e práticas e, uma vez estabelecidos, têm a capacidade de orientá-los, produzindo efeitos concretos sobre a realidade.

Lacarrière (2007, p. 55) retoma a afinidade conceitual entre os imaginários e as representações sociais, ao considerar que ambos permitem a estruturação e organização do mundo social a partir da construção de modelos operacionalizados simbolicamente por meio dos discursos e das práticas concretas.

Para Lefebvre (1983, p. 28), as representações sociais baseiam as interpretações sobre nossa vida e nossas ações, permitindo a intervenção sobre elas. As representações são parte constitutiva de nossos esquemas interpretativos e de nossas práticas, configurando as imagens que os diferentes grupos sociais atribuem a si mesmos e aos demais grupos.

De acordo com Jovchelovitch (2000, p. 81), as representações sociais são mediações criadas pelos sujeitos para que possam lidar com a diversidade e com a mobilidade do mundo, que nos transcende. Para essa autora (2008, p. 87), quando falamos em representações sociais, nos referimos tanto a uma teoria – “que oferece um conjunto de conceitos e articulações que buscam explicar como os saberes sociais são produzidos e transformados em processos de comunicação e interação social” – quanto a um fenômeno – “que se refere a um conjunto de regularidades empíricas, compreendendo as ideias, os valores e as práticas” da sociedade sobre os objetos e processos sociais.

No âmbito da Teoria das Representações Sociais, desenvolvida inicialmente pela Psicologia Social, a partir dos estudos de Serge Moscovici (1961) sobre as representações sociais referenciadas na psicanálise, encontramos instrumentos teóricos e metodológicos que nos ajudam a interpretar os conteúdos e os processos ligados à atividade representacional da sociedade, permitindo que associemos as

representações sociais sobre os espaços urbanos e seus moradores, com as diferentes formas de produzi-los e apropriá-los.

Segundo Moscovici (1990), não existe separação entre o universo externo e o interno aos sujeitos, visto que em sua atividade representativa, eles não reproduzem passivamente objetos dados, mas o reconstruem e, nesse movimento, constituem-se como sujeitos sociais, ao se situarem no universo social e material. O autor (1990, p. 51) destaca ainda, que as representações sociais não são apenas *opiniões sobre* ou *imagens de*, mas “teorias” coletivas sobre o real, que determinam o campo das comunicações possíveis, dos valores e das ideias compartilhadas pelos grupos, regendo as condutas desejáveis ou admitidas.

As representações sociais vão além da atividade representacional em si, visto que ultrapassam o psiquismo individual e “emergem como um fenômeno que expressa a subjetividade do campo social e sua capacidade para construir saberes”, segundo Jovchelovitch (2000, p. 79). Dessa maneira, quando tratamos de representações sociais, as análises não devem ser centradas no sujeito ontológico, e sim nas construções particulares do campo social.

Moscovici (2000, p. 11-12) considera que existe uma tensão entre a dimensão individual e a coletiva, sendo que quando consideramos a perspectiva do indivíduo, todos os comportamentos e percepções são compreendidos como resultantes de processos íntimos. Já na perspectiva dos grupos, tudo é explicado em função de interações, de estruturas, de trocas, de poder. O autor demonstra ainda, que não existe sujeito sem sistema, nem sistema sem sujeito, sendo que o papel das “representações partilhadas é o de assegurar que sua coexistência seja possível”.

Castoriadis (1982, p. 175) também aborda o assunto, ao revelar que toda tentativa de derivação exaustiva das significações sociais, a partir da psiquê individual, parece fadada ao fracasso, por desconhecer a impossibilidade de se isolar essa psiquê de um contínuo social. Para que uma significação social imaginária exista, são necessários

significantes coletivamente disponíveis, mas, sobretudo, significados que não existem sob a forma segundo a qual existem os significados individuais.

A interação entre as representações sociais e as práticas deve ser entendida, de acordo com as reflexões de Rouquette (1998), a partir da perspectiva da correlação irreduzível, visto que as representações são condições para a existência das práticas que, por sua vez, são agentes de transformação das representações.

A relação entre aspectos subjetivos e objetivos deve ser analisada assim, como uma codependência, posto que uma dimensão não existe sem a outra. Conforme Lefebvre (1983, p. 49-60), os sujeitos se representam e falam sobre si por meio de coisas, pois não existe consciência que não se represente a partir de objetos ou de simulações de objetos: imagens, signos. Dessa forma, a materialidade não pode ser alcançada em si, ou separadamente, pois só existem em termos da consciência, no momento em que os sujeitos fazem projeções sobre ela. No entanto, uma dimensão não pode ser reduzida à outra.

Como já destacamos, a constituição dos imaginários e das representações sociais é realizada por meio dos símbolos. Para Bourdieu (1989, p. 10), eles são os instrumentos, por excelência, da integração social, porque enquanto meios de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social, contribuindo para a reprodução dessa ordem. Cada sociedade possui seu conjunto de símbolos e significados, que só podem ser entendidos dentro de cada contexto histórico-cultural. O mesmo símbolo pode ter significados diferentes para pessoas que viveram em períodos históricos e realidades socioespaciais distintas. Isso porque para a percepção do significado de cada símbolo, precisamos de um conjunto de elementos cognitivos pré-existentes. O autor (1989, p. 14) enfatiza também, que o poder simbólico é superior a todos os demais tipos de poder, visto que é ele que dá sentido ao mundo e orienta condutas em todos os campos.

A escolha dos símbolos para representar a realidade social, de acordo com Castoriadis (1982, p. 144/7), não é nunca, nem absolutamente inevitável, nem puramente aleatória. Todo o simbolismo edifica-se sobre “as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes” e o significante sempre ultrapassa a ligação rígida a um significado preciso. Na constituição do simbolismo não existem definições fechadas e transparentes dos símbolos, visto que as relações entre eles e seus significantes não é unívoca, necessitando assim, de processos de interpretação social.

Podemos ter, desse modo, tanto a sobre-determinação dos símbolos – vários significados ligando-se ao mesmo significante – quanto o processo inverso, de sobre-simbolização do sentido – quando o mesmo significado é carregado por vários significantes (CASTORIADIS, 1982, p. 168).

O diálogo estabelecido entre esses diferentes autores nos possibilita identificar alguns traços comuns entre os imaginários, as representações e os símbolos, nos quais baseamos nossas análises das imbricações entre subjetividade e materialidade na relação entre violência, insegurança urbana e espaços urbanos: 1) São resultantes das interações socioespaciais; 2) Se diferenciam de acordo com o contexto temporal e espacial em que são criados; 3) Não são meros reflexos da realidade, mas construções ativas dos sujeitos; 4) São condição para a existência da materialidade, ao mesmo tempo em que são influenciados por ela.

Estas características fazem com que tenhamos que desenvolver metodologias adequadas para a apreensão conjunta dos elementos subjetivos e materiais que configuram nosso objeto. Lindón (2007, p. 7) considera que a investigação dos imaginários urbanos é enriquecida pela utilização simultânea de metodologias quantitativas e qualitativas, uma vez que favorece a apreensão da complexidade inerente aos espaços urbanos, perspectiva defendida também por Canclini (LINDÓN, 2007) e Silva (2006). Ao lado dos censos, estatísticas e questionários, Canclini (LINDÓN, 2007, p. 95) enfatiza a necessidade de recorrermos

às histórias de vida, entrevistas e observações etnográficas, transcendendo as divisões metodológicas ligadas a cada campo disciplinar.

Sendo assim, tentamos articular estas metodologias – quantitativas e qualitativas – para melhor compreender as cidades. Além de algumas estatísticas sobre a criminalidade utilizamos entrevistas abertas com diferentes moradores das cidades estudadas, com o objetivo de observar tanto evocações livres sobre elas, construídas a partir dos pontos de vista dos entrevistados sobre distintos aspectos, quanto informações ligadas à apropriação dessas cidades.

De acordo com Lindón (2007, p. 10), os imaginários urbanos se expressam nos discursos, nos dizeres, podendo ser apreendidos por meio das falas dos cidadãos, mas também a partir de outras formas de expressão social, como as artes plásticas e literárias e o discurso midiático. Nesse sentido, buscamos também outras fontes complementares para chegarmos às representações das cidades.

O estudo das diferentes formas de linguagem e discursos é defendido por Vasconcelos (2005, p. 55), com base nas reflexões de Bakhtin, não porque ele seja suficiente para explicar o mundo real, mas porque a linguagem e as ideologias constituem fragmentos do material, portadores de significações que “refletem e refratam” elementos da dinâmica social que produzem a própria realidade.

A autora destaca ainda (2005, p. 56), que os discursos só podem ser apreendidos por meio da análise das condições sociais em que são produzidos, evidenciando que as falas dos entrevistados não podem ser descontextualizadas de sua situação econômica, cultural, social e espacial, o que reflete na importância da escolha dos entrevistados, visto que essa seleção tem consequências nos resultados obtidos.

Sobre esse aspecto, Alves-Mazzotti (2008, p. 32) chama a atenção para a definição, *a priori*, de grupos de filiação dos entrevistados, pelo pesquisador. A pertinência de se trabalhar com grupos reside no fato de que, ao partilharem as mesmas condições sociais, os sujeitos também

compartilham os mesmos tipos de relação com o mundo, valores, constrangimentos e desejos que afirmam a afiliação grupal necessária para a manutenção da identidade social. O problema é que os sujeitos pertencem, ao mesmo tempo, a vários grupos, e nada garante que eles se identifiquem e produzam suas representações a partir do grupo especificado pelo pesquisador.

Essa autora (2008, p.33) dá um exemplo desse “desencaixe” entre as repostas dadas pelo entrevistado e o grupo ao qual ele foi filiado, a partir de suas pesquisas focalizando os imaginários sobre os meninos de rua. Um de seus entrevistados, selecionado para o estudo por sua condição de policial, deu respostas que se afastavam claramente daquelas elaborados por seu grupo, indicando que sua filiação era mais profunda com o grupo evangélico do que com os outros policiais. Isso faz com que, durante o processo de análise das falas dos entrevistados, o pesquisador tenha que usar sua “sensibilidade” na interpretação do que está sendo dito e daquilo que foi omitido, mas também do contexto em que essas repostas foram dadas.

Neste contexto de valorização das interações entre as dimensões subjetivas e objetivas envolvidas na produção do espaço, a realização de entrevistas com diferentes cidadãos é central. As falas de nossos entrevistados fazem a mediação entre nós, enquanto pesquisadores, e os processos que se desenrolam nas cidades, nossos objetos de estudo. Deste modo, é a partir das representações, impressões, lembranças e projeções de nossos entrevistados que buscamos o entendimento das configurações atuais dos espaços e da vida urbana sob a ótica da insegurança urbana. Sendo assim, tentamos conduzir a redação da tese fazendo emergir as vozes desses cidadãos, que participaram de forma essencial da construção de nossas análises.

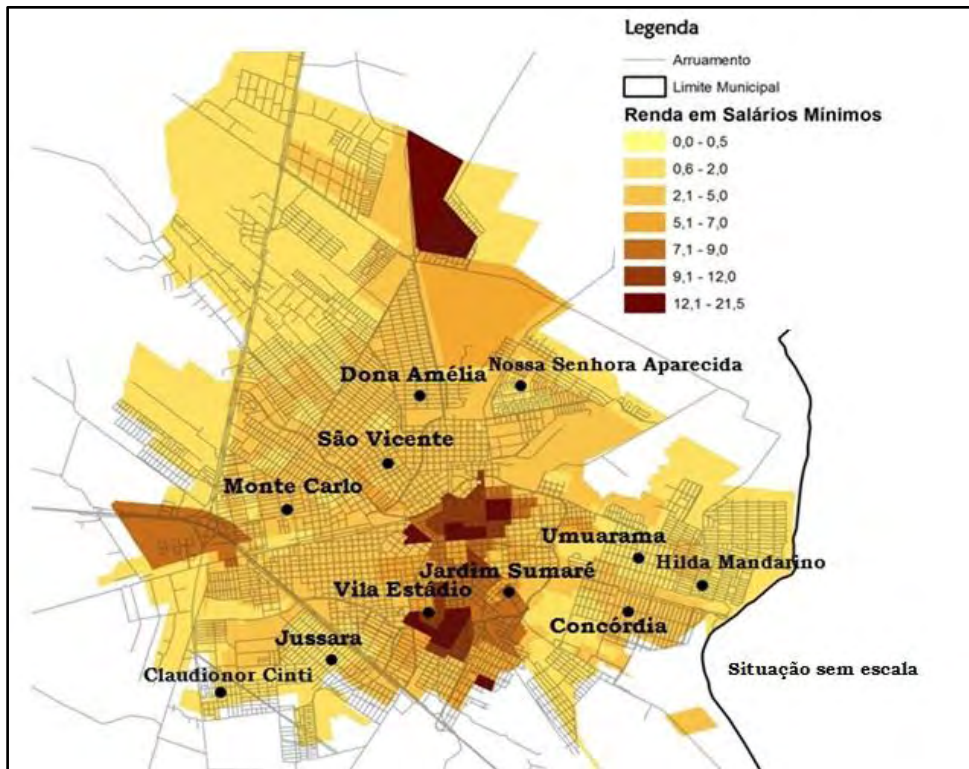
Nesse sentido, fomos transcrevendo ao longo do texto vários trechos das entrevistas realizadas, tanto por querermos evidenciar as representações que basearam nossas análises, mas ainda por acreditarmos que isso possibilita que outros pesquisadores interessados na temática entrem em contato com o universo encontrado por nós e

possam realizar também suas considerações, posto que não esgotamos as possibilidades de reflexões contidas nos relatos de nossos entrevistados.

Cabe destacar que os conteúdos das entrevistas não constituem o conhecimento em si, visto que precisam ser analisados, comparados, contrapostos, contextualizados para que possamos alcançar um entendimento mínimo de seus sentidos. Considerando então o caráter metodológico da pesquisa realizada, não esperamos construir modelos reflexivos acabados, pois constatamos que eles estão em transformação contínua. Nosso intuito é identificar eixos de entendimento que nos auxiliem na compreensão das representações e das práticas que caracterizam os espaços urbanos contemporâneos. Produzimos, portanto, um registro espaço-temporal das influências do imaginário das cidades inseguras no cotidiano urbano.

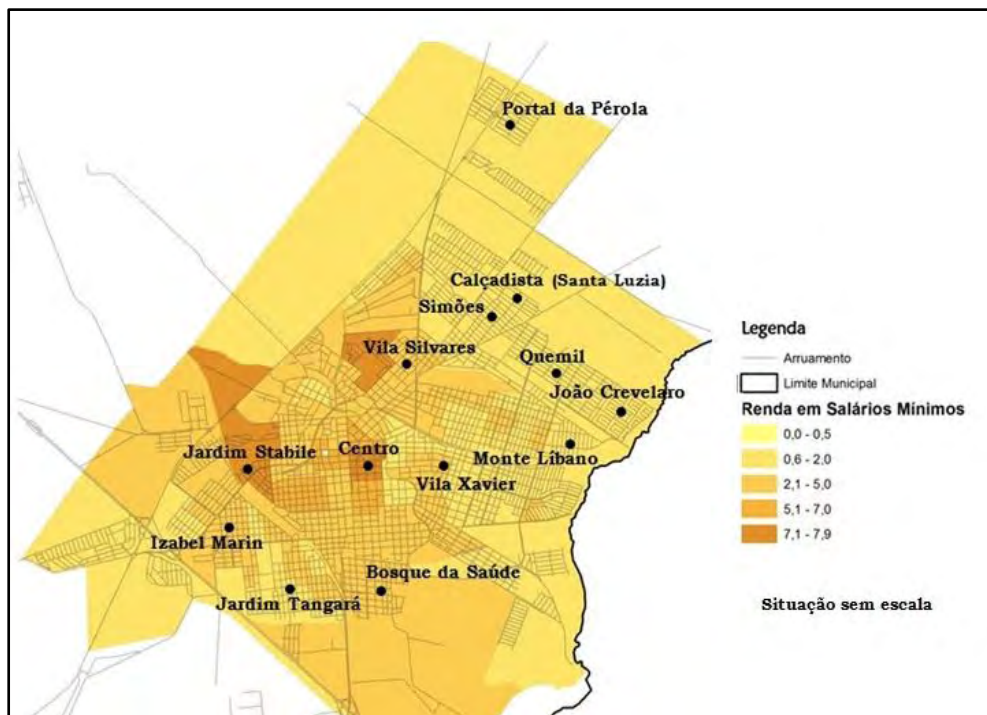
Foram realizadas 41 entrevistas com diferentes cidadãos residentes em Araçatuba (18 entrevistas) e em Birigui (23 entrevistas). Tentamos buscar na seleção dos entrevistados um equilíbrio em sua distribuição espacial e de suas características socioeconômicas – concentrando nosso interesse nos setores médios e pobres. Nas figuras 1 e 2 apresentadas a seguir, representamos a localização dos bairros de residência de nossos entrevistados, sobreposta à espacialização da informação da renda média mensal dos chefes de domicílios por setor censitário (CENSO 2010, IBGE).

Figura 1 - Araçatuba. Bairros em que residem os entrevistados e renda média mensal dos chefes de domicílios (setores censitários - 2010)



Fonte: IBGE, 2010 Elaboração: Rafael Catão e Maria Angélica Magrini

Figura 2 - Birigui. Bairros em que residem os entrevistados e renda média mensal dos chefes de domicílios (setores censitários - 2010)



Fonte: IBGE, 2010 Elaboração: Rafael Catão e Maria Angélica Magrini

No quadro I apresentamos uma caracterização básica do conjunto de 41 entrevistados na pesquisa.

Quadro I – Caracterização dos entrevistados – Araçatuba

Nome fictício	Profissão	Idade	Bairro em que reside	Renda familiar aproximada
1. Antônio	Policial Militar aposentado	57 anos	Dona Amélia	R\$ 4.000,00
2. Bruno	Recepcionista	36 anos	Hilda Mandarinino	R\$ 1.200,00
3. Eduardo	Técnico em eletrotécnica	48 anos	Dona Amélia	R\$ 4.000,00
4. Gabriela	Vendedora	33 anos	Hilda Mandarinino	R\$ 2.000,00
5. Helenice	Professora aposentada	61 anos	Nossa Senhora Aparecida	R\$ 2.500,00
6. Joana	Cabeleireira	26 anos	São Vicente	R\$ 3.000,00
7. João	Gerente de loja de informática	34 anos	Umuarama	R\$ 4.000,00
8. Juliana	Professora	32 anos	Dona Amélia	R\$ 2.000,00
9. Marcela	Professora	31 anos	Concórdia	R\$ 6.000,00
10. Mário	Professor universitário	40 anos	Vila Estádio	R\$ 5.000,00
11. Natália	Recepcionista	25 anos	Claudionor Cinti	R\$ 1.500,00
12. Pedro	Comerciante	28 anos	Jardim Sumaré	R\$ 6.000,00
13. Raquel	Professora	55 anos	Jussara	R\$ 5.000,00
14. Rogério	Garçom	34 anos	Hilda Mandarinino	R\$ 1.500,00
15. Rosa	Professora de educação infantil	42 anos	Dona Amélia	R\$ 3.000,00
16. Simone	Assistente Social	26 anos	Monte Carlo	R\$ 5.000,00
17. Teresa	Dona de Casa	57 anos	Dona Amélia	R\$ 4.000,00
18. Thaís	Diarista	39 anos	Jussara	R\$ 1.400,00

Quadro II – Caracterização dos entrevistados – Birigui

Nome fictício	Profissão	Idade	Bairro em que reside	Renda familiar aproximada
19. Carlos	Escrevente judiciário	42 anos	Izabel Marin	R\$ 4.500,00
20. Daniele	Professora	25 anos	Quemil	R\$ 1.800,00
21. Davi	Repositor de mercadorias	29 anos	Portal da Pérola	R\$ 900,00
22. Eliane	Fonoaudióloga	39 anos	Centro	R\$ 7.000,00
23. Fernando	Pedreiro	44 anos	Simões	
24. Helena	Ajudante de cozinha	25 anos	Izabel Marin	R\$ 2.000,00
25. Heloisa	Bibliotecária	29 anos	Vila Silvares	R\$ 4.000,00
26. Jaqueline	Vendedora	30 anos	João Crevelaro	R\$ 800,00
27. José	Aposentado e dono de imóveis	65 anos	Vila Silvares	R\$ 9.000,00
28. Leonardo	Serralheiro	28 anos	Portal da Pérola	R\$ 1.600,00
29. Márcia	Pespontadeira -	33 anos	Jardim Tangará	R\$ 900,00
30. Marcos	Escriturário	39 anos	Monte Líbano	R\$ 1.000,00
31. Maria	Dona de casa	51 anos	Quemil	R\$ 1.200,00
32. Marina	Operária - fábrica de meias	26 anos	Simões	R\$ 2.000,00
33. Marta	Aposentada -	41 anos	Izabel Marin	R\$ 700,00
34. Regina	Secretária	26 anos	Bosque da Saúde	R\$ 1.400,00
35. Renato	Técnico de enfermagem	30 anos	Simões	R\$ 2.500,00
36. Ricardo	Eletricista	30 anos	Monte Líbano	R\$ 1.800,00
37. Sandra	Pespontadeira - desempregada	46 anos	Vila Xavier	R\$ 1.200,00
38. Sílvia	Professora	45 anos	Vila Silvares	R\$ 5.000,00
39. Tadeu	Auxiliar de produção	33 anos	Calçadista	R\$ 700,00
40. Vanessa	Dona empresa de seguros	39 anos	Jardim Stabile	R\$ 8.000,00
41. Viviane	Desempregada	19 anos	Vila Xavier	R\$ 1.200,00

Ao longo da realização das entrevistas, o roteiro elaborado para orientar as perguntas foi sendo modificado com a incorporação de novos elementos, frente às especificidades encontradas nas realidades estudadas e na bibliografia consultada. A versão final deste roteiro está disponibilizada em anexo.

A INSEGURANÇA URBANA EM CIDADES NÃO METROPOLITANAS

Além dos esclarecimentos relativos ao nosso entendimento acerca das imbricações entre os aspectos materiais e subjetivos na constituição dos espaços urbanos, que vão demandar posturas metodológicas específicas ao longo da condução da tese, precisamos explicitar também nossa opção por estudar as influências da insegurança urbana na configuração das cidades não metropolitanas – espaços que não são tradicionalmente associados com a problemática da violência e da insegurança urbanas.

O que temos percebido é que atualmente essa configuração vem se alterando a partir da disseminação do imaginário das cidades inseguras, que tende a homogeneizar e a generalizar a relação entre insegurança e cidades – de todas as dimensões e papéis.

No livro de Regis de Moraes intitulado *O que é Violência Urbana*, cuja primeira edição foi lançada em 1981, o autor considera que o medo, já nesta época, era o “pão cotidiano” dos moradores das grandes cidades brasileiras, que cercavam suas casas com muros altos e trafegavam pelas ruas em seus automóveis com os vidros fechados, para evitar qualquer tipo de abordagem, visto que “em nenhum outro lugar a vida está sendo um jogo tão perigoso como nas grandes cidades” (1981, p. 11). Em contrapartida, o autor caracteriza a tranquilidade e a segurança dos habitantes das cidades menores, advindas do fato de que nesses espaços a realidade social parecia estar sob um controle maior, o que fazia com que ela fosse menos ameaçadora (1981, p. 35).

No que se refere às cidades contemporâneas, essa oposição entre a caracterização das grandes cidades como inseguras e das cidades menores como portadoras de maior segurança está sendo

desconstruída. Nesse sentido, identificamos o desenrolar de dois processos, que nem sempre são coincidentes: o aumento efetivo das ocorrências violentas nas cidades de menor porte e a generalização das representações de insegurança para as cidades de diferentes dimensões e papéis.

Em nosso entendimento, a insegurança é um adjetivo que vem sendo, cada vez mais, associado aos diferentes espaços urbanos, fato que altera os modos de se produzir e se vivenciar as cidades, bem como os conteúdos das representações sociais dos cidadãos, mesmo naquelas cidades onde os índices de criminalidade não são, estatisticamente, relevantes.

Para Adorno e Cardia (2002, p. 304), a “interiorização” do crime violento, especialmente no Estado de São Paulo, foi intensificada a partir do início da década de 1990, resultado da confluência de diferentes processos, dos quais destacam quatro: a) diversificação da estrutura e da composição social nas cidades de menor porte, acompanhada da transformação dos estilos de vida, dos gostos e das exigências de consumo; b) desenvolvimento de bolsões de pobreza urbana nas cidades do interior, cuja população se encontra mais exposta às situações de risco de envolvimento em conflitos com desfechos violentos; c) expansão do narcotráfico nessas cidades; d) defasagem do sistema de justiça e segurança pública, que não acompanhou a evolução da criminalidade.

O sociólogo Waiselfisz, em seus estudos a partir das estatísticas de homicídios que compõem o *Mapa da Violência* (2010; 2011; 2012), também identifica esse processo de “interiorização” da violência no Brasil, ao analisar comparativamente os dados de crescimento anual das ocorrências nas capitais, nas cidades que integram as regiões metropolitanas¹ e nas cidades do interior (definidas pelo autor como as cidades que não são nem capitais, nem fazem parte das regiões metropolitanas).

¹ As regiões metropolitanas consideradas no estudo são: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Vitória.

Segundo Waiselfisz (2011, p. 49), ao analisarmos o crescimento médio anual das ocorrências de homicídios no período de 1980 a 2008, podemos identificar três períodos, como mostrado na tabela 1.

Tabela 1 – Brasil. Crescimento anual das ocorrências de homicídios (%). 1980/2008

ÁREA	1980/1996	1996/2003	2003/2008
BRASIL	6,6%	4,0%	- 0,4%
CAPITAIS + REGIÕES METROPOLITANAS	7,7%	2,6%	-2,8%
INTERIOR	4,9%	6,5%	3,0%

Fonte: Waiselfisz (2011)

No primeiro período analisado – 1980 a 1996 – percebemos que o aumento anual das ocorrências de homicídios nas capitais e regiões metropolitanas (7,7%) foi maior que o ritmo médio de crescimento para o Brasil (6,6%) e também das cidades do interior (4,9%).

No segundo período – 1996 a 2003 – o ritmo de crescimento anual diminuiu tanto na média do Brasil (4,0%) quanto das capitais e regiões metropolitanas (2,6%). Por outro lado, nas cidades do interior, o ritmo de crescimento anual se intensificou (6,5%), ficando acima do crescimento médio das outras duas áreas consideradas.

No período que vai de 2003 a 2008, temos uma inflexão do ritmo de crescimento das ocorrências de homicídios no total do Brasil (-0,4%) e nas capitais e regiões metropolitanas (-2,8%). Ao contrário do crescimento negativo dessas áreas, as cidades do interior, embora tenham diminuído a taxa de crescimento em relação aos outros períodos analisados, continuaram a apresentar crescimento positivo (3,0%). Isso revela que a violência vem se constituindo como problema social também nas pequenas e médias cidades.

Esse aumento das ocorrências criminais em realidades diferentes das metropolitanas faz com que o imaginário da insegurança seja

expandido também para esses espaços. Um dos agentes responsáveis pela generalização do imaginário das cidades inseguras é a mídia, como abordaremos no capítulo 1. Como exemplo, podemos considerar a reportagem apresentada no dia 31/03/2010 no Jornal Hoje da Rede Globo, na ocasião do lançamento do *Mapa da Violência 2010*, cujos trechos abaixo foram selecionados a partir do resumo da matéria disponibilizado no site do jornal.

Casos de violência se tornam mais comuns no interior.

Para fugir da violência nas grandes cidades, muitos moradores acabam se mudando para o interior. Só que uma pesquisa constatou: os registros de assassinatos aumentaram quase 40% nas pequenas cidades do país.

A imagem de tranquilidade associada às cidades do interior corresponde cada vez menos à realidade. É o que mostra uma pesquisa realizada em todo país. O aumento da violência tem assustado os moradores.

A auxiliar administrativa Raquel Fachini diz: “durante o dia eu não deixo o portão aberto, sempre uso o cadeado e deixo a porta trancada. Pelo menos eu não me sinto segura” (www.g1.globo.com/jornalhoje, acesso em 14/06/2011).

Esse tipo de abordagem jornalística atua na composição do que Caldeira (2000, p. 27) define como *fala do crime* - as conversas, comentários, narrativas, piadas, brincadeiras e debates que têm o crime e o medo como temas centrais - que, por ser contagiante, faz os discursos acerca da violência proliferarem e circularem. Assim, as repetições das histórias ligadas a situações violentas, tanto aquelas vivenciadas pelos autores das narrativas ou por alguém próximo a eles, quanto as veiculadas pela mídia, reforçam a percepção de perigo e insegurança, alimentando um círculo em que o medo é trabalhado e reproduzido em diferentes escalas.

Dessa maneira, o imaginário das cidades inseguras vai sendo disseminado em espaços urbanos distintos, influenciando nas práticas cotidianas tanto de moradores das metrópoles quanto das cidades menores. No entanto, para uma compreensão mais aprofundada sobre esses aspectos, devemos fugir dos encobrimentos advindos dessas generalizações simplificadoras.

Isso porque não podemos considerar que os conteúdos das inseguranças de um morador da cidade de São Paulo sejam os mesmos de uma pessoa que reside em Araçatuba, no interior do estado, por exemplo. Do mesmo modo, suas práticas, embora em alguns casos pareçam ser semelhantes, não resultam dos mesmos processos e não têm os mesmos significados. Por sua vez, não podemos afirmar que todas as cidades do interior tiveram um aumento do número de ocorrências criminais, nem que ele tenha se dado com a mesma intensidade em todas elas.

Outro aspecto que necessita de maior precisão é a diferenciação entre violência e insegurança urbana. Geralmente esses termos são citados em conjunto, como se um fosse decorrência direta e imediata do outro. No entanto, é necessário reconhecer que embora esses dois processos guardem correlações, elas não se estabelecem sempre da mesma forma e sem mediações. Assim, precisamos realizar uma diferenciação entre os conteúdos expressos por esses termos, visto que apresentam características e naturezas distintas e, portanto, exigem tratamentos diferenciados.

Diversos autores, dentre os quais podemos citar Curbet (2007 - *delinqüência e insegurança cidadã*), Souza (2008 - *geografia da violência e geografia do medo*) - e Kessler (2009 - *insegurança objetiva e percepção de insegurança*), estabelecem essa diferenciação entre a ocorrência efetiva de atos considerados violentos e a percepção de insegurança apresentada pelas pessoas.

O essencial nessa diferenciação é que ao tratarmos da violência, estamos falando de *atos* violentos, tenham eles caráter concreto, como os homicídios e os roubos - atos violentos criminalizados - ou teor subjetivo, como as violências advindas das relações de poder, como o assédio moral, por exemplo. Quando consideramos a insegurança urbana, estamos falando de uma *percepção* gerada a partir de diferentes elementos, em que a ocorrência efetiva de crimes é apenas um deles. Dessa forma, aspectos ligados aos espaços degradados, como construções abandonadas, pichações, ou a possíveis indicativos de

incivilidade, como aglomerações de jovens nas ruas, podem gerar a percepção de insegurança. Além disso, devemos considerar a atuação das representações da violência.

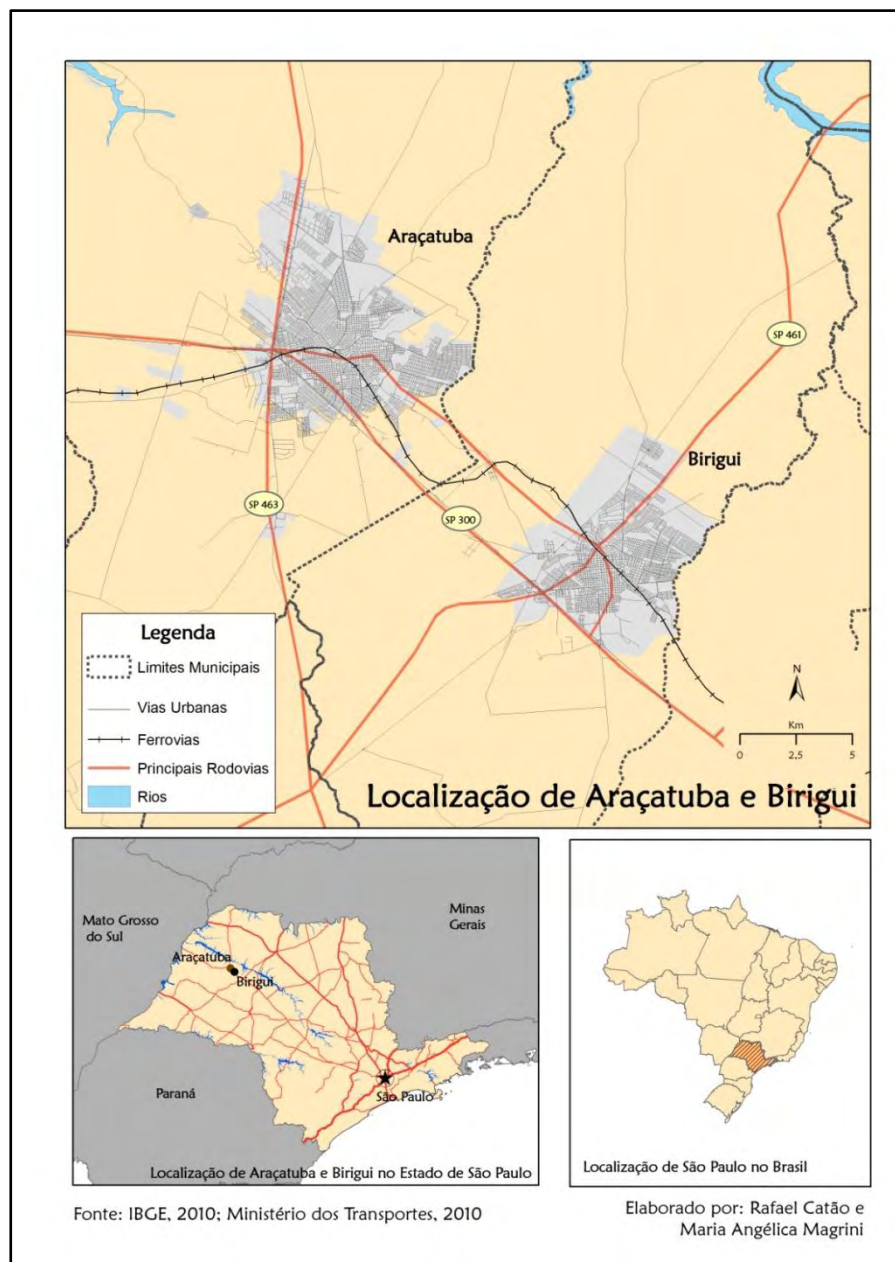
Além de ser constituída por ações, a violência também elabora sentidos e práticas a partir de suas representações, que podem guardar maior ou menor grau de relação com a realidade, dependendo da abordagem sob a qual são produzidas. Góes e André (2006, p. 54) destacam, por exemplo, que o tratamento dado ao tema da violência pela mídia faz com que nos reportemos frequentemente, mais a uma violência representada que a uma violência real, enfatizando as possibilidades de manipulação sensacionalista dos fatos.

Considerando assim, a concepção de Adorno (2005) de que a violência pode ser compreendida a partir de três dimensões – os fatos, as percepções e as explicações – direcionamos nossas análises ao entendimento das maneiras pelas quais as representações da violência e a percepção de insegurança influenciam as práticas cotidianas dos cidadãos, sobretudo daqueles que residem em cidades não metropolitanas. Na próxima seção do texto, apresentamos uma contextualização e uma caracterização das duas cidades selecionadas como base para nossa pesquisa.

Caracterização das cidades estudadas

Na figura 3 temos a representação da situação geográfica das cidades de Araçatuba e Birigui, em relação ao território nacional e ao estado de São Paulo. As duas cidades estão localizadas no noroeste do estado e constituem uma aglomeração não metropolitana, fato que agrega conteúdos importantes para nossa análise, visto que há entre elas o estabelecimento de diversos tipos de fluxos e relações – entre pessoas, mercadorias, informações – que vão influenciar diretamente na elaboração das representações de seus moradores e nas práticas socioespaciais que realizam.

Figura 3 – Situação Geográfica de Araçatuba e Birigui



Os processos de fundação e emancipação política dessas cidades estiveram interligados, visto que as duas foram criadas a partir da instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, no início dos anos de 1900, tornando-se posteriormente distritos do município de Penápolis, do qual obtiveram autonomia político-administrativa em 1921 (SEADE). Essa proximidade física e as semelhanças em seus processos de constituição pontuaram algumas similaridades em suas características atuais, mas há também importantes diferenças entre elas. A partir de

alguns dados e indicadores estatísticos apresentamos um panorama geral com o objetivo de situar as cidades para nossas reflexões posteriores.

Quanto à dimensão populacional, observamos a partir dos dados do Censo de 2010 realizado pelo IBGE, que o município de Araçatuba apresenta um número consideravelmente maior de habitantes (181.579) em comparação com Birigui (108.728). Essa diferença populacional, no entanto, deve ser entendida no contexto da complementaridade de atividades entre as duas cidades. Ao longo dos trabalhos de campo e das entrevistas realizadas pudemos perceber que os fluxos entre elas são intensos, com pessoas residindo em uma e trabalhando ou estudando em outra, por exemplo. Na tabela 2 temos algumas informações acerca da composição populacional das cidades estudadas. Nos dois municípios encontramos uma população urbana maior que a rural, seguindo as tendências verificadas contemporaneamente. As taxas de urbanização de Araçatuba (98,07) e de Birigui (97,02) são mais elevadas do que a taxa média verificada no estado de São Paulo (95,94).

Tabela 2 – Araçatuba e Birigui. População Total, População Urbana, População Rural e Taxa de Urbanização. 2010

População 2010

Municípios	Total	Urbana	Rural	Taxa de Urbanização
Araçatuba	181579	178077	3502	98,07
Birigui	108728	105487	3241	97,02
Estado de São Paulo	41.223.683	39.548.206	1.675.477	95,94

Fonte: IBGE, 2010.

Além do tamanho populacional, outro aspecto que difere na comparação entre Araçatuba e Birigui é a intensidade do crescimento populacional nos períodos mais recentes. Na tabela 3 temos

representados os índices de crescimento populacional em dois períodos – de 1991 a 2000 e 2000 a 2010. Podemos observar que nos dois períodos considerados o crescimento populacional de Birigui é mais elevado do que o encontrado em Araçatuba, que fica abaixo da média verificada para o estado. Esses números mostram que apesar de Araçatuba ter um montante maior de população, Birigui passa por uma reconfiguração populacional mais acelerada.

Tabela 3. Araçatuba e Birigui. Crescimento Populacional (%) – no período total.

Municípios	1991 – 2000	2000 – 2010
Araçatuba	6,08	7,3
Birigui	25,52	15,3
Estado de São Paulo	17,61	11,49

Fonte: IBGE, 2010.

Outro aspecto que pode ser utilizado para caracterizar as duas cidades estudadas diz respeito à composição de suas atividades econômicas. Por meio dos dados apresentados na tabela 4 podemos observar que a estrutura da distribuição dos valores gerados por cada setor econômico é semelhante nos dois municípios, embora a indústria tenha um papel um pouco maior na economia de Birigui. Os maiores valores gerados nos dois municípios é proveniente do setor de serviços.

Tabela 4. Araçatuba e Birigui. Valor Adicionado total por setores de atividade econômica. 2010

Participação no Total do Valor adicionado em milhões de reais (em %)	Araçatuba	Birigui
Agropecuária	2,64	2,52
Indústria	20,56	26,40
Serviços	76,79	71,08

Fonte: Fundação SEADE, 2010.

Podemos ressaltar ainda alguns dados estatísticos referentes ao Produto Interno Bruto – PIB – e à renda per capita de cada uma dessas cidades, além do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano. Na tabela 5, apresentamos essas informações.

Tabela 5. Araçatuba e Birigui. PIB, PIB per capita, Renda per capita (2010) e IDH (2000)

Indicadores	Araçatuba	Birigui	Estado de São Paulo
PIB (milhões de reais)	3.501,84	1.631,76	—
PIB per capita (reais)	19.296,76	15.025,53	—
Renda per capita (salários mínimos)	3,32	2,46	2,92
IDH	0,848	0,829	0,814

Fonte: Fundação SEADE.

Podemos observar que o PIB gerado em Araçatuba é praticamente o dobro daquele auferido em Birigui. Quando consideramos a divisão do PIB pela população essa disparidade é diminuída, mas continua sendo menor em Birigui, que apresenta também um valor menor de renda per capita, menor inclusive do que a média de renda verificada no estado. No que diz respeito ao IDH, Araçatuba (0,848) apresenta um índice melhor que o de Birigui (0,829), mas nesse indicador, Birigui tem um desempenho melhor do que o do estado (0,814).

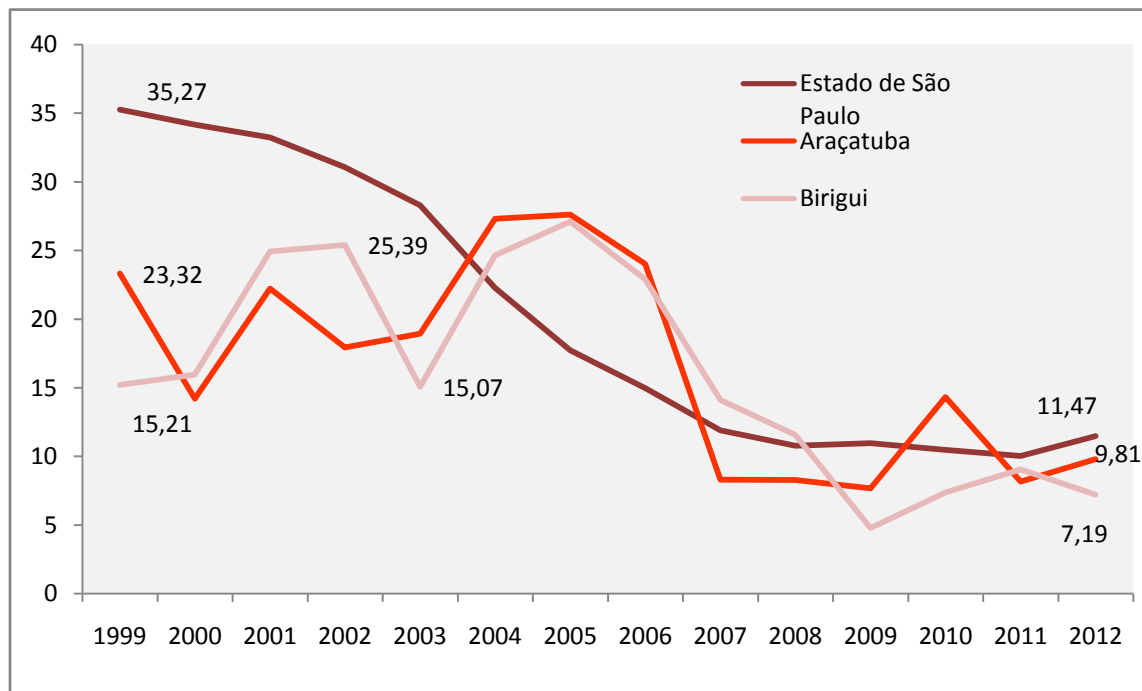
Para situar Araçatuba e Birigui quanto às ocorrências criminais, que influenciam na constituição das representações acerca da insegurança urbana, apresentamos alguns dados de homicídios, roubos e furtos disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública², para o período de 1999 a 2012.

No gráfico 1 apresentamos a evolução das taxas de homicídios em Araçatuba e Birigui, além de apresentar os dados do estado de São

² Para uma discussão crítica acerca do uso de dados estatísticos relativos à criminalidade ver MAGRINI, 2012.

Paulo, para estabelecer comparações. A partir da observação deste gráfico podemos perceber que ao longo do período considerado tivemos diferentes comportamentos das taxas de homicídios. Um primeiro aspecto a ser ressaltado é o fato de que as taxas estaduais apresentaram uma queda considerável nos anos analisados, passando de uma taxa de 35,27 homicídios por 100 mil habitantes em 1999 para 11,47 em 2012. Nesse último ano, porém, observamos uma retomada do crescimento desta taxa, que em 2011 tinha sido de 10,02, por motivos que discutiremos no capítulo 2. No que se refere às taxas de Araçatuba e Birigui também podemos notar um decréscimo relativo ao longo do período considerado – as taxas de Araçatuba passam de 23,3 homicídios por 100 mil habitantes em 1999 para 9,81 em 2012, enquanto Birigui sai de uma taxa de 15,21 em 1999 para 7,19 em 2012. No entanto, tivemos movimentos diferenciados dessas taxas nos anos considerados. Um comportamento a ser enfatizado é o que se verifica a partir de 2004 até 2006, quando as taxas de Araçatuba e Birigui ficam acima dos valores do estado de São Paulo. Em 2007, as taxas de Araçatuba diminuem, ficando abaixo da taxa média do estado, mas as de Birigui ficam acima dessa taxa até 2008.

Gráfico 1. Estado de São Paulo, Araçatuba e Birigui. Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. 1999-2012



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo

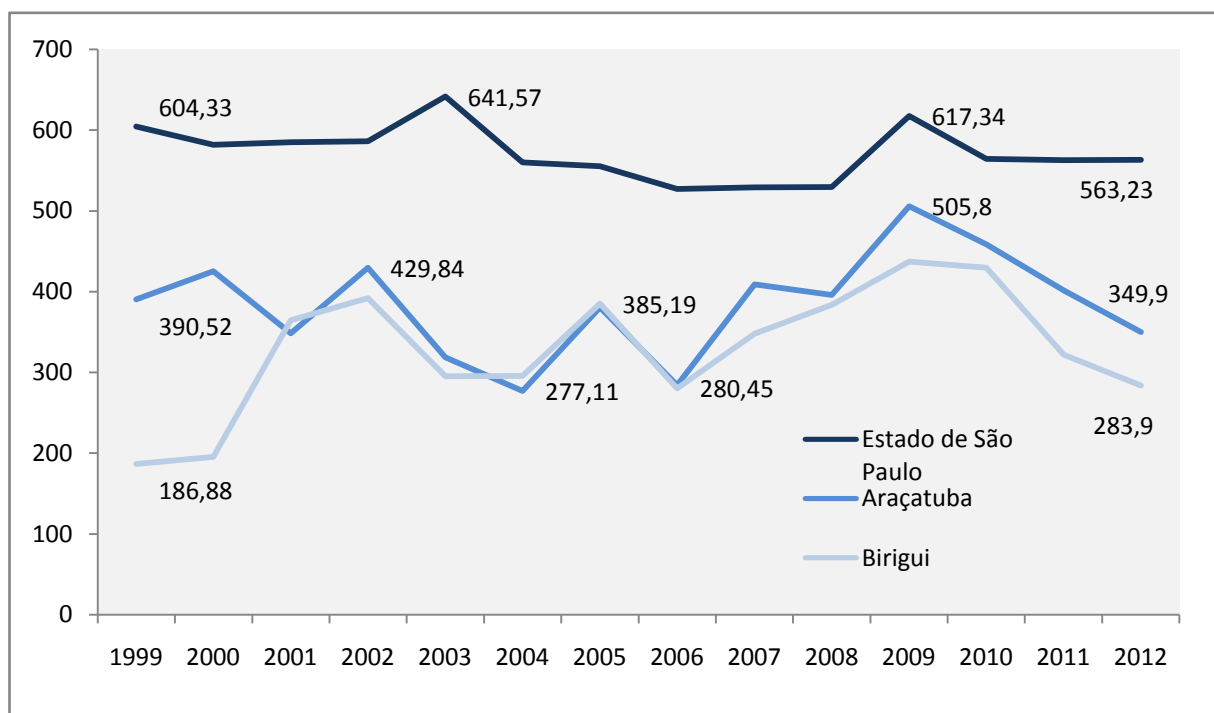
Cabe destacar que ao utilizarmos as taxas de crimes por 100 mil habitantes estamos considerando um parâmetro de comparabilidade entre os números de ocorrências, mas a observação dos números absolutos de ocorrências também é significativa para percebermos as diferenças nas magnitudes desses eventos nos diferentes contextos. Por exemplo, no ano de 2005, em que as taxas de homicídios por 100 mil habitantes de Araçatuba (27,61) e de Birigui (27,1) são maiores do que a do estado (17,71), foram registrados em Araçatuba 49 homicídios, em Birigui 28 e no estado de São Paulo 7.076 homicídios.

As taxas de outros tipos de crimes apresentam comportamentos diferenciados. No gráfico 2 temos representadas as taxas de roubos por 100 mil habitantes de Araçatuba, Birigui e do estado de São Paulo nos anos de 1999 a 2012. Observamos que nesse crime as taxas do estado permanecem superiores às das duas cidades estudadas ao longo de todo o período analisado. Com momentos de aumento significativo,

como em 2003 (641,57) e 2009 (617,34), podemos considerar que as taxas do estado permanecem praticamente estáveis.

Os números de Araçatuba e Birigui oscilam bastante nos anos selecionados, com momentos de acréscimos e de diminuição. Um aspecto importante a ser levado em conta é que no início do período a taxa de Araçatuba era bem superior a de Birigui – em 1999 a taxa de Araçatuba era de 390,52 e a de Birigui era de 186,88 –, mas no ano de 2012, depois de todas as oscilações das taxas, podemos verificar que as taxas de Araçatuba e de Birigui encontram-se bem mais próximas – 349,9 roubos por 100 mil habitantes e 283,9 roubos por 100 mil habitantes, respectivamente.

Gráfico 2. Estado de São Paulo, Araçatuba e Birigui. Taxas de roubos por 100 mil habitantes. 1999-2012



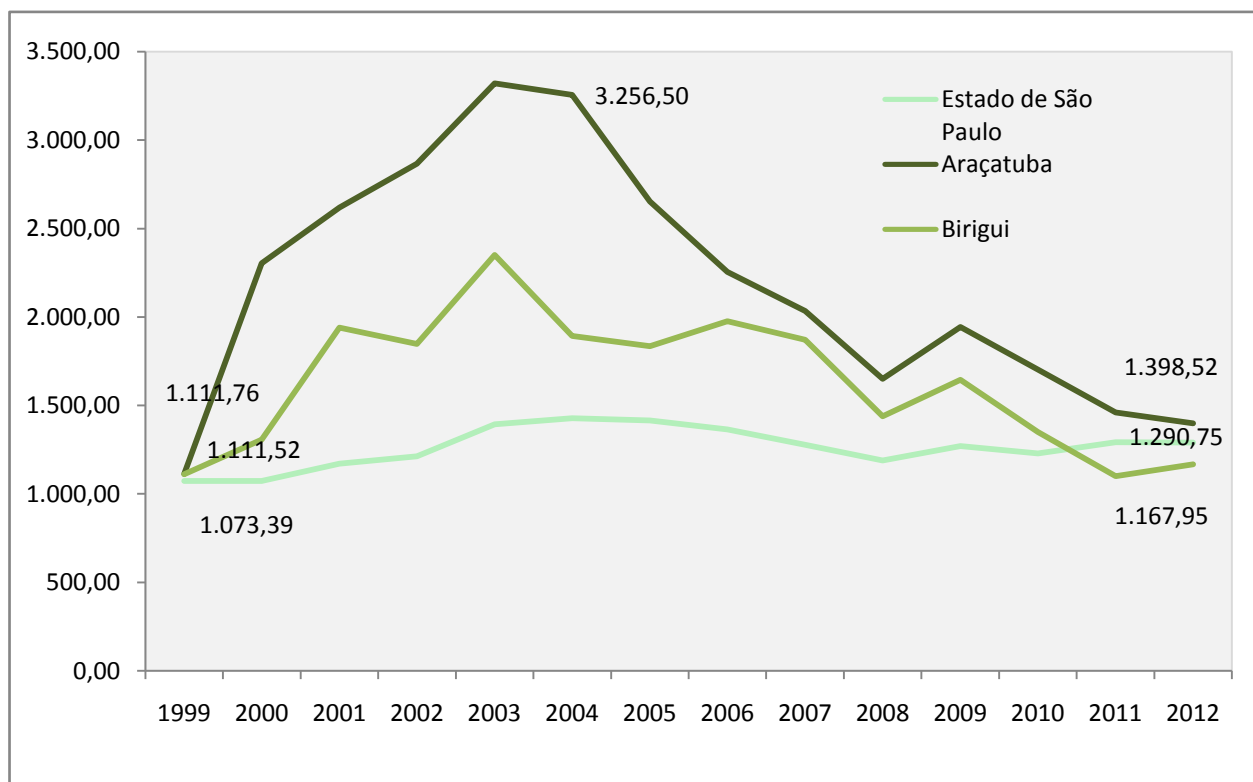
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo

A observação das taxas de furtos por 100 mil habitantes revela um comportamento interessante. Ao longo de todo período as taxas de Araçatuba mostram-se superiores as encontradas na média do estado,

comportamento similar ao das taxas de Birigui, que só ficam abaixo dos números do estado a partir de 2011. Essa configuração das taxas pode estar relacionada com as condições relativas ao registro das ocorrências de furtos, que parecem ser mais favoráveis nas cidades menores, e não ao volume real de ocorrências de furtos que aconteceram. As distâncias e os problemas com o trânsito, por exemplo, podem ser fatores que desestimulam o registro de furtos quando os objetos furtados são de pouco valor, o que é amenizado nas cidades menores. Por isso, temos que nos lembrar sempre que ao trabalharmos com as estatísticas criminais estamos tratando apenas dos números de ocorrências que foram registradas, que tendem a não coincidir com os valores efetivos de atos que aconteceram.

Feitas estas ressalvas, podemos observar que as taxas de furtos por 100 mil habitantes de Araçatuba são superiores às de Birigui durante todo o período considerado, com uma tendência de crescimento constante até 2003, quando atinge a taxa de 3.320,82 furtos por 100 mil habitantes. A partir desse ano, as taxas de furtos começam a cair, mas o período termina com um valor superior ao verificado em 1999. As taxas de furtos de Birigui também oscilam ao longo do período e apesar de estarem abaixo das encontradas em Araçatuba, o período considerado também termina com uma taxa ligeiramente superior ao de 1999.

Gráfico 3. Estado de São Paulo, Araçatuba e Birigui. Taxas de furtos por 100 mil habitantes. 1999-2012



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo

A partir desta caracterização inicial das cidades estudadas, tanto a partir de indicadores populacionais, econômicos e criminais, avançamos para as reflexões acerca da produção dos espaços urbanos sob a influencia do imaginário das cidades inseguras.

III



**CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO DAS CIDADES
INSEGURAS: REAFIRMANDO ESTIGMAS**

IV



Foto III – Araçatuba. Centro de Ressocialização localizado no interior da cidade e que é apontado como fator gerador de insegurança urbana. 2012

Foto IV – Araçatuba. Mercadinho improvisado em casa no bairro pobre e estigmatizado Araçatuba G – Programa Minha Casa Minha Vida. 2012

Fonte: Trabalho de campo

CAPÍTULO 1 – A PRODUÇÃO DO IMAGINÁRIO DAS CIDADES INSEGURAS: REAFIRMANDO ESTIGMAS

Neste capítulo apresentamos uma discussão acerca da produção do imaginário das cidades inseguras e seus conteúdos. Considerando que a insegurança é cada vez mais associada com realidades urbanas diferenciadas, buscamos compreender os elementos que convergem na disseminação dos discursos e imagens que sustentam este imaginário, ressaltando que este processo não é acidental, mas resultante de uma produção realizada a partir da interação de diferentes agentes, portadores de intencionalidades e instrumentalidades diversificadas.

Esta produção, entendida em sentido amplo – abarcando a circulação e a apropriação/consumo do que é produzido, como destaca Marx (1859), considerando também a produção e reprodução das relações sociais, nos termos de Lefebvre (2000) –, é feita a partir da mobilização de aspectos materiais e subjetivos que vão instituindo as representações acerca das cidades inseguras como um imaginário dominante. Isto porque ele tem uma grande capacidade de disseminação e penetração em diferentes contextos sociais, tendendo para o estabelecimento de consensos.

Demonstramos também, que o imaginário das cidades inseguras, a despeito das tentativas de tratar este tema em termos de sua banalização, não é constituído por representações homogêneas. Os conteúdos da insegurança urbana são diferenciados segundo aspectos relacionados com as experiências de vida dos cidadãos, sendo que estas diferenças vão além da existência dos diferentes grupos sociais nas cidades, como permitem identificar as entrevistas realizadas.

Desta maneira, cidadãos que residem nos mesmos bairros, possuem renda e profissões semelhantes e até mesmo cidadãos da mesma família, podem ter concepções diferentes e até opostas sobre a insegurança urbana. Da mesma forma, cidadãos com perfis muito diferentes podem compartilhar representações próximas. Estas diferenças e semelhanças, no entanto, não são aleatórias. Por este

motivo, é importante que consideremos as experiências dos cidadãos, que buscamos conhecer a partir das entrevistas, observando como os imaginários que se pretendem hegemônicos na sociedade são assimilados e retrabalhados pelos indivíduos que a compõem.

Consideramos assim, que um dos elementos mais importantes na produção do imaginário das cidades inseguras é sua reconstrução constante nas práticas cotidianas urbanas. As diferentes interações que se estabelecem conferem significações diferenciadas a este imaginário dominante que, no entanto, não perde suas características centrais, apenas adquire variações.

Este trabalho privilegia, portanto, as diferenças encontradas nas representações sociais, bem como os aspectos que lhes são comuns, buscando entendê-las a partir da contextualização das experiências de nossos entrevistados. Neste sentido, confrontamos estas diversas representações, não para relativizá-las, mas para que sua justaposição nos permita compreender tanto a complexidade inerente às diferenças desses pontos de vista, quanto os mecanismos que aproximam visões de mundo de cidadãos de contextos socioespaciais diferenciados. Pretendemos então, construir um entendimento da realidade que se baseie na apreciação de diferentes perspectivas individuais – socialmente produzidas – superando as análises constituídas a partir de pontos de vista únicos e dominantes.

Cabe observar que a adoção de várias perspectivas para a análise não implica num relativismo subjetivista/individualista, que em nada ajudaria a explicar os temas propostos. O que almejamos demonstrar é a existência de representações diferenciadas, podendo ser opostas ou semelhantes, que influenciam diretamente nas práticas espaciais com base nas quais as cidades são produzidas.

Antes de entrarmos no desenvolvimento destes aspectos, temos que ressaltar ainda nosso entendimento sobre o significado do que definimos como *imaginário das cidades inseguras*. Utilizamos essa expressão para designar o conjunto de representações sociais – pautadas em discursos e imagens – que levam ao reconhecimento das

idades como espaços em que as relações cotidianas são mediadas pela insegurança de seus moradores. Assim, destacamos seu uso metafórico, posto que não são as cidades e seus espaços em si, que são inseguros, mas os cidadãos que lhes apropriam e representam.

Nestes termos, a insegurança comparece tanto no nível da apreensão dos significados simbólicos quanto das práticas, influenciando no estabelecimento das relações de sociabilidade, nas escolhas das localizações e trajetos urbanos para a realização de atividades relacionadas à habitação, consumo, lazer e trabalho, resultando em experiências urbanas marcadas pela busca por segurança.

1.1. Agentes produtores do imaginário das cidades inseguras

A produção do imaginário das cidades inseguras é feita a partir da interação entre aspectos materiais e subjetivos que fazem com que tendamos a contrapor em nosso cotidiano as situações e espaços seguros e inseguros, de acordo com parâmetros previamente veiculados nos discursos e imagens que tentam sustentar este imaginário.

Se partimos então da consideração de que o imaginário das cidades inseguras não é resultado de um conjunto ocasional de processos e sim de uma produção articulada, precisamos identificar quem são os agentes produtores destes discursos e imagens. Além dos responsáveis mais diretos, como por exemplo, os próprios criminosos, a polícia e a justiça, destacamos um conjunto de agentes que não são costumeiramente associados a esta produção, tendo suas ações normalmente consideradas no âmbito do combate a uma insegurança já instaurada.

De maneira geral, ressaltamos a ação de cinco grupos de agentes que contribuem indiretamente para a produção das representações de insegurança: a) a mídia, b) os promotores imobiliários, c) as empresas que oferecem equipamentos e serviços ligados à busca privada por

segurança, d) os políticos e, e) os próprios cidadãos, que reproduzem e resignificam as representações produzidas pelos demais agentes.

A identificação deste conjunto de agentes produtores não exclui a participação de muitos outros agentes que, de forma direta e/ou indireta, contribuem para que a insegurança urbana seja central no cotidiano dos cidadãos. Estes foram selecionados por suas ações serem mais emblemáticas para nosso contexto de análise. Porém, não é fácil estabelecer correlações unívocas ou vínculos causais estreitos entre a ação desses agentes e a produção do imaginário das cidades inseguras.

O que trazemos para a discussão, portanto, são indícios de como esses agentes disseminam representações que reafirmam a insegurança dos espaços urbanos e como eles se beneficiam da sua reprodução. Para analisar esse tema de maneira mais complexa, é necessário que se realizem pesquisas específicas que enfoquem as ações de cada um desses agentes, separadamente e em conjunto.

Reconhecendo assim, as limitações colocadas pelo escopo de nossa análise, levantamos alguns aspectos que nos auxiliam no entendimento dos processos que levam à produção do imaginário das cidades inseguras. Primeiramente, é preciso esclarecer que estes agentes considerados agem em convergência, sem que necessariamente tenham se articulado previamente. Também não é possível identificar um ordenamento temporal na interação desses agentes, ou seja, não há como saber qual agente iniciou a disseminação das representações acerca da insegurança nas cidades e como foram se encadeando as ações posteriores. Defendemos que há um sincronismo na ação destes agentes, uma complementação, que resulta em dinâmicas particulares que possuem significações mais amplas do que se considerássemos os interesses e ações isolados de cada um deles.

Diversos autores, como Glasner (2003), Tuan (2005) e Kessler (2009), demonstram que a insegurança é um conteúdo que tem preocupado, de diferentes maneiras, a humanidade há vários séculos. Com conteúdos distintos, os medos vem sendo historicamente

manipulados e utilizados para a obtenção de múltiplas vantagens – econômicas, políticas, sociais, culturais.

No entanto, na contemporaneidade, este processo adquiriu características específicas. O que consideramos como novo e exclusivo de nossa sociedade são: a) a magnitude desta manipulação dos discursos e imagens acerca da insegurança, potencializada pelo desenvolvimento dos meios de comunicação, b) a grande amplitude do alcance socioespacial destes discursos e imagens, que promove uma homogeneização relativa dos imaginários e práticas relacionadas à segurança, em diferentes contextos e c) a ampliação da capacidade de obtenção de lucros a partir da venda da segurança, numa sociedade orientada pelo consumo – material e simbólico. Neste sentido, realizamos no próximo subitem, uma caracterização muito sucinta da sociedade contemporânea, que nos permite, porém, entender tamanha capilaridade das representações relacionadas com a insegurança.

A produção de uma “Sociedade Insegura”

Antes de iniciarmos a discussão sobre os agentes disseminadores do imaginário das cidades inseguras é preciso que entendamos minimamente o contexto macrossocial que propicia que as representações veiculadas por eles encontrem identificação e legitimação social. Isso porque não podemos analisar as ações desses produtores como se elas estivessem acima da sociedade ou descoladas dela. Para que haja a produção deste imaginário dominante, é necessário que os cidadãos tenham algum reconhecimento das representações difundidas para que eles possam assimilá-las e resignificá-las.

Vários estudiosos, como Bauman (2001), Giddens (2002) e Jameson (2006), que se ocupam da análise da sociedade contemporânea, reconhecem que estamos em um período particular cujas características se diferenciam da modernidade. Embora não exista consenso sobre se este período corresponde a uma ruptura com o precedente ou apenas a uma agudização de seus elementos, é certo que

a atualidade é marcada por processos e significações que lhe são próprios.

Entre os diferentes aspectos que caracterizam a contemporaneidade, um em particular nos ajuda a entender porque os discursos e imagens que sustentam a ubiquidade da insegurança urbana nos são de fácil identificação: estamos num período em que os avanços técnico-científicos transformaram os diferentes âmbitos da vida social, colocando em pauta uma série distinta de riscos e incertezas – em relação ao meio ambiente, à saúde física e mental, aos diversos tipos de violência, ao trabalho, ao convívio social, entre outros – que geram inseguranças crescentes.

De acordo com Beck (2008), participamos na atualidade da *Sociedade do Risco*, período em que a produção social da riqueza vem sendo acompanhada sistematicamente pela produção social dos riscos. O autor identifica que a principal preocupação da sociedade nesse contexto gira em torno de como podemos evitar e minimizar os riscos produzidos, limitando-os e repartindo-os de maneira que eles não se tornem obstáculos para os processos em curso, nem ultrapassem os limites do suportável. Neste contexto, a promessa de segurança cresce paralelamente aos riscos, que são ratificados permanentemente frente à opinião pública, tornando possível que haja um aproveitamento econômico e político deles.

Apesar de Beck (2008) construir seus argumentos majoritariamente a partir da perspectiva dos países centrais e de não tratar diretamente dos riscos advindos da violência urbana, é possível traçar paralelos que nos ajudam a entender a importância da insegurança nas cidades brasileiras, ao considerarmos que a ponderação constante dos riscos envolvidos nas experiências urbanas e a escolha das formas de se lidar com eles são o fio condutor que permite que o imaginário das cidades inseguras seja disseminado.

No mesmo sentido, Giddens (2002) afirma que pensar constantemente nos riscos envolvidos em nossas ações cotidianas é praticamente inevitável atualmente, sendo que a maioria das pessoas

tem consciência do perigo que reside na recusa de pensarmos desta maneira. O autor destaca também, que esta preocupação com os riscos não está relacionada diretamente com a prevalência dos perigos efetivos para a vida em nossa sociedade, posto que em comparação com épocas anteriores, temos uma posição muito mais segura.

Ainda sobre este aspecto, Glasner (2003) defende que vivemos num período de prevalência da *Cultura do Medo*, em que a percepção dos riscos vem aumentando mais que seus níveis reais verificados. Em sua concepção, esta exacerbação dos riscos, e em contrapartida, da insegurança, tira nosso foco de problemas mais relevantes que afetam grandes parcelas da sociedade, como as desigualdades sociais ou as discriminações entre grupos, que são sublimadas diante dos riscos crescentes que temos que enfrentar cotidianamente. Segundo o autor (2003, p. 40), “muito poder e dinheiro estão à espera daqueles que penetram em nossas inseguranças emocionais e nos fornecem substitutos simbólicos”.

As concepções destes autores nos permitem então, identificar duas características principais que perpassam a insegurança que preocupa nossa sociedade: a) os conteúdos que embasam sua percepção são frequentemente manipulados, não tendo necessidade de coincidir com as situações efetivas e, correlatamente, b) permitem a obtenção de diferentes tipos de vantagens, sejam elas econômicas, políticas ou sociais.

Para ampliar sua compreensão, é preciso que situemos estas duas características referentes à produção de uma atmosfera de incertezas e inseguranças no contexto da *Sociedade de Consumo*, tratada a partir de diferentes perspectivas, por autores como Lefebvre (1991), Baudrillard (2009), Canclini (2010) e Bauman (2011). Com a pretensão de explorar elementos estratégicos desta sociedade orientada pelo consumo e que nos ajudam a desvendar a produção do imaginário das cidades inseguras, destacamos algumas reflexões que consideramos importantes.

Para Baudrillard (1991), em nossa sociedade é notável a tendência para que nos relacionemos mais com objetos do que com pessoas. Estes objetos devem ser entendidos como signos manipuláveis, inseridos em uma lógica de produção social de significantes que permite que haja a comunicação de sentidos entre os diferentes consumidores. O consumo age então, como um processo de classificação e diferenciação social pautado na ordenação dos valores e significações dos objetos/signos dentro de uma hierarquia compartilhada, que gera distinção. Sendo assim, por meio do consumo se estabelece uma linguagem – operacionalizada pelos objetos/signos – comprometida com a marcação de posições sociais, que influenciam na sociabilidade dos consumidores.

Ao analisar diferentes aspectos característicos do consumo contemporâneo, Bauman (2011) ressalta o papel crescente da individualização, decorrente da terceirização da tarefa de manter unida a sociedade, que foi alocada no plano das políticas individuais de vida. Isto gera alterações profundas nos processos complementares de identificação/pertencimento e diferenciação/oposição, fazendo com que os laços sociais percam grande parte de sua antiga intensidade. Para o autor, a desregulamentação, a privatização e a individualização são características centrais da contemporaneidade, na qual a coesão social é cindida em inúmeras unidades individuais, que o consumo tende a unir – precariamente, visto que o cerne da felicidade dos consumidores é pautado em prazeres individuais, solitários, mesmo quando apreciados em conjunto.

Os laços sociais na sociedade de consumo também são tratados por Canclini (2010), que ressalta o fato de que as mudanças nas formas de se consumir provocaram alterações nas possibilidades e modos de se exercer a cidadania. Muitos dos problemas próprios dos cidadãos são resolvidos por meio do consumo privado de bens e discursos veiculados pelos meios de comunicação, ao invés de figurarem como questões relativas às regras abstratas da democracia. O autor identifica assim,

que a ampliação da importância da dimensão do consumo está intimamente ligada ao retraimento da lógica da cidadania.

Estes elementos destacados acerca da sociedade de consumo serão melhor desenvolvidos ao longo do texto, mas gostaríamos de ressaltar inicialmente, dois aspectos: a) o recuo da importância das soluções buscadas em conjunto para problemas sociais, baseadas em princípios de cidadania e coesão social, acompanhado da ampliação da busca individualizada por estas soluções, nos auxiliam no entendimento do crescente mercado de segurança, em contrapartida aos discursos que reforçam a ineficácia do Estado enquanto garantidor da segurança pública, e b) a constatação de que o consumo pauta um processo de comunicação de significados entre os consumidores nos ajuda a entender os conteúdos de distinção social que perpassam a comercialização de equipamentos, serviços e espaços relacionados com a segurança, associados com conteúdos de *status* e identificação/diferenciação.

A consolidação do imaginário das cidades inseguras no contexto da sociedade de consumo pode ser entendida também, a partir de outra perspectiva. A centralidade do consumo enquanto forma de comunicação social, amplia o rol de “necessidades” a serem consideradas para que se viva em sociedade, fazendo com que a expansão das capacidades de consumo seja cada vez mais buscada, muitas vezes até, por meios ilegais, fomentando as determinações materiais que sustentam as representações da insegurança. Neste sentido, a prevalência dos crimes contra o patrimônio, como roubos e furtos, na constituição do que entendemos como violência urbana, pode ser entendida segundo este raciocínio.

Tratando mais especificamente das características atuais da disseminação da insegurança como fator orientador da vida em sociedade, destacamos as ideias de dois autores. Curbet (2004) nos chama a atenção para o fato de que os conflitos e riscos contemporâneos não devem ser compreendidos como residuais ao processo de modernização, mas como componentes essenciais deste

processo, que permitem com que ele seja constantemente reproduzido. Na mesma direção, as palavras de Batista (2003, p. 83) enfatizam que o “demônio contemporâneo” está condensado nos discursos sobre o aumento da criminalidade. Ao considerar que a sedução do mercado é em nossa sociedade a grande igualadora e a grande divisora dos grupos sociais, a autora observa que a multiplicação de comportamentos considerados como violentos não é um problema para a manutenção da sociedade de consumidores, visto que é, antes de tudo, um de seus pré-requisitos.

Bauman (2008) também contribui para a compreensão da produção do imaginário das cidades inseguras, ao ressaltar que a economia de consumo depende da produção de consumidores e que os consumidores que precisam ser produzidos para os produtos destinados à busca por segurança devem ser necessariamente inseguros e esperançosos de que os perigos que temem recuem mediante remuneração.

Este conjunto de reflexões nos ajuda a delimitar a perspectiva segundo a qual entendemos a produção do imaginário das cidades inseguras. Ainda que possamos discutir a inserção diferenciada das cidades brasileiras na pós-modernidade ou modernidade avançada, considerando desde os níveis mais completos aos mais superficiais, podemos afirmar que, de forma geral, os espaços urbanos brasileiros vêm sendo cada vez mais associados com riscos e inseguranças – reais ou imaginados –, sendo influenciados, portanto, pela criação atual de uma atmosfera de incertezas generalizada.

Queremos frisar assim, que existe um imaginário, que se pretende global, que indica que passamos, enquanto humanidade, por um período marcado pela necessidade de lidarmos com diferentes inseguranças e que elas podem e são manipuladas em diferentes níveis por agentes específicos que se beneficiam de suas posições de poder para tirar proveitos diversos desta manipulação. Além dos ganhos econômicos e políticos, este imaginário permite, ao se tornar o foco das preocupações contemporâneas, que outros problemas crônicos, como as

desigualdades sociais, sejam minimizados, o que contribui para que eles se perpetuem e se ampliem.

É neste contexto que analisamos a produção do imaginário das cidades inseguras em relação à realidade urbana brasileira. Considerando que existem infindáveis aspectos que podem ser tratados a partir da ideia de risco, capazes, portanto, de gerar inúmeras inseguranças – que muitas vezes são agregadas subjetivamente em uma percepção de insegurança difusa – trataremos da produção da *insegurança urbana*, relativa aos anseios frente a diferentes tipos de violência, criminalizadas ou não, mas também a diversas situações que não são nem violações da lei, nem são entendidas diretamente como violência, mas que são identificadas como ameaçadoras: grupos de jovens numa esquina à noite, alguém desconhecido parado na frente do seu portão, etc.

Nosso entendimento sobre a insegurança urbana considera assim, que ela é produzida a partir tanto de aspectos materiais quanto subjetivos, inseparáveis, podendo ser causada por contatos diretos com algum tipo de violência ou circunstância considerada perigosa e/ou a partir de elementos subjetivos ligados à disseminação das representações acerca da violência e de outras situações tidas como ameaçadoras.

Nesta interação entre os aspectos materiais e subjetivos que participam da constituição das inseguranças urbanas, não pretendemos valorizar uma destas dimensões em relação à outra. Neste sentido, nosso intuito não é negar o fato de que a violência urbana é um problema concreto importante para parte das cidades brasileiras, como foi destacado nas análises realizadas a partir das estatísticas criminais. O que queremos demonstrar é que a produção do imaginário das cidades inseguras vai além dos contextos socioespaciais em que se verifica empiricamente a existência destes problemas, atingindo assim, cidades de diferentes configurações, a partir de uma unificação imaginária das realidades urbanas, o que confere contornos específicos à questão.

Buscando compreender melhor o papel de cada agente que participa da produção do imaginário das cidades inseguras, identificamos a seguir alguns aspectos relacionados com suas ações, dando destaque para as possíveis significações socialmente produzidas, bem como para os benefícios que esses agentes conseguem a partir do tratamento das inseguranças urbanas. Reiteramos que não é fácil definir e isolar analiticamente as influências diretas que cada um destes produtores possui na disseminação das representações dominantes acerca das inseguranças urbanas. Por isso, admitimos o caráter inicial das discussões apresentadas, mas esperamos, no entanto, que elas suscitem novas indagações que contribuam para o avanço do entendimento sobre o tema³.

Consideramos que a mídia é o principal agente produtor das imagens e discursos que constituem o imaginário das cidades inseguras, pois é ela que dá visibilidade, amplifica e sustenta as ações e intenções de todos os outros agentes, ao apresentar aos seus consumidores as “necessidades” do mundo contemporâneo. A sociedade em si também tem papel de destaque nessa produção, pois ela é ao mesmo tempo alvo das representações veiculadas, reprodutora e produtora de transformações de suas significações, a partir das contraposições que realiza nas práticas socioespaciais cotidianas.

Dessa forma, optamos por tratar em conjunto as ações dos promotores imobiliários, das empresas ligadas à segurança privada e dos políticos. Em seguida, abordamos a atuação da mídia na retroalimentação subjetiva que dá suporte para as ações de todos esses produtores. Fechamos nossa contribuição apresentando algumas reflexões sobre o papel dos cidadãos na resignificação das mensagens que baseiam o imaginário das cidades inseguras.

³ Alguns dos aspectos tratados de forma menos aprofundada nesta seção, encontram-se melhor desenvolvidos em outras partes do texto.

1.1.1. Os produtores do imaginário das cidades inseguras

As ações do conjunto de agentes que selecionamos são analisadas a partir da consideração de que na contemporaneidade, a venda de segurança é um negócio rentável e em expansão. Além dos lucros financeiros que se podem auferir, existem os ganhos relacionados às esferas de poder, visto que as pressões da opinião pública acabam por valorizar certas posições políticas, enquanto desvalorizam outras.

Para ressaltar estes aspectos, destacamos mais uma vez as ideias de Beck (2008) que afirma que na sociedade do risco o desenvolvimento capitalista é elevado a um novo patamar, visto que os riscos, sempre em processo social de definição – produção –, são um barril de necessidades sem fundo, infinito, constituindo um *big business*. A partir do aproveitamento econômico e político dos riscos, a sociedade produz mais situações que podem ser identificadas como de perigo e aumenta o potencial de uso político deles. Desse modo, as ações dos produtores do imaginário das cidades inseguras, inseridas nesse contexto de utilização econômica e política das inseguranças, podem ser consideradas como autorreferenciais e retroalimentáveis.

É nesta conjuntura de cidadãos inseguros e dispostos a pagar por segurança que se inserem as ações dos promotores imobiliários. Empenhados em disseminar novos conceitos em termos de produção de espaços, no intuito de diferenciar e valorizar seus empreendimentos, estes agentes precisam legitimar e despertar o interesse dos possíveis consumidores de seus produtos.

Desta forma, criam uma demanda interessada em comprar seus empreendimentos, cujos exemplos mais emblemáticos no que se refere à venda da segurança são os loteamentos fechados, os *shopping centers* e os condomínios empresariais. Para que todos os controles de acesso, monitoramentos e vigilâncias – que poderiam inicialmente ser identificados como invasões e limitações da privacidade – sejam aceitos e sobretudo, desejados, tidos como indispensáveis, é preciso que exista um imaginário social que sustente a necessidade destes espaços.

Uma das principais formas de despertar o desejo dos consumidores é por meio das mensagens publicitárias, veiculadas pelos diferentes domínios midiáticos. Além da segurança, diversos outros aspectos – materiais e simbólicos – são oferecidos nestes espaços fechados, como tranquilidade, qualidade de vida, contato com a natureza, infraestrutura moderna, etc. Sendo assim, a publicidade que se destina a vender estes empreendimentos tende a contrapor suas características positivas com representações desqualificadoras acerca da cidade aberta (insegura, poluída, sem infraestruturas adequadas, desordenada, etc.). Esta contraposição, no entanto, não é total. No caso dos loteamentos fechados, por exemplo, a proximidade ou a facilidade de acesso a parcelas determinadas da cidade que estão fora de seus muros – universidades, hospitais, *shopping centers* – é valorizada, nos ajudando a entrever a tendência de apropriação fragmentada social e espacialmente que vem sendo consolidada.

Para criar nos consumidores a necessidade de morar, comprar, trabalhar e desfrutar de lazer em espaços tidos como mais seguros, é preciso que os promotores imobiliários os convençam de que não é mais possível – para aqueles com recursos financeiros disponíveis, mas também para aqueles que não têm, visto que eles recebem as mesmas mensagens – realizar estas atividades na cidade aberta, onde a insegurança é representada como crescente e sem prognóstico de solução. Desta forma, estes empreendedores se beneficiam das mensagens transmitidas pela mídia, ao mesmo tempo em que estimulam sua veiculação, que atestam o aumento geral da insegurança urbana, inclusive em cidades de porte médio, espaços onde a produção dos empreendimentos fechados como os loteamentos e *shopping centers* tem sido cada vez mais significativa.

Sobre este aspecto, é interessante destacar a homogeneização da oferta de segurança, e dos outros elementos diferenciados e diferenciadores – em empreendimentos localizados em contextos socioespaciais diferentes. Por exemplo, no *site* da Alphaville Urbanismo – empresa de âmbito nacional que atua tradicionalmente na produção

de loteamentos fechados em áreas metropolitanas, mas que vem expandido sua ação também para cidades de porte médio, com previsões inclusive de implantar um empreendimento em Araçatuba, uma de nossas cidades pesquisadas – podemos observar que os equipamentos e práticas de segurança oferecidos em um loteamento na Granja Viana, em São Paulo, e na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, são os mesmos para aqueles localizados em Ribeirão Preto – SP ou Mossoró – RN, como se as situações destas cidades fossem equivalentes quando consideramos as ocorrências efetivas dos atos tidos como violentos.

Para que a estratégia de localização dos empreendimentos desta empresa possa ser ampliada, é necessário que o imaginário das cidades inseguras tenha se expandido e consolidado como conteúdo intrínseco aos diferentes espaços urbanos. Só assim, moradores destas diferentes cidades poderiam ser convencidos de que necessitam dos equipamentos e das práticas de segurança embutidos no conceito Alphaville de habitar:

- Controle de acesso informatizado, com software de última geração em gerenciamento de triagem e câmeras de alta resolução;
- Câmeras *Speed Dome*, com alto poder de visualização à distância no perímetro do empreendimento;
- Célula de segurança blindada, onde são monitorados os alarmes, câmeras e portarias, com estrutura para gerenciamento de crises;
- Planejamento e cultura de prevenção, a partir de um Plano Diretor de Segurança, resultante de estudos da região destinada ao empreendimento, que trata de aspectos como o posicionamento da portaria, colocação de muros e grades e os locais para instalação de equipamentos de segurança, considerando tanto aspectos do terreno quanto as *peculiaridades do entorno* e;

- Normas de convívio abrangendo orientações aos moradores sobre a necessidade de adotar um comportamento preventivo⁴.

Levando em conta o entendimento de Baudrillard (2009) de que o consumo dos objetos não pode ser analisado em si mesmo, sem a consideração de suas significações sociais compartilhadas que dão ao ato de consumir um sentido de linguagem, observamos que os equipamentos e as medidas de segurança oferecidos nos diferentes espaços fechados, associados com as outras “vantagens” à venda nesses empreendimentos, compõem um constructo simbólico capaz de diferenciar seus consumidores, evidenciando suas posições sociais.

Cabe destacar que estes empreendimentos fechados, inicialmente produzidos para as elites, além de estarem sendo implantados em cidades de diferentes dimensões e características, estão sendo oferecidos também aos segmentos médios e até populares, embora precisemos considerar suas especificidades. Constatamos nas entrevistas realizadas que os loteamentos fechados, por exemplo, figuram como desejos tanto para os entrevistados de médio poder aquisitivo quanto para os pobres, mesmo que as críticas a este tipo de *habitat* tenham comparecido em suas falas, como analisaremos no capítulo 2.

Esta aparente homogeneização das representações que sustentam o consumo dos diferentes segmentos sociais pode ser entendida a partir de ações publicitárias, como a realizada pela empresa Alphaville Urbanismo: nos dias 1 e 5 de outubro de 2012, os empreendimentos da empresa foram citados nos capítulos da novela das nove da Rede Globo, Avenida Brasil, identificada por diferentes meios como tendo uma das maiores audiências dos últimos tempos. Num dos capítulos, uma *socialite* falida obrigada a ir morar no subúrbio do Rio de Janeiro, em meio a suas reclamações sobre o local, comenta: “Isso é um pesadelo, só pode ser. Eu sempre disse que pra sair de Ipanema só se fosse pra

⁴ Informações encontradas em <http://www.alphaville.com.br/portal/seguranca>, acessado em 17/09/2012.

morar no Alphaville, com conforto, gente chique, bonita, segurança, silêncio”. Certamente, a mensagem de que os subúrbios em contraposição às qualidades de Alphaville são desconfortáveis, habitados por gente “sem classe” e feia, inseguros e barulhentos, foi recebida por grande número de pessoas com perfis socioeconômicos diferenciados, juntamente com a de que a solução para afastar o “pesadelo” que é viver ali seria morar num loteamento fechado.

Deste modo, apesar de apenas uma parcela pequena da sociedade ter condições financeiras para efetivamente comprar uma casa em um empreendimento de alto padrão, como Alphaville, a ideia de que este é um modelo superior de *habitat* é emitida para todos os segmentos, criando uma demanda para empreendimentos mais baratos, mas que também agregam aspectos diferenciados em relação à cidade aberta, como a segurança. Esta homogeneização aparente das “necessidades” de consumo dos diferentes cidadãos tem consequências importantes, visto que potencializa as clivagens sociais para além daquelas existentes entre pobres e ricos. Generaliza-se no próprio interior dos grupos sociais o princípio da suspeita e do evitamento, agregando novos conteúdos ao processo de fragmentação socioespacial, como demonstraremos no capítulo 3.

Além dos aspectos subjetivos envolvidos na criação da demanda por espaços fechados, que se beneficiam da disseminação dos discursos acerca da insegurança urbana, ao mesmo tempo em que a influencia, temos que considerar a dimensão objetiva que estes espaços de acesso controlado têm na composição do imaginário das cidades inseguras. Em decorrência da produção concreta destes espaços, vendidos como mais seguros, temos uma retroalimentação das representações de que as cidades estão inseguras.

Pela própria presença física destes empreendimentos na paisagem urbana e todas as significações simbólicas que seus muros, grades e cancelas podem suscitar, é atestado para os cidadãos que as necessidades contemporâneas em termos de segurança realmente mudaram. Estes empreendimentos promovem deste modo,

representações de que viver e frequentar a cidade aberta é sempre mais inseguro do que realizar estas atividades em espaços de acesso controlado, mesmo que os limites da segurança oferecida nestes espaços sejam reconhecidos.

As ações das empresas de equipamentos e serviços ligados à segurança privada possuem o mesmo delineamento da atuação dos empreendedores imobiliários, visto que também precisam de uma atmosfera de insegurança urbana para justificar a necessidade de consumo do que oferecem. Precisam ainda, analogamente com o que acontece na venda dos empreendimentos de acesso controlado, que as pessoas não acreditem nos sistemas de segurança pública disponíveis, concluindo que a solução para garantir sua segurança, a de sua família, bem como a de suas residências e empresas, está na utilização individual de equipamentos cada vez mais sofisticados de monitoramento e na contratação de equipes de segurança privada, por exemplo, como analisamos no capítulo 2.

Ao contrário dos benefícios que estas empresas obtêm com a disseminação do imaginário das cidades inseguras, que são de fácil identificação, as influências de suas ações na produção deste imaginário não são tão aparentes. O fato é que tanto os equipamentos, quanto os serviços de segurança privada marcam o cotidiano urbano, ratificando as representações de que as cidades são inseguras. Deste modo, podemos concluir que uma das dimensões da participação destas empresas na produção do referido imaginário diz respeito à presença ostensiva de seus produtos nas cidades, indicando – material e simbolicamente – que atualmente eles são praticamente indispensáveis.

Neste ponto, cabe destacar o papel dos cidadãos na produção do imaginário das cidades inseguras, posto que eles, diante das significações disponíveis socialmente, contribuem na disseminação dos discursos e imagens acerca da insegurança por meio de suas interações sociais, nas quais trocam informações e representações, e também a partir de suas escolhas cotidianas.

Quando os indivíduos decidem morar em um loteamento fechado ou equipar suas casas com os mais diferentes equipamentos de vigilância, por exemplo, estão produzindo e emitindo mensagens para o restante da sociedade, no sentido de que estas são as escolhas que devem ser feitas. A produção do imaginário das cidades inseguras é sustentada então, pela convergência das representações que circulam a partir da criação do mercado e do consumo de produtos, serviços e espaços que oferecem segurança.

No que se refere à atuação dos políticos – nas diferentes posições em relação ao Estado: em período de campanha pela (re)eleição ou no cumprimento do mandato – na manipulação da insegurança e sua consequente contribuição para a produção do imaginário das cidades inseguras, temos nuances diferenciadas em relação às ações dos demais agentes. Os benefícios que eles obtêm a partir da disseminação deste imaginário não são diretamente financeiros. O que está em jogo para os políticos é a conquista de poder.

Sobre este aspecto, Curbet (2004) considera que frente a situações de insegurança exacerbada, os eleitores são levados a se “vender” aos que prometem mais segurança. Quando já estão no poder, as representações acerca da insegurança continuam a ser manejadas, visto que, como destaca o autor, em uma sociedade formada por indivíduos inseguros, é mais complicado questionar a ordem estabelecida e duvidar das medidas coercitivas, muitas vezes abusivas e seletivas, adotadas pelo Estado.

Um contexto de insegurança instaurado é útil aos políticos, também, para que a população foque problemas menos importantes, que eles conseguem de alguma forma gerir, deixando de lado aqueles mais complicados ou que necessitariam de mais investimentos, como destacam Glassner (2003) e Robert (2006). Assim, é muito conveniente manter a população preocupada com os grupos pretensamente perigosos, ao invés de deixar que eles tomem consciência de problemas mais urgentes. Os conteúdos dos discursos habituais sobre a violência

permitem ainda, que outros tipos de atos violentos menos visíveis, como aqueles realizados nas próprias instâncias estatais, sejam ignoradas.

Desta forma, a insegurança é um aspecto que pode ser utilizado pelos políticos, por exemplo, em campanha eleitoral, em que marcam suas posições em relação às medidas preventivas e punitivas de segurança, atraindo os votos de determinados segmentos. Se eles já estão no poder, podem manipular a insegurança para justificar controles sociais sobre determinados grupos, notadamente os mais pobres, ou para desviar a atenção da sociedade de questões mais prementes. Dependendo então, da conjuntura de poder que se configura são produzidos os discursos para propagar a urgência de lidarmos com a insegurança crescente ou para ressaltar os avanços já realizados neste setor.

Para exemplificar este uso da insegurança pelos políticos, transcrevemos alguns trechos do debate que antecedeu o segundo turno das eleições para prefeito da cidade de São Paulo, realizado entre os candidatos José Serra do PSDB e Fernando Haddad do PT, veiculado no dia 24/10/2012 pelo SBT e pelo portal UOL. A pergunta que abriu o debate foi sobre segurança pública. O candidato Haddad cita a “escalada de violência” e uma “epidemia de insegurança” em São Paulo, ressaltando o aumento das ocorrências de crimes como chacinas, extermínios, arrastões e latrocínios, em referência direta aos problemas da administração do governo estadual comandada por Geraldo Alckmin, do mesmo partido político de Serra, perguntando também o que o candidato pretendia fazer:

Minha pergunta é sobre segurança. São Paulo vem vivendo uma escalada de violência, uma epidemia de insegurança, com chacinas, extermínios na periferia e mais recentemente arrastões e latrocínios nos bairros nobres. Eu gostaria de saber do Candidato a que ele atribui essa escalada de violência, se ele tem responsabilidade como ex-prefeito e como ex-governador e o que ele pretende fazer pelo futuro de São Paulo.

No início de sua resposta, José Serra enfatiza que a segurança pública não é uma das responsabilidades diretas do poder municipal e que comparativamente ao restante do país, a situação de São Paulo

melhorou muito, em relação inclusive ao estado da Bahia, governado pelo PT.

Essa questão da segurança, ela não é de responsabilidade direta da prefeitura. A prefeitura pode ajudar muito e é isso que eu vou fazer. Até porque eu conheço os dois lados. Já fui prefeito e já fui governador. Já tive a responsabilidade também sobre a segurança. A situação de São Paulo na segurança deixa a desejar, é insatisfatória. Mas é preciso considerar que melhorou muito comparativamente ao resto do Brasil, inclusive de estados administrados pelo PT, como é o caso da Bahia. São Paulo registrou a maior queda de homicídios no Brasil, proporcionalmente e em termos absolutos, nos últimos 12, 13 anos.

Como propostas, Serra cita a contratação pela prefeitura de policiais militares em seus horários de folga, integrar as ações da prefeitura com as do governo do estado, comandado pelo PSDB, por meio da aproximação da guarda civil metropolitana e as polícias civil e militar. Propõe ainda, a instalação de câmeras de vigilância e a “virada social”: operação intensiva de natureza social com o objetivo de garantir mais segurança – que deixa subtendidos os conteúdos de repressão e controle social. A articulação com o governo do estado é valorizada como positiva para a segurança do município de São Paulo.

Agora, a prefeitura pode fazer coisas importantes nessa direção. Uma delas é reforçar a operação delegada, em que o PM na hora de folga, é contratado pela prefeitura. Hoje já tem 8 mil PMs nesse programa e 4 mil na rua. Mais ainda, aumentar a integração entre prefeitura e governo do estado, entre guarda civil metropolitana e polícia militar, polícia civil. Eu introduzi como prefeito, câmeras de vigilância do município e trouxe como governador, câmeras também do estado. Elas já estão integradas, mas podem se integrar muito mais ainda, pra este trabalho conjunto. Vamos também, fazer na capital, a virada social, que eu experimentei, fizemos algumas vezes no governo do estado, em algumas regiões, em que há uma operação intensiva, inclusive de natureza social, com vistas a maior segurança. Enfim, são questões que podem ser bastante melhoradas mediante a intensificação da cooperação entre a prefeitura e o governo do estado. Entre eu prefeito e o Alckmim governador.

Na réplica à resposta de Serra, Haddad cita algumas estatísticas e diz não estar se referindo a períodos anteriores, mas à situação atual de aumento das ocorrências criminais, retomando o pedido para que seu oponente fale de suas propostas efetivas para a área de segurança.

Serra, os dados recentes sobre violência dão conta de que o problema é muito mais grave e muito mais recente do que você imagina. Não estou falando de coisas de 12, 15 anos atrás. Estou falando de agora, do presente e do futuro. O que você reluta em discutir. O homicídio doloso aumentou 15% do ano passado pra cá, segundo dados oficiais da Secretaria de Segurança. O número de vítimas aumentou 17%. Tentativas de homicídios, 35%. Estupro, 26%. E latrocínio, 6%. Você faz referência à operação delegada, mas a operação delegada não contrata os policiais nos dias de folga pra cuidar da segurança. Na verdade, ela enfrenta o comércio irregular, o comércio ambulante. Inclusive quem tinha permissão pra atuar, foi truculentamente reprimido pela operação delegada. Sua proposta não é de segurança, sua proposta é pra coibir o comércio irregular. Eu perguntei sobre segurança. O que você pretende fazer?

Em resposta, Serra diz que os dados apresentados por Haddad estão descontextualizados e que a segurança num sentido global tem melhorado e joga a responsabilidade para o governo federal, comandado pelo PT, partido de Haddad, que segundo Serra não combate o contrabando e o tráfico de drogas.

Olha, eu respondi sobre segurança, e você, candidato Haddad, não disse nada de segurança, exceto citar números, tirando-os de contexto. A segurança em São Paulo não está piorando, do ponto de vista global, como seus dados sugerem, pelo contrário. A tendência ao declínio da gravidade continua, embora o problema seja grave. Segundo, a operação delegada não visa apenas encarar problemas urbanos, nem visará no futuro, nesta direção. Pergunte, nas diferentes regiões que tem PMs com colete, com armas, com companhia andando na rua, se a segurança está melhor ou não. Nós temos que ser pragmáticos e concretos nesta matéria. Mais ainda, o governo federal tem uma enorme responsabilidade nessa área, porque não combate o tráfico de drogas nem o contrabando que estão na base da prosperidade do crime, não só em São Paulo, mas em todo o Brasil.

Em contrapartida, Haddad afirma que os dados que citou são estatísticas oficiais da Secretaria de Segurança e que o problema da violência em São Paulo vem piorando de um ano pra cá. O “jogo de

empurra” entre as responsabilidades dos governos federal, estadual e municipal é citado, e o candidato termina afirmando que assumirá um compromisso com a população na área de segurança, ao contrário do outro candidato.

Em primeiro lugar eu gostaria de dizer que os dados que eu relatei são dados oficiais da Secretaria de Segurança, é o acumulado de janeiro a agosto. Nós temos este problema de escalada da violência de um ano pra cá. E o candidato José Serra prefere atribuir a responsabilidade ao governo federal e não assumir as responsabilidades da prefeitura e do governo estadual pelo que está acontecendo. Eu não, eu prefiro assumir minhas responsabilidades como candidato a prefeito, que quando prefeito assumirá compromissos com a população na área de segurança.

Podemos perceber que os avanços ou recuos em relação à segurança são citados pelos candidatos de acordo com as perspectivas que querem defender: para o candidato Serra, do mesmo partido que o governador de São Paulo, a situação da violência tem melhorado e o governo federal tem uma grande responsabilidade pelas falhas ainda existentes. Para o candidato do PT, a situação é oposta, ressaltando a piora recente dos indicadores de criminalidade, considerando que a responsabilização do governo federal realizada por Serra é um ato de negação das responsabilidades de seu próprio partido.

A relação dos políticos e do Estado com o imaginário das cidades inseguras é, portanto, paradoxal, posto que ao mesmo tempo em que é ruim para eles que a insegurança esteja em patamares altos – o que indica a ineficiência do Estado em lidar com ela, fato a ser valorizado pelos adversários políticos – podem utilizá-la como promessas de campanha e como justificativa para intervenções na ordem pública, que muitas vezes têm objetivos que vão além da busca da segurança em si. A instrumentalidade da insegurança para os políticos se define então, a partir das posições que eles ocupam.

Estas questões ganham visibilidade nos diferentes meios de comunicação, que apresentam ao seu público as promessas, os fracassos, os avanços e os debates realizados em relação à segurança, além de produzir um universo de representações acerca das cidades

inseguras que sinalizam para as significações que devem ser inferidas a partir destas ações. As relações entre os interesses dos segmentos políticos e das empresas midiáticas – no que se refere à disseminação ou encobrimento das representações de insegurança – são determinantes, então, para a produção do imaginário das cidades inseguras.

Seguimos, deste modo, analisando no próximo subitem, o papel da mídia como amplificadora e sustentadora das ações dos agentes abordados anteriormente, ressaltando sua centralidade na produção das significações que associam os espaços urbanos com a insegurança.

1.1.2. O papel da mídia na produção do imaginário das cidades inseguras

A mídia de maneira geral possui algumas características singulares que fazem com que ela seja um agente privilegiado na produção e disseminação do imaginário das cidades inseguras. Uma delas diz respeito ao fato de que os discursos e imagens veiculadas por ela são reconhecidos como verdades, visto que revestidos de autoridade, com alto poder de convencimento da “opinião pública”. Ela é responsável também, por aproximar contextos socioespaciais distantes, fazendo com que se amplie o rol de acontecimentos que entram na constituição das representações sociais e na definição das práticas cotidianas dos indivíduos, que não se apoiam mais apenas em referentes locais, como enfatiza Curbet (2007), sobre a insegurança contemporânea.

Consideramos, portanto, a mídia como produtora da realidade, ou melhor, de seus simulacros, nos termos de Baudrillard (1991), posto que ao mesmo tempo em que ela retrata os fatos, os está produzindo por meio das representações que projeta. O tipo de cobertura que se dá a um fato tem consequências diretas nas respostas que a sociedade vai demandar. Os direcionamentos que a mídia confere ao tratamento de certos assuntos fazem, assim, com que eles sejam identificados – ou não – com a necessidade de mobilização e determinam, em certos

níveis, o reconhecimento das ações que são tidas como adequadas em cada situação.

Não queremos com estas afirmações exagerar o protagonismo da mídia enquanto produtora da “realidade”. Ela só adquiriu este papel porque a sociedade foi lhe conferindo legitimação. Desta maneira, a mídia não é autônoma em relação à sociedade, pelo contrário, tem que trabalhar com a produção de significações reconhecidas por ela, dentro de limites – sempre manipuláveis – para que suas mensagens não sejam rejeitadas.

Bourdieu (1997) ressalta uma característica da televisão que acreditamos ser atributo também dos demais meios de comunicação: a capacidade de ocultar mostrando. A mídia pode colocar isto em prática a partir de dois mecanismos. O primeiro é mostrar de forma amplificada assuntos diferentes do que deveriam mostrar se seu objetivo fosse realmente informar seus telespectadores/leitores. O outro é mostrar o que deveria, mas de uma forma em que os sentidos dados aos fatos não correspondem absolutamente com suas manifestações concretas.

Não podemos nos esquecer, assim, da grande seletividade que a mídia realiza em relação aos temas que destaca. Tudo que chega às telas da TV ou às edições impressas dos jornais e revistas passou por critérios de seleção e construção de sentidos. Dependendo dos interesses dos grupos midiáticos e dos anunciantes que pagam pela publicidade, dos controles políticos suscitados pelas subvenções dadas pelo Estado, das relações de hierarquia dentro dos meios de comunicação e das posições relativas de cada segmento no campo midiático, é definido o que é importante tratar e como será este tratamento.

Outra contribuição relevante para o entendimento das relações entre a mídia e a violência é a de Baudrillard (2009), que considera que sua espetacularização tem papel fundamental para a manutenção da ordem social e econômica vigente. A cotidianidade – enquanto dimensão da banalidade e da repetição – seria insuportável sem os simulacros do mundo. Desta maneira, coloca-se a necessidade constante de alimentá-

la de imagens e signos que simulem a vertigem da realidade e da história, inserindo-se neste contexto a veiculação midiática e o consumo perpétuo da violência, posto que integramos uma sociedade ávida por acontecimentos violentos – desde que eles nos sejam servidos em temperatura ambiente, para que possamos degustá-los tranquilamente no interior de nossos lares.

Para Baudrillard (2009), a centralidade da manipulação midiática da violência deve ser entendida como correlata a uma estratégia empreendida para tentar resolver uma contradição inerente a nossa sociedade: embora a moral social baseada na vontade, na ação, na eficiência e no sacrifício ainda persista como valor compartilhado, ela não é verificada nas práticas, marcadas pela passividade característica da sociedade de consumo – passividade que precisa ser constantemente desculpada. Para isto, a tranquilidade da esfera privada deve figurar como um valor obtido mediante esforço, que está constantemente ameaçada, rodeada pela fatalidade da catástrofe.

Segundo o autor, a dramatização da violência e dos aspectos desumanos do mundo, realizada pelos meios de comunicação, é necessária não só para que possamos experimentar mais profundamente a segurança, mas para sentirmos que nossa preocupação com ela se justifica a cada instante. É necessário que ao redor da zona preservada se multipliquem os signos do destino, da paixão e da fatalidade, para que a cotidianidade recupere sua grandeza. Em todas as partes, a fatalidade é mencionada para que frente a ela, a banalidade se alimente e encontre graça (BAUDRILLARD, 2009). Deste modo, destaca que nossa sociedade é marcada por uma negação constante do real, sobre a base de uma apreensão ávida e multiplicada de seus signos. A realidade é substituída e anulada assim, pela hiper-realidade da comunicação e do sentido, processo para o qual a mídia é fundamental.

As situações efetivas de violência são suplantadas, deste modo, por representações simuladas, disseminadas pela mídia e pautadas em conteúdos específicos, que não coincidem com a realidade concreta ou

que dizem respeito apenas a alguns de seus conteúdos, previamente selecionados. A presença de discursos e imagens relacionados com a violência, em diferentes meios – mídia impressa, televisão, internet – e distintos tipos de programas – jornais, sejam eles sensacionalistas ou não, novelas, filmes, etc. – é utilizada assim, para produzir um universo hiper-real de significações em que a insegurança é identificada como conteúdo intrínseco da vida contemporânea. Tanto a veiculação constante e excessiva de casos tidos como violentos, quanto o tratamento “científico” que se pretende dar ao assunto, por meio da participação de especialistas e da análise de dados estatísticos, por exemplo, contribuem para que a insegurança figure nas representações sociais como um problema crescente e se coloque de maneira concreta a ameaçar o cotidiano urbano – nas relações de sociabilidade e na apropriação dos diferentes espaços.

Ainda sobre a produção midiática do imaginário das cidades inseguras, dois aspectos sustentam as representações contemporâneas sobre o tema. O primeiro deles é a ideia da contraposição nítida entre o período atual e os períodos pretéritos representados sempre como mais pacíficos e o segundo diz respeito à naturalização pretendida pelos discursos midiáticos de situações extremas de violência, fazendo com que o estado de exceção converta-se em estado de normalidade – característica da sociedade do risco ressaltada por Beck (2008).

Estas características levam a uma alteração na maneira com que a violência e a insegurança urbanas são tratadas. Ao retratar uma ruptura com os períodos pretéritos e tentar naturalizar situações extremas, como se elas fizessem parte do cotidiano, a mídia coloca a busca por segurança como um problema público, capaz de gerar pressões políticas ao mesmo tempo em que sustenta medidas individuais de segurança, principalmente por meio do mercado. Neste contexto, a violência urbana é representada como onipresente, com o potencial de vitimar praticamente todas as pessoas, em contraposição à abordagem de casos isolados de violência.

Recorremos ao trabalho de Silva (2010) – que analisa o processo de definição da importância dos assuntos a serem tratados por um jornal de grande circulação da cidade do Rio de Janeiro, entrevistando produtores, editores e jornalistas com a intenção de entender como se produzem as notícias relativas à violência urbana – para exemplificar os elementos que perpassam a definição do tratamento dado aos temas da violência e da insegurança urbana na mídia. Na redação do jornal estudado, os entrevistados identificam duas concepções acerca do deslocamento das abordagens midiáticas: a) alguns identificam que houve apenas uma mudança de nome – o que antes era conhecido como reportagem policial passou a ser chamado de reportagem de segurança pública – para recuperar o prestígio dos jornalistas que abordam o tema e, b) outros acreditam que houve realmente uma mudança no conteúdo das reportagens que tratam destes temas – que passam a ser baseadas na sistematização de informações, com o levantamento de dados, análise de estatísticas e participação de especialistas – com a intenção de não apenas noticiar a violência urbana, mas também de a contextualizar.

A partir das observações de alguns programas de televisão que tratam de temas ligados à violência, constatamos que o privilegiamento das coberturas de segurança pública não extingue as reportagens baseadas na simples apresentação de ocorrências isoladas de violência. As duas formas de tratar os acontecimentos passam a coexistir, sendo que uma alimenta o interesse pela outra, estabelecendo assim, uma relação de complementaridade. Mas quais foram as condições para que a simples exposição de fatos tidos como violentos passasse a ser tratada como uma questão de ordem pública?

O trabalho de Silva (2010) aponta para dois aspectos principais. O primeiro, baseado nas reflexões de Machado da Silva (1995; 1999) é relativo ao fato de que, se as ações pretéritas de violência eram basicamente isoladas e intersticiais, as contemporâneas passam a ser cada vez mais ligadas ao crime organizado, alterando o núcleo de percepção social do fenômeno que deixa de incidir sobre ocorrências

difusas e passa a representar a violência como resultado de ações estruturadas, com agentes definidos. O desenvolvimento do crime organizado possibilita a produção de um novo sujeito coletivo, capaz de alterar as representações da esfera pública.

O outro aspecto diz respeito ao fato de que as ocorrências criminais passaram a se generalizar e desconcentrar. Ao passo que a violência urbana não é mais entendida como algo que afeta somente determinados grupos sociais e determinados espaços, ela passa a ter um apelo coletivo maior – para o qual os órgãos da imprensa contribuem de forma significativa e indiscutivelmente decisiva, como ressalta Silva (2010).

Dessa maneira, a afirmação de que a violência urbana tem mais espaço na mídia atualmente devido ao aumento numérico de ocorrências não se sustenta. Trazemos a seguir o depoimento de um produtor do jornal pesquisado por Silva (2010), que reforça a ideia de que a violência urbana torna-se uma problemática obrigatória na imprensa quando os fenômenos associados a ela passam a ser percebidos como menos distantes da realidade de certos segmentos sociais.

Porque a violência, eu me lembro, quando comecei a trabalhar em jornais, em 1987, pouco depois aconteceram aquelas guerras no morro Dona Marta. Então, foi quando a classe média se deu conta de que a violência estava muito próxima dela. Porque, antes, era uma coisa da periferia e da Baixada. Quando se falava em Belford Roxo, “Ah, não! Belford Roxo é aquele lugar horroroso que é desova de cadáveres!” gritava não sei quem. Então, era uma coisa assim... “É muito longe! Porque eu, classe média e classe média alta, eu não passo em Belford Roxo...” Então era uma coisa muito distante, a violência. Ele não lia no jornal que ele comprava, na revista que ele comprava. E aí, de 1987 pra cá, quando começa a violência no Rio de Janeiro... não exatamente em 1987, mas já no meado da década de 1980, já começou a ficar mais complicado! Porque houve as revoltas, algumas brigas de facções nos morros da Zona Sul. Então, isso ficou uma coisa muito evidente! Então, de repente, em Botafogo você tinha ali, na Voluntários da Pátria, ali pertinho da rua da Matriz, que é na subida do Dona Marta, a violência acaba estourando ali na porta, na pracinha onde você passava pra ir pro

Jardim Botânico. Então, a violência começou a encurralar os moradores da Zona Sul (SILVA, 2010, p. 140).

Se quando a violência urbana era associada apenas com espaços periféricos, distantes do cotidiano dos segmentos médios e de elite, o espaço dado para ela na mídia era menor, temos que considerar também, que não havia a possibilidade da criação e sustentação do mercado da segurança neste contexto. Isso só foi possível quando a violência passa a ser um assunto que atinge as classes médias e as elites. Podemos afirmar, portanto, que as mudanças quantitativas e qualitativas no tratamento dado pela mídia aos assuntos ligados à segurança e à violência estão diretamente ligadas à ampliação do mercado de segurança. Dessa forma, há um processo claro de retroalimentação intrínseco na relação entre produção do imaginário das cidades inseguras e produção do mercado de segurança que não pode ser ignorado. Sob o domínio destas duas produções complementares, as cidades têm sido transformadas tanto em seus aspectos materiais quanto nos subjetivos.

Considerando então, que a mídia é a principal irradiadora de representações simuladas que sustentam o reconhecimento da violência e da insegurança na contemporaneidade, precisamos identificar os principais discursos que ela emite para construir suas mensagens. Para os interesses colocados nesta pesquisa, destacamos dois aspectos: a) a reativação de estigmas que já foram amplamente utilizados na criação dos sujeitos perigosos, sendo a associação direta entre pobreza e violência o principal entre eles, e b) a partir da demarcação clara daqueles que são as vítimas e os que são os agressores no atual contexto de insegurança, há um grande estímulo para que as medidas punitivas sejam – seletivamente – mais rígidas, colocando simultaneamente em pauta a identificação da ineficiência do Estado em lidar com a insegurança crescente e a demanda por ações mais enérgicas por parte dele.

Apresentamos a seguir, algumas reflexões acerca dos conteúdos das mensagens e imagens relacionadas à insegurança veiculadas pela

mídia, com base em observações não sistemáticas de alguns programas de televisão que figuraram entre os preferidos de nossos entrevistados.

Exemplos de alguns discursos midiáticos acerca da insegurança urbana

A presença da violência na mídia, contribuindo para a generalização da insegurança enquanto conteúdo a ser considerado no cotidiano de diferentes cidades é um fato que não pode ser ignorado, assim como não pode ser negligenciado o entendimento de que se os discursos e imagens acerca da violência têm tanta centralidade na mídia, é porque existem pessoas dispostas a consumi-los. Considerando que grande parte da população utiliza os meios de comunicação como única fonte de informações, a importância dos conteúdos estrategicamente selecionados para comporem as mensagens midiáticas ganha relevância.

Ao estabelecer que tipos de violência terão cobertura privilegiada, ao escolherem as vítimas cujas ocorrências ganharão destaque e em contrapartida os agentes violentos a serem criminalizados, ao defenderem controles sociais rígidos contra estes agentes violentos, ridicularizando até a validade dos preceitos dos Direitos Humanos, a mídia está construindo um conjunto de significações que serão apreendidas e reproduzidas pela sociedade, muitas vezes sem as críticas necessárias e as contextualizações devidas, diante do caráter de verdade que as mensagens midiáticas possuem.

A presença de temas como violência e insegurança urbana nos discursos midiáticos não é exclusividade do período contemporâneo. Estes assuntos são eficazes em aguçar curiosidades e, portanto, atrair consumidores para os veículos que tratam deles, comparecendo assim, de alguma forma, em produtos midiáticos desde tempos pretéritos. No entanto, atualmente identificamos características diferenciadas e específicas que fazem com que a insegurança tenha maior capilaridade nos diversos âmbitos da vida social. O tratamento que a mídia contemporânea dá ao tema não é pautado somente na exploração de casos trágicos e isolados de violência, por exemplo. Há um trabalho no

sentido de produzir uma atmosfera generalizada de insegurança, transformando-a em uma questão de segurança pública, como já afirmamos.

No entanto, apesar de reconhecermos as especificidades da abordagem atual da mídia, é fato que alguns conteúdos permanecem sendo utilizados por ela para construir suas mensagens, sendo importante considerar estas permanências, pelo que elas revelam sobre nossos valores. Em seu estudo relativo aos medos na cidade do Rio de Janeiro no século XIX, Batista (2003) conclui que os discursos midiáticos acerca dos perigos da época eram fortemente enraizados nas desigualdades sociais profundas existentes e nos preconceitos raciais surgidos no contexto escravocrata do país. Sobre este aspecto, destacamos uma reportagem emblemática publicada no jornal Aurora Fluminense n° 207, do dia 1° de julho de 1829, apresentada pela autora:

Há certo tempo a esta parte, os negros capoeiras que costumam exercer o seu bárbaro valor, esfaqueando-se huns aos outros, tem cometido varias desordens e assassinios, divididos em magotes por algumas ruas da cidade, e a abrigo da escuridão. A sua ferocidade se fez notável na noite de São João, em que chegarão a ferir e matar 3 a 4 pessoas brancas. Já hum mês antes, em outra noite, elles tinham practicado iguaes actos de barbaridade, e insolência. He preciso que a policia tenha mais alguma actividade, para prevenir semelhantes desgraças, o que não he muito difficil, persistindo em apalpar os pretos, de quem se desconfia, principalmente aos domingos e dias santos, em que são mais usuaes as contendas, e desafios dos capoeiras. Elles são demais disso bem conhecidos, quer pelos gestos, e certos distintivos em que fazem garbo, quer pelas armas, de que usão para se baterem. Não basta que por 7 ou 8 dias, em quanto dura a lembrança de alguma de suas campanhas, se recorra a esta providência, de ser continuada, para impedir as reincidências, e amiudados desastres. Se o corpo da Policia não he sufficiente para manter a ordem; não falta ahi tropa nos quartéis, que lhe pôde prestar auxilio, afim de cessar hum flagelo, que ameaça a vida dos cidadãos pacificos, e que priva as famílias de passearem livremente de noite com temor de que se repitão scenas tão tristes. Mais algum zelo, e tenacidade em fazer observar as medidas de policia preventiva ácerca dos escravos; os capoeiras desapparecerão, e com elles até a dura necessidade de proceder a castigos

deshumanos, e que offendem a decência, nas praças publicas do Rio de Janeiro (BATISTA, 2003, p. 174).

Já neste período eram disseminadas pela mídia – que não possuía, no entanto, seu poder de alcance atual – representações que comparecem no imaginário da insegurança até os dias de hoje. A primeira que podemos identificar é a ideia de que os negros circulando pela cidade em grupos era motivo de insegurança, visto que, diante de seus costumes “bárbaros e insolentes”, eram produtores de desordens. A ferocidade dos negros é entendida como máxima, quando eles, além de se esfaquearem uns aos outros, assassinavam pessoas brancas. Diante deste contexto, o jornal da época ressalta a necessidade de que a Polícia comece a agir com mais rigor em relação aos negros, abordando-os e revistando-os quando desconfiassem deles, impingindo-lhes castigos desumanos para que eles desaparecessem, permitindo que as famílias de cidadãos pacíficos pudessem passear livremente pelas ruas da cidade durante a noite.

Outro estudo que nos permite identificar a permanência nos discursos contemporâneos de alguns conteúdos já presentes nas abordagens pretéritas da violência e da insegurança, é o de Delumeau (2009) que trata da história do medo no Ocidente no período de 1300 a 1800. A partir de sua leitura, é possível perceber que o medo do Outro – estrangeiros, migrantes, pobres, suspeitos, bruxas, hereges... – é recorrente na história da humanidade, que vem estabelecendo lutas sem trégua contra inimigos claramente identificados e contra um conjunto de comportamentos considerados repreensíveis, suspeitos ou inquietantes, sendo papel das autoridades disciplinar uma sociedade renitente que vive à margem das normas proclamadas (DELUMEAU, 1999). Apesar dos meios pelos quais este combate aos sujeitos desviantes e dos parâmetros para se definir estes desvios tenham certamente se transformado, estes aspectos já estavam colocados no estabelecimento das relações sociais de épocas pretéritas.

Delumeau (1999) trata também, da relação entre pobreza e violência, ao destacar que os pobres, outrora considerados como a

imagem de Cristo, passam a partir do século XIV a provocar medo. Conforme o autor, os crescimentos demográficos, a alta dos preços, a pauperização salarial, o desemprego crescente e a monopolização das terras – conteúdos que também figuram nas preocupações sociais contemporâneas – faziam com que se acumulassem nas cidades e estradas contingentes cada vez maiores de pessoas desprovidas de terras e salários, em desocupação sazonal ou permanente, que são identificados com vagabundos agressivos, acusados de todos os pecados capitais. Apesar da tentativa existente de diferenciar os “bons” e “maus” pobres, o autor destaca que a mentalidade coletiva os associava generalizadamente com o ócio, a peste, a heresia, a libertinagem, posto que eram representados como se estivessem fora de qualquer regra, desconhecedores da razão e da religião.

Estes conteúdos relacionados com a insegurança gerada pelos pobres e por outros segmentos sociais considerados como suspeitos e o reconhecimento da necessidade de controlar estes agentes perigosos – com algumas modificações – são centrais atualmente no entendimento dos imaginários da insegurança urbana. Veiculados pela mídia ao longo do desenvolvimento histórico do país, representações como estas foram se tornando familiares e dominantes no entendimento dos temas relacionados à segurança, ratificando as cisões sociais entre os cidadãos pacíficos e aqueles que oferecem perigo, justificando a seletividade nas ações policiais repressivas, focalizadas essencialmente nos cidadãos pobres⁵.

O que queremos demonstrar com estas afirmações é que a manipulação atual da insegurança, feita pela mídia e por outros agentes, e todas as consequências que dela decorrem, são resultado de um longo processo histórico em que foram sendo criadas e consolidadas socialmente as representações que possibilitam a produção e a legitimação do imaginário das cidades inseguras e as ações dele derivadas.

⁵ Este processo de criminalização da pobreza na contemporaneidade será retomado e aprofundado em outras partes do texto.

Para nos ajudar a entender o tratamento da insegurança e da violência na mídia e a diferenciação de seus conteúdos em relação aos distintos segmentos sociais, recorreremos novamente ao trabalho de Silva (2010), que conclui que no jornal por ele pesquisado, a escolha das ocorrências que seriam noticiadas privilegiava o local das ocorrências, a quantidade de pessoas envolvidas e o perfil de seu público consumidor. A seguir trazemos dois trechos de entrevistas realizadas com uma produtora e com um repórter, respectivamente, que retratam esta seletividade na definição das notícias.

Porque o mesmo crime que em um jornal popular tinha um destaque de meia página, aqui era uma tripa, quer dizer, uma matéria menor, né! Porque você também tem que ver o que interessa ao seu leitor. Será que o crime que acontece lá em Seropédica vai ter a mesma repercussão pro leitor da classe A, B, ele tá... ele quer saber do crime que tá acontecendo no Leblon, na Barra, na área onde ele circula. Isso eu estou dizendo por que é assim que se faz nos jornais (SILVA, 2010, p. 94).

Em uma cidade embrutecida como o Rio, se você tem um tiroteio na favela do Gogó do Sapo em, sei lá o quê, Realengo – estou inventando, não existe essa favela – e, aí tem um morto, isso não vai nem virar uma nota no jornal. Porque o volume de pessoas mortas diariamente é grande, entendeu? [...] Um baleado de classe média na Zona Sul, depois de um assalto relâmpago na Lagoa. Isso é importante! Esse cara vai ganhar uma fotografia, a gente vai lá fazer uma reportagem (SILVA, 2010, p. 105-6).

Podemos observar que no jornal analisado são privilegiadas as ocorrências que envolvem vítimas da classe média e da elite, consideradas como seu público consumidor, assim como aquelas que ocorrem nos seus espaços de apropriação cotidiana, seguindo a lógica de que os consumidores destas notícias precisam se identificar com as vítimas apresentadas para que continuem consumindo. Não estão em pauta então, o desejo de que as violências cometidas por seus pares sejam noticiadas, posto que o papel dos agressores tende a ser sempre atribuído aos Outros – no caso, os pobres –, nem o interesse sobre as ocorrências em que estes segmentos são as vítimas.

Aqui temos que evidenciar o paradoxo presente neste processo de seleção das ocorrências que serão noticiadas. Ao mesmo tempo em que

o público consumidor se interessa por fatos que acontecem em seus contextos socioespaciais de vida, temos os que desejam que estes fatos não sejam noticiados, principalmente por causa das desvalorizações – econômicas e simbólicas – que se sobrepõem nos espaços sobre os quais são noticiados muitos episódios de violência. Neste caso, são os segmentos com maior poder aquisitivo que conseguem exercer uma pressão maior para que os locais exatos das ocorrências não sejam divulgados pelos meios de comunicação, quando acontecem em seus espaços de apropriação, fato que ajuda a reforçar a tendência de criminalizar mais intensamente os espaços dos pobres.

O papel da mídia é, portanto, delicado, visto que tem que lidar ao mesmo tempo com o interesse de dissociar a imagem de certos espaços das representações da violência – podemos citar como exemplo a não divulgação de crimes que ocorrem dentro de loteamentos fechados – e a tentativa de transmitir a ideia de que os espaços urbanos como um todo tornaram-se inseguros, suscitando portanto, a “necessidade” do consumo da segurança.

Encontramos assim, certa tensão na produção do imaginário das cidades inseguras, posto que a percepção de uma insegurança urbana difusa e ubíqua beneficia os mercados ligados à venda da segurança, mas precisa ter alguns limites para que não haja uma representação muito negativa dos bairros de classe média e elites, a ponto de desvalorizá-los. Neste caso, seguindo o roteiro de suas mensagens habituais, a mídia contribui para a estigmatização (GOFFMAN, 1981; WACQUANT, 2001; SARAVI, 2008) dos bairros pobres e de seus moradores, que acabam tendo que lidar tanto com o impacto direto da criminalidade em seus cotidianos – como o tráfico de drogas, por exemplo – quanto com os estigmas que lhes identificam indistintamente como os agentes violentos a se temer, além de todos os outros problemas socioeconômicos que marcam estes espaços. Podemos considerar então, que a mídia, ao selecionar os conteúdos e as formas de abordagem referentes à violência, age no intuito de demarcar

claramente quem são as vítimas da criminalidade, a elite e os segmentos médios, bem como os criminosos – os segmentos pobres.

Esta estratégia discursiva de identificar os segmentos mais ricos apenas como vítimas, evidenciando as violências relativas aos espaços e aos segmentos pobres, é adotada também, pelos veículos midiáticos que têm como público alvo os próprios segmentos pauperizados, o que tem consequências importantes para as relações de sociabilidade no interior deste grupo social, como demonstraremos no capítulo 3.

Outro elemento que precisa ser destacado é que, ao mesmo tempo em que a mídia promove tal espacialização perversa da insegurança, atua na sua desespacialização. Sobre este aspecto, Curbet (2004) destaca que o problema da insegurança tem se agravado devido à extraordinária capacidade dos meios de comunicação de difundirem em tempo real e com amplitude mundial – deslocalizando-os, portanto – os desastres e as violências mais extremas e aterrorizantes. Deste modo, quando notícias de violência referentes às áreas metropolitanas, notadamente a São Paulo e ao Rio de Janeiro, por exemplo, são veiculadas como se seus conteúdos fossem cada vez mais inerentes às cidades brasileiras como um todo, há um estímulo para a construção da representação de que a violência está por toda parte e que é só questão de tempo para que me ocorra alguma coisa, mesmo que minha cidade não venha apresentando aumento dos índices de criminalidade.

Devemos, então, ratificar o entendimento de que os conteúdos que a mídia dissemina não encontram sempre correspondência direta com as situações reais, são simulações hiper-reais delas, como nos mostra Baudrillard (1991; 2009). Na maior parte das vezes, o que chega a nós passou por uma infinidade de filtros e censuras, além dos processos de amplificação ou omissão de fatos que a mídia realiza, até porque o banal não é notícia – o que merece destaque é o excepcional, que, no entanto, ao ser reproduzido diariamente pela mídia, passa a ser apreendido como rotineiro, o que tem importância estratégica na compreensão do noticiário policial, por exemplo.

É importante destacar ainda, outro conteúdo além da criminalização da pobreza, que consideramos central nas mensagens midiáticas: alguns posicionamentos em relação às medidas repressivas/punitivas que devem ser demandadas ao Estado. Embora não tenhamos analisado sistematicamente diferentes programas de televisão, buscando a variedade de posições sobre o tema, consideramos interessante exemplificar as representações midiáticas a partir de um programa de televisão popular e emblemático no tratamento da violência, que compareceu em muitas falas dos nossos entrevistados: o Brasil Urgente, apresentado por José Luiz Datena, veiculado na Band, no horário das 17 às 19 horas.

Durante as duas horas de programa, o apresentador expõe suas indignações com a situação da criminalidade no país, fazendo discursos inflamados, que acabam por sublimar a necessidade de elaborarmos nossa própria indignação frente os fatos apresentados, característica da relação de passividade suscitada pela mídia. No programa que foi ao ar no dia 12/10/2012, em meio à apresentação de casos de estupro, assassinatos, assaltos, tiroteios, acidentes de trânsito e tráfico de drogas – com imagens gravadas por câmeras de segurança mostrando como o crime aconteceu, acompanhamento ao vivo de algumas ocorrências por meio de imagens feitas a partir do helicóptero de reportagem e entrevistas com as vítimas ou seus familiares – o apresentador trata da “onda de violência” que o estado de São Paulo estaria passando, se referindo ao aumento das execuções sumárias nas periferias, das mortes de policiais à paisana e ao aumento recente das taxas de homicídios no estado, fatos cujo início Feltran (2012) já identificara alguns meses antes de agosto deste ano, contrariando a versão midiática, segundo a qual, este contexto teria sido iniciado em setembro, em represália à morte de nove membros do PCC⁶, em uma operação da ROTA – Rondas Ostensivas Tobias Aguiar – numa chácara

⁶ Primeiro Comando da Capital – facção criminosa surgida nos presídios paulistas, que atua dentro e fora dos presídios, no tráfico de drogas e na realização de determinados roubos, como os de banco e que já opera em outros estados brasileiros.

em Várzea Paulista, durante a realização de um “tribunal do crime”⁷, em que os membros desta facção “julgavam” um homem acusado de estuprar uma menina de 12 anos.

Podemos perceber que a mídia selecionou um evento específico para marcar a instauração do processo de aumento da violência contra os policiais e a sociedade civil, como se antes disto, tudo estivesse dentro da normalidade. O trabalho de Feltran (2012) revela a anterioridade deste processo, que pode sim, ter se agravado após os acontecimentos em Várzea Paulista, mas não se relacionam exclusivamente a eles. Dizem respeito a processos mais profundos que envolvem as complexas relações entre dois regimes políticos de segurança: os estatais e os criminais, bem como os equilíbrios precariamente estabelecidos entre estas esferas (FELTRAN, 2012).

Fica evidente o tratamento superficial dado às causas envolvidas na constituição desta situação de conflito, que desconsidera a partilha histórica estabelecida entre as políticas estatais e criminais na gestão dos homicídios em São Paulo (FELTRAN, 2010; 2012), indicando que não há um interesse da mídia em informar seus consumidores acerca dos reais processos em pauta, mas sim, de mostrar uma versão determinada dos fatos, que passa a circular como verdade.

No programa Brasil Urgente analisado (12/10/2012), imagens ao vivo de viaturas da ROTA saindo do batalhão para iniciar o patrulhamento nas ruas são mostradas, seguidas de imagens de operações simultâneas feitas em diferentes pontos da cidade, em que policiais com armas em punho abordavam suspeitos em determinadas áreas – dando destaque para o arsenal que portavam: pistolas, metralhadoras e fuzis, e também para o clima de tensão instaurado. A “Operação Saturação”, que contou com a presença de 5 mil policiais nas ruas, foi identificada pelo repórter como uma resposta da Secretaria de Segurança Pública às ações realizadas pelos bandidos nas últimas semanas.

⁷ Retomaremos a questão da atuação do PCC na “justiça do crime” (FELTRAN, 2010), no capítulo 3.

Além das mortes de policiais – até o dia 19/10/2012 haviam sido 84 – o apresentador ressalta que a população também está sendo atacada, caracterizando assim, a “onda de violência” que cita várias vezes. Para isto, apresenta um resumo das ocorrências da noite anterior na área metropolitana de São Paulo:

- Em Carapicuíba um carro é alvejado por pelo menos 10 tiros; em Pirituba 3 homens são baleados em frente a um bar; no centro da cidade um homem foi assassinado, a polícia foi recebida à bala e revidou, matando o acusado; em Pirituba um homem foi morto em um bar e um estudante foi atingido; em Barueri dois homens foram baleados na calçada e em Diadema 2 rapazes morreram alvejados por tiros.

Diante deste contexto, Datena afirma:

A Polícia não pode amolecer. A Polícia tem que se dar segurança pra proteger a sociedade. Só que não pode só ficar falando da morte dos policiais, porque os outros crimes continuam. Eles continuam matando, roubando, violentando, entrando na casa dos outros. Porque do jeito que a gente fala aqui, parece que a gente só quer proteger a Polícia. Não é isso, não. *Os criminosos malvados, malditos*, continuam soltos por aí. E vocês, *adoradores de bandidos, que amam os bandidos: ah, coitadinho do bandidinho*, podem ser vítimas também a qualquer momento.

Fica claro nesta fala, que o apresentador, ao destacar a atmosfera de insegurança – segundo a qual todos podemos ser vítimas da violência a qualquer momento – tenta justificar a ação truculenta da Polícia, que não pode amolecer, deixando implícito que nestas circunstâncias, os Direitos Humanos defendidos pelos “adoradores de bandidos” devem ser ignorados.

Em outro momento do programa exibido no dia 12/10/2012, Datena complementa sua argumentação no sentido de produzir a percepção da atmosfera de insegurança vigente e de justificar as operações mais enérgicas da polícia:

Você pode perguntar exatamente o seguinte: a Polícia está se defendendo? É evidente, é legítimo, que a Polícia se defenda. Está sob ataque, está se defendendo. Só que fique uma coisa bem clara, a Polícia não está só se

defendendo, ela também está defendendo a sociedade. Ou você acha que os ataques são só contra policiais? Pararam o roubo à caixas eletrônicos, roubo de casa, assaltos nas ruas? É evidente que não. O tráfico de drogas, o crime do dia a dia continua por aí. O crime está por aí. Então a Polícia não está só se defendendo. A Polícia se defendendo, continua defendendo a sociedade. [...] O crime continua praticando roubos, praticando assassinatos, traficando drogas, continua sendo o crime. O crime que ataca a polícia, é o crime que ataca o cidadão comum. Nada mais legítimo que se defender e continuar a defender a sociedade.

Podemos observar também a marcação nítida que pretende ser feita entre a boa sociedade ameaçada – e que deve assim, ser defendida a qualquer preço – e o “crime” que ataca a Polícia e os cidadãos de bem – que devem ser fortemente reprimidos de qualquer modo. Seguidas às afirmações que ratificam a necessidade de maior truculência policial, Datena parte para a crítica das leis brandas que beneficiam os bandidos e que não cumprem sua função coercitiva, contribuindo para que eles continuem agindo, certos da impunidade, como afirma no trecho a seguir.

A vida tá banalizada no Brasil. Vale menos que um botão de camisa. Pra isso é só lei. Se não tiver lei pesada que indique pra quem vai matar, quem vai puxar o gatilho, quem vai esfaquear, que ele vai ficar preso, não adianta nada. Se não tiver lei pra botar medo nessas pessoas... É o princípio coercitivo da pena. Agora é moleza. É fácil matar, aí os caras continuam matando. Por nada. Se o motivo é banal, é porque ele acha que não vai ficar muito tempo na cadeia.

O sistema jurídico é criticado também quando o apresentador fala da progressão de pena, que permite que presos que cumpriram parte da pena e têm bom comportamento saiam da cadeia durante o dia para trabalhar e sejam liberados em datas comemorativas determinadas, para visitar suas famílias, por exemplo. Datena ressalta o fato de que a progressão de pena é feita sem nenhum critério, possibilitando que “bestas-feras” sejam colocadas em contato com a sociedade.

Num sistema jurídico aceitável, num sistema jurídico que funciona, a progressão de pena é uma coisa aceitável. É uma coisa que você deve entender como parte da recuperação dos criminosos. Mas, primeiro, o sistema judiciário brasileiro é baseado num código penal que tem

72 anos, quase 80. A progressão de pena aqui, só ajuda bandido de alta periculosidade. A progressão de pena coloca na rua pessoas com altíssimo grau de periculosidade. A progressão de pena seria aceitável pra melhorar a condição do cara, se ele fosse pra rua e fosse visitar o seu filho, se fosse visitar o seu pai, se ele usasse a saída temporária com o objetivo de se integrar à sociedade. Mas não. Soltam estupradores, violentadores, soltam pessoas que tem 200 anos de cadeia pra cumprir e soltam pessoas que saem pra cometer crimes. Não tem mais nem exame criminológico, virou uma verdadeira brincadeira isso de progressão de pena no Brasil. Quer ver um caso? Soltaram um cara, sabe o que ele fez? Matou a mulher grávida de 8 meses à pedrada. *[reportagem com os detalhes do caso]* Se houvesse critério pra soltar, se houvesse exame criminológico pra soltar, esse psicopata jamais iria pra rua pra matar a mulher grávida de 8 meses. Mas não, eles soltam com o objetivo de esvaziar as cadeias, aí, cada vez mais, colocam criminosos de altíssima periculosidade na rua. Aí não dá. Me ajuda aí. Tá certo isso? Só tão esvaziando as cadeias, colocando na rua verdadeiras bestas-feras.

Nesta fala, Datena destaca que a progressão de pena no Brasil é feita apenas para esvaziar os presídios, colocando na rua bandidos de alta periculosidade, deixando implícita uma mensagem de que é a favor das políticas de encarceramento massivo implementadas no país e principalmente no Estado de São Paulo.

No trecho selecionado a seguir, dito após a apresentação de uma reportagem em que um homem, vítima de assalto, bate nos menores autores do roubo e tira suas roupas, obrigando-os a ficarem deitados no chão nus, enquanto uma multidão se aglomera em volta deles, Datena se posiciona contrariamente a um sociólogo entrevistado na matéria – cujo nome não aparece na reportagem – que critica a ação da vítima do roubo, defendendo que a justiça não pode ser feita com as próprias mãos, indicando que se o Estado falha, a sociedade acaba encontrando seus meios de fazer justiça.

O apresentador critica também os presídios, que no seu entender não servem como ameaças para os bandidos, posto que a possibilidade da prisão não é capaz de demovê-los da intenção de cometerem crimes, ressaltando também que eles não são eficazes em recuperar os detentos, que saem mais bandidos do que entraram – embora valorize a

política de encarceramento enquanto meio para isolar do convívio na sociedade certas parcelas sociais. O apresentador volta a se posicionar ainda, em relação aos direitos humanos – que têm que ser direcionados às vítimas e não para os bandidos – e reitera a necessidade de leis mais rígidas.

Não é só proteger os bandidos com as leis. É proteger o cidadão comum com as leis. É aquilo que eu falei: o bandido precisa ter medo de roubar, de matar, de estuprar, de violentar. E pra isso tem que ter um conjunto forte de leis. Porque tendo um conjunto forte de leis, as pessoas acreditam nas leis sendo aplicadas e não vão fazer justiça com as próprias mãos. Ninguém em sã consciência vai dizer pra matar o bandido, vai dizer pra torturar o bandido, mas ninguém quer ficar do lado de cá do cano da arma do bandido e morrer. Ninguém quer ver sua mulher estuprada, ninguém quer ver também. Do mesmo jeito que tem lei pra defender bandido, tem que ter muito mais leis pra defender o cidadão de bem. [...] Aqui nem a pena mete medo e muito menos a cadeia recupera, porque dentro de cadeia tem Comando Vermelho, tem PCC. Pelo contrário. A cadeia ensina o cara a ser mais bandido do que é. Então, com todo respeito ao senhor sociólogo, a gente gosta muito dos direitos humanos, mas também gostamos dos direitos dos humanos vítimas, que morrem e são assaltados todos os dias por aí.

Podemos considerar os discursos apresentados por Datena como um exemplo do que Oliveira (1999, p. 57) define como uma “experiência subjetiva da desnecessidade, aparente, do público” sob os preceitos neoliberais. Os discursos acerca da ineficácia do Estado em lidar com a segurança pública, que abre amplas frentes para o mercado de equipamentos, serviços e espaços que oferecem segurança, são acompanhados pela ideia de que – em determinadas situações – necessitamos de mais Estado.

O entendimento que pode ser depreendido é o de que há uma divisão das funções que ensejam a obtenção de segurança. A sociedade civil fica responsável por, de acordo com suas diferentes e desiguais possibilidades socioeconômicas, de consumir individualmente o máximo de produtos capazes de lhes aumentar – material e subjetivamente – a segurança, enquanto ao Estado cabe garantir medidas repressivas mais duras para controlar as ações dos segmentos sociais perigosos.

Desta forma, a constatação da individualização e privatização contemporânea da busca por segurança não exclui o protagonismo compartilhado do Estado em gerir a questão da violência – não no sentido de resolvê-la, mas no de permitir que a situação permaneça em níveis controlados, nos quais todos os agentes envolvidos possam manter ou ampliar os benefícios econômicos e de poder que conseguem por meio da manipulação da insegurança urbana⁸.

No programa do dia 12/10/2012, Datena mostra sua “indignação” também com a lei da menoridade penal. Ao apresentar dois casos de menores infratores – um que foi apreendido por tráfico, mas liberado por ser réu primário e foi pego 5 horas depois traficando novamente, e outro que 5 dias depois de sair da Fundação CASA foi apreendido novamente – o apresentador ressalta que a lei para os menores infratores é muito branda, destacando também a ineficácia da Fundação CASA em recuperar os jovens sob sua custódia.

Em cinco horas, um menor, de 15 anos que já tinha sido detido com 100 pedras de crack e liberado pelo delegado, voltou pra delegacia, depois de 5 horas, porque foi flagrado vendendo drogas pelas ruas. Porque tem aquela lei: o menino que é pego pela primeira vez vendendo drogas, ele tem que ser liberado. É lei. Às vezes a polícia leva lá na delegacia e enquanto o policial fica fazendo o boletim de ocorrências, o adolescente sai rindo da cara dele. A lei é a maior moleza com menor infrator.

Um menor com mais de 50 acusações é apreendido mais uma vez depois de passar 5 dias em liberdade, tempo que ele aproveitou pra cometer mais crimes. Ele tem 17 anos e foi detido pela primeira vez quando tinha 12. Você acha que essa Fundação CASA, presta pra alguma coisa? O cara cometeu 50 crimes, 50!

As contradições – inerentes ao ideal neoliberal da desnecessidade aparente do público, destacado por Oliveira (1999) – implícitas no discurso do apresentador se evidenciam quando reconhece a ineficácia da detenção dos menores na Fundação CASA, que não consegue mudar

⁸ Estes aspectos serão melhor desenvolvidos no capítulo 2, em que analisaremos a imbricação das ações do mercado, do Estado e também dos agentes criminosos, nos termos de Feltran (2010; 2012), na gestão da segurança nas cidades contemporâneas e, portanto, na definição das práticas socioespaciais que se desenvolvem nelas.

as trajetórias de vida dos menores por meio de suas medidas “socioeducativas”, ao mesmo tempo em que ressalta a necessidade de leis mais rígidas para os menores de idade com o objetivo de garantir que eles sejam privados da liberdade – mesmo tendo ressaltado que esta ação não terá resultados no sentido de reeducá-los, revelando que sua preocupação se centra basicamente na necessidade de tirar estes menores infratores das ruas.

Todas estas mensagens não podem ser entendidas como se fossem declarações pessoais do apresentador Datena. Os discursos que ele emite se inserem num contexto direcionador definido, por exemplo, pelos diretores do programa e pela chefia da emissora. Assim, há um conjunto de interesses por trás do que o apresentador fala e personifica. Selecionamos aleatoriamente um episódio do programa Brasil Urgente para análise, pois acreditamos que nele são apresentadas representações recorrentes na mídia em geral acerca da violência e da insegurança e é um programa com alta audiência, que compareceu bastante nas respostas dos entrevistados em relação à mídia. Não desconsideramos, porém, que as reflexões que realizamos não dão conta da complexidade e da amplitude dos conteúdos pré-definidos que a mídia veicula cotidianamente e que atuam diretamente na produção do imaginário das cidades inseguras, mas acreditamos que foi possível exemplificar minimamente o modo como a mídia trata dos assuntos referentes à violência e à insegurança.

Nas entrevistas que realizamos, foi possível identificar a centralidade dos meios de comunicação na produção das representações dos entrevistados acerca da insegurança, geralmente pautadas em acontecimentos ocorridos em outros contextos socioespaciais, trazidos para seu universo de significações por meio da mídia. Outro aspecto interessante que observamos foi a relação dialética de repúdio e fascínio exercida pelos temas ligados à violência e à insegurança veiculados pela mídia. Ao mesmo tempo em que as pessoas evidenciam uma saturação destes temas, não conseguem ignorar e se desvencilhar destes discursos e imagens. Apresentamos a seguir alguns

trechos de entrevistas que consideramos significativas acerca da relação entre a mídia e a produção das representações de insegurança.

Os cidadãos e os discursos midiáticos

Como afirmamos no subitem anterior, a mídia é responsável por produzir e veicular uma série de discursos e imagens que se apoiam em alguns roteiros pré-definidos – criminalização da pobreza, criação de uma atmosfera de insegurança, justificção de medidas de controle e repressão social pelo Estado, ao mesmo tempo em que propagam a ideia de sua ineficácia, estimulando soluções privadas via mercado – que são moldados de acordo com os interesses envolvidos em cada situação. Apresentamos aqui algumas opiniões expressas por nossos entrevistados sobre o papel da mídia na produção das representações da violência e suas decorrências no cotidiano urbano, com o intuito de ratificar a importância deste agente na configuração do imaginário das cidades inseguras.

Inicialmente, trazemos três depoimentos que exemplificam a relevância da mídia, principalmente da televisão, na vida dos entrevistados.

Televisão é tudo pra mim. Se tiver uma festa, um aniversário, alguma coisa assim, eu só vou depois da novela. Se não der pra sair nesse horário, eu prefiro nem ir. Minhas novelas são sagradas. Deu seis horas, eu já vou pra frente da televisão e só saio quando termina a das nove. A gente janta com os artistas da novela todo dia (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

Quando eu tô em casa, a televisão fica sempre ligada. O lazer do pobre é a televisão. A gente acaba conhecendo um monte de coisas na televisão, que a gente nunca ia poder conhecer se não fosse assim. Se a gente quiser ficar informado sobre as coisas, tem que ser pela televisão mesmo (Jaqueline, vendedora de roupas, 30 anos, Birigui).

Eu não deveria assistir tanto, mas assisto. Gosto muito de chegar em casa e ligar a televisão, dar uma relaxada, tirar a cabeça um pouco dos meus problemas. Nos finais de semana eu assisto muitos filmes, séries também, além do jornalismo que eu vejo todo dia. É uma forma de

conexão com o que está se passando no mundo (Rosa, professora, 42 anos, Araçatuba).

A partir dos conteúdos destas falas, que compareceram em muitas outras entrevistas, podemos perceber que a televisão é considerada tanto como uma forma de lazer, quanto como um meio para se conhecer e se conectar ao mundo. Vários entrevistados ressaltaram que a maior parte de seus momentos de lazer é passada em frente à televisão, fato que contribui para a diminuição das suas experiências socioespaciais cotidianas, visto que nos períodos em que os cidadãos poderiam se apropriar dos espaços urbanos em atividades diferentes daquelas de trabalho, ficam em suas casas recebendo representações simuladas da realidade. Este aspecto contribui para a reprodução do imaginário das cidades inseguras, visto que os receptores das mensagens que atestam a insegurança difusa e ubíqua têm sua capacidade de contrapô-las com a situação efetiva de suas cidades reduzida. Considerando que temos a tendência de representar aquilo que nos é estranho como inseguro, podemos perceber que quanto mais pessoas ancorarem suas representações nas mensagens midiáticas e não em suas próprias experiências, maior capilaridade terá o imaginário das cidades inseguras, fato que contribuirá para que mais pessoas restrinjam ainda mais suas experiências socioespaciais, colocando a retroalimentação deste imaginário em ação.

Associado a este fato, temos que ressaltar a identificação incontestável para alguns entrevistados de que os conteúdos veiculados pela mídia são expressões fidedignas da realidade, mesmo que esta realidade representada se diferencie muito de seu próprio contexto de vida, como podemos observar nos dois trechos abaixo.

Eu acredito no que passa na televisão sim. Eles mostram as coisas, explicam direitinho pra gente entender. Tem muito programa que a gente pode aprender alguma coisa, tirar um exemplo. Por isso que eu acho bom (Rogério, garçom, 34 anos, Araçatuba).

[E televisão, você costuma assistir?]

Só quando eu vejo o Datena, aí eu assisto. Passou, você viu? Aquelas pessoas que matavam as pessoas e faziam recheio de coxinha com a carne delas? Nossa, é horrível [*faz esta afirmação de maneira empolgada e sorrindo*].

[*Então você gosta do Datena?*]

Eu gosto muito do Datena, das coisas que ele passa. E eu assisto também aquela novela: Avenida Brasil, que é bem realista, mostra bem as coisas do jeito que elas são mesmo. Tem que mostrar as coisas que estão acontecendo, não podem ficar escondendo, entendeu? E a televisão faz isso (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

O depoimento de Viviane exprime a curiosidade que os telespectadores têm em relação às tragédias dramatizadas pela mídia e o distanciamento que a apreensão midiática do mundo permite – conteúdos que compareceram em muitas outras entrevistas: podemos falar com empolgação sobre um caso trágico que envolve assassinatos e esquartejamentos, mesmo que reconheçamos que isto é horrível. Por outro lado, se existem aqueles que estão ávidos pelo consumo das violências midiáticas, temos também aqueles que se incomodam com esta veiculação excessiva de violência na televisão.

Eu não gosto muito de jornal, porque só passa tragédia. Tem gente que gosta disso, principalmente as donas de casa. Acordam de manhã, já ligam no jornal pra ver notícia ruim. Na hora do almoço, ligam o rádio – notícia ruim de novo. Ainda chega de noite e quer assistir jornal e ver mais notícia ruim. Deus me livre! Eu não gosto. O lado bom das coisas ninguém quer mostrar. Só passa tragédia. Eu detesto jornal. Meu marido fala: “você tem que assistir”. Ele assiste, mas eu falo: “eu não, só tem notícia ruim”. Aí ele fala: “você precisa ver *o que tá acontecendo*”, aí eu respondo: “eu não, não tá acontecendo comigo, eu não quero ver isso não” (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Além da escolha individual de não querer assistir as tragédias veiculadas pela mídia, temos também depoimentos que reconhecem que o tratamento dado à violência causa um pânico exagerado na sociedade, trazendo consequências para a sociabilidade. O entrevistado cujo depoimento é apresentado a seguir diz que não gosta de assistir os programas que exploram as representações da violência, mas ao longo de toda a entrevista concedida faz referência a vários casos veiculados

pelos meios de comunicação, indicando que apesar de tentar se posicionar criticamente em relação à mídia, não está completamente imune a suas mensagens. Segundo o entrevistado:

Esse tipo de programa igual ao Brasil Urgente deixa as pessoas em pânico, as pessoas ficam mais assustadas, mais amedrontadas, mais desconfiadas. Esse tipo de situação que deixa as pessoas mais amedrontadas faz com que você se afaste mais das outras pessoas, que você fique ressabiado com todo tipo de pessoas e essas pessoas que recebem essa carga negativa de outras que assistem esses programas, começam a ter um comportamento diferente. [...] E são programas que não deveriam ser passados, na minha opinião. [...] Ficar naquele negócio de que “estamos perdidos” gera aquela coisa de que o Estado é inoperante, impotente, não consegue fazer nada. Que é o que eles querem passar. E se o Estado não faz nada disso aí, a gente fica à mercê. Aí todo mundo se tranca em casa. E as pessoas passam praticamente a viver num pânico. Eu acho que isso aí gera mais desconfiança entre as pessoas, e quando gera desconfiança entre as pessoas, gera insatisfação entre o relacionamento de pessoas com pessoas (Mário, professor universitário, 40 anos, Araçatuba).

Em contraposição a esta postura que recomenda que não deveríamos assistir aos programas que contribuem para que fiquemos demasiadamente preocupados, temos aqueles que ressaltam que não podemos ignorar “o que está acontecendo” e consideram que as abordagens acerca da violência na televisão servem para nos informar, permitindo a prevenção de diferentes situações.

Olha, eu sou fissurado em jornal. Na minha casa tem duas TVs, porque o meu marido gosta de assistir novela. É noveleiro, você pode perguntar pra ele, tudo de novela ele sabe. Às vezes eu chego em casa meio dia, tá passando o jornalismo da Record, aí ele fica assim: “nossa, troca de canal, você só ouve falar de violência, gente matando gente”. Então, assim, eu gosto de ver, eu quero saber *o que está acontecendo*. [...] Eu gosto de estar informado, pra saber onde tá acontecendo, o que tá acontecendo, porque tá acontecendo. [...] Eu acho que deixa as pessoas mais alertas (Renato, técnico em enfermagem, 30 anos, Birigui).

Eu costumo assistir pelo menos os jornais diariamente, pra ver *o que tá acontecendo*. Mas tem muita violência sim. Nos jornais ultimamente só falta escorrer sangue da tela. Mas é o que chama a atenção do povo. Tem o problema de você ficar assistindo aquilo e ficar muito

encucado, mas também serve pra que a gente fique mais esperto. A gente fala: não, a gente tem que ter mais cuidado, olha o monte de coisas que estão acontecendo lá, pode acontecer aqui também. Tem esse aspecto também, que é positivo. Antes eu era mais tranquila, nem me preocupava, era até descuidada. Hoje não, eu já me preocupo bastante, tomo certos cuidados que antigamente eu nem estava pensando (Rosa, professora, 42 anos, Araçatuba).

Estes depoimentos, além de ratificarem o entendimento de que a televisão, principalmente nos jornais, mostra o que está realmente acontecendo, revelam que as mensagens midiáticas são acionadas no cotidiano urbano, influenciando mudanças de comportamento importantes – frente às ocorrências violentas que só tem aumentado e que podem ocorrer com todos e em todos os espaços, é necessário tomar mais cuidados, deixando para trás o cotidiano tranquilo, despreocupado e descuidado que podíamos ter quando a insegurança não estava generalizada. Estas posturas mostram a operacionalidade do imaginário das cidades inseguras em ação.

Em linhas gerais, encontramos duas representações recorrentes em relação à veiculação das imagens e discursos acerca da violência na mídia. Aqueles que a consideram positiva, porque servem para informar e alertar sobre os perigos contemporâneos e aqueles que não gostam – mas muitas vezes assistem – pois consideram que esta exposição excessiva da violência pode gerar desconfortos ou uma generalização do pânico, além de ter um caráter “educativo”, ao “ensinar” e estimular os bandidos a cometer certos crimes standardizados. Em nenhuma destas posturas, no entanto, os entrevistados sequer questionam se o que é veiculado corresponde à verdade/realidade. A seguir, apresentamos dois depoimentos que expressam a ideia de que a mídia pode influenciar o comportamento dos bandidos.

Às vezes tem notícias que eu acho que elas instruem como tem que ser feita a violência. Tem coisas que eu acho que eles não deveriam mostrar. Porque eles passam até a instrução de como tem que ser feito. Às vezes o bandido nem tava pensando naquilo. Tem coisas que eles não deveriam nem mostrar. A televisão acaba sendo uma escola (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

A violência presente na televisão, se você for olhar o aspecto financeiro da televisão, é boa porque gera audiência, mas por outro lado, se a gente for ver do ponto de vista social, isso não é bom não. Porque você tá na sua casa e quer ter um tempo de descontração, aí você liga a TV e só tem violência. Além de que as coisas que aparecem na televisão levam as pessoas a fazerem igual. É a imposição de valores nas pessoas. É igual comércio, você vê as propagandas, você vai querer também. E isso é geral, nas coisas boas e nas coisas ruins. Ou você vai querer fazer coisas ruins ou vai idolatrar pessoas ruins. Tudo que está na mídia cresce, serve de exemplo, tanto as coisas boas quanto as ruins (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

As informações que reunimos a partir das entrevistas que realizamos não nos permitem avançar muito nas análises sobre as relações entre as mensagens veiculadas pela mídia e as possíveis resignificações feitas pelos receptores destas mensagens. No entanto, podemos afirmar que a mídia é um agente importante na produção do imaginário das cidades inseguras ao fazer circular representações da violência e da insegurança que colocam estes temas como problemas concretos na vida de seus consumidores – tanto daqueles que concordam com este discurso como daqueles que se contrapõem a ele. Uma concepção que resume nosso entendimento acerca do papel da mídia na contemporaneidade é a de Sodré (2006), que identifica as ligações de suas ações com o mercado – dando vazão aos interesses dos outros agentes interessados na manipulação da violência e da insegurança, por exemplo – influenciando diretamente nas relações sociais.

Nós tendemos a encarar a mídia como o aparelho de televisão nos dizendo alguma coisa, como o jornal lhe falando, e não percebemos que é toda uma nova existência que se constitui. É uma existência que se afasta, cada vez mais, das condições reais e concretas de existência. [...] A mídia é hoje, aqui, uma espécie de “boca de deus”, só que esse deus se chama mercado. A mídia é a boca desse deus que não pode mais ser entendido como um lugar técnico, para compra e venda de mercadorias, circulação de dinheiro, mas um lugar que está vetorizando as relações sociais no instante histórico em que se enfraquecem, ou que fenecem, a sociedade política e a sociedade civil (SODRÉ, 2006, p. 38).

Deste modo, a mídia é responsável por evidenciar violências específicas em que os papéis de vítimas e agressores estão peremptoriamente definidos e, em contrapartida, encobre muitas outras violências que marcam a vida de diferentes cidadãos, que não lhe interessa dar visibilidade. Outro aspecto relevante na atividade midiática é a (des)mobilização da “opinião pública” que suscita. No que se refere à violência e à insegurança, a mídia é responsável por influenciar ações determinadas, principalmente aquelas caracterizadas pela individualidade, em detrimento daquelas que exigem esforços coletivos na busca por soluções efetivas para estes problemas. Isto porque, como observa Baudrillard (2011) a evocação contínua da violência, da infelicidade e da catástrofe, longe de exaltar alguma solidariedade coletiva, não vai além da demonstração de nossa impotência real, fazendo com que mergulhemos no pânico e no remorso. A mídia contribui assim, para a manutenção das estruturas mentais que sustentam a ordem social vigente, exercendo o que Bourdieu (1997) denomina como uma forma particularmente perniciosa de violência simbólica.

1.2. Conteúdos dos imaginários das cidades inseguras

Como foi tratado no subitem anterior, consideramos que há um processo de produção do imaginário das cidades inseguras – o que nos leva a considerar também a produção de seus consumidores –, colocado em prática por diferentes agentes, com destaque central para a mídia, que é caracterizado pela disseminação crescente de representações da insegurança associadas com as mais distintas realidades urbanas. Este imaginário alimenta e é alimentado pela ampliação de um mercado de segurança diversificado, cujo êxito está ligado à representação de que as ações de segurança pública promovidas pelo Estado são ineficientes, sendo necessário, portanto, diante da onipresença dos perigos, que cada um – de acordo com seus meios – busque soluções individuais para lidar com a insegurança urbana.

Podemos identificar que o problema crucial contido neste imaginário se baseia na ideia de que a insegurança está em toda parte, transformando, assim, todos em potenciais vítimas. A solução associada está no consumo individualizado de equipamentos, serviços e espaços ligados à segurança, bem como nas práticas de evitamento e seleção socioespacial que passam a ser consideradas como essenciais no cotidiano urbano, além das pressões sociais por políticas de segurança pública, que se acirram diante do proclamado fracasso do Estado em lidar com este tema.

É uma prerrogativa deste imaginário que os cidadãos estejam constantemente decodificando espaços, pessoas e situações segundo seus níveis potenciais de segurança. Para “facilitar” este trabalho de interpretação, são estabelecidos alguns direcionamentos prévios no processo de produção do imaginário das cidades inseguras, no sentido de que identifiquemos rapidamente os grupos sociais, os espaços e as situações ameaçadoras. Estes direcionamentos baseiam-se na reativação e reafirmação de antigos estigmas – que nunca caíram em desuso – relacionados com a associação direta entre pobreza e violência.

Nesta busca incessante pela identificação e combate dos perigos inerentes à vida urbana é preciso que se delimitem as separações que distinguem os cidadãos de bem dos bandidos. Como estas separações nem sempre são nítidas, é comum a recorrência às representações dominantes que identificam os grupos mais pobres com os mais perigosos. Neste contexto, o contato com eles e o compartilhamento dos mesmos espaços passa a ser impensável, salvo em situações bem determinadas, como as pautadas nas relações de trabalho. São justificadas assim, ações de controle – formais e informais – bem como o isolamento socioespacial.

Esta sociedade dividida em agressores e vítimas potenciais produz, portanto, cidades cada vez mais fragmentadas socioespacialmente, ao mesmo tempo em que a configuração material e subjetiva destas cidades ratifica permanentemente esta divisão social. A instrumentalidade do imaginário das cidades inseguras está em

sancionar as classificações e hierarquizações referentes aos diferentes segmentos sociais e seus espaços, que baseiam as condutas que visam à manutenção da ordem social estabelecida.

No entanto, não podemos considerar que o imaginário das cidades inseguras seja absorvido, retrabalhado e reproduzido de forma homogênea, vista a heterogeneidade de posições sociais e experiências de vida possíveis no cotidiano urbano. Existem muitas nuances que fazem com que tenhamos que relativizar a amplitude deste imaginário, destacando os conteúdos diferenciados que ele contém e os fatores que contribuem para esta diferenciação. Para analisar esta heterogeneidade das representações, lançamos mão das entrevistas que realizamos, comparando e confrontando seus conteúdos.

1.2.1. O papel dos cidadãos na reprodução do imaginário das cidades inseguras

Temos defendido até o momento, que a urbanização contemporânea é marcada pela produção de um imaginário dominante que associa intimamente as cidades com a percepção de insegurança crescente. Cabe destacar então, que o reconhecimento de que este imaginário se torna hegemônico não significa afirmar que ele seja também, homogêneo. As representações e imagens que lhe sustentam possuem capacidades de reverberação diferenciadas, segundo as experiências que compõem as trajetórias de cada cidadão. Assim, temos que considerar as assimilações individuais na reprodução dos conteúdos socialmente disseminados.

Deste modo, iniciamos este subitem com a análise de representações mais gerais, que identificam as estreitas ligações entre cidades e insegurança, e partimos para considerações mais detalhadas, feitas a partir de comparações, relativizações e naturalizações.

O primeiro conteúdo que destacamos, a partir da seleção de trechos das entrevistas realizadas, é, portanto, a aparente inseparabilidade atual da ideia de cidade e insegurança. Os entrevistados expressam alto grau de generalização, ao considerarem

que a violência tem aumentado em praticamente todas as cidades e que a insegurança não é mais exclusividade das maiores, como exemplificado nos relatos a seguir.

Essa coisa de violência tá geral. A gente vê notícias de todo lugar. É aqui, é na capital. Todo mundo que é de bem tem que se trancar em casa por causa da bandidagem (Rogério, garçom, 43 anos, Araçatuba).

Acho que a diferença que existia entre as cidades maiores e as do interior está diminuindo. [...] A gente não ouvia falar em tantos roubos aqui em Birigui, mas hoje, que as drogas avançaram, é todo dia. Você pensa: quando vai chegar a minha vez? (Marcos, escriturário, 39 anos, Araçatuba).

Buritama [*cidade de 15.418 habitantes – IBGE, 2010 – na qual o entrevistado residia antes de se mudar para Birigui*], por exemplo, eu tinha como uma cidade pacata. Uma cidade tranquila, sossegada, onde a gente podia, vamos dizer assim, dormir com as portas abertas. Mas esse quadro também, como nas cidades maiores, está evoluindo pra insegurança. Porque a gente começa a ver um aumento gradativo da criminalidade (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

Posso falar que a violência nas cidades não aumentou só no Brasil. A gente tem notícias de todas as partes do mundo. É violento no México, é violento nos Estados Unidos, então, a gente pode concluir que é geral. Claro que existem diferenças, mas a violência vai se desenvolvendo em todas as cidades (Pedro, comerciante, 28 anos, Araçatuba).

Qual cidade a gente pode garantir que é segura? O que a gente tá vendo é que não tá mais existindo cidade segura. Nem as cidades menores estão escapando (Bruno, recepcionista, 36 anos, Araçatuba).

A partir destas declarações é possível identificar a unificação de diferentes realidades urbanas sob um mesmo imaginário – o do aumento da violência e da insegurança – que não está associada, porém, à unificação das situações concretas verificadas em cada um destes contextos.

Neste sentido, as preocupações com a violência, real e/ou imaginada, passam a ser um problema tanto das cidades grandes quanto das médias e pequenas. Por meio de contraposições estabelecidas entre a configuração atual – caracterizada por perigos

crescentes – e representações do passado – idealizado como tendo sido mais seguro – os cidadãos vão construindo narrativas que afastam das cidades menores os conteúdos de segurança e tranquilidade que lhes definiam, substituindo-os pelos de violência e insegurança.

Os entrevistados entendem que há um deslocamento destes problemas, das cidades maiores em direção às cidades menores. No entanto, sabemos que a realidade contemporânea das cidades de porte médio e pequenas é muito mais complexa do que o entendimento da simples transposição de processos socioespaciais de um nível para outro deixa entrever. Os conteúdos do que é entendido como violência urbana nas metrópoles são diferentes daqueles que conformam este processo nas cidades menores, assim como as inseguranças urbanas não são exatamente as mesmas nos distintos contextos espaciais. Deste modo, os processos que vêm se desenvolvendo nas cidades não metropolitanas não podem ser entendidos como se fossem resultantes apenas da disseminação espacial dos processos conformados nas metrópoles, ou como se fossem versões menos complexas deles.

Consideramos que o que acontece é uma convergência das lógicas urbanas que passam a orientar tanto processos metropolitanos, quanto aqueles que se desenvolvem nas outras cidades, indicando que elas não são exclusivas de um tipo de espaço, mas inerentes à urbanização em si. Esta unificação das lógicas urbanas é acompanhada, entretanto, de diferenciações relativas às materializações ocorridas em cada contexto socioespacial e aos significados que as práticas adquirem.

A existência de uma racionalidade urbana enquanto realidade global – totalizadora em essência, mas que nunca atinge a totalidade – como destaca Lefebvre (2004), é que possibilita a circulação do imaginário das cidades inseguras como dominante, sendo representativo de cidades de diferentes dimensões e papéis.

Os relatos selecionados indicam ainda, que esta unificação imaginária que vincula cidades e insegurança – “qual cidade a gente pode garantir que é segura?” – tem como aspectos intrínsecos a identificação da potencialidade evidente de vitimização – “quando vai

chegar a minha vez?” – e a necessidade crescente da utilização de práticas defensivas – “todo mundo que é de bem tem que se trancar em casa por causa da bandidagem” –, revelando que o imaginário das cidades inseguras tem decorrências socioespaciais diretas, que reforçam a dupla determinação existente entre os aspectos materiais e subjetivos que constituem o cotidiano urbano.

Considerando que a preocupação com a insegurança é um conteúdo que acompanha, de diferentes modos, o devir das cidades, mas que ganha amplitude maior na contemporaneidade, torna-se central o refinamento de nosso entendimento acerca dos resultados desta associação.

Neste sentido, Cárrión (2008) destaca as distorções e equívocos presentes na visão dominante – que sustenta o imaginário das cidades inseguras – que nos leva a considerar que cidade é sinônimo de violência e que a cidade é, em si, responsável pela origem da violência. Segundo o autor, este pensamento acaba gerando uma criminalização das cidades e propiciando práticas preventivas e de controle social que não condizem com os processos efetivamente em curso, como temos verificado. Se temos a ideia de que se existe cidade, conseqüentemente, existe violência, todas as cidades passam a ser alvo de medidas securitárias estandardizadas – privadas e/ou públicas – que restringem as possibilidades cotidianas de vivermos diferentes experiências urbanas.

Ganham importância assim, as relativizações, diferenciações e comparações realizadas pelos cidadãos no ato de representar suas cidades e seus bairros, posto que elas nos deixam a esperança de que os consensos hegemonicamente disseminados sejam desconstruídos, propiciando práticas mais afinadas com a situação real de cada espaço.

Uma primeira comparação, seguida de relativização, feita por nossos entrevistados diz respeito ao reconhecimento de diferenças importantes entre as violências que ocorrem nas metrópoles e aquelas que acontecem em suas cidades. Há uma nítida associação entre o tamanho populacional das cidades com o reconhecimento da gravidade

dos atos tidos como violentos. Sendo assim, ao perceberem que suas cidades têm crescido, consideram também que a violência aumentará, numericamente, e se tornará mais grave.

No trecho a seguir, a entrevistada destaca a diferença na gravidade do que acontece em metrópoles como Rio de Janeiro e São Paulo em comparação com o que ocorre no interior, identificando que na sua cidade a criminalidade é mais branda.

Acho que a diferença daqui do interior é que aqui as coisas são um pouquinho melhores. A gravidade da violência é menor, porque no Rio de Janeiro, na periferia de São Paulo, a gente vê que as coisas pegam. Aqui a gente tem a vantagem, se é que eu posso falar assim, de ter uma criminalidade mais branda (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

Selecionamos a seguir um relato no qual o entrevistado associa diretamente o crescimento da cidade com o aparecimento dos problemas que ele identifica como sendo das cidades grandes, dentre eles, a violência.

Eu acho que tem piorado muito a situação da segurança aqui de Araçatuba. Quanto mais nossa cidade vai crescendo, mais a gente tem que conviver com os problemas das cidades grandes. Então, aumenta a violência, aumenta o trânsito, aumenta tudo. Tem as vantagens de ser uma cidade maior também, mas na violência, eu só vejo piorar. Eu acredito que de uns cinco anos pra cá, um pouquinho mais, tem ficado pior. (Eduardo, técnico em eletrotécnica da CPFL, 48 anos, Araçatuba).

Outro entrevistado também reconhece esta associação do tamanho populacional da cidade com o aumento da criminalidade, ponderando que os conteúdos da violência em sua cidade não são – ainda – tão impactantes.

Por a cidade estar maior, como toda cidade que cresce muito, o nível de criminalidade também tende a aumentar. Onde antes tinha um ladrão de galinha, agora tem dois, tem três, só vai aumentando. Mas o que importa no caso é o tipo de crime que é cometido nessa comunidade, nessa cidade. A gente não vê, ainda, crimes assim, impactantes, aquelas coisas que a gente fica assim [...], só coisas corriqueiras (Mário, professor, 40 anos, Araçatuba).

Há uma convergência nestes depoimentos do entendimento de que as cidades de porte médio, ao terem sua complexidade ampliada, têm, forçosamente, um aumento da insegurança, que se torna um problema inerente a todos os espaços urbanos, embora a gravidade dos atos que ocorrem nas cidades menores seja reconhecida como menos intensa do que a relativa às ocorrências das metrópoles. Esta constatação é acompanhada, porém, da percepção da inevitabilidade de que a situação da violência nestas cidades piore.

Há também aqueles que equiparam a situação de insegurança nas cidades grandes e nas pequenas, reconhecendo que atualmente, ser uma cidade menor pode até ser atrativo para que a violência ocorra, visto que os criminosos tendem a procurar espaços onde a repressão policial seja menos intensa, como evidencia o depoimento selecionado a seguir.

Hoje em dia não tá tendo mais essa diferenciação. As cidades menores passaram a ser alvo dos bandidos porque eles perceberam que a ação é mais fácil, tem menos policiais, o pessoal é mais tranquilo, porque ainda não conhece esse tipo de violência, então se previne menos. É mais fácil deles serem surpreendidos. Tem uma cidadezinha aqui, na verdade é um distrito de Aracanguá, Vicentinópolis, em que a agência do Bradesco foi assaltada nos últimos 6 meses umas vinte vezes. O Correio então nem se fala. Então, o pessoal tá virando o foco um pouco pras cidades pequenas. Os bandidos perceberam essa fraqueza (João, gerente de loja, 39 anos, Araçatuba).

Estas comparações entre os conteúdos da violência nas grandes cidades e nas menores são possíveis porque, como ressalta Curbet (2007, p. 68), a insegurança é cada vez mais alimentada pelos meios de comunicação, que nos mantém informados diariamente sobre o que ocorre em outros espaços, fazendo com que aqueles que vivem em áreas mais seguras padeçam também com a insegurança, ao fazer seus os temores dos outros, configurando um processo de “glocalização” da insegurança.

Constatamos que esta afirmação é verdadeira – grande parte dos entrevistados utilizou referências a atos tidos como violentos ocorridos em outras cidades para comprovar a piora da situação nas que residem. No entanto, temos que considerar também que a exposição de fatos ocorridos nos mais diversos contextos socioespaciais possibilita que sejam feitas comparações entre as conjunturas representadas nos meios de comunicação e aquelas verificadas concretamente, gerando um processo de identificação de uma “segurança por comparação” destacada por Kessler (2009).

A partir das contraposições presentes nos depoimentos de mãe e filha entrevistadas juntas, é possível observar como a divulgação – manipulada, amplificada – de informações acerca da violência em outros contextos influencia na minimização ou relativização da situação local, como verificado também no depoimento de Márcia selecionado anteriormente: “a gravidade da violência é menor [nas cidades do interior], porque no Rio de Janeiro, na periferia de São Paulo, a gente vê que as coisas pegam”.

Maria: Birigui, em segurança, é péssima.

Daniele: Eu não acho, porque em toda cidade tem. Toda cidade tem violência. Coroados que é pequenininha tem, aqui tem, todas têm.

M: Mas Birigui eu acho que tá mais. Em todas as partes de violência. É estupro, de matar... Eu acho que aqui tá quase em primeiro lugar na violência (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

D: Mas em Araçatuba tem, em todo lugar tem. Assiste jornal de São Paulo pra ver. Lá é pior ainda. No Rio de Janeiro também. Eu acho que todo lugar tem, então não é uma coisa só daqui e em outros lugares é pior. A senhora não viu nada (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Enquanto Maria se baseia em suas impressões locais para definir a situação da violência em sua cidade, identificando que a situação é bem grave, sua filha realiza uma comparação com outros espaços urbanos, constatando que em todas as cidades a violência está presente. Daniele reconhece também que em Birigui a violência não é

tão grave, pois, segundo os jornais, as coisas são bem piores em São Paulo e no Rio de Janeiro.

É importante ressaltar assim, que a presença exacerbada das imagens e discursos relacionados à insegurança na mídia e nas interações cotidianas, gera além da percepção de uma insegurança crescente e generalizada, a identificação de que as cidades em que vivem não são tão inseguras.

Para exemplificar este aspecto, selecionamos mais dois depoimentos:

Eu não acho que a cidade seja muito violenta não. Pelo tamanho que ela tem, eu não vejo tanta violência. Araçatuba não é tão violenta como outras cidades por aí, que são muito mais. Birigui eu acho que é muito pior que aqui. Lá, mata-se mais, rouba-se mais. Você pega o jornal e vê muita notícia de Birigui em relação à violência. [...] Hoje em dia é mais perigoso, em todo lugar. Não tem como. O tempo vai passando, os lugares vão ficando mais perigosos. Porque a cidade vai crescendo, a periferia vai aumentando, porque é geralmente na periferia que tem mais casos. Mas as cidades como um todo estão ficando mais perigosas agora. [...] Então a violência vai chegando, vai aumentando, ela tende a aumentar. Por isso que eu acho que pelo desenvolvimento que a gente tem aqui, Araçatuba deveria até ser mais perigosa (Helenice, 61 anos, professora aposentada, Araçatuba).

Perante o contexto violento geral reconhecido pela entrevistada, em que a violência vai aumentando em todos os espaços, ela diferencia a situação de sua cidade, considerando que ela não é tão violenta como poderia ser. Deste modo, a entrevistada faz uma contraposição entre a identificação das potencialidades de que os atos violentos ocorram – baseada em suas impressões acerca da violência percebida em outras cidades – com as percepções que possui acerca de sua própria cidade.

Nesta mesma direção, outra entrevistada também apresenta esta representação de que sua cidade não é tão insegura como as outras, indicando que a situação poderia ser mais grave.

Se eu for falar só de Birigui, a insegurança incomoda mesmo. Mas se a gente pensar também nas outras cidades, a gente vai ver que as coisas aqui não estão tão sérias como em outros lugares, podia ser mais grave. Na região mesmo, Birigui não é a cidade mais violenta, a

gente tem cidades em que as coisas estão bem piores, como Andradina, que tem as gangues, Araçatuba, onde tem muito assalto... Então, não é que não exista violência aqui em Birigui, mas é que as coisas ainda estão administráveis. Mas mesmo assim, eu vejo que a maior parte das pessoas já vive em pânico. Imagina se as coisas piorarem (Eliana, 39 anos, fonoaudióloga, Birigui).

Mesmo reconhecendo que a insegurança é um elemento presente no cotidiano de sua cidade, com destaque para o entendimento de que a maior parte de seus habitantes vive em pânico, a entrevistada relativiza esta insegurança, ressaltando que a situação é pior em outras cidades.

Podemos perceber que estes dois trechos de entrevistas se complementam e permitem que observemos a plasticidade das representações que ancoram o imaginário das cidades inseguras. Enquanto Helenice – moradora de Araçatuba – considera que a cidade de Birigui é mais violenta, Eliana – que reside em Birigui – entende que a condição de Araçatuba é pior, mostrando assim, que as pessoas tendem a afastar simbolicamente de si os contextos violentos, representando sempre os outros espaços, ou espaços dos outros, como os mais perigosos.

Cabe destacar que nestes dois depoimentos as comparações são feitas em relação a cidades próximas, que mantêm interações socioespaciais, revelando que o mecanismo de afastar imaginariamente a violência de seus espaços de vivência se dá em diferentes níveis, inclusive na diferenciação da situação dos distintos bairros de uma mesma cidade e até mesmo na delimitação de áreas mais perigosas dentro deles, como abordaremos mais adiante.

Existe, portanto, uma margem de manobra na configuração do imaginário dominante das cidades inseguras, que permite, por exemplo, que um mesmo espaço seja representado ao mesmo tempo como violento para uns e seguro para outros, dependendo dos tipos de relações estabelecidas e percebidas nos diferentes espaços. Cabe lembrar assim, que mesmo tendo características que o tornam hegemônico, este imaginário não se impõe de forma total, sem

resistências e relativizações, de acordo com as características de cada contexto espacial e as trajetórias de vida de cada cidadão.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta é que nem sempre os relatos dos entrevistados apresentam uma coerência interna aparente. Quando são instigados a pensar sobre as questões propostas, os entrevistados tentam estabelecer um ordenamento de suas impressões e pontos de vista, que nem sempre convergem para um sentido único e definitivo nas respostas. Assim, tivemos relatos em que o entrevistado considera que sua cidade não é violenta, ao mesmo tempo em que observa que a violência aumentou. Estas flutuações na configuração das representações são importantes, pois revelam as incertezas que mediam as experiências urbanas cotidianas.

Trazemos como exemplo o trecho de uma entrevista na qual Sandra tenta definir a situação de sua cidade em relação à violência.

Se a gente comparar com muitas cidades por aí, até que não é violenta. Assim, é violenta, mas não vou dizer que é demais. Aqui a gente fica pra fora, sentado, conversando. Então, graças a Deus não posso dizer que é demais. Mas nem todo mundo tem opinião igual a da gente, o povo comenta que aqui tá muito violento. Na minha opinião, acho que não é tanto. Mas aumentou sim. Se bem que antigamente, se precisavam matar, eles matavam mesmo. Matavam bastante. Agora até que diminuiu, mas já aconteceram dois homicídios esse ano, os dois no Crevelaro, então também não acabou. Deu no rádio, a gente ficou sabendo (Sandra, 46 anos, pespontadeira desempregada, Birigui).

A entrevistada constata que em comparação com outras cidades Birigui não é uma cidade tão violenta. Para balizar esta afirmação, destaca o fato de que é possível ficar na calçada conversando, o que não seria possível – no seu entendimento – se a violência fosse tão alarmante. Assim, suas próprias práticas servem como indicadores de que sua cidade não é tão violenta como as pessoas comentam. Mesmo reconhecendo este cenário, a entrevistada ressalta que a violência aumentou, mas imediatamente recoloca a questão, ressaltando que antigamente os criminosos matavam bastante gente e que isso diminuiu. No entanto, em contraposição à constatação desta

diminuição, cita dois homicídios que ocorreram em um bairro da cidade, indicando que apesar de ter diminuído, este problema não foi resolvido.

Entendemos que esta dificuldade em definir a situação de suas cidades advém da complexidade inerente ao tema e, neste caso específico, do fato de que nas representações dominantes da violência urbana, diferentes atos são unificados sob uma denominação única, o que faz com que os ritmos e características de cada um deles sejam encobertos. A diferenciação entre os distintos tipos de delitos que compõem a violência está implícita neste depoimento, posto que a opinião da entrevistada oscila devido à existência de duas dinâmicas opostas: o aumento dos crimes contra o patrimônio, como roubos e furtos e a diminuição dos crimes contra a pessoa, principalmente os homicídios, segundo a tendência revelada pelas estatísticas criminais.

Experiências de vida e representações da insegurança urbana

É preciso considerar assim, a importância da contraposição das situações concretas experimentadas e as representações disseminadas pela mídia e nos contatos cotidianos, para a definição das impressões sobre a insegurança das cidades em que vivem. Para a relativização do imaginário das cidades inseguras é central que os cidadãos situem os discursos recebidos em relação as suas práticas e às percepções que elaboram – o que possibilita o reconhecimento de que nem sempre eles são coincidentes.

Este aspecto pode ser exemplificado pelo depoimento de Raquel que mora em um bairro que, segundo ela, é considerado pelas outras pessoas como violento devido à presença de uma favela, mas que comparado com a situação em que viveu em São Paulo e com as próprias experiências que teve no bairro, é reconhecido por ela como seguro.

[*Aqui é um bairro violento?*]

Assim, pelo menos o pessoal fala muito, porque tem uma favela lá no fundo. Só que eu não sei. Eu moro aqui há tanto tempo e nunca me aconteceu nada. [...] Então, o pessoal tinha muito preconceito com esse lado de cá. Então era o lado de cá da pista [*Marechal Rondon*] e o lado de lá da pista. Mas eu vim pra cá com os meus filhos ainda pequenos, eu tava tão acostumada com São Paulo que eu achei aqui uma beleza (Raquel, 55 anos, professora, Araçatuba).

Temos que considerar deste modo, que as experiências de vida, tanto as pretéritas quanto as atuais, são importantes na produção das representações e no estabelecimento das práticas que compõem o cotidiano urbano. O próximo depoimento que selecionamos no intuito de comprovar esta importância é de Juliana, uma professora que morou por 3 anos na Austrália, um ano no Rio de Janeiro e que viaja frequentemente para São Paulo. Fica evidente nas falas da entrevistada que suas experiências nestes outros contextos espaciais vão acrescentando camadas à percepção de insegurança apreendida na cidade em que reside atualmente.

[Como você acha que está Araçatuba em relação à violência?]

Pra mim é difícil ter uma opinião. Eu não acho que aqui seja muito violento não. Porque eu morei no Rio e vou muito pra São Paulo também. E em São Paulo, por exemplo, em qualquer lugar que eu vá eu fico apreensiva, me preocupo com a minha bolsa, eu fico olhando as pessoas em volta de mim pra ver se tem alguém me olhando, alguém me seguindo. Aqui eu já não tenho esse problema. Eu ando relaxada com a minha bolsa, eu deixo em qualquer lugar. Não que não seja perigoso. Várias vezes, as pessoas me alertam: “olha, toma cuidado com sua bolsa”. Às vezes eu esqueço minha bolsa em algum lugar, aí eu lembro e falo “nossa minha bolsa”, aí eu pego, “ufa, ninguém levou, tá aqui ainda”. Então eu nunca tive problema aqui (Juliana, 32 anos, professora, Araçatuba).

Nesta passagem, a entrevistada aciona tanto suas percepções quanto suas práticas para se contrapor à ideia de que sua cidade é violenta. Diferenciando suas experiências na cidade de São Paulo, marcadas pela apreensão e pela suspeita, das que vivencia em Araçatuba, onde anda relaxada a despeito dos alertas feitos pelas outras pessoas, conclui que a situação de sua cidade não é tão violenta,

posto que nunca teve nenhum problema relativo a isto ali. Em seguida, a entrevistada reconhece que nunca teve nenhum problema relativo à violência em nenhuma das cidades em que morou. No entanto, devido às imagens e discursos veiculados reiteradamente acerca da violência existente em cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo, reconhece que nelas este problema é mais evidente.

Na verdade eu não posso reclamar de lugar nenhum. Porque eu morei no Rio por um ano e apesar da violência que existe lá, se alguém me perguntar da experiência que eu tive, eu não poderia falar que o Rio é violento, porque eu nunca vi nada. Mas eu sei que é bem violento. Lá você ouve muitas histórias, muito mais do que aqui, muito mesmo. Então aqui [Araçatuba] também nunca me aconteceu nada, mas eu também ouço algumas coisas, as pessoas me contam (Juliana, 32 anos, professora, Araçatuba).

Este reconhecimento de que a cidade do Rio de Janeiro é bem violenta, construído a partir do volume de discursos que reforçam este aspecto – e não por ter tido algum problema concreto –, não faz, porém, com que a entrevistada se considere insegura nesta cidade, diferentemente do que acontece quando esta em São Paulo.

Eu não tinha medo, nunca tive medo [*quando morava no Rio de Janeiro*]. Eu tinha uma amiga e nós saíamos juntas. Ela me falava “ah, aqui é muito perigoso, você toma cuidado” e eu não via perigo nenhum. Eu ficava tranquila, eu não via nada de errado. Tinha umas crianças abandonadas assim na rua, usando drogas, eu não tinha problema nenhum em passar no meio deles e ela já morria de medo. Tanto é que em muitas situações eu só fiquei sabendo que era perigoso depois que eu já tinha feito. Por exemplo, andar no meio dessas crianças, porque elas assaltam mesmo, elas têm faca, estilete, essas coisas, então elas assaltam. E principalmente à noite, mas eu também nunca tive restrição nenhuma. À noite eu saía. Eu morava perto da praia da Urca, então às vezes eu ia pra lá ler um livro, porque eu não queria ficar dentro de casa, eu ia às dez horas da noite, sozinha. Nunca me aconteceu nada. Mas quando eu contava pra alguém as coisas que eu fazia lá, as pessoas falavam que eu sou louca, que eu me arrisquei muito, que foi sorte não ter me acontecido nada, por causa da situação difícil de lá (Juliana, 32 anos, professora, Araçatuba).

Neste trecho podemos constatar mais uma vez a contraposição que Juliana realiza entre as representações hegemonicamente

difundidas e as práticas por ela realizadas, que permite que suas impressões sobre a cidade sejam construídas por meio do cotejamento destes dois níveis – discursos dominantes e experiências individuais. Ao reconhecer que as pessoas acreditam e afirmam, insistentemente, que a cidade do Rio de Janeiro é perigosa e mesmo assim não restringir suas ações por causa disso, a entrevistada cria a possibilidade de desconstrução do senso comum.

Por sua vez, os outros cidadãos, ao avaliarem as práticas despreocupadas da entrevistada, consideraram que ela estava agindo em descompasso com a situação de insegurança presente na cidade, se expondo a riscos desnecessários – porque conhecidos e, portanto, evitáveis – e o fato de que nunca lhe aconteceu nada não serviu para que elas relativizassem suas próprias representações acerca da violência no Rio. Este fato foi encarado como um golpe de sorte – não aconteceu nada, mas poderia ter acontecido coisas muito graves –, o que revela o peso do imaginário das cidades inseguras, que faz com que evidências contrárias aos seus conteúdos sejam interpretadas como exceções, que não podem servir para basear as atividades cotidianas.

No próximo trecho, a fala da entrevistada deixa entrever outro conteúdo interessante. Ela destaca que não se sente insegura em Araçatuba, mas que se sente muito preocupada com isto em São Paulo. Esta afirmação precisa ser contraposta com a que fez anteriormente, quando relata não se sentir insegura no Rio. Acreditamos que esta diferenciação resulta da profundidade dos laços que criou com cada cidade: no Rio de Janeiro experimentou a vida cotidiana enquanto moradora da cidade, estabelecendo relações mais estreitas com determinados espaços, o que possibilitou que ela relativizasse as representações generalizadas de insegurança. Já em São Paulo, está sempre de passagem – é sempre uma “estrangeira” – fato que potencializa o estabelecimento de impressões mais ligeiras, ancoradas nas representações dominantes.

[Então você se sente segura em Araçatuba?]

É por isso que eu falei que eu acho difícil saber. Aqui em Araçatuba, é estranho, eu não sei te dizer se eu me sinto

segura ou não. Porque quando eu saio na rua eu não penso nisso. Diferente de quando eu tô em São Paulo. Lá, se eu tô dentro de casa já me sinto insegura, se a campainha toca eu já fico em silêncio, já vou na ponta do pé, dou uma olhadinha, vejo quem tá lá fora, dependendo eu nem atendo. Mas aqui eu não chego a pensar, a sentir isso. Não me vem na cabeça. Então, de alguma forma eu me sinto segura. Mas por outro lado, todo mundo fica me falando que aqui tá perigoso, pra eu não fazer isso, não fazer aquilo, não sair de casa em tal hora, aí eu fico pensando se eu tô fora da realidade, se eu deveria me preocupar mais aqui (Juliana, 32 anos, professora, Araçatuba).

Estas falas de Juliana contém ainda outro aspecto importante: a constante alusão às tentativas de convencimento pelas quais ela passa – as outras pessoas sempre tentam fazer com que ela acredite que as cidades são perigosas e que ela deveria evitar certas condutas. Fica revelada assim, a força das interações e conversas cotidianas na produção e disseminação do imaginário das cidades inseguras.

Tentando ainda apreender o papel das experiências de vida na constituição das representações que sustentam o referido imaginário, destacamos mais algumas passagens da entrevista de Juliana. Neles, a entrevistada compara a realidade da Austrália com a brasileira, identificando que a situação é completamente diferente. Neste âmbito, Araçatuba – considerada mais segura em relação a São Paulo e Rio de Janeiro – é tida como mais perigosa do que a cidade australiana em que vivia, onde, segundo ela, o problema da violência urbana não se colocava.

[E as cidades australianas, como você vê a violência nelas? É parecido com o que a gente tem aqui nas cidades brasileiras?]

Nossa, tem muita diferença. Lá é muito mais tranquilo, não dá nem pra comparar. Esse negócio de não me preocupar com a bolsa é por causa de lá. Lá você pode largar sua bolsa em qualquer lugar. A gente ia pros bares, pra balada à noite, todo mundo colocava a bolsa em cima de uma mesa e ia dançar, quando a gente voltava as bolsas estavam lá. Então eu nunca tive problema. É uma coisa que não dá nem pra comparar. Pensando assim, eu tenho que falar que Araçatuba é mais perigosa, porque aqui este problema está presente, lá não.

[Como é que a televisão trata da violência na Austrália?]

Lá não acontece. Não tem o que mostrar. Tem alguns bairros que são mais perigosos lá também, só que não chega a ser igual aqui. Às vezes eles falam “tal bairro é perigoso”, mas eles falam isso porque eles não têm uma noção de como é um bairro perigoso aqui. Ai você chega lá e nem é tão aquelas coisas. Eles falam isso, mas não na questão de você ser assaltado. É mais uma violência por causa que tem muita gente bêbada, e tem esses caras que são árabes. Esta violência é mais em bairros que a maioria da população é árabe. Então, a violência deles é assim: você está andando na rua, e vem um brutamontes bêbado querendo brigar com você do nada, sem motivo. É isso que é o perigoso lá. Não você ser assaltado, assassinado.

As histórias que você ouve aqui e as histórias que você ouve lá são diferentes, o jeito que você se sente. Quando eu cheguei no aeroporto, quando eu voltei da Austrália, então você ainda tá com aquele negócio, relaxada, não fica preocupada onde tá o celular, onde tá a bolsa. Eu cheguei aqui, saí do aeroporto em São Paulo, aluguei um carro, saí com todos os vidros abertos, a bolsa em cima do banco e parei pra pedir informação pra um motoqueiro! Olha que sem noção! A sorte é que o cara não era marginal, nada disso. O cara falou “você pega a rua tal, e vai pra tal lado, mas oh, tira essa bolsa daí, e fecha esse vidro aí” e putz, eu já sei de tudo isso, mas eu tinha esquecido (Juliana, 32 anos, professora, Araçatuba).

Percebemos nestes trechos que a entrevistada valoriza as diferenças profundas que identifica no conteúdo do que é perigoso em um contexto e em outro, afirmando que a realidade brasileira e a australiana não são comparáveis. Juliana destaca também as diferenças nas percepções de insegurança e nas práticas estabelecidas em cada um destes contextos, revelando que passou por um “desencaixe” delas quando voltou para o Brasil – no primeiro dia agiu como se ainda estivesse em uma cidade tranquila (como considera a cidade australiana em que morou), onde poderia andar com os vidros do carro abertos e a bolsa em cima do banco, fatos totalmente desaconselháveis segundo as representações que possui acerca de São Paulo, mas que haviam sido esquecidas durante o período no exterior.

A partir destas falas é possível perceber também, além do papel central das experiências de cada cidadão na configuração de suas representações e práticas em relação à insegurança, que apesar da

entrevistada ter mostrado resistência em aceitar passivamente o imaginário das cidades inseguras e as práticas restritivas associadas a ele, ela não está completamente imune a seus conteúdos. Isto fica evidente quando reproduz os estereótipos dominantes que identificam certos segmentos sociais como os agentes violentos/perigosos: árabes na cidade australiana, crianças em situação de rua no Rio e motoqueiros em São Paulo. Como discutiremos mais adiante, o imaginário das cidades inseguras está intimamente ligado ao processo de identificação, via estigmatização, destes agentes geradores da violência, reconhecidos nos pobres e nos migrantes, por exemplo.

Ressaltamos assim, que resistências, relativizações e negações em relação ao imaginário das cidades inseguras são sempre possíveis, mas aqueles que se afastam em seus cotidianos de seus princípios, frequentemente enfrentam descréditos e até ridicularizações (são loucos, estão fora da realidade, são ingênuos), por não enxergarem o que todos estão vendo – as cidades estão cada vez mais inseguras. No entanto, a identificação de que este imaginário é dominante não impede o entendimento de que ele pode ser apropriado parcelarmente e é sempre resignificado de acordo com as experiências individuais de cada cidadão.

Insegurança como problema social e como ameaça pessoal

Outro aspecto que precisa ser enfatizado diz respeito à diferenciação entre a identificação da insegurança como um problema social atinente às cidades, de forma geral e o reconhecimento dela como uma ameaça pessoal direta. De acordo com Robert (2002), a insegurança deve ser apreendida a partir destas duas perspectivas, visto que algumas pessoas declaram que reconhecem este problema social, mas não temem efetivamente ser suas vítimas, enquanto outras afirmam ter medo da violência sem, no entanto, enxergarem nela um problema social, embora na maior parte das vezes estas dimensões sejam coincidentes – as pessoas reconhecem a violência como um

problema público e sentem medo de se tornarem vítimas dela, como observamos em nossas entrevistas.

Mesmo não tendo sido o conteúdo predominante nos relatos dos entrevistados, a diferenciação destas duas dimensões – violência como problema social ou como ameaça pessoal – é relevante, pois nos ajuda a entender as distintas posições sociais em relação ao caráter das medidas preventivas/punitivas consideradas como necessárias diante da insegurança, como aprofundaremos no capítulo 2.

Para exemplificar este aspecto selecionamos trechos da entrevista de Viviane, uma jovem de 19 anos que mora nas proximidades de um bairro representado como muito violento na cidade de Birigui. Ao longo da entrevista, ela revela familiaridade com algumas dinâmicas tidas hegemonicamente como violentas, tendo como característica importante de sua trajetória pessoal, o fato de que seus pais já foram presos por tráfico de drogas – situação em que seu marido (que conheceu na cadeia) se encontra atualmente. Em sua fala, fica evidente seu reconhecimento de que a violência é um problema presente e importante na cidade, mas que não é acompanhado por uma percepção de insegurança pessoal.

[Como você acha que está Birigui em relação à violência?]

Ah, tá bem avançado. Tá feio e a tendência é piorar. Tem alguns bairros que são mais calmos, agora já tem outros que não. Outros em que já acontecem mortes seguidas, na mesma semana até. E a droga já invadiu todos os lugares. Não tem mais onde esconder ela, porque os ricos usam, os pobres usam, os mais pobres ainda usam, os mais ou menos usam, só não usa a pessoa que não quer mesmo. Porque a coisa mais fácil que tem é você encontrar um lugar que vende. Por causa dessas coisas Birigui tá bem violenta.

[Você se sente insegura aqui em Birigui?]

Não, eu me sinto segura. Quando eu ando na rua eu me sinto segura. Eu acho normal, porque eu sei que não vai vir ninguém e vai me matar, porque eu não fiz nada de ruim pra ninguém. A maioria, quando tem esse negócio de matar, é o homem que morre. A gente tem briga com mulher, mas a mulher não vai chegar e te dar um monte de tiro na cara, vai? Não, não vai fazer isso. Fica naquela briga com puxão de cabelo, uma sempre leva a pior, mas os homens é que têm que ficar bem atentos, porque se

um briga com o outro, já pode sair tiro e morte (Viviane, 19 anos, desempregada, Birigui).

Na concepção da entrevistada, a situação da violência em sua cidade é grave, com tendência de que piore ainda mais. Esta impressão é construída a partir da consideração de ocorrências noticiadas de homicídios e na percepção de disseminação do tráfico/consumo de trocas em todos os bairros e segmentos sociais. No entanto, Viviane não se sente insegura, não se vê como uma possível vítima do que considera ser o tipo mais grave de violência – os homicídios.

Para explicar sua segurança ela destaca sua própria conduta – nunca fez nada de mal pra ninguém – e também o fato de ser mulher, visto que identifica os homens como os alvos típicos deste delito. A insegurança que poderia resultar do medo de ser vítima de algum roubo ou furto não foi cogitada, talvez devido a sua situação social desfavorável. A possibilidade de se envolver em alguma briga com outras mulheres não lhe causa insegurança, visto que, segundo ela, nenhuma mulher vai lhe dar um tiro na cara. Assim, a entrevistada reconhece a violência em sua cidade, mas não se sente intimidada por ela.

O próximo relato, com conteúdo similar ao de Viviane, é o de Fernando, que identifica a violência como um problema de sua cidade, mas também não se sente inseguro. No caso deste entrevistado, sua segurança não advém da consideração de que não há possibilidade dele se tornar uma vítima, mas aos cuidados que toma para não se expor aos perigos.

Birigui tá bem problemática sim. A violência aqui tá tomando conta, tá bem perigoso. Tá ficando impossível mesmo. É até um absurdo uma cidade dessa, que tinha tudo pra ser tranquila, ter essa violência toda.

Eu não tenho medo não. Pra mim é tranquilo esse lado. Se eu já sei que existe a violência, eu tenho mais é que evitar me arriscar. Se você faz tudo certinho, não tem porque ter medo, então eu não fico com insegurança não.

[O que é fazer tudo certinho pra você?]

São os cuidados básicos que a gente tem que ter: cuidar da casa, deixar tudo trancadinho, não ficar indo em qualquer lugar muito de noite, não ficar andando com

dinheiro. Se você faz essas coisas, pode ficar despreocupado. Eu penso assim (Fernando, pedreiro, 44 anos, Birigui).

Em contraposição aos outros dois depoimentos selecionados acima, o próximo trecho de entrevista possibilita que verifiquemos outro conteúdo referente às formas de identificação da insegurança: a entrevistada se sente insegura na cidade, mas relativiza a importância da insegurança como um problema social, pois entende que há um exagero na interpretação da situação da cidade, que considera não ser tão grave. Este exagero é desconsiderado, no entanto, quando a entrevistada se refere a sua própria segurança: ela escuta tanta coisa que não acha possível não ficar preocupada.

É o que todo mundo fala, que a cidade é muito violenta mesmo. Eu já acho que isso é um pouco de exagero. Tem alguns problemas sim, mas não justifica tanto apavoramento, tanto comentário [...].

Ah, eu sou bem medrosa sim. Tem situações que eu fico bem insegura mesmo. É que a gente escuta falar cada coisa, que não tem como não ficar pensando. Por exemplo, eu fico com medo de alguém me abordar quando eu tiver abrindo o portão pra entrar com o carro. De sequestro relâmpago, assalto no banco, disso eu tenho medo sim (Rosa, professora, 42 anos, Araçatuba).

Outra percepção de insegurança está presente nas falas de Antônio que, ao identificar seu bairro como seguro, ignora as ocorrências recorrentes de assaltos em um estabelecimento comercial localizado na esquina de sua casa.

A constatação da violência nas proximidades não faz com que ele se sinta inseguro, visto que considera que sua residência – dotada de equipamentos de segurança – é menos vulnerável que o supermercado. Ele realiza assim, um distanciamento subjetivo em relação à probabilidade de sua vitimização. Desta forma, os assaltos ao estabelecimento comercial, mesmo estando a alguns metros de sua residência, não geram a identificação nem de uma ameaça pessoal, nem de um problema público que leve ao reconhecimento de seu bairro como inseguro, posto que responsabiliza o dono do mercado por não tomar as devidas providências para diminuir os riscos dos assaltos.

[E aqui, o seu bairro é tranquilo?]

Aqui é. É bem tranquilo sim.

[Então aqui não tem muito assalto, essas coisas?]

Bom, eu acho aqui bem tranquilo, mas diz que o mercadinho ali na esquina já foi assaltado 16 vezes *[rindo]*, em pouco tempo. Mas aqui em casa nunca teve nada, nunca ninguém tentou nada. Então quanto a ser perigoso pra residência, eu não posso falar que é não.

[Você não fica inseguro de saber que aconteceram todos esses assaltos na esquina da sua casa?]

Não, porque o tipo de criminoso que rouba em comércio não é o mesmo que vai roubar uma casa, porque quando eles vão entrar numa casa pra roubar, é mais arriscado pra eles. No comércio não, é só chegar com a arma e pedir o dinheiro, não precisa fazer ninguém refém, não precisa vasculhar os cômodos pra achar as coisas. Então nas residências é diferente. E também, acho difícil alguém conseguir entrar aqui em casa, justamente porque eu já me preocupei com essa questão da segurança, com a cerca elétrica, com as câmeras, como eu te falei. O dono do mercado ali, também devia fazer alguma coisa, não pode ficar dando sopa pros ladrões (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

As falas desses 4 entrevistados, evidenciam a importância de que reconheçamos que a simples constatação da presença da violência como um problema das cidades não é suficiente para gerar uma preocupação social generalizada com o tema. O que percebemos é que os cidadãos, diante do quadro de violência percebido, tendem a responsabilizar as vítimas pelos delitos ocorridos com elas, numa tentativa de maximizar as responsabilidades individuais na busca por segurança, o que oferece uma sensação de que é possível controlar individualmente as chances de sua própria vitimização. Esta atitude dificulta a instituição de uma consciência coletiva que parta do entendimento de que a violência é um problema que diz respeito a todos e que sua solução efetiva só é possível a partir deste reconhecimento.

Podemos afirmar assim, que estes aspectos são resultantes da individualização e privatização crescentes que perpassam o enfrentamento da insegurança urbana. Enquanto as pessoas puderem se proteger individualmente dos riscos – reais e/ou representados – o que acontece ao redor delas não é capaz de gerar uma mobilização. A

transferência da culpa pela ocorrência dos assaltos para a própria vítima, presente no depoimento de Antonio é emblemática se considerarmos a profissão que tinha antes de se aposentar: policial militar. Um agente que atuou na segurança pública descola o acontecimento de assaltos frequentes de um contexto maior de problema social e o localiza no âmbito individual – o dono do mercado é que deveria se proteger melhor, posto que seu bairro em si não é inseguro.

Naturalização da violência e facetas da vitimização

Correlatamente a esta dificuldade de reconhecimento de que a insegurança urbana deve ser enfrentada coletivamente, identificamos outros dois aspectos importantes para a composição do imaginário das cidades inseguras e que vão influenciar diretamente na definição das práticas defensivas e punitivas a serem consideradas como eficazes pela sociedade: a naturalização da ocorrência de alguns delitos e os diferentes conteúdos apreendidos da vitimização – culpabilização, identificação, relativização.

O reconhecimento da insegurança urbana – tanto como problema social quanto como ameaça pessoal – é perpassado pela consideração do que é normal e anormal perante a ordem social estabelecida. Com a amplificação da disseminação das imagens e discursos acerca da violência urbana, os parâmetros para se definir socialmente a normalidade e o que está fora dela se alteram, criando um contexto de saturação no qual as pessoas passam a aceitar certas atitudes como se fizessem parte do funcionamento regular da sociedade. Há assim, a naturalização do estado de exceção para a qual Beck (2008) nos chama a atenção.

Selecionamos a seguir alguns depoimentos que, em conjunto com os já destacados nos itens anteriores, nos ajudam a situar melhor a produção das representações de insegurança urbana. Começamos com as falas de Marina, que considera Birigui uma cidade grande, em

contraposição com a realidade rural em vivia anteriormente, e atribui a isto a presença de alguns problemas que considera naturais para uma cidade como a dela, como os “assaltinhos” que não fazem com que ela identifique seu bairro como inseguro.

[Você falou que seu bairro é tranquilo?]

É tranquilo, sim. De vez em quando tem uns assaltinhos, uma coisa e outra, mas é comum. Todo lugar tem, numa cidade grande assim (Marina, 26 anos, operária de uma fábrica de meias, Birigui).

Na mesma direção segue o depoimento de Heloisa, que assim como Marina e Antonio, representa seu bairro como sendo seguro, apesar dos frequentes roubos à residência que relata.

[Como é a situação de seu bairro, você acha que aqui é seguro?]

É tranquilo, mas tem muito assalto aqui. Às vezes até durante o dia. Tem algumas casas aqui que os ladrões entram mesmo, levam tudo. Aproveitam quando o povo tá trabalhando. Então as janelas sempre tem que estar fechadas, o cadeado no portão, porque já teve vários casos aqui na rua de casas que foram assaltadas, durante o dia mesmo.

[Então você considera que aqui é um bairro violento?]

É tranquilo, eu não acho que é violento não. Tirando isso dos roubos, não têm assim, mortes, essas coisas mais graves. A gente vai levando (Heloisa, bibliotecária, 29 anos, Birigui).

Percebemos que a entrevistada considera possível conviver com os roubos que acontecem em seu bairro, por meio de algumas ações que visam à segurança, como deixar as janelas fechadas e o portão trancado, isto porque o tipo de violência que reconhece como mais grave – os homicídios –, que levaria então à que identificasse seu bairro como inseguro, não costuma acontecer ali. Podemos concluir que as relações cotidianas estabelecidas com o bairro ou partes dele possibilitam que as pessoas contextualizem suas situações efetivas de insegurança, contrapondo-os com os discursos dominantes, como já destacamos.

Deste modo, dependendo da gravidade dos delitos mais recorrentes em cada espaço, é possível que as pessoas, diante do fato concreto de terem que conviver com eles, minimizem subjetivamente

sua importância, considerando-os como naturais e contornáveis. A exceção seriam os homicídios, identificados como tendo menos possibilidades de controle.

Associado a esta tentativa de naturalização de alguns delitos no intuito de poder conviver com eles, temos que considerar também, o desejo dos entrevistados de não desvalorizarem, simbólica e materialmente, os bairros em que vivem, ao associar a eles conteúdos negativos como a insegurança.

Este anseio de não desvalorizarem seus espaços de moradia encontra-se presente no processo de produção de representações referentes a diferentes escalas, visto que os entrevistados tendem a representar suas cidades como menos inseguras que outras, principalmente em relação às cidades maiores, assim como identificam que seus bairros são menos perigosos que outros, costumando realizar também, diferenciações no interior de um mesmo bairro, ao qualificar a área em que moram como mais segura que o restante.

Podemos concluir então, que o imaginário das cidades inseguras instaura no cotidiano urbano a necessidade constante do estabelecimento de diferenciações e tentativas de reconhecer certo ordenamento/distanciamento em relação aos perigos, com a finalidade de produzir uma sensação de proteção subjetiva. Estes aspectos nos fornecem indícios para entendermos o papel da insegurança urbana no processo de fragmentação socioespacial em curso nas cidades contemporâneas, como trataremos no capítulo 3.

Selecionamos a seguir alguns trechos de entrevistas que agregam mais elementos para o entendimento da naturalização e minimização da importância de certas ocorrências tidas como violentas, agora com depoimentos de pessoas que já foram vítimas de algum tipo delas, ou que tiveram a vitimização de alguma pessoa próxima.

Bom, eu já fui vítima, mas não foi nada de grave, só estava voltando pra casa depois de ter ido buscar um lanche e um cara pediu o meu celular e eu entreguei. Tinha mais gente na rua, mas ninguém fez nada. Mas foi só isso, violência grave mesmo eu não conheço (Natália, recepcionista, 25 anos, Araçatuba).

Aconteceu com meu irmão [*ter sido vítima de algum delito*], não chegou a ser violência, simplesmente ele estava parado no carro, com a namorada, aí apareceu um camarada e pediu pra ele dar o rádio do carro, ele tirou o rádio do carro e entregou pro cara, o rapaz ainda pegou a carteira dele e levou a carteira e o rádio do carro. [...] Isso foi de noite, ele estava namorando lá no Nova Iork, que é um bairro cheio de ruas escuras e os namorados param o carro e ficam lá. Eles tão pedindo também, ficar parado em rua escura, tão pedindo pra serem roubados (Mário, professor, 40 anos, Araçatuba).

Tem a minha irmã, que de patrimonial já foi vítima umas três vezes, e não é por causa do bairro, porque antes eles moravam em outro bairro e também foram furtados, parece que... não sei. Ela foi mais de três vezes e eu nenhuma. Então existe aí um certo descuido, né, de deixar as coisas fáceis. Porque a pessoa que furta, ela já faz algum tipo de levantamento, olha a rotina da pessoa, porque eles não querem ter um atrito direto, querem facilidade. Então ela foi descuidada (Carlos, escrevente Judiciário, 40 anos, Birigui).

Estes trechos nos permitem destacar que os entrevistados tentam neutralizar o impacto das experiências de vitimização. Para Robert Agnew (1985 *apud* KESSLER, 2009), as vítimas ou as pessoas próximas a elas, criam formas de argumentação para diminuir a dissonância cognitiva produzida pela vitimização, por meio de raciocínios que tendem a negar o dano sofrido (não foi nada), diminuir a sensação de vulnerabilidade (depois do que aconteceu, sei como me comportar) e compartilhar a responsabilidade (em parte foi minha culpa por não ter me cuidado), entre outros.

No conjunto de pessoas entrevistadas durante a pesquisa não tivemos ninguém que tivesse sido – ou que conhecesse alguém próximo – vítima de algum tipo de violência física, como agressão ou homicídios, então não podemos afirmar que estas situações se aplicam para estes casos. No entanto, para as ocorrências de delitos patrimoniais, a minimização da importância da experiência e a culpabilização das vítimas foram recorrentes, como podemos constatar nos trechos selecionados.

Estes depoimentos nos permitem considerar assim, que a amplificação da disseminação das imagens e discursos que sustentam o imaginário das cidades inseguras, além de influenciar na minimização

da importância de certas ocorrências – com o reconhecimento de que, afinal, elas não foram tão graves assim – atua na identificação de que as vítimas são na verdade as culpadas por não terem se protegido adequadamente diante dos riscos ampla e reiteradamente divulgados.

Estas representações geram graves consequências para o desenrolar das práticas cotidianas nas cidades, posto que, por exemplo, a percepção de que as pessoas que foram vítimas de alguma ocorrência são em parte culpadas pelo que lhes ocorreu, reforça o entendimento de que a busca por segurança é uma responsabilidade individual dos cidadãos, que devem escolher melhor os espaços mais adequados para frequentarem e os horários em que isto pode ser feito, além de selecionar as pessoas com as quais se podem estabelecer vínculos de sociabilidade mais seguros, além de dotarem suas casas com equipamentos de segurança. Neste contexto, a apropriação dos espaços urbanos tende a se tornar cada vez mais restritiva.

Podíamos considerar que a minimização/relativização da gravidade de alguns delitos, como os roubos e furtos, levassem ao enfraquecimento do imaginário das cidades inseguras. Mas pelo contrário, ele é reforçado, ao ficar evidenciado que as soluções para enfrentar estes delitos encontram-se ao alcance dos indivíduos – daqueles que puderem pagar, certamente – via o mercado crescente de produtos, serviços e espaços que prometem segurança, fazendo com que assim, entrem em cena os mecanismos de retroalimentação deste imaginário empreendidos por seus agentes produtores, já destacados.

Podemos considerar que as bases do reconhecimento social do que é entendido hegemonicamente como violência, ou ainda, a identificação das violências que efetivamente merecem atenção coletiva tornam-se mais porosas, diante da aceitação velada da ocorrência de certos atos, identificados como controláveis – identificação que ganha importância diante da aparente ingovernabilidade dos fatos sociais. No entanto, há sempre limites para esta identificação, visto que a realidade nunca pode ser controlada completa e definitivamente, frente à necessidade de que a demanda por produtos, serviços e espaços

seguros seja constantemente renovada e as ações públicas de controle social mantenham sua instrumentalidade.

Entendemos que a insegurança urbana não deixará de ser um problema de nossas cidades enquanto os processos que reforçam a individualização na busca por segurança continuarem a esvaziar o debate público sobre esta questão. Enquanto os cidadãos continuarem a considerar um bairro em que acontecem assaltos recorrentes como seguros, transferindo a culpa por estas ocorrências para as vítimas, por exemplo, permanecerão desmobilizados, tornando-se, portanto, alvos fáceis de serem convencidos pelos conteúdos do imaginário das cidades inseguras, não conseguindo nem distinguir se as medidas preventivas/punitivas – públicas e privadas – que este imaginário tenta legitimar e vender são realmente necessárias em suas cidades.

Voltando à análise dos conteúdos do imaginário das cidades inseguras, destacamos a ideia de fatalismo que o perpassa: já que vivemos em cidades cada vez mais perigosas, é certo que algum dia pode nos acontecer algo. Este entendimento fatalista de que podemos nos tornar vítimas a qualquer momento contribui para que haja a produção concomitante de dois processos: a) o rompimento dos laços sociais diante das crescentes suspeitas e b) o estabelecimento de identificações sociais baseadas na posição geral de vítimas.

Reguillo (2005, p. 397) resume bem a situação, ao observar que a violência, principalmente suas narrativas, despolitiza o político, instaura a insegurança como laço societal primário e acelera a debilitação do pacto social, acentuando o individualismo como forma de resposta perante um mundo que não parece governável e que não se baseia em uma racionalidade fundamentada por acordos coletivos. É instaurada assim, “a comunidade de vítimas em detrimento da comunidade de cidadãos”.

Precisam ser evidenciados assim, os limites que esta identificação baseada nas possibilidades de vitimização contém, visto que num contexto de crescente individualização e quebra dos laços entre os diferentes segmentos sociais, ela não é capaz de gerar uma consciência

de que é preciso que estas vítimas em potencial se unam para que o problema seja resolvido. Esta identificação social se realiza então, nos moldes definidos por Bauman (2005), para quem as identidades características da contemporaneidade são efêmeras e superficiais, sendo constantemente reconstruídas e desconstruídas de acordo com os interesses em pauta no momento.

Os aspectos discutidos revelam o sucesso do imaginário das cidades inseguras em cristalizar a prática de enfrentar a insegurança em termos de sua gestão e não da sua resolução, por meio de ações puramente reativas (CURBET, 2004), para que ela siga rendendo benefícios econômicos e políticos aos agentes que a operam.

Ainda sobre as diferentes facetas da vitimização, não se pode desconsiderar o papel pouco expressivo da vitimização efetiva na produção da percepção de insegurança. A partir de suas pesquisas, Kessler (2009, p. 173) afirma que, em contraposição com o que seria esperado, as evidências internacionais mostram que ter sido vítima de algum delito não tem um peso forte na constituição da insegurança, posto que na maior parte das vezes ela não é consequência de uma vitimização concreta, mas da percepção difusa de que podemos ser vítimas de algum tipo de violência a qualquer momento. Isto se verifica também em nossa pesquisa, visto que grande parte dos nossos entrevistados que se diziam inseguros não haviam sido vítimas de nenhum tipo de ato considerado como violento, nem conheciam alguém que tivesse sido, construindo suas percepções acerca dos riscos envolvidos em seus cotidianos basicamente por meio dos conteúdos expressos na mídia e sua amplificação nas interações sociais rotineiras. Além disso, aqueles que passaram direta ou indiretamente por algum tipo de vitimização mostraram a tendência a relativizar o ocorrido, como já afirmamos. Sobre este aspecto, selecionamos um depoimento que reforça o entendimento de que a vitimização não determina diretamente a percepção de insegurança.

Então, eu acho que aumentou bastante a violência. Mas não é uma coisa assim que é de assustar, entendeu. Eu

já fui assaltado umas três ou quatro vezes na rua, vindo do serviço e da faculdade, mas...

[Você nunca ficou assustado com isso?]

Não, não fiquei não. Assim, já vi gente matando gente, gente morrendo por causa de gente, sabe? Mas não é só aqui, em todo lugar tem, então, não é uma coisa que me assusta muito.

[...] Eu fui assaltado no centro, no semáforo. Duas vezes. E uma vez eu fui assaltado perto da casa da minha mãe, quando eu tava chegando da escola, era uma meia noite mais ou menos.

[Foi com arma?]

Com arma *[o entrevistado não desenvolveu a resposta]*.

[E você não passou a ficar com medo depois disso?]

Não, depois eu saía na rua pra trabalhar e pra estudar. Pode acontecer com qualquer um, então, não adianta ficar com medo (Renato, técnico de enfermagem, 30 anos, Birigui).

Estes aspectos observados nos levam a ratificar o fato de que para que o imaginário das cidades inseguras se instaure, não é preciso que haja um contexto concreto de violência, basta que as representações acerca dela sejam identificadas pelos cidadãos como fazendo parte de seu rol de preocupações.

Para finalizar este item, consideramos importante enfatizar que o imaginário das cidades inseguras vai se cristalizando a partir da mediação entre seus conteúdos hegemônicos e as experiências de vida de cada cidadão, que vão fornecer as bases para que estes conteúdos sejam resignificados. Assim, é preciso sempre ter em vista que, apesar de defendermos a hegemonia deste imaginário na constituição dos cotidianos de diferentes cidades e de segmentos sociais distintos, aspectos como profissão, religiosidade, gênero, faixa etária, proximidade com situações concretas de violência, entre outros, influenciam sobremaneira na forma como este imaginário socialmente aceito vai ser reproduzido.

Advém deste entendimento o reconhecimento de que os cidadãos não recebem passivamente as imagens e discursos acerca da insegurança. Devemos reconhecer a complexidade que perpassa a produção do imaginário das cidades inseguras, visto que os diferentes

agentes interessados em sua disseminação não conseguem nunca controlar a totalidade de determinantes que perpassam este processo. No próximo item, abordamos as maneiras pelas quais as representações que sustentam este imaginário atuam estrategicamente, possibilitando que os cidadãos identifiquem os agentes violentos e dividam as cidades em espaços seguros e inseguros, dando substrato para a fragmentação socioespacial.

1.2.2 Dividindo a cidade e seus moradores: identificação dos agentes sociais perigosos e dos espaços seguros ou inseguros

Neste subitem tratamos de um conteúdo fundamental na constituição do imaginário das cidades inseguras: a identificação dos espaços que podem ser considerados como mais ou menos inseguros e os esforços dos cidadãos para compreender as causas da violência. Assim, analisamos as representações de nossos entrevistados em relação ao reconhecimento dos focos irradiadores de ameaças – os segmentos mais pobres e seus espaços de moradia – como constatado nas entrevistas.

A associação entre pobreza e violência presente nos imaginários contemporâneos sobre o tema, foi sendo construída ao longo do devir histórico. Delumeau (1999), por exemplo, observa que desde o século XIV a pobreza vem sendo associada com uma gama de características negativas, com os pobres sendo identificados como os pecadores e os “vagabundos agressivos”, capazes de cometerem as mais diferentes atrocidades, visto que eram entendidos como segmento à parte da ordem social vigente neste período.

Sob a alcunha de *classes perigosas*, os pobres vêm sendo identificados como os principais agentes sociais geradores da violência, em suas manifestações mais gerais, ao longo do devir da humanidade. Os conteúdos desta expressão são reativados e resignificados recorrentemente, para adequar a criminalização deste segmento com o contexto socioeconômico de cada época e também com as

características específicas dos espaços a partir dos quais se elabora esta criminalização.

Segundo Guimarães (1982), o termo classes perigosas foi cunhado na primeira metade do século XIX para designar as parcelas da classe trabalhadora inglesa que, ao ficarem sem emprego nas indústrias, caíam no pauperismo e poderiam realizar ações criminosas. Deste modo, havia uma diferenciação entre os segmentos pobres que trabalhavam e aqueles que, ao estarem desempregados, podiam ser bandidos em potencial, visto que estavam fora da ordem estabelecida, centrada no trabalho. Portanto, o perigo destas classes adivinha mais do fato de que estavam à margem do disciplinamento que a sociedade capitalista vinha construindo – podendo então, agir de forma imprevista e com posturas contrárias ao sistema – do que à constatação da violência em si.

De acordo com Zaluar (2004), a teoria das classes perigosas é retomada por Louis Chevalier na década de 1970, para descrever e entender a vida social, política e literária de Paris no século XIX. Conforme esta teoria há uma associação clara e indiscutível entre a classe operária em formação na cidade, suas condições de vida miseráveis e a explosão da violência, mesmo que os índices de ocorrências não correspondessem a estas correlações. Esta identificação dos segmentos mais pobres com a instauração da violência ganha conteúdos específicos se consideramos a situação de países como o Brasil, que apresentam um passado marcado pela colonização e pela escravidão, fato que influencia na constituição das representações acerca das classes perigosas, que além dos pobres, incorpora, nestes casos, os negros como agentes violentos em potencial.

A criminalização da pobreza e a punição diferenciada e desigual deste segmento são aspectos centrais na obra de Wacquant (2003; 2005; 2006). Segundo o autor, a pobreza, apesar de ser um conteúdo social que não é nem residual, nem cíclico, nem transitório, na história da humanidade, é vista como anomalia social que confere às pessoas e aos seus espaços os estigmas da criminalidade e degradação social, que

vão pautar ações que visam o controle destes segmentos, tanto por políticas sociais utilizadas para vigiar os pobres quanto com medidas penais de encarceramento massivo deles, no que se refere ao Estado, e ações de distanciamento e evitamento que a sociedade realiza em relação a estes “párias sociais”.

Deste modo, observamos que esta identificação da pobreza com a violência veio acompanhando o imaginário social e pautando condutas defensivas até hoje, sendo utilizada como justificção para o estabelecimento de controles sociais, que vão muito além do controle dos criminosos. Sobre este aspecto, Bauman (2006) considera que devemos fazer uma atualização do conteúdo das classes perigosas. Isto porque originariamente as classes perigosas eram formadas pelo excedente populacional temporariamente excluído e ainda não reintegrado ao mercado de trabalho. Já as novas classes perigosas características da contemporaneidade são aquelas reconhecidas como inadequadas para a reintegração e, portanto, inassimiláveis ao tecido social, desnecessárias – o que torna sua situação ainda mais difícil.

Além da pobreza, outro conteúdo importante na produção do “personagem criminal” (MISSE, 2006), identificado nas entrevistas, é a tentativa de associar as condutas violentas àqueles que vêm de fora – tanto os migrantes nordestinos quanto os presos e suas famílias, que se mudaram devido à construção dos presídios na região. Estas representações são pautadas, portanto, na produção do Outro – que além de ser diferente, é estranho, desconhecido e, por isso, é ameaçador, tendo que ser evitado. A produção imaginária deste Outro perigoso é, assim, baseada na estigmatização de certos segmentos sociais e de seus espaços.

Tratando da produção dos estigmas sociais, Goffman (1981) explica que a sociedade estabelece permanentemente os meios para categorizar as pessoas, a partir da eleição de uma série de atributos considerados como naturais. Desta maneira, quando nos deparamos com um estranho, logo tentamos identificar sua categoria e seus atributos, dando-lhe uma identidade social. Os estigmas são acionados

nas situações em que nossas expectativas normativas e pré-concepções não são atendidas. Neste contexto, os estigmas passam a ser usados para fazer referência aos indivíduos que, de alguma forma, são inabilitados para a aceitação social plena, posto que distanciados das características estabelecidas para a normalidade. Os estigmatizados possuem sempre algum traço capaz de se impor sobre seus outros atributos, afastando-os do convívio social.

Wacquant (2005) traz contribuições importantes ao acrescentar a dimensão espacial ao conteúdo social dos estigmas. Tratando especificamente das estigmatizações sofridas pelos mais pobres – que ao serem associados com a ideia de indignidade social, são submetidos a uma lógica de difamação e de distanciamento – o autor denuncia a perversidade existente na sobreposição de estigmas a que os grupos marginalizados estão expostos. Ao estigma da pobreza, da cor da pele, da origem territorial dos migrantes, se sobrepõem os estigmas sobre seus espaços – considerados como purgatórios sociais, infernos urbanos, onde só o refugio social aceita habitar.

Em consonância com este pensamento, adotamos no trabalho o uso do termo estigma socioespacial, por considerar que este qualificativo expressa melhor a sobreposição e a inseparabilidade dos estigmas que recaem sobre os grupos sociais e aqueles que recaem sobre seus espaços de vivência, reconhecendo assim, a dialética socioespacial ressaltada por Soja (1993).

Considerando as consequências que a produção destes estigmas socioespaciais que associam a pobreza com a violência acarreta, reconhecemos que além das privações materiais que estes cidadãos pauperizados vivem, eles têm que lidar com as representações dominantes que são produzidas em relação a eles, definindo quando devem, ou melhor, podem, negar, contrapor, reconhecer ou aceitar estes estigmas.

Desta forma, estas estigmatizações, apesar de não encontrarem justificção nos dados estatísticos e terem sido relativizadas e problematizadas por diferentes autores, ainda comparecem nas

condutas policiais e nas representações sociais de moradores de cidades de diferentes dimensões e papéis, como têm demonstrado nossas pesquisas com as cidades de porte médio, o que faz com que o cotidiano urbano seja marcado por suspeitas e preconceitos que influenciam na produção e na apropriação fragmentada – social e espacialmente – das cidades contemporâneas.

Dando prosseguimento ao debate desta questão, tratamos a seguir da identificação dos agentes sociais perigosos e das representações sociais pautadas na divisão da cidade em espaços seguros ou inseguros, a partir dos conteúdos de algumas entrevistas selecionadas.

Identificando os inimigos: a produção social dos agentes perigosos

Mesmo reconhecendo com Carrión (2008), que não é possível estabelecer causas únicas ou sequer um conjunto de causas que expliquem a violência, consideramos que propor este exercício mental aos entrevistados teve resultados importantes. Ao tentar identificar as causas da violência, eles nos deram respostas reveladoras sobre suas representações acerca dos agentes violentos/perigosos.

Um primeiro aspecto que precisa ser observado é o entendimento dominante de que a violência diz respeito a determinações essencialmente individuais, que tangenciam a pobreza, mas que não levam ao reconhecimento de que este problema é perpassado por processos sociais no sentido amplo, como as desigualdades sociais marcantes nas cidades.

O que queremos dizer é que apesar dos pobres serem os principais agentes identificados como perigosos, o entendimento da violência não recai na pobreza em si, nos processos de exclusão deste segmento ou nas desigualdades que pautam seu cotidiano. O que observamos é que há uma responsabilização individualizada dos cidadãos pobres – que têm muitos filhos, não os educam direito, deixam que eles andem com más companhias ou são violentos em casa, dando

maus exemplos; caem no vício de bebidas ou drogas; não tem vontade de trabalhar ou estudar... – como núcleo central da criminalização da pobreza. As violências cotidianas as quais os segmentos pobres estão expostos não foram reconhecidas nas entrevistas como as possíveis causas para que eles se tornem violentos. Esta compreensão limitada da realidade social reflete de maneira decisiva nos tipos de soluções identificadas como eficazes para acabar/conter a violência: a maior parte dos entrevistados não citou que a erradicação da pobreza ou a diminuição das desigualdades sociais, por exemplo, ajudariam a resolver este problema. Estes posicionamentos podem advir da tentativa dominante de enquadrar a pobreza enquanto problema individual, visto que as “oportunidades de ascensão social são pra todos”, como afirmou uma entrevistada.

Selecionamos alguns depoimentos cujos conteúdos nos ajudam a observar as representações dos cidadãos acerca de algumas causas possíveis da violência e suas soluções. O primeiro deles é de Daniele, uma professora que vive em um bairro pobre e estigmatizado de Birigui – Quemil. Para ela, a desestruturação familiar é a principal causa da violência, pois os pais não colocam limites e não educam adequadamente os filhos, servindo muitas vezes como exemplos negativos para eles. Nesta perspectiva, se tivéssemos uma alteração na forma com que estes pais educam seus filhos, o problema da violência estaria resolvido – sem que a estrutura social fosse alterada.

A família mudou muito na forma de educar os filhos. Não dá pra ter filho e jogar a responsabilidade na escola. A escola é pra ensinar, mas educar tem que ser em casa. Porque se eles chegam na escola sem regras, sem limite nenhum, o que você pode fazer? Então você tem filho e deixa no mundo? Que exemplo tem dos pais? Se a mãe não corrige, não põe regras, não põe limite, como vai crescer essa criança? Já começa daí. Tem muitas mães e pais que roubam, usam drogas, que já fez um monte de tranqueiragem. Que exemplo eles tão dando pra essas crianças? Já vai nascendo uma geração totalmente diferente. Na época da minha mãe e do meu avô não. Não tinha tanta violência. Mas agora o pessoal tá tendo filho um atrás do outro, quanto menos condições eles têm, mais filhos tão tendo (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Outro depoimento em que é evidenciada a responsabilidade das famílias na entrada dos jovens para o “mundo do crime” (FELTRAN, 2012) é o de Marta, que identifica o fato dos pais trabalharem muito e deixarem os filhos sozinhos – crescendo na rua – como um fator central para que eles se tornem marginais.

Muitas das vezes é a má formação [*que leva as pessoas a cometerem crimes*], a pessoa que não teve uma estrutura familiar. Hoje os pais vivem assim: trabalham, chegam em casa e vão cuidar de serviço, não se preocupam com a educação dos filhos. Ninguém tem mais tempo. É onde eles ficam muito sozinhos e viram marginais. [...] Tem muito a ver sim [*relação entre pobreza e violência*], por causa da falta de instrução. As pessoas mais pobres, o que acontece? Eles têm cinco, seis filhos, aí, têm que trabalhar porque tem aquele monte de filhos pra sustentar. Aí, os filhos crescem na rua e fica mais fácil deles se tornarem marginais. Porque eles já vivem no meio desse pessoal que vai passar as drogas pra ele (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

A ideia de que os pobres têm muitos filhos comparece novamente nesta fala e é utilizada para justificar a necessidade que os pais têm de trabalhar mais. O entendimento desta entrevistada é revelador, justamente por aquilo que ele não explicita: não é só porque têm muitos filhos para sustentar que os mais pobres têm que trabalhar. Muitas vezes eles trabalham muito porque querem consumir mais. Trabalham muito porque suas condições de vida são precárias e desiguais. O problema não estaria assim, nos pais pobres que trabalham e deixam seus filhos sem cuidados, mas na própria instituição de nossos valores sociais que coloca o consumo como parâmetro geral de sucesso e felicidade, enquanto as condições efetivas para que ele ocorra são desiguais. Os pais de classe média também trabalham muito, a diferença é que eles podem pagar pela terceirização da educação de seus filhos.

Dentre as outras observações que poderíamos realizar a partir deste depoimento, enfatizamos o fato de que a entrevistada coloca uma dimensão importante para que possamos refinar nosso entendimento sobre as representações da relação entre pobreza e violência: o trabalho. Ao mesmo tempo em que ela contribui para a estigmatização dos

pobres, segmento social no qual está inserida – cuja convivência pode levar à marginalidade – evidencia e ajuda a desconstruir a representação – feita, sobretudo, mas não exclusivamente, por aqueles que observam os segmentos e bairros pobres “de fora” – de que todos os pobres são marginais ou conseguem tudo por meios ilícitos: existem os pobres trabalhadores.

Os liames entre pobres trabalhadores e pobres bandidos são analisados por Zaluar (1994) que demonstra que eles são complexos e ambíguos, não estando claramente marcados tanto nas representações que a atividade criminosa tem para os trabalhadores, quanto nas práticas efetivamente desenvolvidas entre eles, por exemplo. Para entendermos esta questão, é necessário considerar as perspectivas a partir das quais as identificações dos pobres como trabalhadores e dos pobres como bandidos são realizadas. As representações daqueles que observam externamente os bairros e segmentos pobres tendem a ser generalizadoras, identificando-os como se fossem homoganeamente perigosos e criminosos. Já as feitas por aqueles que representam os espaços e as relações de convivência entre os trabalhadores e bandidos a partir de um enfoque interno tendem a reconhecer ambiguidades, contraposições e compartilhamentos que marcam estas relações.

Outro conteúdo que podemos apreender a partir do depoimento de Marta e também das outras falas selecionadas é o fato de que as identidades que os dominadores constroem para os dominados, nas palavras de Zaluar (1994), são reproduzidas pelos próprios dominados, expressando o poder da relação de dominação que se estabelece entre os diferentes segmentos sociais. Estes aspectos serão retomados e desenvolvidos no capítulo 3, em que analisaremos os processos de identificação-diferenciação entre os cidadãos e a produção dos distintos enclaves socioespaciais. Cabe aqui, enfatizar a necessidade de reconhecermos a heterogeneidade dos contextos de pobreza existentes nas cidades, fazendo com que tenhamos que estabelecer sempre relativizações e contraposições acerca de suas representações.

Seguindo na apresentação dos depoimentos, trazemos um trecho da entrevista de Viviane, que considera que a solução para a violência seria o aumento da oferta de empregos e dos salários, posto que, diante da baixa remuneração oferecida pelas fábricas de calçado – uma das principais atividades geradoras de emprego na cidade de Birigui – as pessoas têm que achar outros meios para sobreviver, no caso, os ilícitos. A percepção da exploração do trabalho nas fábricas de calçados não faz com que ela vislumbre soluções fora deste marco: talvez as coisas melhorassem se o tipo de fábrica fosse outro e os salários um pouco mais altos. O sistema de exploração capitalista da força de trabalho não é entendido como um problema, não podendo assim, ser questionado e superado.

Eu acho que precisava aumentar os salários, dar mais oportunidade de serviços, tinha que criar uma fábrica, por exemplo, de fazer caixinha de leite, fazer leite... Imagina o tanto de emprego que ia aparecer. Tinha que ter um salário de R\$1300,00, R\$1400,00, não seria bom? As pessoas iam viver muito melhor. Agora com essa mixaria que eles pagam nos calçados não dá pra fazer nada, aí a gente tem achar outros meios (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

Trazemos também o depoimento emblemático acerca da relação entre violência e pobreza fornecido por Antônio, um policial militar aposentado que residiu a maior parte de sua vida adulta em um conjunto habitacional popular em Araçatuba, onde experimentou de perto a questão da convivência entre os cidadãos de bem e bandidos, pois tinha como vizinho, um traficante de drogas.

Eu acho assim, que a gente precisa fechar a *fábrica de bandidos*. Pra gente fechar a fábrica de bandidos, você tem que ir lá onde eles são fabricados. E onde eles são fabricados? Nos bairros pobres, onde o crime está infiltrado. Onde os viciados estão lá no meio. Na maioria eles são pobres, tão tudo ali no meio, onde os meninos de família boa brincam com os meninos de famílias de viciados em droga, assaltantes, tudo em conjunto, eles não têm muito ambiente, é aquilo lá.

O governo teria que investir assim, pegar essas crianças de *famílias boas* e colocar em escolas de tempo integral, tem que ter um investimento em educação. Que nem a mãe que sai pra trabalhar e deixa os filhos tudo soltos,

não tem tempo pra cuidar dos filhos porque tem que sustentar a família e os filhos são criados no meio daquele bairro pobre, aí fica brincando com os coleguinhas que usam drogas e eles acabam usando também. Se tem um assaltante, acabam assaltando também. Então a fábrica tem que ser fechada. [...] Porque às vezes a criança não quer nem se envolver, mas a convivência leva a isso. Eu sei que é assim, mas é uma solução de governo. Se não, a gente vai ficar prendendo bandido a vida inteira. Porque não combate as causas, não fechou a fábrica (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

O primeiro aspecto a ser destacado é a identificação dos bairros pobres como *fábricas de bandidos*, que se infiltram no meio das pessoas boas, ameaçando constantemente corromper suas vidas, tornando-as também criminosas. Diante deste embate velado e permanente entre os “bons” e os “maus” dentro dos bairros pobres, caberia ao governo construir escolas de tempo integral para que as crianças das famílias boas – aquelas que merecem ser salvas – sejam educadas e retiradas do convívio com os maus elementos do bairro. No entendimento de que a solução para a violência tem que partir de ações do governo no sentido de fechar a fábrica de bandidos, impedindo que mais jovens pobres sejam cooptados pelo “mundo do crime”, está implícita a percepção, presente também nos outros depoimentos selecionados, de que a partir do simples contato com os criminosos ou seus filhos, as crianças e jovens das famílias “boas” poderiam ser influenciadas a cometerem crimes, como se a criminalidade fosse uma espécie de doença contagiosa capaz de infectar os jovens vulneráveis. Tal entendimento encobre uma série de outros aspectos que entram em consideração na opção pelo “mundo do crime”. Separando os “bons” dos “maus” então, o problema poderia ser resolvido, não havendo necessidade de melhorias nas desigualdades sociais que perpassam a vida de todos os pobres – tanto dos trabalhadores, como dos bandidos.

Podemos considerar assim, que a mídia, o mercado e o Estado, os principais agentes envolvidos na produção do imaginário das cidades inseguras, se interessam enormemente na disseminação destes entendimentos parcelares e simplificados acerca da realidade social,

justamente porque a manutenção da ordem estabelecida permite que unam esforços para gerir a insegurança dos cidadãos – e não para acabar com os problemas que a produzem – possibilitando que a obtenção de diferentes vantagens a partir desta gestão da insegurança tenha um horizonte perpétuo, posto que este tipo de posicionamento da sociedade perante os problemas socialmente compartilhados faz com que sejam amplificadas as diferenciações e as barreiras que impedem os contatos, mesmo onde poderia haver solidariedade, inclusive dentro de um mesmo segmento social, como evidenciam as representações estigmatizadas da pobreza apresentadas por nossos entrevistados dos próprios segmentos pobres.

Considerando então que a relação entre violência e pobreza pode ser representada de diferentes maneiras, dependendo da posição e da trajetória daqueles que elaboram as representações, ressaltamos que esta relação é o conteúdo central na identificação das causas para o aumento da insegurança nas cidades estudadas, assim como também foi fundamental para explicar a violência nas cidades de diferentes períodos históricos precedentes, em distintos contextos socioespaciais, como já afirmamos. Pretendemos contribuir deste modo, para a compreensão e debate dos conteúdos atuais desta criminalização da pobreza, considerando as cidades não metropolitanas como espaços onde este processo apresenta tanto similaridades, quanto especificidades, em relação aos contextos metropolitanos, analisados tradicionalmente nas pesquisas sobre este tema.

A partir dos trechos de entrevistas que selecionamos, constatamos algumas ambiguidades intrínsecas ao reconhecimento da relação de determinação entre pobreza e violência, sobretudo porque esta representação não é compartilhada apenas por aqueles que constituem os segmentos mais ricos, como temos ressaltado. Mesmo dentro dos grupos mais pobres há esta identificação quase que direta entre situações de privação e comportamentos tidos como violentos. São colocados em prática, nestes casos, mecanismos de diferenciação subjetiva entre os pobres que optam pelas condutas criminais – os

“ruins” – e aqueles que escolhem permanecer dentro dos ditames da lei – os “bons”, trabalhadores. Esta diferenciação, feita tanto pelos “de fora”, quanto pelos “de dentro”, reforça o enquadramento específico segundo o qual a pobreza é criminalizada atualmente: não são os problemas relacionados com a situação de pobreza em si que levam os pobres a cometer crimes, o que poderia levar ao entendimento de que este contexto social deveria ser mudado, são as escolhas individuais dos “maus” pobres que determinam sua entrada no crime, fazendo com que a solução da violência resida em lidar/reprimir estes pobres “maus”. Contraditoriamente, este entendimento das responsabilidades individuais dos pobres em escolher o crime não impede que eles sejam estigmatizados homogeneamente enquanto grupo social e que as medidas de controle social também sejam direcionadas, na maior parte das vezes, a eles indistintamente.

Continuamos com a apresentação de alguns depoimentos de cidadãos que estabelecem uma relação direta entre pobreza e violência, mas que pertencem aos segmentos de alto poder aquisitivo. Em comum, estes trechos apresentam explicações superficiais e imediatas sobre as influências que a pobreza exerce na determinação dos atos violentos, mesmo que reconheçam que não são todos os pobres que agem sob esta determinação.

Eu acho que as coisas estão assim por causa de salário baixo. E falta de emprego, porque as pessoas muitas vezes não gostam de trabalhar em fábrica, porque não se dão bem com aquela rotina. E eles não têm uma profissão, não têm um curso técnico, então vão ganhar sempre aquele salário baixo. Então, se uma pessoa é pobre, não tem emprego ou se o salário não dá pra sustentar a família, porque a família desse povo costuma ser grande – eles têm muitos filhos, né? A diversão deles é fazer filhos – então, o que eles vão fazer? Vão roubar, vão traficar. [...] Mas eu acho que eles tinham que se esforçar mais, pra poderem arrumar uns empregos melhores, aí não iam ter tanta necessidade de roubar o que é dos outros (Vanessa, 39 anos, proprietária de uma empresa de seguros residenciais, Birigui).

É até um pouco deselegante dizer isso, pode parecer preconceito, mas a gente não pode negar os fatos. Tem pessoas pobres, não é todo mundo, que não tem

oportunidades na vida e encontram no crime um meio de sobrevivência. Você não vê as pessoas que têm melhores condições te roubando na rua, invadindo sua casa (José, 65 anos, motorista aposentado, Birigui).

Se a gente reparar nas notícias, quem são os autores dos crimes? Infelizmente, na maioria das vezes são pessoas problemáticas, miseráveis, que não tem respeito pelas normas da sociedade. A pobreza influencia sim, na criminalidade (Pedro, 28 anos, comerciante, Araçatuba).

Alguns aspectos importantes relativos à produção dos estereótipos associados aos pobres podem ser apreendidos destes depoimentos. Na fala da empresária do ramo de seguros podemos notar que ela recorre a representações do senso comum de caráter preconceituoso – como: a diversão dos pobres é fazer filhos e os pobres têm que se esforçar mais para sair da situação de pobreza – para basear sua explicação em estereótipos apresentados também por nossos entrevistados mais pobres, como já demonstramos. Assim, a identificação da pobreza com a violência está inserida num universo de sentido maior, que associa os pobres a diferentes sentidos desqualificadores – sentidos considerados pelos próprios pobres em seus processos de identificação, revelando o caráter massivo do processo de dominação material e subjetivo que os setores dominantes exercem, como destaca Zaluar (1994).

Já nos depoimentos de José, motorista aposentado, e de Pedro, comerciante, podemos ressaltar que suas representações estão fortemente pautadas no discurso da mídia que mostra sempre os “miseráveis”, que estão à margem da sociedade, como autores de crimes, ao passo que ocultam aqueles cometidos pelos ricos. As ações policiais que tendem a prender preferencialmente os pobres também contribuem para esta impressão de que as condutas deles são mais criminalizáveis do que a dos ricos.

Apresentamos agora trechos de mais algumas entrevistas feitas com pessoas dos segmentos mais pobres, que também compartilham a representação de que a pobreza – entendida basicamente em seu conteúdo de privação material – é um fator primordial para a ocorrência da violência. O primeiro depoimento selecionado é de um morador de

Birigui, no qual podemos observar que ele – apesar de ser negro – reproduz a representação de que “preto e pobre são tudo tranqueira”, e, portanto, motivadores de desconfiança, embora, ao final, faça referência à desigualdade que sugere, contraditoriamente, um esforço de inserir suas explicações num referencial crítico mais amplo.

Acho que tem [*relação entre pobreza e violência*], porque a família que é desestruturada no geral, financeiramente, pra estudo, às vezes é um pouco mais abandonado, então eu acho que leva... Eu acho assim, o sofrimento leva você a cometer coisas, entendeu? Às vezes tem gente que fala assim, que roubou, “ah, eu assaltei” e depois se arrepende de ter assaltado, que na hora não pensou, porque tava passando por algum problema, alguma dificuldade, a maioria das pessoas tem esse tipo de resposta. Mas eu acho que é isso, essa desestrutura familiar leva a pessoa a cometer certas coisas. Tem gente que tem mania de dizer assim: “preto e pobre são tudo tranqueira”, então você já olha, você já fica até meio assim desconfiado. Mas é por causa dessa desigualdade da classe social mesmo (Renato, 30 anos, técnico de enfermagem, Birigui).

A partir da fala da próxima entrevistada, também residente em Birigui, identificamos outro conteúdo da violência que pode ser relacionado com a pobreza: a violência doméstica. No entendimento dela, quando uma família passa por dificuldades, como a falta de dinheiro para comprar certas coisas, podem ocorrer brigas entre o casal que eventualmente culminam na violência, criando um ambiente desfavorável para a criação dos filhos, que já crescem “um pouco transtornados”, dando continuidade ao ciclo de violência.

Creio que tem também bastante [*relação entre pobreza e violência*]. Eu penso que quando a pessoa tem mais dificuldade, a pessoa, devido à dificuldade dentro de casa, a falta de alguma coisa dentro de casa, ela pode cair pra violência. Às vezes no casal, a mulher precisa de alguma coisa, ela vai pedir pro marido, o marido fala que não tem, ela não entende, aí começa a gerar um desconforto entre os dois, aí já gera violência. Às vezes os filhos já crescem vendo aquilo ali, já crescem um pouco transtornados. Então, eu acho que tem relação sim, acho que tem (Marina, 26 anos, operária de uma fábrica de meias, Birigui).

Apresentamos a seguir o depoimento de uma entrevistada que tem uma trajetória marcada intimamente pela violência, posto que ela

foi presa quando levava drogas para o marido no interior de um presídio onde ele cumpria pena por tráfico. Mas este fato foi omitido por ela e por sua filha, que também foi entrevistada, e nos chegou ao conhecimento por meio de um familiar que estabeleceu nosso contato. É significativo que mãe e filha falaram da prisão do marido/pai, mas omitiram a própria prisão de Sandra. Ao ser perguntada sobre as motivações que levam uma pessoa a praticar crimes, a entrevistada responde:

Vamos supor, o preso ele sai... Vou ser sincera. O preso sai da cadeia e a sociedade já não dá uma oportunidade, certo? Aí o que acontece? Tem muitos, não são todos, que nem chegam a querer essa oportunidade. Querem sair e arruaçar mesmo. Mas tem também aqueles que querem trabalhar, aí a sociedade não dá serviço. Tem que praticamente implorar por trabalho. O cara sai, tem a família, ninguém quer dar serviço, ele vai mesmo, ele vai roubar, ele vai traficar de novo. Então o preconceito das pessoas acaba fechando o destino da pessoa no crime (Sandra, 46 anos, pespontadeira desempregada, Birigui).

Analisando sua própria situação de vida, Sandra descreve o preconceito da sociedade em relação às pessoas que já foram presas, o que diminui suas oportunidades de trabalho, fazendo com que a pessoa continue ciclicamente na criminalidade. Sobre a relação entre pobreza e violência, a entrevistada diz acreditar que a falta de dinheiro contribui muito para que as pessoas busquem atividades criminosas, chamando atenção também para as leis que não permitem que os jovens trabalhem antes dos 16 anos, por um lado, e para as novas necessidades colocadas pela sociedade de consumo, por outro.

Ah, tem né [*relação entre pobreza e violência*]? Tem muita, porque o povo não tem dinheiro. Igual à história das meninas que eu te falei. Uma que não pode trabalhar até 16 anos, e outra, é o luxo que existe agora e que antigamente não tinha. Aí a criança quer um monte de coisas, o pai não pode dar, aí eles vão fazer coisa errada mesmo. Ou até mesmo as crianças, as meninas mesmo, elas vão fazer programa, elas não podem trabalhar. O pai e a mãe não tem dinheiro, elas vão fazer coisas erradas mesmo. Você vê que tem muitas crianças roubando, traficando. A pobreza contribui muito sim, eu vejo muito isso (Sandra, 46 anos, pespontadeira desempregada, Birigui).

Para Sandra, a relação entre a vontade de consumir e a falta de dinheiro são elementos incentivadores para que as pessoas – principalmente os jovens – trafiquem, roubem e se prostituam. Em contraposição com este trecho de entrevista apresentado acima, destacamos a fala de uma entrevistada que considera que não é a pobreza em si que leva à violência, mas a exploração da mídia na produção crescente de novas necessidades de consumo, que não podem ser satisfeitas por todos. Como os pobres recebem as mesmas mensagens que os ricos para estimular o consumo, mas suas condições efetivas para participar do mercado são insuficientes, abre-se uma brecha para que os mais pobres tentem suprir suas necessidades por meio do crime, como observa Helenice.

Eu não acho que pobreza vira violência não. O que gera hoje em dia a violência é a mídia, eu acho. Porque hoje em dia a mídia joga pra sociedade um monte de coisas e não dá o aparato pra que aquela pessoa possa ter aquilo. Então, hoje em dia, eu vejo assim, o pobre, ele quer ter as coisas, só que o meio não ajuda. Não dá a oportunidade pro pobre ter as coisas. E a mídia não quer nem saber se você tem condições de comprar, se não tem, ela quer mais é ganhar em cima daquilo. E hoje em dia é difícil, é muito difícil pobre entender isso. Então é onde ele parte pra criminalidade, vai vender droga, vai se submeter a um monte de coisas pra poder ter aquilo que a mídia coloca pra ele (Helenice, 61 anos, professora aposentada, Araçatuba).

Seguindo a lógica presente nestas representações de Sandra e Helenice, é necessário ressaltar que tanto os segmentos mais pobres quanto os mais ricos podem ser “tentados” a ampliar seu consumo por meio de ações ilícitas. Embora haja, em diferentes esferas – midiática, social, jurídica, policial – um tratamento diferenciado dos crimes cometidos por pessoas pobres em relação àqueles cometidos pelos mais ricos, podemos afirmar que grande parte das ocorrências de crimes patrimoniais, sejam cometidas por pobres ou ricos, é realizada para que a capacidade de consumo de seus agentes seja aumentada, considerando as potencialidades de comunicação social nele embutidas.

Apesar de existir uma dissociação no imaginário social em relação às representações referentes aos crimes patrimoniais realizados por

peças dos segmentos pobres e dos ricos, eles estão fortemente ligados, pois são pautados nas mesmas lógicas: consumir mais, expressar *status*, se diferenciar socialmente, etc. Não damos conta nesta pesquisa de adentrar nas muitas considerações e relativizações que precisam ser feitas em relação a tais questões, como o destaque para o fato de que nem todos os que estão privados do consumo optam por atividades criminosas para conseguir, por exemplo, e de que as violências não podem ser entendidas apenas pela racionalidade hedonista. O que queríamos demonstrar, no entanto, é que existe um nexo que liga as ações dos diferentes segmentos sociais quando falamos do cometimento de crimes patrimoniais: tanto os perpetradores, quanto as vítimas pertencem à sociedade de consumo e compartilham uma mesma rede de códigos a partir dos quais são produzidas as significações sociais. O entendimento de que a privação financeira leva somente os pobres a cometerem crimes, desconsiderando as ações criminosas dos mais ricos, está inserido assim, no contexto da estigmatização da pobreza do qual estamos tratando.

No intuito de ampliar as bases de nossa compreensão acerca dos múltiplos sentidos que a criminalização da pobreza pode ter, trazemos o depoimento de mais uma cidadã que teve sua trajetória de vida marcada pela violência. Viviane, de 19 anos, filha de Sandra, que além de ter tido os pais presos por tráfico de drogas, está casada com um preso de uma penitenciária da região, que conheceu dentro do presídio. Para explicar o tráfico de drogas, Viviane cita a pobreza e a falta de oportunidades de vida como motivações para que as pessoas recorram a esta atividade.

Isso daqui [*tráfico de drogas*] virou meio de viver de muitas pessoas. Praticamente, de... Quantas pessoas têm aqui? Eu não sei, se tiver uns 30 mil habitantes, o tráfico é meio de vida de 15 mil. É assim, em cada rua que você passa, tem muitos lugares em que as pessoas estão vendendo. Você não precisa nem ficar procurando muito.

[*Você acha que o tráfico é um tipo de violência ou não?*]

Olha, eu acho assim, é ruim que tem, mas e se não tivesse? Como as pessoas que não tem estudo, as pessoas que tem um monte de filhos e não tem com

quem deixar, como elas iam fazer? É difícil viver aqui. Não tem muita oportunidade. O cara quando sai da cadeia, meu pai quando saiu da cadeia, ele não arrumava serviço de jeito nenhum, de jeito nenhum aqui. Por quê? Por causa que ele já foi preso. Entendeu? Então, e se não tivesse a droga pra sobreviver? Daí ia roubar. Todo mundo vê no tráfico um meio de vida. Você vê que já roubam, se não tivesse o tráfico, aí eles iam roubar mais ainda, porque não ia ter outro meio de ganhar dinheiro. Então eles iam roubar mais. Por que assim, eles estão vendendo, vai lá comprar quem quer. A gente sabe que tá fazendo mal também, mas é difícil viver. Você acha que com 622 reais hoje, um salário mínimo, o que a gente faz hoje? Paga um aluguel de 350, aí você paga a água e a força, já dá uns 60, 70 reais. E a compra? E o leite, pra quem tem criança pequena, a fralda, as coisas, a pessoa fica louca. Por isso que todo mundo começa a vender droga. Pode ver. Todo mundo começa a vender droga.

[No caso do seu pai, vocês sabiam que ele vendia?]

Sabíamos.

[Vocês consideravam como um trabalho normal?]

Era, porque dava dinheiro, e praticamente não é uma coisa estranha, porque quase todo mundo faz. Entendeu? Então, não é aquela coisa de arromba. É um absurdo pra quem é rico, que só passa e vê. Só que os filhos dos ricos usam. E eles não sabem. E a gente que é pobre sabe. Porque sempre a gente tá naquele “meinho”, eles vem, passam, compram e vão embora (Viviane, 19 anos, desempregada, Birigui).

As experiências de vida da entrevistada mostram uma grande familiaridade com o tráfico de drogas, fazendo com que ela o identifique mais como um trabalho a partir do qual os mais pobres, sem oportunidades, podem sustentar suas famílias, do que como uma atividade criminosa – percepção que atribui aos ricos, que se assombram com o tráfico, enquanto seus filhos estão se drogando. Diante da impossibilidade de viver com um salário mínimo, Viviane vê como natural que “todo mundo” comece a vender drogas. Esta identificação generalizada de que todo mundo vende drogas indica que além de sua trajetória familiar marcada pelo tráfico, o restante de seu contexto de relações socioespaciais também contém esta atividade como central e normal. Deste modo, o que é entendido hegemonicamente como parte integrante da violência urbana é representado por Viviane

como uma forma de sair da situação de pobreza, opção mais “respeitável” do que roubar, por exemplo, em seu entendimento.

Esta consideração do tráfico de drogas como uma oportunidade de sobrevivência para os mais pobres tem que ser justaposta às relações que Viviane estabeleceu com a escola e com o trabalho, e as representações que foi construindo acerca deles.

[Você terminou os estudos?]

Não.

[Fez até que série?]

Primeiro colegial. No Stélio, perto do centro.

[E porque você parou? Aconteceu alguma coisa?]

Porque eu não quis ir mais. Eu comecei a fumar maconha, comecei a sair, aí eu já não quis mais. Então era melhor nem ir. Aí não fui pra escola, aí depois eu arrumei namorado, aí eu arrumei uma filha e agora que eu não vou pra escola mesmo.

[E o que você pensa do seu futuro? Como você acha que vai ser?]

Ai, moça, nem me pergunta isso. Eu não penso nada, porque vai ser difícil. Porque, como você vai comprar uma casa, se você não tem dinheiro? Não vou ficar trabalhando lá na fábrica “mó” tempão, pra ganhar “mó” pouquinho. Então, tem que comprar uma casa, tem que comprar os móveis e ainda tem a criança, tem as coisas que você tem que comprar, pra uso próprio, então é difícil. Queria ganhar na Mega Sena. Se Deus ajudasse.

[Você não pensa em voltar a estudar?]

Não, não vou fazer nada na escola, não. Eu não gosto. Não tinha Cristo que me fazia ficar na escola.

[Você nem gostava da escola pra encontrar as amigas?]

Não, porque as amigas também não queriam ir e a gente já se encontrava na rua mesmo. Não precisava nem chegar na escola (Viviane, 19 anos, desempregada, Birigui).

Podemos observar que a escola e a fábrica de calçados – onde se trabalha muito e se ganha pouco – não são opções que Viviane considera em seu roteiro incerto de vida futura. Esta inadequação às trajetórias socialmente aceitas é complementada pelo entendimento de que seu marido tem grandes chances de continuar no crime depois que sair da prisão. No trecho selecionado a seguir, Viviane elabora uma

estratégia para o caso de seu marido ser preso novamente: vai pagar uma contribuição ao INSS para ter direito ao auxílio reclusão. A partir das falas e da própria vida desta entrevistada temos a chance de observar os liames entre a pobreza, a falta de oportunidades – ou melhor, inadequação às oportunidades disponíveis – e a opção pela criminalidade.

Nós vamos morar juntos [*ela e seu marido após ele sair da prisão*]. Tem que pagar aluguel de uma casa, igual ela vivia com o marido dela [*amiga que estava presente no momento da entrevista, cujo marido também se encontra preso*]. E aí ele vai trabalhar ou vai “pro corre”, como de praxe, toda a vida foi assim [*rindo*]. Vai trabalhar ou vai “pro corre”, um dos dois. Aí, a gente vai vivendo, eu vou trabalhar. Queremos nós que ele trabalhe, mas mesmo que não trabalhar, tem que pagar o INSS, porque depois você vai preso, minha filha, você tem o auxílio reclusão. É, você pagando, eu tenho que pagar pra ele, mesmo que ele esteja aí no mundo louco, eu pagando o INSS, se ele for preso, eu recebo (Viviane, 19 anos, desempregada, Birigui).

Podemos observar que Viviane não demonstra muita preocupação com a possibilidade de seu marido voltar para o “mundo louco”, pois reconhece que esta é a trajetória dele – como de praxe, a vida toda foi assim. Esta aparente despreocupação comparece também quanto relata o que aconteceu com seu marido para que ele fosse preso:

Ah, ele tava traficando e ele foi preso. Ele ganhou o semi-aberto e fugiu. Aí ele ficou foragido. Um dia ele roubou e depois foi pra zona e a polícia pegou ele lá [*rindo*]. Aí ele tá preso até hoje (Viviane, 19 anos, desempregada, Birigui).

Apesar da naturalidade com que Viviane fala destes aspectos de sua vida, é certo que estas experiências a marcam profundamente, influenciando nas representações que elabora e na definição do universo de sentidos no qual situa suas experiências. Depois de considerar um exemplo em que pobreza e violência fazem parte da vida de nossa entrevistada, apresentamos o depoimento de uma assistente social que entende que não é a pobreza que leva à violência, mas sim a sem-vergonhice.

É complicado, porque se você quiser uma opinião minha, pessoal, eu não vejo muita relação. Pra mim é sem-vergonhice. Porque opção é você quem faz, você é que tem que correr atrás. Só que olhando pela minha profissão, você já vê que tem muita coisa injusta. Mas nem sempre é a falta de opção. Na verdade a pobreza gera um preconceito, gera o fato da pessoa não acreditar, não confiar no trabalho do próximo. Então assim, pra mim não tem justificativa pra entrar no crime, porque quem quer vai à luta, quem quiser tem os meios pra correr atrás, mesmo que você não tenha nascido em berço de ouro, você tem que traçar um objetivo. Não justifica falar que não teve opção. Porque uma vez eu conversei com uma pessoa e ela colocou pra mim que entrou no mundo do crime porque ia pra escola e via os amiguinhos todos de tênis, todos com uma roupinha legal e ele não tinha. Então ele passou a roubar pra poder ter e acompanhar os amiguinhos na escola. Só que eu não vejo isso como motivo de orgulho e ele falou pra mim como se fosse a melhor coisa do mundo pra ele que passou por essa situação. Quando ele era adolescente, ele passou pela FEBEM, atual Fundação CASA, mas hoje ele vive uma vida tranquila, trabalha, ajuda a mãe dele tudo certinho. Na cabeça dele, ele entrou nessa vida pra melhorar a situação de vida da mãe dele, melhorar as condições deles. Só que pra mim não justifica. Ele poderia muito bem ter ralado, ter feito os cursos que tem no SENAI, pra poder ter uma profissão e ganhar dinheiro. Mas no crime o dinheiro é mais fácil, vem mais rápido, então pra que trabalhar? Então é mais fácil entrar no mundo do crime do que trabalhar (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

A entrevistada ressalta que a pobreza em si não justifica a escolha pela criminalidade, porque existem muitas oportunidades para que os pobres possam, individualmente, mudar suas trajetórias de vida – quem quer vai à luta, tem os meios pra correr atrás – expressando uma responsabilização do próprio pobre por sua situação de pobreza, entendimento que ganha importância se consideramos a profissão da entrevistada: assistente social. Frente à possibilidade de “ralar”, fazer cursos, buscar uma profissão, a escolha pelo crime é considerada como um caminho mais fácil para que os pobres consigam dinheiro, desconsiderando que a trajetória criminal não é tão fácil assim, se pensarmos nos riscos envolvidos nestas atividades, como a prisão e a morte, por exemplo.

Quando Simone fala da trajetória do jovem que começou a roubar para conseguir ter os objetos que os amigos da escola tinham, passou pela FEBEM e hoje tem uma vida tranquila, trabalhando e tudo, entende que tanto o fracasso quanto a regeneração dependeram exclusivamente das escolhas que fez, desconsiderando os fatores estruturais que mediam estes processos. Novamente temos um entendimento parcelar dos problemas sociais, descolados dos contextos mais amplos que entram em sua composição, deixando implícito que, no que diz respeito ao combate à violência, não é a pobreza em si que deve ser combatida, mas a ação dos pobres desviantes.

No trecho selecionado a seguir, temos o diálogo entre mãe e filha, ambas moradoras de um bairro pobre e considerado como violento da cidade de Birigui, sobre a influência da pobreza na violência. Maria, a mãe, defende que existe tal influência, enquanto Daniele afirma que não.

Maria: Olha, a pobreza e a violência eu acho que tem influência sim. Porque se a pessoa não tiver nada dentro de casa, ela pode querer começar a roubar, querer matar os outros pra arrumar um dinheirinho.

Daniele: Eu acho que não. Ser pobre não é defeito. Tem gente que é pobre que vai, trabalha, dá o sangue.

M: Mais tem uns que não querem.

D: Então. Não é a questão da pobreza, é a questão da cabeça.

M: Tem muitos que são pobres e vão roubar porque eles acham que roubar pra eles é melhor que trabalhar.

D: E os ricos que roubam? Tem muita gente rica que rouba.

M: Mas é muito pouco. Rico rouba de outros jeitos.

D: Tem gente que tem de tudo, que o pai e a mãe dão de tudo, nem trabalhar precisa, mas tem prazer em roubar. É o defeito de ser pobre? Não é. É o defeito da cabeça que não foi bem trabalhada de pequeno.

M: Eu acho que tem a ver sim. O rico rouba porque é sem vergonha, gosta de querer roubar mesmo. Não teve educação, não teve ensinamento. Agora o pobre, tem pobre que rouba porque tem necessidade. Tá com a necessidade e tem preguiça de trabalhar, porque serviço tem. Olha o tanto de fábrica que tem aqui, o povo prefere roubar, prefere matar, prefere ir preso, assaltar os outros porque tem preguiça de trabalhar.

D: Então. Não é o problema de ser pobre, é porque ele tem preguiça de trabalhar é por isso que ele é pobre. Não é porque ele é pobre que tem que roubar. Não, porque se

ele trabalhasse pelo menos os alimentos todo dia ele tinha, né? (Daniele, 25 anos, professora, Birigui).

M: Mas quando a pessoa é pobre ela passa por mais dificuldades que o rico. O sapato aperta mais pro pobre, as coisas são mais difíceis pro pobre. Então às vezes roubar é a solução que ele encontra pra tocar a vida (Maria, 51 anos, dona de casa, Birigui).

É interessante observar a contraposição feita por Maria entre os roubos realizados pelos pobres, que acontecem por necessidade e às vezes por preguiça de trabalhar, e os roubos feitos pelos ricos, que além de serem em menor quantidade, são feitos por sem-vergonhice. Esta concepção esconde uma certa justificação para a conduta criminosa dos pobres – que às vezes encontram no crime a única solução para conduzir suas vidas. Daniele, por sua vez, acredita que as necessidades devem ser supridas por meio do trabalho e aqueles que optam pelo caminho do crime o fazem não porque são pobres, mas porque não querem se esforçar trabalhando. Aqui comparece novamente a questão das cisões que figuram no imaginário social, baseadas primeiro na diferenciação entre ricos e pobres e posteriormente, entre pobres trabalhadores e pobres criminosos. Estas duas diferenciações servem de marco para duas representações contraditórias referentes à criminalização da pobreza: a) a diferenciação entre pobres e ricos serve à estigmatização massiva dos pobres como criminosos e degradados, que sustentam as práticas de isolamento socioespacial, e b) a diferenciação entre pobres “bons” e trabalhadores e pobres “maus” e bandidos, enfraquece o reconhecimento de que a pobreza, em seus múltiplos conteúdos, deve ser combatida para que a violência diminua. Estes posicionamentos contraditórios e complementares permitem que a pobreza seja manipulada e tenha um papel estratégico na sociedade contemporânea.

Sobre este aspecto, Bauman (2009, p. 151-152) ressalta que atualmente, os pobres são o Outro coletivo dos assustados consumidores, cuja visão mantém os não pobres vigiados e obedientes, visto que atuam na perpetuação das incertezas deles, que são estimulados a tolerar com resignação irrefreável a “flexibilização” do

mundo, frente ao lembrete de que na atualidade, até a vida mais próspera é insegura e que o sucesso de hoje não protege contra a queda de amanhã. A visão dos pobres “encarcera a imaginação e prende os braços deles [*não pobres*], que não ousam um mundo diferente; estão muito cautelosos para tentar mudar o mundo em que vivem”.

Considerando assim, que as representações contemporâneas acerca da criminalização da pobreza reforçam a manutenção da ordem vigente, seguimos apresentando os diferentes conteúdos sobre os quais são produzidas as estigmatizações. Complementarmente ao entendimento de que os pobres escolhem o crime por preguiça de trabalhar ou porque é mais fácil conseguir dinheiro por meio da violência, temos a representação de que os pobres na verdade são vítimas da ação de determinados agentes que se aproveitam da vulnerabilidade deles para cooptá-los para o crime. No depoimento de Eduardo, podemos observar que ele ressalta que o tráfico de drogas tem dois lados: os grandes traficantes que comandam as ações do tráfico e são riquíssimos – agentes praticamente invisíveis nas representações acerca da violência urbana – e os traficantes pobres que atuam na venda das drogas no varejo, aqueles que são atraídos para o crime pelas vantagens oferecidas e que ficam na linha de frente nos contatos com as populações locais e com a polícia, por exemplo – são os agentes do tráfico que concentram a visibilidade. Esta divisão se relaciona também, com a criminalização diferenciada dos distintos segmentos sociais, baseada na identificação massiva de que os pobres sempre são os responsáveis pelas piores violências.

Dá pra associar pelo lado financeiro, porque tem essas quadrilhas que oferecem vantagens pro cara, que seriam difíceis dele conseguir com o trabalho normal. É o que leva as pessoas ao mundo do tráfico. O maior problema realmente, é que os pobres acabam sendo mais vítimas. O governo tinha é que dar um jeito de coibir os traficantes. Os grandes mesmo, porque o dinheiro que eles movimentam é muito, eles são riquíssimos. Em função de introduzir a droga nessas populações mais carentes, pra eles ficarem dependentes. Eles acabam tendo mais influência lá, porque eles oferecem algumas condições que os coitados, com a dificuldade que

passam, acabam achando mais fácil (Eduardo, técnico em eletrotécnica, 48 anos, Araçatuba).

Seguindo na apresentação das representações acerca da relação entre pobreza e violência, privilegiando a contraposição das posições dos entrevistados, trazemos para a discussão depoimentos que relativizam ou negam esta relação. O primeiro deles vai na direção das opiniões expressadas por Simone e Daniele, de que a violência é uma escolha pessoal, que independe das condições sociais em que a pessoa vive e estão ligadas à certo tipo de predisposição para o crime.

A pobreza, em si, não é a única coisa que leva as pessoas a cometerem crimes. Essa questão vai de pessoa pra pessoa. Não é porque eu sou pobre que vou roubar, a pessoa tem que ter uma predisposição pra isso. É claro que existem situações que aumentam a chance da pessoa ser criminosa, falta de perspectiva na vida, malandragem, não é só a pobreza (Natália, recepcionista, 25 anos, Birigui).

Os outros dois trechos selecionados também relativizam a relação entre pobreza e violência. Regina afirma que em Birigui existe muita oferta de emprego nas fábricas de calçado, concluindo que só passa necessidades e escolhe o caminho da criminalidade quem não quer trabalhar ou quem considera a conduta criminal valorizada socialmente, como parte de um modismo relativo à construção das identidades sociais. Já Raquel destaca a manipulação da mídia na construção da associação entre pobreza e violência, ao dar maior visibilidade aos crimes cometidos pelos pobres, o que encobre o fato de que a violência perpassa todos os estratos sociais.

Eu acredito que não tem relação com a pobreza não. Aqui mesmo em Birigui, por ser a cidade do calçado infantil, a gente tem tantos cursos oferecidos... É claro que tem pessoas que não têm oportunidade de estudar, mas vai fazer um curso, vai se profissionalizar, vai trabalhar na fábrica. Tem tanta fábrica de calçado. Eu acho assim, só é pobre mesmo, não tem o que comer, não tem onde morar, quem quer. Aqui em Birigui não tem como. Tem muita oferta de emprego. As pessoas roubam porque querem dinheiro fácil, sem fazer muito esforço. E tem muita gente que entra nessa vida porque parece que agora é bonito, é fama, parece que é uma coisa boa ser bandido, foragido. É bonito. As pessoas não roubam pra comer (Regina, secretária, 26 anos, Birigui).

Não, não tem. Antes eles jogavam pras classes mais pobres, esse tipo de coisa de violência. Só que em todas as classes tem a violência. Só que a mídia explora mais a pobre. [...] Eles, se é fulano de tal, importante, eles não põem o nome. Sabe assim, fala que é um jeito da pessoa preservar o nome. Só que quando é pobre, aí vai o nome, o sobrenome, o nome do pai, da mãe, entendeu? Esse tipo de coisa. Então, esse tipo de informação é muito negativo, porque dá impressão que só tem barbaridade na classe pobre (Raquel, 55 anos, professora, Araçatuba).

O depoimento de Márcia chama nossa atenção para o fato de que se a pobreza gerasse necessariamente bandidos, a maior parte da população estaria presa, visto que a maior parte das pessoas são pobres.

Já pensou se todo pobre fosse bandido? Tinha que ir todo mundo preso, porque a maioria das pessoas é pobre (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

De maneira geral, os trechos de entrevistas selecionados nos permitiram identificar que, mesmo que existam opiniões contrárias, que tentam relativizar a relação entre pobreza e violência, os pobres comparecem no imaginário social como os principais agentes violentos potenciais, sendo, portanto, um grupo social a ser temido e evitado, segundo diferentes roteiros de estigmatização: pobres violentos porque são preguiçosos, porque têm muitos filhos para sustentar, porque passam necessidades, porque preferem o caminho mais fácil, porque são sem-vergonhas, porque são cooptados pelos traficantes...

A insegurança causada pelos Outros: presidiários e cortadores de cana

Além da pobreza, outro elemento associado a ela também compareceu na identificação dos grupos ameaçadores: a presença nas cidades de pessoas estranhas “vindas de fora” – os Outros, constituídos neste caso pelos imigrantes nordestinos e pelos presidiários e suas famílias.

Esta identificação dos agentes criminosos nos Outros, vindos de fora, é uma representação recorrente, que faz parte do imaginário de moradores de diferentes cidades. Sobre este aspecto, tratado também por Chauí (1998), Góes (2009) observa que a identificação do perigo no

Outro – personificado no negro, no pobre, no favelado, no nordestino, na família de criminosos – amplia a tendência, que não é nova na História do Brasil, de identificar bodes expiatórios para os problemas sociais.

Trazemos abaixo alguns trechos de entrevistas selecionados para demonstrar estas afirmações. O primeiro deles fala do papel dos presídios no aumento da violência, citando a mudança das famílias dos presos e o perigo deles fugirem e começarem a cometer crimes na cidade.

Eu não sei ao certo, mas tenho a impressão de que um problema da nossa região são os presídios que foram instalados aqui. Os presos têm família, que vêm pra cá pra fazer as visitas, outras se mudam pra cidade. Então elas começam a reproduzir a criminalidade aqui. Outra coisa é que esses presos podem fugir da cadeia. Outros recebem benefícios pra sair nos feriados e não voltam pra prisão, ficam foragidos e pra viver cometem outros crimes. Tudo isso é muito ruim pras nossas cidades, porque além da violência local, traz bandidos de fora (José, aposentado, 65 anos, Birigui).

O próximo depoimento é de Eduardo, residente na cidade de Araçatuba, que identifica que os presídios influenciam na criminalidade, permitindo que observemos que, mesmo que não haja comprovações de que os índices de ocorrências criminais tenham efetivamente crescido devido aos presídios, os conteúdos das representações acerca das cidades do interior mudou muito – drogas, traficantes, PCC, assaltos, antes relacionados mais com os contextos metropolitanos, passam a figurar no imaginário dos moradores das cidades menores – que ganham até projeção nacional: Guararapes, uma cidade pequena, foi objeto de matéria no Jornal Nacional devido à criminalidade existente. A associação do aumento da criminalidade com os presídios deve ser entendida como uma tentativa de estabelecer algum nexos, um marco, para a passagem de um passado tranquilo para a atualidade insegura.

Eu acho que presídios contribuem bastante pra criminalidade, porque acaba atraindo pessoas que estão ligadas aos presos, pra perto. Porque o cara tá preso, mas continua com o circuito armado aqui fora. Tem alguém

ajudando, então eles continuam comandando, dando as dicas lá de dentro, não sei como, mas acontece. Atrai não só a família, mas as pessoas envolvidas com eles. Às vezes eles procuram outras cidades, até pra não levantar suspeitas. Tem uma cidade vizinha, Guararapes, que tinha focos de pontos de droga, de traficantes, de pessoas ligadas ao PCC, que foi assim, impressionante, tudo por causa do presídio. Mas eles conseguiram prender muita gente. É uma cidade pequena, que saiu até no Jornal Nacional. Tem um presídio enorme lá, em Valparaíso, tem uma penitenciária enorme. A área que a CPFL atua, atende até lá e os próprios funcionários dizem que a cidade mudou da água pro vinho depois que esse presídio veio pra lá. Aumentou muito a violência, assaltos, que eles nunca tinham ouvido falar de assaltos, começou a ter. Então, influencia muito mesmo (Eduardo, técnico em eletrotécnica, 48 anos, Araçatuba).

Para tentar contextualizar o aumento da criminalidade em Araçatuba, Raquel cita a desativação do Carandiru em São Paulo e a implantação dos presídios nas cidades do interior, que acarretaram a vinda das famílias dos presos que trouxeram com eles a criminalidade.

Eu, pelo tempo que eu tô aqui, o que aumentou, foi que antes tinha o Carandiru em São Paulo, então eles deixavam aquela massa falida de homens, lá presa tudo num lugar só, que era, vamos dizer, um exército, né? Eu convivi com o Carandiru lá, então... Aí, o governo espalhou presídios pelo estado inteiro. Aí, onde vai o preso, pra onde vai a família? A família vai atrás. Então, veio de fora, a família muda pra onde o preso está. Às vezes eu vejo assim, chega um aluno aqui, eu falo “da onde você veio?”, aí eles não contam, mas depois, você descobre que o pai dele está preso lá em Valparaíso, que tá preso em algum lugar, o pai, a mãe, sei lá. Então, esse pessoal veio pra cá (Raquel, professora, 55 anos, Araçatuba).

O próximo depoimento é de um ex-policia civil, Carlos, que fala sobre sua experiência em Buritama, cidade pequena localizada na região de Araçatuba em que trabalhou quando policial. De acordo com sua percepção, Buritama mudou muito depois que foi implantada uma cadeia pública.

Eu faço uma comparação com a situação de Buritama, onde eu fui escrivão da Polícia Civil. Quando criaram uma cadeia pública lá, houve a tendência de aumentar os crimes patrimoniais, principalmente nos dias de visitas. As pessoas iam visitar os que estavam presos, boa parte, infelizmente, também era dada ao crime, e antes de ir

embora eles passaram a subtrair objetos da população. E alguns inclusive se instalaram lá e passaram a organizar o tráfico, que já existia, mas que aumentou na cidade, a ponto de hoje, pelo tamanho da cidade, ter um índice comparativo com Birigui, até maior em relação ao tráfico. E isso vai gerar a maior incidência dos crimes patrimoniais. Em Buritama deve ter hoje uma viatura para fazer ronda na cidade, então não dá conta. E, além disso, existe uma população flutuante muito grande, em função das usinas, porque vem muitas pessoas de fora, de outros estados inclusive, pra trabalhar na cana. E essas pessoas, não vou dizer que são pessoas ruins, mas boa parte delas, no trabalho, necessita de muita energia e elas acabam recorrendo à droga. E isso se torna um círculo vicioso, porque elas são atrativos pros traficantes. Então a criminalidade aumenta (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

O entrevistado destaca que os crimes patrimoniais aumentaram na cidade por causa das visitas dos presos que antes de ir embora, aproveitavam pra roubar e também, por causa de algumas famílias que se mudaram para Buritama e começaram a organizar o tráfico, que aumentou consideravelmente, devido, inclusive, ao consumo de drogas pelos cortadores de cana – outros agentes considerados como geradores de insegurança. Complementarmente a este depoimento de um cidadão que trabalhou na segurança pública, e tem suas representações influenciadas por esta experiência, apresentamos o depoimento de Antônio, um policial militar aposentado que relacionou, em dois momentos da entrevista, o fechamento do Carandiru em São Paulo e a instalação de penitenciárias no interior com o aumento da criminalidade e da periculosidade das atividades criminais nesses espaços, a partir da vinda de integrantes do PCC – Primeiro Comando da Capital – que passaram a se associar com pessoas do local para praticarem seus crimes. O entrevistado, que trabalhou durante vários anos na Polícia Militar do Estado de São Paulo, conclui que o próprio Estado foi o responsável pelo aumento da criminalidade nas cidades do interior.

Inclusive houve uma entrevista com o nosso secretário de segurança, da prefeitura, sobre esse assunto e ele, sem querer querendo, ele acabou afirmando que é mais ou menos isso: os presídios que vieram pra cá, pra região, que não é só Araçatuba, é a região, e que trouxeram

muitos bandidos de São Paulo. Eles começaram a conviver com os bandidos daqui, então começou a acontecer assim, um bandido de São Paulo, formava uma quadrilha com mais três, quatro daqui e assaltava aqui. Porque antigamente não tinha assalto à mão armada em Araçatuba, era só furto. Aí depois que esses presídios começaram a vir, começou a ter assalto à mão armada, bandidos fortemente armados, assaltos a banco, aí o negócio começou a ficar violento. Sendo que não era assim. Você saía de casa, nego arrombava sua porta, roubava, mas não tinha nada de contato com as pessoas à mão armada. Aí o negócio ficou violento. Evoluiu. O crime evoluiu. Aí ficou muito violento (Antônio, 57 anos, policial militar aposentado, Araçatuba).

O PCC não veio para o interior. Eles foram trazidos. O PCC agia na capital. Aí com essa criação dos presídios aqui em Valparaíso, Lavínia, tem um monte... Aí o que aconteceu? Eles fecharam lá o nosso Carandiru – nosso não, o deles – aí trouxeram os presos para o interior. Então, trouxeram os líderes do PCC pra cá. Aí eles vieram pra cá, vieram os familiares deles também, aí eles passaram a recrutar gente aqui também, bandido daqui também. Aconteceu isso aí. Houve um espalhamento. O próprio Estado providenciou para que o PCC viesse pra cá. Trouxeram eles pra cá. Porque sozinhos eles iam vir, mas viriam de uma maneira mais tímida talvez. Mas eles vieram com bastante força. Por causa disso, eles foram trazidos. Aí começaram a recrutar bandidos aqui, os caras filiados ao PCC começaram a agir da mesma maneira que eles, aí não teve mais jeito (Antônio, 57 anos, policial militar aposentado, Araçatuba).

Um depoimento veemente, que se diferenciou da maioria dos demais, foi o dado por Sandra – ex-presidiária, assim como seu ex-marido. Ela se mostrou contrária à representação de que os presídios faziam aumentar a violência, ressaltando que atualmente a vida de pessoas de qualquer segmento social pode ser marcada pela presença de pessoas presas, o que deveria refletir na diminuição do preconceito em relação aos presidiários e suas famílias e indica o desejo da entrevistada de se inserir num contexto mais amplo, a partir da tentativa de igualar sua situação com a da maioria das pessoas, afastando a ideia de que ser (ex)presidiário seria uma anomalia social, visto que “todo mundo pode ter um preso na família”.

Mas os presídios na região... Onde é que vão fazer os presídios? Você tá entendendo? Não tem como não ter o presídio. E outra, Deus me livre guarde, eu nem sei

porque as pessoas estão falando isso, porque cada um, se for ver bem, tem um na família que tá ou foi preso. Tá vendo isso acontecer na família. Se não tem alguém nos mais velhos, infelizmente tem os mais novos que vão crescer. Igual a mulher ali da frente. O menino dela morreu no Baile da Coelhinha. O menino era novinho, a família era uma família boa e mataram ele em frente ao Pérola [*Clube da cidade*]. Ele usava droga, aí ficou devendo. Então foi briga por causa de droga. Se ele não fosse morto, ele poderia ser preso, né? Então porque essa mulher tem que ter preconceito contra mim? Então, não tem porque falar que o presídio aumentou a violência. Não, presídio sempre teve. O que a gente pode falar que aumenta a violência é o jeito que as pessoas tratam os presidiários. Não é em todo lugar que você pode falar que foi presa, as pessoas já te excluem. Não tem nada a ver os presídios em si (Sandra, 46 anos, pespontadeira, Birigui).

Ajudando a explicar a contraposição de opiniões sobre a influência dos presídios no aumento da insegurança estão as experiências dos entrevistados: por um lado, dois cidadãos que atuaram diretamente em instituições de controle social (a polícia militar e civil), por outro, alguém que esteve sobre a tutela de outra (a penitenciária).

A questão da construção das penitenciárias nas cidades do interior foi tratada por Góes (2009) que, ao discutir os embates políticos envolvidos na descentralização da localização dos presídios, identifica discursos contrários a ela, amplamente divulgados na mídia local, que têm como foco da argumentação a insegurança trazida da “capital violenta” para o interior, considerado até o momento como tranquilo, mesmo que as estatísticas não comprovassem essa correlação. Neste caso, a percepção resulta de posicionamentos políticos defendidos por meio da radicalização de discursos que associam diretamente e de forma simplista, a presença dos presídios e o aumento da violência local, com forte conteúdo ideológico, capaz até de se sobrepor à materialidade das ocorrências criminais efetivadas.

A desqualificação e incriminação sociais feitas em relação aos presos e suas famílias também são realizadas com os nordestinos que vieram para as cidades estudadas para trabalhar nas usinas de açúcar e álcool da região. Assim, pernambucanos, baianos e cearenses, por

exemplo, são representados como um grupo genérico de pessoas – os nordestinos – que apresentam características diferenciadas: são portadores de “sangue quente” e acostumados a resolver tudo na “faca” ou na “bala”, sendo, portanto, identificados como um dos agentes que contribuem para o aumento da violência. Mesmo que vários entrevistados tenham sido contrários a esta representação, ela ainda é importante, pois indicativa dos níveis de preconceito entranhados na sociedade. Foram selecionados a seguir alguns trechos de entrevistas em que o papel dos nordestinos na criminalidade foi mencionado.

É um povo que vem tudo de fora. Na questão de violência, de tipo assim, fulano matou cicrano, eu acho que isso é verdade. O maior número de casos, vamos dizer assim, de assassinatos, de gente matar gente, tem muito: “fulano que era da Bahia ou da Paraíba, que trabalhava na usina tal, cortador de cana, se desentendeu com o colega que morava lá e matou ele com o facão, matou ele com uma faca”. Então assim, geralmente é esse povo mesmo (Renato, 30 anos, técnico em enfermagem, Birigui).

Eu acho que contribuiu, contribuiu, porque eles já vêm..., como eu te falei, tem a questão da cultura. Eles já vêm de uma criação, de uma cultura completamente diferente da nossa aqui. Então, pra eles, é indiferente matar. No sentido assim, “não tenho nada a perder, já estou longe da família mesmo, já tô assim...” E é a criação deles. Você vai no Norte mesmo, você já vê que nego não resolve as coisas na conversa não, resolve na bala, resolve na pancada, e acabou. Aí contribui sim. Eu acho que contribui bastante pra criminalidade da cidade sim (Simone, 26 anos, assistente social, Araçatuba).

Eu acredito que isso em alguma medida contribui [*presença dos nordestinos no aumento da criminalidade*]. Porque eu já morei em Três Lagoas e na época que eu morei lá, não tinha nada. De repente foi uma fábrica de celulose pra lá e pra construir, acho que foram três multinacionais que se instalaram lá, era muito grande, então pra construir eles precisaram de trabalhadores de outros estados. Então foi muita gente do Nordeste, do Norte pra lá. Nessa época, a criminalidade aumentou muito. Era assim, uma diferença muito grande. Então foi visível que a criminalidade tinha a ver com o fato daquelas pessoas terem ido pra lá. Tinha muito estupro na cidade, então as pessoas de repente pararam de sair à noite sozinhas. Até hoje, tem muito disso lá, isso contribui muito. Mas em relação aos cortadores de cana eu não ouvi falar ainda não, mas eu acredito que pode ter

alguma coisa a ver sim, por essa outra experiência (Juliana, 32 anos, professora, Araçatuba).

Realmente, quando é época de corte de cana, quando vem muita gente de fora, os índices aumentam mesmo. No caso, vem muita gente de fora, aluga casa, aí fica aquele monte de homem, tudo aglomerado, tudo junto, então as pessoas ficam assim, meio ressabiadas, com medo às vezes, mexem nas casas. Mas às vezes nem são eles, mas acontece muito de aumentar mesmo os casos (Marina, operária, 26 anos, Birigui).

O que podemos concluir a partir das entrevistas é que no processo de produção imaginária dos agentes perigosos – os verdadeiros inimigos urbanos –, casos isolados de violência podem ser manipulados para que condensem representações totalizantes. Deste modo, no imaginário das cidades inseguras temos embutido o roteiro para que identifiquemos aqueles que devemos evitar no convívio cotidiano – os pobres, os negros, ex - presidiários e suas famílias, os nordestinos. Por meio de explicações que carecem de aprofundamentos, geralmente pautadas em aspectos pontuais da realidade social, a identificação daqueles que devemos evitar em nome da segurança está intimamente ligada com o reconhecimento dos espaços seguros e dos inseguros, retomando a ideia de sobreposição de estigmas sociais e espaciais de que tratamos.

Assim, considerando que a definição social do que é seguro e do que é inseguro é influenciada por processos complexos de identificação socioespacial, tratamos no subitem seguinte da identificação dos espaços das cidades estudadas que são representados como inseguros e daqueles tidos como mais seguros, ressaltando que a percepção de uma insegurança generalizada tende a ser combatida com esforços para confinar espacialmente essa insegurança dentro de limites apreensíveis, para que as rotinas cotidianas possam ser desenvolvidas.

Dividindo a cidade em espaços seguros e inseguros: a produção social dos espaços a serem evitados

De acordo com Reguillo (2005), o seguro e o inseguro, o bom e o mal são coordenadas itinerantes, que são traçadas a partir de parâmetros múltiplos e complexos. Dotar a violência de um território, tentando delimitá-la a margens apreensíveis, significa, segundo a autora, uma vitória porque confere a ilusão de que identificando e separando estes territórios, podemos combatê-los.

Como já destacamos, nos espaços marcados pelo imaginário das cidades inseguras, o cotidiano dos cidadãos é definido pela constante necessidade de identificar os agentes ameaçadores – com os quais as interações devem ser restringidas – e os espaços inseguros – cuja apropriação deve ser evitada. Neste sentido, há uma produção social de significações que pautam a identificação dos agentes geradores da insegurança e a hierarquização dos espaços, assim como as práticas socioespaciais dos cidadãos que acionam este imaginário como direcionador de suas atividades cotidianas.

Cabe lembrar que o entendimento desta produção social dos sentidos e práticas que levam à identificação do que é seguro e inseguro nas cidades não deve ser descolado da atuação dos agentes que interatuam para forjar o imaginário das cidades inseguras – mídia, promotores imobiliários, empresas de equipamentos e serviços de segurança privada, políticos, além dos próprios criminosos, da polícia, do sistema judiciário, entre outros.

Consideramos que é importante enfatizar este caráter da *produção* do referido imaginário e das práticas associadas a ele, mesmo incorrendo no risco de sermos repetitivos, pois assim explicitamos a possibilidade de sua *desconstrução*, da produção de outros sentidos como definidores da realidade urbana, intuito com o qual este trabalho pretende contribuir.

Esta necessidade de desconstruir o imaginário das cidades inseguras – e de interromper suas práticas correlatas – é ainda mais urgente se levarmos em conta a destrutiva estigmatização dos

segmentos pobres e de seus espaços em que tal imaginário se sustenta. Associado às privações materiais e subjetivas que esses segmentos têm em decorrência da pobreza em si, temos o acréscimo de mais um conteúdo – a insegurança – que faz com que sejam alvo de preconceitos e repulsão.

As entrevistas realizadas nas duas cidades estudadas revelam que, em consonância com as representações que vinculam os segmentos sociais pobres com os mais violentos, existe uma clara e recorrente identificação de seus espaços de residência como os mais inseguros. Desta forma, o primeiro conteúdo do imaginário das cidades inseguras que destacamos neste item é o mecanismo simultâneo de deslocalização/localização da insegurança nas cidades.

Ao mesmo tempo em que os cidadãos têm dificuldade de identificar espaços que sejam efetivamente seguros, apresentam uma notável facilidade em identificar aqueles que são indubitavelmente inseguros. Assim, consideram que dentro da cidade insegura – onde todos os espaços oferecem a *possibilidade* de que aconteça alguma situação violenta – existem espaços representados como inegavelmente mais inseguros – onde os cidadãos têm a *certeza* de que essa situação vai ocorrer.

A cidade é então dividida em espaços em que a insegurança é uma preocupação, mas que pode ser minimizada por meio de práticas, equipamentos e serviços ligados à segurança privada, e outros em que a insegurança não é controlável, posto que estes espaços figuram como universos à parte da ordem social consolidada, devendo então ser isolados.

Nesta forma de se dividir as cidades, portanto, subjaz a questão das desigualdades sociais: os espaços menos inseguros – passíveis de apropriação – são aqueles em que seus proprietários possuem poder aquisitivo para lançar mão de diferentes estratégias de proteção, e os espaços mais inseguros – aqueles em que a apropriação para “os de fora” é vedada – são os dos segmentos mais pobres.

A divisão simbólica dos espaços urbanos de acordo com suas possibilidades desiguais de proporcionar segurança – material ou subjetiva – hierarquiza os espaços, desqualificando os dos mais pobres, ao mesmo tempo em que desqualifica estes próprios segmentos. Aqueles cidadãos com maiores capacidades de escolher seus espaços de apropriação e seus interlocutores nas suas práticas cotidianas, evitam o contato com os segmentos mais pobres e se recusam a compartilhar os mesmos espaços que eles.

Estes aspectos evidenciam o esgarçamento do tecido socioespacial das cidades que ganha novas intensidades e conteúdos a partir da disseminação do imaginário das cidades inseguras. Isto porque este imaginário não é reconhecido apenas pela elite e pela classe média, que estigmatizam e evitam os pobres – nos marcos das análises dualistas da cidade. Os próprios segmentos mais pobres acionam as representações dominantes que associam pobreza e violência, recorrendo também a estratégias de evitamento e estigmatização, mesmo que em níveis diferentes dos segmentos de maior poder aquisitivo, como já afirmamos. Assim, o entendimento de que os pobres e seus espaços devem ser evitados perpassa as representações e práticas de todos os segmentos sociais, agudizando a fragmentação material e subjetiva das cidades, como discutiremos nos capítulos seguintes.

Para qualificar estas afirmações, trazemos para o debate alguns trechos das entrevistas realizadas, começando por aqueles relativos à percepção de que a insegurança é um conteúdo difundido de maneira geral nas cidades.

Eu não sei te falar de nenhum bairro seguro aqui em Araçatuba não. Tá difícil de encontrar um lugar que você possa afirmar que está fora de perigo. Porque você vê notícias de casos que acontecem na cidade inteira (Bruno, recepcionista, 36 anos, Araçatuba).

Esse negócio da violência tá espalhado na cidade. Você pode ser assaltado em qualquer lugar, não dá pra fazer essa diferença de um bairro que é violento e outro que não é. Acho que isso depende muito da oportunidade que os ladrões encontram. Se tiver oportunidade, eles não querem saber onde é. Por isso a gente tem que tomar

cuidado em todo canto (Fernando, pedreiro, 44 anos, Birigui).

Nossa, mas onde a gente pode falar que é seguro hoje? Seguro mesmo não tem nenhum lugar não, porque a bandidagem aumentou, não tem, vamos dizer assim, uma concentração, um lugar só, que seja perigoso. Todo lugar é perigoso se você não tomar cuidado. Até perto das delegacias você não pode falar que é seguro, porque eu já soube de pessoas que foram roubadas há um quarteirão da delegacia. Eles não respeitam nem a polícia por perto. Então não existe isso de seguro (Jaqueline, 30 anos, atendente de loja, Birigui).

Bairros seguros, hoje em dia eu acho que não tem. Aquele bairro que se acha bem seguro, eu acho que ele não tá com essa segurança não. [...] Porque hoje em dia quanto mais você acha que está seguro, mais iludido você está (Helenice, professora aposentada, 61 anos, Araçatuba).

Esta percepção de que a insegurança é ubíqua nas cidades é aprofundada no depoimento de alguns entrevistados que reconhecem que em nenhum espaço é possível sentir-se seguro, mas que em alguns, a percepção de insegurança pode ser minimizada.

Acho que em qualquer lugar da cidade você está sujeito a sofrer alguma coisa. Os bandidos vão atrás do dinheiro, então eles não ficam somente no bairro deles. Mas se formos pensar por comparação, os bairros mais centrais são os mais seguros, porque não são o foco da violência (Pedro, comerciante, 28 anos, Araçatuba).

Olha, se eu puder falar nenhum. Nenhum. Não considero nenhum lugar seguro. Acho que seguro mesmo, são as casas onde as pessoas se protegem, fazem seu próprio esquema de segurança. Não dá pra falar em bairros. Então, pensando assim, os bairros de gente mais rica devem ser, teoricamente, mais seguros, porque gastam mais dinheiro com sua proteção, dificultando a vida dos bandidos, mas só por isso (Regina, secretária, 26 anos, Birigui).

É difícil falar em bairro seguro. A gente pode falar de uns bairros que talvez não tenham essa concentração de pontos de drogas. Mas aí eles passam a não ser seguros porque são alvo desse povo. Mas, eu acredito que é a parte central da cidade, que de certa forma é um pouquinho mais segura. A maioria das casas são casas que têm até vigia, a maioria é edifícios com apartamentos, que também têm portaria 24 horas, então acaba se tornando mais seguro. Alguns loteamentos fechados que são todos cercados, também têm uma

portaria pra você se identificar, pra entrar (Eduardo, técnico em eletrotécnica da CPFL, 48 anos, Araçatuba).

Os mais seguros... Menos, a gente tem que falar em menos inseguro. Eu acho que menos inseguro seria o centro, porque tem um movimento de pessoas maior, que inibe a pessoa de praticar alguma coisa e está mais presente o aparelho estatal, em todos os sentidos, prefeitura, polícia, tem mais ronda, então, está mais focado ali. Então o poder aquisitivo – quer queira, quer não – chama aquilo, pra ter um pouco mais de segurança. E outros que tem maior segurança são os condomínios fechados, que é uma coisa que tá existindo pelos interiores a fora, que não existia... (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

Ah, eu acho que não tem [*bairros seguros*]. Só quem mora em condomínio, né? Que aí é um pouco mais seguro, mas você está apto a ser assaltado em qualquer lugar. Eu já fui assaltado no centro e a minha irmã já foi assaltada aqui no Silvaes que é um bairro bom, que é um bairro tranquilo, então, eu acho que é tudo igual, não tem essa diferença (Renato, técnico em enfermagem, 30 anos, Birigui).

Desta forma, as áreas centrais, os loteamentos fechados e os bairros em que residem os segmentos mais ricos são representados como menos inseguros, devido aos mecanismos adicionais de segurança que são implantados nestes espaços, mesmo que existam críticas à eficácia efetiva deles, como abordaremos no capítulo 2. A violência urbana não é diretamente associada a estes espaços, visto que estes segmentos possuem um conjunto de poderes – materiais e simbólicos – capazes de afastar representações negativas acerca deles e de seus espaços.

Esta representação positiva das áreas centrais como se elas fossem mais seguras do que o restante dos espaços urbanos é significativa e mostra que nas cidades estudadas, a tendência a desvalorizar estes espaços ainda não foi consolidada, como vem acontecendo em outras cidades. Apesar de alguns entrevistados relatarem que estão diminuindo suas idas cotidianas ao centro principal e associarem significados negativos a estas áreas – o centro é muito movimentado, muito bagunçado – as representações positivas sobre estas áreas, ainda são predominantes. No entanto, o depoimento selecionado a seguir já mostra um conteúdo contrário, indicando a

possibilidade de que o direcionamento das representações acerca das áreas centrais seja transformado.

Eu acho que não tem. Falar de bairro seguro hoje não existe. É difícil. Assim, no centro, antigamente as pessoas queriam morar no centro porque era seguro, mas hoje ninguém quer o centro. Porque se tiver turma de drogas, essas coisas, tipo cracolândia, essas coisas, eles vão nas praças do centro, entendeu? (Raquel, professora, 55 anos, Araçatuba).

Quando os espaços dos mais ricos comparecem associados com a insegurança, é de uma forma bem delineada: como espaços vitimados pela violência urbana gestada nos bairros pobres. Assim, alguns entrevistados citaram bairros de alto padrão como os mais inseguros, mas sempre destacando que estes bairros se tornam alvo da insegurança por causa dos bens que seus residentes possuem – que atraem o interesse dos bandidos que moram em bairros pobres:

Eu acho que aqui é seguro. Que eu saiba aqui não tem ponto de drogas, não tem maus elementos que moram nas proximidades. O que acontece com os assaltos é que eles vêm de outros bairros de fora. Mas aqui é um bairro seguro. [...] É difícil identificar os seguros. Eu diria que alguns bairros que não têm essa concentração do tráfico de drogas, de pessoas que cometam esse tipo de delito é que são mais seguros. Mas aí, os outros passam a ser inseguros porque são alvo desse povo (Rosa, professora, 42 anos, Araçatuba).

Os bairros inseguros são, geralmente, os de classe média e alta. Os bandidos entram mesmo, assaltam, furtam, fazem arrombamentos, e às vezes tem até assalto à mão armada. Eles ficam no portão, enquadram com o revólver, entram pra dentro e aí é perigoso, amarram todo mundo, roubam a casa e vão embora. Os bairros mais assim são os de classe média. São João, Icaray, Nova Iorque. Os mais ricos são os mais atacados, porque tem mais coisas a perder. Os bandidos vão atrás de lucro, não vão correr o risco de invadir uma casa e não ter nada de valor, eles já vão nos alvos certos (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

O Nova Iorque não é seguro. Já foi. Porque é muito visado pelos bandidos. E os bandidos geralmente quando vão lá, vão pra assaltar mesmo. Pegam a pessoa abrindo o portão, metem o revólver, entram pra dentro, prendem todo mundo e geralmente eles fazem uma limpeza na casa. O que eles puderem levar, eles levam mesmo. Já é de conhecimento da gente que houve muitos casos lá. Então o Nova Iorque não é seguro. Já foi. Os moradores,

as pessoas de dinheiro hoje estão morando mais em residencial fechado, tipo Habiana, Delta Parque. Tanto é que caiu o preço das casas lá no Nova Iorque. Eles tão saindo de lá. As pessoas de dinheiro estão mudando pra essas áreas assim, condomínio fechado, com porteiro, segurança, com tudo (Teresa, dona de casa, 53 anos, Araçatuba).

Tem gente que fala que bairro mais favelado é mais perigoso de morar. Eu já acho que os bairros mais ricos são mais perigosos, porque já junta um monte de gente que tem dinheiro. As casas podem até ter mais segurança, mas têm mais atrativos também. Então, os bandidos mais espertos, já vão preferir roubar nesses lugares. O risco de eu ser assaltado na minha casa é menor, eles não vão achar muita coisa, vão até ficar com dó: “coitado desse cara, vamos fazer uma doação pra ele” [risos] (Davi, repositor de mercadorias, 29 anos, Birigui).

Então, na verdade eu falei que os bairros periféricos eram mais inseguros, mas parando pra pensar no que acontece, eu acredito que nesses bairros nem exista tantos roubos, porque tem a questão daquela lei, que não pode mexer em nada de ninguém do bairro, não entra ninguém diferente... Mas assim, é perigoso pelo tipo de pessoas que residem no bairro. Mas os bairros que a gente sempre vem escutando sobre assaltos é o Nova Iorque, são bairros de poder aquisitivo maior. Porque na verdade eles não vão roubar entre eles lá na periferia. Eles até protegem quem mora perto deles. Só que em questão de periculosidade, violência mesmo, sem ser assalto, os bairros periféricos são mais, tem muito mais conflitos entre eles (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

Estes trechos indicam que nas representações sobre os espaços seguros e inseguros nas cidades estão bem distinguidos os locais de moradia dos bandidos e os espaços que são vitimados por eles, entendimento que se sobrepõe à divisão dos agentes sociais em vítimas e agressores. Tendo em vista a representação da diferenciação entre o local de moradia dos pobres perigosos e de seus espaços de ação – os bairros ricos – têm-se a percepção de que não basta evitar os bairros pobres, onde a marginalidade prevalece, é preciso evitar também que este segmento social circule e frequente os bairros ricos, o que legitima as práticas de fechamento e privatização nas atividades cotidianas. Neste ponto, temos que diferenciar ainda, os tipos de atos que são considerados como típicos de cada espaço.

Os bairros de alto padrão são representados como espaços vitimados principalmente por crimes contra o patrimônio, sendo que as violências físicas predominantes são as que decorrem deles. As representações acerca dos espaços de alto padrão, mesmo as que reconhecem que eles podem ser inseguros, não identificam nunca seus moradores como agentes da violência urbana. Aos bairros pobres – que figuram como os locais de moradia dos bandidos – são associados uma infinidade de atos violentos, sejam eles criminalizados ou não, que conferem a estes espaços características simbólicas bem particulares, muitas vezes até míticas: antros de todo tipo de marginalidade, como tráfico e consumo de drogas, assassinatos, brigas, estupros, violência doméstica – de onde um estranho pode até não sair vivo se ousar ir até lá.

Neste sentido, a dificuldade dos entrevistados em identificar os bairros mais seguros não comparece quando perguntamos a eles quais são os bairros que consideram como os mais inseguros. A identificação dos agentes e espaços perigosos é muito mais nítida, sendo notáveis tanto a rapidez com que os entrevistados deram as respostas, quanto a sobreposição recorrente de seus conteúdos. Acreditamos que isto se deve ao fato de que os elementos para basear estas repostas já estavam pré-formulados, a partir das imagens e discursos – simplificadores e estigmatizantes – que sustentam o imaginário das cidades inseguras, mostrando sua abrangência.

Nas duas cidades estudadas, os discursos de entrevistados de diferentes segmentos socioespaciais e que residem em bairros distintos, identificam os bairros mais pobres como os mais inseguros, como demonstram os trechos selecionados.

É, mais o [João] Crevelaro, que é um bairro violento, Vila Bandeirantes, que é violento, os bairros mais afastados, eu acho, na periferia, o Jandaia. [...] Porque esses bairros são bairros que tem mais, assim, pessoas de baixa renda e aí então, infelizmente, eles acabam se distorcendo pro lado da marginalidade, se tornam marginais. (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

Na minha opinião, hoje em dia, que eu escuto muito comentar é o Quemil, no caso, o Crevelaro e a Vila

Bandeirantes que já foi muito famosa, mas hoje em dia não se escuta falar tanto. [...] Assim, ali tem muito, você escuta falar muito de negócio de tráfico, drogas, sempre, você escuta no rádio, sempre tem: aconteceu uma batida, a polícia prendeu não sei quantos por droga. Você escuta falar que a maioria dos ladrões mora ali, nesses bairros. Até então, você passa por ali [*se referindo ao bairro Quemil, vizinho ao bairro Simões, em que a entrevistada reside*] você vê uns elementos assim, o ambiente ali não é tão família quanto nos outros lugares que você passa. Então por isso que a gente fala que são uns lugares mais violentos (Marina, 26 anos, operária, Birigui).

Um bairro que eu acho assim que é mais violento, eu acho que é o Crevelaro. No Crevelaro é tráfico de drogas, brigas, sempre quando tem... a maior porcentagem de homicídios que tem aqui em Birigui é lá. Então é tudo no João Crevelaro. Lá o povo mata, o povo de lá mesmo briga com o povo de lá e rouba o povo que mora lá. Diferente da Vila Bandeirantes, que o pessoal fala muito. Lá, de vez em quando matam uns lá também, mais o Crevelaro eu acho que é mais perigoso, é pior (Renato, técnico em enfermagem, 30 anos, Birigui).

Agora eles tão criticando o Portal [*da Pérola*] também, as casinhas lá que fizeram, chamam de Inferninho, Cidade de Deus. São as casinhas do Minha Casa Minha Vida que o prefeito fez, tudo pequenininha. Ai como a prestação é 50 reais, 100 reais, o pessoal mais pobre mudou tudo pra lá. Mas lá tá complicado, é meio Cidade de Deus mesmo, o bicho pega lá (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Os mais violentos são o Crevelaro, Quemil, a Vila Bandeirantes é também, foi bem pior, como eu tô te falando, mas é também, e agora aquele lá em cima, no Portal da Pérola, as casinhas que fizeram lá. Uma menina que mora lá falou que esses dias mataram uma menininha e jogaram naquele negócio de água, dos cavalos. Agora não sei se é verdade também, a gente tá falando o que a gente ouviu. Ela falou que estupraram a menininha. Diz que lá é uma roubalheira, diz que tá feio as coisas. Tem gente querendo até vender as casas lá já. Não tão querendo ficar lá. Uma porque é longe, e outra porque tá muito violento lá. Tão roubando muito lá, teve até morte lá já e olha que é um bairro novo (Sandra, pespontadeira, 46 anos, Birigui).

A periferia é violenta. Acaba que os conjuntos habitacionais de periferia se tornam mais violentos, eu acho que está assim. As pessoas falam muito do bairro São José, que lá... Eu acho que o São José era tipo o Jussara antigamente: fica do outro lado da pista [*Rodovia Marechal Rondon*], sem outros bairros perto, então ele é meio isolado, dizem que são os bandidos que mandam lá, então dizem que é assim (Raquel, professora, 55 anos, Araçatuba).

Eu tive notando também que é mais pro lado do São José, entrando por lá, aqueles bairros daquele lado são mais perigosos. O São José tem um monte de gente assim, pobre, e a maioria dos bandidos estão enfiados lá dentro. No meio dos pobres, os bandidos estão infiltrados lá no meio. Não quer dizer que aqueles pobres sejam bandidos, mas os bandidos estão lá e isso muda a rotina do bairro. A gente pode dizer que não são bairros comuns, os bandidos influenciam muito na vida do bairro (Antônio, 57 anos, policial militar aposentado, Araçatuba).

O São José é complicado devido a esse sistema. É como uma comunidade. Então assim, pessoas de fora que chegam lá, eles já te olham diferente. Em determinadas situações você já se sente acuado, porque você vê que as pessoas ficam na curiosidade: o que você tá fazendo ali. O meu marido falou até prá você não procurar ninguém de lá pra entrevistar. Porque lá só tem pessoas pesadas. Então, é um risco, porque a pessoa vai se deparar com um monte de perguntas, vai pensar o que você tá querendo com isso. Eu compreendo porque você precisa, mas e uma pessoa que tem menos conhecimento, já vai suspeitar, “o que ela tá querendo fazer aqui”? “Tá vasculhando o que aqui”? Então, é meio complicado (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

Olha, os mais barra pesada são sem dúvida o São José, o Mão Divina, esses são os mais terríveis, mas tem também o Araçatuba G [*Elias Stefan*], como eles tão falando, o Porto Real, que são bairros que acabaram de entregar as casas e o povo já tem tido problemas, é meio uma zona sem lei lá, aí a bandidagem come solta. Esses são os que eu lembro de mais perigosos (Rogério, garçom, 34 anos, Araçatuba).

Estes depoimentos exemplificam bem a maneira como certos bairros pobres são representados pelos cidadãos, convergindo com as constatações de Feltran (2011) que, ao estudar três bairros da Zona Leste da cidade de São Paulo, conclui que as figurações acerca das periferias são centradas em um estereótipo que combina homogeneidade, incivilidade e violência.

Os bairros citados são vistos como comunidades homogêneas em que as regras de funcionamento interno são definidas pelos bandidos e estão apartadas daquelas estabelecidas pelo restante da sociedade – os cidadãos de bem. Tem-se o entendimento de que todo tipo de violência encontra nestes espaços um campo fértil para se disseminar, tornando-os territórios hostis para “os de fora”, que devem, portanto, evitá-los e

isolá-los, para que sejam minimizados seus potenciais efeitos nocivos, conferindo-lhes um caráter de enclave socioespacial.

Ainda em convergência com as considerações de Feltran (2011) acerca da realidade metropolitana de São Paulo, nossas pesquisas de campo mostraram que estas representações acerca dos bairros pobres não correspondem com a realidade encontrada nestes bairros, que é muito mais complexa e heterogênea do que as estigmatizações nos permitem ver. Os bairros mais pobres estão longe de ser homogêneos – tanto internamente quanto comparativamente – e grande parte de seus moradores não está afastada das esferas sociais legitimadas, como o trabalho, a família, a religião e o Estado, como os estereótipos dominantes querem nos convencer. Em relação à violência, embora reconheçamos a existência de graves problemas, isto está longe de significar que todos os seus moradores vivem sob os ditames dos agentes violentos, compactuando com eles, como demonstraremos mais adiante.

Deste modo, podemos concluir que, apesar de se tratar de realidades socioespaciais distintas, o imaginário das cidades inseguras acaba por aproximar as representações acerca das periferias metropolitanas com as que se referem a determinados bairros pobres de cidades de porte médio, como as estudadas. Por ser um imaginário que se pretende universal, as representações destes diferentes espaços são aproximadas, assim como as práticas tendem a se assemelhar, até mesmo porque muitos dos agentes responsáveis pela difusão deste imaginário são os mesmos tanto nas metrópoles quanto nas demais cidades, embora não possamos esquecer as especificidades de cada contexto socioespacial.

As entrevistas realizadas nos permitem destacar ainda, a forte influência da circulação dos discursos que sustentam este imaginário, por meio das interações cotidianas, na produção das valorações socioespaciais. Isto porque grande parte dos entrevistados nunca foi aos bairros que estigmatizam, admitindo que suas falas estão baseadas no que ouviram dizer, no que o povo fala. Mesmo aqueles que moram em

bairros vizinhos ou que já tiveram algum tipo de experiência nestes bairros apresentam visões muito superficiais do seu cotidiano, justamente porque estabelecem *a priori* as bases em que se dará a apropriação, acionando representações pré-concebidas.

Considerando que as representações acerca dos espaços inseguros, hegemonicamente disseminadas, têm tanta importância na definição das práticas socioespaciais que se estabelecem no cotidiano urbano, torna-se mais importante a constatação de que não é mais possível atualmente buscar apenas explicações locais para a produção das representações acerca de determinado espaço. As significações socioespaciais contemporâneas perpassam escalas, misturando imagens e discursos elaborados inicialmente em contextos distintos, fazendo com que as práticas socioespaciais em diferentes realidades se aproximem, mesmo que seus conteúdos nunca cheguem a ser material e simbolicamente idênticos.

Observado este caráter da influência de diferentes escalas na produção das representações acerca de espaços e segmentos sociais, voltamos para a realidade específica das duas cidades estudadas, para acrescentar outros elementos à discussão.

Observamos que apesar de haver um entendimento de que os bairros pobres em geral são mais violentos, alguns bairros são notadamente mais estigmatizados que outros. Em Birigui, os bairros representados como mais problemáticos são o João Crevelaro, o Quemil, a Vila Bandeirantes e as casas construídas com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida⁹ no bairro Portal da Pérola. Já em Araçatuba, os bairros mais identificados com a insegurança urbana foram o São José, o Mão Divina, o Araçatuba G e o Porto Real, sendo os dois últimos também produzidos pelo Minha Casa Minha Vida. Assim, temos a necessidade de aprofundar nossa compreensão em busca de outros elementos, além da pobreza em si, que expliquem a

⁹ Projeto do Governo Federal destinado a promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias com renda de até R\$ 5.000 – MINISTÉRIO DAS CIDADES, www.cidades.gov.br/index.php/minha-casa-minha-vida, acesso em 20/07/2012.

estigmatização massiva desses bairros especificamente, ao invés de outros também destinados aos setores mais pobres.

Para tentar entender esta incidência de representações negativas em determinados bairros pobres, começamos procurando as características que estes bairros possuem em comum. A primeira delas é a localização periférica – com exceção da Vila Bandeirantes em Birigui que, apesar de no início de sua implantação também ser um bairro periférico, atualmente se encontra completamente integrado ao tecido urbano consolidado. Esta integração, associada com outros aspectos como a prisão ou morte dos antigos traficantes ou a mudança deles para novos bairros, vem resultando num processo de transformação das representações acerca da Vila Bandeirantes, que já foi considerado como o bairro mais violento da cidade, mas que passa a ter a diminuição da criminalidade reconhecida, como podemos observar no depoimento a seguir.

Antigamente era um bairro bem violento. Era bem violento. Agora, tá mais calmo, não tá tão assim mais. Porque agora mudou um pouco a violência pra outros bairros. Antes aqui era muita droga. Agora, aqueles traficantes que dominavam, os velhos morreram, outros tão presos. Então, uns morreram outros tão presos, mas aí vêm os novos. Vem a meninada nova, não para. Não tem como. Mas é gostoso aqui. Até que a tranquilo, as crianças podem sair na rua, não é tão assim mais, porque aqui ficou muito visado e os traficantes acabaram indo pros outros bairros (Sandra, pespontadeira desempregada, 46 anos, Birigui).

A localização periférica no caso dos bairros pobres, lhes conferem uma condição de isolamento – objetivo e simbólico – mesmo se considerarmos que as distâncias a serem percorridas para deixar o bairro e/ou ter acesso a ele são menores nas cidades de porte médio do que nas metrópoles. Este relativo isolamento facilita a disseminação continua das representações estigmatizadoras, sem que os cidadãos tenham um conhecimento empírico da realidade que representam.

A própria percepção de isolamento faz com que as representações de insegurança sejam reforçadas, sustentadas pela ideia de que por estarem afastados espacialmente, estes bairros também estão apartados

dos demais no que se refere aos princípios básicos de civilidade e sociabilidade, como se ali existissem “leis” específicas, compartilhadas apenas pelos seus moradores e perpassadas por ditames relacionados com a violência. Estas representações, associadas com as distâncias espaciais, desestimulam a apropriação destes bairros pelos diferentes segmentos sociais que compõem as cidades, conferindo a eles um caráter de enclave socioespacial.

No entanto, existem outros bairros periféricos também destinados a segmentos de baixa renda que, apesar de comparecem eventualmente nas representações dos entrevistados como inseguros, não são tão massivamente estigmatizados. Nem a localização espacial, nem o conteúdo socioeconômico destes bairros explicam sozinhos suas estigmatizações diferenciadas. Para tentar desvendar este mecanismo representacional recorreremos aos discursos de nossos entrevistados, que evidenciam um aspecto importante: a semelhança na forma com que estes bairros foram criados – essencialmente por ações governamentais na construção de conjuntos habitacionais para os segmentos de baixa renda, resultantes ou não de processos de desfavelização.

Selecionamos alguns trechos de entrevistas em que a fundação destes bairros comparece nas respostas acerca da percepção de insegurança relativa a eles.

Tinha uma favela num bairro que chamava Tozelar. Bem na baixada tinha um pessoal favelado. Aí eles fizeram um loteamento de casas e esse pessoal mudou tudo pra lá pro João Crevelaro. Então as coisas lá nunca foram muito boas. O João Crevelaro é o último bairro de Birigui, então favorece as pessoas a fazerem o que elas querem (Eduardo, técnico em eletrotécnica, 48 anos, Araçatuba).

É o bairro Alvorada, o São José, o Mão Divina, o Umuarama, que são bairros mais periféricos [os *bairros mais inseguros*]. Infelizmente é onde mora o pessoal mais pobre, que acaba morando em favelas... Tem esse Mão Divina que é um local que a prefeitura desfavelou um determinado local, em que a cidade já estava chegando lá, mas construiu umas casas muito pequenininhas. Tipo assim, jogou o povo lá. Então, mudou a favela de lugar. E aí ficou um bairro terrível. Tem pessoas boas que moram lá também, mas elas moram assim, cercadas de maus

elementos, tendo que dividir o mesmo espaço (Eduardo, técnico em eletrotécnica da CPFL, 48 anos, Araçatuba).

Ele [*São José*] é um bairro residencial, começou com um loteamento, depois o governo fez umas casinhas, porque o governo fez um monte de casinhas lá, mas começou como um loteamento. Aí a prefeita na época, era a Dona Germínia, aí ela pegou um pessoal favelado que tinha aí, e construiu umas casinhas depois do São José, no Mão Divina, e colocou esse povo tudo lá. E dentro desses favelados tinham bandidos no meio e aí foram tudo pra lá. Foram lá e aí o São José que já era um povinho meio pobre, meio fraco, aí virou o que virou (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

O São José é um bairro antigo, foi um conjunto habitacional também. Ele é do lado de lá da Rondon. Eu não sei por que esse bairro virou uma coisa assim. Esse bairro aqui [*Nossa Senhora Aparecida*] é um pouco mais antigo do que lá. Quando eles foram fazer aqui, eu acho que eles tentaram focar na renda das pessoas, na renda familiar, onde a pessoa trabalhava, fez-se um tipo de triagem diferente do que se fez no São José. Lá acho que foi uma classe mais baixa que aqui. E também teve um agravante, porque foi época de política, então eles deram tantas casas para tantos vereadores, entendeu? Então não foi feita uma seleção. Não que eles não mereçam, mas usou-se aquele bairro muito mais pra promover vereadores, pra eles poderem se eleger. Então houve muita política ali dentro. Foi ao contrário daqui. Aqui a gente fez a inscrição, foi sorteio, foi a CDHU mesmo que veio, foi no governo do Paulo Maluf, foi a CDHU que cuidou de tudo. Lá não, já entrou prefeitura, já entrou políticos, já entrou vereadores e virou aquilo que virou. Juntou muita gente que não tinha condições e acabou não prestando (Helenice, professora aposentada, 61 anos, Araçatuba).

Eu nem sei o nome dos bairros, mas outro foco de violência na cidade é os que foram feitos pelo Minha Casa Minha Vida. Aquilo lá é uma desgraça. O fino da bandidagem foi pra lá. Tá acontecendo coisas que a gente nem acredita. Porque num bairro antigo, já tem as pessoas, fica mais difícil pros bandidos. Agora num bairro que as pessoas tão indo agora, os bandidos têm mais facilidade de montar as bocas, de botar as regras. Bom, o que começa errado, tem que terminar errado, né? (Teresa, dona de casa, 53 anos, Araçatuba).

É o Bandeirantes, o [*João*] Crevelaro. Antigamente era o Bandeirantes, mas hoje, o Crevelaro se tornou pior, inclusive que o Bandeirantes. [...] Eu acredito assim, tem a Vila Bandeirantes, aí eles tiram a favela dali – e o que gerava o crime no Bandeirantes era a favela – fez essa COHAB que é o Crevelaro e aquelas pessoas foram removidas pra lá. Então a índole das pessoas foi pra lá.

Os que davam problemas ali ficaram alguns, que continuaram a violência, mas a maioria foi pra esse bairro (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

Olha, lá o negócio é feio [*Portal da Pérola*]. Parece que já teve três casos de estupro de criança, tudo lá nas casinhas novas. Foi inaugurado no final do ano, mas já aconteceu bastante coisa lá nas casinhas. É que lá é longe de tudo, então é mais difícil controlar, fica mais fácil pros bandidos mandarem. Também, amontoam aquela gente lá de qualquer jeito, quem eles pensam que vai querer morar lá? Só os mais miseráveis mesmo. As pessoas de bem não aguentam ficar lá não, aí vai sobrar quem? Só as tranqueiras, o pessoal da pesada foi tudo pra lá (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

A partir deste conjunto de depoimentos podemos perceber que aos bairros mais citados como inseguros nas cidades estudadas estão associados conteúdos específicos que no entender dos entrevistados favorecem sua cooptação/dominação pelos agentes violentos. Isto porque ou são bairros para os quais foram transferidos grupos favelados – representados hegemonicamente como altamente perigosos – ou porque são bairros em que há uma concentração de miseráveis – tidos como grupos facilmente arrebanhados e dominados pelos bandidos.

Neste sentido, os moradores destes bairros estigmatizados não são vistos apenas como pobres. São representados como favelados e miseráveis que se sujeitam a viver em condições precárias, amontoados em espaços diminutos nos quais as práticas socioespaciais são definidas sob os marcos da violência. Há o entendimento de que estes bairros são os locais de moradia de todo tipo de pessoas de má índole: traficantes, estupradores, assassinos e ladrões, por exemplo, e que as pessoas verdadeiramente “de bem”, mesmo pobres, não se sujeitariam a morar neles. Assim, comparece novamente a diferenciação representacional entre estes bairros e aqueles que são habitados pelos pobres trabalhadores, que já enfatizamos, baseados em Zaluar (1994). Os bairros mais estigmatizados são considerados pelos entrevistados como estando ainda mais à margem da sociedade, posto que seus moradores são tidos como desinteressados e/ou inaptos para as formas de trabalho tradicionais, o que facilita que eles escolham a

criminalidade como modo de vida, segundo a ideia de responsabilização dos pobres pela pobreza, como mostram os depoimentos selecionados a seguir.

Esse é um bairro [*Calçadista*] bom porque aqui só tem trabalhador. Todo mundo aqui busca os meios de vida honestos, dão o suor pra poder ganhar o pão. Então é pobre, mas só que de gente que trabalha certinho. Já no Crevelaro o negócio é diferente. As pessoas lá já vivem da criminalidade, é só a bandidagem mesmo, porque quem é honesto não vai querer viver no meio deles. Vai trabalhar pra conseguir uma vida melhor. Essa é a diferença que eu vejo. Lá o povo só vive na base da tramóia, do golpe (Tadeu, 33 anos, auxiliar de produção, Birigui).

O São José e o Mão Divina são uma realidade à parte. Esses são bairros extremamente miseráveis. O povo lá é pobre mesmo, sem condições de nada. Então a pobreza influencia nesse aspecto. Nem trabalhar decentemente essa gente consegue, não tem qualificação, não tem estudo, não sabe nada. Então é um círculo vicioso, é no tráfico mesmo que eles vão se virar, porque pra traficar não precisa de diploma (José, 65 anos, motorista aposentado, Araçatuba).

É importante destacar, portanto, a ação histórica do Estado na produção e no reforço de estigmas socioespaciais, visto que tem continuamente produzido espaços para os segmentos de baixa renda com problemas locacionais, com infra-estrutura precária, e com uma infinidade de problemas materiais que acabam por desqualificar simbolicamente seus moradores, acirrando os preconceitos contra eles, como desenvolveremos no capítulo 3. O imaginário das cidades inseguras encontra nestes bairros, que acumulam carências de diferentes tipos, as condições ideais para que eles sejam identificados como os focos onde se gestam e disseminam as distintas violências e condutas que alimentam a insegurança urbana, deixando claro quais são os espaços e segmentos sociais que devem ser evitados e isolados.

Até o momento, apresentamos as representações acerca dos bairros (in)seguros das cidades estudadas em linhas gerais. No entanto, os pontos destacados não são suficientes para compreendermos a complexidade que perpassa esta divisão dos espaços e as práticas dela decorrentes. Existem diferentes fatores relacionados com as trajetórias

de vida dos cidadãos que influenciam em suas representações, como exemplificaremos.

Os trechos de entrevistas apresentados até aqui eram de cidadãos de diferentes contextos socioeconômicos, mas a maior parte de moradores de outros bairros da cidade que não os mais estigmatizados – os “de fora”. A partir de agora, nos aproximaremos mais dos agentes estigmatizados, tentando entender como eles convivem com estes estigmas: reconhecendo-os, negando-os e resignificando-os.

As relações de afetividade com o bairro são centrais na composição das representações daqueles que vivem neles. O tempo de apropriação do bairro – com os entrevistados acompanhando o surgimento e desenvolvimento dele, por exemplo –, as dificuldades na aquisição da casa própria – indicando que a sua inserção no bairro constitui uma conquista familiar –, o estabelecimento de relações de amizade com os demais moradores – fazendo com que o conhecimento gere uma sensação de acolhimento –, entre outros aspectos, influenciam e diferenciam as representações de seus moradores, revelando uma heterogeneidade de posições muito mais significativa do que as simplificações homogeneizantes em que se sustentam as estigmatizações socioespaciais.

Os primeiros trechos de entrevista que selecionamos sobre este aspecto é de um entrevistado que morou por 14 anos no bairro Quemil e há alguns anos se mudou pra um bairro vizinho, mas que ainda se apropria muito do bairro para visitar sua mãe e amigos. O entrevistado reconhece que ele é um bairro diferente, com pessoas mais “agitadas”, que brigam mais que em outros espaços, mas não se refere a seus moradores como bandidos e atribui esta “movimentação” à proximidade com o bairro João Crevelaro – esse sim, reconhecido pelo entrevistado como muito violento.

Minha mãe mora no Quemil, aqui em baixo, que é um bairro bom, ali. Assim, é um pouco mais movimentado que aqui onde eu moro. Então, o povo lá, eles são mais movimentados, brigam mais, lá pra aqueles lados, tem mais confusão, porque fica do lado do João Crevelaro. Mas eu morei ali por 14 anos assim, e ninguém nunca

entrou lá na minha casa pra roubar, essas coisas (Renato, técnico de enfermagem, 30 anos, Birigui).

Quando perguntado sobre a representação de que o Quemil era um bairro muito violento, o entrevistado respondeu que reconhecia que as pessoas achavam isto mesmo do bairro, mas que ele não conseguia enxergar este aspecto, pois começou a morar lá quando o bairro estava no início e que conhece os outros moradores desde pequeno. Assim, o contato cotidiano com o bairro acaba produzindo uma representação específica na qual a presença dos bandidos é matizada, sobretudo neste caso, em que as relações entre as experiências de morar dentro e morar fora do bairro se combinam. O bairro vizinho, que não faz parte do seu universo de apropriação, no entanto, é representado como muito mais perigoso.

As pessoas falam que é violento. Mas eu não sei se é porque quando eu cheguei lá o bairro ainda estava começando e assim, a gente se adapta a tudo... Vamos supor, se você muda pra um lugar, pra uma casa e seus vizinhos dos dois lados são tudo da pá virada, tudo tranqueira, bandido, você acaba se adaptando e se acostumando com eles. Então você acaba não achando diferença neles. Então assim, você sabe que são bandidos, mais aquilo pra você não faz diferença. Você se acostuma com eles e aí a vida continua. [...] A gente olha assim, o bairro do lado, que é pior, o lá do outro lado que é pior. Mas, que nem as pessoas falam da Vila Bandeirantes. Quem mora na Vila Bandeirantes não acha que na Vila Bandeirantes é perigoso. Vila Bandeirantes não é muito violento, é um bairro onde tem mais tráfico de drogas, digamos assim, não tem tanto esse negócio de briga, de assalto, igual aqui no João Crevelaro. Então, acho que tem meio que essa divisão, aquele bairro lá é mais assim, o outro é mais assim... (Renato, técnico de enfermagem, 30 anos, Birigui).

As falas do entrevistado indicam também que o tráfico de drogas é considerado como uma prática menos violenta que outras, contando que um determinado traficante do bairro eventualmente ajuda outros moradores em seus problemas cotidianos.

Ali no Quemil, tem os lugares que todo mundo sabe. Tem um cara lá que ele é da época que a gente mudou pra lá. A gente mudou pra lá em 97, 96, não 97 mesmo. Então assim, tinha a nossa casa e outra só lá longe, não tinha aquele monte de casa perto. Era um bairro novo. Então,

esse povo já morava lá. Foi mais ou menos na época em que a gente mudou pra lá. Ele só, ele trabalha com isso. Então assim, lá ele vende droga. Teve uma vez que, como meu irmão conhece, ele conhece muito meu pai, porque como na época que a gente mudou não tinha muitos vizinhos perto, às vezes tinha que falar alguma coisa, a gente sempre... Então a gente já conhece, tem amizade, independe assim, que ele vende droga lá. É uma pessoa assim muito boa, a esposa dele. Se você precisou dele, ele tá ali. Se ficar doente, “oh fulano, você pode me levar lá?”, ele leva, então não tem tempo ruim com ele (Renato, técnico de enfermagem, 30 anos, Birigui).

A afetividade com o bairro atuando na minimização dos estigmas de violência também comparece no depoimento de Maria que reconhece a ocorrência de alguns atos violentos no bairro, mas que mesmo assim gosta de viver ali, frisando que na sua casa ninguém mexeu.

Ah, de vez em quando acontecem umas notícias bárbaras aí.

[*Que tipo de coisa?*]

Esses dias aqui o padrasto e a mãe estupraram a menina, três aninhos parece que ela tinha. Até acho que a menina acabou morrendo. Foi a mãe mesmo e o padrasto, eles estão presos. Foi lá pra cima. De vez em quando saí o comentário que matou um, de vez em quando saí uma notícia assim. Só que eu gosto de morar aqui. Eu gosto. Na minha casa nunca mexeram não. Graças a Deus, a gente já chegou a sair e deixar a porta da cozinha aberta, a hora que voltamos: “Meus Deus, entraram na minha casa”, mas fui eu que tinha deixado aberta. Mas eu gosto. De vez em quando passa alguém brigando, alguém batendo em alguém lá na frente, mas eu gosto daqui. Aqui nunca mexeram, já entrou tanto malandro, sempre vieram aqui, conversou com os meus meninos, até já entraram aqui em casa, mas nunca pegaram nada não. Então eu gosto daqui, apesar de tudo que de vez em quando acontece, mas aqui nessa parte as coisas são mais tranqüilas (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

Nesta fala podemos identificar o processo destacado por Zaluar (1994) em relação ao reconhecimento da estigmatização: os estigmas veiculados sobre o bairro como um todo – antros de marginais, maconheiros, bandidos e assaltantes – pertencem aos outros “pedaços”, não ao “pedaço” de quem fala. Segundo a autora, na área do morador que está falando, sempre predominam os trabalhadores pacatos e os bandidos dali “são gente”, não se metem com os trabalhadores,

defendem a área, respeitam. Maria expressa este entendimento quando cita o fato de que muitos malandros já foram à sua casa, mas nunca pegaram nada dela e que a parte em que mora é mais tranquila.

Na fala de outra entrevistada que mora há duas ruas do bairro Vila Bandeirantes, no qual relata possuir muitas amizades, podemos perceber que ela representa o bairro como muito tranquilo para as pessoas que moram ali, por causa da presença dos traficantes que impede que os moradores do próprio bairro sejam roubados. A entrevistada afirma também, que na dinâmica do bairro é comum acontecerem brigas, facadas, mas que isso não causa estranheza nos moradores, já familiarizados com estes acontecimentos.

A maioria das pessoas já vai lá atrás da droga. Porque você não vai lá fazer mais nada. Lá só tem barzinho, terreno baldio, as casas sem portão, qualquer um pode chegar entrando, as pessoas deixam até roupa no varal, as casas abertas. Não é que nem aqui, que quando a gente sai tem que fechar tudo, né? Mas lá é tudo aberto, ninguém rouba ninguém. É tipo uma comunidade.

[Então você acha que pra quem mora lá é tranquilo?]

Nossa, é muito tranquilo. O tráfico meio que conforta as pessoas, porque não pode roubar. Mas mesmo assim às vezes ainda roubam. Mas é difícil acontecer. Sai sempre algumas brigas, umas facadas, é assim, mas isso já é normal. A gente nem estranha mais (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

No entanto, a realidade se mostra muito mais complexa do que a simples constatação de que os moradores de bairros em que existe o tráfico de drogas ou outros tipos de violência aceitam ou são coniventes com os agentes violentos ou que a violência do bairro é amenizada pela familiaridade. Existem diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os moradores e os agentes violentos, desde a convivência harmoniosa, passando pelo respeito para não criar problemas, mas também relações de medo e desaprovação.

O depoimento do próximo entrevistado é rico em significações, pois é feito por um policial militar aposentado que morou num conjunto habitacional popular por 20 anos, ao lado de um ponto de tráfico de drogas (apesar de não ser massivamente estigmatizado, o bairro Nossa

Senhora Aparecida compareceu em algumas entrevistas como um bairro inseguro). No primeiro trecho selecionado o entrevistado relata que a parte do bairro em que morou era segura – quanto a não ocorrência de roubos –, apesar do tráfico de drogas, que, no entanto, gerava outros perigos, principalmente para seus filhos. É interessante que o entrevistado cite sua preocupação de acontecer algo com seus filhos não pela presença dos bandidos em si, mas pelo perigo de que a polícia – seus colegas de profissão – entrasse no bairro e trocasse tiros com os bandidos. O entrevistado relata ainda que sua posição era muito incômoda no bairro, porque ele tinha contato com os bandidos diariamente, sabia que eles eram bandidos, mas não podia prendê-los.

Lá você podia dormir com as portas abertas. Tinha tráfico de drogas na minha rua, era gente dia e noite comprando, mas você podia dormir com as portas abertas. Ninguém mexia em nada. [...] Mas não era muito sossegado não. Porque tinham os bandidos que iam comprar drogas lá, passavam na frente do portão toda hora, então a gente ficava preocupado com os filhos da gente brincando na rua e aqueles bandidos passando de lá pra cá. Uma hora podia acontecer de um bandido estar entrando ou saindo – eles não mexiam com a gente – mas podia entrar uma viatura e trocar tiro. E nessa troca de tiros podia acertar um filho da gente. Então, a gente tinha essa preocupação. Porque bandido lá era direto, passando de lá pra cá. E chegou vezes de acontecer tiroteio lá no fundo. E chegou vezes também que um colega meu, sargento, prendeu um bandido quase em frente da minha casa, armado. Parou a viatura, abordou o cara e ele tava armado. Então essas coisas preocupavam. Tinha a preocupação, a gente tinha contato com os bandidos, eles passavam e me cumprimentavam, fazer o que, eu não podia prender, né? Respeitavam, eles não mexiam com a gente, mas a gente tava em contato direto com eles todo o dia. Era complicado, eu não gostava não (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

No próximo trecho selecionado, o entrevistado ressalta a preocupação que morar num bairro pobre em proximidade com os bandidos gera, em relação às más companhias que seus filhos podem ter. Com uma compreensão um tanto determinista, o entrevistado reforça o entendimento de que a pobreza e a violência estão intimamente ligadas, mesmo tendo morado em um bairro pobre. Outro

aspecto revelado é o entendimento de que o respeito e as regras básicas de sociabilidade são necessários para o bom convívio entre as diferenças no bairro, mas ressalta que existem limites que não podem ser transpostos – seus filhos não podiam ser amigos e andar juntos com os bandidos, devido ao risco de se tornarem bandidos também.

Se você for fazer uma estatística, comparando as pessoas da classe média e as pessoas da classe pobre, você vai ver que a pobreza, se você for comparar, você vai ver que tem mais gente pobre se envolvendo com crime do que gente rica. Mas talvez, seja porque os bandidos, as pessoas fora da lei, moram nos bairros pobres. Então é por isso aí, talvez tenha uma facilidade pros pobres se envolverem mais. Se os bandidos morassem no meio da classe rica, com certeza os ricos seriam mais envolvidos. Porque eu acho que a convivência das pessoas é que faz a pessoa partir para o lado errado. Então, se você tem um amigo bandido, um amigo que usa droga e você anda com ele, pra você aprender a assaltar e a usar droga é um pulinho. Então eu sempre preservei essa coisa. Eu sempre fui pobre, morei em bairro pobre, mas eu falava pros meus filhos “os amigos de vocês é o que vai dizer o que vocês vão ser no futuro. Se vocês tiverem amigos bandidos, amigos que usam droga, vocês vão usar drogas, vão ser bandidos. Se tiver amigos que não usam drogas, pobres, mas bons, vocês vão ser bons”. Então a gente sempre ficou preocupado em escolher os amigos dos filhos. Escolher assim, entre aspas, falando assim “oh, fulano você não anda com ele, ele é perigoso, ele usa droga, ele assalta. Aquele outro você pode andar”. Então você começa a escolher os amigos dos filhos. Quando os filhos da gente queriam sair pro lado errado com um amiguinho que era meio... que eles não sabiam que era meio perigoso, a gente fala “oh, abandona aquele cara lá. Você perto dele fala oi, bom dia, boa tarde, mas não anda junto mais”. Porque a convivência é um problema. O negócio é não conviver com essas pessoas. Pode até morar vizinho, mas não conviver junto, não passeia junto, não vai em baile junto, não sai junto. Pode até conhecer, cumprimentar. Nós convivemos um tempão com os bandidos lá no fundo do beco lá, era tudo conhecido da gente – bom dia, boa tarde, tá bom, fulano? – mas ele lá e nós cá. Nós falávamos pros nossos filhos “oh, nunca anda com esse povo”. Então, essa convivência assim de bom dia, boa tarde tem que ter sim, você mora do lado um do outro. Você não pode falar “você é bandido, vou te colocar o revólver na boca”, você não pode. Tem que viver harmonicamente, mas não misturar com eles. Porque se você deixar seus filhos ou você se misturar com eles, você vai se lambuzar igual eles, e vai

virar igual eles, entendeu? (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

Sem perder de vista a posição profissional particular desse entrevistado, como policial militar, podemos observar que nem sempre o convívio com o tráfico de drogas nos bairros pobres é tranquilo. As pessoas aprendem a conviver com ele, mas procuram mecanismos para que as ações criminosas não atinjam suas vidas, estabelecendo limites para as relações de sociabilidade que, olhadas de fora, poderiam indicar uma convivência.

Outro aspecto importante para a identificação da insegurança no bairro estigmatizado em que moram, diz respeito à sobreposição de problemas materiais e simbólicos no cotidiano urbano, que acabam por colocar as questões de violência em segundo plano. Os trechos de entrevista selecionados a seguir são de uma entrevistada que vive desde criança no bairro Quemil – bairro pobre e estigmatizado hegemonicamente de Birigui – e que depois que se casou, também escolheu o bairro pra morar.

Quando chove, a rua que não é asfaltada é um terror, quando não chove, é poeira. É longe de tudo, porque até chegar do outro lado é complicado. Então, eu gosto daqui porque eu consegui comprar a minha casa por um preço mais em conta. Eu gosto da minha casa, mas em geral eu acho longe. Em dia de chuva você não consegue passar, você tem que dar a volta [*Se refere a uma rua não asfaltada que faz a ligação do bairro com os acessos a outras partes da cidade*]. Mas, tá meio esquecido o Quemil aqui. Tá meio complicado. A saúde, aqui não tem nada de saúde. Aqui não tem postinho, eles atendem na igreja ali, na igreja católica. Eu nunca vi um médico atender dentro da igreja católica. É complicado. Tem tanto prédio vazio do governo aqui, a gente queria que eles fizessem um postinho pra gente aqui, um centro de saúde. Porque no Crevelaro tem, mas é uma vida pra atender a gente. Às vezes a gente sai daqui pra ir lá no Tijuca, porque lá eles atendem a gente até mais rápido e melhor. Eu mesma faço isso, porque aqui é péssimo, péssimo. Saúde aqui não tem nada. Saúde e limpeza. A limpeza aqui também é péssima, porque o que tem de dengue, de doença do cachorro, leishmaniose, aqui tem vários casos. O povo não liga, é lixão pra todo lado mesmo, o povo não incomoda pra limpar. Dez limpam, vinte não limpam. Então aqui eu acho péssimo. Nosso bairro nessa parte é péssimo.

[Então você considera que essas coisas incomodam mais no bairro do que a violência]

Ah, a saúde incomoda mais. A violência também, mas a saúde é mais. A saúde, a limpeza, as ruas pra gente. Igual lá pra cima ainda tá mais ou menos e nós aqui em baixo? A violência é mais pra quem se envolve. Normalmente você escuta falar “fulano matou cicrano”, mas porque ele tava envolvido com alguma coisa. Quem não mexe com esse povo dá pra ficar um pouco tranquilo ainda. Raramente você ouve falar que alguém entrou na sua casa, fez aquilo. É mais com quem tá envolvido. Agora a situação do bairro em si é mais importante que a violência (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Por todos estes problemas relatados, a entrevistada não demonstra nenhuma afetividade pelo bairro, destacando que só gosta mesmo de sua casa, que conseguiu comprar por um preço mais barato, devido a sua localização. Mesmo dizendo não gostar do bairro, não o considera um bairro violento como a maioria das pessoas, acreditando que o perigo que o bairro oferece se limita apenas àqueles que se envolvem com os bandidos. Ao ser perguntada acerca dos pontos positivos do bairro, a entrevistada responde:

Só a minha casa. Minha casa que eu consegui comprar barato e eu gosto dali, mas o bairro em geral... Olha, eu cresci aqui, mas eu não gosto daqui não. Se eu não tivesse achado um bom negócio e ficasse perto da minha mãe, eu não ia querer morar aqui não. O povo daqui, não sei, não gosto não.

[Mas você não moraria aqui por causa da violência?]

Não, não é nem por isso, que eu nem acho que aqui seja tão perigoso como as pessoas falam, mas aqui não é um bairro muito bom não. Eu nem gosto de falar que eu moro aqui não. Parece que as pessoas já vão achar que você é igual os bandidos que moram aqui, porque eles julgam todo mundo igual. Eu tenho um pouco de vergonha. Às vezes eu nem falo, falo que moro no Simões, que é um bairro mais bem visto (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Percebemos assim, o reconhecimento dos estigmas de que trata Saraví (2008). Daniele diz que tem vergonha de dizer para outras pessoas que mora no bairro, pelo receio de que eles a identifiquem com os bandidos dali, considerando que as pessoas que não conhecem a realidade do bairro acreditam que todos os seus moradores são iguais, ou seja, bandidos.

A mãe de Daniele, Maria, também mostra o reconhecimento do estigma socioespacial de seu bairro, revelando uma influência prática desse estigma no seu cotidiano: não consegue vender sua casa.

Pra você vender uma casa aqui mesmo não é fácil não. Porque toda vez que você oferece, quem já conhece fala “eu não quero porque aquele bairro lá é perigoso, o bairro lá é violento, não sei o que”. Então é difícil. Pra você vender um imóvel aqui não é fácil não. [...] O bairro mais criticado mesmo, que o povo assim, às vezes você quer oferecer alguma coisa, o povo fala “ah, não quero”, ou às vezes você tá conversando eles perguntam: “onde você mora?” a gente responde: “eu moro no Quemil” aí eles já gritam “Deus me livre, aquele bairro ali Deus me livre, eu que não quero morar ali, não compro nada ali”. Então é um dos bairros que o povo mais critica, junto com o Crevelaro.

[E você concorda com o que o povo fala?]

Bom, a coisa aqui não é boa não, mas o povo exagera um pouco. A gente aprende a viver aqui. Com o tempo essas coisas incomodam menos. Mas ninguém quer largar qualquer bairro da cidade pra vir morar aqui, por causa da fama que aqui tem. Então, o bairro não vai pra frente, porque ninguém quer morar aqui, só sabem criticar. E também ninguém tá se importando com o povão daqui não. Mas as coisas aqui são complicadas mesmo. A droga domina muito. Mas o Crevelaro é pior. Nossa, o Crevelaro ali, na parte de drogas, meu Deus. Mataram dois lá na semana passada por causa de rolo de droga. Dois na mesma semana. Então eu acho que lá é pior. Aqui também é perigoso, mas parece que é mais controlado (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

A entrevistada comenta que ninguém quer trocar outro bairro da cidade para morar no Quemil, por causa da má fama do bairro, o que contribui para que o bairro não se desenvolva. Mesmo reconhecendo que o tráfico de drogas é um problema, acredita que as pessoas exageram quando falam do que acontece no bairro, acrescentando no final que o bairro vizinho é muito pior.

Os estigmatizados nem sempre aceitam passivamente os rótulos desqualificadores que lhes são associados, realizam diferentes estratégias de contestação e resignificação deles. Nesse sentido, apresentamos o depoimento de outra entrevistada que reconhece o estigma de viver em um bairro tido como violento, mora no bairro João Crevelaro – que figura como o pior bairro de Birigui. Além de reconhecer o estigma, relata que em algumas situações o utiliza em seu favor, se

aproveitando da má fama do bairro para “impor respeito”, não tendo vergonha de dizer que mora no bairro, mesmo reconhecendo que isso lhe fecha portas. Apesar do grau de generalização da comparação que estabelece para situar a situação de seu bairro, citando o Rio de Janeiro, suas experiências possibilitam que Jaqueline adote uma postura crítica que pode ser relacionada à sua capacidade de utilizar em seu favor o estigma que lhe associam, mesmo que de forma limitada.

Você falar que mora no Crevelaro é a morte. A pessoa já acha que você vai tirar o revólver da bolsa e roubar ela. Depois que vai te conhecendo a pessoa vai relaxando. Aí ela fala: nossa, mas como é que você mora lá no Crevelaro, você não tem medo? Eu não sei o que as pessoas pensam. É a mesma coisa que acontece com o Rio de Janeiro. Se você só fica escutando as notícias das favelas e tal, você não acredita que as pessoas possam morar ali. Mas se fosse tudo isso mesmo, você acha que aqueles artistas tudo da Globo, iam morar lá? Já tinham tudo mudado. Mas o povo gosta de falar mesmo. Não que aqui seja tranquilo, que não é muito tranquilo, mas que lugar que é tranquilo hoje? Aqui é normal. [...] Eu não tenho vergonha de falar que eu moro aqui não. Tem gente que dá outro endereço no trabalho, com medo do patrão não dar emprego. Eu não gosto de mentir não. Eu até já usei a fama do bairro umas duas vezes. [*rindo*] Ah, quando eu não era casada a gente saía pras baladinhas, vira e mexe tinha alguma briga, alguém querendo brigar, eu já falava logo: pode vir pra cima que eu sou lá do Crevelaro, já tô acostumada. Ou então: faz alguma coisa comigo que eu chamo meus parceiros lá do Crevelaro. Então, o medo que as pessoas têm do Crevelaro às vezes até ajuda a gente a impor respeito. Mas na maioria das vezes mais atrapalha mesmo, fecha algumas portas (Jaqueline, atendente de loja, 30 anos, Birigui).

No intuito de mostrar a heterogeneidade de representações apresentadas pelos moradores dos bairros estigmatizados acerca de seus próprios espaços, evidenciamos até o momento, diferentes posicionamentos: cidadãos que por causa da familiaridade com o bairro não o consideram violento, chegando a conviver proximamente com os traficantes, por exemplo; aqueles que reconhecem a violência do bairro, mas que convivem com os agentes violentos de forma limitada, estabelecendo limites; entrevistados que se preocupam com a insegurança de seus bairros e aqueles que consideram que a violência é

secundária diante de outros problemas tidos como mais graves; pessoas que reconhecem os estigmas socioespaciais associados aos seus bairros e que os negam, considerando-os exagero; e aqueles que os reconhecem, os negam, mas se apropriam deles. Para finalizar essa exposição, apresentamos o depoimento de um entrevistado que reconhece os estigmas relativos a seu bairro e ratifica seus conteúdos.

O entrevistado se mudou recentemente para o bairro Portal da Pérola em Birigui e se diz arrependido de ter comprado uma casa lá. Segundo sua opinião, o imóvel já teve seu preço desvalorizado após a construção das casas do programa Minha Casa Minha Vida.

Se eu soubesse direito o que ia acontecer, não compraria mais uma casa aqui não. Eu tentaria comprar uma em um lugar melhor, mesmo que fosse um pouco mais caro. Porque eu investi meu dinheiro aqui e depois das casinhas, o bairro desvalorizou. Eu fui inocente. [...] Acho que piorou a situação do bairro, ficou uma situação muito difícil, por causa do tipo de pessoas dali. Diz que o tráfico já tá estabelecido, já teve estupro, tem muito roubo. Então, ficou muito perigoso aqui. A gente tem que tomar muito cuidado. Aqui já tá sendo considerado um dos lugares mais violentos da cidade – o inferninho –, por causa das coisas que têm acontecido. Se eu pudesse eu já me mudava pra outro lugar, escolheria um menos perigoso, porque aqui tá demais (Davi, repositor de mercadorias, 29 anos, Birigui).

Percebemos que o entrevistado associa a piora do bairro em relação à violência com a construção das casas do programa Minha Casa Minha Vida, seguindo as representações gerais, como se antes de sua implantação, o bairro não tivesse problemas. É difícil acreditar que com menos de um ano da entrega das casas, seu moradores tenham conseguido alterar desta maneira tão drástica as características objetivas do bairro, embora tenhamos constatado a força das transformações subjetivas em relação a estes espaços, que já são estigmatizados praticamente antes da inauguração, como discutiremos no capítulo 3. Frente a constatação de que o bairro está sendo representado como um dos mais perigosos da cidade, representação com a qual o entrevistado concorda, demonstra o desejo de se mudar para outro lugar mais seguro.

Podemos concluir assim, que o imaginário das cidades inseguras aciona um processo de divisão e hierarquização socioespacial constante, que faz com que no cotidiano urbano, os espaços de moradia de uns sejam os espaços a serem evitados e isolados por outros. O que é seguro e inseguro nas cidades depende muito das posições socioespaciais dos cidadãos e de suas trajetórias de vida, que influenciam em suas relações com seus espaços de apropriação e os demais espaços da cidade, bem como nas representações acerca deles.

Reconhecemos que não esgotamos as possibilidades de análise dos múltiplos conteúdos do imaginário das cidades inseguras, mas consideramos que construímos bases consistentes para o desenvolvimento das reflexões que virão nos próximos capítulos. Passamos então ao capítulo 2, no qual analisaremos as diferentes práticas socioespaciais para se buscar segurança nas cidades contemporâneas, considerando os resultados materiais e simbólicos decorrentes delas, que transformam a sociabilidade e os espaços urbanos.



**CAPÍTULO 2 – OS CIDADINOS INSEGUROS E AS PRÁTICAS EM
BUSCA DE SEGURANÇA: MERCADO, ESTADO E “CRIME”**



Foto V – Araçatuba. Muro em bairro pobre com mecanismo de segurança – arame farpado. 2011

Foto VI – Araçatuba. Muro em bairro de elite com mecanismo de segurança – cerca elétrica. 2012

Fonte: Trabalho de Campo

CAPÍTULO 2 – OS CIDADINOS INSEGUROS E AS PRÁTICAS EM BUSCA DE SEGURANÇA: MERCADO, ESTADO E “CRIME”

No capítulo anterior constatamos que a identificação da insegurança como conteúdo intrínseco da vida nas cidades, inclusive das não metropolitanas, é resultado da ação conjunta de diferentes agentes na produção e disseminação do imaginário das cidades inseguras. Mesmo sem que a situação concreta de violência tenha aumentado efetivamente em todos os contextos socioespaciais, este imaginário tende a homogeneizar a percepção de insegurança no cotidiano de cidadãos de diferentes segmentos sociais. A sociabilidade urbana e a apropriação dos espaços passam a ser definidas a partir de clivagens que dividem continuamente os cidadãos em agressores e vítimas e os espaços em seguros e inseguros. O conteúdo central que ancora estas divisões é a estigmatização socioespacial da pobreza, juntamente com a produção estigmatizada do “Outro” – aquele a ser temido e evitado – que além dos pobres, nos casos estudados, reúne os migrantes, principalmente os nordestinos cortadores de cana e os (ex)presidiários e suas famílias.

Como acontece com todo imaginário, as determinações e decorrências do imaginário das cidades inseguras não se restringem apenas ao plano subjetivo, visto que ao mesmo tempo em que é produzido a partir de aspectos abstratos e concretos, pauta simultaneamente as representações e ações acerca dos espaços urbanos. Mais correto que tentar identificar a primazia de uma dimensão da realidade sobre a outra – se é a materialidade que possibilita a existência dos imaginários ou se é a subjetividade que permite o entendimento do mundo concreto – é considerar a imbricação e a influência mútua que lhes são inerentes. É nestes termos que trataremos neste capítulo das práticas socioespaciais dos cidadãos em busca de segurança, que concomitantemente sustentam e são sustentadas por este imaginário.

Considerando então que a insegurança não é um conteúdo secundário ou acidental na contemporaneidade, mas parte integrante fundamental para sua reprodução material e subjetiva, entendemos que as práticas socioespaciais para proporcionar a segurança nas cidades podem se dar em três esferas dialéticamente opostas e complementares: privada, estatal e criminal. A busca individualizada por segurança a partir do mercado crescente de equipamentos, serviços e espaços não diminui a importância do Estado como regulador de certos conflitos, como enfatizam Garland (1999) e Wacquant (2012). Em convergência com a formulação de Oliveira (1999) acerca da falsa desnecessidade do Estado no contexto neoliberal, Garland (1999) enfatiza que na verdade, o Estado não é ineficaz em lidar com a insegurança. Por um lado, o problema é que o que se espera dele é uma atuação limitada, o que significa que ao invés de um enfraquecimento do Estado, temos seu fortalecimento, só que em áreas específicas – no caso da insegurança urbana, na repressão e punição, enquanto a prevenção fica a cargo dos próprios cidadãos.

Por outro, as ações estatais repressivas e punitivas cada vez mais truculentas, sobretudo em relação aos segmentos mais pobres, são acompanhadas pelo estabelecimento de instâncias de justiça paralelas que agem, não como negação da relevância do Estado de direito ou da legalidade oficial (FELTRAN, 2010), mas como opção complementar que pode ser acionada em determinadas circunstâncias. É o caso da legitimidade e da autoridade que os “debates” realizados pelo PCC adquiriram nas periferias de São Paulo, como aborda Feltran (2010, 2012), por exemplo. Mesmo não tendo sido um objeto central nas preocupações analíticas que basearam esta pesquisa, encontramos diferentes indícios que revelam que nos contextos urbano não metropolitanos o papel dos traficantes, essencialmente do PCC, como mediadores de conflitos também vem sendo legitimado e reconhecido como uma possibilidade, principalmente nos bairros pobres, mas também para algumas pessoas dos segmentos médios, como mostraram nossas entrevistas. Identificamos assim, o papel do que denominamos

genericamente como “crime” na gestão de alguns aspectos ligados à segurança urbana.

Antes de tratarmos especificamente das características das práticas relativas à segurança em cada uma destas esferas, abordaremos as mudanças no cotidiano urbano tanto no que se refere aos espaços privados quanto públicos. A percepção de uma insegurança generalizada, mesmo com os esforços de localização e fixação dos seus agentes principais, faz com que as suspeitas e os evitamentos se ampliem e passem a comandar as rotinas diárias, alterando as bases das identificações e relações de sociabilidade, bem como as formas de apropriação das diferentes parcelas das cidades. Em contraposição com as representações das cidades do passado, em que era possível ficar na rua até tarde, as crianças brincarem na rua sem supervisão dos adultos e a circulação podia ser feita mais livremente, as cidades contemporâneas são cada vez mais marcadas pelo retraimento da apropriação dos espaços públicos, em favor das experiências desenvolvidas em diferentes tipos de enclaves urbanos, e pelo evitamento em relação a certos bairros e segmentos sociais, como verificamos em nossas entrevistas.

2.1. Os cidadãos inseguros e as práticas cotidianas fragmentadas

O que permite que a vida urbana não seja paralisada diante da atmosfera generalizada de insegurança são os mecanismos empregados pelos cidadãos para aumentar sua percepção de controle sobre sua própria segurança. Escolhas como deixar de sair de casa a noite e selecionar mais rigorosamente os espaços de apropriação são exemplos de tentativas de estabelecer limites temporais e espaciais para a insegurança, para que as atividades cotidianas possam ocorrer de forma segura nos seus interstícios. Qualquer desvio a estes controles é considerado como extremamente perigoso e desaconselhável. Constatamos assim, um retraimento das experiências urbanas, nas

quais os vínculos sociais e espaciais se realizam cada vez mais pontualmente.

Iniciamos este item apresentando um rol variado de experiências urbanas individuais – mas sempre influenciadas socialmente – relatadas por nossos entrevistados no que se refere ao processo de gestão da insegurança, tratado por Kessler (2009). Em diferentes situações cotidianas os cidadãos adotam medidas para se resguardar, tentando diminuir os riscos de ser vitimados por algum tipo de ato considerado violento. Na fala de Helenice ficam evidenciados os cuidados que toma ao sair de casa para que nada lhe aconteça, principalmente em relação a como carregar sua bolsa e como proceder quando vai ao banco ou sai de casa com dinheiro – afinal, ela vê na televisão tanta coisa que acontece.

Eu sou uma pessoa que ando prevenida. Eu não uso bolsa a tiracolo, eu levo uma bolsinha pequena que eu penduro no pescoço e deixo aqui na minha frente. Então eu tomo cuidado. Quando vou ao banco ou sair com dinheiro, eu já tenho certos cuidados comigo mesma. Presto atenção nas pessoas ao meu redor. Porque a gente vê na televisão, tanta coisa que acontece, então eu já vou prevenida, pra que não me aconteça. Eu não dou chance pra que aconteça. Pode ser que um dia aconteça, mas eu tomo todas as precauções. Então eu fico tranquila, sossegada, porque eu já vou prevenida (Helenice, professora aposentada, 61 anos, Araçatuba).

Em outro depoimento observamos a influência das interações pessoais na definição das práticas urbanas defensivas. Simone relata que o marido sempre pede para que ela fique atenta, evite sair sozinha e selecione seus horários. Podemos perceber assim, um exemplo de como os próprios cidadãos atuam na produção do imaginário das cidades inseguras, sempre tentando convencer os incautos de que os tempos mudaram e que a insegurança não pode ser desprezada.

No princípio, quando eu me mudei pra cá [*vinda de uma cidade menor*], meu marido me protegia muito. Sempre era assim: “não pode passar de tal hora, tem que estar em casa, não pode ir sozinha”. Ele tem disso até hoje. Por exemplo, quando eu tenho que fazer alguma coisa no centro, ele que fica falando: “cuidado, não para o carro em qualquer lugar, deixa no estacionamento”. Sempre me

pede pra tomar estas precauções, pra eu ficar atenta (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

Diante destas tentativas constantes de convencimento, podemos perceber a internalização e naturalização das condutas preventivas consideradas como adequadas para um cotidiano urbano seguro. Simone diz adotar as precauções que todo mundo recomenda, como tomar cuidado com a bolsa e sempre prestar atenção em algum movimento estranho ou em alguém que possivelmente esteja te seguindo – ratificando a ideia da constância das suspeitas –, além de ressaltar a importância de tomar cuidados em relação a onde ir e quando ir, evitando os bairros de baixada considerados como perigosos, por exemplo – compartilhando o entendimento da necessidade das seletividades espaciais e temporais.

Os cuidados que eu tomo são os que todo mundo orienta: tomar cuidado com a bolsa, não ficar marcando na forma de você andar, segurar sempre num lugar que fica visível pra você e os cuidados básicos mesmo, sempre estar observando além, se tem um movimento estranho, se tem alguém te seguindo, se de repente tem uma pessoa esperando você passar, esses tipos de cuidado. Você tem que tomar cuidado também com os lugares em que você vai e nos horários que vai. Por exemplo, eu não vou às 10 horas da noite lá no Rosele, no São José, então você age dependendo do local. Onde eu moro é um bairro tranquilo, mas se eu tiver que ir em algum lugar eu até vou. É lógico que eu também não vou nos bairros de baixada, porque aí é perigoso, tem que tomar cuidado onde a gente vai (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

A influência da insegurança na definição das práticas cotidianas ocorre em diferentes situações: nos momentos de lazer, para sair ou entrar em casa, nas maneiras de circular pela cidade, na forma de se lidar com o dinheiro, como podemos observar nos depoimentos selecionados abaixo.

Eu me cuido, principalmente de noite. Quando eu saio tem que ter cuidado redobrado. Por exemplo, antes de abrir o portão e sair, você tem que olhar pra ver se não tem ninguém suspeito do lado de fora. A mesma coisa na hora de entrar em casa, tem que ver se tá tudo bem, se tiver alguma coisa suspeita é melhor dar uma volta no quarteirão e esperar a pessoa ir embora (Marcos, escriturário, 39 anos, Birigui).

A gente não chega a parar de sair, de ir pra balada, de conhecer pessoas. Mas não dá pra confiar em qualquer um, sair do barzinho com qualquer um, aceitar bebida de qualquer um. Você sai com seus amigos e acaba se relacionando só com eles ou com os conhecidos deles. Acabou aquela coisa de você poder acreditar que as pessoas são aquilo que elas dizem que são (Joana, cabeleireira, 26 anos, Araçatuba).

Uma coisa que eu não ligava e agora eu não faço mais é tirar uma quantia alta de dinheiro do banco. Quando eu tenho que pagar alguma coisa eu tento fazer uma transferência, se não der, eu uso cheque, cartão. No dia-a-dia eu evito andar com muito dinheiro, só levo um tanto pra pagar as coisas mais pequenas. O meu celular tem um aplicativo com rastreador, então se levarem dá pra recuperar, o meu carro tem seguro. Então se me roubarem, o prejuízo não vai ser grande (Eduardo, técnico em eletrotécnica, 48 anos, Araçatuba).

Eu acho que andar de carro te ajuda a não ficar exposto. Não que vai te proteger, mas dificulta deles te abordarem. É mais fácil de você fugir. Se você anda a pé, você acaba ficando vulnerável. O melhor mesmo era ter um carro blindado. Aí a gente ia poder circular tranquilo, sair de casa mais tranquilo (José, motorista aposentado, 65 anos, Birigui).

As restrições na sociabilidade, o desgaste na confiança interpessoal e as limitações na apropriação e na circulação dos cidadãos podem ser entendidos a partir da relação entre liberdade e segurança tratada por Bauman (2003). Estes dois aspectos igualmente essenciais e urgentes são difíceis de conciliar sem atrito, visto que a promoção da segurança exige o sacrifício da liberdade, enquanto que esta só pode ser ampliada em detrimento da segurança. Deste modo, as preocupações crescentes com a insegurança tornam aceitável e justificável que as pessoas abram mão de suas liberdades individuais.

Nos próximos dois depoimentos selecionados, de Helenice e Maria, ressaltamos as transformações nas representações e práticas acerca do cotidiano urbano em seus bairros. As representações do bairro tranquilo, em que as crianças podiam brincar sozinhas até tarde e que as portas e janelas podiam ficar abertas são substituídas pelos discursos de insegurança, que trazem a necessidade de diferentes controles como um conteúdo imprescindível à vida nas cidades. Helenice enfatiza que as violências que existiam no passado não são as

mesmas que predominam atualmente. Mesmo tendo relatado em outro momento da entrevista que foi vizinha de um traficante de drogas desde os primeiros momentos em que começou a residir no bairro [*Conjunto Habitacional Nossa Senhora Aparecida em Araçatuba*], a entrevistada ressalta que as crianças brincavam juntas na rua e que eles podiam ficar à vontade pois não existia esta preocupação com a violência. Em contraposição, no período atual, mesmo tendo afirmado e reafirmado que considera seu bairro um espaço seguro – “Nossa, aqui é muito bom, eu não me sinto insegura não. Aqui a gente cuida uns dos outros, então não é um bairro inseguro, não tem perigo não, pelo menos aqui” –, não considera mais possível que seus netos brinquem na rua sozinhos e até tarde. A necessidade de vigilância se coloca assim, até mesmo em bairros tidos como seguros, pois afinal, com a generalização da atmosfera de insegurança, ninguém pode se sentir infalível nem permanentemente seguro. Deste modo, é produzida a representação de que mesmo um bairro considerado seguro está propenso a que alguma coisa ruim aconteça.

Aqui, não tinha muita violência no começo não. Não tinha mesmo. Porque era um outro tempo. Porque quando nós mudamos pra cá em 1980, há 32 anos atrás, era um tipo de violência que existia e com o passar do tempo são outros tipos de violência que predominam. E não tinha isso aqui. Na vizinhança, todas as minhas vizinhas tinham crianças pequenas, os nossos filhos conviviam juntos, você podia largar a criança brincando na rua que não acontecia nada. O meu filho brincava na rua, minha filha brincava na rua. Você podia deixar à vontade, não tinha nenhuma preocupação com violência. Aí, conforme vai passando, vai evoluindo, a televisão vai influenciando muito, a droga vai infiltrando, você vê que vai mudando. Agora, com o passar do tempo, você vê que as outras crianças que vêm nascendo, você já precisa ter outros cuidados, precisa estar mais atento, estar vigiando mais.

[A senhora disse que quando crianças, seus filhos brincavam aqui na rua. E seus netos, a senhora acha que vai ser da mesma forma?]

Hoje eles até brincam, mas assim, a gente senta na calçada e fica olhando. Já não deixa brincar até tarde como era antigamente não. Só brinca se a gente tiver junto. Se eles forem andar de bicicleta, a gente não deixa ir longe. Hoje a gente olha mais. Cuida muito, sempre

tem que ficar um adulto por perto. A gente não deixa brincar sozinho de jeito nenhum (Helenice, professora aposentada, 61 anos, Araçatuba).

As transformações do bairro [*Quemil em Birigui*] também foram ressaltadas por Maria, que relata que antigamente sua família podia dormir com a casa aberta e podiam deixar as portas sem trancar quando saíam porque não tinham preocupações com roubos. A entrevistada reconhece que de uns tempos para cá isso não é mais possível, assim como não pode mais ficar sentada na calçada até de madrugada conversando, pois corre o risco de ser atingida por tiros que são constantemente disparados contra a casa vizinha. Neste novo contexto, Maria diz que não deixaria mais seus filhos brincarem na rua como aconteceu quando eles eram crianças.

Logo que a gente mudou aqui, a gente dormia com a casa aberta, saía e deixava até a porta sem trancar, não tinha roubo, criança podia ficar quase até a meia noite brincando na rua e você não via ninguém mexer com criança, com nada. Hoje tá bem pior.

[*Na época em que seus filhos eram pequenos, a senhora não tinha medo? Deixava que eles brincassem na rua?*]

Quando a gente mudou, aqui era sossegado. Não tinha tanta violência igual a gente vê hoje. Hoje o povo passa, joga os carros nas crianças, não tão nem aí, viram nas esquinas com tudo. As crianças daqui a gente têm que tá correndo, pegando, porque eles passam por cima e eles não tão nem aí. Aqui na minha rua hoje eu não deixaria mais, como eu deixei meus filhos. A casa não tinha nem muro nem nada, eles brincavam no campinho aqui, brincavam na rua até 10 horas da noite. Mas hoje não. Hoje nem eu fico sentada do lado de fora. Antigamente, quando nós mudamos aqui, era duas e meia, três horas da manhã no final de semana, a gente ficava tudo sentado ali fora conversando. Dum certo tempo pra cá, não dá pra ficar mais não. Porque até tiros já saíram aqui, várias vezes. No pessoal aqui do lado. Esses dias mesmo. Direto tem tiroteio aqui. Então, hoje eu não deixaria. Nem eu mesmo não fico mais. A gente ficava até tarde pra fora, era sossegado, a gente conversava, podia ser meia noite, uma hora, duas horas da manhã. No feriado, a gente ficava até 3 horas da manhã conversando. Hoje não, por causa dos tiros. Acho que nunca chegou a acertar. Na última vez, eu acho que eles [*vizinhos*] não tavam nem em casa, acertaram só no muro, não chegou a acertar ninguém, é só mesmo pra assustar, porque se eles quisessem matar alguém já

tinham conseguido (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

O depoimento de Maria acerca de seu bairro é complementado pelo de sua filha Daniele, que teve a experiência de brincar na rua quando pequena, mas que hoje não deixaria seus filhos fazerem o mesmo. A entrevistada reconhece que isso será ruim para seus filhos, mas que é uma atitude inevitável diante da atual situação “periclitante” da violência.

[Sua mãe disse que quando você era criança, você brincava na rua aqui no bairro? Como era?]

Nossa, bastante. A gente brincava bastante mesmo, era todo dia, até enjoar. Eu e meus irmãos fomos criados na rua. A gente voltava imundos pra casa, todos suados, sujos de terra. Eu sempre fui meio moleque, então eu seguia meus irmãos e a gente ficava o dia inteiro na rua, depois da escola, com a molecada daqui.

[E hoje em dia, você deixaria seu filho brincar na rua como você brincou?]

Não, sem eu ficar olhando não. Porque hoje tá bem mais perigoso. Acho que nem durante o dia a gente pode deixar. Eu acho que eu ia preferir levar ele em algum parquinho, onde eu ficasse olhando. Deixar assim na rua, como a gente foi criado, eu não deixaria não. Muitas vezes a gente saía aí pelo bairro e minha mãe nem sabia onde a gente tava. Mas ela podia ter a confiança que a gente ia voltar, que ninguém ia mexer com a gente. Quem vai confiar em deixar o filho solto na rua hoje em dia? Então a gente tem que ficar de olho neles o tempo todo. E isso vai ser ruim pra eles, porque na rua, além de ser divertido, a gente acaba aprendendo a se virar sozinho, sem o pai e a mãe. Agora eles já não vão poder brincar sem a gente ficar em cima deles. Mas a gente não pode brincar, porque a violência tá periclitante (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Estes depoimentos revelam o que Kessler (2009) entende como o impacto da insegurança na socialização primária – na forma como os pais educam seus filhos. Além de controlar quais atividades os filhos podem fazer, onde e quando, os pais nas cidades inseguras realizam diferentes práticas de vigilância da rotina dos filhos, com o intuito de assegurar sua segurança e de ensiná-los como se portar frente à situações perigosas: levam e buscam os filhos em suas atividades, os monitoram pelo celular, dão conselhos sobre como se portar com

estranhos, policiais e bandidos, por exemplo. Para Fernando, é imprescindível que ele leve e busque a filha adolescente quando ela sai à noite, mesmo que isto seja um constrangimento para ela. Além de determinar horários para que a filha volte para casa, o entrevistado fica mais tranquilo quando conhece os ambientes que ela vai frequentar. Os controles que este pai exerce servem assim, tanto para aumentar a segurança da filha, quanto para tranquilizá-la.

Eu até hoje levo e busco a [*nome da filha de 15 anos*] quando ela vai sair de noite, vai numa festinha, eu não abro mão de levar. Ela não gosta não, fala que vai com os amigos, que já sabe ir sozinha. Mas se eu levar, eu aproveito e vejo o ambiente, tô sabendo que tipo de ambiente ela tá frequentando. Quando ela quer ir embora ela me liga e eu vou buscar. Nem ligo de ficar acordado, até porque ela também tem hora pra voltar, não pode ficar até a hora que quiser não (Fernando, pedreiro, 44 anos, Birigui).

Outro aspecto relativo aos cuidados que os pais têm em relação à segurança dos filhos são os conselhos que eles lhes dão, no sentido de não conversar com estranhos e não reagir em um assalto. O depoimento de Teresa exemplifica esta preocupação.

O cuidado maior que a gente pode ter com os filhos é dar conselhos. Eu converso muito com os meninos, pra eles tomarem cuidado com estranhos, pra eles não reagirem em assalto, querer conversar com o bandido. Tem que entregar as coisas e não falar nada. Depois a gente trabalha e compra tudo de novo, mas a vida da gente não volta (Teresa, dona de casa, 57 anos, Araçatuba).

Para o próximo entrevistado, Rogério, uma medida de segurança importante para ensinar a seu filho é o não enfrentamento aos policiais, que, segundo ele, podem bater e levar uma pessoa para a delegacia, acusando-a de algum delito, simplesmente por não “irem com sua cara”. Deste modo, recomenda que o filho entregue seus documentos e abaixe a cabeça para que não sofra nem um tipo de represália. Este entendimento tem que ser contextualizado pelo fato do entrevistado ser morador de um bairro periférico e ter relatado ao longo da entrevista alguns casos de abuso policial que sofreu e presenciou.

Eu canso de falar pro meu filho pra ele não enfrentar a polícia, porque se eles não forem com a sua cara, eles te

pegam pra cristo mesmo. Podem te bater, te levar pra delegacia, falar que você tava fazendo alguma coisa de errado. Então eu já ensinei pra ele: se a polícia te parar, você entrega os documentos e abaixa a cabeça. Não retruca não (Rogério, garçom, 34 anos, Araçatuba).

Além da conduta em relação aos policiais, nos bairros em que a sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2008, 2010) é mais presente, os pais também se preocupam em evitar que seus filhos entrem para o “mundo do crime”, influenciados pela convivência com as “más companhias” – os bandidos. No relato de Raquel ela diz que seu filho mais novo lhe deu muito trabalho – quis vender anabolizantes, gostava de passar a noite inteira jogando numa *lan house*, tinha amizades suspeitas – e ela tinha que ser vigilante todo o tempo: olhar em baixo dos colchões, afastar as camas, ir atrás para ver se ele realmente estava onde disse que ia, ameaçar entregá-lo para polícia... na tentativa de evitar que seus filhos caíssem no caminho errado, que ficassem atrás das grades. Podemos perceber assim, que a vigilância característica da contemporaneidade não é exercida apenas por mecanismo externos, visto que ela pode se dar no interior das próprias famílias, em busca de que os jovens fiquem fora do “mundo do crime”.

Eu passei muitos problemas com meu filho. Ele era de lascar, me deu muito trabalho. Tinha muitas amizades erradas, só má influência.

[Ele chegou a se envolver com drogas?]

Não, ele... É que ele se envolveu com o pessoal aqui na academia... Um dia ele trocou uma guitarra por um monte daquelas porcariadas, anabolizantes. Ele falou: “ah, mãe, eu vou vender”. Nossa, eu tava separada, enfrentei uma barra. [...] Hoje em dia ninguém quer educar. Dá trabalho, é dificultoso você levar, você ir buscar, você arrancar de dentro dos lugares. Você falar pra ele: “eu te entrego, se você fizer isso, eu te entrego pra polícia”. Quebrar, pegar e amassar tudo com os pés e quebrar tudo, as ampolas [*de anabolizantes*]. Mas eu dou graças à Deus, porque um amigão dele tá dentro das grades. E ele hoje trabalha num presídio. Ele tem uma moral hoje elogiável. [...] Porque eu vejo que hoje os pais, acham que as coisas acontecem só com os filhos dos outros. “Na minha casa não”. Como na minha casa não? Eu fui mãe de dois. Um vai fazer 30 e o outro vai fazer 27. Eu levantava os colchões, não na frente deles, nunca. Arrastava as camas, vigiava de longe, eles falavam: “vou

em tal lugar”, eu ia atrás pra ver se era isso mesmo. O meu marido ficava louco. No tempo do [*nome do filho*] tinha aquelas coisas de cibercafé, que eles falavam. Passavam a noite toda lá jogando, interligados. Eu tenho computador em casa, mas ele queria passar a noite interligado. Às vezes eu tirava ele à tapa lá de dentro. Entendeu? Porque eu falava pro cara, ele é menor, eu vou chamar a polícia, aí ele falava: “não, já tô chamando ele”. [...] Mas eu consegui que eles não caíssem no caminho errado, porque eu marquei em cima (Raquel, professora, 55 anos, Araçatuba).

Nesta mesma direção, retomamos alguns trechos do depoimento do policial militar aposentado Antônio, que também demonstra uma preocupação grande em relação à convivência de seus filhos com as “pessoas erradas”. Segundo ele, os pais devem se preocupar em escolher os amigos para os filhos, orientando-os sobre aqueles com quem podem se relacionar e aqueles que devem evitar, pois o convívio com pessoas que usam drogas ou que são bandidos, por exemplo, pode desviar os bons de seu caminho.

Eu sempre fui pobre, morei em bairro pobre, mas eu falava pros meus filhos: “os amigos de vocês é o que vai dizer o que vocês vão ser no futuro. Se vocês tiverem amigos bandidos, amigos que usam droga, vocês vão usar drogas, vão ser bandidos. Se tiver amigos que não usam drogas, pobres, mas bons, vocês vão ser bons”. Então a gente sempre ficou preocupado em escolher os amigos dos filhos. Escolher assim, entre aspas, falando assim “oh, fulano você não anda com ele, ele é perigoso, ele usa droga, ele assalta. Aquele outro você pode andar”. Então você começa a escolher os amigos dos filhos. Quando os filhos da gente queriam sair pro lado errado com um amiguinho que era meio... que eles não sabiam que era meio perigoso, a gente fala “oh, abandona aquele cara lá. Você perto dele fala oi, bom dia, boa tarde, mas não anda junto mais”. Porque a convivência é um problema. O negócio é não conviver com essas pessoas. Pode até morar vizinho, mas não conviver junto, não passeia junto, não vai em baile junto, não sai junto. Pode até conhecer, cumprimentar. [...] Nós falávamos pros nossos filhos “oh, nunca anda com esse povo” (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

Para a produção e disseminação do imaginário das cidades inseguras é importante então, considerar a conduta dos pais, que demonstraram grande preocupação em garantir que seus filhos adquiram a percepção de que a apropriação da cidade envolve riscos –

caso eles não tenham chegado a esta conclusão por suas próprias experiências. Sobre este aspecto, selecionamos mais dois exemplos. Márcia relata que não tem coragem de deixar o filho ir sozinho para a escola, nem brincar na rua, preferindo que ele fique uma criança dependente do que arriscar que lhe aconteça alguma coisa. Já Marcos enfatiza que é dever dos pais ensinar seus filhos a ter medo, para que eles possam se proteger adequadamente. Este tipo de conduta vai contribuindo para que o imaginário das cidades inseguras seja um conteúdo a partir do qual as crianças e jovens iniciam suas relações com a cidade e com os demais cidadãos.

Esse medo que a gente vai criando, também reflete nas crianças. Eu não tenho coragem de deixar meu filho [10 anos] ir sozinho pra escola, que é há uns seis quarteirões daqui. Não é tão longe. Eu levo e busco todo dia. Se eu não posso buscar, outra pessoa vai. Quando eu atraso, eu ligo no celular dele e falo pra ele ir descendo que eu já tô indo encontrá-lo. Ele não vai em lugar nenhum sozinho. Eu não gosto que ele fique brincando na rua. Às vezes eu não acho isso certo, porque ele não aprendeu a fazer as coisas sozinho. Tenho medo dele ficar “molão”, dependendo de mim pra tudo. Mas é o risco. Eu prefiro assim, do que acontecer alguma coisa com ele (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

Eu acho que é responsabilidade dos pais ensinarem os filhos a ter medo. Se a gente não ensina, criança, adolescente, você sabe como é. Acham que podem tudo, que nada vai acontecer com eles. Então, a gente tem que falar: é perigoso, pode acontecer isso, aquilo. Não pode ficar caçando confusão, tem que ter cuidado com as amizades, com esse negócio de droga. Como você solta um filho pela cidade se ele não tem noção dos perigos que ele tá correndo? A gente tem que alertar (Marcos, escriturário, 39 anos, Birigui).

Outros tipos de práticas que os cidadãos realizam para tentar amenizar a insegurança que associam com a apropriação das cidades, referem-se aos evitamentos de certos espaços, em horários determinados, por exemplo. Observamos uma generalização do entendimento de que a cidade não pode ser apropriada de forma plena, tendo que ser realizadas uma infinidade de ponderações para se avaliar a possibilidade de uma apropriação livre de perigos. Sob o imaginário das cidades inseguras não há espaço para a espontaneidade, para a

experimentação. As atitudes devem ser planejadas, considerando todos os riscos envolvidos, como podemos observar no depoimento de Rogério.

Eu não posso te falar que eu conheço a cidade inteira. Tem lugares que a gente pensa duas vezes em ir. Você não pode falar simplesmente eu vou em tal lugar e ir. Você tem que se perguntar: vai ser seguro eu ir lá? É melhor eu ir de dia? É melhor eu ir acompanhado? Eu posso levar meus filhos? Tem que pensar em tudo isso (Rogério, garçom, 34 anos, Araçatuba).

A seletividade socioespacial/temporal não pode ser entendida, como temos afirmado, apenas pelo viés das clivagens entre pobres e ricos. O imaginário das cidades inseguras é eficaz em generalizar as suspeitas e o medo no interior dos próprios segmentos sociais, como podemos perceber no depoimento de Marina. A entrevistada diz que como medida de segurança evita ir ao bairro vizinho, Quemil, um bairro pobre representado hegemonicamente como perigoso. Sua filha mais nova está matriculada em uma creche neste bairro, mas Marina já está tomando providências para conseguir uma transferência porque considera, apesar de sua filha ser ainda um bebê, que a convivência com as pessoas deste bairro pode influenciar negativamente nas condutas futuras da filha.

[Você evita ir a algum lugar da cidade por causa da violência?]

Eu evito ir no Quemil, no Crevelaro.

[Se tivesse uma festa lá, por exemplo, você iria?]

Se der pra eu evitar, eu evito. Eu prefiro não ir porque eu sei que lá é perigoso. Ali se você largar um carro, uma moto ali à noite, você corre o risco de vir embora à pé. Porque ali é bem perigoso. Até a minha filha, ela vai numa creche lá.

[Em qual dos dois?]

Ela vai na creche lá do Quemil, a nenezinha. Só que eu agora consegui a transferência dela pra cá. Até assim, a creche, as tias que trabalham lá são muito boas, a creche é muito boa, só que você vê os tipos de pessoas que vão na creche. Que nem, a minha outra filha que fica na creche do Calçadista, você vê mais ou menos a diferença nas pessoas que frequentam. Duma creche pra outra. Não menosprezando, taxando assim por tipo de se vestir, pela fisionomia da pessoa, mas assim, você vê. Por exemplo, um dia eu vi um casal lá, que eu fiquei, eu cheguei a chorar depois que eu sai de lá. Porque era um casal assim, já bem de idade, uns 40 anos, com duas

menininhas, uma nenezinha com uns 8 meses no máximo e a outra com a idade da minha filha mais velha, uns 3 aninhos, e o casal não estava aguentando parar em pé. E eu fiquei assim, chocada, fiquei com aquilo na cabeça, pensando assim, “gente, o que leva uma pessoa a fazer isso”? Com dois anjinhos, coisas mais lindas as meninas. Eu não sei se eles estavam bêbados, se eles estavam drogados, eu fiquei horrorizada. Isso foi na parte da tarde e na parte da manhã, quando eu fui levar ela de novo, eles estavam lá de novo e na mesma situação. Estava só um pouco melhor, mas assim, a menina com o pezinho todo sujo, você vê que é uma criança que não tem assim, muito cuidado. Então a gente fica triste de ver isso. Mas é uma creche muito boa, mas infelizmente as pessoas que vão... A gente fica até com medo, porque a convivência ensina muito hoje em dia. Às vezes você ensina em casa, na escola eles aprendem uma coisa completamente diferente. Não com as professoras, com os diretores, mas com os próprios coleguinhas. Porque o que os coleguinhas fazem em casa, o que eu ensinar de errado pra minha filha aqui, ela vai falar lá na creche, na escola, ela vai falar em qualquer lugar. Se a criança fala uma coisa é porque ela ouviu, ela já escutou falar. Então, eu fiquei até meio assim, agora que ela é nenezinha e não entende nada, a gente não se preocupa, mas depois que pegar uma fase que já sabe conversar, já ouve, já guarda as coisas na memória, a gente já fica meio cismada, né? Então, eu prefiro que ela saia de lá (Marina, operária fábrica de meias, 25 anos, Birigui).

Para Marina, apesar de a creche ser boa, as pessoas que tem seus filhos matriculados ali são preocupantes. Compara a creche do bairro Quemil com a creche em que sua filha mais velha está matriculada no bairro Calçadista, em que o conteúdo social é entendido como mais elevado e ressalta a diferença perceptível no nível das pessoas. Ao se colocar em relação aos moradores do bairro Quemil, Marina realiza então, uma diferenciação qualitativa em que os desqualifica, reproduzindo os discursos estigmatizantes que cidadãos de outras partes da cidade elaboram também para seu próprio bairro, que em seu entender é superior ao violento bairro da creche de sua filha. Considera assim, mesmo que seu bairro e o Quemil tenham uma composição social semelhante e que sejam vizinhos, que é melhor sua filha não frequentar mais esta creche, onde ela poderá sofrer más influências.

Outros entrevistados também citaram a seletividade socioespacial/temporal como medida de segurança nas cidades,

relatando que evitam ir aos bairros que consideram como mais inseguros – representação reservada aos bairros pobres. Só vão a espaços localizados nestes bairros quando é estritamente necessário e mesmo assim, tomando várias precauções, como podemos observar nos trechos selecionados a seguir, elaborados por entrevistados que residem em bairros habitados por segmentos médios.

Nós não temos o costume de ir em lugares em que a gente não conhece alguém. Por exemplo, eu não vou sair daqui e levar meu filho pra brincar na pracinha do São José. Se bem que o São José, ele tem duas alas. Tem um lado que é bem mais tranquilo. Tem o outro lado, que fica mais pro lado desse Mão Divina, esse lado é que é o pior. Então, se é um lugar problemático, porque eu vou frequentar lá? (Eduardo, técnico em eletrotécnica, 48 anos, Araçatuba).

Esses dias atrás uma amiga me pegou num lugar, pra me dar uma carona. Foi no Santo Antônio. Eu não sabia que era uma rua perigosa e ela falou: “Não anda aqui à noite, porque aqui é muito perigoso”. E eu não sabia. Ela que me falou que era perigoso andar ali. Basicamente foi o único lugar perigoso que eu fui à noite, mas eu não sabia que era perigoso. [...] mas quando eu sei que é, como o Bairro Alto, Vila Bandeirantes, esses eu já evito (Vanessa, vendedora de cosméticos, 39 anos, Birigui)

Eu não digo que a gente deve evitar, deixar de ir, mas tem que ter mais cautela nesses lugares. Porque às vezes você vai num lugar desses, a pessoa já olha pra você diferente, de rabo de olho. Então, você tem que evitar ter um contato direto com essas pessoas, porque você está num lugar que você não pode querer enfrentar, porque se você enfrentar: é uma pessoa, quando você ver, já tem uns dez na sua volta, porque você tá no lugar deles, na casa deles. [...] Isso se eu tiver que ir. Porque se eu não tiver que ir, pra que eu vou? Eu vou fazer o que lá? Tem uma festa lá no Crevelaro. Eu vou fazer o que nessa festa? Eu não tenho que ir nessa festa. Então eu não vou. Porque é um lugar que eu sei que é um lugar que não pode ficar entrando (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

Nestes trechos, é possível identificar as cisões existentes, no plano das representações e no das práticas, estabelecidas pelos entrevistados ao qualificar diferenciadamente “esses lugares” – mais inseguros – e “essas pessoas” – mais perigosas –, ressaltando que a percepção de insegurança gerada sustenta e justifica as limitações na apropriação dos espaços urbanos e no estabelecimento das relações de

sociabilidade. Assim, a apropriação fragmentada da cidade é tida como uma necessidade, como uma condição inexorável, diante da crescente insegurança que caracteriza os diferentes espaços urbanos. Estes evitamentos e estigmatizações em relação à determinados bairros pobres conferem-lhes um caráter de enclave socioespacial, visto que, mesmo que não sejam delimitados por barreiras físicas como cercas e muros, há uma fronteira clara, que desaconselha a apropriação destes espaços por pessoas das demais partes da cidade, que compartilham o entendimento de que não têm nada a ver com estes espaços perigosos.

No trecho selecionado a seguir, temos o exemplo de um entrevistado que associa sua segurança com uma apropriação fragmentada da cidade, selecionando espaços específicos para sua apropriação – da casa para o trabalho – excluindo de seu cotidiano o convívio com “lugares errados”, desconhecidos.

Mesmo quando eu morei em São Paulo, eu não tinha tanto medo. Porque eu descia ali no metrô e já ia direto pra casa e depois voltava, não ficava assim, naquelas situações expostas, andando pela cidade. Tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro. Eu só ia da casa pro trabalho, do trabalho pra casa, não dava sorte ao acaso, por exemplo. [...] Quanto mais cuidadoso você é, mais seguro você está. Em caixa eletrônico você tem que tomar cuidado, na hora que você sai do metrô, pra fazer a compra de bilhete de metrô você tem que tomar cuidado, você tem que ser assim, cuidadoso. Mas não inseguro. Quanto mais cuidadoso você é, mais seguro você está das coisas não acontecerem. Carro, por exemplo, é aquela coisa: em sinal, não parar nas laterais, ficar mais ou menos no meio. Você vai aprendendo bastante coisinhas numa cidade grande, que você começa a aplicar e você consegue talvez evitar. Vai saber se de repente eu aplicando essas coisas eu evitei muitos problemas, né? Eu acredito que grande parte do que pode acontecer é por causa da displicência, ficar ali meio “avoado”, estar em lugares errados, onde você não conhece. [...] Se você tá em lugares errados, sai o mais rápido possível (Mário, professor, 40 anos, Araçatuba).

As experiências de vida acumuladas por Mário quando morou no Rio de Janeiro e São Paulo, como tomar cuidado nos caixas eletrônicos e não parar próximo às calçadas nos semáforos, são aplicadas por ele em seu cotidiano em Araçatuba, o que em sua concepção o ajuda a ficar

mais seguro – “quanto mais cuidadoso você é, mais seguro você está”. Esta segurança não advém assim, da ausência de preocupação com sua insegurança, pelo contrário, é resultado dos variados controles e cuidados que naturalizou em sua rotina.

Desta forma, a insegurança altera tanto as representações acerca dos espaços urbanos quanto os modos de apropriação que se tornam limitados e fragmentados, quando os cidadãos se preocupam com sua segurança em cada ação que realizam. Para Maria, moradora do bairro Quemil, representado hegemonicamente como perigoso, seria uma loucura frequentar o bairro João Crevelaro, vizinho ao que reside, visto que o considera muito pior que o seu em termos de violência. Deste modo, mesmo estando localizado a algumas quadras de sua casa, a apropriação dos espaços do bairro João Crevelaro é considerada muito arriscada, indicando que a simples proximidade física não é capaz de favorecer os vínculos socioespaciais. Cabe aqui ressaltar a constatação de Gomes (2006) de que não é o fato de coabitar um espaço – seja ele uma casa, um bairro ou uma região – que pode nos esclarecer acerca das identidades territoriais, mas sim as significações que essa contiguidade adquire dentro de um contexto específico, que envolve os modos como essas identidades são vividas, representadas pelos integrantes do grupo ou por aqueles que estão externos a eles.

O depoimento de Maria exemplifica o fato de que a percepção de insegurança e os roteiros prévios sobre os quais ela é produzida fazem com que os estigmas elaborados acerca de seus próprios bairros sejam constantemente (re)elaborados frente a necessidade do estabelecimento contínuo de diferenciações que demarquem os limites entre o seguro e inseguro, enfatizando que o Outro e seus espaços são sempre mais perigosos, mesmo que este Outro seja, na verdade, bem parecido com a gente. Dentro de seu próprio bairro Maria realiza estas diferenciações, afirmando que só circula pelas partes conhecidas, que são consideradas como mais seguras, mostrando que apesar da continuidade espacial, não estabelece identificações com todo o bairro, nem com todos os seus habitantes.

[*Você evita ir a algum lugar da cidade? Por exemplo, você iria no Crevelaro a noite?*]

Eu não vou. Eu não sou louca. Tem bairro que não dá pra ir não. Tem bairro aqui na cidade que eu nem nunca fui. Hoje em dia você tem que ter cuidado, não dá pra ir em qualquer lugar. No Crevelaro mesmo, eu não vou, de jeito nenhum. É assinar um atestado de loucura, porque lá é demais. Aqui mesmo no Quemil, eu só vou nas partes mais conhecidas, onde eu sei que é mais seguro. Não dá pra ficar circulando por aí a vontade não. (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

O próximo depoimento que selecionamos para exemplificar esta apropriação seletiva/estigmatizada da cidade é o de Simone, assistente social, que relata não ter nenhum tipo de identificação com certos bairros pobres, chegando a afirmar que eles não lhe despertam interesse pessoal nenhum, pois lá só tem *funk* e pagode.

[*Você evita ir a algum bairro da cidade? Por exemplo, você iria em algum evento, alguma festa no São José?*]

Quando posso eu evito. Eu evito mesmo. Nesses bairros também, o que vai ter de opção? Só *funk* e festa de pagode, que são coisas que eu não gosto. Então esses bairros não me interessam de forma nenhuma. Assim, pra eu frequentar, sair da minha casa num dia de folga pra ir lá, isso não dá. Tem muitas diferenças. (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

No entanto, sua profissão como assistente social lhe impõe visitas a estes bairros com os quais não se identifica socialmente. Relatando uma visita que fez a uma residência localizada no bairro São José em Araçatuba, o bairro sobre o qual a estigmatização é mais forte, considerando as duas cidades estudadas, Simone ressalta o pânico que sentiu ao entrar no bairro, devido à dificuldade de circulação, que faz com que o identifique com um bairro fechado, visto que os acessos, tanto para a entrada como para a saída têm que ser feitos por uma única rua principal. O fato dos moradores do bairro ficarem olhando para o carro também já lhe causa insegurança, porque ela é identificada imediatamente como uma estranha – para quem os perigos são sempre maiores.

Lá é como se fosse um condomínio, só que é favelinha. Então, assim, foi me dando um pânico, porque quando você sabe que está num outro bairro que é perigoso, você

sabe que tem ruas pra você sair, mas lá não. Lá é fechado. Eu tive que entrar com o carro da instituição, fui eu, a psicóloga e a motorista, e assim, é você colocar o carro pra dentro que fica todo mundo te olhando. Então eu acho que essa é a maior dificuldade de lá. Porque você não é dali, você não frequenta, é um ser estranho, chama muita atenção. Eu sei de lugares, o Mão Divina mesmo, ele é tão complicado, que eu já escutei conversas, não sei se é verdade, que nem leitura de água e energia eles deixam fazer lá, eles não entram. Porque assim, quem entrar tem que justificar pra que, e se entrar, às vezes você pode não sair (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

O caráter de enclave dos bairros pobres estigmatizados também é ressaltado por Simone, quando ela fala sobre o Mão Divina, bairro vizinho ao São José, cujas representações dão conta de que os moradores possuem um controle extremo do acesso, não permitindo por exemplo que os agentes responsáveis pela leitura do consumo de luz e água entrem no bairro para fazer seu trabalho. O acesso a estes bairros deve ser evitado, segundo a entrevistada, porque você pode correr o risco de não poder mais sair de lá. Em contraposição a estas representações quase míticas, em nossas visitas a estes bairros não fomos interpelados por ninguém, e apesar das pessoas realmente demonstrarem curiosidade em relação aos estranhos que adentram os limites do bairro, circulamos tranquilamente e, contrariando as expectativas dominantes, tivemos até permissão para sair! Ao invés da violência, que não é tão visível como supõem os cidadãos que representam estes bairros sem nunca tê-los visitado, os aspectos que mais chamam atenção são as carências que se sobrepõem em seus espaços, mas que são convenientemente ignoradas pelo restante da sociedade, perante a desculpa de que estes bairros não são passíveis de apropriação, devido seus altos índices de violência.

A partir destas constatações, é importante observar outro aspecto citado pelos entrevistados como um fator capaz de aumentar sua percepção de segurança: os olhos atentos dos vizinhos, que Jacobs (2000) valoriza em suas análises. Para a autora, mais eficaz que a polícia, a circulação constante de cidadãos é um dos meios mais importantes para garantir a segurança de uma rua ou bairro, visto que

as redes de relações que se estabelecem nas ruas e calçadas geram uma espécie de vigilância natural capaz de atuar na manutenção da segurança. Apesar de não ser um aspecto valorizado por todos os cidadãos, como veremos mais adiante, vários entrevistados relataram sentir-se seguros devido às relações estabelecidas com seus vizinhos. Antônio enfatiza que no Conjunto Habitacional Nossa Senhora Aparecida, em que residia anteriormente, os becos são muito seguros porque se alguma pessoa estranha entra, todo mundo percebe, pois os vizinhos tomam conta uns dos outros e estão atentos ao que acontece na rua. As relações de proximidade são valorizadas por ele como um elemento gerador de segurança para os moradores do bairro, representado a partir das imagens de família e comunidade, além de ser comparado a um condomínio fechado em que você não paga taxas, mas em que o acesso é controlado pela vigilância contínua dos vizinhos.

Geralmente esses bairros assim, como o Nossa Senhora Aparecida, que a gente morava, onde tem os becos, tem uns becos bem seguros, porque quem entra tem que sair pelo mesmo lugar que entrou. Quando uma pessoa estranha aponta lá, todo mundo conhece, fala: “oh, tem alguém estranho lá”. O nosso beco já era diferente porque tinha o ponto de drogas, entrava gente e saía toda hora. Mas os becos que não tem ponto de droga no fundo, apontou uma pessoa lá, eles já sabem quem é. Todos os vizinhos tão cuidando um do outro. Então existe assim como se fosse uma família. Eu morei vinte anos no beco era assim, como se fosse uma família, todo mundo conhece todo mundo, todo mundo conhece todo mundo por nome, sabe quem é filho de quem, então assim, um cuida do outro. Então, eu nunca vi acontecendo assalto, assim, acho que é por isso. A segurança pode estar ligada a esse tipo de comportamento. Porque as pessoas vivem de acordo com a estrutura, né? Então talvez isso tenha gerado isso. Nas ruas sem saída, a pessoa tem que entrar e tem que sair por ali, então nessas ruas fica como se fosse uma comunidade, fica parecendo um condomínio, não paga taxa, mas todo mundo que aponta no começo do beco pra entrar todo mundo tá vendo quem tá vindo de fora. [...] Bandido lá não tem vez não. Se entrar um lá e sair com alguma coisa de alguém, nego vai dar as caras. Então bandido não entra (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

Ao falar do mesmo bairro, Helenice também considera que as relações antigas estabelecidas entre seus vizinhos são capazes de

conferir segurança a sua rua, o que permite que ela ache desnecessário o uso de equipamentos de segurança em sua casa, como podemos observar no trecho a seguir.

[Se a senhora tivesse mais recursos para utilizar com segurança, o que a senhora faria? Instalaria câmeras, colocaria cerca elétrica, por exemplo?]

Onde eu moro, aqui eu não colocaria não. Acho que não tem necessidade não, porque o meu vizinho do lado aqui é uma maravilha, o vizinho do fundo não me perturba, conheço os do lado de lá. Olha, na nossa rua aqui, todo mundo cuida de todo mundo, no sentido de ajudar as pessoas. Se uma pessoa fica doente a gente ajuda. Um vizinho corre na casa do outro e a gente ajuda. Então, a gente vive numa comunidade aqui nesta rua. Graças a Deus, é muito bom, muito bom mesmo. Acho que quem muda daqui se arrepende. Então, eu acho que não precisa de mais segurança aqui não. A gente se cuida. (Helenice, professora aposentada, 61 anos, Araçatuba)

A representação da rua em que mora como uma comunidade leva ao entendimento de que os vizinhos conseguem se cuidar, permitindo um controle da percepção de insegurança em seus espaços de moradia. Para Carlos, a movimentação que identifica em seu bairro também é considerada como um fator positivo em relação à segurança, em contraposição aos bairros “mortos” em que só circulam carros.

Aqui no bairro as pessoas costumam ficar muito na rua. Inclusive aqui na frente de casa as pessoas tomam conta, estende as coisas na rua, tem criança que sobe na sua árvore. Mas isso não é ruim, porque se existe movimento na rua, você fica mais seguro. Se é um bairro que não tem ninguém, já é mais propenso a furtarem sua casa. Tem bairros que eu falo que são mortos. Só passam carros, ninguém vai ver nada se forem entrar na sua casa (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

Para Simone, a configuração do bairro em que reside também favorece a segurança, pois tem vizinhos aposentados que “vigiam” as ruas e as atividades comerciais garantem um movimento maior de pessoas o dia todo. Assim, a diversidade valorizada por Jacobs (2000) é também considerada por Simone como uma vantagem de seu bairro, que faz com que ela e seu marido dispensem a utilização de equipamentos de segurança como a cerca elétrica. Simone faz referência

também à proteção divina, conteúdo que compareceu em várias outras entrevistas.

O meu bairro eu considero seguro. Pelo menos na rua onde eu moro são pessoas já aposentadas, então elas ficam mais tempo em casa, passam o dia na frente da casa, então um já conhece o outro, acaba olhando a casa do outro. Pelo menos o meu bairro favorece isso. [...] A princípio a gente tava pensando em colocar cerca elétrica. A gente pensou em colocar, mas acabamos não amadurecendo a ideia e ficou por isso mesmo. Porque já é um muro alto, já é uma casa de esquina que tem uma visibilidade boa. E a gente pede a proteção divina e confia nos vizinhos também. Porque é muito tranquilo aqui. Do lado, é uma oficina, do outro é um rapaz que faz lanche, no fundo é um casal de idosos, na frente tem uma creche, então sempre tem movimento, o tempo todo tem movimento (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

Temos que considerar assim, as relações estabelecidas entre os de “dentro” e os de “fora” no que se refere a esta vigilância realizada pelos vizinhos. Para Simone, os olhares dos moradores do bairro São José são considerados como ameaças, posto que nesta situação ela é a desconhecida que adentra o bairro. Já a vigilância realizada por seus vizinhos é valorizada, visto que ela não é o principal alvo deste controle informal, dirigido, neste caso, para os desconhecidos que circulam pelo seu bairro. As relações de sociabilidade e de apropriação do espaço que se estabelecem nas cidades influenciadas pelo imaginário da insegurança devem ser entendidas então, em seu sentido de constante sobreposição de papéis e percepções, sempre em transformação dependendo das posições que os cidadãos ocupam em determinados momentos. Esta constatação nos leva ao reforço do entendimento de que as cidades produzidas no contexto da generalização da percepção de insegurança não são homogêneas – nem material, nem subjetivamente – tanto no que se refere a seus espaços internos, quanto em relação às demais cidades que compõem a rede urbana, mesmo que as semelhanças não possam ser desconsideradas. Um mesmo imaginário é resignificado e reproduzido de infindáveis maneiras, influenciando no estabelecimento de diferentes práticas que vão se alterando continuamente.

Um exemplo disso é o depoimento de Viviane, que ao contrário dos entrevistados selecionados acima, considera suas relações de vizinhança em termos de conflito. O fato de os vizinhos cuidarem uns das vidas dos outros é entendido aqui como uma intromissão, como uma invasão à privacidade, que ao invés de gerar segurança, gera desconforto.

Eu conheço todos os vizinhos aqui. Alguns têm problemas, alguns querem ser mais ricos que os outros, mas moram na maior pindaíba. O outro se acha, mas o filho usa droga. Tudo assim, mas a gente vai vivendo. Eu não quero saber da vida de ninguém, mas eles querem saber bastante da vida da gente. Mas eu não fico com a cara virada, converso com todo mundo. Mas aqui todo mundo fofoca de todo mundo, se intromete na vida de todo mundo. Fica de olho no que acontece no vizinho. Se bobear, eles sabem mais da tua vida do que você mesmo. Isso é ruim, porque parece que você não pode ter nenhum segredo (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

No depoimento de Márcia também podemos observar uma representação negativa das relações de vizinhança, que segundo ela são muito próximas. A vigilância das vizinhas incomoda porque é dirigida para os próprios vizinhos, que têm suas entradas e saídas em casa monitoradas e comentadas pelas “desocupadas” do bairro. Fica evidente que os limites entre vida pública e vida privada não estão bem demarcados, o que para Jacobs (2000) é crucial, visto que a falta de fronteiras entre estas dimensões pode levar a um retraimento excessivo em direção ao privado. Nas reflexões de Sennett (2001) também podemos constatar estes aspectos, quando o autor afirma que situações de visibilidade exacerbada do privado no público podem gerar estratégias de isolamento e de retraimento da sociabilidade como defesa.

Nem que você não quiser conhecer os vizinhos, eles vão te conhecer. Aqui na rua é assim, tem um monte de mulher desocupada, homem também, mas mulher é mais. Então, elas terminam o serviço de casa rapidinho, nem sei se fazem tudo certo, pra poder colocar a cadeira pra fora e ficar vigiando a vida da gente. Vigia quem entra, quem sai, que hora você chegou, que hora que você saiu. Aí elas ficam comentando da sua vida com as outras desocupadas da rua. Acho que aqui o povo é

muito folgado, não respeita a privacidade da gente (Márcia, pespontadeira, 33anos, Birigui).

O espaço que é seguro para uns é muito perigoso para outros, as práticas que garantem segurança para uns são desvalorizadas para outros, revelando a necessidade de considerarmos a heterogeneidade da influência do imaginário da insegurança nas experiências cotidianas dos cidadãos. Temos que considerar ainda, que práticas semelhantes entre pessoas de segmentos diferentes podem ter causas/consequências distintas. Como exemplo desta afirmação, destacamos o depoimento de Fernando que evita circular pelas ruas do bairro em que mora depois das 10 horas da noite, não por causa de uma percepção de insegurança que influencia a experiência dos demais entrevistados, mas devido aos “enquadramentos” que costuma levar da polícia quando está voltando pra casa.

Olha, eu às vezes penso duas vezes antes de ficar até tarde na rua. Mas não é tanto por causa de medo de assalto, essas coisas, porque aqui no bairro eu conheço. É por causa da polícia. Já tava ficando até chato. Esse ano eu já levei 3 “enquadros” dos militares. E o que eu tava fazendo? Voltando pra casa do bar. Eu não sou bandido, não sou nada, trabalho duro e não posso beber minha cervejinha sossegado? Tenho que dar satisfação pra polícia de porque eu tô na rua naquela hora? (Fernando, pedreiro, 44 anos, Birigui).

No caso de Fernando, o incômodo gerado pelas abordagens policiais constantes o faz pensar duas vezes antes de sair de casa à noite, enquanto outros cidadãos, essencialmente os segmentos médios, mas não exclusivamente, acreditam que para aumentar sua segurança a polícia deveria enquadrar mais e com maior truculência os integrantes do segmento social de que Fernando faz parte – sendo eles pobres/bandidos ou pobres/trabalhadores, posto que à primeira vista não é possível diferenciá-los, como demonstram alguns depoimentos que selecionamos nos próximos itens deste capítulo.

Estes aspectos estão relacionados ao entendimento de Gomes (2006) de que o espaço é uma construção social que não deve ser objeto de uma interpretação tirânica e fixista, dado seu caráter sempre

mutável e transformador. Os sentidos das cidades não podem ser aprisionados dentro de um único significado.

Apesar das relativizações que sempre precisam ser realizadas em relação às decorrências socioespaciais do imaginário das cidades inseguras, consideramos que o trecho de entrevista selecionado a seguir pode ser considerado como emblemático da forma de apreender e apropriar a cidade neste contexto.

Principalmente quem tem filho, não pode deixar sair pra brincar, fica com medo. Vai em algum lugar, deixa o carro estacionado, tem medo. Sai pra trabalhar, tem medo de deixar a casa sozinha. Então, acho que isso vai mudando o jeito da gente na cidade, porque a gente fica mais em casa, evita ir onde não conhece, não dá lado pra quem não conhece (Regina, secretária, 26 anos, Birigui).

As limitações no cotidiano urbano a partir da percepção de insegurança são enfatizadas por Regina, que relata ficar mais em casa e quando sai, evita ir a espaços que não conhece, assim como se relacionar com pessoas desconhecidas. Estes aspectos indicam que o imaginário das cidades inseguras é um elemento que contribui na alteração das representações e práticas relativas aos espaços públicos e privados, no sentido de um esvaziamento e desqualificação dos primeiros em relação aos segundos, como analisaremos no próximo item.

Dos espaços públicos aos privados: o imaginário das cidades inseguras como catalisador da privatização do cotidiano urbano

A análise dos espaços públicos é fundamental para entendermos as transformações das cidades contemporâneas em direção ao processo de fragmentação socioespacial. De acordo com Cárrión (2008), são estes espaços que permitem a manutenção da unidade entre as partes segregadas de uma cidade, ao promover encontros entre os diferentes agentes sociais que participam de sua composição. A passagem gradual para uma cidade baseada na existência de fragmentos urbanos desconexos é perpassada assim, pela diminuição da importância dos espaços públicos na conservação da unidade das cidades.

Consideramos que os processos de esvaziamento e desqualificação que constatamos em relação aos espaços públicos têm que ser entendidos ao mesmo tempo como produtores e produtos da cidade fragmentada socioespacialmente, visto que são tanto expressão deste processo quanto condições necessárias para a manutenção de suas principais características.

Mesmo tendo como objetivo ressaltar as características recentes das experiências urbanas realizadas nos espaços públicos, temos que considerar que as alterações que constatamos não ocorreram, assim como a maior parte das transformações socioespaciais, a partir de uma ruptura brusca em relação ao passado. Sobre este aspecto, Sennett (2001) afirma que os indícios do esvaziamento – “morte” – dos espaços públicos ficaram incubados por muito tempo, resultantes de mudanças realizadas a partir da queda do Antigo Regime e com a formação de uma nova cultura urbana – secular e capitalista. As oposições bem delimitadas entre o domínio do público, aberto à observação, e o do privado, dimensão protegida da vida – foram gradativamente sendo esmaecidas, por meio de processos que o autor entende como uma desistência paulatina de controlar e moldar a ordem pública, fazendo com que seus sentidos e as práticas que nele se desenvolvem sejam esvaziadas, sem que no entanto, eles percam sua importância.

Considerando então que a configuração atual das relações entre espaços públicos e privados é resultado de processos gradativos de mudanças e permanências que se realizam ao longo do devir histórico, temos que explicitar quais são as características contemporâneas dos espaços públicos que queremos ressaltar e que nos permitem falar em termos de transformações. As proposições de Caldeira (2000) contribuem para este intuito ao estabelecer as principais diferenças entre os espaços públicos próprios das cidades modernas e os que são produzidos nas cidades contemporâneas.

Inicialmente destacamos os elementos básicos da experiência moderna de vida pública, considerados pela autora, a partir dos quais contrapomos seus conteúdos atuais. Para Caldeira (2000), o ideal

moderno de espaços públicos continha necessariamente as seguintes características: a) primazia da abertura de ruas; b) circulação livre; c) encontros impessoais e anônimos entre pedestres; d) uso público e espontâneo de ruas e praças e e) presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os que passam. Neste contexto, os espaços públicos promoviam a interação entre os cidadãos, que eram forçados a confrontar seus anonimatos e a negociar os termos de suas interações, estabelecendo relações a despeito de suas diferenças e desigualdades. Segundo a autora, tínhamos, pelo menos no plano ideal, a constituição de um espaço público democrático, baseado nos princípios da cidade aberta que pressupunha uma aceitação das diferenças e negociações nos encontros anônimos.

Desta forma, mesmo que as interações entre a alteridade se dessem de maneira superficial e com conflitos, esta possibilidade estava posta nos espaços públicos da cidade moderna. O que observamos atualmente é que os contatos entre os diferentes e a imprevisibilidade que lhe é inerente são cada vez menos valorizados. Os aspectos encontrados em nossa pesquisa em cidades de porte médio convergem com o entendimento de Caldeira (2000) acerca dos espaços públicos contemporâneos, ao ressaltar que eles não pressupõem mais a abertura, a indeterminação, a acomodação das diferenças, tomando, pelo contrário, a desigualdade e a separação como seus valores estruturantes.

Apesar de considerarmos que múltiplos e diferentes aspectos estão envolvidos nesta transformação dos conteúdos dos espaços públicos, privilegiaremos, de acordo com os objetivos de nossa análise, o papel do imaginário das cidades inseguras como catalisador destas mudanças.

Consideramos que um dos fatores que levam à percepção de insegurança nos espaços públicos é a dificuldade de estabelecer, individualmente, controles sobre todas as imprevisibilidades inerentes a eles. Os cidadãos percebem uma segurança maior nos espaços passíveis de maior controle e por isso, estão preferindo realizar suas

atividades em espaços privados, sendo que, mesmo aqueles que não possuem poder aquisitivo compatível com a apropriação de espaços de acesso controlado como os loteamentos fechados e *shopping centers*, possuem percepções positivas sobre eles e fazem projeções de apropriação destes espaços se sua situação financeira melhorar. A constatação da valorização crescente dos espaços privados no cotidiano urbano foi cotejada, deste modo, a partir de diferentes relatos. Temos aqueles que disseram que já se apropriam mais de espaços privados em suas cidades, aqueles que expressaram o desejo de se apropriarem mais deste tipo de espaço e ainda aqueles que afirmaram que frequentariam mais os espaços privados se tivessem mais recursos financeiros.

Um primeiro aspecto a ser observado nesta valorização dos espaços privados é a preferência crescente dos cidadãos pela realização de atividades no interior de suas próprias casas, sempre representadas como mais seguras em comparação com os espaços públicos. Sair de casa é representado como perigoso e deve ser feito apenas quando necessário, devido a gama de situações ruins que podem acontecer: ser atropelado, furtado, assaltado, levar um tiro ou ser assassinado, por exemplo. Os depoimentos a seguir demonstram esta percepção.

À noite não dá pra usar [*praça com aparelhos de ginástica*]. Ali você não vê polícia, só vê os meninos fumando drogas. Que segurança você tem ali? É zero. Então eu não acho seguro não. É melhor ficar em casa (Natália, recepcionista, 25 anos, Araçatuba).

Eu particularmente me sinto seguro em casa. Eu sempre tive comigo que a casa é tudo. A casa é o teu esteio. Porque ali existe uma separação. Sou eu e minha família. Já no espaço público, você não conhece quem tá do seu lado. Você não conhece a intenção de quem está do seu lado. [...] A partir do momento que você põe o pé pra fora você pode ser atropelado, pode ser furtado, pode levar um tiro de uma bala perdida. Então, a maior segurança que existe pra mim é em casa (Carlos, escrevente Judiciário, 42 anos, Birigui).

Depois que eu entro em casa e fecho o portão, eu não me sinto mais insegura. Minha preocupação é conseguir chegar em casa e trancar o portão. Aqui dentro tá tudo bem, o problema é fora (Rosa, professora de educação infantil, 42 anos, Araçatuba).

Pra te falar a verdade, eu nem saio de casa mesmo. Tudo que eu preciso eu tenho aqui. Só saio mesmo quando é necessário, quando não tem jeito mesmo. É que em casa eu me sinto protegida. A gente escuta muita coisa hoje em dia, então não dá pra ficar tranquilo na rua. A gente sai, faz o que tem que fazer e volta pra casa, de preferência antes de escurecer. Porque quando mais você fica zanzando por aí, mais risco você corre de ser assaltado, morto, essas coisas (Marta, pespontadeira aposentada, 41 anos, Birigui).

No relato de José, selecionado abaixo, podemos perceber uma seletividade espacial que advém do fato de que ele e sua esposa se sentem mais seguros nos espaços privados, em detrimento dos espaços públicos, associados à bagunça e à aglomeração de pessoas. Diante da “desordem” percebida nos espaços públicos, este entrevistado prefere frequentar espaços mais reservados – onde não podem entrar todos os tipos de pessoas – e mais organizados – onde as normas de controle social são mais explícitas e mais respeitadas.

A gente não sai muito de casa. Nossa vida hoje em dia é bem pacata. A gente recebe mais visitas em casa do que sai, porque a nossa saúde já não é a mesma. Mas quando a gente sai, a gente vai na casa das nossas filhas, vamos comer alguma coisa, vamos no cinema no *shopping* em Araçatuba, quando tem um filme que interessa. [...] Não, a gente não tem costume de ir nesses lugares [*públicos*]. Eu acho que é muita bagunça, muita gente, aglomeração. A gente prefere ir em lugares mais organizados, mais reservados, a gente se sente mais seguro (José, aposentado, 65 anos, Birigui).

Na resposta de Pedro também podemos perceber a valorização da apropriação dos espaços privados, com a justificativa de que eles são mais seguros que os públicos – que devem ser apropriados o mínimo possível se o objetivo é ter uma vida segura.

Eu posso dizer que eu não vou a espaços públicos, quase não vou. Porque como eu tava falando, dependendo de onde você está, esses lugares são mais perigosos, a gente fica mais vulnerável. Então, quanto mais a gente puder evitar esse tipo de espaço, mais protegido a gente fica. Por exemplo, pra sair à noite. Se eu vou sair à noite, eu prefiro sentar num barzinho mais fechado, não naqueles que ficam mais abertos pra rua. Isso evita de eu ser abordado por um bandido. Se eu vou estacionar meu carro, não vou parar na rua, vou pagar um estacionamento, porque na rua você não tem a segurança

de que não vão roubar seu carro, riscar, essas coisas. É claro que a gente não pode evitar completamente. Mas quanto menos, melhor (Pedro, comerciante, 28 anos, Araçatuba).

Portanto, em contrapartida ao imaginário de que os espaços públicos são inseguros, temos a percepção de que os espaços privados e controlados garantem mais segurança. Desta maneira, alguns entrevistados relataram que em seus momentos de lazer preferem a segurança dos espaços privados – representados como espaços onde não serão abordados por pessoas indesejáveis, onde os moradores de rua não ficarão te olhando, onde a chance de acontecer uma briga é menor...

Se você vai numa loja na rua e numa loja no *shopping* você sente diferença. Eu ainda vou em algumas lojas no centro, porque as coisas são mais baratas, mas em termos de tranquilidade, de você ir de uma loja pra outra, fazer um passeio mesmo, a segurança não é igual. Pra começar, no *shopping*, ninguém te aborda, não tem aquelas pessoas que vivem na rua, que ficam te olhando. É muito mais seguro (Natália, recepcionista, 25 anos, Araçatuba).

É importante destacar a insegurança de Natália em relação aos moradores de rua, pelo simples fato deles a observarem. Ela não cita o medo deles a roubarem, por exemplo, mas a presença deles certamente causa incômodos. Tirando-os assim de seu campo de visão, o problema estará resolvido e ela poderá passear com mais segurança. Marcos estabelece uma contraposição com sua experiência de jogar futebol na rua, quando era criança, considerando que isto não é mais possível atualmente, demonstrando uma inabilidade – ou falta de vontade – de lidar com os conflitos sempre passíveis de ocorrer nos espaços públicos, que o faz preferir o clube, onde só se relaciona com seus amigos, como se nele os conflitos estivessem ausentes.

Isso é uma coisa que eu acho que mudou também. Eu não vou jogar futebol com meus amigos em qualquer terreno baldio, como a gente fazia quando era criança. A rapaziada se juntava e ia jogar, em qualquer lugar. Hoje eu vou num clube. Tem a ver como a minha idade isso, já tô mais velho, mas eu não acho mais seguro jogar na rua. Pode chegar qualquer pessoa e querer jogar com você, ou te tirar de lá. E você vai falar não? O campo não é seu e

hoje em dia, pras coisas virarem confusão e você levar um tiro é rapidinho. No clube não, é só você e seus amigos, você agenda sua partida, não tem erro (Marcos, escriturário, 39 anos, Araçatuba).

Sobre este aspecto, destacamos também o depoimento de uma entrevistada que ressalta a sensação diferenciada que possui ao andar pelas ruas da cidade e quando está no *shopping*, reconhecendo que muitas vezes, sua mudança de comportamento é natural – *sem pensar* – decorrente das percepções distintas que se tem sobre estes dois tipos de espaços.

É interessante isso. Porque às vezes eu nem acho que vai acontecer uma tragédia quando eu saio na rua, passo na praça central, ou vou no calçadão lá em Araçatuba. Mas a atenção é outra, a sensação é outra. Sem pensar, você fica com o “radar” ligado. Se tiver alguém andando muito próximo de você, você já fica esperto, pra não levarem sua bolsa. Acho que a gente vai aprendendo isso. Mas quando eu vou lá no *shopping*, a gente relaxa, não acha que todo mundo vai te assaltar, fica mais solto (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

No entanto, apesar da preferência dos entrevistados por realizar suas atividades cotidianas nos espaços privados, os espaços públicos – se é que podemos continuar a denominá-los assim – não são completamente preteridos, mas sua apropriação é marcada por atitudes que tentam fazer com que ela seja, objetiva ou subjetivamente, mais segura. Selecionam-se horários, espaços em que o fluxo de pessoas é maior, evita-se a ida a espaços públicos de bairros desconhecidos, sobretudo os bairros onde residem os segmentos mais pobres e “perigosos”, entre outras estratégias.

Quando optam pela apropriação de espaços públicos, os cidadãos realizam seleções – espaciais, sociais e temporais – que permitem a percepção de mais segurança. A apropriação dos espaços públicos escolhidos como passíveis de utilização deve ser feita, assim, preferencialmente de dia e quando há um maior número de pessoas circulando, por exemplo. Ir a certos espaços à noite, mesmo que durante o dia eles sejam considerados como seguros, é tido como altamente desaconselhável.

A gente às vezes leva as crianças no parquinho do zoológico, mas sempre durante o dia, num domingo à tarde, quando tem outras crianças. Tem sempre que prestar atenção no horário que você vai e se tem bastante gente lá. Não é bom ficar lá sozinho, porque é meio isolado (Rosa, professora, 42 anos, Araçatuba).

Eu costumo ir no centro, pagar conta, dar uma olhada nas lojas. Isso eu faço de dia, numa boa. Mas volta lá de noite prá você ver. A história é outra. Os moradores de rua, as prostitutas, os travestis, os usuários de droga, mandam lá. Se você for, principalmente depois das dez, é perigoso. É se candidatar pra ser roubado (Fernando, pedreiro, 44 anos, Birigui).

Eu mesmo não tenho esse costume não. A gente vai mais no *shopping* em Araçatuba, no cinema, quando vai passear. Mais a minha esposa caminha na pracinha lá de cima. Só que tem uma coisa, de noite ninguém vai lá, porque os “piticos” tomam conta. Vão lá fumar um, ficam na “função”, aí acaba pra nós. O lugar é deles (Marcos, Escriturário, 39 anos, Birigui).

Além de restringir os horários de apropriação dos espaços públicos que foram selecionados, os cidadãos relatam uma infinidade de outros controles e cuidados considerados como necessários para a garantia de sua segurança, visto que mesmo naqueles espaços tidos como menos inseguros, as possibilidades de se depararem com situações imprevistas e com circunstâncias perigosas são consideradas como grandes.

Desta forma, além de privilegiar a apropriação dos espaços privados, quando não podem abdicar das experiências nos espaços públicos, os cidadãos realizam uma série de estratégias para tentar diminuir a imprevisibilidade dos contatos, criando barreiras que, muitas vezes chegam a impedir que eles ocorram efetivamente. Estes controles individuais, assim como aqueles demandados ao poder público, como as câmeras de vigilância e o desejo de mais policiamento, vão, por si só, diminuindo as potencialidades de convívio com alteridade nos espaços públicos, minando suas características básicas.

Um aspecto importante destacado por Gomes (2006, p. 161) é o fato de que os espaços públicos são fundamentais para propiciar o “agir comunicacional” que permite a construção da unidade social, assentada na co-presença, na sociabilidade e no diálogo entre os diferentes

segmentos. Ao constatarmos que o contexto de apropriação dos espaços públicos possibilitado pelo imaginário das cidades inseguras não permite a comunicação entre os diferentes cidadãos, posto que fomenta as suspeitas e os afastamentos, começamos a entender os aspectos que levam à fragmentação socioespacial nas cidades contemporâneas. Seleccionamos alguns trechos de depoimentos que exemplificam as barreiras cotidianas utilizadas para limitar os contatos públicos. Para Maria, é imprescindível que ela fique atenta nos espaços públicos, porque neles existem muitos malandros tentando enganar os desavisados. Esta suspeita faz com que ela não converse com nenhum estranho, para que não crie a oportunidade da pessoa roubá-la, por exemplo.

Os cuidados que eu tomo são assim, por exemplo, se eu vou tomar um sorvete lá na praça, aproveitar uma sombra antes de pegar o ônibus, eu tento não dar confiança pra ninguém, não dar conversa pra ninguém. Se eu tô lá parada e alguém me pergunta alguma coisa eu respondo rápido e já saio de lá, pra não dar oportunidade da pessoa me passar no bico, criar alguma amizade pra me roubar. Do jeito que as coisas estão, a gente tem que ficar muito esperta, porque tem muito malandro que quer enganar a gente (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

No relato de Davi podemos observar a contraposição que ele realiza entre o passado e o presente, constatando que não é possível mais agir com a inocência de antes, com a ingenuidade das pessoas do sítio. Em seu entendimento, para viver com mais segurança nas cidades do interior tornou-se necessário aprender as malícias das pessoas das cidades grandes, visto que a situação destas cidades está se equiparando. Na apropriação dos espaços públicos é preciso assim, sempre tomar cuidado para não virar alvo dos bandidos.

Eu acho que tem que ter cuidado sim. Acabou aquela inocência que a gente podia ter em cidade do interior. Então, a gente vai aprendendo a deixar de ser matuto do sítio. Tem que pegar as malícias das pessoas da cidade grande, porque aqui já tá igual. É a mesma barbaridade. Então a gente evita virar alvo dos bandidos. Se eu tô num lugar aberto, eu procuro um guarda, um policial e tento ficar próximo, quando é em alguma festa. Na rua, a gente tem que prestar atenção nos estranhos, não cair na

conversa de qualquer um, desconfiar de pessoas te seguindo, daqueles que puxam conversa, dos grupinhos no seu caminho (Davi, repositor de mercadorias, 29 anos, Birigui).

O próximo depoimento selecionado não se refere especificamente à insegurança, mas é significativo quanto à negação dos contatos com os estranhos em situações públicas, que queremos enfatizar. Jaqueline relata realizar estratégias para impedir que as pessoas tentem conversar com ela no ônibus: colocar fones de ouvido, mesmo quando seu mp3 está desligado, fingir que está dormindo para desestimular o contato e até mesmo escolher horários em que o ônibus está mais vazio, para que ninguém se sente ao lado dela. Podemos perceber assim, que a entrevistada não está aberta às interações propiciadas nas experiências públicas, tentando se fechar em sua própria redoma individualizada.

Eu já arrumei um jeito de não ter que conversar com os outros no ônibus. Eu ligo meu mp3 e coloco o fone de ouvido. Teve uma vez que tinha até acabado a bateria, mas eu coloquei o fone assim mesmo, desligado, porque tem umas pessoas que querem bater papo dentro do ônibus e eu não gosto disso. Por isso eu tento pegar ele num horário que ele tá mais vazio, pra ninguém sentar do meu lado. Às vezes eu finjo que tô dormindo também. Por isso que eu gosto mesmo da minha motinha. Aí não tem essas preocupações. Mas quando chove ou quando meu marido precisa da moto, tenho que pegar o ônibus mesmo. Já passou da hora da gente comprar um carrinho (Jaqueline, vendedora, 30 anos, Birigui).

Outro aspecto que podemos enfatizar a partir do depoimento de Jaqueline é sua valorização da circulação pela cidade realizada em sua moto, que permite que ela não tenha que se preocupar com os contatos indesejados. A preferência pelo transporte individual se expressa também, no desejo de que ela e o marido adquiram um carro o mais rápido possível. Além de alterar a sociabilidade urbana, a opção pelo automóvel como meio de transporte principal produz mudanças também na apropriação dos espaços públicos, visto que as ruas deixam de ser consideradas como espaços em que é possível estabelecer relações socioespaciais, sendo apropriadas apenas como vias de circulação para que os cidadãos possam se locomover de um fragmento urbano ao outro.

Outra estratégia que limita as experiências nos espaços públicos, mas que é desejada e aceita por nossos entrevistados frente à percepção de insegurança, é a instalação de câmeras de vigilância em espaços como praças, parques e ruas. A valorização desta ação foi praticamente unânime e possibilita que observemos aspectos centrais referentes às representações contemporâneas acerca dos espaços públicos. Os motivos associados a esta aceitação são variados, indo do entendimento de que as câmeras inibiriam as atitudes criminosas, servindo então para a prevenção dos delitos, até à constatação de que elas ajudam a solucionar os crimes ao registrar as imagens. Foram notáveis as referências às imagens de câmeras de vigilância veiculadas na mídia, dando uma ideia de que esta exposição é capaz de gerar uma espécie de transparência para a violência, de que é possível conhecê-la mais de perto. A utilização destas imagens ajuda a alimentar o imaginário das cidades inseguras, conferindo um conteúdo indiscutível de verdade para os discursos que a mídia elabora, ao permitir que os telespectadores acompanhem do início ao fim as ocorrências.

O primeiro depoimento selecionado sobre este aspecto é o de Mário, que valoriza a instalação das câmeras nos espaços públicos, pois entende que são nestes espaços que os bandidos agem. Para ele, as imagens ajudam a identificar os culpados, contribuindo para que o crime possa ser solucionado.

Eu acho importante [*a instalação de câmeras nos espaços públicos*], isso daí é importante. Importante porque são nesses lugares que a maioria dos bandidos agem, né? E, a gente vê, por exemplo, fatos que acontecem, assaltos, assassinatos, algumas coisas, os bandidos fogem e se as câmeras estão ali funcionando, elas conseguem captar as pessoas, ou os carros, quem está lá dentro. Eu acho que deveria ter (Mário, professor universitário, 40 anos, Araçatuba).

Renato também privilegia o fato de que as câmeras auxiliam na identificação dos autores do crime e em seu entendimento isto faz com que as pessoas tenham mais medo de cometer algum delito, por causa da probabilidade de serem reconhecidos. Quando fala da instalação das câmeras nas praças públicas, Renato demonstra acreditar que esta

vigilância poderia permitir que os cidadãos voltassem a se apropriar destes espaços para o lazer, por exemplo – situação que ele entende como inviável atualmente por causa do consumo de drogas e da prostituição que identifica nestes espaços.

Eu sou a favor. Não sou contra não, principalmente em hospital público, pronto socorro público, banco, farmácia, onde tem uma maior concentração de pessoas, nos lugares públicos mesmo, eu acho que devia ter câmeras de segurança. Porque você vê passando em tanto lugar, gente que mata gente e você não consegue saber quem matou, identificar quem foi. Então, eu acho que isso é importante. Eu acho que deveriam colocar aqui em Birigui, porque a gente não tem isso aqui, esse negócio de câmera de segurança. Alguns estabelecimentos têm, por questão de segurança do proprietário, do dono do estabelecimento. Mas não tem tanto como deveria ter. Eu acho que se instalassem em outros locais públicos, por Birigui ser uma cidade pequena, acho que o povo teria um pouco mais de medo de ser identificado se cometesse algum delito em lugar público. Eu acho que seria bom.

[E, por exemplo, se instalação câmeras numa praça, você não acha que isso prejudicaria a privacidade daqueles que a frequentam?]

Pra quem vai namorar, essas coisas? Eu acho que vale mais a segurança. Porque hoje em dia, por exemplo, lá na praça James Mellor, você pode passar lá dia de sexta e sábado onze horas, meia noite, e a porcentagem de pessoas que estão ali por lazer é menor do que daquelas que estão ali fazendo arte. É muita gente fumando droga, tem gente que faz coisas nas praças que só por Deus, sabe? Tem muita prostituição nesses lugares. Então eu acho que valeria mais a segurança. [...] Tem gente que deixa de ir num lugar, de frequentar para o lazer, por conta disso. Por medo de ser assaltado, essas coisas. Então, eu acho que se fosse pra colocar eu seria a favor sim (Renato, técnico em enfermagem, 30 anos, Birigui).

Um aspecto importante relacionado à instalação das câmeras de vigilância diz respeito à diminuição da privacidade e ao aumento do controle social nos espaços públicos. A apropriação deles sempre foi mediada por regras informais de convívio, por simbologias compartilhadas que definiam os modos de se portar em público. No entanto, o que percebemos em nossa pesquisa é que estas normas que orientavam as interações nos espaços públicos não são mais eficientes em garantir uma esfera de relações em que prevaleça a segurança.

Neste sentido, os controles externos são tidos como necessários para regular e delimitar o convívio com a alteridade. A percepção de insegurança produz o entendimento de que não pode haver liberdade nos espaços públicos, visto que a liberdade de uns ameaça a sensação de segurança de outros. Aqueles que “não devem nada pra ninguém” se dispõem assim, a serem também alvos destes controles e vigilâncias, em nome da manutenção da segurança.

Observamos que a apropriação dos espaços públicos contemporâneos é perpassada pela necessidade da imposição de uma determinada ordem controlada externamente, pela polícia e pelas câmeras, por exemplo, no sentido de que quaisquer desvios nos padrões considerados como aceitáveis – identificados então, como ameaças – sejam contidos. Considerando que a ordem que se pretende perpetuar nos espaços públicos é aquela defendida pelas elites e pelos segmentos médios, embora alguns de seus elementos sejam incorporados à retórica dos mais pobres, podemos constatar que a espontaneidade na apropriação destes espaços não está garantida para todos. Embora neste contexto todos fiquem sujeitos à vigilância constante, sabemos que os roteiros de estigmatização generalizada dos segmentos pobres, reforçados pela disseminação do imaginário das cidades inseguras, fazem com que o desejo de que todos os olhares se voltem para a vigilância dos grupos ameaçadores, que têm sua presença considerada como incômoda, seja valorizado.

Comparece novamente então, a questão das significações diferenciadas das práticas socioespaciais de acordo com as posições assumidas em cada segmento. Os cidadãos podem ser divididos entre os suspeitos/pobres sobre os quais a vigilância e os controles serão dirigidos e as vítimas em potencial que serão protegidas por eles, embora o discurso seja que estas práticas têm como objetivo a garantia da segurança de todos.

O fato é que tanto os segmentos de elite e os médios quanto os mais pobres compartilham a percepção de que a apropriação dos espaços públicos sem vigilância e controles não é imaginável. No

entanto, não é possível saber os resultados que teríamos se estas práticas fossem efetivadas nos termos expressados por nossos entrevistados – não podemos afirmar, por exemplo, que haveria uma retomada da apropriação dos espaços públicos pelos diferentes segmentos sociais se eles fossem mais policiados e monitorados. De qualquer forma, se todos estes mecanismos de vigilância e controle fossem colocados em prática, o caráter público destes espaços já estaria totalmente corrompido.

Tendemos a acreditar que a expressão deste desejo por controles nos espaços públicos é uma tentativa de elaboração de uma proposta diante de um contexto de reconhecimento da insegurança, que não significa que as pessoas realmente anseiem por uma volta aos espaços públicos. Isto porque apesar da segurança ser um elemento central nas representações acerca destes espaços na atualidade e na determinação de seus modos de apropriação, ela não é o único fator que influencia no retraimento de sua utilização e valorização. Fatores como a degradação material destes espaços também são fundamentais, assim como o próprio entendimento de que os contatos com os diferentes, mesmo em ambientes tidos como mais seguros, não são desejados, não são valores a serem defendidos pelos cidadãos, ou seja, questionamos a própria razão de ser dos espaços públicos, que parece estar em descrédito atualmente.

De qualquer forma, os entrevistados identificaram que as câmeras de vigilância aumentariam as possibilidades de apropriação dos espaços públicos, pelo menos como um potencial, como exemplifica o depoimento de Simone. Na fala desta entrevistada podemos perceber o entendimento de que a privacidade não é uma qualidade associada à vida pública, mas um elemento que só pode ser defendido e garantido no domínio privado. Esta representação tem como pano de fundo o processo ressaltado por Bauman (2003; 2008) de permuta entre a obtenção de mais segurança em troca de menos liberdades individuais.

Eu acho ótimo. É ótimo, a gente precisa disso. Vai ser bom pra ver se acaba um pouco com essa bandidagem. Com isso a gente vai poder ter mais segurança. Com mais

vigilância, monitoramento, as pessoas mal intencionadas vão desistir de ir lá.

[Mesmo diminuindo a privacidade?]

Eu acho que não interfere. Se o lugar é público, é público, então você tem que saber o que você vai fazer. Se você quer fazer alguma coisa que não seja descoberta, que você acha que vai te expor, então faça em casa, num lugar fechado. Se é público, o próprio nome diz, o que acontece ali é público. Então não interfere na privacidade não, privacidade você tem que ter na sua casa (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

Sobre este aspecto, o depoimento de Carlos também é significativo, visto que ele entende que nos espaços públicos nós não temos direitos sobre a gente mesmo e que neles, não podemos reivindicar privacidade. O entendimento de que nos espaços públicos os direitos de todos devem ser respeitados parece que foi subvertido na identificação de que em nome dos direitos universais, ninguém mais pode defender seus direitos privados. Carlos reconhece também, e valoriza, o fato de que as câmeras de vigilância são instrumentos que aumentam a capacidade estatal de controlar as práticas e relações que se estabelecem nos espaços públicos, indicando a existência de uma naturalização da necessidade destes controles, mesmo sabendo que isto produzirá limitações à apropriação desses espaços.

Eu acredito que a gente vive numa sociedade onde a gente tem os espaços privados e os espaços públicos. Quando a gente fala em espaços públicos, a gente não tem direito sobre a gente. O espaço é público. A partir do momento em que ele é público, a gente não pode alegar privacidade naquele espaço. Então, eu sou a favor da instalação de câmeras, nesse sentido, porque sendo espaço público, os outros podem ver o que está acontecendo. E é uma maneira do Estado poder controlar o que está acontecendo no espaço público. Se eu vou fazer uma coisa errada num espaço público e tem uma câmera, eu deixo de fazer. E a gente vê nas notícias pela televisão, que muitas vezes se chega à autoria do crime, inclusive prendendo quadrilhas, em razão de uma câmera. Porque a imagem de uma câmera vale mais que a palavra de um ser humano (Carlos, 42 anos, escrevente judiciário, Birigui).

A frase dita ao final do depoimento de Carlos também merece destaque: “a imagem de uma câmera vale mais que a palavra de um ser

humano”, pois é indicativa da inversão de valores característica da contemporaneidade, em que as desconfianças e a identificação da falibilidade humana prevalecem.

Os próximos dois trechos de depoimentos selecionados também exemplificam a valorização da busca por segurança nos espaços públicos, mesmo que seja em detrimento das liberdades individuais, e a naturalização de que nas cidades inseguras todos têm que ser vigiados.

Aí o pessoal fala assim, e a privacidade? Mas se você está em um lugar público, né? Você só não permite que as pessoas filmem dentro da sua casa, mas lugar público é lugar público e infelizmente todo mundo tem que ser vigiado (Mário, professor, 40 anos, Araçatuba).

Eu acho que o combate à violência deve prevalecer [*em relação à perda da privacidade*]. Eu acho que câmeras de segurança em espaços públicos não vão influenciar na privacidade, porque o que você faz num espaço público não tem importância de ser gravado. Se todo mundo pode ver, porque não pode gravar? Desde que não seja usado de uma forma abusiva. Mas eu imagino que não existe nada que você faria em algum lugar público, a não ser que seja um crime, que alguém não possa ver. Eu não me preocupo com a privacidade nesse sentido. É preferível que a gente não tenha essa privacidade, mas que a nossa segurança seja garantida. Porque a gente tem que escolher: é preferível você ter privacidade, mas não poder sair de casa por causa da violência, ou é melhor a segurança dominar, mas você ter seus passos vigiados? Eu prefiro ser vigiada (Juliana, professora, 32 anos, Araçatuba).

Deste modo, as falas de nossos entrevistados indicam uma concepção de espaço público em que os direitos individuais têm que ser reduzidos – não em nome da apropriação coletiva – mas para que, por meio de vigilâncias e controles, estes espaços possam ser “esterilizados”, no sentido da minimização das possibilidades de que ocorram ações imprevistas e tidas como perigosas, tornando sua apropriação menos insegura. Ao invés do entendimento de que nos espaços públicos todos possuem o direito de exercerem suas individualidades em liberdade, considera-se que todos têm que ser vigiados e controlados, em nome de uma maior segurança.

O único depoimento taxativamente contrário à instalação de câmeras de monitoramento nos espaços públicos, no qual foi expressa a

recusa ao estabelecimento desta vigilância constante, foi o de Viviane. Para ela, jovem frequentadora de espaços públicos e com uma experiência de vida marcada pela sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA, 2008, 2010), a situação dos espaços públicos irá piorar com as câmeras, pois elas irão flagrar as ações dela e de seus amigos, potencializando a ação da polícia. Viviane relaciona a instalação das câmeras de vigilância com o aumento das prisões, que ficariam ainda mais superlotadas, gerando a necessidade de que novas penitenciárias sejam abertas. A despeito dos exageros e generalizações contidos nesta fala, a entrevistada parte do entendimento de que o que ela e seus amigos fazem nos espaços públicos representam condutas consideradas pelas outras pessoas como erradas, podendo ser passíveis de prisão. No entanto, o consumo de maconha que ela cita, por exemplo, não é definido por lei como crime e, portanto, não pode receber este tipo de punição, como deve acontecer com a maioria das ações destes jovens, que não são criminalizadas, mas que são identificadas como geradoras de insegurança.

[Você é a favor da instalação de câmeras de vigilância nos espaços públicos? O que você acha disso?]

Não. Não, não, não. Colocar câmeras na praça não. Aí vai flagrar a gente fazendo as coisas erradas. Não, aí vai ficar mais difícil, moça, vai piorar. Aí o povo vai querer derrubar a viatura. Aí não vai ter espaço nos presídios. Eles vão tá vendo tudo que acontece ali e vão querer levar todo mundo preso. Aí vai ter que construir mais penitenciária, porque vai dar lotação. Lá no CDP [*Centro de Detenção Provisória, em referência ao presídio em que seu marido está preso*] é lotação total. Toda pessoa que vai presa vai pra lá, porque é Centro de Detenção Provisória. Aquilo lá é um inferno. É um inferno aquilo lá. Aí todo mundo fica esperando ali, pra poder pegar o bonde [*transferência*] pra outra penitenciária. E as penitenciárias aí já estão tudo lotadas. Não, se colocar câmera vai estragar tudo. [...] Onde a gente vai fumar nossa maconha?

[E a polícia não interfere?]

Interfere sim. Entra lá de moto, assim, joga a viatura em cima da gente, mas só que não tem jeito não. Eles vão embora começa tudo de novo. As pessoas não tem medo. Só tem medo quando já tá dentro da viatura mesmo e não tem mais como voltar embora. Imagina se tiver

câmera. Os coxinhas [*policiais militares*] vão gravar tudo e usar contra a gente, aí ferrou. Eles já chegam chegando, espalhando todo mundo. Imagina com as câmeras. Pode por aí que eu sou contra (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

Para Viviane, a insegurança dos espaços públicos não está associada às condutas dos jovens – seus iguais – realizadas ali, conteúdo que compareceu em outras entrevistas. O que desequilibra sua apropriação nestes espaços é a ação dos policiais, que “já chegam chegando”, jogando a viatura em cima dos jovens. Mesmo assim, reconhece que depois que os policiais vão embora, as pessoas retomam suas atividades. Embora não tenhamos entrevistado muitos cidadãos com experiências parecidas com as de Viviane, sua fala já é um importante indicativo da importância de considerarmos a diversidade de posições possíveis em relação à percepção de insegurança e às práticas adotadas para minimizá-la, valorizando-as de forma igual no entendimento dos espaços urbanos. Como nos lembra Gomes (2006), as significações espaciais não podem ser aprisionadas dentro de um único significado, posto que a cidade é caracterizada por uma multiplicidade semiológica, pela variedade de interpretações, pela polifonia e transformação infinita, aspectos que tentamos valorizar em nossas análises.

É preciso ressaltar assim, outras percepções expressas por nossos entrevistados que levam ao esvaziamento da apropriação dos espaços públicos, além da insegurança urbana. A degradação material destes espaços também compareceu significativamente nas representações utilizadas para justificar sua desqualificação, na maioria das vezes entendida como propiciadora da ocorrência de ações tidas como violentas. Nos dois depoimentos selecionados a seguir, esta associação entre qualidades materiais deterioradas e insegurança comparece.

Tem uma praça que tem esses aparelhos [*de ginástica*]. A Praça da Estação, por exemplo, que não tem nem luz. Então, como é que vai ficar usando o aparelho lá nesse horário? Porque os bandidos quebram as lâmpadas. A prefeitura teria que ir lá e repor. Ou colocar guardas

nesse horário. Então não dá pra você ficar fora de horário lá (Marta, pespontadeira aposentada, 41 anos, Birigui).

Para Marta, a utilização dos aparelhos de ginástica instalados em uma praça da cidade não é possível no período noturno porque as lâmpadas são quebradas pelos bandidos e não são repostas pela prefeitura. A falta de policiamento também é apontada como um elemento que aumenta a insegurança desta apropriação. Ao falar sobre outro espaço público da cidade de Birigui, Sandra questiona se ele pode realmente ser chamado de praça, considerando mais adequado considerá-lo como um “território dos nória e dos pombos”. Ela enfatiza que a apropriação neste espaço não é possível porque os bancos foram retirados, por causa da sujeira gerada pelos pombos, pela presença dos usuários de drogas e pela falta de iluminação. Ao invés de favorecer o convívio, este espaço produz repulsa e evitamento, levando ao entendimento de que seu abandono é significativo de que ele, ao invés de ser público, não é de ninguém.

Pra que chamar aquilo de praça? Aquilo não é praça, é território dos nória [*usuários de droga*] e dos pombos. Como uma pessoa vai usar aquilo? Vai sentar no chão? Em cima do cocô dos pombos? De noite a gente tem que cortar volta dali, passar do outro lado da rua, porque é perigoso. É um breu só. Então tem que ver que tem uns espaços públicos que não são públicos. São de ninguém (Sandra, pespontadeira desempregada, 46 anos, Birigui).

Além da degradação material, outro aspecto considerado como negativo e que desestimula a apropriação dos espaços públicos, também associado com a percepção de insegurança, é a presença de pessoas indesejadas: mendigos, pedintes, moradores de rua. Na opinião de Raquel, sua falta de interesse em frequentar os espaços públicos de sua cidade resultam da falta de tempo para realizar alguma atividade de lazer e pelo fato de que atualmente as atividades como tomar um sorvete, sentar no banco da praça e apreciar o movimento, por exemplo, não são mais prazerosas, visto que são sempre interrompidas por alguém pedindo dinheiro ou fazendo algum outro tipo de abordagem.

[Porque você não frequenta muito os espaços públicos?]

Ah, acho que falta de vontade mesmo. Não tem nada que me interessa, que me faria sair de casa, do meu conforto, pra ir nesse tipo de lugar. Acho que hoje em dia a gente não tem mais prazer de ir numa praça, sentar lá, tomar um sorvete, apreciar o movimento. Uma que a gente não tem tempo pra isso. Depois, sempre tem alguém te abordando, pedindo dinheiro, não é agradável. Então, não é mais uma atividade prazerosa, eu só vou se for obrigada (Raquel, professora, 55 anos, Araçatuba).

Simone também não considera as experiências nos espaços públicos como agradáveis, enfatizando a falta de organização, a sujeira e o incômodo gerado pelas crianças que vem lhe pedir para pagar um lanche, um mendigo que fica lhe observando comer ou alguém que faz com que se sinta ameaçada porque a fica encarando, como elementos desanimadores em relação à apropriação destes espaços. Sua atividade profissional como assistente social é significativa em relação a esta postura de enxergar nos Outros marginalizados um motivo para evitar os espaços públicos e, portanto, o convívio com estes cidadãos.

De espaço público, a gente frequenta a Pompeu [*Avenida Pompeu de Toledo*] às vezes pra caminhar, num sábado a tarde, mas é raro. Agora pra ir em uma praça, sentar num daqueles trailers e comer um lanche, essas coisas, a gente não faz não. De jeito nenhum.

[*Por quê? O que você acha desses espaços?*]

Não sei, a gente não gosta. A gente é muito mais caseiro, a gente prefere comprar alguma coisa e trazer pra casa. Até porque em casa você tem televisão, pode colocar uma roupa confortável. Ou então, você vai a um restaurante mesmo, se prepara pra sair. Em lugar público não, é meio desarrumado, sujo. Além do que você não tem paz pra comer, né? É uma criança que vem te pedir um lanche, é um mendigo que fica olhando você comer, pra ver se você sente dó e dá dinheiro pra ele. Ou é alguém que fica te encarando e você já fica com medo dele querer fazer alguma coisa. Eu trabalho com o social, então eu sou contra esmola, mas é difícil quando a gente vai nesses espaços públicos (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

Como temos ressaltado, as interações entre os cidadãos são muito importantes para que o imaginário das cidades inseguras circule e que as práticas que lhe sustentam sejam realizadas. Neste sentido, apresentamos mais um exemplo de como os discursos reiterados acerca da necessidade de tomar certos cuidados frente à insegurança crescente

nas cidades acabam influenciando atitudes de cidadãos que a princípio não as considerariam como necessárias.

No trecho de entrevista selecionado a seguir, Juliana inicia respondendo que já utilizou certos espaços públicos para fazer caminhada, mas que não os frequenta mais. Quando perguntada se considera estes espaços como seguros, a entrevistada afirma que sim, mas diz que tem certo receio de frequentá-los. Explicando melhor sua percepção, ela relata que não viu nada de errado nestes espaços, ressaltando apenas o fato de que em certos horários não tem muita gente circulando, mas que seu tio, com quem ela reside, um dia não permitiu que ela fosse caminhar às 9 horas da noite, alegando que era muito perigoso. Juliana enfatiza sua indignação por não poder ter a liberdade de circular por onde quiser, na hora que quiser, acionando suas experiências vividas quando morava na Austrália como referência, mas relata que acabou desistindo de frequentar os espaços públicos, por causa desta insegurança, gerada, segundo ela, porque aqueles que tinham que estar presos não estão – fazendo com que ela tenha que se trancar. Neste caso, a disseminação do imaginário das cidades inseguras se mostrou eficaz em promover escolhas que levam ao esvaziamento dos espaços públicos.

[Você frequenta algum espaço público, algum lugar pra fazer caminhada, alguma praça, por exemplo?]

Eu fui uma vez só, fazer caminhada em volta do zoológico, onde as pessoas costumam caminhar, de tardezinha. E eu já fui na Pompeu também pra fazer caminhada, mas não vou mais não.

[E você acha que esses espaços são seguros ou você tem algum tipo de receio?]

Ah, eu acho que são seguros. Eu acho que só aqui no bosque, no zoológico, que eu fico meio com receio. Na verdade, não é nem... É que eu caminhei uma vez de tardezinha e não vi nada de errado, mas dependendo do horário não tem muito carro passando, não tem muita gente na rua. E uma vez eu queria sair pra caminhar, acho que era umas nove horas da noite e o meu tio falou: “você não vai não. Aqui? Você tá louca”? Então, isso é outra coisa que me deixa irritada em relação a morar aqui, mas aí seria em relação ao Brasil todo. Porque quando eu morava na Austrália, eu chegava do trabalho,

não tinha tempo, então era meia-noite, eu saia pra fazer caminhada. Sozinha na rua. Não tinha ninguém, mas não tinha perigo. Eu corria e voltava pra casa tranquila. E eu gosto disso, eu gosto de ter liberdade. Não importa que horas que eu quero sair. Não gosto desse negócio: “ah, não pode agora porque é perigoso”. É perigoso porque quem deveria estar preso está solto, aí quem tem que se trancar sou eu? Isso me irrita muito. Mas de tanto o povo falar, eu desisti de caminhar, desisti de frequentar esses espaços, pra que eu não vire estatística. (Juliana, professora, 32 anos, Araçatuba).

No entanto, temos que enfatizar o fato de que nem todos os espaços públicos foram representados negativamente. A localização de alguns espaços, o nível de cuidados que eles recebem e o policiamento percebido influenciam as representações dos cidadãos. Assim, o Parque do Povo em Birigui e a Avenida Pompeu de Toledo em Araçatuba são exemplos de espaços valorizados por nossos entrevistados como áreas mais seguras, em que a apropriação é mais agradável.

Os depoimentos selecionados abaixo revelam que a identificação dos “bons” e dos “maus” espaços públicos seguem o roteiro prévio de estigmatização generalizada da pobreza. Assim, de uma maneira geral, os espaços públicos localizados nas áreas mais centrais são tidos como mais seguros em relação àqueles que se encontram nos bairros periféricos.

Eu acho que esses espaços [*públicos*] são inseguros nos bairros mais afastados. Não adianta falar que não é. No Parque do Povo é diferente, além de ter movimento de pessoas, tem polícia também. No bairro geralmente só tem movimento das pessoas do bairro [...], que conhece os bandidos do bairro. Na hora que sai lá fora, já vê o bandido e fala: vou entrar pra dentro. Agora no centro não, a polícia passa, não existe comando específico de gangue, não é gente só do bairro que usa. Então, espaço público de lazer, quando é no bairro afastado, ele não tem segurança pública (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

Bom, a gente tem que considerar de onde estamos falando. Por exemplo, caminhar de tarde na [*Avenida*] Pompeu, na dos Araçás, é uma coisa. Tem bastante gente que faz isso, tem os bares, é agradável. Não fico inseguro. Mas eu não tenho coragem de caminhar em qualquer lugar. Tem que diferenciar. No Mão Divina, por exemplo, eu não vou andar nas ruas de lá (Pedro, comerciante, 28 anos, Araçatuba).

Em relação à valorização de certos espaços públicos, que apresentam muito movimento em horários específicos ao contrário de outros que estão sempre vazios, como observamos nos trabalhos de campo, temos que ressaltar que, apesar de seus elementos positivos terem sido enfatizados por pessoas de diferentes segmentos sociais, sua apropriação é feita majoritariamente por pessoas dos segmentos médios, fazendo com que o caráter de público destes espaços tenha que ser relativizado. Como destaca Serpa (2007), a soma de apropriações de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. Para isto, é preciso que existam as condições para que sejam realizadas apropriações compartilhadas por diferentes segmentos sociais, possibilitando que a alteridade seja reconhecida.

No Parque do Povo (Birigui) e na Avenida Pompeu de Toledo (Araçatuba), por exemplo, dificuldades de acesso foram relatadas por nossos entrevistados como impedimentos para a apropriação cotidiana destes espaços. Observamos também, que a presença de pessoas dos segmentos mais pobres nestes espaços se dá a partir de papéis bem demarcados. Por exemplo, na Avenida Pompeu de Toledo, observamos que aqueles que podem ser considerados como seus verdadeiros frequentadores – principalmente jovens dos segmentos médios – realizam ali atividades como: caminhada, escutar música com um grupo de amigos, rodas para tomar tereré ou fumar narguile, ou mesmo observar o movimento dos barzinhos localizados na avenida. A identificação de pessoas dos segmentos mais pobres é feita principalmente quando observamos vendedores ambulantes e pelos guardadores de carro que circulam pela área. Não queremos afirmar que pessoas dos segmentos pobres também não se apropriam destes espaços para o lazer, mas é certo que a quantidade de pessoas pobres que realizam uma apropriação cotidiana destes espaços públicos é consideravelmente menor.

Então, quais são as possibilidades de troca e de interações que efetivamente podem ser estabelecidas entre os diferentes segmentos sociais nestes espaços? Apesar deles serem abertos, com acesso livre

para todos e frequentados por um coletivo de pessoas, não há um efetivo encontro das diferenças em sua apropriação, o que faz com que tenhamos que considerá-los como pseudo-públicos.

No depoimento de Davi podemos perceber como é difícil para um morador de um bairro periférico e descontínuo da cidade de Birigui [Portal da Pérola] frequentar cotidianamente o Parque do Povo, que tem uma localização pericentral, embora ele valorize este tipo de apropriação.

Eu acho que aqui no bairro não tem espaço público do jeito que você tá falando. Igual ao Parque do Povo lá perto do hospital onde o pessoal caminha, aqui não tem. Se a mulherada quiser caminhar aqui, tem que ser na rua mesmo.

[E você costuma frequentar algum espaço público em algum outro bairro da cidade? Pra alguma atividade de lazer, por exemplo?]

Não, não dá. Aqui é longe de tudo, a gente não pode se dar ao luxo de ficar pegando o carro pra ir fazer caminhada, pra levar as crianças pra brincar. A gente trabalha o dia todo lá na cidade, depois volta pra casa pra tomar banho. A gente não tem nem coragem de pegar o carro e andar quase meia hora pra ir lá no Parque do Povo ou em outro lugar. A gente fica exausto. Eu acho que aqui deveria ter um lugar bonitinho pras pessoas daqui poderem ter um lazer também. Um lugar perto, que a gente pudesse ir à pé (Davi, repositor de mercadorias, 29 anos, Birigui).

Podemos perceber que, mesmo que Davi possua um automóvel, a distância de seu bairro em relação ao restante dos espaços urbanos desestimula a apropriação cotidiana de espaços como o Parque do Povo, diante de sua rotina de trabalho e dos deslocamentos diários que é obrigado a fazer para ir trabalhar “lá na cidade”. Para Tadeu, que não possui automóvel e reside no bairro Calçadista, também na periferia de Birigui, as dificuldades de acesso também são elementos que impedem sua apropriação frequente do Parque do Povo em Birigui, como podemos observar em seu depoimento.

Tem o Parque do Povo aqui na cidade. Que eu conheço de espaço público é ele. Eu já fui na festa do milho que eles fazem lá e é muito boa. Mas por exemplo, eu preciso ir de carona com alguém. Pra mim ir de bicicleta é mais ou menos uns 40 minutos de pedalada, então eu vou chegar

cansado. Pra ir de ônibus também é embaçado, por causa dos horários que são muito poucos pra vir embora depois. Aí se perder o ônibus, você tem que pegar um moto-táxi, aí já custa uns 10 reais, fica caro. É complicado. Então eu só vou quando tem algum tipo de festa mesmo e alguém pode me dar carona (Tadeu, auxiliar de produção, 33 anos, Birigui).

Podemos constatar assim, que o imaginário das cidades inseguras, ao disseminar suspeitas e inseguranças entre os cidadãos, pode ser considerado como um elemento central para o entendimento das representações e apropriações acerca dos espaços públicos das cidades estudadas. Associado com outros elementos como a má qualidade da estrutura e na manutenção destes espaços ou mesmo a simples inexistência deles em certos bairros, observamos que nossos entrevistados, de diferentes segmentos sociais, estão preferindo realizar suas atividades cotidianas em espaços privados, tidos como mais seguros e mais agradáveis.

Para os segmentos de maior poder aquisitivo, este esvaziamento das experiências nos espaços públicos é acompanhado pela oferta crescente de espaços privados fechados ou de acesso controlado para a realização de suas atividades cotidianas, que oferecem substitutos esterilizados nos quais as interações sociais podem se dar com segurança, sem a necessidade de que as diferenças sejam reconhecidas e negociadas em sua apropriação. Como os segmentos pobres também estão preocupados em garantir sua segurança, não valorizando assim, a apropriação dos espaços públicos, identificados com ameaças e perigos, a reivindicação por mais espaços públicos ou pela melhoria das qualidades dos já existentes fica prejudicada, pois não representa os anseios dos cidadãos que preferem negar ou neutralizar a alteridade em suas relações socioespaciais, contexto no qual a luta por espaços que sejam de todos perde o sentido.

2.2. O mercado de segurança e os controles situacionais cotidianos

Constatamos que o imaginário das cidades inseguras altera as formas dos diferentes cidadãos vivenciarem a cidade e de estabelecer

suas relações de sociabilidade. Frente à percepção crescente de insegurança, aspectos como maior seletividade social, espacial e temporal são acionados no cotidiano urbano, cuja realização passa a ser marcada pela valorização dos espaços privados, onde é possível evitar a alteridade por meio de mecanismos de controle de acessos que garantem certa homogeneidade nos contatos, sendo que o principal critério para esta seleção são as condições socioeconômicas. Neste contexto, a apropriação dos espaços públicos é esvaziada de suas principais características constitutivas, como o convívio – mesmo que conflituoso – entre as diferenças, a imprevisibilidade nos contatos e a espontaneidade dos usos. Representados como inseguros, desordenados, desagradáveis, grande parte destes espaços passa a ser evitada pelos cidadãos de diferentes segmentos sociais, que relatam o desejo de mais vigilância e controle para que sua apropriação segura possa ocorrer. Naqueles espaços públicos cujas condições materiais estão melhor conservadas e que a insegurança parece controlada, localizados essencialmente em áreas mais centrais das cidades, observamos que apesar da intensa frequência, ela é marcada por clivagens sociais que fazem com que tenhamos que questionar sua validade enquanto espaços realmente públicos.

Consideramos assim, que uma das características mais marcantes das cidades contemporâneas, tanto as metropolitanas como as de porte médio e até pequenas, é sua tendência para o fechamento, considerado no âmbito da adoção de equipamentos e serviços de segurança nas residências, empresas e espaços públicos e da produção de espaços fechados, de acesso controlado, para a realização de atividades como consumo e lazer (*shopping center*, parques e clubes privados), residência (loteamentos fechados) e trabalho (condomínios empresariais e de escritórios), por exemplo.

Os agentes que comandam o fechamento das cidades são, portanto, aqueles ligados ao mercado de serviços, equipamentos e espaços que oferecem segurança – e que atuam na produção do imaginário das cidades inseguras, como já destacamos. As ações destes

agentes se vinculam à lógica da busca individualizada por soluções para problemas produzidos socialmente, ressaltada por Bauman (2003; 2008) como um aspecto importante da contemporaneidade. Instaure-se um entendimento compartilhado de que aos cidadãos inseguros cabe a responsabilidade de investirem reiteradamente seus recursos na compra de tudo aquilo que promete aumentar sua segurança. Aqueles que se tornam vítimas de algum tipo de violência são acusados de não terem se empenhado o suficiente para afastar de si os perigos, tão largamente expostos.

Esta mercantilização e privatização da busca por segurança via mercado deve ser entendida dentro do contexto da expansão dos ideais neoliberais, que proclamam a falência do Estado em prover os serviços básicos para a população. A partir da observação das ações estatais e do mercado no que se refere à segurança nas cidades, o que percebemos é que elas são mais complementares do que opostas – cada um destes agentes tem um papel bem marcado na gestão (e não na solução) da insegurança urbana. Enquanto o mercado possibilita que os indivíduos, de acordo com seus desiguais recursos financeiros, dotem seus espaços de apropriação dos mais diferenciados mecanismos capazes de lhes garantir mais segurança – material ou subjetiva, o Estado age na repressão e punição dos cidadãos considerados como desviantes, seguindo o roteiro de estigmatização dos segmentos pobres.

De acordo com Wacquant (2012), a mão invisível do mercado necessita e reivindica o punho de ferro do Estado Penal, que substituiu o projeto do Estado de Bem Estar Social. Deste modo, o que figura como uma aparente ineficácia do Estado em lidar com a segurança pública deve ser relativizada e contextualizada, visto que na verdade, ele é bem eficaz em manipular e manter a insegurança como um aspecto rentável para o mercado – e para ele mesmo –, indicando que o entendimento do fracasso ou sucesso das ações de segurança estatais devem ser consideradas levando-se em conta os interesses que estão por trás de seu projeto político. Por um lado, para a “opinião pública” fica evidente que o Estado não é capaz de garantir a segurança nas cidades – o que

fomenta as buscas individualizadas –, por outro lado, o aparelho repressivo/punitivo estatal é exitoso em garantir que a ordem estabelecida se mantenha, exercendo fortes controles sobre os segmentos pobres.

Esta imbricação das ações do mercado e do Estado na questão da segurança pública contemporânea é analisada por Garland (1999; 2008) que, baseado no caso britânico e dos Estados Unidos, identifica que o enfrentamento atual da criminalidade é perpassado por duas tendências aparentemente contraditórias, mas que no fundo são complementares: a) a perspectiva dos controles situacionais preventivos a serem realizados pelos indivíduos em seu cotidiano, recorrendo a mudanças em suas práticas e ao mercado de segurança, lógica na qual se inserem as estratégias que temos destacado até o momento, e b) as políticas de segregação punitiva, realizadas pelo Estado e caracterizadas pelo encarceramento em massa. Nestas duas perspectivas temos a manipulação das representações relativas aos criminosos, que justificam as duas matrizes de ação diferenciadas que compõem o novo paradigma de controle social definido pelo autor.

Mesmo tendo sido produzidas a partir da análise de outra formação socioeconômica, consideramos que as proposições de Garland (1999; 2008) possibilitam aproximações que nos ajudam a entender a situação da gestão da insegurança nas cidades brasileiras. O próprio autor reconhece que este padrão de enfrentamento da criminalidade baseado nos controles situacionais e na punição enérgica por parte do Estado pode encontrar ressonância em outros contextos socioespaciais, visto que diz respeito às transformações mais amplas e recentes da sociedade ocidental.

No mesmo sentido, Wacquant (1999; 2005; 2012) também constata que as políticas de segurança elaboradas nos Estados Unidos, como o projeto do Tolerância Zero implantado em Nova York no início da década de 1990 pelo prefeito Rudolph Giuliani, que tinha como objetivo combater as pequenas desordens de rua e os dos pequenos infratores, foram sendo disseminadas mundialmente e passaram a

constituir um novo “senso comum” punitivo que ratificou uma “tempestade global de lei e ordem” (WACQUANT, 2012), caracterizada pelo aumento vertiginoso das ações de encarceramento – direcionadas essencialmente para os pobres. O autor constata assim, que certos padrões no tratamento da criminalidade foram generalizados para diferentes contextos socioespaciais, inclusive no Brasil.

Mesmo não podendo desconsiderar as especificidades da implantação destas políticas de segurança em cada país, suas semelhanças não podem ser negligenciadas. Deste modo, as proposições de Garland (1999, 2008) nos ajudam a pensar o caso brasileiro, permitindo que façamos correlações importantes entre as políticas de combate à criminalidade e as mudanças na apropriação dos espaços urbanos. A criminologia “esquizoide” identificada pelo autor, que combina ao mesmo tempo políticas preventivas – a serem realizadas principalmente pelos indivíduos – e as punitivas – centralizadas nas ações estatais – contribui também para a compreensão da produção das representações acerca do Nós e do Eles nas cidades contemporâneas. Vamos assim, ao detalhamento dos aspectos que consideramos mais relevantes da contribuição do autor para o entendimento de nosso objeto de pesquisa.

O primeiro elemento que ressaltamos é a política dos controles cotidianos, baseada nas lógicas da escolha racional, do crime como oportunidade e em sua prevenção situacional. Segundo Garland (1999), nesta lógica o criminoso é entendido como um ser racional que calcula suas ações de acordo com as oportunidades que lhe são propiciadas, considerando assim, que a melhor resposta para conter a criminalidade seria tornar as coisas mais difíceis para os delinquentes, inserindo-se aí o mercado de equipamentos, serviços e espaços que prometem aumentar a segurança, justamente por impor barreiras à ação dos bandidos.

Os crimes são considerados nesta perspectiva, como um aspecto normal e trivial na sociedade contemporânea, que deve aprender a administrar este fato social. O principal é não propiciar ocasiões para

que o crime ocorra, o que pressupõe mudanças nas atividades cotidianas dos cidadãos, como por exemplo, a seletividade e a adoção de sistemas de vigilância e segurança que temos destacado. Os controles que são instaurados então, não se situam num plano superior, por meio de comandos soberanos, mas são estabelecidos nas interações sociais cotidianas, cada vez mais marcadas por fronteiras físicas e simbólicas.

Garland (1999) ressalta ainda, que sob a lógica das criminologias da vida cotidiana, os criminosos deixam de ser vistos como sujeitos não adaptados ou sub-socializados – anomalias sociais – e passam a ser considerados como consumidores hedonistas, racionais – um homem situacional desprovido de parâmetros morais ou de controles internos, excetuando a capacidade para o cálculo de suas ações criminais. O crime é entendido como um prolongamento da interação social “normal”, que deve ser evitado por ações baseadas na responsabilização dos indivíduos.

No entendimento do autor (1999) esta estratégia preventiva não pode ser compreendida apenas a partir da disseminação ou da privatização da repressão criminal, mesmo que ela se sustente nos controles sociais de origem privada e estimule o mercado crescente de segurança. A prevenção situacional individualizada tem que ser analisada como uma nova forma de se governar o crime, que possui suas próprias formas de saber, seus objetivos próprios, além de técnicas e aparelhos específicos.

Garland (1999; 2008) enfatiza que este conjunto de práticas realizadas no âmbito privado faz com que a máquina centralizada do Estado se torne mais poderosa do que nunca, porque permite que as ações estatais sejam focadas em aspectos que realmente lhe interessam. Isto porque a noção de Estado de Bem-Estar social é solapada, limitando as atribuições dos serviços públicos, diminuindo os direitos sociais relacionados com a cidadania e incrementando a influência do mercado sobre aspectos essenciais, fazendo com que a relação política entre cidadão e o governo seja substituída por um contrato comercial

entre comprador e fornecedor, nos moldes do ideal neoliberal. Neste contexto, a sociedade diminui sua dependência em relação ao Estado, ao passo que aumenta sua vinculação com o mercado e os capitais privados.

Em contrapartida aos controles sociais realizados no âmbito privado, ao Estado cabem as respostas punitivas cada vez mais austeras, que, segundo Garland (1999, p. 74), dão a ilusão de que “se está fazendo algo, aqui e agora, de forma rápida e eficiente” e que servem para demonstrar seu poder soberano. Nesta perspectiva, o criminoso figura como o Outro, o estrangeiro, alguém que pertence a um grupo social e racial distinto que não tem nenhuma semelhança com as características daqueles que podemos chamar de Nós. Isto porque, conforme Garland (1999), os discursos punitivos estatais são baseados em arquétipos dos delinquentes como marginais, predadores, membros de uma sub-classe, nos quais são identificados nossos inimigos, aos quais não há ajuda concebível nem simpatia possível. Diferente do que acontece com as estratégias de prevenção situacional centradas na naturalização dos perigos no cotidiano, as medidas estatais punitivas são potencializadas pela ideia de uma onda de criminalidade que coloca em risco a normalidade de nossas vidas, exigindo assim ações rápidas e enérgicas.

Consideramos assim, baseados nas proposições de Garland (1999; 2008), que as maneiras escolhidas para se enfrentar a criminalidade e a insegurança na contemporaneidade tem como características constitutivas a dualidade, a polarização e a ambivalência. Os controles sociais estabelecidos apresentam naturezas diferenciadas. Na “criminologia do eu” os criminosos são representados como sujeitos racionais parecidos com a gente e que devem ser vigiados e controlados no âmbito do cotidiano urbano. Já na “criminologia do outro”, os delinquentes figuram como ameaçadores, estrangeiros, inquietantes, excluídos e rancorosos que devem ser punidos e retirados do convívio social (GARLAND, 1999), perspectiva que se sobressai nos discursos de nossos entrevistados.

Nestas duas perspectivas complementares há um comprometimento das possibilidades de se estabelecerem os vínculos sociais que definem a sociabilidade, que se realiza cada vez mais fragmentadamente no cotidiano urbano, como pretendemos demonstrar. Numa situação, os Outros – principalmente os pobres – são estigmatizados como sujeitos perigosos com quem os contatos devem ser evitados. Na outra, temos que desconfiar também de nossos semelhantes, afinal, qualquer um pode ser “tentado” a cometer crimes se as oportunidades favorecerem. Num contexto em que estas lógicas são combinadas, a sociabilidade é restringida, majoritariamente entre os segmentos sociais diferentes – ricos e pobres –, mas também no interior destes próprios segmentos, como nossas entrevistas demonstraram.

Correlatamente, a apropriação das cidades também é influenciada por estas lógicas. Os controles cotidianos, tanto aqueles que envolvem a seletividade e os evitamentos nas práticas urbanas, quanto aqueles exercidos por meio do uso de equipamentos e serviços de segurança privada ou a opção pela apropriação de espaços fechados como loteamentos e *shopping centers*, podem ser associados com a ideia da responsabilização dos indivíduos pela vigilância constante para a prevenção situacional das ocorrências tidas como violentas.

Já os relatos que defendem a necessidade de que a polícia seja mais truculenta, que o Estado acabe com as “mordomias” oferecidas para os presos e suas famílias ou ainda o entendimento de que o fechamento urbano é inquestionável atualmente porque os bandidos não estão atrás das grades, estão associados com a lógica do Estado punitivo, como analisaremos no próximo item deste capítulo.

A seguir, apresentamos reflexões acerca do papel do mercado no estabelecimento das práticas preventivas no cotidiano urbano, dando ênfase aos promotores imobiliários, produtores dos enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) cada vez mais escolhidos como as opções mais seguras para moradia, trabalho, consumo e lazer, pelas elites e segmentos médios, mas também pelos segmentos pobres – mesmo que

seja apenas no plano das projeções e desejos. Abordamos também a atuação das empresas de segurança privada e de equipamentos de vigilância. Nosso entendimento acerca destes agentes ligados ao mercado da segurança é construído a partir das representações expressadas por nossos entrevistados nas duas cidades estudadas.

Os promotores imobiliários e a venda da segurança

A produção de espaços de acesso controlado como os loteamentos fechados e os *shopping centers* vem se generalizando tanto nas metrópoles quanto nas cidades de porte médio, sustentada, como temos argumentado, pela ação dos agentes produtores e disseminadores do imaginário das cidades inseguras, que permitem que a justificativa da adoção da lógica do fechamento seja utilizada nestes diferentes contextos socioespaciais. Assim, além da ação dos próprios promotores imobiliários envolvidos diretamente na produção destes espaços, precisamos considerar as sobreposições das ações de outros agentes como a mídia, as empresas de segurança privada, os políticos, os policiais, os criminosos e o sistema judiciário, por exemplo, que atuam conjuntamente na criação e circulação da atmosfera generalizada de insegurança que passa a pautar a apropriação dos mais diferentes espaços urbanos, favorecendo a identificação de que os espaços fechados constituem necessidades importantes no contexto atual.

Como ressalta Sposito (2006), os loteamentos fechados não são formas de *habitat* exclusivos do período mais recente da história da urbanização no mundo ocidental, visto que as referências aos primeiros espaços deste tipo indicam sua existência já na segunda metade do século XIX. Rybczski (1996), por exemplo, trata da produção de Llewellyn Park, em Nova Jersey, iniciada no ano de 1853 e que segundo a autora pode ser considerado como a primeira iniciativa de loteamento fechado nos EUA.

Para o caso brasileiro, Caldeira (2000) identifica que os primeiros empreendimentos horizontais começaram a ser construídos na cidade

de São Paulo no final dos anos de 1970, constatando que a segurança, proporcionada por meio de muros e controles de acesso, já era um atributo diferenciador oferecido nestes espaços, mesmo quando a segurança não figurava entre as principais preocupações na cidade. A autora (2000) enfatiza que a partir destas primeiras experiências, o enclausuramento se transformou em uma estratégia imobiliária e de *marketing* dominante nas décadas seguintes, fazendo com que a segurança se tornasse um requisito obrigatório para os novos empreendimentos que desejavam ter prestígio.

Ao falar sobre o loteamento Alphaville, que teve sua implantação iniciada na década de 1970, Caldeira (2000) ressalta que a segurança sempre foi uma das obsessões de todos os envolvidos com o empreendimento e um ponto de destaque em suas campanhas de publicidade. A autora (2000) afirma que no início dos anos de 1990 sua força de segurança privada contava com mais de 800 homens e 80 veículos. Esses indícios comprovam a importância do imaginário das cidades inseguras na justificação da necessidade da produção deste tipo de espaço fechado, que vem sendo consolidada ao longo dos anos e sendo generalizada para diferentes contextos socioespaciais, prescindindo de que neles haja um problema efetivo em relação à ocorrência de atos tidos como violentos – basta que a segurança seja valorizada como atributo imprescindível, visto que, inspirados em experiências norte-americanas, os empreendedores imobiliários trouxeram este padrão de *habitat* para o Brasil, com o oferecimento da segurança fazendo parte do pacote de diferenciais materiais e simbólicos utilizados para valorizar estes empreendimentos, quando ainda não havia uma generalização da preocupação com a segurança nas cidades brasileiras. Os empreendedores propuseram assim, uma solução imobiliária para um problema que ainda não estava colocado como tal, contribuindo, portanto, de forma importante para a produção e disseminação desta questão como um imaginário central e indispensável na apropriação dos espaços urbanos, fomentando a formação de um contexto socioespacial quase ilimitado para seu raio de

ação, visto que criam um mercado consumir potencial preocupado com a segurança que vai além das realidades metropolitanas.

Em Araçatuba e Birigui verificamos que a intensificação da produção dos loteamentos fechados se iniciou na segunda metade dos anos de 1990, com destaque para o número de empreendimentos implantados a partir de 2000. Deste modo, apesar de não serem exclusivos do atual estágio do processo de urbanização, seu aumento numérico substancial e sua generalização para diferentes contextos socioespaciais fazem com que consideremos os loteamentos fechados como novos conteúdos que marcam a experiência contemporânea de apropriação das cidades, promovendo reestruturações tanto no âmbito de sua materialidade e das práticas socioespaciais, quanto na definição das representações acerca de seus diferentes espaços e grupos sociais.

Além dos empreendimentos fechados para residência, ressaltamos também o papel dos *shopping centers* para a realização das atividades de consumo e lazer nas cidades contemporâneas, justificados igualmente pela segurança e pelo controle do acesso, que oferecem um ambiente “esterilizado” para a apropriação, sem os imprevistos ameaçadores da cidade aberta. Segundo Sarlo (2009), os *shoppings* são os substitutos das praças públicas, paraísos que permitem o contato direto com as mercadorias, imaginariamente inclusivo, mesmo que sejam excludentes sob o ponto de vista do poder de consumo. A partir da instauração de ritmos artificiais, oferecem atributos que não estão disponíveis nas cidades, ou estão de forma parcial: ordem, limpeza, segurança, controle, previsibilidade.

Sarlo (2009) situa a produção dos primeiros *shopping centers* – a invenção deste produto pelo mercado – num contexto em que a insegurança é convertida em preocupação central na vida urbana, como temos considerado, no qual a busca por apropriações privadas se generaliza, por exemplo, com a produção dos enclaves controlados para moradia. Outra característica ressaltada pela autora é sua relativa independência em relação ao entorno, podendo se localizar na beira de uma rodovia ou num terreno distante da cidade consolidada. Deste

modo, tanto os loteamentos fechados, quanto os *shopping centers* são representantes de um dos tipos de enclaves socioespaciais¹⁰ que tratamos nesta pesquisa: os enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) destinados para as elites e para os segmentos médios.

Segundo Caldeira (2000, p. 258-259), os enclaves fortificados são espaços privados para uso coletivo, fisicamente demarcados e isolados por muros, grades e detalhes arquitetônicos, voltados para o interior e não para a rua, cuja vida pública é explicitamente rejeitada. São controlados também por guardas e sistemas de vigilância, que determinam as regras de inclusão/exclusão, que podem ser implantados praticamente em qualquer espaço, visto que são autônomos e independentes de seus arredores imediatos. Outra característica dos enclaves fortificados é sua tendência para a homogeneidade social e elaboração das diferenciações sociais baseadas na distância e nas desigualdades sociais – são literais na criação de separações.

Considerando assim que os loteamentos fechados e os *shopping centers* são exemplos de enclaves socioespaciais produzidos pelo mercado no contexto da generalização do imaginário das cidades inseguras, vendidos como soluções espaciais para que as apropriações cotidianas aconteçam em ambientes controlados e seguros, apresentamos as diferentes representações expressas por nossos entrevistados acerca destes empreendimentos, sua utilização e o papel da segurança na justificação de sua produção, tentando identificar as diversas significações sociais que estes espaços podem adquirir.

Os cidadãos e os loteamentos fechados

As representações acerca dos loteamentos fechados reproduzidas por nossos entrevistados foram organizadas em quatro eixos principais: a) a valorização destes espaços por cidadãos que não residem nestes empreendimentos, pertencentes a diferentes segmentos sociais; b) as

¹⁰ No capítulo 3 analisaremos os enclaves socioespaciais estigmatizados destinados aos segmentos pobres.

relativizações acerca da segurança efetivamente oferecida nestes empreendimentos; c) a identificação de conteúdos de diferenciação social e *status* contidos na apropriação destes espaços e d) as representações negativas acerca do fechamento nestes loteamentos.

A maior parte de nossos entrevistados considera que a opção por morar em loteamentos fechados é boa e que eles gostariam de residir em algum deles se suas condições financeiras permitissem. Aspectos como qualidade de vida, lazer, tranquilidade, contato com a natureza, organização e boa infraestrutura foram citados como fatores atrativos destes empreendimentos, cuja positividade é maximizada pelo fato de que estes elementos são oferecidos em espaços tidos como seguros, devido aos muros, os sistemas de vigilância e os controles de acesso. A seguir trazemos alguns depoimentos selecionados que exemplificam a valorização dos loteamentos fechados e o desejo dos entrevistados de morarem neste tipo de espaço. Na fala de Natália podemos observar que os loteamentos fechados são representados como uma forma diferente de moradia que propicia a diminuição das preocupações cotidianas. A identificação de que seus moradores não precisam sair com frequência do interior dos muros destes espaços, considerando que lá dentro equipamentos de lazer estão disponíveis, é indicativo de que a apropriação da cidade aberta é desvalorizada. Outro aspecto considerado pela entrevistada como positivo é o fato de que os sistemas de segurança dos loteamentos possibilitam que as residências não necessitem de grades, por exemplo, o que é impensável na cidade aberta.

Eu nunca pensei nessa possibilidade, mas porque não? É uma questão de morar diferente. Você não deve ter muita preocupação morando num lugar fechado. A segurança é maior, você tem lazer lá dentro, não vai precisar ficar saindo. Só pra trabalhar. Outra coisa que muda é que você não precisa morar numa casa toda cheia de grade. Os guardas é que cuidam da sua segurança (Natália, recepcionista, 25 anos, Araçatuba).

Maria, moradora de um bairro periférico e estigmatizado da cidade de Birigui, também realiza uma contraposição entre as representações acerca da cidade aberta – espaços abandonados – e as

relativas aos loteamentos fechados – espaços cuidados –, ressaltando que gostaria de morar num empreendimento destes, pois considera que isto significaria uma mudança importante em sua vida, por causa de aspectos como a segurança de sua família, as condições de infraestrutura, como as ruas que são asfaltadas e a possibilidade de ter um contato maior com a natureza, aspecto valorizado pela entrevistada.

Se eu tivesse condições eu moraria com certeza. Eu acho legal um condomínio, por causa da segurança, do espaço, porque eu gosto de planta, de mato. Lá você tem tudo isso, é um lugar mais cuidado. Não é abandonado, esquecido como aqui.

[O que você acha que mudaria na sua vida se você morasse num loteamento fechado?]

Mudaria tudo. Seria outra vida. Pra começar, a gente ia viver num lugar seguro, ia poder fazer tudo que a gente não pode fazer aqui, como ficar até tarde pra fora conversando, como eu te falei. Não ia ter medo de uma bala perdida acertar a cabeça de um filho seu. Não ia ter mais o problema das ruas sem asfalto. Como eu falei eu gosto de mato e em condomínio a gente tem bastante natureza. Então ia ser outra vida (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

Para elaborar sua representação acerca dos loteamentos fechados, Regina aciona suas lembranças do passado e as compara com as possibilidades atuais de se vivenciar as cidades, identificando que atividades como brincar na rua não são mais possíveis e que podem ser resgatadas nos loteamentos fechados. A entrevistada ressalta também, o fato de que antigamente a segurança era um atributo natural das cidades, mas que atualmente os cidadãos precisam tomar certos cuidados e investir seus recursos na compra dela.

Eu acho que é uma opção boa. Porque quando eu era criança a gente podia brincar na rua em qualquer bairro, a gente podia sair, agora não. Você tem que morar num condomínio pra poder ter sua tranquilidade, que antes era de graça. Agora segurança não é uma coisa natural, você tem que investir, você tem que tomar cuidado, você tem que evitar certas coisas (Regina, secretária, 26 anos, Birigui).

O desejo de morar em um loteamento fechado também foi expresso por Juliana, que identifica que estes espaços propiciam uma percepção de segurança, principalmente na situação dela que pretende

morar sozinha. A segurança destes empreendimentos é identificada como positiva também para os casais com filhos pequenos ou para as pessoas de mais idade, tidos pela entrevistada como segmentos mais vulneráveis.

Olha, se eu pudesse eu ia querer morar em um condomínio fechado. A gente se sente mais seguro. E principalmente pra quem vai morar sozinha, que nem eu. Sempre que eu penso nisso, me vem a ideia do condomínio. Eu tava dando uma olhada em algum lugar pra mim em São Paulo, eu tava vendo num condomínio. Porque não é legal pra uma pessoa morar sozinha sem segurança. Mesmo com família, no condomínio é mais seguro. Pra mim, pra gente com filho pequeno, pra casal mais velho, gente aposentada, eu acho que seria muito bom, porque são as pessoas que precisam de mais segurança (Juliana, professora, 32 anos, Araçatuba).

Para Viviane, morar em um loteamento fechado significaria ter liberdade para fazer o que quisesse, visto que considera que ninguém poderia interferir nas atividades que realizaria ali, posto que teria comprado aquele espaço, teria a propriedade dele. Mesmo reconhecendo que poderia incomodar seus vizinhos, Viviane entende que seria seu direito “fazer a festa” no interior do loteamento, sem precisar se preocupar com as sanções a que está sujeita na cidade aberta. Cita por exemplo, que a polícia não pode exercer seu poder nestes espaços, visto que eles são privados. Em sua representação idealizada do ato de morar em um loteamento fechado, Viviane desconsidera – ou desconhece – os diferentes controles a que os moradores destes empreendimentos estão submetidos.

Ah, se eu pudesse morar num condomínio fechado ia ser uma benção. Seria bom, porque o lugar ia ser meu, ninguém invade, eu ia fazer a festa. Eu ia fazer o que eu quisesse e ninguém podia fazer nada. Eu ia adorar. Não sei se os outros moradores iam gostar da bagunça, mas eu ia adorar. Já pensou? Lá a polícia não pode entrar, porque é como se eles estivessem entrando na minha casa, e eles não podem entrar na casa da gente sem autorização. Então seria uma liberdade (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

No depoimento de Antônio, ele identifica que os segmentos mais ricos possuem o direito de se fecharem nos loteamentos fechados, pois

estão sendo atacados e esta é uma forma deles se defenderem. Relata também que morar num loteamento fechado é um sonho da família que ainda não pode ser realizado por causa de suas condições financeiras. O conteúdo da diferenciação social simbolizada nestes empreendimentos fechados fica evidente nesta entrevista, quando Antônio reconhece que no interior deles só existem casas de ricos. O entrevistado identifica também, que a segurança oferecida nestes empreendimentos é limitada, citando o caso divulgado pelos jornais locais do assalto à residência do ex-prefeito em Araçatuba dentro de um dos loteamentos fechados mais elitizados da cidade. No final do trecho selecionado, Antônio considera que “segurança mesmo” não é possível em espaço algum, fazendo referência à ubiquidade da insegurança nas cidades.

Eu moraria sim, mas eu não tenho dinheiro. Mas esse povo mais rico tá certo de se fechar. Eles estão sendo atacados, então têm o direito de se defenderem, buscar segurança nos condomínios fechados, com portaria, guardas, tudo. Eu moraria. Eu só não moro porque eu não tenho dinheiro. Lá o terreno é caro, a casa é cara, então a gente ainda não tem condições. Temos que morar aqui mesmo que é onde a gente pode pagar. É um sonho da gente, se a gente pudesse ter uma casa lá, mas é caro, porque lá só tem casa de rico.

[O que mudaria na sua vida se você morasse em um condomínio fechado?]

A segurança. Melhoraria bastante. Mas até certo ponto, porque esses dias atrás entraram na casa do nosso ex-prefeito dentro de um condomínio fechado [*Loteamento Parque dos Araças*], passou no jornal. Renderam os porteiros, prenderam todo mundo, entraram e roubaram ele. Em condomínio fechado com segurança e tudo. Então, é seguro entre aspas. Não tá escapando ninguém. O pessoal sai do Nova Iorque, por exemplo, vai morar em condomínio fechado e é assaltado também. Na verdade, acho que segurança, segurança mesmo, você não vai ter em lugar nenhum (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

Um aspecto importante que merece destaque é o fato de que o reconhecimento das limitações na segurança oferecida nos loteamentos fechados não faz com que estes empreendimentos sejam desacreditados ou que o desejo de residir neles diminua, como podemos observar também em outros depoimentos. Frente a esta constatação, dois

entendimentos são possíveis: a) no contexto de insegurança urbana generalizada, sentir-se seguro é mais importante do que estar realmente seguro e b) os atributos materiais e subjetivos associados aos loteamentos fechados são elaborados em significações sociais que expressam estilos de vida e *status*, indicando que seus sentidos vão além de suas representações literais.

Os próximos depoimentos nos ajudam a entender estes aspectos. Carlos relativiza a segurança oferecida pelos loteamentos fechados, reconhecendo que a percepção de que estes espaços são completamente seguros é uma ilusão. Na continuação de sua fala, enfatiza que o fato da pessoa ser moradora de um loteamento fechado pode fazer com que ela seja alvo de quadrilhas especializadas em roubar condomínios, utilizando como referência as ocorrências que acontecem em São Paulo, que colocam em pauta a perspectiva de que elas possam em algum momento começar a ocorrer também em Birigui. Mesmo reconhecendo a ilusão que perpassa estes empreendimentos, Carlos considera que os loteamentos fechados são uma opção válida para os cidadãos que querem sentir-se mais seguros e diz que também gostaria de poder optar por este tipo de *habitat*.

Eu não posso criticar essa opção das pessoas em querer uma segurança maior. Embora seja uma ilusão. Até eu gostaria também. Porque a gente vive na ilusão. Aquela sensação de insegurança nos leva a ter isso. [...] Só que também é uma faca de dois gumes. Pode ser que por causa da segurança do condomínio, você seja mais visado por quadrilhas especializadas. Em uma cidade pequena como Birigui, isso tudo bem. Em São Paulo, por exemplo, quer queira quer não, a pessoa fica mais visada por quadrilhas. [...] Então, ele vai seguir você de carro, ver teu cotidiano. Então, eu que moro assim, ninguém se interessa (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

No depoimento de Mário podemos perceber também a relativização da segurança ofertada nestes espaços, baseada no reconhecimento da existência de quadrilhas especializadas em agir nestes empreendimentos, que ainda não atuam em Araçatuba, mas que parece ser apenas uma questão de tempo.

[...] Só que é uma segurança, mais assim, de ter tudo as suas voltas. Até porque arrastão em condomínio já existe. Já tem algumas equipes especializadas nisso.

[Aqui em Araçatuba?]

Ainda não, ainda não. Mas nada impede, né? (Mário, professor, 40 anos, Araçatuba).

O entendimento de que morar em um loteamento fechado pode tornar os cidadãos mais visados também é relatado por Helenice. Para ela, mesmo com todos os recursos que prometem mais segurança, ninguém pode se considerar realmente protegido, posto que em sua concepção, quando os bandidos querem mesmo cometer algum crime, eles descobrem maneiras de burlar estes sistemas de segurança.

Não, porque eu acho esses lugares são mais visados, eles tem um monte de seguranças, mas as coisas acontecem. Hoje em dia é assim, você se cerca de toda segurança, mas as pessoas quando querem, elas fazem mesmo. Elas roubam, elas entram, elas descobrem as maneiras de entrar. Então eu acho que hoje em dia ninguém tá protegido de nada. Quando as pessoas querem entrar, elas entram mesmo, com toda a segurança que tem (Helenice, professora aposentada, 61 anos, Araçatuba).

Com os próximos depoimentos demonstramos uma representação recorrente em nossas entrevistas: a ideia de que os problemas que fazem com que a segurança nos loteamentos fechados seja questionada são sempre causados por pessoas de fora, que conseguem entrar, burlando os sistemas de vigilância ou mesmo como trabalhadores. Os moradores destes empreendimentos não foram em nenhum depoimento identificados como possíveis ameaças à segurança interna destes loteamentos. Este fato é revelador se lembrarmos que todas as entrevistas que realizamos foram feitas por pessoas que residem fora dos muros dos loteamentos fechados, mas que compartilham com os “de dentro” a percepção de que todos os perigos vêm da cidade aberta. Mais uma vez podemos identificar o imaginário estigmatizante que comanda as representações acerca da insegurança urbana, definindo aqueles que são as vítimas e os que são os agressores. José reconhece que os loteamentos fechados não são 100% seguros devido às falhas que permitem a entrada de pessoas cujo objetivo é roubar. Em seu

depoimento fica evidente também, o conteúdo da responsabilização dos indivíduos pela busca de sua segurança, quando afirma que temos que aprender a nos prevenir.

Os condomínios fechados são mais seguros porque são mais controlados. Mas mesmo assim, sempre existem falhas e acabam entrando pessoas que vão ali pra roubar. Não tem como ficar 100% livre da violência. A gente tem que aprender a se prevenir (José, aposentado, 65 anos, Birigui).

É relevante destacar que esta identificação dos crimes que acontecem dentro dos loteamentos com pessoas que deveriam estar fora de seus muros, não é expressa apenas por cidadãos com maior poder aquisitivo. No depoimento de Marta, aposentada que recebe um salário mínimo, observamos sua desconfiança em relação aos trabalhadores, no caso os pedreiros, que podem observar os bens de seus clientes e voltar para roubar as residências em que trabalharam. Deste modo, ressaltamos novamente que é preciso evitar os discursos maniqueístas, que levam em conta apenas os preconceitos e estigmatizações exercidas pelos segmentos mais ricos em relação aos pobres. A realidade se mostra mais complexa, com a existência de estratégias de diferenciação baseadas na discriminação social dentro dos próprios segmentos pobres.

Não é tão seguro. Até porque, podem até contratar um pedreiro, uma pessoa pra fazer um trabalho, e aí a pessoa vai ficar olhando o que tem, observa, às vezes até tira cópia das chaves e a pessoa nem percebe. Aí entra no condomínio falando que vai fazer outro serviço novamente, em outra casa e ele pode fazer um roubo, ou passar pra alguém ir lá fazer. Então, não tá livre disso (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

Estes reconhecimentos das limitações dos sistemas de segurança oferecidos nos loteamentos fechados não levam, porém, a um descrédito ou a uma resistência à identificação de que estes espaços são mais seguros em relação ao restante da cidade aberta. Eles possibilitam a procura incessante por novos produtos e serviços, apresentados como mais modernos e eficientes, que são utilizados para diferenciar e valorizar um empreendimento em relação aos outros.

É importante ressaltar que a associação de qualidades positivas aos loteamentos fechados, dentre elas a segurança, assim como a vontade expressa por nossos entrevistados de residir neles, não podem ser desarticuladas da percepção de diferenciação social carregada por estes espaços. O fato de que este tipo de *habitat* exige de seus moradores um poder aquisitivo alto e o entendimento de que estes espaços conferem *status* a seus moradores foram aspectos ressaltados a este respeito. No depoimento de Fernando podemos observar que ele representa os loteamentos fechados como espaços com qualidades superiores às encontradas na cidade aberta: não tem casas sem esgoto ou ruas sem asfalto. Os equipamentos de lazer também são valorizados por ele, que conclui que seria muito bom poder morar nestes loteamentos, mas que isto não é para ele, por causa dos recursos financeiros que são necessários para adquirir e manter uma casa nestes empreendimentos.

Eu moraria sim. Acho que a qualidade de vida lá deve ser melhor. Porque você tem tudo cuidadinho pra você. Lá dentro não tem casa sem esgoto, não tem rua sem asfalto ou com essas “crateras” que a gente vê. Tem piscina a sua disposição, tem campo de futebol, tudo praticamente no quintal da sua casa. É uma comodidade. Acho que seria muito bom poder morar lá. Mas tem que ter um certo dinheiro, porque também não é barato manter tudo isso, tem que colocar a mão no bolso. Não é pra mim ainda não (Fernando, pedreiro, 44 anos, Birigui).

Marta, que no outro trecho de entrevista relativiza a segurança nos loteamentos fechados identificando os trabalhadores como a principal ameaça, reconhece que “pra quem pode” a opção por morar em loteamentos fechado é positiva, devido às possibilidades reduzidas de seus moradores serem assaltados. A entrevistada se refere o tempo todo aos moradores destes empreendimentos como *eles* – aqueles que têm dinheiro para efetivar a opção por residir nestes espaços fechados – indicando que não os identifica como cidadãos que poderia considerar como seus iguais.

Eu acho que pra quem pode, é bem melhor, porque eles vão viver sem muros nas suas casas, mas o muro está em volta e tem guardas, tem cerca elétrica, tem menos

oportunidades pra eles serem assaltados, eles vivem ali com mais segurança. Então, eu também queria se eu pudesse (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

Alguns entrevistados fizeram referências diretas ao *status* envolvido no ato de residir nos loteamentos fechados, que evidencia a posição social de seus proprietários. Para Mário, além da liberdade das crianças brincarem e interagirem com outras e da segurança oferecidas nestes empreendimentos, alguns cidadãos escolhem morar nestes espaços fechados porque consideram “chique”, para mostrar aos demais que eles podem morar em um loteamento fechado, expressando assim, sua posição social.

Tem gente que mora em condomínio por causa dos filhos, faz a escolha de morar num condomínio fechado por causa dos filhos. [...] Pra ter um lugar que os filhos possam sair, passear, brincar e interagir com outras crianças. Tem gente que mora em condomínio porque fala: “oh! Condomínio”. É chique, né, você falar que mora em condomínio. E tem pessoas que moram em condomínio justamente pela segurança (Mário, professor, 40 anos, Araçatuba).

Carlos também enfatiza o *status* conferido aos moradores dos loteamentos fechados, advindos de aspectos como a boa qualidade arquitetônica das casas e a posição social dos vizinhos – que não seriam “qualquer um” – características que segundo ele podem suplantar a importância da busca da segurança na opção por residir nestes espaços, opção que ele também gostaria de fazer.

Talvez não seja bem por causa da insegurança. Talvez a gente queira morar no condomínio por causa de *status*. Fala, “eu quero morar”. Geralmente é *status*, porque você vai morar em um condomínio e o seu vizinho vai ter uma casa bonita. Em tese, o vizinho é um vizinho comportado. Então, não é tanto o medo da violência, mais é *status*. [...] Porque se você mora em um condomínio, você evita, em tese, que venha um qualquer morar do seu lado. Falando financeiramente. Falando na discriminação em relação ao dinheiro. Então, o condomínio, na verdade, segurança mesmo ele não traz. É só uma sensação. Eu gostaria de morar, entendeu, mas não é uma garantia de segurança (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

Percebemos assim, que no contexto da generalização do imaginário das cidades inseguras os equipamentos, serviços e espaços

relacionados com a segurança são transformados em marcadores de *status*, capazes de expressar as posições sociais daqueles que os utilizam, participando da composição dos sentidos e da imagem que os cidadãos querem comunicar aos demais.

Mesmo sendo majoritariamente reconhecidos como opções positivas para aqueles que desejam mais segurança, alguns entrevistados afirmaram que não gostariam de morar neste tipo de empreendimentos alegando como justificativa de suas representações negativas a falta de privacidade e os controles excessivos que são exercidos nestes espaços fechados, por exemplo. É importante ressaltar, no entanto, que mesmo aqueles que associaram significações negativas aos loteamentos fechados e afirmaram que não gostariam de residir neles, não questionaram estes espaços enquanto uma opção válida para os demais cidadãos – não é o modelo de *habitat* fechado que é criticado em si, mas algumas de suas características decorrentes, entendidas como espécies de efeitos colaterais desta apropriação.

No depoimento selecionado a seguir, Daniele reconhece que nos loteamentos fechados só residem as pessoas ricas e que ela não gostaria desta experiência por causa da sua impressão de proximidade entre os vizinhos – grudados uns nos outros – e por causa dos controles que considera serem feitos em relação aos moradores – tem que ser sempre acompanhados pelos guardas da portaria até suas residências – o que restringiria suas possibilidades de circulação pelo loteamento, causando-lhe a impressão de claustrofobia. Daniele considera que neste contexto, a restrição de suas liberdades não seria recompensada na mesma medida pela obtenção de mais segurança, visto que identifica que a insegurança é inerente também aos loteamentos fechados, pois de outro modo os moradores não precisariam ser acompanhados pelos guardas.

Ah, lá é só gente da grana. Lá só tem gente rica. Eu não moraria num condomínio destes não. Porque você tem um vizinho grudado no outro, você tem que ficar dando satisfação. Quando você chega, alguém tem que te acompanhar até na sua casa. Os moradores que pedem, pra aumentar a segurança, porque eles têm dinheiro.

Então até eles entrarem nas casas, o segurança acompanha eles, do portão pra dentro. Eu já não, não gosto disso não, dá uma espécie de claustrofobia, você não poder dar um passo sem ter alguém te seguindo. Você pode chegar a hora que você quiser, mas sempre tem que ser acompanhado. Parece que as pessoas não têm liberdade de entrar na sua própria casa. O perigo tá lá dentro também, porque se não, não ia precisar ficar ninguém acompanhando as pessoas (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Outra entrevistada que afirma que não gostaria de morar em um loteamento fechado é Vanessa. A entrevistada valoriza sua privacidade e considera que a proximidade com os outros vizinhos, propiciada nos empreendimentos fechados é negativa. Só moraria em algum loteamento fechado se pudesse residir em frente a uma área verde, por exemplo, o que em seu entendimento reduziria o número de vizinhos que poderiam vigiá-la.

Eu acho que eu não moraria num condomínio fechado não. Por causa da proximidade com os outros. A ideia de não ter vizinhos me agrada muito. Então se for pra eu sair daqui, eu quero ir pra algum lugar que eu não tenha vizinho perto. Por isso eu não sei se o condomínio daria certo. Só se eu morasse na frente da área verde. Sem vizinho nenhum pra me vigiar (Vanessa, proprietária de empresa de seguros residenciais, 39 anos, Birigui).

A partir do depoimento de Vanessa podemos ratificar a constatação de que a privacidade é um conteúdo valorizado nas cidades contemporâneas, quando consideramos os espaços de residência dos cidadãos – espaços que devem ter seu caráter privado preservado –, enquanto que nos espaços públicos e nos espaços privados para uso coletivo, o entendimento é exatamente o oposto: a privacidade é desconsiderada em nome da percepção da necessidade premente do aumento da vigilância e dos controles frente à insegurança crescente identificada nestes espaços. Outro ponto que podemos destacar é a sobreposição de significações que uma mesma prática ou espaço pode ter: enquanto alguns cidadãos valorizam a vigilância realizada pelos vizinhos, identificando que ela aumenta a segurança, outros consideram que a proximidade com os vizinhos é negativa, pois pode gerar invasões de privacidade.

Por fim, identificamos mais um conteúdo apresentado como uma desvantagem de se morar em loteamentos fechados: o isolamento dentro dos muros pode gerar um ambiente de vida monótono e sem graça. Para Tadeu, o cotidiano urbano deve ser marcado pelo movimento e pela bagunça nas ruas. Os loteamentos fechados, espaços em que moram os ricos – mais civilizados, mais contidos, mais frios – oferecem, no entendimento do entrevistado, o contrário disto, fazendo com que ele não se identifique com esta forma de *habitat*.

Eu gosto mesmo é de movimento, é da bagunça da rua. Dentro de condomínio não tem o povão, não tem calor humano. É que o povo rico é mais civilizado, mais frio, gostam de ficar cada um no seu quadrado. Então por isso que eu acho que eu não vou gostar de morar num condomínio fechado, porque é muito monótono. Você sempre encontra as mesmas pessoas, é muito sem graça (Tadeu, auxiliar de produção, 33 anos, Birigui).

O objetivo de apresentarmos estas diferentes representações acerca dos loteamentos fechados é demonstrar que, apesar de reconhecermos uma tendência para a homogeneização nos padrões de produção do espaço em diferentes cidades, orientada pela disseminação do imaginário das cidades inseguras, o papel dos cidadãos é central nos processos de resignificação e definição de suas próprias práticas socioespaciais, não podendo ser considerados a partir da perspectiva de que são agentes passivos, sempre manipulados externamente. Assim, diante dos conteúdos sociais que se pretendem hegemônicos, os cidadãos têm papel ativo na reprodução daquelas significações e práticas consideradas por eles como mais importantes, de acordo com suas experiências de vida. Enquanto para uns morar em um loteamento fechado significa tranquilidade, segurança, qualidade de vida, ascensão social, *status*, diferenciação social e liberdade, para outros representa isolamento, ilusão, falta de privacidade, claustrofobia, monotonia. É comum também, que os cidadãos utilizem em suas representações significações contraditórias, que indicam que nem sempre é possível estabelecer um sentido único para os processos. Sobre este aspecto, o depoimento de Jaqueline é emblemático: ao mesmo tempo em que

valoriza os loteamentos fechados, também os desqualifica, revelando sua dificuldade de formar uma opinião sobre estes espaços.

Eu moraria sim. Nossa, deve ser muito bom poder morar nesses condomínios, assim de ricos. É uma outra realidade, é tudo diferente daqui do Crevelaro. Eu acho que tem muitas coisas boas.

[*Como o que?*]

Muitas coisas, como piscina, área de festa, a própria segurança que é bem melhor lá, porque eles usam o que tem de melhor e de mais caro pra dar segurança...

[*O que você acha que mudaria na sua vida se você se mudasse pra um loteamento fechado?*]

La mudar que eu ia ser rica né? La ter mais condições de levar minha vida do jeito que eu quisesse. Mas pensando assim, eu não sei se eu ia querer morar num condomínio não. Se eu fosse rica, eu já ia poder morar num bairro melhor que aqui, aí não ia precisar morar num lugar fechado, podia escolher qualquer lugar da cidade. É que na verdade, eu acho que morar em condomínio deve ser complicado, porque deve dar muito problema de convivência, cada um querendo mandar mais que o outro, e dá a impressão também de que todo mundo vai saber o que acontece na sua vida, porque tá todo mundo fechado junto lá dentro. Bom, eu não sei o que responder, é difícil, porque ao mesmo tempo em que é bom é ruim, como tudo na vida, né? (Jaqueline, vendedora em loja de roupas, 30 anos, Birigui).

Os cidadãos e os shopping centers

Outro tipo de enclave socioespacial produzido no âmbito do fechamento que promete apropriação mais segura e previsível é o *shopping center*. Como aconteceu com os loteamentos fechados, a maior parte de nossos entrevistados, de diferentes segmentos sociais, associaram significações positivas a este tipo de espaço, indicando que o desejo de apropriação deles é praticamente geral, mostrando que eles são um modelo que deu certo, embora os níveis efetivos de apropriação se diferenciem bastante. Outro aspecto importante a ser ressaltado neste item é a constatação dos constrangimentos sociais que alguns representantes de segmentos sociais pobres sofrem em determinadas ocasiões, revelando os preconceitos do público principal destes empreendimentos e evidenciando as contradições concretas que são

deflagradas quando se tem um imaginário que aparenta ser inclusivo – todos podem ter acesso e consumir nestes espaços – mas que na realidade são produzidos para atingir apenas certos segmentos sociais, posto que nestes espaços de convivência filtrada, a presença dos pobres – principalmente daqueles “ostensivamente” pobres, aqueles que expressam em suas roupas e em seus comportamentos que são pobres, que não estão preocupados em vestir suas melhores roupas para tentarem passar despercebidos no meio dos segmentos médios que lotam suas dependências – é terminantemente indesejada – eles “destoam do ambiente”, como disse uma entrevistada.

Apresentamos depoimentos que exemplificam a preferência de alguns entrevistados pela apropriação dos *shopping centers*, ressaltando seus aspectos positivos em relação à apropriação de outros espaços da cidade aberta, principalmente em relação ao centro. Em seu depoimento, Juliana relata que não gosta de ir ao centro, por causa do sol e porque é desagradável. Mesmo achando que o *shopping* de Araçatuba não é muito bom, a entrevistada afirma preferir este espaço porque é mais confortável, devido ao ar condicionado e porque é coberto.

Eu vou ao centro uma vez por mês e olha lá. Mas eu não gosto de ir porque é sol, é desagradável. Então, se for pra comprar roupa, no *shopping* daqui não tem muita opção, mas é melhor ir no *shopping* porque é tudo coberto. Eu não gosto muito de ir no calçadão. Pra comprar ovos de páscoa pras crianças, eu também fui no *shopping*, porque é coberto, tem ar condicionado, é mais confortável. E olha que o *shopping* daqui é bem ruinzinho (Juliana, professora, 32 anos, Araçatuba).

Mário também afirma que mesmo morando perto do centro da cidade, prefere realizar suas compras no *shopping*, pela comodidade de encontrar vários tipos de lojas e serviços em um único espaço, por causa da facilidade de estacionar e porque ali ele fica protegido do sol.

A gente mora num local perto do *shopping*. Cinco minutinhos de carro você tá no *shopping*. Também é próximo do centro, mas a maioria das nossas compras a gente faz no *shopping*, tirando supermercado. Porque é mais tranquilo, você chega lá, já põe o carro, já tem tudo ali, não precisa ficar pegando sol, andando de um lugar

pro outro, aí já faz as comprinhas por ali (Mário, professor universitário, 40 anos, Araçatuba).

Apesar de não ser o conteúdo mais valorizado na escolha pela apropriação do *shopping*, a segurança também compareceu como uma das vantagens deste tipo de espaço, como podemos observar no depoimento de José. Para ele, o *shopping* é um ambiente protegido, produzido para os consumidores terem mais comodidade. Segundo o entrevistado, as câmeras e os seguranças privados geram a percepção de um ambiente mais seguro, em que você pode ficar livre de preocupações.

A gente prefere mesmo o *shopping*, porque é mais agradável pra gente. Não é calor, a gente às vezes leva até blusa de frio porque o ar condicionado fica muito forte. O bom do *shopping* é que ele é um lugar protegido, criado pra gente ter mais comodidade. Então, tem segurança, tem as câmeras, tem os seguranças que ficam observando o que acontece lá dentro. O seu carro fica protegido no estacionamento que também tem câmeras. Então, no *shopping* é muito melhor, a gente pode ficar sem preocupações (José, motorista aposentado, 65 anos Araçatuba).

Para Eliane, a segurança também é um ponto forte do *shopping*, considerando que atualmente este é um aspecto que tem que ser avaliado em relação a todos os espaços. Além de afirmar que tem preferido cada vez mais frequentar o *shopping*, reconhece que a produção de espaços fechados e monitorados como eles é uma tendência.

Como a gente tá falando, hoje em dia a segurança de todo lugar que a gente vai tem que ser avaliada. Por isso o *shopping* tem sido cada vez mais a nossa opção, em relação aos outros espaços. Porque você vai fazer suas compras num lugar seguro, pode almoçar num lugar seguro. Já tem o lugar pras crianças brincarem lá dentro, sempre com monitoração. Eu acho que essa é a tendência, a construção de mais espaços assim pra gente (Eliane, fonoaudióloga, 39 anos, Birigui).

A apropriação do *shopping* também é valorizada por Márcia que, no entanto, não consegue frequentá-lo com a intensidade que deseja. O único *shopping* em funcionamento para atender as cidades próximas a Araçatuba está localizado nesta cidade. Então, para frequentar o

shopping, Márcia tem que se deslocar de Birigui até Araçatuba, e embora as distâncias não sejam muito grandes, o fato de não possuir um carro dificulta sua apropriação, visto que ou tem optar pela moto – que não permite transportar a família toda – ou tem que ir de ônibus – meio de transporte que faz com que gaste mais tempo.

Eu não vou muito no *shopping* não. Mas eu gostaria de ir mais. Só que pra gente é difícil. A gente só tem moto, então não dá pra levar todo mundo. Aí a gente tem que ir de ônibus, mas é pertinho, a gente desce na rodoviária e anda duas quadras já chegou. Mas aí gasta mais tempo e quando eu tenho folga eu quero mesmo é descansar. Mas eu gosto muito de ir, pra passear mesmo (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

Vão sendo elaboradas assim, as diferenças relativas às significações e à apropriação efetiva dos *shopping centers*. Enquanto alguns cidadãos frequentam cotidianamente estes espaços, outros só fazem isto em datas especiais e temos aqueles que nem sequer tiveram esta experiência. Juliana vai ao *shopping* toda semana e diz que se em sua cidade tivesse um empreendimento melhor, é provável que o frequentasse ainda mais.

Eu vou toda semana. Na semana passada eu fui duas vezes. Se eu não tiver nada pra fazer eu vou no *shopping*. Porque lá eu tomo um sorvete, vou no cinema. Eu não gosto do *shopping* daqui. Ele é horrível, mas não tem outro, eu vou fazer o que? Se tivesse um *shopping* bom, com certeza eu iria muito mais. Ainda bem que vão construir mais dois, bem maiores que o Araçatuba *Shopping* (Juliana, professora, 32 anos, Araçatuba).

O cotidiano de Simone também é marcado por uma apropriação rotineira do *shopping*, utilizado como espaço de lazer aos domingos por ela e pelo marido.

Ah, todo domingo a gente vai. No *shopping* a gente vai muito. A gente vai muito pra almoçar ou a gente almoça na rua e vem dar uma volta, vai ver o que tá passando no cinema, é mais pra sair de casa mesmo. Durante a semana é tão corrido e a gente tá tão acostumado com esse ritmo, que chega domingo não tem nada pra fazer, você sente. Aí a gente vem andar a toa, andar nas lojas, vem pra almoçar (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

Para Mário, o *shopping* também é um espaço de apropriação cotidiana. Ele não é identificado como um ambiente de lazer, visto que o frequenta no dia-a-dia. Quando querem passear e ver alguma coisa diferente, procuram o centro da cidade, espaço que não faz parte de sua rotina.

Se bem que o *shopping* não é tanto lazer. A gente vai comprar coisas que precisa mesmo. Exceto supermercado. Então, são roupas, pra comer também. Agora pra lazer, muitas vezes a gente sai com os amigos, mas lazer está tão escasso ultimamente. [...] No centro a gente vai pra passear, quando quer ver alguma coisa diferente. O *shopping* é praticamente, no dia-a-dia. O dia-a-dia mesmo (Mário, professor universitário, 40 anos, Araçatuba).

Já a situação de Marina é bem diferente. Em seu depoimento relata ir ao *shopping* aproximadamente duas vezes por ano: no Natal e em algum feriado prolongado, para levar as crianças para passear e não para fazer compras. Certamente, as significações que o *shopping* tem para Mário – espaço de rotina – e para Marina – espaço de ocasiões especiais – são bem diferentes.

[E, por exemplo, no *shopping* de Araçatuba, vocês têm o costume de ir?]

Duas vezes no ano, no máximo. Assim, na época de Natal, pra levar as crianças pra verem a decoração ou às vezes assim, em algum feriado que emenda, a gente leva as crianças pra passear, mas é bem raro. Pra fazer compras mesmo não. A gente vai só pra andar mesmo (Marina, operária em fábrica de meias, 26 anos, Birigui).

Outra família para quem o *shopping* não é um espaço que compõe seu circuito de apropriação é a de Maria e Daniele. A mãe relata que nunca foi ao *shopping* e que ali não é lugar para pessoas como ela – pessoas simples e que não se importam com luxo. Em sua fala, fica evidente o caráter da diferenciação social envolvido no consumo do/*shopping*: para a entrevistada, os frequentadores deste espaço são ricos metidos a besta, que querem marcar sua posição perante os outros cidadãos a partir deste consumo.

[E no *shopping* de Araçatuba, vocês costumam ir, como é?]

Eu nunca fui. Nunca nem entrei. Eu só vou pra Araçatuba atrás de médico. Esse negócio de shopping não é lugar pra gente que nem eu não.

[*Como são as pessoas iguais a você?*]

Gente simples, caseira, que não dá importância pras coisas assim, de luxo, de comprar coisa cara. É porque eu acho que *shopping* é pra pessoa rica meio metida a besta mesmo viu? Às vezes paga caro num negócio que se fosse comprar pra fora ia ser mais barato. Pra mim, é gente que gosta de ser enganada. Que paga mais caro pra se mostrar pros outros (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

Sua filha Daniele também diz não frequentar muito o *shopping* porque identifica que lá só tem roupa cara e porque tem muita gente metida. Relata também que quando trabalhava como babá, ia com mais regularidade ao *shopping*, acompanhando a criança que cuidava e sua patroa – uma apropriação com limitações e posições bem marcadas.

Eu não vou também não. No *shopping*, no cinema eu fui uma vez só. Eu não gosto de ir no *shopping* não, só tem roupa cara, que a gente não pode comprar, só vou pra ficar babando. Eu ia mais no *shopping* quando eu trabalhava de babá. Aí a minha patroa me deixava lá com a menininha, pra ela brincar nos brinquedos, aí eu ia mais. Mas eu mesmo, ir sozinha, eu fui assistir um filme uma vez só e pra andar lá foi poucas vezes, porque é tudo caro. Não tem nada pro nosso bolso. Então eu não gosto muito de lá não. Tem muita gente metida também, que olha pra gente com o nariz empinado (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Outro aspecto que merece ser evidenciado, portanto, são as percepções que alguns cidadãos pobres têm quando frequentam estes espaços de acesso controlado, que convergem com as representações de Maria e Daniele de que nos *shopping centers* existem muitas pessoas metidas. Viviane diz que não se sente muito bem no *shopping* porque as pessoas ficam olhando de modo diferente para ela, como se ela e seus familiares fossem bichos. Seu tom de voz e suas risadas parecem incomodar os demais frequentadores e ela relata que sente vontade de criar alguma confusão, de perguntar o que as pessoas estão olhando. Mesmo assim, valoriza este tipo de espaço e diz que pretende levar sua filha para conhecê-lo – ela tem que conhecer os lugares bons, nem que Viviane tenha que... A entrevistada relata também, que o período em

que frequentou mais o *shopping*, porque as condições financeiras de sua família eram mais favoráveis, foi quando seu pai ficou preso e sua mãe recebia o auxílio reclusão.

[*Você costuma ir ao shopping?*]

É muito difícil. A gente ia mais quando o meu pai estava preso, porque a minha mãe recebia o auxílio reclusão. Aí sobrava um dinheirinho e a gente ia bastante. Mas agora é difícil. Minha mãe que vai de vez em quando, mas também não é sempre não. Mas eu vou levar minha filha. Nem que eu tenha que... Nossa, ela tem que conhecer os lugares bons pelo menos. Eu vou levar ela sim.

[*Então você gosta de lá, se sente bem?*]

É, eu não me sinto muito bem não. Às vezes eu fico mal. As pessoas ficam olhando pra gente, parece que nunca viu, parece que a gente é bicho. Aí eu já quero fazer um barraco, perguntar o que eles tão olhando e a minha mãe já quer ir embora. Nesses lugares tem um povo que gosta de ser melhor que os outros mesmo. Sempre tem. Então no *shopping* é assim. Se você fala alto, as pessoas já olham pra trás, se você fica rindo muito, as pessoas ficam olhando pra sua cara. Nossa, eu fico estressada (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

A vida de Viviane é marcada pela proximidade com a criminalidade e pelos preconceitos: é mulher de preso, visita de preso. A estigmatização sofrida por ela não acontece apenas em espaços fechados como os *shopping Center*. No seu entendimento, em todo lugar que ela vai, quando descobrem que ela é mulher de preso, as pessoas a olham de “cara feia” e se afastam. A seguir transcrevemos um trecho da entrevista no qual Viviane relata o preconceito sofrido na rodoviária de Birigui quando esperava um ônibus junto com uma conhecida, para irem visitar seus maridos em um presídio da região.

Oh, por exemplo, chegou uma moça lá na rodoviária, ela é de São Paulo, toda com o cabelo liso, se bem que eu também tava, eu não fico atrás. Ela tava com uma jaqueta, eu também tava com uma blusa de frio, tava ela e a filha dela e ela ficou com medo da gente. Tava eu e uma mulher lá, também visita [*de algum preso*], e ela tava fumando, falando assim: “ah, se o ladrão não ligar agora, eu não vou mais porra nenhuma. Eu jogo esse jumbo [*pacote com alimentos, produtos de limpeza e higiene, cigarros que as visitas levam para os presos*] tudo aqui”. Aí a loirinha ficou olhando assustada pra gente, eu acho que ela achou que a gente ia roubar ela. Ela catou as

malinhas dela e foi lá perto do ponto de táxi, ficou lá perto dos taxistas. Ficou com medo. Em todo lugar que a gente vai, se falar que o marido tá preso, todo mundo olha de cara feia e sai de perto.

[*Então você sente preconceito?*]

Tem muito preconceito, é o que mais tem. Mas também, tem bastante filho de rico que também tá nessa vida. Se não tiver pior ainda, fumando pedra [*crack*]. Só que aí ninguém fala nada, ninguém critica (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

Na parte final deste trecho, podemos observar que Viviane tenta desconstruir as motivações para o preconceito das pessoas, evidenciando que existem muitas pessoas ricas que também estão “nessa vida” e que só não sofrem discriminações por causa de sua situação financeira. Este recurso de mostrar que os ricos também se envolvem no “mundo do crime” compareceu em outros momentos da entrevista de Viviane e de sua mãe, Sandra, que também sofre preconceitos tanto por ter sido mulher de um presidiário, quanto por também ter sido presa. Fica evidenciado que, enquanto os cidadãos tentam constantemente estabelecer diferenciações entre eles, no sentido de provar que os perigos estão sempre nos Outros, mãe e filha – que não podem esconder sua proximidade com o crime – tentam enfatizar a igualdade da situação entre o envolvimento de pobres e ricos com a criminalidade, no intuito de amenizar os estigmas que recaem sobre elas, ao dividir e associar seus conteúdos também com aqueles que as estigmatizam.

Constatamos que o imaginário das cidades inseguras ao sustentar suas representações na criminalização da pobreza, potencializa os efeitos da estigmatização cotidiana destes segmentos, fazendo com que sejam mais vigiados e mais controlados nos espaços urbanos, visto que têm cristalizados em si a imagem dos agressores potenciais, que têm que ser evitados e contidos. Para exemplificar este aspecto, selecionamos dois depoimentos nos quais são relatados constrangimentos que alguns cidadãos passaram por causa de controles sociais excessivos, justificados pela ideia da manutenção da segurança, mas que causaram a humilhação dos seus alvos. O primeiro

depoimento é de Márcia, a partir do qual podemos observar o tratamento que alguns cidadãos pobres recebem dentro dos espaços de acesso controlado, no caso o *shopping center*. A entrevistada relata que seu sobrinho decidiu ir a uma loja no Araçatuba *Shopping* depois do trabalho – sendo negro e estando sujo – e foi tratado como suspeito, sendo seguido por um segurança pela loja toda. Percebendo esta atitude, seu sobrinho saiu da loja sem comprar nada.

O meu sobrinho já passou uma situação difícil dentro do *shopping*. Ele trabalha de servente e um dia ele saiu direto do serviço e passou no *shopping*, pra ir na Loja Americanas, comprar alguma coisa. Porque ele tava trabalhando perto do *shopping*. Só que ele, que tem a pele escura, entrou sujo do trabalho na loja, o que eles iam pensar? Ele vai roubar. Aí, ficou um moço seguindo ele em todo lugar que ele ia na loja. Ele percebeu isso, mas em vez de questionar o moço, ele saiu da loja sem nada, indignado. Agora, um trabalhador não pode comprar uma coisa com o dinheiro que ganha com seu suor? (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

O outro exemplo que apresentamos se refere aos controles excessivos exercidos dentro de um banco, sofridos por um cidadão que utiliza uma prótese de metal e teve problemas ao tentar passar pela porta giratória. Marta, sua irmã, relata que o guarda, sendo informado da utilização da prótese, pediu para que ele tirasse as calças para poder provar que o que ele estava falando era verdade.

Aconteceu uma vez com meu irmão, ele estava entrando no banco e ele usa aparelho na perna, porque ele teve paralisia infantil. E o aparelho tem ferro, então o detector acionou. Aí meu irmão falou que ele tinha o aparelho, que ele usava dentro da calça. Aí, sabe o que o guarda falou pro meu irmão? Falou pro meu irmão arrancar as calças e tirar o aparelho. Aí meu irmão saiu chorando. [...] Foi uma humilhação. Além dele ter um problema de saúde, ainda o guarda falar uma coisa dessas (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

Sendo assim, mais importante que constatar que os segmentos mais pobres compartilham da preferência pelos espaços privados para a realização de suas práticas cotidianas, valorizando inclusive o fechamento de parcelas da cidade em nome da garantia de mais segurança, é reconhecer os constrangimentos, estigmatizações e até

impedimentos que estes segmentos encontram ao tentar se apropriar de certos espaços tidos como exclusivos. Neste sentido, o depoimento de Eliane é exemplar ao ressaltar que se sente incomodada com a presença de pessoas que “destoam do ambiente” dentro do *shopping center* e que elas deveriam assim, ser impedidas de entrar, visto que não têm mesmo nada para fazer lá dentro – não têm dinheiro para consumir o que é oferecido ali.

Eu vou te falar uma coisa que não é muito popular. Muitas pessoas acham isso, mas não tem coragem de falar. Sabe o que estraga um pouco o *shopping* aqui? É a presença de algumas pessoas que destoam do ambiente. Então, eu acho que se o *shopping* já é um lugar pensado pra gente ter mais tranquilidade, mais segurança, não deveriam deixar essas pessoas entrar. Porque pensa bem, elas não são consumidoras daqui, não tem dinheiro nem pra comprar uma água, acho que devem entrar pra usar o banheiro. E se alguém resolve roubar alguma coisa, sei, lá. Então coloca um banheiro do lado de fora (Eliane, fonoaudióloga, 39 anos, Birigui).

Consideramos que as clivagens sociais ganham um impulso a mais com a disseminação do imaginário das cidades inseguras, o que torna a vida dos segmentos pobres mais difícil, como trataremos no capítulo 3. Seguindo com a análise do papel do mercado de segurança na instauração dos controles cotidianos nos espaços urbanos, discutiremos no próximo item o consumo de equipamentos de vigilância e dos serviços de segurança privada, a partir das representações de nossos entrevistados.

Os cidadãos e os equipamentos e serviços de segurança privada

Como já identificamos, um dos principais conteúdos das cidades contemporâneas, produzidas e apropriadas segundo a lógica do imaginário das cidades inseguras, é a tendência para o fechamento de alguns de seus espaços. Abordamos no item anterior o enclausuramento realizado a partir da escolha de espaços de acesso controlado, como os loteamentos fechados e os *shopping centers*, para a realização das atividades cotidianas, promovido pelos empreendedores imobiliários. Enfatizamos agora o papel das empresas que vendem

equipamentos e serviços de segurança na constituição das representações e das práticas dos cidadãos, que levam ao fechamento no âmbito de suas próprias residências e disseminam a vigilância em espaços privados como empresas comerciais e empresariais.

Um primeiro aspecto a ser destacado é o fato dos entrevistados, de diferentes segmentos sociais, terem reconhecido a necessidade atual de reforçar a segurança em suas casas por meio do uso dos mais diferentes mecanismos, disponíveis para vários públicos consumidores – que podem ser desde travas e cadeados simples, até complexos sistemas de alarmes, sensores de presença e câmeras que gravam em infravermelho. Mesmo aqueles que reconhecem as limitações envolvidas na segurança oferecida por estes equipamentos afirmaram que seu uso é necessário, pois, se eles não conseguem impedir a ação dos bandidos, pelo menos dificultam suas atividades e diminuem a probabilidade de que eles se tornem vítimas. Apresentamos em seguida alguns depoimentos que exemplificam a utilização dos mais diferentes dispositivos de segurança pelos cidadãos entrevistados. Primeiramente, apresentamos as falas de Pedro e de Eliane, representantes dos segmentos médios, que enumeram os equipamentos de segurança utilizados em suas residências.

Acho que em casa tem tudo. As coisas mais normais, como portão eletrônico, muro com cerca elétrica, cofre. E outras mais específicas, como as câmeras que a gente colocou, tanto lá fora quanto aqui dentro, o sensor de presença, essas coisas (Pedro, comerciante, 28 anos, Araçatuba).

Eu tenho uma preocupação grande com a segurança aqui de casa, porque eu acho que é o lugar da nossa intimidade, da nossa família, que tem que ser muito bem preservado. Eu gosto de ir trabalhar e saber que as crianças vão estar seguras aqui dentro. A gente viaja muito também, e eu gosto de saber que a minha casa vai ficar protegida. Então, tudo que eu posso eu coloco.

[Você pode dar exemplos de algumas coisas que você tem aqui na sua casa?]

A primeira coisa são os muros que eu mandei erguer e colocar aqueles negócios que parecem arame, não lembro o nome... Ouriços, mandei colocar cercas de ouriço. Eu tenho grades nas janelas, câmeras lá fora pra mostrar a

rua e aqui dentro também. E tenho um sistema de alarme também, que se alguém arrombar a porte ele aciona lá na central que vem verificar o que aconteceu e chama a polícia. Fora os cuidados que a gente toma diariamente (Eliane, fonoaudióloga, 39 anos, Birigui).

O investimento destes dois entrevistados na compra de equipamentos de segurança é notável, mas podemos observar esta tendência de instalação de dispositivos de segurança também nos segmentos mais pobres, como exemplificamos com os depoimentos de Regina e Marcos.

A gente tranca tudo com cadeado, não tem cerca, não tem seguro, mas a gente tranca tudo, tenta manter tudo fechado. O portão da frente fica sempre fechado. Nunca fica nada aberto (Regina, secretária, 26 anos, Birigui).

Olha, nós fazemos tudo que a gente pode pra manter a segurança da nossa casa. Colocamos barras de ferro pra trancar as portas, colocamos cadeados nas janelas, no muro tem garrafas quebradas, tudo que tiver ao nosso alcance. A gente fica sempre atento, vê se tem alguém rondando a casa, essas coisas, porque a gente é pobre mas também temos que proteger nossas coisas (Marcos, escriturário, 39 anos, Birigui).

A partir destas falas e das demais entrevistas realizadas, percebemos que cada cidadão vai adequando o emprego dos diferentes dispositivos de segurança de acordo com suas condições financeiras, indicando que tanto os mais ricos, quanto os mais pobres acreditam na necessidade de sua utilização. Estas práticas dão suporte para a percepção expressa por nossos entrevistados de diferentes segmentos sociais, de que atualmente o contexto de insegurança crescente em suas cidades faz com que eles tenham que viver em casas que se assemelham com fortalezas, gaiolas e prisões, como nos mostram os depoimentos selecionados a seguir.

Eu e minha mulher vivemos numa fortaleza. A gente tem muro alto, cerca elétrica, interfone, câmera, a gente paga uma empresa de vigilância que corre aqui se o alarme disparar. Temos seguro dos carros e da casa. A gente tenta dificultar o máximo a vida dos bandidos. Hoje em dia só assim, você se fechando dentro de casa, não tem outro jeito. É o que a gente pode fazer (José, aposentado, 65 anos, Araçatuba).

Tem dias que eu fico pensando que a gente tá tão fissurado nesta questão de segurança que acaba exagerando. Um dia eu imaginei que se a gente tivesse dormindo e começasse a pegar fogo na casa a gente ia morrer, porque a gente não ia conseguir sair pra fora, porque fica tudo trancado, tem grade nas portas, na janela, cadeado. Até a gente conseguir abrir tudo, a gente já ia ter morrido. Então a gente pensa se vale a pena mesmo viver assim na gaiola, feito animal (Joana, cabeleireira, 26 anos, Araçatuba).

Você viu que a gente vive feito prisioneiro, né? Eu não tenho mais visão do que acontece na rua, as janelas tem grade. A gente não mora, a gente se esconde. Quanto mais os bandidos têm liberdade, mais a gente fica prisioneiro dentro da nossa própria casa (Bruno, recepcionista, 36 anos, Araçatuba).

Nestes depoimentos são evidenciados os incômodos que o fechamento das residências por meio dos dispositivos de segurança causa nos seus moradores – que têm que se esconder, perdem a liberdade e vivem engaiolados como animais. No entanto, a representação da inevitabilidade dos perigos faz com que os cidadãos aceitem viver com estes incômodos, encarando-os na perspectiva do mal menor: é ruim viver enclausurado, mas é pior ter sua casa invadida e seus bens roubados.

Outro depoimento que exemplifica o uso dos equipamentos de segurança nas residências como medida para aumentar a segurança é o de Antônio. Ele cita a percepção de que sua casa parece uma prisão, mas ressalta sua vontade de instalar mais câmeras, fazendo um Big Brother em sua casa, afirmando que os controles são inevitáveis atualmente, compartilhando o entendimento de que é preciso se acostumar com eles, pois as chances da insegurança regredir são mínimas.

Eu me sinto seguro aqui em casa sim. Também, com essas câmeras, cerca elétrica, portão eletrônico, você não tem que ter medo. É quase uma prisão aqui, a gente fica cercado por todos os lados. Na outra casa o portão ficava aberto. Aqui o portão fica fechado 24 horas por dia. A gente só abre quando vê ali [*aponta para o monitor que mostra as imagens da câmera instalada no portão*]. Alguém coloca a cabeça no portão, a gente já vê na câmera. A gente olha e fala assim: não, esse eu não vou atender. A gente escolhe. [...] Eu acho muito bom, se eu

pudesse eu colocava câmera em tudo. Lá no fundo, na frente, aqui dentro da casa. Fazia um Big Brother aqui na minha casa. E colocaria pra gravar as imagens, pra depois eu ter acesso. Até quem saiu, quem entrou, se veio alguém em casa, ficaria sabendo de tudo. Não é por desconfiança de nada, mas a gente tem que ter um controle de tudo hoje em dia. A gente tem que aceitar essa ideia, porque eu acho que as chances da situação da violência melhorar são muito poucas. Então cada vez mais vai ser importante este tipo de controle da sua vida (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

Além daqueles que utilizam efetivamente uma gama variada de dispositivos de segurança em suas residências, temos aqueles cujas condições financeiras não permitem este uso, mas que reconhecem sua necessidade e expressam o desejo de utilizá-los, considerando que esta ação vai aumentar sua segurança e a de sua família. Em resposta à pergunta: *Se você tivesse mais recursos financeiros para investir em segurança, o que você gostaria de fazer?*, grande parte dos entrevistados citou dispositivos que gostariam de instalar em suas casas, principalmente as cercas elétricas e as câmeras de vigilância, que parecem estar se tornando – se não na utilização efetiva, pelo menos nas representações – o kit básico de segurança das residências.

No entendimento de Carlos, a necessidade destes equipamentos de segurança é decorrente de sua percepção de descrédito em relação ao Estado no que se refere a sua capacidade de garantir a segurança dos cidadãos, que faz com que eles tenham que agir individualmente – perspectiva afinada com a lógica dos controles situacionais cotidianos ressaltada por Garland (1999). O entrevistado reconhece também, que por mais que se invista nestes equipamentos, a percepção de perigo nunca vai ser extinta completamente, o que leva os cidadãos a renovarem constantemente seus investimentos em segurança, procurando o último lançamento, o equipamento mais moderno – fazendo com que este mercado esteja sempre aquecido.

Eu ia colocar cerca elétrica, câmera. Isso por causa da sensação de insegurança que a gente tem todo o tempo. Por mais seguro que você estiver, você sempre vai sentir que está em perigo. Se você puder colocar uma câmera de

segurança você põe, se você puder pagar vigia você paga. Porque você não acredita na estrutura estatal pra te proteger. Então a gente tem em mente que a gente tem que fazer a parte da gente. Nessa tendência, cada vez que a gente pode uma coisa, a gente tenta. Mas como agora eu não posso, eu tento não me preocupar com isso não (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

A renovação constante da oferta de equipamentos de segurança, com a ampliação do tipo de produtos oferecidos, faz com que alguns dispositivos tenham seus preços diminuídos, fazendo com que mais cidadãos tenham acesso a eles, aumentando sua capacidade de se fechar em sua própria residência. No depoimento de Fernando podemos perceber este efeito da facilitação do acesso a determinados equipamentos de segurança, no caso as cercas elétricas e os portões de ferro, nas estratégias de proteção empregadas em sua casa.

Eu tenho a vantagem que eu sou pedreiro, então muita coisa eu mesmo fiz e não precisei pagar mão de obra. O muro foi eu que fiz e eu também reforcei a porta da cozinha. Mas hoje em dia ficou mais barato pra você ter segurança. Antigamente só gente de mais dinheiro podia ter cerca elétrica, hoje você olha aqui no bairro e um monte de gente tem. Eu mesmo coloquei aqui na minha casa e não achei tão caro. Outra coisa que é ainda acho um pouco caro, mas que já barateou bastante são esses portões de chapa de ferro, fechados. Eu coloquei aqui também. Porque antes a moda era aquelas grades, que a gente via a rua. Mas o problema é que os bandidos viam dentro da sua casa também. Aqui no bairro a gente já tá vendo muito desse tipo de portão, porque as pessoas tão pensando mais na segurança e porque elas tão podendo comprar, porque ficou mais barato, parcela em 10 vezes (Fernando, pedreiro, 44 anos, Birigui).

Bruno também reconhece que o acesso aos equipamentos de segurança está mais fácil e considera que assim, ninguém tem mais desculpa para não proteger sua casa.

Se a gente tá percebendo que as coisas estão piorando, que os ladrões tão entrando nas casas das pessoas, a gente tem que acordar. Você vai deixar o portão escancarado, as portas abertas, falando pro ladrão: “entra mesmo, pode entrar”? Não, eu acho que não é assim. Já tem bastante coisa ao nosso alcance que pode ajudar a gente a ter um pouco mais de segurança. Não dá pra falar “sou pobre, não tenho dinheiro”. É uma questão de prioridade. Eu coloquei a cerca elétrica aqui em casa.

Antes não tinha nada, era mais fácil dos bandidos entrarem. Agora eu até já acabei de pagar as prestações. Então não tem desculpinha, tem que fazer de tudo (Bruno, recepcionista, 36 anos, Araçatuba).

Não estamos querendo afirmar que houve uma homogeneização no acesso aos equipamentos de segurança, que ainda continua muito desigual, mas que ele tem se ampliado. Cada vez mais os segmentos pobres têm tido acesso a estes produtos e reconhecido sua necessidade, associando seu uso com outras práticas que não passam necessariamente pelo mercado. Deste modo, não podemos afirmar que a securização das residências seja uma preocupação e uma prática apenas dos segmentos mais ricos, apesar dos segmentos mais pobres terem mais dificuldades em realizar esta estratégia. Marta, por exemplo, se mostra muito preocupada com sua segurança depois que teve que se mudar de um bairro habitado pelos segmentos médios para um de conteúdo social mais baixo, como ressalta. Por não ter os dispositivos de segurança que considera adequados, a entrevistada diz que se sente muito insegura, ainda mais comparando sua residência atual com a anterior, que era toda fechada. Sua percepção da necessidade urgente da utilização dos equipamentos de segurança é ampliada pelo fato de que considera que morando em um bairro pobre, a probabilidade de ser assaltada é maior. Frente a esta insegurança, Marta ressalta que fica dia e noite trancada dentro de casa e que mesmo se endividando, vai comprar equipamentos para deixar sua casa mais segura.

Eu não me sinto segura em casa porque eu tenho muro baixo, portão baixo e na outra casa onde eu morava, como era tudo alto, fechado, eu me sentia mais segura. Embora a gente saiba que só o muro não segura bandido. Mas aqui como o muro é baixo, eu fico mais exposta. Quem passa na rua vê a minha casa, vê as coisas dentro de casa, então eu tenho que ficar sempre com as portas e janelas fechadas. Hoje em dia não dá pra ter muro baixo assim, não. Principalmente num bairro de condição mais baixa igual aqui. É por isso que queria colocar cerca elétrica, erguer o muro, talvez uma câmera. [...] Na outra casa era diferente. Apesar de ter um monte de trancas, eu não usava, porque lá eu não tinha medo. Na outra casa eu deixava até a janela aberta. Aqui, nem durante o dia dá pra deixar. A porta da cozinha fica trancada direto. Na verdade, a gente vive trancada enquanto eles ficam do

lado de fora. Mas no outro bairro eu não tinha essa preocupação toda, porque as pessoas tinham mais nível, ninguém mexia com drogas, a situação delas era mais remediada, não iam precisar roubar. Mas aqui, não dá. Eu já estou fazendo as contas e a próxima coisa que eu vou comprar vai ser os tijolos pra subir o muro e colocar a cerca elétrica. Se eu conseguir o empréstimo no banco, porque eu sou aposentada, eu vou colocar também um portão mais fechado e reforçado. Aí vou pagando um pouco por mês. Vou ficar endividada, mas pelo menos vou ficar mais segura (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

Por outro lado, existem também outras maneiras de representar a presença dos equipamentos de segurança. Daniele reside em um bairro pobre, tido como violento na cidade de Birigui, e ressalta que sua percepção de insegurança faz com que ela fique trancada em sua casa o dia inteiro. Porém, quando perguntada se gostaria de instalar algum tipo de dispositivo de segurança, a entrevistada responde negativamente, não porque considera que isto não seria necessário, mas porque entende que esta prática chamaria a atenção dos bandidos para sua residência, sugerindo que ela possui bens a serem roubados.

Eu fico trancada dentro de casa o dia inteiro. Se eu vou dormir no sofá, eu fecho todas as portas. Eu tenho medo de ficar em casa com as portas abertas. Principalmente sozinha. Eu deixo sempre trancado, o portão sempre trancado com cadeado, os dois. Se eu tô lá dentro eu fecho a porta com chave. Porque eu já ouvi falar de pessoas que estão em casa assistindo televisão e o cara pula o muro e assalta. Então eu fico sempre trancada. Se eu tô lavando louça ou deitada eu deixo tudo fechado.

[Se você tivesse mais recursos para investir na segurança da sua casa, o que você faria? Colocaria cerca elétrica, câmeras?]

Eu não colocaria. Eu até acho que precisa, mas eu não colocaria porque eu acho que chama mais atenção. Quanto mais coisas você coloca, mais coisas eles vão achar que você tem de caro lá dentro. Nem a antena da minha internet eu queria colocar no telhado, queria deixar escondida. Porque aí já chama a atenção: ali tem computador. Então, se você colocar cerca, alarmes, vai chamar mais atenção ainda, porque aí você tem coisa boa lá dentro. Então eu prefiro deixar como tá, pra meio que camuflar. Não mostrar que a gente tem alguma coisa a perder (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Podemos perceber assim, que enquanto em alguns casos a diferenciação socioespacial é valorizada e buscada, em outras ela é evitada, posto que é entendida como um fator de exposição que pode potencializar as ameaças. Morando em um bairro considerado violento, a melhor estratégia pode ser se “camuflar”, manter sua casa como as outras do bairro. Para Daniele, os dispositivos de segurança seriam indicativos de posição social mais elevada do que a dos demais moradores do bairro, o que faria com que ela se tornasse um alvo preferencial.

Temos que considerar que, assim como acontece com os espaços fechados de uso exclusivo como os loteamentos fechados, os equipamentos de segurança também marcam na paisagem urbana as posições sociais dos cidadãos, no sentido de que quanto mais dispositivos de segurança a residência tiver, mais rico é considerado seu proprietário. Assim, em alguns casos, além de aumentar a segurança, os cidadãos podem estar interessados, conscientemente ou não, nos conteúdos simbólicos que estes equipamentos carregam, como distinção social e *status*. Como enfatiza Caldeira (2000, p. 294), os elementos ligados à segurança tornaram-se parte de um código de expressão de distinção, baseado na *estética da segurança*, que permite elaborar imagens públicas que expressem gosto e sofisticação. Em seu depoimento, Márcia associa o uso de dispositivos de segurança sofisticados às práticas dos segmentos mais ricos, identificando que este uso não é para pessoas como ela, evidenciando o caráter de diferenciação social que perpassa a utilização destes equipamentos.

Se eu tivesse uma situação mais estável, um orçamento mais folgado, iria usar tudo que há de mais moderno pra defender minha casa. Colocava câmera, segurança particular, fechava a frente toda, como naquelas casonas. Mas hoje não dá, só gente rica tem dinheiro sobrando pra essas coisas. Isso ainda não é pra gente (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

No depoimento de Tadeu também podemos observar a associação da utilização dos dispositivos de segurança mais sofisticados com posição social. Para ele, os ricos transformam suas casas em

verdadeiros cofres em que guardam seus bens valiosos enquanto os mais pobres têm que “se virar” com equipamentos mais baratos, como as grades na janela.

Se a pessoa tem uma conta bancária gorda, se é da alta sociedade, ela não pensa duas vezes em transformar a casa dela em uma espécie de cofre. Porque se ela colocar todo tipo destas coisas pra segurança, igual os alarmes e as câmeras e contratar os seguranças particulares, o que ela tem vai ficar protegido dentro de casa. Agora a gente mais pobre, não. Só o que os ricos investem para deixar as coisas deles protegidas é mais dinheiro do que valem as nossas coisas. Então a gente tem que se virar com coisas mais baratas, só coloca grade na janela e confia em Deus (Tadeu, auxiliar de produção, 33 anos, Birigui).

Outro aspecto a ser ressaltado é o fato de que apesar da maioria dos entrevistados terem se mostrado preocupados com a segurança de suas casas, utilizando, ou pretendendo usar, diferentes equipamentos e estratégias defensivas, muitos deles relativizaram a segurança oferecida por eles, mostrando o reconhecimento de que muitas vezes a utilização destes dispositivos potencializa sua percepção de segurança, mais do que evita objetivamente a ocorrência de crimes. Natália expressa o entendimento de que os dispositivos de segurança não são uma garantia de segurança, apesar de diminuir os riscos.

Eu não acho que essas coisas [*dispositivos de segurança*] garantam 100% nossa segurança. Por mais cuidados que você tome, você não tem garantia. Então, eu considero que eles diminuem os perigos, mas mesmo assim eu não me sinto muito segura (Natália, recepcionista, 25 anos, Araçatuba).

Márcia, apesar de valorizar a utilização de tais equipamentos, se pergunta se eles seriam suficientes para deixar sua residência mais segura e conclui que não completamente.

Eu colocaria tudo isso que você falou [*cerca elétrica, câmeras, alarme*], mas isso daria conta? Do jeito que minha casa está hoje, eu não acho que tá bom, mas se eu colocar tudo isso, minha casa vai ficar mais segura? Acho que não totalmente, você evita algumas situações, mas a gente nunca vai ter uma segurança completa (Márcia, pespontadeira, 33 anos, Birigui).

Para José, que reconhece viver numa fortaleza, quando os bandidos querem cometer algum crime não é uma cerca elétrica que vai

impedi-los. Ressalta ainda que você pode utilizar estes dispositivos que aumentam relativamente sua segurança em casa, mas que quando sai na rua, esta proteção não está mais garantida, enfatizando a questão da busca por segurança nos espaços privados e públicos.

A gente vive numa fortaleza, mas cada vez mais a gente sente medo, porque quando os bandidos querem fazer alguma coisa, não é uma cerca elétrica, um muro que vai impedir. Você fica protegido dentro de sua casa, mas e quando você sai na rua? (José, aposentado, 65 anos, Birigui).

Assim como acontece em relação ao reconhecimento das limitações presentes na segurança oferecida nos loteamentos fechados, a identificação de que os equipamentos de segurança não são infalíveis não leva a uma desistência de sua utilização, como podemos observar no depoimento de Vanessa.

Pelo meu marido vender seguros de casas, eu percebo que em casa com portão eletrônico já entraram, com cerca elétrica já entraram, com vigias já entraram. Eles vão entrar com ou sem essas coisas. Mas mesmo assim, eu acho que é bom ter. Porque garantir que nunca vai acontecer nada, não dá pra garantir, mas pelo menos pode diminuir as chances. Pensando assim, eu acho válido a gente usar essas coisas (Vanessa, vendedora de cosméticos, 39 anos, Birigui).

A percepção de que atualmente é necessário recorrer à utilização de dispositivos de proteção está presente nos discursos até mesmo daqueles entrevistados que, inicialmente, não se declararam inseguros, como podemos observar nos depoimentos a seguir.

Eu não me sinto inseguro. Inseguro, não. No dia-a-dia eu não me sinto inseguro.

[Se você tivesse mais recursos para investir em segurança, o que você faria?]

Aumentaria os muros, cerca elétrica, câmeras, portão eletrônico, botão do pânico. Colocaria tudo isso. Aí eu viajaria tranquilo (Mário, 40 anos, professor, Araçatuba).

A gente não pode se deixar levar por essas coisas, então eu não me classifico como uma pessoa insegura. Eu trabalho de noite, então, se eu fosse inseguro eu nem poderia sair de casa, eu sou é atento.

[Se você tivesse mais recursos para investir em segurança, o que você faria?]

Bom, se tivesse dinheiro sobrando, eu ia querer segurança particular, alarme, câmera, cerca elétrica, deixa eu pensar..., se é pra imaginar, coloca aí, carro blindado, acho que é isso. Se a pessoa tiver dinheiro, ela pode comprar essas coisas e dar uma segurança a mais pra ela e pra família (Rogério, garçom, 34 anos, Araçatuba).

A fala destes entrevistados poderia parecer contraditória, pelo fato de que pessoas que não se reconhecem como inseguras desejem a utilização de equipamentos de segurança. No entanto, uma contextualização destas respostas revela que estes entrevistados, na verdade, se sentem menos inseguros porque já incorporaram em suas rotinas todos os cuidados que consideram necessários e que estão ao seu alcance, e não porque não consideram que a violência seja um problema em suas cidades.

Por fim, é importante destacarmos que a própria utilização de equipamentos e estratégias socioespaciais defensivas contribui para a produção do imaginário das cidades inseguras. A constatação destes elementos na paisagem faz com os cidadãos identifiquem que os tempos mudaram e que atualmente é necessário aumentar a segurança nas residências, como podemos observar nos depoimentos a seguir.

Nos dias de hoje, a gente percebe que as pessoas em Araçatuba estão vivendo em casas mais fechadas [...] Você vê todos os bairros com cerca elétrica, câmeras, sistemas de vigilância, você vê tudo isso aí. Você começa a perceber que realmente as pessoas estão investindo nisso, porque atualmente a segurança é uma preocupação básica. Virou uma necessidade (Mário, professor, 40 anos, Araçatuba).

Eu noto que as coisas mudaram na nossa cidade porque a gente não vive mais do mesmo jeito. O portão é todo fechado, os muros têm que ser altos, senão alguém entra na sua casa. Ninguém pensa em ter um carro sem fazer o seguro. Você coloca grade na janela, põe cadeado. Então, a tranquilidade não é a mesma, a violência é mais presente (José, aposentado, 65 anos, Birigui).

Em todo lugar que você vai, você vê que as coisas estão mudando. Antes você não ouvia falar de cerca elétrica. Hoje tem isso em qualquer lugar. Antes você não ouvia falar de portão eletrônico, eram só umas gradinhas de nada, que não seguravam nem vento. Hoje você só vê esses portãozão. Você vê que as coisas pioraram (Rogério, garçom, 34 anos, Araçatuba).

Podemos perceber, assim, que existe um processo de retroalimentação entre a percepção de insegurança e o uso de equipamentos e práticas de proteção, cada vez mais visíveis. As paisagens urbanas marcadas por esses dispositivos defensivos indicam experiências urbanas pautadas no imaginário da insegurança e são percebidas como indícios de que é preciso se proteger, fazendo com que a demanda pelo consumo destes equipamentos e o estabelecimento de restrições na apropriação dos espaços e nas relações de sociabilidade sejam ampliados.

Deste modo, nas cidades marcadas pelo imaginário da insegurança, os cidadãos ficam cada vez mais expostos aos sistemas de vigilância – tanto os eletrônicos quanto os realizados por equipes de segurança privada – em suas casas, no trabalho, nos supermercados, bancos, *shopping centers*... Ao invés de se sentirem mais seguros, os cidadãos acabam considerando que mais controles são necessários, que precisam se isolar ainda mais. Ou seja, o reconhecimento de que nenhum equipamento, serviço ou espaço que prometa segurança tem sua eficácia comprovada, faz com que estejam sempre em busca de mais proteção em suas atividades cotidianas, sustentando o fechamento e a fragmentação socioespacial.

Antes de passarmos à análise do papel do Estado na gestão da insegurança urbana, precisamos ressaltar também o papel das empresas prestadoras de serviços de segurança privada no controle das experiências urbanas. Diferentes estudos apontam que há alguns anos o efetivo das forças públicas de segurança foi superado pelo número de agentes privados que trabalham com segurança privada – vigilância, segurança particular, transporte de valores.

Estatísticas da Organização dos Estados Americanos – OEA – apresentadas no estudo *Informe sobre seguridad ciudadana en las Américas*, publicado em 2012, mostram que em 2008, aproximadamente 1.675.415 pessoas prestavam serviços de segurança privada no Brasil, contabilizando aquelas que não possuem autorização da Polícia Federal, enquanto o número de agentes de segurança pública

para o mesmo ano era de 345.922. Estes dados não especificam quais atividades de segurança privada são consideradas, nem a quais entidades de segurança pública estes números se referem, mas nos fornecem um bom parâmetro para avaliarmos o papel do mercado na gestão da insegurança urbana: para cada policial tínhamos em 2008 aproximadamente cinco agentes de segurança privada.

A partir deste estudo é possível também realizar comparações com outros países americanos. Considerando as taxas de 22 países, no período de 2008 a 2010, podemos observar que o Brasil apresenta uma das maiores taxas de agentes de segurança privada por 100 mil habitantes – 873, ultrapassando as apresentadas pelos Estados Unidos – 357, Argentina – 380, Colômbia – 428, e Chile – 558.

Em outro estudo, Lopes (2012) constatou que das 1.498 empresas com autorização da Polícia Federal para prestarem serviços de segurança no Brasil, em 2011, 429 (aproximadamente 29%) estavam localizadas no estado de São Paulo, que apresenta sozinho um número de empresas e vigilantes autorizados maior que o encontrado nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do país, como podemos observar na tabela 6.

Tabela 6 - Brasil. Número de Empresas de Segurança Privada e Vigilantes autorizados pela Polícia Federal. 2011

Região	Empresas	Vigilantes
Norte	108	37.931
Nordeste	327	37.931
Centro-oeste	155	42.739
Sul	311	86.659
Sudeste	681	268.445
São Paulo	429	167.000
Brasil	1.498	539.979

Organização: Magrini, 2012. Fonte: Lopes, 2012.

Considerando a Região Sudeste – que apresenta o maior número de empresas autorizadas e de vigilantes – podemos constatar que o estado de São Paulo é responsável por aproximadamente 63% tanto do total de empresas quanto de vigilantes, indicando uma grande concentração da prestação de serviços de segurança privada no estado.

Elaborando um perfil da demanda por segurança privada em São Paulo, por meio de pesquisa realizada junto às empresas prestadoras deste serviço em 2011, Lopes (2012) constatou que os maiores consumidores são a administração pública (29%) e as indústrias (29%), seguidas dos bancos (23%). O setor de comércio e serviços, assim como o de vigilância de condomínios residenciais e empresariais, consumiram 8% do total de serviços de segurança prestados no estado.

Estes números podem ser interpretados como indicativos da renúncia do Estado em lidar com a questão da segurança. No entanto, entendemos que a situação é mais complexa e exige mais aprofundamentos que nos permitam ir além da constatação da privatização na gestão da segurança. Indicativa das ambiguidades envolvidas na relação entre segurança pública e privada é a presença de policiais chefiando muitas empresas de segurança privada¹¹, indicando um tipo particular de privatização da prestação de segurança em que os limites entre público e privado estão borrados.

A prática dos agentes de segurança pública terem um segundo emprego – os bicos – principalmente na área de segurança privada é bem comum. Segundo Lopes (2012), em 1997 estimava-se que no Rio de Janeiro 70% dos policiais civis estavam envolvidos com atividades de policiamento privado. Citando uma pesquisa realizada em 1992 pelo jornal O Globo com 886 policiais militares, o autor (2012b) afirma que 66% dos entrevistados possuíam um segundo emprego – 36% deles na área de segurança privada.

¹¹ Muitas empresas têm neles sua principal fonte de mão de obra.

Esta imbricação de esferas na gestão da segurança dos cidadãos traz graves consequências no que se refere ao conteúdo dos controles exercidos nos diferentes espaços urbanos. Temos tanto agentes públicos agindo a partir de interesses privados, mas acionando sua autoridade pública, quanto agentes privados invocando um poder de polícia que não possuem. Estes limites difusos ligados à perda do monopólio da violência pelo Estado dão margem a inúmeros tipos de abusos e arbitrariedades que, em nome da manutenção da segurança de alguns, ampliam as violências sobre outros.

Apesar de não termos em nosso roteiro nenhuma questão específica relacionada aos serviços de segurança privada, este tema compareceu em alguns depoimentos, nos quais os entrevistados evidenciaram a existência dos limites incertos entre as ações dos agentes públicos e privados. O primeiro exemplo que selecionamos é um trecho da entrevista de Marina. Quando perguntada se já havia sofrido ou presenciado algum tipo de abuso policial, ela relata uma situação que presenciou em um posto bancário localizado em um supermercado, envolvendo um agente que realiza a segurança e o transporte dos malotes de dinheiro. O depoimento é relativamente longo, mas foi transcrito na íntegra para evidenciar as diversas vezes em que Marina se refere a este agente de segurança privada como policial, permitindo que ressaltamos dois aspectos: a) a percepção de insegurança gerada na entrevistada por este agente de segurança privada e b) a produção de representações acerca das ações policiais a partir da conduta de agentes privados.

Eu já vi um caso, mas não foi comigo, uma vez a gente tava no mercado, no Bandeirantes, a gente tava esperando pra poder usar o caixa eletrônico, e eles estavam, no caso não era bem a polícia, são os policiais dos carros de dinheiro, do carro forte. Não sei se eles estavam tirando ou colocando dinheiro, eles estavam ali e bloquearam a entrada dos caixas. Aí chegou um cara que queria sacar dinheiro, mas não era no caixa que eles estavam mexendo, era em outro. A policial que estava do lado autorizou ele a entrar, e o policial que estava mais pra frente barrou a entrada, aí ele falou: “mas não vou usar esse, vou usar o outro”, o polícia falou: “não, já falei

que não”, e eles começaram a se desentender, bater boca, e tinha um monte de gente esperando ali, inclusive a gente estava ali do lado. Eu fiquei até com medo, até saímos de perto. O policial colocou a mão na arma, sacou a arma da cintura, eu falei: “nossa ele vai atirar”, porque se o cara fizesse uma ameaça, um movimento brusco, como sacar uma arma, ele ia atirar ali no meio de todo mundo. Então eu achei assim, que ele não estava preparado pra isso. Porque ele foi estúpido, foi grosseiro com o cara, não tinha nada a ver, ele ia usar o outro caixa. Mas um autorizou, então ficou aquela coisa, aí o cara engrossou, começaram a discutir e o policial já foi sacando a arma como se ele tivesse com um pedaço de pau. Ou ele esqueceu que ele pode sacar a arma, atirar e o tiro não ir na pessoa que ele quer acertar, pode atingir outro inocente que não tem nada a ver com a história. Até meu marido comentou: já pensou se chega um e esbarra nele, ele já vai achar que é o cara, porque o cara falou: “lá fora a gente se acerta, quando você tiver sem isso daí na cintura, vamos ver se você é macho”. Aí a gente ficou assim, se um cara esbarrar nele, sem querer, pode levar um tiro sem saber por quê. Então essa parte foi a única assim que eu já vi, que eu fiquei meio assim com a polícia, achando que eles às vezes exageram, são violentos demais (Marina, operária, 26 anos, Birigui).

Os cidadãos estão sujeitos assim, aos controles oficialmente exercidos pelos policiais, à suas ações quando representam os interesses privados, e também às coerções realizadas pelos agentes de segurança privada. Seus direitos civis estão constantemente sendo colocados à prova, mas grande parte da sociedade insegura sanciona este tipo de ação. Temos que nos perguntar então, quais os efeitos para as cidades do ato de investir determinados civis com uma autoridade de vigiar, controlar, conter e defender a propriedade e os interesses privados e também quais as consequências da utilização privada dos poderes públicos oficiais no cotidiano das cidades.

Já citamos em outro momento os constrangimentos aos quais os cidadãos, principalmente os pobres, estão sujeitos na apropriação de determinados espaços de acesso controlado como os *shopping centers*. Esta falta de delimitação clara das fronteiras entre os domínios públicos e privados da segurança urbana faz com que a naturalização dos controles seja facilitada e que assim, suas decorrências sejam mais perversas. Mesmo não tendo efetivamente os mesmos poderes que os

policiais, os agentes de segurança privada – armados e uniformizados – agem com certa liberdade para revistar, vigiar e restringir o acesso dos indesejáveis, potencializando as possibilidades de fechamento urbano, mesmo em parcelas da cidade aberta.

No depoimento que selecionamos a seguir, Tadeu fala sobre sua constatação de que os estabelecimentos comerciais estão aumentando a utilização de equipamentos e de agentes de segurança privada. Percebemos que eles acabam restringindo os movimentos dos cidadãos suspeitos ou daqueles cuja presença é considerada desagradável, dentro das lojas pelas quais são responsáveis, então no âmbito privado, mas também nas calçadas e ruas, impondo controles privados em espaços públicos. No exemplo citado por Tadeu, os indesejáveis são os moradores de rua que insistem em incomodar os clientes.

Eu andei reparando que, por exemplo, nas lojas do centro, eles já estão colocando câmeras e algumas têm até seguranças. Tem uma loja grande de roupa que praticamente a cada corredor tem alguém fazendo a segurança da loja com aqueles radinhos. As lojas estão no seu direito, porque se eles fazem isso é porque o prejuízo deles com roubos deve ser grande. Mas em alguns casos pode ser até exagero. Eu já vi várias vezes lá no centro os seguranças espantando aquelas pessoas que moram na rua, pra eles não ficarem na frente da loja que eles são responsáveis, atrapalhando os clientes. Eu já vi até os seguranças pegando um senhor pelo braço e até ameaçando bater nele porque ele não queria sair de perto dos clientes da lanchonete que ficam sentados no calçadão (Tadeu, auxiliar de produção, 33 anos, Birigui).

Outro aspecto que devemos considerar na análise das relações entre ações de segurança privada e segurança pública é o fato de que, apesar do aumento das empresas e do número de agentes privados de segurança, superando até os contingentes públicos, eles não podem prescindir da ação dos agentes públicos de segurança, sejam eles os policiais ou mesmo as instâncias judiciárias. A polícia é acionada quando os alarmes disparam ou quando algum problema mais grave acontece. São os policiais que analisam as imagens das câmeras de segurança no intuito de solucionar as ocorrências. É o sistema penitenciário que abriga aqueles que foram condenados pela justiça ou

que esperam condenação por algum tipo de crime. Mesmo que os agentes privados possam contribuir para a prisão de algum criminoso, sua punição e custódia não cabe a este setor.

É neste sentido que argumentamos em favor do entendimento de que apesar dos discursos reiterados que evidenciam a ineficácia do Estado em garantir a segurança e a percepção dos cidadãos de que eles não podem esperar pela proteção estatal, aparentem uma desnecessidade da dimensão pública nos termos de Oliveira (1999), o quadro que temos na realidade é o de uma sociedade que demanda ações específicas do Estado que, apesar de ceder várias de suas competências ao setor privado – inclusive o monopólio da violência –, mantém sob seu controle áreas estratégicas da gestão da segurança, voltadas principalmente para a repressão e punição dos suspeitos. O Estado ainda é acionado para manter a ordem nos espaços urbanos, agindo de forma bastante presente na vida de determinados segmentos estigmatizados da cidade, ao contrário do que os discursos de falência do Estado deixam transparecer.

Considerando assim, a articulação do setor público e do privado na constituição das políticas de segurança contemporâneas, como destaca Garland (1999, 2008), seguimos no próximo item analisando as representações e anseios de nossos entrevistados no que se refere a suas demandas em relação ao aparelho estatal, observando como suas ações influenciam no cotidiano urbano das cidades inseguras.

2.3. O Estado e a gestão da insegurança urbana

De acordo com Poulantzas (1977; 1991), as relações que se estabelecem no interior do Estado e entre ele e os diferentes segmentos sociais são muito complexas, fazendo com que não possamos entender suas ações como um mero reflexo das correlações de classe, a partir de visões utilitaristas ou ligadas a um determinismo econômico. A lógica de funcionamento estatal reproduz os descompassos existentes na própria sociedade, trazendo em seu cerne a reprodução das relações de

dominação/subordinação que lhe são características, sem que, no entanto, possamos reduzi-lo mecanicamente a uma instituição estritamente a serviço dos interesses da burguesia – até porque atualmente este segmento encontra-se fracionado em parcelas cujos interesses nem sempre coincidem.

A complexidade da constituição do Estado e da definição de suas ações também é reconhecida por Bourdieu (1998) que identifica nele a existência de duas racionalidades contraditórias: a) a “mão esquerda” do Estado, sua dimensão feminina, ligada aos aspectos sociais básicos, como educação, habitação, alimentação – que tem como princípio a proteção dos cidadãos, e b) a “mão direita”, o âmbito masculino, ligado às finanças, à burocracia, à punição – que deixa os cidadãos à mercê do mercado para poderem satisfazer suas necessidades básicas. No contexto do Estado neoliberal, a mão direita comanda o estabelecimento das políticas públicas, repassando para o mercado atribuições que deveriam ficar a cargo da mão esquerda, fazendo com que o sentido da proteção social garantida pelo Estado seja perdido.

No entanto, a diminuição das atribuições estatais via privatização não significa o fim do Estado ou a diminuição de sua importância na mediação da vida em sociedade. Em contraposição ao entendimento de que a utopia neoliberal produz uma extinção gradual do Estado, Linera (2010) ressalta o fato de que é o próprio Estado que se encarrega de privatizar recursos, de disciplinar a força de trabalho, de assumir com recursos públicos os custos, os fracassos ou o enriquecimento de segmentos minoritários da sociedade, dando substrato para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção. No âmbito da vida cotidiana, o autor também enfatiza que questões como cultura, educação, definição das leis e das penalidades continuam a ser de responsabilidade estatal, desconstruindo o entendimento de que o Estado teria perdido importância como catalisador da coesão territorial. Outro aspecto evidenciado por Linera (2000) é o fato de que o atual sistema mundo é um sistema interestatal, visto que os sujeitos deste

sistema continuam sendo os próprios Estados, numa relação de interdependência a nível mundial.

Deste modo, a perspectiva da falência do Estado e a concepção de que ele seria desnecessário (OLIVEIRA, 1999) devem ser substituídas pelo entendimento das transformações pelas quais ele vem passando, que lhe conferem características próprias no atual período histórico. Um destes aspectos contemporâneos da configuração do Estado, que influencia em seus posicionamentos em relação à segurança urbana, é o que Poulantzas (1977) identifica como a passagem da atuação estatal centrada na intervenção – na economia, na ordem pública – para ações balizadas no âmbito da regulação.

Este entendimento pode ser considerado convergente com as análises de Curbet (2004) que identifica que o projeto político estatal em relação à segurança atualmente está muito mais ligado a sua preocupação com a gestão da insegurança, de maneira que ela possa continuar a ser manipulada, no sentido de produzir lucros financeiros e políticos, do que com sua diminuição ou extinção. Em detrimento das ações preventivas – desenvolvidas tanto no plano social quanto no policial – são valorizadas as ações repressivas/punitivas, que objetivam regular a insegurança para que ela, de acordo com as conjunturas do momento, não interfira na estabilidade do poder. Associando esta concepção com as análises de Garland (1999; 2008) acerca das políticas de segurança baseadas na articulação da esfera privada, na realização da prevenção situacional dos crimes, com a esfera pública, no controle das medidas punitivas, percebemos que os discursos acerca da ineficácia do Estado na garantia da segurança encobrem, na verdade, uma especialização profunda da ação estatal. Seguindo a lógica neoliberal de ceder ao mercado a função de prestar serviços básicos que antes estavam sob sua responsabilidade, mantendo sua atuação apenas em pontos estratégicos, o Estado pode concentrar esforços em áreas, ou partes delas, de seu estrito interesse, o que significa que ao contrário de enfraquecimento, temos um fortalecimento especializado das funções estatais que visam manter a ordem estabelecida.

A utilização do poder estatal nas medidas repressivas e punitivas se insere no contexto da utilização da violência – material ou simbólica – para a manutenção dos mecanismos que permitem a realização das relações de dominação entre classes. Sobre este aspecto, Poulantzas (1977) enfatiza que tais relações de dominação não se exercem a partir do simples emprego da violência e dos controles físicos. É preciso que esta violência seja apresentada como legítima, por meio da produção de uma ideologia dominante capaz de provocar certo consenso em diferentes segmentos sociais, inclusive nos dominados.

Temos constatado que no âmbito do cotidiano, a ideologia que permite a imposição da ordem por meios estatais truculentos integra o imaginário das cidades inseguras, que dissemina as representações de insegurança crescente em diferentes contextos socioespaciais, fazendo com que ações repressivas mais enérgicas sejam justificadas e desejadas pela sociedade. Em entrevistas que realizamos nas duas cidades estudadas, constatamos a ambiguidade presente nas representações acerca da ação estatal em relação à segurança, que pode ser percebida a partir de dois tipos principais de posicionamentos interligados: a) as ações estatais não garantem segurança porque são ineficientes tanto em realizar a prevenção das ocorrências, por meio das rondas ostensivas realizadas pela Polícia Militar, quanto em solucionar os crimes, com a impressão generalizada de que a Polícia Civil faz “corpo mole” até para registrar os boletins de ocorrências, quem dirá para investigar os crimes; e b) desejam uma atuação mais forte do Estado, no sentido da realização de mais prisões, maior repressão aos suspeitos e leis mais rígidas contra os criminosos, por exemplo.

É interessante verificar a simetria das posições relatadas por nossos entrevistados com as constatações de Garland (1999) em relação às políticas contemporâneas de segurança. No que se refere à prevenção, o Estado é tido como ineficiente, levando ao entendimento de que os cidadãos precisam individualmente buscar soluções, principalmente via mercado, para adicionarem mais segurança em seu cotidiano. O fracasso das ações estatais neste quesito foi bastante

ênfatizado, mas poucos entrevistados se referiram ao desejo de que houvesse mais policiamento nas ruas – tido como ineficaz tanto por causa de sua baixa frequência, quanto pela corrupção dos policiais. Em relação a este aspecto, podemos constatar, então, por um lado, o predomínio das representações em direção a uma desistência de esperar pela ação preventiva do Estado. Por outro, quando se trata das medidas punitivas, a tendência foi que os entrevistados legitimassem as ações estatais, mesmo reconhecendo suas limitações, desejando inclusive, seu recrudescimento. Deste modo, as representações dos cidadãos, de maneira geral, legitimam este compartilhamento da gestão da segurança entre as esferas públicas e privadas.

Um exemplo de discurso que sustenta a produção das representações que ratificam a ação conjunta do Estado com o mercado pode ser observado na colocação que o Delegado Geral da Polícia Civil de São Paulo – Marcos Carneiro Lima – fez em fevereiro de 2011, em referência a um roubo realizado na residência do ex-Secretário de Segurança Pública de São Paulo – Saulo de Castro – localizada em Alto de Pinheiros, bairro elitizado da cidade. Transcrevemos parte de sua fala, a partir de uma reportagem veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 09/02/2011.

Somente a polícia não consegue resolver problemas dessa envergadura. Se eles [*vigilantes*] recebem dinheiro desses moradores para fazer uma segurança, ela tem de ser efetiva, e não apenas, como vimos várias vezes, cabines abandonadas, vigilantes que não estão fazendo o serviço adequado. Isso é importante que seja cobrado da polícia, mas também a participação de toda a população.¹²

Segundo a reportagem, a rua em que se localiza a residência assaltada era monitorada por uma empresa de segurança privada – Prodefence Monitoramento Residencial e Empresarial, que já foi de propriedade de um delegado – e tinha três cabines de vigilância privada instaladas. As imbricações entre as esferas pública e privada são notáveis neste caso. Diante da repercussão da declaração do Delegado

¹² In: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/872845-chefe-da-policia-civil-de-sp-cobra-acao-dos-vigilantes-de-rua.shtml>, acesso em 10/10/2012.

Geral de que o Estado não conseguia solucionar, sozinho, problemas desta envergadura, cobrando as responsabilidades dos agentes privados de vigilância, replicada em diferentes veículos midiáticos, o então Secretário de Segurança Pública de São Paulo – Antonio Ferreira Pinto – e o governador – Geraldo Alckmin – tiveram que dar declarações no intuito de reafirmar que a segurança pública é uma obrigação do Estado. Os dois, porém, se posicionaram de maneiras diferentes. Segundo a *Folha de S. Paulo* (10/02/2011), o Secretário de Segurança disse que não vê a possibilidade de uma parceria com os vigilantes de rua, visto que eles não têm qualificação profissional para fazer tal parceria com a segurança pública. Já o governador Geraldo Alckmin ressaltou que o poder de polícia é do Estado, mas que uma sinergia com os vigilantes tem que ser considerada como positiva¹³.

Estes desencontros nos posicionamentos dos agentes estatais em relação às parcerias com o setor privado revelam que, mesmo que não haja a intenção de explicitar para o público sua existência, nas práticas cotidianas as imbricações entre estas esferas na gestão da segurança estão consolidadas, com o agravante de que em muitas vezes, os agentes que atuam no âmbito público e privado são os mesmos.

O resultado disto é que os cidadãos, cada vez mais inseguros e propensos ao fechamento espacial – individual ou coletivo – ficam exponencialmente sujeitos aos controles estatais e privados em suas diferentes atividades cotidianas, fato que, apesar da aparente naturalização e internalização da necessidade do convívio com estes controles, altera significativamente – e desigualmente – as possibilidades de se vivenciar as cidades.

Apresentamos a seguir os principais conteúdos das representações de nossos entrevistados acerca do papel do Estado na gestão da segurança urbana, organizados em dois eixos temáticos: a) atuação da polícia e b) prisão/leis, evidenciando suas percepções acerca

¹³ In: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/873429-nao-faz-sentido-cobrar-acao-de-vigia-diz-secretario-de-sp.shtml>, acesso em 10/10/2012.

das ações em curso e também sobre aquelas que consideram que deveriam ser as prioridades estatais.

Os cidadãos e a polícia

As representações dos nossos entrevistados em relação à polícia de uma forma geral e da atuação de seus agentes em suas cidades foram marcadas por ambiguidades relativas à ação diferenciada dos policiais segundo os diferentes segmentos sociais e os distintos bairros. No entanto, um reconhecimento comum, expresso tanto por cidadãos dos segmentos médios, quanto pelos mais pobres, residentes em diferentes áreas das cidades estudadas, foi o de que os policiais são corruptos e muitos deles estão envolvidos com o tráfico de drogas. Apesar do reconhecimento de que não são todos os policiais que adotam estas condutas, aqueles tidos como honestos são considerados como exceções. As referências à polícia apresentaram também, muitas referências às ações violentas, alguns denunciando abusos, mas a maioria constatando que para retomar a autoridade, ela deveria agir com mais truculência.

Desde o princípio de sua instituição no Brasil, as ações da polícia foram marcadas pelo exercício de diferentes tipos de violência. Caldeira (2000) revela que no século XIX os policiais já realizavam ações violentas, relacionadas, por exemplo, com a detenção e punição dos escravos – marcadas pela arbitrariedade e pelos espancamentos. A autora ressalta que a repressão violenta sempre se sobrepôs à salvaguarda dos direitos civis na condução das ações policiais, direcionadas majoritariamente para a intimidação ou castigo dos segmentos pobres, desde sua criação. Considerando a atuação policial no Rio de Janeiro e em São Paulo no século XIX, Caldeira conclui que o padrão de confronto, assédio e prisão deixam claro que o trabalho principal da polícia não era propriamente a repressão aos crimes, mas o controle dos pobres, detidos por “delitos” como vadiagem, desordem e embriaguez.

Batista (2003) nos fornece um exemplo deste conteúdo de violência presente na atuação policial nas cidades brasileiras no século XIX ao apresentar um fragmento de reportagem do jornal *Aurora Fluminense* de março de 1835, no qual é noticiada a declaração do chefe de polícia acerca da conduta de prender e açoitar os escravos encontrados na rua sem uma explicação escrita de seu senhor. O crime considerado neste contexto, que deveria ser punido tão severamente, é a simples circulação dos escravos pela rua, que lhe cabe pena de prisão e violência física.

Em 21 de fevereiro o Chefe de Polícia por hum edital, declarou que todo escravo encontrado na rua, sem escripto de seu senhor, aonde se aponte o motivo da sua sahida, até que horas, o lugar da habitação, etc., será recolhido á Cadea, e incorrerá na pena de 50 açoites, não saindo sem que o senhor justifique o domínio, isenção do crime, e pague a carceragem (AURORA FLUMINENSE, n° 1030, Rio de Janeiro, 20 de março de 1835, p. 3817-18. In: BATISTA, 2003, p. 191).

Considerando o papel histórico da instituição policial, Caldeira (2000) enfatiza o fato de que ela sempre teve protagonismo na manutenção da ordem estabelecida, servindo aos interesses dos coronéis da República Velha e realizando ações repressivas na ditadura de Vargas e na ditadura militar, por exemplo. No entanto, paradoxalmente, a partir dos anos de 1980, com o processo de redemocratização, a utilização da violência e o desrespeito aos direitos civis pela polícia aumentaram, passando a ser algo rotineiro nas cidades.

Caldeira (2000) ressalta ainda, que mais que reconhecer que os abusos policiais são padrões herdados do passado, precisamos considerar que eles são resultantes de decisões administrativas e opções políticas definidas pelos governos em cada conjuntura, que revelam o caráter disjuntivo da democracia brasileira, na qual os direitos civis representam o traço mais deslegitimado de nossa cidadania.

No entendimento de Machado da Silva (2008), a percepção de insegurança vem gerando expectativas e demandas sociais *contra* e não

com os outros. Neste sentido, o autor considera que a polícia atua como verdadeiro dispositivo de confinamento, pois o que se espera dela não é que regule as relações entre os segmentos sociais e sim que permita o evitamento dos encontros entre os desconhecidos por meio da repressão – livre de restrições – cotidiana e generalizada. Seguindo a linha de raciocínio que temos desenvolvido, a polícia é então, mais uma dimensão a ser considerada no entendimento da fragmentação da sociabilidade urbana, pois como enfatiza o autor, suas ações constituem um muro de contenção que dificulta o intercâmbio entre os cidadãos e seus modos de viver.

Para apreender estes aspectos nas cidades estudadas destacamos alguns conteúdos observados a partir das entrevistas realizadas. O primeiro deles é o que enfatiza o descrédito na eficácia das ações policiais. No depoimento de Teresa, esposa de Antônio – policial militar aposentado que também entrevistamos – podemos perceber que nem mesmo a proximidade de seu marido com a instituição policial fez com que ela construísse uma representação positiva acerca da atuação dos policiais. Para ela, a polícia não é eficaz porque os policiais são muito acomodados, não têm compromisso com a população, e porque muitos estão envolvidos com bandidos. A entrevistada, que pode ser considerada como uma representante dos segmentos médios, afirma que não confia na polícia e que pensaria duas vezes antes de chamá-la, caso precisasse.

[Como a senhora avalia o trabalho da polícia? A senhora acha que ele é eficaz?]

Não, eu não acho. Eles não são eficazes não. Eles são muito acomodados aqui. Você chama, eles demoram pra vir. Tem muito policial envolvido com bandidos também aqui, então eu acho que não é uma polícia eficaz. E isso não é só aqui, eu acho que é em todos os lugares.

[A senhora confia na polícia?]

Não, eu não confio não. A gente nunca precisou, mas eu sei por causa de outras pessoas que já precisaram deles, que não dá pra confiar. Então a sociedade fica sem ter a quem recorrer, porque hoje não tá dando pra confiar na polícia não. A gente pensa até duas vezes antes de chamar a polícia, uma porque eles enrolam a gente e

demoram pra vir, outra porque você não sabe se não vai acabar piorando a situação, se eles não vão pedir um dinheiro por fora (Teresa, dona de casa, 57 anos, Araçatuba).

Por sua vez, Antônio reconhece que a polícia poderia ser melhor se não existisse a “banda pobre”, na qual não se pode mesmo confiar. Cita também a falta de investimentos do governo em viaturas e na contratação de mais policiais como problemas, mas afirma que o atendimento ao público não está tão ruim como sua esposa relatou, considerando que o serviço melhorou bastante.

[E o senhor que já teve a experiência de trabalhar como policial, como você avalia o trabalho da Polícia?]

Olha, a polícia poderia ser melhor. Mas não é melhor porque sempre tem os bons e os ruins. E na polícia é igual. Tem a banda pobre que a gente não pode confiar mesmo não. Mas quanto ao atendimento aqui, eu acho que está bom. Porque tem o COPOM, que foi uma grande coisa que eles fizeram, porque envolve toda a região. Todo mundo que liga, cai numa central e ela organiza tudo. Então funciona bem. Isso eu acho legal. Mas o atendimento eu não acho que tá tão ruim não. O que tá faltando é o investimento do governo em viaturas e efetivo. Isso tá um pouco retraído. Mas fora isso, quantidade de policiais e viaturas, está bom. Já melhorou bastante (Antônio, policial militar aposentado, 57 anos, Araçatuba).

Para Daniele, que mora num bairro pobre tido como violento na cidade de Birigui, também é difícil confiar no trabalho da polícia, porque identifica que ao invés de proteger a sociedade, os policiais estão cometendo crimes.

[Você acha que se tivessem mais policiais na rua diminuiria a violência?]

Não, no meu caso eu acho que não. Porque os policiais estão em primeiro lugar pra estar fazendo as coisas erradas. Os que têm que proteger a gente é os que também estão causando coisas erradas. Então, por isso eu acho que não ia adiantar nada. Eu não confio na polícia. Tem os bons, mas hoje em dia tá difícil saber em quem confiar. Os próprios policiais tão cometendo crimes (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Reconhecendo também as deficiências da atuação policial, Marina relata, a partir de uma experiência de roubo na casa de seu cunhado que mora ao lado da sua, que os policiais não se deslocam mais para o

local do crime e que as chances dos pertences serem recuperados são mínimas. Avaliando o trabalho da polícia – que no seu entender não resolve nada –, Marina identifica que as áreas centrais são as que recebem mais atenção no que se refere às rondas e que no seu bairro, com localização mais periférica, é bem raro ela ver carros de polícia passando.

A polícia nem vem mais [*na residência em caso de roubo ou furto*]. Eles só registram o boletim, você tem que ir lá na delegacia, registrar, dar queixa, apresentar a nota do que foi roubado.

[*A polícia não vem no local?*]

Nada, nem na casa não vem mais. É tão comum isso de roubo, que já virou até rotina pra eles. Então eles nem vem. Só se for em flagrante mesmo, pra eles virem, senão...

[*E a chance deles encontrarem as coisas roubadas?*]

Nem pensar. Porque os ladrões passam as coisas nas bocas de fumo rapidinho.

[*E como você avalia o trabalho da polícia?*]

Olha, na verdade a polícia eles estão na rua, mas que nem no caso, se rouba, eles não vem na casa, apesar de que eles não resolvem nada. Aqui no bairro a gente sempre vê uma viatura passando, fazendo alguma ronda, mas a noite é bem raro você ver a polícia passando. É mais pro lado do centro que eles estão mais de cima. Assim pros bairros é bem raro (Marina, operária, 26 anos, Birigui).

Moradora de um bairro pobre e estigmatizado, Maria afirma que os policiais aparecem pouco por ali porque não gostam de arrumar trabalho – se eles tivessem realmente interessados em combater a criminalidade, a entrevistada reconhece que a polícia teria muito trabalho em seu bairro, citando como exemplo os pontos de tráfico de drogas, conhecidos por todos, mas que não sofrem ação policial. Para ela, isso é um indício de que os policiais devem estar envolvidos com os traficantes.

[*Como vocês avaliam o trabalho da polícia aqui no bairro?*]

É muito pouco. Só quando tem briga, mas mesmo assim é difícil. Um roubo quando acontece, aí eles passam uns dois, três dias e somem de novo. Eles não gostam de arrumar trabalho aqui não. Porque se eles quisessem,

aqui tinha serviço pra eles. Tem esse monte de ponto de droga aqui, mas a polícia não faz nada. Eu acho que até eles devem estar envolvidos. Não é julgando, mas eu acho que já que eles sabem onde ficam as bocas, tinham que fazer alguma coisa. Mas eles só passam e não fazem nada.

Falando sobre a conduta dos policiais quando os moradores de seu bairro acionam seus serviços, Maria ressalta a demora para que eles atendam ao chamado, quando eles aparecem. Frente a este descaso, a entrevistada constata que os moradores de seu bairro ficam esquecidos ali.

Quando roubam alguma coisa, ou a gente chama eles, demora umas três horas pra eles virem aqui. Roubaram a casa do vizinho ali, a mulher viu roubando a televisão, fazia só 25 dias que a menina tinha comprado a casinha e a televisão ela não tinha nem pagado a primeira parcela. Aí nós chamamos a polícia, a mulher tava na fábrica, teve que chamar um moto-táxi, a mulher chegou aqui antes que a polícia. Acidente também, a moça se acidentou aqui na esquina, o resgate veio, levou a mulher, depois de umas duas horas é que eles vieram aparecer. Quando eles vêm, porque tem vezes que eles não vêm não. Aqui não é fácil. Ficamos aqui esquecidos (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

A relação estreita entre os policiais e os traficantes é reconhecida por Renato, que cita a fala de um traficante do bairro em que cresceu, que relata não ter medo dos policiais porque eles mesmos são seus clientes. O entrevistado ressalta então, que os policiais sabem onde as *bocas* estão localizadas, mas não agem para combatê-las porque não têm interesse. Em seu entendimento, eles só vão tomar uma atitude se alguém for à delegacia e fizer uma denúncia, fizer um escândalo, porque aí os policiais precisarão mostrar serviço. Do contrário, só irão até os pontos de venda de drogas para comprá-las mesmo.

Teve uma vez que ele [*traficante*] falou assim pra nós, porque a gente tava conversando, a rapaziada, e a gente falou assim pra ele: “mas você não tem medo das polícias virem aqui e te pegar”? E ele falou assim: “Já veio policial aqui comprar droga, de madrugada. Eles vêm aqui sempre. Vieram aqui uma vez comprar não sei quanto de cocaína pro consumo deles”. Então, eles sabem, os policiais sabem, onde que tá as bocas, ainda mais em cidade pequena. [...] Eu acredito assim, que eles só tomam uma atitude se alguém for lá, repercutir uma

denúncia na delegacia, fazer um escândalo, falar que ali tá vendendo droga. Aí eles têm que fazer o papel deles, porque senão fica meio feio: “o povo foi lá e o policial não fez nada”. Então, se o povo vai e faz uma denúncia, aí eles vão, porque senão, eles não vão não. Eles vão lá pra poder comprar, pra consumir (Renato, técnico de enfermagem, 30 anos, Birigui).

Além da falta de interesse, do envolvimento com os traficantes e com a corrupção, outro conteúdo associado com o fracasso da polícia em garantir a segurança dos cidadãos é a falta de autoridade dos policiais atualmente, como afirma Raquel.

[A senhora acha que se aumentasse o número de policiais nas ruas diminuiria a violência?]

Olha, vou falar a verdade. Uma coisa que eu acho que falta: autoridade. Não é o número de policiais que conta. É a autoridade que é dada a eles. Então, não adianta colocar um batalhão na rua, se eles não tiverem autoridade. E é o autoritarismo? Não, é autoridade. Por exemplo, eu olho vejo que é um policial e sei que posso contar com ele. É isso. E a gente não tem mais isso. [...] Antigamente eu tirava o celular da bolsa e falava assim, quando eles [os filhos] estavam aprontando: “eu tô chamando a polícia”. Fazia diferença. Hoje não faz mais (Raquel, professora, 55 anos, Araçatuba).

Em seu depoimento, José também ressalta que a polícia perdeu sua autoridade e sua capacidade de controlar os bandidos. Associado a esta representação, temos o reconhecimento de que os policiais precisam retomar o controle, “mostrar quem é que manda”.

A polícia hoje é uma vergonha. Eles fogem dos problemas, parecem que querem evitar o conflito. Bandido hoje não tem medo de polícia não. Se bobear, as armas que eles têm são melhores que os 38 ferrados que os policiais usam. Então, que tipo de imagem que a polícia tem pros bandidos? A polícia tem que recuperar o poder pra ela, mostrar autoridade, ter mais atitude pra mostrar quem é que manda (José, motorista aposentado, 65 anos, Birigui).

Neste caso, ter atitude significa agir de forma mais violenta, aumentando a truculência nas abordagens dos suspeitos. Este desejo de uma polícia mais enérgica em relação aos bandidos foi significativo em nossas entrevistas e compareceu nas falas tanto dos segmentos médios, quanto dos mais pobres, embora, com nuances diferenciadas.

Apesar de em diferentes momentos de sua entrevista, Raquel ter ressaltado sua atuação política nos protestos contra a ditadura militar, lutando pela redemocratização do país, e de ter reconhecido os abusos que a polícia da época cometeu contra os opositores da ditadura (“eu sou da turma da ditadura, então a gente tinha aquela ânsia de lutar”, “eu era revoltadíssima, eu tava nas passeatas da anistia”, “a gente lutou tanto pra uma sociedade justa, igualitária”, “já andei até com caixão de defunto, toda de preto. Aí, eles [*policiais*] baixavam o pau na gente. A gente tinha que sair correndo pra não apanhar. Quantos colegas meus que apanharam”), acaba concluindo que a polícia atualmente é muito fraca, que há uma distorção em defender os direitos humanos dos bandidos e que hoje em dia falta abuso de poder por parte dos policiais e por isto os bandidos abusam da sociedade. Fica explicitado assim, que o ideal de Polícia que a entrevistada considera eficiente é aquela ostensiva e repressora que ela conheceu nos tempos da ditadura.

Falam assim: “mas a polícia mata”. Mas você não viu o que o cara fez, entendeu? “Ah, matou!” Aí o bandido passa a ser um anjo. É uma distorção. É uma inversão de valores, uma distorção. Pô, você próprio quer matar o cara [...] Eu acho a polícia muito fraca. [...]

[A senhora já presenciou ou sabe de alguém que sofreu algum abuso em alguma abordagem policial?]

Eu acho é que falta abuso de poder. Ah, falta abuso de poder. Por isso que abusam da gente hoje. Eu acho que hoje tá invertido (Raquel, professora, 55 anos, Araçatuba).

Nos dois depoimentos selecionados a seguir, apresentamos exemplos de falas que legitimam as situações de abuso na atuação policial, baseadas no entendimento de que os bandidos merecem ser tratados com violência. Quando perguntada se conhecia alguém que já havia sofrido alguma situação de abuso de poder, Simone responde que sim, mas que a pessoa merecia porque estava no mundo do crime. Ao mesmo tempo em que constata que alguns policiais às vezes exageram, diz que outros deveriam ser mais violentos.

[Você conhece alguém que já sofreu algum tipo de abuso de poder, por exemplo?]

Conheço, mas a pessoa merecia. A que sofreu tava no mundo do crime, então, foi merecido. Mas a polícia folga, eu tenho relatos de pessoas que vivenciaram coisas terríveis, porque é aquela guerra. Você percebe que tem alguns policiais que exageram, que não querem nem saber quem é a pessoa e vai batendo. Já tem outros que são muito bundão, devia ser mais violento, nem em marginal não bate. Então eu conheço pessoas que já sofreram abuso. No caso, a polícia, por já saber que ele era o cara que eles estavam procurando, chegou dando tapa, não queria nem ouvir, nem saber, já chegou na agressão mesmo. Mas a pessoa também não era santa. E tem outros casos que você chama a polícia e eles não resolvem nada (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

No mesmo sentido, Maria também considera que a polícia tem que bater em quem estiver fazendo alguma coisa errada, em quem faz parte da bandidagem.

[Você sabe de algum caso de abuso de poder por parte da polícia aqui no bairro?]

Com gente conhecida não. Mas eu acho que tem que apanhar mesmo se tiver fazendo coisa errada. Tem, tem que apanhar mesmo. Agora, esse negócio de pôr droga nas coisas das pessoas, isso eu também já ouvi falar. Teve um caso aqui no bairro. Abordaram uns meninos na avenida ali, fizeram eles levantarem as mãos – na época eu acho que o mocinho tinha 17 anos – e na hora que eles foram revistar, acho que colocaram alguma coisa no bolso deles e deram umas cacetadas boas e falaram que eram eles que estavam com as drogas. Teve outros casos também, que a polícia colocou droga na bolsa do rapaz e deram umas borrachadas boas nele. Aí eu já acho errado, porque eles não eram da bandidagem (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

Nas falas de Simone e Maria, além da legitimação das ações violentas contra os bandidos, podemos constatar outro ponto de convergência: o entendimento de que a violência policial deveria ser exercida apenas contra os bandidos e não indiscriminadamente. Simone cita que alguns policiais exageram, batem nos suspeitos antes de verificar se eles realmente são bandidos, e Maria relata casos em que policiais forjaram ocorrências de apreensão de drogas com jovens inocentes, chegando inclusive a bater neles, conduta que considera errada, porque estes jovens não eram bandidos.

Para Viviane, jovem pobre que tem sua trajetória marcada pela proximidade com o “mundo do crime”, o fato de ter mais policiais na rua contribuiria para a diminuição da violência, mas atrapalharia a vida daquelas pessoas que “trabalham” com o tráfico de drogas, por exemplo, enfatizando que este aumento do policiamento só poderia ser feito se houvesse oportunidades formais de trabalho que dessem mais dinheiro.

[Você acha que mais polícia na rua ia ajudar a diminuir a violência?]

Ia, né? Mas ia ficar mais difícil pras pessoas que não tem como levar a vida e que aí vendem drogas. Só podia aumentar o policiamento se tivesse um meio de trabalho normal mais rápido e que desse mais dinheiro, pra que as pessoas pudessem ganhar a vida. [...]

[Você confia no trabalho da polícia?]

Não, eles são injustos. Se eles fossem justos, tudo bem. Igual eu te falei. Se eu não vendo drogas, mas eles desconfiam, eles colocam as coisas na minha casa pra me prender. A pessoa não tem como provar. E as pessoas que não tem dinheiro pra pagar advogado? Se eles querem prender quem trafica, fazer o que? A gente sabe que tá errado. Mas daí a já sair prendendo todo mundo não.

Quando questionada se confiava no trabalho da polícia, Viviane responde que não, porque considera que os policiais agem injustamente, prendendo inocentes, por exemplo. Para a entrevistada, se os policiais prenderem alguém que trafica, tudo bem, porque mesmo não desaprovando esta atitude, reconhece que ela é reconhecida como errada. Mas prender inocentes a partir de ocorrências forjadas – mesmo conteúdo da ação policial enfatizado por Maria – não é aceitável.

A partir destes depoimentos e de outros colhidos na pesquisa, podemos verificar pontos de contato entre as percepções de nossos entrevistados, residentes em cidades não metropolitanas e os conteúdos ressaltados por Feltran (2007) e Machado da Silva e Leite (2008). Ao acompanhar a trajetória de uma família residente em favela da Zona Leste de São Paulo no distrito de Sapopemba, Feltran (2007) constata que, a despeito do sofrimento da mãe Ivete ao ver seus filhos sendo repetidamente presos – sofrimento que desconstrói a ideia de que a

violência nas periferias estaria banalizada –, nenhum membro da família considera injustas ou ilegítimas estas prisões dos filhos “bandidos”, mesmo que elas sejam marcadas por agressões e torturas. Isto porque se disseminou uma percepção generalizada de que a repressão ilegal daqueles que estão no “mundo do crime” deve ser legitimada, justificada e até desejada – sendo a mídia um dos principais agentes na construção deste entendimento baseado na ideia de que matar “bandidos” seria um acréscimo à ordem pública (FELTRAN, 2007, p. 24).

Machado da Silva e Leite (2008), baseados em pesquisas realizadas em favelas do Rio de Janeiro, constatam que as críticas pesadas dos moradores destes espaços em relação à atuação policial são dirigidas ao caráter indiscriminado destas ações, que não distingue “gente de bem” de “marginais”. Os autores enfatizam que a polícia não é rejeitada com instituição pelos moradores das favelas, que reconhecem a necessidade do controle do crime e da manutenção da ordem pública – o problema está no fato de que estas ações são indiscriminadas. Podemos considerar assim, que há uma representação compartilhada entre os cidadãos de diferentes realidades socioespaciais, pertencentes aos diferentes segmentos sociais e residentes em parcelas distintas das cidades, de que a polícia deve agir violentamente na repressão dos bandidos. Nas cidades inseguras, o que está colocado não é o combate à violência, em seu sentido amplo, visto que algumas violências são tidas como essenciais à manutenção da ordem estabelecida. Em nome da garantia da segurança da “parte boa” da sociedade, é completamente aceitável que os policiais ajam com rigor em relação aos bandidos, ou melhor, aos pobres bandidos.

Mas, num contexto de insegurança generalizada e de reativação e fortalecimento de estigmas socioespaciais que associam pobreza e violência, qual a capacidade dos policiais em reconhecer contra quem devem direcionar a violência legitimada pela sociedade? Parece estar claro que o primeiro critério utilizado é a residência nas periferias pobres das diferentes cidades. O próximo passo seria distinguir os

pobres “maus/“bandidos” dos pobres “bons”/“trabalhadores” – capacidade para a qual os policiais se mostram completamente ineficientes diante da plasticidade e dos limites tênues entre estas identificações, ressaltados por Zaluar (1994), Caldeira (2000) e Feltran (2007, 2011), por exemplo.

Para as elites, que não sofrem com as arbitrariedades e violências rotineiras das ações policiais, a incapacidade de distinguir quais pobres – trabalhadores ou bandidos – receberão a repressão policial parece não trazer maiores consequências, ao contrário do que acontece nos bairros pobres, em que as condutas policiais podem definir as histórias de vida de seus moradores. A violência policial legitimada contra os bandidos é expandida, na prática, a todos os pobres (que afinal, de uma perspectiva externa são mesmo todos suspeitos) – o que gera protestos daqueles auto-identificados como trabalhadores.

O depoimento selecionado a seguir é o de Marta, aposentada representante do segmento pobre, que se mostra indignada com as abordagens policiais sofridas por seu filho e seu sobrinho – que não têm nem cara de bandidos.

Às vezes você conta tanto com a polícia e uma vez que eu [...] Foi um acontecimento, meu filho estava indo trabalhar e eles [*policiais militares*] pararam ele, e meu filho não tem cara de marginal nada, né? Era uma criança, assim, com cabelo bem cortado, vestido normal e eles fizeram meu filho jogar a bicicleta no chão, pôr a mão na parede, aquela pressão toda, sendo que eles tavam vendo que ele não era marginal. E tem horas que eles veem um marginal e fingem que não veem. [...] Na verdade tem dois acontecimentos. Tem o do meu filho e o do meu sobrinho. [...] O meu sobrinho tinha parado com a bicicleta, meu irmão tinha entrado numa loja, a bicicleta era boa e o meu sobrinho é moreno bem escurinho, cabelo rastafári. Aí ele tava parado, a polícia já chegou, mandou ele colocar a mão pra cima, pensando que ele era ladrão, que tinha roubado a bicicleta. Meu irmão ficou muito mal, até xingou o policial, porque não é porque a pessoa é de cor que ela é um marginal. Tem os malandros que tá na cara que é marginal e eles não veem. Então, tem hora que eu acho que eles deixam muito a desejar, não dá pra ter muita confiança (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

Deste trecho da fala de Marta podemos depreender a necessidade posta no cotidiano dos cidadãos pobres de realizar o que Machado da Silva (2008) denomina de limpeza simbólica: a partir da generalização das suspeitas os mais pobres têm que demonstrar constantemente para os outros cidadãos que são pessoas de bem. Deste modo as referências da entrevistada à aparência do filho – cabelo bem cortado, vestido normal – mostra a preocupação de afastá-lo das representações dos pobres bandidos e aproximá-lo da identificação de pobre trabalhador. Podemos perceber que mesmo existindo esta preocupação, nem sempre as tentativas de diferenciação funcionam, fazendo com que a vida dos segmentos que moram em bairros estigmatizados sejam marcadas pela necessidade constante de cuidar das imagens que projetam, tanto no interior de seus próprios bairros, quanto em relação aos demais cidadãos, não apenas no que diz respeito à marcação de estilo ou gosto, mas principalmente à produção de sentidos que comprovem que eles estão habilitados para o estabelecimento de relações de sociabilidade seguras. Marta segue seu depoimento contando sobre o trauma relativo à polícia que seu filho adquiriu após este acontecimento, relatando também a resposta do policial para quem reclamou da abordagem realizada em um jovem que não tinha cara de marginal: “ninguém tem uma estrela na testa”.

Meu filho ficou muito traumatizado, pegou medo da polícia. Então eu acho que eles não deveriam ser assim. Se a polícia é pra dar segurança, eles não teriam que passar medo pra uma criança. Eles têm que mostrar que eles servem pra segurança. Eu liguei depois, xinguei tudo eles. Eu achei um cúmulo aquilo.

[E eles disseram o quê?]

Que eles estavam fazendo aquilo pro próprio bem da gente. Que eles estavam agindo pro nosso bem. Só que eu falei que meu filho não tem cara de marginal. Aí eles responderam que ninguém tem uma estrela na testa. Aí eu deixei pra lá, porque a gente não ia chegar à conclusão nenhuma (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

A fala do policial é condizente com as constatações de Poulantzas (1977, p. 38) que reconhece que o Estado contemporâneo é responsável

pelo estabelecimento de um outro tipo de rede de controle social: os aparelhos destinados a isolar os “anormais-desviantes-perigosos”, como a prisão, estendem seu alcance sobre o conjunto do corpo social, fazendo com que praticamente todo ele seja representado como anormal e desviante, sustentando ações de repressão e punição baseadas na previsão antecipada. Assim, como “todos” podem ser suspeitos em potencial – excetuando-se certamente os segmentos mais elitizados – se tenta legitimar a ideia de que os controles podem ou devem ser exercidos sobre qualquer cidadão, afinal ninguém tem uma estrela na testa indicando que é bandido. Esta tentativa de tornar a identificação dos agentes criminosos mais difusa, não é reproduzida no âmbito das práticas, que continuam a ser realizadas preferencialmente contra os segmentos pobres, embora não possamos desconsiderar as vantagens políticas e econômicas que a representação da ubiquidade social e espacial das suspeitas proporciona, como temos destacado.

A associação entre a percepção de eficiência policial e a utilização de violência fica evidenciada também nos depoimentos de nossos entrevistados que revelam o desejo de que os policiais da ROTA – Rondas Ostensivas Tobias Aguiar – atuem também nas cidades do interior. Segundo Caldeira (2000), a ROTA é uma divisão especial da Polícia Militar instituída em 1969, durante o regime militar, com o objetivo de combater os ataques dos opositores do regime, principalmente os assaltos a bancos. Após o fim da ditadura, seus serviços foram direcionados para o enfrentamento da criminalidade. Utilizando o mesmo grau de truculência característico do regime militar, os policiais da ROTA passaram a patrulhar as ruas no intuito de conter a ação dos bandidos, com suas ações gerando altos índices de letalidade.

A violência utilizada pelos policiais da ROTA foi sendo valorizada pela população ao longo de seu processo de consolidação. Sobre este aspecto, Caldeira (2000) nos fornece um exemplo ao revelar que em 1983, quando o Governo Montoro anunciou que iria extinguir a ROTA, diferentes segmentos sociais fizeram pressão para que estes policiais

continuassem a patrulhar as ruas. O então secretário de segurança de São Paulo se viu em um dilema polarizado pelos defensores dos direitos humanos e o apelo popular – que legitimava os altos índices de mortalidade das ações da ROTA.

Transcrevemos a declaração do secretário Manoel Pedro Pimentel, feita em uma entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* em junho de 1983, em que relata sua difícil posição, enfatizando que é do conhecimento de todos que se a ROTA sair às ruas ela vai matar.

Quando a gente permite que a Polícia Militar mate, há reação violenta dos que acham que os Direitos Humanos são desrespeitados e que chegam a rezar missa pela alma dos marginais. Por outro lado, a população reclama segurança e quer a ROTA na rua para matar marginal. É isso que o povo pede aqui no meu gabinete, diariamente. Eles vêm em delegações querendo a ROTA, sabendo que ela vai matar. [...] Não é irônico? Os mesmos que hoje nos acusam de inércia, se agirmos, nos acusarão amanhã por matarmos, porque se uma força pesada como a ROTA sair, é claro que ela matará (CALDEIRA, 2000, p. 170).

Segundo Caldeira (2000), em uma pesquisa divulgada na época, 71,8% dos entrevistados desejavam uma política de segurança pública “mais dura” para o estado de São Paulo – que incluía a violência e as mortes deflagradas pela ROTA. Os cidadãos contemporâneos continuam a apoiar a ação letal desta divisão policial, como indicam os depoimentos selecionados a seguir. Para Rogério, morador de um conjunto habitacional popular em Araçatuba, a violência diminuiria – a violência que conta, aquela que tem que ser combatida – se a ROTA atuasse também nas cidades do interior, porque estes policiais impõem respeito – os bandidos não têm vez, se bobear, levam tiro.

Eu acho que diminuiria a violência se colocassem os policiais da ROTA aqui pra gente também no interior. Porque com a ROTA, bandido não tem vez, bobear leva tiro. Então impõe respeito da bandidagem (Rogério, garçom, 34 anos, Araçatuba).

No entendimento de Bruno, morador de um bairro periférico de Araçatuba, a polícia como um todo não é confiável, mas as divisões especiais como a ROTA em São Paulo e o BOPE no Rio de Janeiro, são tidas como mais capazes para acabar com a criminalidade. O

entrevistado reconhece que se trouxessem os policiais da ROTA para Araçatuba para patrulhar o bairro São José – o bairro mais estigmatizado pelos cidadãos entrevistados – primeiro eles iam fazer uma limpeza (matando os traficantes que comandam as ações no bairro) e impediriam – através da força – que outras pessoas assumissem este comando. A fala deste entrevistado é emblemática no sentido da expressão pelos dominados dos discursos dos dominadores, ressaltada por Zaluar (1994). Enquanto o bairro pobre em que reside é estigmatizado pelos demais moradores da cidade, ele segue estigmatizando o bairro São José, identificando que este seria o local mais adequado para a ação dos policiais da ROTA, matando os bandidos.

Eu não acho que a polícia seja confiável não. A não ser a ROTA, por exemplo, o BOPE, que são policiais mais qualificados, que recebem mais treinamento, que sabem agir melhor pra acabar com a criminalidade. Traz um destacamento da ROTA pra Araçatuba e bota eles lá no São José pra ver que beleza. Eles primeiro fazem um limpa, acabam com os que ficam no comando, depois eles agem na ameaça, porque se outros quiserem vir tomar conta, a ROTA dá uns pipocos [tiros] de novo (Bruno, recepcionista, 36 anos, Araçatuba).

Para José, morador de um bairro destinado aos segmentos de médio poder aquisitivo, que enfatiza o fato da Polícia ser muito mole com os bandidos atualmente, o governo sabe o que deve fazer para diminuir a criminalidade, pois estão no comando da ROTA, divisão policial tida como eficiente, justamente por sua truculência. Para o entrevistado, todos os policiais deveriam agir segundo o *modus operandi* da ROTA, visto que é melhor que os bandidos sejam mortos, antes que eles matem os cidadãos de bem.

Saber o que fazer pra acabar com o problema o governo sabe, porque a ROTA é do governo. Então, se eles têm uma polícia de qualidade, porque deixam ela restrita só lá em São Paulo? Porque não transformam toda a polícia em ROTA?

[Você não acha que a ROTA é muito violenta?]

E isso não é bom? É melhor deixar os bandidos vivos pra eles matarem teu filho? Enquanto derem brecha pra bandido, o cidadão de bem vai ficando mais acuado.

Então se acabar com os bandidos, quem sai ganhando? A sociedade (José, motorista aposentado, 65 anos, Birigui).

Quanto mais os discursos que dão conta de uma guerra urbana ou de uma onda de violência são disseminados, generalizando a percepção de que a ordem social está sendo ameaçada, mais o uso da violência policial é justificado e desejado, visto que a despeito de ser representada na maior parte das vezes como ineficiente e corrupta, a polícia é a representante e defensora dos “cidadãos de bem” nesta “guerra urbana”.

Voltando a falar do descrédito associado com a polícia, é importante destacar que a ineficiência não é identificada apenas quando se trata das ações da Polícia Militar, responsável pela repressão e ação preventiva contra os crimes, por meio de sua atuação direta nas ruas. A Polícia Civil, responsável pelas atividades de registro e investigação das ocorrências criminais é recorrentemente representada negativamente também. No depoimento de Eduardo, ele relata diferentes situações em que os policiais civis desrespeitam aqueles que tentam registrar um boletim de ocorrência, fazendo com que esta experiência seja marcada por longas esperas e tentativas de dissuasão. Cabe ressaltar que Eduardo é um representante dos segmentos médios, evidenciando que não são só os mais pobres que passam pelos problemas que relata.

A Polícia Civil, em alguns aspectos é mais complicada. Por exemplo, no meu trabalho mesmo, muitas vezes eu tenho que fazer boletim de ocorrência quando acontece um problema interno na empresa. Você vai em algumas delegacias, pra fazer esse boletim e é uma vida. Tem um escrivão lá, que ele faz tudo pra não fazer o boletim. Te desrespeita, te deixa esperando, não quer nem saber. Eu acho um absurdo. Ele tá lá pra atender a população, de certa forma, ele é um empregado nosso. É com o nosso dinheiro que o Estado paga o salário dele.

Eduardo relata uma situação em que teve que fazer um boletim de ocorrência devido a um problema em sua conta bancária e foi mandado de uma delegacia para a outra.

Eu tive um problema uma vez que um hacker entrou na minha conta bancária pela *internet* e eu fui fazer um

boletim de ocorrências e tive que ficar perambulando por aí. Fui numa delegacia, no DP que a minha casa pertence, chegou lá ele me perguntou onde era o meu banco e falou que eu tinha que ir em outra DP, porque o que contava era o DP do banco e não da casa. Eu cheguei lá, fui melhor atendido um pouquinho, e o policial me perguntou porque eu tinha ido lá, aí eu contei pra ele e ele falou que eu tinha que ser atendido em qualquer delegacia que eu for. Acontece muito isso.

O entrevistado tem a percepção de que o objetivo destes desrespeitos e demoras é fazer com que as vítimas desistam de registrar a ocorrência, diminuindo assim o trabalho dos policiais, que chegam a admitir que o fato de registrarem a ocorrência “não vai adiantar nada”, deixando subtendido que não vão mesmo investigar e solucionar o ocorrido.

No meu trabalho, tem a regra de que tudo que acontece de danos ao patrimônio da empresa causados por terceiros, a gente tem que fazer o boletim de ocorrências, mas tem escrivão que quer te convencer que não precisa. Eu falo que é uma norma da empresa, aí ele fala que isso não vai adiantar nada. Mas é um direito meu. Teve uma vez que a gente precisou ameaçar ligar pro Comando da Polícia Civil em São Paulo, pro cara poder fazer o boletim de ocorrência e ainda assim ele deixou meu funcionário esperando mais de uma hora (Eduardo, técnico em eletrotécnica, 48 anos, Araçatuba).

Tanto estas percepções em relação à atuação dos policiais civis quanto às representações acerca do trabalho dos policiais militares culminam em uma situação de desestímulo da população em recorrer à polícia, vistos todos os inconvenientes envolvidos nesta ação, que baseia a ratificação da opção por recorrer a outros meios, inclusive os ilegais como ressaltaremos mais adiante, para tentar fazer frente à insegurança.

Apesar de reconhecermos que o imaginário que condensa as representações acerca da polícia é compartilhado tanto pelos segmentos médios quanto pelos pobres – é ineficiente, é corrupta, tem que ser mais violenta com os bandidos –, precisamos enfatizar que as experiências concretas destes segmentos com os policiais são muito diversificadas, considerando o fato de que desde sua instituição, a polícia tem como objetivo realizar a repressão majoritária dos grupos pobres, estando

assim, mais presente, tanto para o bem, quanto para o mal, no cotidiano destes segmentos. No entanto, percebemos que os segmentos médios também relataram problemas de abuso de poder, só que com características diferenciadas daquele tipicamente exercido contra os pobres: enquanto os policiais usam a violência física para reprimir os pobres, agem mais brandamente com os segmentos médios, respeitando sua integridade física e recorrendo aos subornos materiais – que também não estão excluídos na opressão dos pobres. Para exemplificar este conteúdo que apareceu nas falas de alguns entrevistados, selecionamos o depoimento de Juliana que relata já ter tido problemas com a polícia quando residia na cidade do Rio de Janeiro, enfatizando que esta é uma prática comum dos policiais.

Eu já tive problemas com a polícia, eles queriam dinheiro, mas não foi aqui em Araçatuba, foi no Rio. Eles pararam a gente e começaram a falar assim: nós vimos que vocês fizeram isso de errado lá trás. Começaram a querer pressionar a gente, meu namorado tava dirigindo, eles fizeram sinal pra gente parar, a gente parou e eles começaram a falar: você fez isso, e é assim... A intenção deles é fazer você se descontrolar, porque eles te acusam de uma coisa que você não fez, aí você fica nervoso e eles te acusam por desacato e te levam pra delegacia. E esse “vamos pra delegacia”, na verdade, eles estão te pressionando pra você dar dinheiro pra eles e foi o que aconteceu. Eu fiquei muito nervosa porque ele tava acusando o meu namorado de uma coisa que ele não fez, eu comecei a discutir com o policial, aí ele falou que era desacato. E eu caí direitinho. [...] A gente não tinha muito dinheiro, demos 60 reais pra eles. Parece que eles fazem um curso pra tirar dinheiro de gente inocente. Depois disso, eu nunca mais passei perto de policial no Rio de Janeiro. Se eu via blitz, eu já morria de medo. Eu também sei de casos de policiais que encontraram pessoas com drogas e ao invés de levarem eles pra delegacia, levaram pra um lugar afastado, deram uma surra e levaram as drogas deles. Isso aqui em Araçatuba. É bem complicada essa questão da polícia (Juliana, professora, 32 anos, Araçatuba).

Temos que enfatizar também, que ao contrário das representações dominantes, alguns entrevistados entendem que a ação policial tem melhorado. Para Helenice, moradora de um bairro pobre de Araçatuba, o fato da Polícia não gerar mais nela uma percepção de medo, como tinha antigamente e que é considerado por muitos como uma indicação

da perda de autoridade policial, é tido como positivo. A entrevistada reconhece a existência dos maus policiais, mas enfatiza que não se pode generalizar. Em seu entendimento, a polícia está mais preparada, mais inteligente e tem mais visão do lado humano, escutando mais e batendo menos.

[A senhora acha que se aumentasse o número de policiais na rua, diminuiria a violência? O que a senhora acha?]

Ajudar ajuda. Porque olha, no meu tempo, eu morria de medo da polícia. Nossa, se eu visse a polícia já ficava dura. Porque meus pais já colocavam aquele medo da polícia na gente. Nossa, se falasse em polícia a gente já morria de medo. E não é nada disso. Hoje eu já vejo diferente a polícia. Eu ensino a minha neta a ver essa diferença, a gente já fala: a polícia está pra isso, pra aquilo. Então não precisa ter medo da polícia. E hoje se tiver mais polícia, vai ter mais segurança. Realmente tem. Na semana que eu estive em São Paulo, eu fui numa rua que só tem bancos, chama até rua dos Bancos. Tava cheio de policiais. Então, você pode andar lá tranquila. Você não fica com medo.

[E como a senhora avalia o trabalho da polícia aqui em Araçatuba. A senhora confia na polícia?]

Eu confio, até certo ponto eu confio. Toda profissão tem o profissional bom e o ruim. E na polícia também tem, sempre tem. Mas também não vamos generalizar. Mas a polícia tá diferente hoje. Eu acho que ela está mais inteligente, ela melhorou muito mesmo. A polícia hoje está trabalhando mais com o humano. Tá tendo mais visão do humano. Trabalhando com mais inteligência. Não vai chegar já batendo. Ela está mais preparada. Eu acho que eles estão tendo bastante cursos, tá bem diferente agora. Até nas abordagens. Eu assisto aquele Polícia 24 horas e eu vejo que nem a mão eles colocam na pessoa. Eles ouvem mais. Enquanto você tá ouvindo, você tá pensando em como você vai agir. Então eu acho que a polícia está melhorando, muito mesmo (Helenice, professora aposentada, 61 anos, Araçatuba).

No final deste trecho da fala da entrevistada constatamos que a representação de melhoria da ação policial se constrói a partir dos discursos midiáticos disseminados, especificamente por um programa que tem como objetivo explícito realizar esta mudança na imagem da polícia. Convidando os telespectadores para patrulharem as ruas das cidades de São Paulo juntamente com os policiais militares, o programa *Polícia 24 horas*, exibido pela Bandeirantes, apresenta exemplos – muito

bem selecionados – de abordagens policiais que seguem os protocolos, nos quais os direitos dos cidadãos são respeitados e a violência policial é omitida. Os principais tipos de ocorrências apresentadas neste programa são as “desinteligências” entre casais ou vizinhos, casos de violência doméstica realizadas prioritariamente por maridos embriagados ou drogados e apreensões de jovens vendendo drogas. Sem realizar nenhum tipo de diferenciação ou contextualização, o programa alterna ocorrências em cidades metropolitanas com aquelas realizadas em cidades do interior, mantendo nos dois casos, o padrão da seleção da localização básica das ocorrências – os bairros pobres. Cenas dos policiais adentrando becos ou conjuntos habitacionais em busca de bandidos são recorrentes. Atraindo o público ao tratar de questões relacionadas com a violência num tom de humor e de ridicularização, tanto das vítimas quanto dos agressores, o programa Polícia 24 horas tenta cristalizar representações importantes: a) não há diferença entre o que ocorre na metrópole paulista e nas cidades do interior, nestas duas realidades socioespaciais existem os mesmos tipos de ocorrências, que demandam os mesmos tipos de ação policial; b) em todas as abordagens, os policiais conversam com os suspeitos, tentam entender o que aconteceu, escutam as duas partes envolvidas no conflito e nunca agem violentamente, embora reiterem constantemente sua autoridade policial perante os suspeitos, c) as violências que podem ser consideradas como principais no estado de São Paulo são estas mais corriqueiras, associadas com os conflitos cotidianos e não aquelas mais graves, realizadas pelo crime organizado, por exemplo. Tenta assim, disseminar a ideia de um abrandamento da violência no estado, e d) busca dar a impressão de que a população de São Paulo pode contar com o trabalho exemplar e eficaz da Polícia Militar tanto em conflitos mais simples como um carro estacionado ilegalmente na frente de uma garagem, quanto nos mais graves. Nada mais diferente da realidade como mostram nossas entrevistas e as diferentes pesquisas realizadas sobre esta temática.

A partir da veiculação de imagens idealizadas e domesticadas da polícia, o programa é eficaz em gerar representações positivas em relação à atuação policial, na parcela do público preocupada com a manutenção dos direitos humanos, posto que a violência policial não é explicitada, mas também no restante da população, que pode observar um conjunto de ações bem sucedidas da polícia, que passam a ideia de que ela está se tornando mais eficiente. É interessante destacar também, a seletividade da crítica que nossa entrevistada Helenice faz em relação à mídia. Em diferentes momentos da entrevista, ela ressalta os problemas decorrentes de certas ações midiáticas, que estimulam, por exemplo, o consumismo, relatando que sua neta não assiste televisão sem supervisão para que ela não seja influenciada pelos seus efeitos nocivos, mas, no entanto, constrói percepções sobre um tema tão importante como a polícia a partir de um programa de televisão com evidente caráter de mascaramento da realidade.

Antes de passarmos à análise das representações de nossos entrevistados acerca das prisões e das leis, transcrevemos o emblemático depoimento de Carlos, ex-escrivão da Polícia Civil, que relata um pouco do “outro lado” – as dificuldades e contradições do trabalho como policial –, importante para que lembremos, conforme Bourdieu (1997), que nossa crítica deve ser dirigida mais às instituições do que aos agentes que as constituem.

Eu já fui policial. Há 20 anos atrás, a criminalidade não era tão grande. Na época nós éramos em 4 escrivães e 5 investigadores e não tínhamos cadeia. Então, a gente tinha até prazer em trabalhar. Você fazia o seu serviço e não era exigido além das suas funções. A gente investigava, a gente resolvia. Aí veio a cadeia pública e caiu pra 3 escrivães. Ao invés de aumentar, diminuiu! Aí o serviço começou a aumentar, quem teve possibilidades de sair, saiu, porque você tinha atribuições que iam além da sua função. Você tinha que fazer escolta de presos, ficar na Santa Casa com preso, então nosso objetivo não era mais resolver as ocorrências, era cuidar dos presos. A gente não tinha tempo pra fazer investigação. A gente acaba ficando cansado do dia a dia, aí começa a ter menos investigação, porque você tá ocupado, desmotivado. Agora, as escoltas são feitas pela Polícia Militar, mas são muitos presos, muitas audiências, então

acaba havendo um desvio de função. A gente tinha que ter uma Polícia Penitenciária. Tem que ter, porque você já tem poucos policiais, se eles tiverem que cuidar dos presos, eles não fazem o trabalho deles. A polícia não tem prazer em trabalhar. Vamos falar em questão de salário. Pra complementar o salário, o policial precisa fazer bico. Ele sai do serviço e vai fazer bico. Na hora que eles vão trabalhar, eles não estão em 100% das suas condições. O serviço dele vai ser prejudicado. Ele se torna um policial cansado. Porque na Polícia é um serviço violento, que afeta o psicológico. A gente vê muitas barbaridades acontecendo e não tem uma política de tirar o policial da rua se ele tiver com algum problema. Aí chega uma hora que ele faz besteira, ele tá abalado psicologicamente e vai fazer besteira. Ser policial é uma profissão desgastante e não tem por trás um aparato forte. Ele vive sob pressão 24 horas. Imagina em São Paulo, o cara mora na favela, pega trem, tem que fazer bico, tá vivendo diariamente com a violência, aí vê tudo aquilo, não tem nem orgulho na farda. Tem que esconder a farda, porque o Estado abandonou. “Eu protejo os grã-finos do centro e moro num lugar abandonado pelo Estado”. Outra coisa que desanima é aquela coisa do “a polícia prende e a justiça solta”, isso acaba incutindo no policial a ideia de que ele vai perder o trabalho dele: eu vou prender pra que, se as leis mandam soltar? A situação do policial tinha que ser revista, porque o Estado diz que a segurança é estratégica, mas ela não recebe a atenção que mereceria (Carlos, escrevente técnico judiciário, 42 anos, Birigui).

Os cidadãos, as prisões e as leis

Um dos autores mais importantes para a análise da questão criminal e do sistema penal contemporâneo é Wacquant (1999; 2003; 2005; 2012). Partindo da análise das políticas punitivas desenvolvidas nos Estados Unidos e disseminadas, na íntegra ou em partes, para diferentes países, o autor identifica a passagem de um Estado Social para um Estado Penal, com um deslocamento significativo dos investimentos públicos, no sentido de uma diminuição dos gastos sociais em direção ao aumento dos valores investidos no sistema penal. O “senso comum punitivo” identificado pelo autor (2012) é caracterizado pela ampliação exponencial das taxas de encarceramento, com vistas à regulação dos segmentos pobres, acionando inclusive as próprias

políticas tidas como sociais nesta tarefa de “vigiar e punir os pobres” (WACQUANT, 2003, p. 39).

O crescimento significativo do número de detentos nos Estados Unidos iniciado em meados da década de 1970 é resultante, segundo Wacquant (1999), não de um aumento das taxas de criminalidade – que estavam ou estagnadas ou em declínio nesta época – como quiseram fazer crer a mídia e os agentes estatais, mas da conjunção de três séries causais: a) o declínio do ideal de reabilitação dos prisioneiros; b) a instrumentalização do medo da violência pelos políticos e pela mídia; e c) da função de controle racial assumido pelo sistema penal americano, caracterizado pela desigualdade nas taxas de encarceramento de negros e brancos – em 1993 a taxa de detenção de negros era 10 vezes maior que a relativa aos brancos. Deste modo, utilizando-se do mote da “guerra às drogas” e da “guerra ao crime” sustentado pelo ideal da “Lei e Ordem”, foram sendo instituídas políticas estatais punitivas cujos principais objetivos estão ligados ao controle dos segmentos pobres estigmatizados.

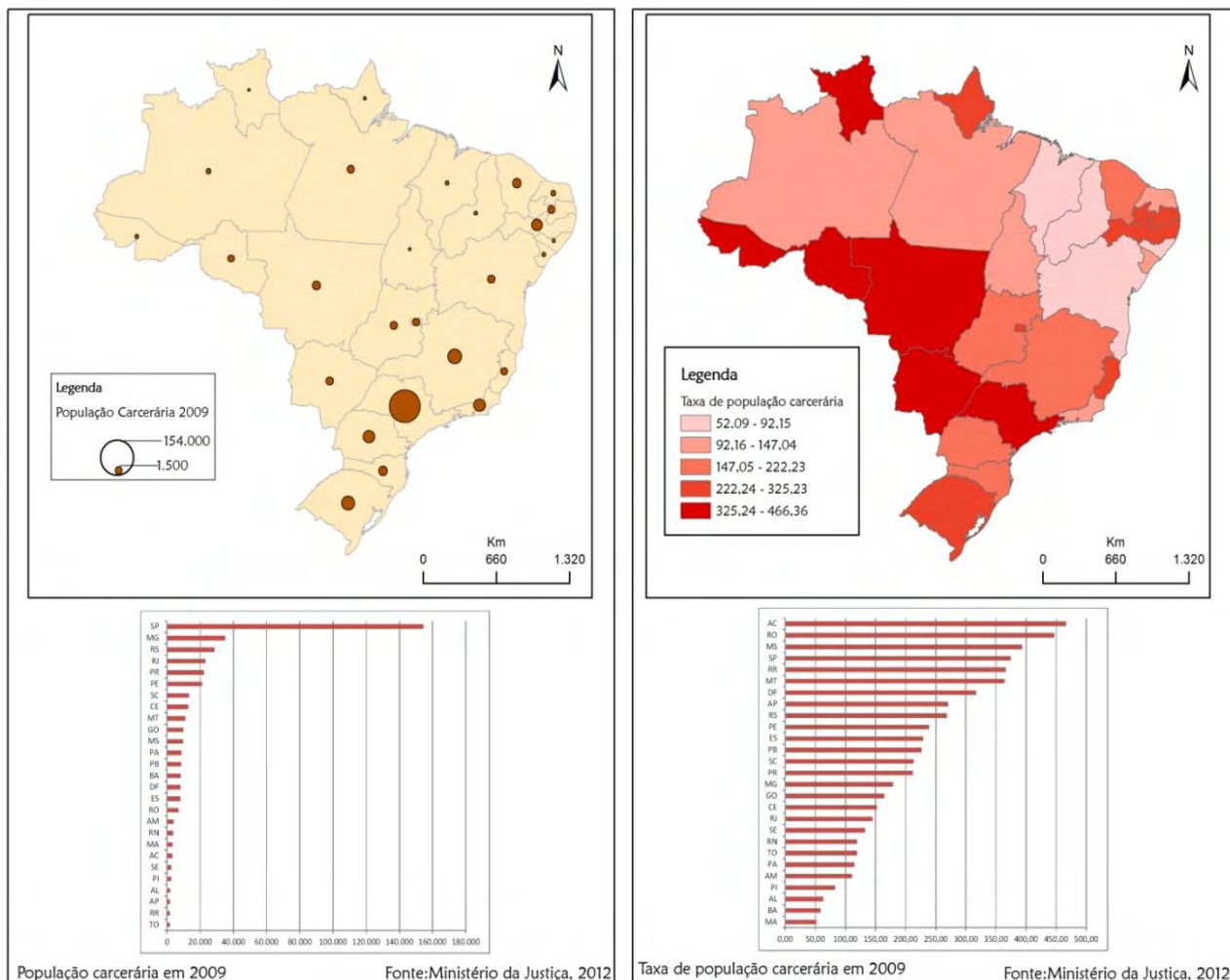
Nossas reflexões acerca da produção e das decorrências socioespaciais relacionadas à disseminação do imaginário das cidades inseguras revelam que as experiências brasileiras quanto ao enfrentamento da criminalidade e seus usos ideológicos guardam profundas semelhanças com os aspectos constatados por Wacquant (1999; 2003; 2005; 2012), indicando as influências que este modelo político criado nos Estados Unidos vai consolidando na gestão da criminalidade e da insegurança no Brasil.

Tratando das políticas penais instituídas no estado de São Paulo, Adorno (1996, p. 214) afirma que para manter o isolamento dos presos, o governo tem realizado um programa deliberado de ampliação progressiva da oferta de novas vagas no sistema penitenciário, sem realizar políticas complementares e sem atacar conhecidos pontos de estrangulamento, o que resulta em aspectos como: a) ampliação da rede de coerção, b) superpopulação carcerária, c) administração inoperante, d) enrijecimento da disciplina sem quaisquer consequências no sentido

de deter a violência e as rebeliões sucessivas a que o sistema penitenciário vem assistindo, e) falta de explicitação de objetivos, entre outros elementos que convergem para a reconhecida incapacidade e incompetência do poder público em gerenciar amplas massas carcerárias, assim como instituir uma política efetiva de coordenação da execução penal.

Observando o aumento do número de unidades prisionais e a ampliação da população encarcerada no estado de São Paulo nos últimos anos podemos constatar que eles realmente impressionam – tanto pela magnitude no que se refere aos valores destes aumentos, quanto pela rapidez com que eles se realizaram. Na figura 4 apresentamos dados relativos ao total de presos e às taxas de encarceramento por 100 mil habitantes, para cada estado brasileiro em 2009. Podemos observar que em relação aos dados absolutos, o estado de São Paulo se destaca claramente em relação aos outros, com um total de 154.515 presos. O segundo estado com maior número de encarcerados é Minas Gerais, com 35.121 presos no ano considerado. A população carcerária de São Paulo em 2009 era então, aproximadamente 4,5 vezes maior que a de Minas Gerais, que tinha o segundo maior número de detento no país, e perto de 94 vezes maior que o total de presos no Tocantins, o estado com menor número de encarcerados – 1.648.

Figura 4 - Brasil. População Carcerária. 2009

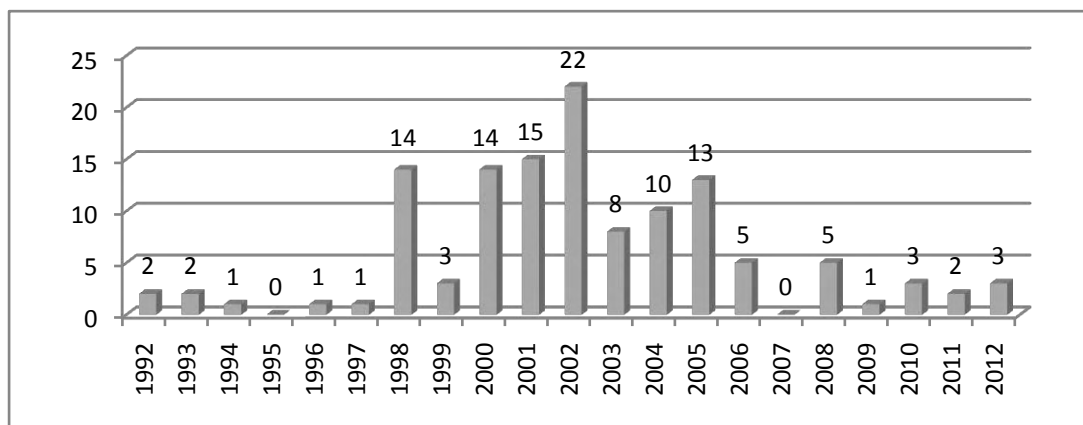


Considerando as taxas relativas à população carcerária por 100 mil habitantes, percebemos que o estado de São Paulo fica em quarto lugar, com uma taxa de 374,47 presos por 100 mil habitantes, índice menor que o do Acre, que teve a maior taxa do país – 466,36 presos por 100 mil habitantes, com um total de 3.421 presos –, Rondônia – 447,13 presos por 100 mil habitantes, com um total de 6.986 presos –, e Mato Grosso do Sul – 393,67 presos por 100 mil habitantes e população carcerária total de 9.641 presos. Embora a taxa de população carcerária por 100 mil habitantes do estado de São Paulo não seja a mais elevada,

as diferenças entre o número total de presos neste estado e nas demais unidades da federação indicam os desafios causados pelo encarceramento deste alto contingente de presos e explicitam o direcionamento das políticas penais paulistas. Observando os estados representados em vermelho mais escuro no mapa, podemos constatar que as maiores taxas de encarceramento por 100 mil habitantes estão localizadas em estados de fronteira, com exceção do estado de São Paulo.

Em 2009, a população carcerária de São Paulo representava 37,05% do total de presos em todo o país, indicando a concentração do número de prisões neste estado. A partir do gráfico 4, podemos observar que a partir de 1998 – período que corresponde ao início do segundo mandato do governador Mário Covas do PSDB – houve um aumento considerável na instalação de novas unidades prisionais no estado, sendo que dos 125 presídios inaugurados de 1992 a 2012, 109 deles, ou seja 82,2%, foram inaugurados em um período de 10 anos – de 1998 a 2008, indicando que estas instalações são resultantes de um projeto político explícito, baseado no privilegiamento do encarceramento como medida punitiva. Ao considerarmos que atualmente temos no estado 152 unidades prisionais, o peso desta política de encarceramento massivo fica evidenciado: de 1933, ano da inauguração do Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico de Franco da Rocha – primeira unidade prisional do estado –, até 2012, são 79 anos de história do sistema prisional de São Paulo, que teve a inauguração de mais de 77% do total de suas unidades prisionais realizada nos últimos 14 anos.

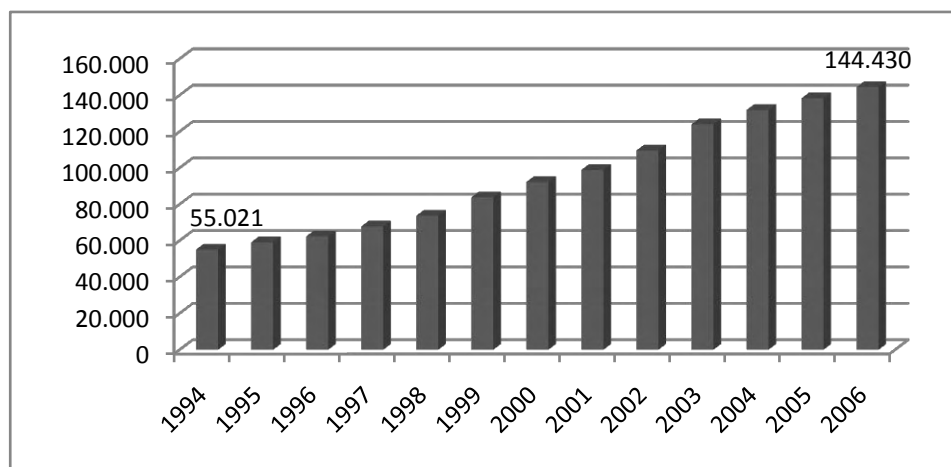
Gráfico 4 - São Paulo. Número de Unidades Prisionais Inauguradas. 1992-2012



Fonte: SAP – Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, 2012

Além do aumento do número de unidades prisionais, temos que considerar a política de descentralização de sua localização, que promoveu uma territorialização dos presídios no interior paulista, como ressalta Góes (2004), trazendo novos conteúdos para as experiências vividas nestas cidades e para as representações elaboradas nelas e sobre elas. O aumento do número de unidades prisionais no estado de São Paulo foi acompanhado da ampliação da população carcerária total, como podemos observar no gráfico 5. De um total de 55.021 presos no sistema estadual em 1994, passamos para 144.430 internos em 2006 – aumento de aproximadamente 3 vezes no total de presos em 12 anos, o que representa um crescimento médio de 7.450 encarcerados por ano. Deste modo, a produção de mais presídios, com a oferta de novas vagas, juntamente com o aumento dos índices de encarceramento fizeram com que a situação de superlotação nos presídios, que já era um problema do sistema prisional paulista antes desta política de expansão, ao invés de melhorar, se agravasse.

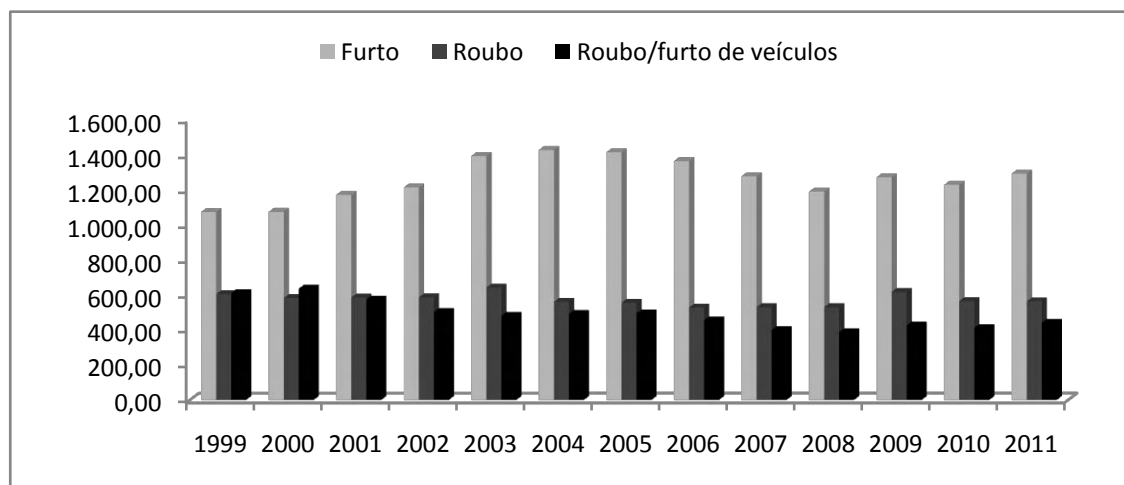
Gráfico 5 - São Paulo. População Carcerária. 1994-2006



Fonte: SAP - Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, 2012

Comparando estes dados relativos à política de ampliação do encarceramento como medida punitiva no estado de São Paulo com as taxas de ocorrências de crimes como roubo, furto e roubo/furto de veículos por 100 mil habitantes, podemos perceber que o aumento da população carcerária não teve como resultado correspondente a diminuição significativa nestes índices de ocorrências. No gráfico 6, podemos observar que no período de 1999 a 2011 estes índices permanecem praticamente estáveis.

Gráfico 6 – Estado de São Paulo. Taxas de Furto, Roubo e Roubo/furto de veículos por 100 mil habitantes. 1999-2011



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2012

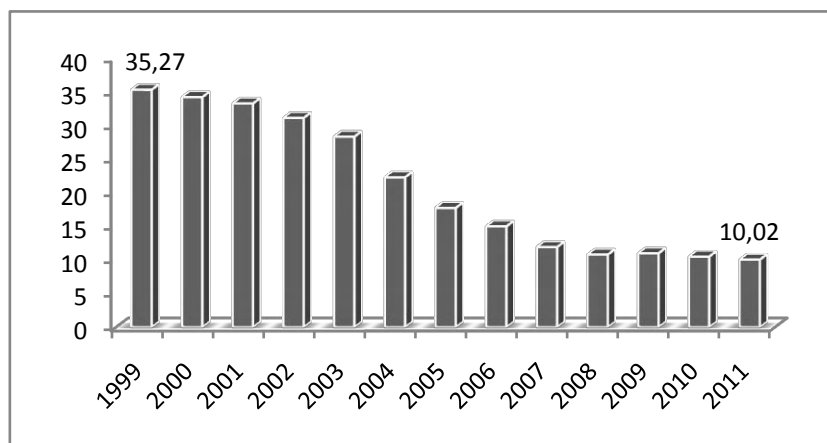
As taxas de ocorrências de furtos tiveram um aumento relativo, passando de 1.073,39 ocorrências por 100 mil habitantes em 1999 para 1292,47 em 2011. Ao longo do período, podemos perceber variações nestas taxas, com picos em 2004 (1.427,20 furtos por 100 mil habitantes) e 2005 (1.414,19 furtos por 100 mil habitantes). As taxas de roubos e roubos/furtos de veículos tiveram uma diminuição relativa, mas não em proporções significativas que permitissem o estabelecimento de uma correlação direta entre a política de encarceramento e o decréscimo destes índices. As taxas de roubos por 100 mil habitantes passaram de 604,33 ocorrências por 100 mil habitantes em 1999 para 562,79 em 2011 – diminuição de 6,9% –, com momentos de elevações desta taxa a níveis mais elevados que os iniciais, com destaque para 2003 (641,57 roubos por 100 mil habitantes) e 2009 (617,34). No que se refere às ocorrências de roubos/furtos de veículos também tivemos uma diminuição relativa das taxas no período considerado. Em 1999 a taxa era de 610,16 roubos a cada 100 mil habitantes, passando para 440,34 em 2011 – diminuição de 27,8%. Apesar destas diminuições, não identificamos simetria entre o aumento massivo de encarceramento e a diminuição das taxas de ocorrências, que apresentam tendências e intensidades diferentes.

As taxas de homicídios por 100 mil habitantes no Estado de São Paulo tiveram diminuições significativas, como podemos observar no gráfico 7. No entanto, temos que considerar que a intensificação desta diminuição não ocorre simultaneamente ao recrudescimento do encarceramento – cujo momento de impulsão identificamos como sendo a partir de 1998 –, o que também não nos permite afirmar que houve uma correlação direta entre estes dois processos.

Em seus estudos realizados por meio de pesquisas etnográficas na periferia de São Paulo, Feltran (2010a; 2010b, 2011, 2012) enfatiza o protagonismo de um agente importante na diminuição das taxas de homicídios em São Paulo, papel que não é reconhecido nem pelo Estado nem pela mídia que, no entanto, propagandeiam as estatísticas de diminuição dos homicídios como indicativo da eficácia das políticas de

segurança pública: o PCC, Primeiro Comando da Capital, que passa a regular internamente o “mundo do crime”, instituindo o princípio de que as mortes devem ser decididas em tribunais presididos por pessoas respeitadas no Comando, o que diminuiu muito os assassinatos realizados por motivações como acertos de conta e vingança, por exemplo.

Gráfico 7 - São Paulo. Taxa de Homicídios. 1999-2011



Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, 2012

Considerando a importância do PCC como um agente cujas ações se articulam, mesmo que da perspectiva dos conflitos, com as dos demais “gestores” da (in)segurança urbana, trataremos no próximo item das representações de nossos entrevistados em relação à atuação desta facção, ressaltando que há diferentes indícios de que a sociabilidade urbana vem sendo alterada por ela, também em cidades não metropolitanas. O que queremos ressaltar aqui, é que a política de encarceramento massivo realizada nos últimos anos, a despeito de sua magnitude, não tem apresentado resultados efetivos em diminuir a criminalidade, nem em relação aos homicídios, cuja diminuição vem sendo utilizada para ancorar discursos de eficiência das políticas públicas de segurança. No entanto, a tendência de ampliação da população carcerária continua a ser mantida pelo governo.

Para compreendermos este aspecto, temos que recorrer às análises de Foucault (2010) sobre as prisões. O autor enfatiza que houve uma sobreposição entre o momento da implantação das

primeiras prisões e do reconhecimento de seus fracassos, que, mesmo tendo sido imediatamente identificados, vêm sendo repetidos ao longo de séculos. Aspectos como a constatação de que as prisões não reduzem as taxas de criminalidade, que os índices de reincidência são altos, de que nas prisões há uma produção constante de delinquentes, por exemplo, vem sendo criticados desde a primeira metade do século XIX.

Diante deste fato, Foucault (2010, p. 258) ressalta a importância de nos perguntarmos para que serve o fracasso da prisão, visto que, se o princípio da detenção penal nunca foi seriamente questionado, deve ser porque o sistema carcerário vem exercendo funções precisas. Sobre este aspecto, o autor considera que a prisão não serve para pura e simplesmente reprimir as infrações, mas sim para organizar as transgressões das leis numa “tática geral das sujeições”, que permite que diferentes tipos de controles e coerções sejam exercidos constantemente. Foucault (2010) enfatiza que o entendimento de que a prisão é uma instituição fracassada em reduzir a criminalidade deve ser substituído pela consideração de que ela tem sido muito eficiente em produzir delinquentes.

Esta transformação reiterada dos infratores – aqueles que transgridem alguma lei, mas que pagam suas penas e ficam livres – em delinquentes – que transgridem as leis, cumprem suas penas, mas nunca ficam livres, posto que suas vidas ficam marcadas mesmo depois do cumprimento das penas estipuladas – é útil para que seja criado um tipo de ilegalidade visível, bem demarcado, que permite suprimir simbolicamente as outras ilegalidades (FOUCAULT, 2010). Esta ilegalidade instrumental criada pelo sistema carcerário tem papel estratégico então, para que se possa inverter a oposição jurídica entre legalidade e prática ilegal, fazendo com que a oposição passe a ser feita entre as ilegalidades (que de acordo com os interesses em questão podem ser perdoadas) e a delinquência (que deve ser duramente combatida), como coloca o autor.

Deste modo, temos que considerar que o fracasso aparente é uma dimensão constitutiva que perpassa as instituições estatais de

segurança – a partir de percepções de que a polícia é falha, a prisão é falha, as leis são falhas – posto que, apesar das constantes críticas, elas permanecem atuando ao longo da história, a partir dos mesmos pressupostos. A intenção subentendida nestas políticas de segurança é que a partir da produção imaginária do criminoso/suspeito/delinquente, as instituições estatais possam exercer controles sobre parcelas específicas da sociedade, notadamente os mais pobres, os negros, os jovens, como temos demonstrado.

No contexto da disseminação do imaginário das cidades inseguras, outros agentes (empreendedores imobiliários, mídia, empresas de equipamentos e serviços de segurança privada, por exemplo) entram na produção desta imagem dos criminosos a serem temidos e dos espaços a serem evitados, reafirmando e fortalecendo os estigmas relativos à associação entre pobreza e violência, fazendo com que a esfera dos controles socioespaciais se estenda para além do âmbito estatal e constitua uma prática cotidiana internalizada por todos os cidadãos.

Temos assim, frente às inseguranças crescentes, a naturalização do exercício dos biopoderes ou micropoderes nos termos de Foucault (2010; 2011). Os controles são realizados a partir de princípios de coerção ininterrupta, no esquadramento máximo do tempo, do espaço, dos movimentos e dos corpos dos cidadãos, alvo de sujeições constantes que lhe impõem uma relação de docilidade-utilidade, que Foucault (2010) enquadra no âmbito das disciplinas. Esta centralidade da preocupação com os controles, exercidos em diferentes instâncias – estatal, privada, individual, coletiva, legal e ilegal, por exemplo – transforma a produção e a apropriação das cidades contemporâneas, contribuindo para sua fragmentação socioespacial, como analisaremos no capítulo 3.

Voltando para a consideração dos controles socioespaciais exercidos pelo Estado, concordamos com o entendimento de Wacquant (2012) que ressalta que os objetivos dos projetos políticos em relação à segurança não estão preocupados com a adoção de estratégias realistas

que reduzam efetivamente os crimes, mas sim em uma encenação que explicita a decisão das autoridades em combatê-lo frontalmente, no intuito de reafirmar simbolicamente o poder dos governantes.

No mesmo sentido, Garland (1999) também considera que as políticas punitivas do tipo “lei e ordem” são em parte, manipulações maldosas e cínicas dos símbolos do poder do Estado a partir das representações acerca da insegurança. A demonstração da força punitiva contra os delinquentes é utilizada para recalcar a confissão da incapacidade – ou falta de interesse – do Estado em acabar com a criminalidade.

O objetivo de resocialização dos presos deve ser considerado assim, como um aspecto expresso nos discursos, mas que não permeia o campo das práticas – mais preocupadas em isolar e controlar os segmentos sociais mais pobres. Conforme Adorno (1996), não há sentido em considerar como anormal os desequilíbrios entre os ideais de justiça e igualdade, posto que as dissimetrias estão enraizadas no próprio modo de funcionamento da justiça penal, que se baseia nas desigualdades e acaba por estabelecer hierarquias. Ao analisar o acesso diferencial de brancos e negros ao sistema de justiça criminal, Adorno (1996) constata uma situação clara de desigualdades. Para exemplificar, citamos alguns números levantados pelo autor, relativos à cidade de São Paulo no ano de 1990: – o número de prisões em flagrante é maior em relação aos negros (58,15%) do que aos brancos (46%), indicando uma maior vigilância em torno deste segmento; – a proporção de réus brancos respondendo processos em liberdade (27%) é maior do que o de réus negros (15,5%); – o índice de condenação dos negros também é maior (68,8%) do que o de brancos (59,4%).

Este contexto, segundo Adorno (1996, p. 212), é resultado de uma justiça penal que é incapaz de traduzir em direitos as diferenças e as desigualdades sociais, ineficiente em fazer das normas uma medida comum, ou seja, capaz de fundar consensos que permitam a construção de uma sociabilidade baseada nas solidariedades entre os diferentes. O autor conclui que o foco das sanções punitivas em relação a

determinados grupos – negros, migrantes e pobres em geral – transforme os dramas pessoais em dramas sociais.

Nas representações expressas por nossos entrevistados, podemos perceber que as medidas punitivas centradas no encarceramento recebem apoio popular tanto dos segmentos ricos quanto dos pobres. O fato de que os presídios não reeducam e não resocializam os detentos é reconhecido, mas não impede o entendimento de que é preciso prender muito mais, além de acabar com as regalias dos bandidos dentro das penitenciárias e também de suas famílias que recebem o auxílio reclusão. As penitenciárias, além de serem entendidas como fatores que elevam os índices de ocorrências de atos tidos como violentos, como mostramos no capítulo 1, são representadas por nossos entrevistados como “depósito de lixo”, lugar da “escória humana”, “inferno na terra”. No entanto, os entrevistados não consideram que as condições nos presídios deveriam melhorar, pelo contrário, no mesmo sentido em que reconhecem a necessidade do uso de violência com os bandidos, consideram que eles merecem ficar isolados em condições desumanas, visto que escolheram o caminho da marginalidade. Podemos considerar então, que o imaginário que sustenta a produção constante dos delinquentes nos presídios como ressaltou Foucault (2010), está bem consolidado na sociedade, indicando que a tendência é que ela se perpetue.

No depoimento de Simone, ela cita o dinheiro gasto com os presos para bancar suas “regalias” como um problema, mas entende que a solução para diminuir os gastos com os presídios não estaria na mudança das políticas penais, com a diminuição da população carcerária, por exemplo, mas na piora das condições de vida dos presos, que apesar de serem associadas com a ideia de inferno, ainda é considerada como branda, se forem considerados os crimes que eles cometeram. Entende assim, que o Estado incentiva a bandidagem por meio dos “benefícios” dados aos presos, que fazem com que o sentido do castigo se perca. Sobre este aspecto, Góes (2004) enfatiza que o

entendimento de que os direitos básicos dos presos são regalias é um indicativo do desconhecimento dos princípios da cidadania.

Acho que tem o problema do governo, o governo tá incentivando muito isso. Eu vejo por onde eu trabalho. Se o recurso que ele gasta com os presidiários, eles investissem nas crianças, seria muito melhor. Mas são tantas regalias, tanta coisa que eles vem fazendo, que aí fica fácil pros bandidos. Eles têm comida, tem tudo. Tá certo, ele tá preso, só que muitas das vezes o que oferecem pra ele lá é melhor do que ele tem lá fora. Então, tem a questão da visita, dos filhos que recebem o auxílio, então pra que ele vai se esforçar pra melhorar a vida dele, se está tudo melhor? Se ele estiver livre, ele corre risco de morte. Eu não conheço, eu não presenciei, mas pelas conversas, é um verdadeiro inferno na terra a cadeia. Você tá sujeito a todo dia ter alguma surpresinha. Pode ter rebelião, só que na verdade assim, vendo por esse lado, eu vejo como se o governo tivesse incentivando eles. Ao invés de melhorar pra gente e piorar pros bandidos, ele tá incentivando eles porque eles não têm medo de ir pra cadeia. Parece que é o inferno mais ainda tá bom pra eles. Igual essas coisas que a gente vê na Fundação CASA, eles queimam os colchões e tudo. Experimenta deixar eles sem, pra eles verem se não vai mudar. Mas é fácil, eles vão queimar, vão ganhar novos e aí? (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

A ideia que perpassa a fala da entrevistada é que a prisão não serve mesmo para resocializar os detentos e sim para isolá-los do convívio da sociedade. Quanto piores forem as situações vividas nos presídios, melhor para o restante da sociedade, pois os delinquentes merecem castigos exemplares, no sentido da coerção das condutas delitivas, ou seja, o anseio punitivo é predominante.

Teresa apresenta um depoimento parecido, relatando que considera errado alguém cometer um crime e ao ser preso, ser tratado com mordomias, como a qualidade da comida e o auxílio reclusão para as famílias dos detentos. Para ela, o entendimento de que os detentos devem sofrer para ter medo de ser presos novamente também se sobrepõe à ideia de que eles devem ser recuperados nas instituições penitenciárias para que voltem ao convívio com o restante da sociedade.

Eu acho que tem um monte de coisa errada. O cara pratica crimes aí, ele vai preso. A mulher dele tem salário, ele come melhor que a gente. Um dia eu vi uma entrevista na televisão, que o cara foi solto e ele pegou o

carro dele e bateu numa viatura porque ele queria ser preso novamente. Porque ele tem mordomias, então eu acho que deveria colocar esse povo pra trabalhar. Deixar de dar dinheiro pra família deles. Podia dar, assim, se ele trabalhasse. Porque se torna tudo muito fácil pra eles. Ele tá lá, tem mordomias, não tem que trabalhar, comem bem, a comida é controlada por nutricionistas, a família aqui fora tem apoio financeiro. Então, eu acho que tinha que cortar essas coisas. Pra eles terem medo de ir presos (Teresa, dona de cada, 57 anos, Araçatuba).

Percebemos que os depoimentos destas entrevistadas são baseados numa completa idealização das condições das penitenciárias brasileiras e das significações sociais do que é ser preso, entendendo que para eles tudo é fácil. Contrapondo este tipo de representação, apresentamos trechos do depoimento de Viviane, que ao longo de sua trajetória de vida tem tido contatos diferenciados com a realidade do sistema prisional: seu pai foi preso, sua mãe foi presa, seu marido está preso, o marido de sua melhor amiga está preso...

Inicialmente, Viviane destaca a qualidade ruim da alimentação servida aos detentos, associada com a ideia de que os diretores dos presídios desviam o dinheiro que deveria ser destinado para cuidar dos presos.

Os agentes lá, os diretores, roubam o dinheiro. Era pros presos comerem uma comida “mó” boa e eles comem uma comida “mó” zuada, até com as coisas no meio, credo. Eles comem mesmo só quando tão com fome, porque eles roubam, era pros presos comerem salada, leite, café da manhã. Eles mandam um pão assim, com uma passada de manteiga. Parece que pega o pão assim, joga no chão e dão pra eles comerem. Por isso que de final de semana as pessoas levam muita comida, porque lá é muito ruim.

Outro aspecto destacado é a humilhação da família dos presos quando adentram as penitenciárias para visita, visto que os estigmas associados aos presos são estendidos ao restante dos membros de sua família: são humilhados na revista íntima, os alimentos que levam para os presos são tratados como lixo, por exemplo.

As agentes humilham a gente quando vai revistar. Mas a gente não liga não. Se não deixa entrar com uma roupa, vai lá e compra outra. Se não deixa entrar com um sutiã a gente vai lá e troca. Elas tão lá também, porque é o serviço delas, mas elas não podem ficar julgando, porque

a gente não tem culpa. Eles que tão lá presos, mas a gente é tratada igual. E os agentes também, porque eles pegam nossas coisas, jogam assim, como se fosse nada, como se a comida fosse um lixo. E é bem melhor a que eles dão pra eles lá (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

As representações que justificam o uso da força para controlar os bandidos são baseadas na ideia de desumanização dos delinquentes, considerados como seres passíveis de ser espancados, torturados, sujeitados a condições sanitárias insalubres, humilhados, enfim, tudo que possa indicar para eles e para o restante da sociedade, que eles são anomalias sociais que não serão admitidas pelos cidadãos de bem. Falando sobre as possíveis soluções para o problema da violência, Simone destaca que algumas pessoas só teriam jeito se fossem mortas, porque não há esperança de que possam ser reabilitadas. Embora reconheça que violência gera violência, acredita que as atitudes violentas podem ser tomadas contra certas pessoas, para que a ordem seja mantida.

Pra resolver, você já pode matar uns no ninho. Só assim, pra dar jeito numas desgraças. Tem uns que você pode falar: morre e nasce de novo, só assim. Mas eu acho que muito é a desestrutura familiar e o despreparo dos pais. Nos dias de hoje você vê crianças de sete anos que só falta dar tapa na cara da mãe. Esse é um fator que contribui bastante, porque violência já gera violência. Se uma criança já cresce num ambiente de violência, o que ela tem como parâmetro de vida? A violência. Pra resumir, é o que eu te falei, tem uns que tem que morrer e nascer de novo, é sério. Se matassem metade dos bandidos que existem, já melhoraria bem as coisas, porque a outra metade ficaria com medo (Simone, assistente social, 26 anos, Araçatuba).

Mesmo em tom de brincadeira, Daniele também deixa transparecer a ideia de que se alguns bandidos fossem mortos, a situação da violência poderia melhorar. A lógica da reabilitação e da ressocialização não está colocada em seu entendimento.

Tem que matar uns aí, começar de novo, sem a questão do Adão e Eva, pra não conhecer o bem e o mal, aí sim. Porque agora, mudar eu acho que não muda nada não. Só Deus mesmo. A tendência é aumentar e piorar, porque melhorar é difícil. Então, tinha que matar uns aí pra

poder ver se melhora (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Embora não tenhamos feito referência direta nas perguntas sobre mudanças na legislação brasileira, este conteúdo compareceu em algumas entrevistas, seguindo o mesmo padrão de entendimento de que o Estado deve ser mais rígido com os bandidos. Aspectos como maioria penal, prisão perpétua e pena de morte foram citadas como possíveis medidas que seriam capazes de diminuir a violência, indicando que os cidadãos estão demandando ainda mais encarceramento. Para José, o problema da criminalidade só poderá ser resolvido quando as leis forem mais sérias e mais duras com os bandidos. No seu entender, a violência só chegou ao estágio atual, pois existem muitos delinquentes soltos, tanto porque ainda não foram presos como porque o Estado dá a oportunidade para que os bandidos “tirem umas férias da prisão” e saiam para cometer crimes nas cidades – se referindo ao regime de progressão de pena.

Tinha é que ter umas leis mais duras, eu acho. O policial hoje em dia não tá valendo nada. Tem uns que tão na rua só pra disfarçar, pra poder fazer os rolos deles. Então, os bandidos ficam todos soltos pelas ruas. E como o trabalho de bandido é atacar o povo que trabalha de verdade, eles vão roubar, vão matar, porque eles não tão dentro das cadeias. E quando eles vão presos, o Estado, que é uma mãe pra esses criminosos, manda soltar, deixa sair, porque eles querem que os ladrões tirem umas férias da prisão. E adivinha o que eles vão fazer? Vão roubar, vão matar, vão atacar a sociedade. E tem outra coisa. Esse negócio de não poder prender menor de idade tá errado. Se o cara tem coragem de pegar uma arma e meter na cara de um pai de família ele tem que arcar com as consequências dos seus atos (José, motorista aposentado, 65 anos, Birigui).

No mesmo sentido, Bruno, morador de um bairro pobre de Araçatuba, apresenta um entendimento que converge com o de José, morador de um bairro de segmentos médios/altos em Birigui. Em sua opinião, o Estado tinha que prender mais, deixar mais tempo os presos na prisão (prisão perpétua) e prender mais cedo (lei de maioria penal).

É aquela coisa, tinha que ter leis pra prender as pessoas. Hoje em dia tem um monte de frescura e os presos acabam ficando em liberdade, paga fiança, pede recurso e no final não vai preso. Eu penso que deveria ser diferente: comprovou a suspeita, deixa o bandido preso. Mas pode deixar preso pra sempre mesmo, tipo prisão perpétua mesmo. Hoje tem esse negócio que o ladrão é condenado a 100 anos de prisão, que é o mesmo que prisão perpétua, mas não pode ficar preso. Acho que o máximo é 30 anos, mas tem a história do bom comportamento. E bandido lá pode ter bom comportamento? A lei facilita a ter mais violência. Jovem com menos de 18 anos não vai pra cadeia, aí os traficantes se aproveitam disso e põem os meninos pra roubar, pra vender a droga. Tem criança de 13, 14 anos hoje que já é bandidão. Então, como você lida com isso? Vai deixar eles soltos? Eu acho que tem que prender também (Bruno, recepcionista, 36 anos, Araçatuba).

Para Davi, cadeia não é uma boa solução para a criminalidade porque a sociedade tem que custear a estadia dos presos nos presídios, para que depois eles saiam e voltem a cometer os crimes. Sugere então, que a pena de morte seria mais efetiva no combate ao crime e ainda seria uma opção mais barata para o governo, que não teria mais que “sustentar os sem-vergonha”. A adoção da pena de morte seria vantajosa também em relação ao princípio da dissuasão, que faria com que os bandidos desistissem dos crimes por medo de serem executados.

Se fosse ver, tinha que ter até pena de morte até. Eu acho que tinha que ter pena de morte. Eu concordo com a pena de morte. Porque a polícia prende esses safados, eles ficam tudo amontoados aí pelas cadeias, a gente tem que pagar a comida deles, as coisas deles, depois eles saem e vão fazer tudo de novo, até pior. Então se matasse esse povo acabaria com o problema e seria até mais barato pro governo e a gente não ia sustentar os sem-vergonha. Também, se tivesse a pena de morte, talvez aqueles que tivessem com a intenção de fazer alguma coisa já não iam fazer mais. Porque iam pensar: se eu fizer eu vou morrer. Tem países em que isso funciona. Tinha que ser mais rígido, pras pessoas terem medo (Davi, repositor de mercadorias, 29 anos, Birigui).

Podemos concluir assim, a partir dos discursos de nossos entrevistados, que o principal conteúdo que cristaliza as demandas contemporâneas da sociedade em relação às políticas públicas de segurança é o da rigidez: os cidadãos querem leis mais duras, abordagens policiais mais truculentas, medidas punitivas mais

opressivas e permanentes – desde que se dirijam aos bandidos. Como na prática a identificação de quem é bandido e quem é trabalhador só pode ser feita a partir da consideração de aspectos muito sutis, a despeito da força dos estereótipos que caracterizam os delinquentes, as ações de controle estatais são dirigidas massivamente aos segmentos pobres como um todo, reproduzindo desigualdades e ratificando separações.

A seguir, apresentamos diferentes trechos da entrevista de Viviane, nos quais ela revela a forte influência que as políticas penais baseadas no encarceramento possuem na configuração de suas representações e identificações, na definição de seu cotidiano e na conformação de seus posicionamentos perante a vida. O intuito de transcrever estes trechos é mostrar a eficiência do sistema carcerário em produzir a figura dos delinquentes, conforme evidenciou Foucault (2012). As falas de Viviane revelam que as marcas causadas pelo encarceramento de seus familiares serão permanentes em sua vida. Mesmo ela não tendo cometido nenhum crime, seu cotidiano é perpassado de diferentes formas por aspectos ligados ao sistema prisional, fazendo com que ela seja reconhecida pelos demais cidadãos como criminosa, como indica sua fala relativa aos preconceitos que sofre, visto que ela é filha de ex-presidiários, esposa de um detento, “visita de preso” e amiga de presidiários, aspecto abordado por Góes (2009), que conclui que os estigmas estendidos às famílias dos presos impõem barreiras afetivas e incentivam sua rejeição. Conviver com (ex)presos, basta para que Viviane seja vista e estigmatizada como delinquente, fato que impõe inúmeras dificuldades para que Viviane mude o rumo de sua trajetória e afaste seu destino daqueles encontrados por seus familiares e amigos. Percebemos que os estigmas se perpetuarão também em relação à sua filha, que ainda nem tem consciência do que acontece ao seu redor, mas que já carrega o peso de crescer como filha de preso e neta de ex-presidiários numa sociedade que desumaniza e oprime estes agentes. Este tipo de política penal é realmente eficaz em manter e fortalecer a ordem social estabelecida,

afinal é mais fácil e cômodo combater os pobres – por meio da justificativa do combate aos pobres – do que acabar com os processos que os produzem.

Viviane se mostra consciente dos direitos sociais que tem por ser esposa de um preso. Enquanto os demais cidadãos percebem os direitos de Viviane como regalias e mordomias dadas a quem não merece, a entrevistada enfatiza como estes serviços são necessários para sua manutenção e a de sua filha. Desta perspectiva específica, Viviane percebe que o fato de sua filha ter o pai preso acaba sendo uma “vantagem” que a faz conseguir uma vaga na creche mais rapidamente do que uma pessoa “normal”.

É só você chegar lá na creche, eu vou ter que ir lá dar o nome da minha filha. Eu tenho que falar que o pai dela tá preso e que ela não recebe auxílio reclusão e que eu preciso de uma vaga porque eu preciso trabalhar. Eu pego a vaga na hora. Aí chega uma pessoa normal e não consegue saber? [...] Você tem que falar do seu marido. Tem que falar que o pai tá preso, que você não tem nada. O Bolsa Família a gente tem direito. As mães que têm o marido preso têm direito. Dia 7 eu to lá na FUBEM fazendo cadastro de baixa renda, porque é meu direito também. Se tivesse mais alguma coisa eu faria. Mas bem que podia dar mais coisas pras pessoas pobres.

Para Viviane, explicitar perante o Estado que seu marido está preso resulta em conseguir acesso a políticas assistenciais – inseridas na lógica de “vigiar e punir os pobres” (WACQUANT, 2003). Para ela, o fato de seu marido estar preso influencia também no estabelecimento de suas relações cotidianas de sociabilidade. O aprisionamento não gera nela apenas identificações negativas, ela foi resignificando este fato de sua trajetória de vida, agregando novos valores e práticas à representação do que é ser “mulher de preso”.

[E você não se incomoda com esta rotina de ir visitar ele todo final de semana?]

Não, é gostoso. Lá eu tenho amizade com outras pessoas. Lá eu encontro as pessoas. E eu não gosto de deixar ele sozinho. Não pode. É “mó” ruim. Você já tá preso, não pode ficar sozinho. [...]

[E atividades de lazer, o que você costuma fazer pra se divertir]

Meu lazer é ir pra penitenciária. Só. Esse final de semana eu vou ficar os dois dias, sábado e domingo. Então, eu já tenho certeza que vai sair uma briga. Sempre que eu vou lá a gente briga, mas é aquelas briguinhas de casal, normal, como se a gente tivesse convivendo aqui fora.

[E você vai ficar onde lá?]

Eu fico num hotel, ou a gente dorme lá na frente, depende. Depende de como tá a situação. Hoje eu tenho dinheiro, mas hoje eu não vou ficar no hotel, vou ficar com as meninas, porque elas tão sem dinheiro. Se eu ficar no hotel eu vou ficar sozinha.

[Então vocês vão ficar onde?]

Lá na frente da penitenciária, nas barracas. A gente dorme na frente da penitenciária. As meninas pediram pra eu ficar com elas, porque as horas passam rapidinho, então eu vou ficar. Ainda mais que ele [*marido preso*] me liga agora, eu fico lá fora de boa. Se bem que se estiver muito frio, eu vou pro hotel, eu tô com dinheiro essa semana. Mas é divertido ir visitar ele, encontrar as meninas. Onde ela vai [*aponta para a amiga que estava presenciando a entrevista cujo marido também esta preso*] lá é mais legal, elas vão de van [*transporte financiado pelo PCC, conforme ela afirmou em outro momento da entrevista*]. Mas eu e as meninas já vamos num lugar meio diferente.

[Diferente como?]

É porque dizem, que lá onde o meu marido tá é cadeia de oposição [*presos contrários ao PCC*]. Mas não é verdade, não é que eles são contra o PCC. Onde o marido dela tá, aí já é cadeia do PCC. Lá onde o meu tá, não, falam que lá é oposição. Mas lá tem os neutros, que não puxam nem pra um lado nem pra outro, mas respeita os irmãos, tem aqueles que não gostam do partido e tem as outras pessoas que correm junto. Mas não é bem porque é cadeia de oposição. Você acha justo, por exemplo, assim, tem um travesti, aí ele não tem oportunidade em cadeia nenhuma do comando, eles não aceitam. Aí quando eles chegam lá nessa cadeia do meu marido, que eles falam que é de oposição, eles aceitam. Porque você acha justo aquela pessoa só ficar no seguro, ficar sem visita? Ser maltratada, não pode ficar no lugar só porque é homossexual? Eu não acho justo. Então, tem umas coisas que do lado do marido dela são certas, outras que o povo acha que não é, outras do lado da cadeia do meu marido também. Porque lá tem “jack” [*estuprador*] também, porque eles tem que ter um lugar pra ficar, só que em outro raio, eles ficam todos separados, porque eles são gente também.

Neste último trecho, Viviane revela um conhecimento significativo das dinâmicas que orientam o funcionamento dos presídios paulistas,

como, por exemplo, o “comando” que o PCC exerce dentro destas instituições, definindo inclusive, que tipos de presos serão detidos em cada cadeia, não aceitando, naquelas que estão sob seu “domínio”, os travestis e os estupradores. A penitenciária que visita todo final de semana é um espaço de vivência cotidiana da entrevistada, assim como as amizades com as outras mulheres que estão visitando os presos compõem sua rede de sociabilidade. Evidenciamos que o encarceramento não diz respeito apenas à vida daqueles que estão atrás das grades, mas direciona também as experiências daqueles que estão fora dos presídios.

Ao falar dos preconceitos que sofre, Viviane se mostra preocupada com o futuro da filha, afirmando que não quer que ela sofra as mesmas coisas que ela sofreu, mas que também não quer que a menina despreze o pai ou os avós, porque considera que as pessoas não podem negar suas raízes. No entanto, reconhece que vai ser um aspecto que a filha vai ter que conviver, porque as pessoas não escondem os preconceitos.

Antes eu era mais “vida loka”, era mais das quebrada, mas agora eu tenho que pensar na minha filha. Eu não queria que ela tivesse uma vida que nem a minha não, queria que a situação dela fosse melhor, que fosse mais fácil. Porque as pessoas já tem muito preconceito em todo lugar que a gente vai. O meu pai foi preso, quando ele saiu foi difícil, porque ele não arrumava emprego, porque ninguém dá trabalho pra quem já foi preso. Então eu já acostumei a viver com isso aceitar. Mas ela vai crescer com isso, do pai que já foi preso, mais de uma vez. Eu também não quero que ela aprenda esse preconceito, que ela tenha vergonha da gente, porque a família são as raízes da gente. Mas as pessoas mudam com a gente se sabe que a gente tem contato com preso. A vida não é difícil só pra quem tá preso, pra nós também é difícil aqui fora.

Deste modo, os elos entre interior e exterior dos presídios são identificados. O caráter de isolamento das unidades prisionais tem muitas brechas pelas quais aspectos de “dentro” influenciam a vida “fora” e os elementos de “fora” adentram a vida “dentro” dos presídios. Além das visitas e dos advogados que fazem a conexão entre estas duas dimensões, não se pode desconderar o papel das ligações de celular

feitas do interior das penitenciárias. A própria Viviane atende uma ligação de seu marido durante a entrevista e pede para ele ligar mais tarde, afirmando que ele liga para ela todo hora, que isto é uma prática comum.

[E telefone dentro do presídio, eu vi que seu marido te ligou do presídio, como é isso?]

É fácil também. Eles arrumam alguém que leva pra eles. Só que é seis mil reais, sete mil reais, daqueles aparelhos mais simples, só pra falar mesmo. E eles perdem muito fácil também, porque a polícia entra lá nos dias de blitz e tomam. Então sai caro, mas não é difícil não. Meu marido conseguiu um e agora é uma sarna atrás de mim. Fica vigiando meus passos de lá de dentro do presídio.

[Ele te liga sempre, todo dia?]

Toda hora. Se tiver sossegado, de hora em hora ele me liga. Tem que usar escondido, porque se os agentes ver, eles vão tomar. Mas ficando escondido, dá pra falar a qualquer hora.

Destacamos este aspecto porque no próximo item abordaremos a atuação do PCC na regulação da insegurança urbana, a partir da articulação das dimensões do “dentro” e “fora” das penitenciárias. Os trabalhos de Feltran (2010, 2011, 2012) indicam a importância do “crime” na governança da segurança, evidenciando o papel do PCC enquanto mediador das relações estabelecidas nas periferias da cidade de São Paulo. Em nossas entrevistas, mesmo não tendo nenhuma pergunta específica abordando este tema, as ações dos bandidos em geral, e dos integrantes do PCC em específico, compareceram como elementos capazes de aumentar a segurança de um bairro ou partes dele. A constatação de que a violência, principalmente os homicídios, diminuiu após o PCC começar a comandar as ações criminosas nas cidades estudadas compareceu em algumas entrevistas, nos dando indícios de que este tem se tornado um aspecto importante também nas cidades não metropolitanas. Assim, apresentaremos a seguir estes depoimentos em que as ações do “crime” e do PCC são mencionadas, defendendo a ideia de que além do mercado e do Estado, os agentes criminosos vem ganhando relevância na gestão da insegurança nas

idades do interior, mesmo que influenciando diretamente as experiências de parcelas minoritárias dos cidadãos.

2.4. O crime¹⁴ e a gestão da insegurança urbana

De acordo com Dias (2011), o PCC – Primeiro Comando da Capital – é uma organização criminal que consolidou sua atuação na regulação do “mundo do crime” a partir de um processo de expansão baseado na utilização de violências físicas e simbólicas. Por meio de disputas pelo poder marcadas pela violência, o PCC assumiu o controle do tráfico de drogas ilícitas, dentro e fora das prisões paulistas – o que lhe conferiu poder econômico – assim como conquistou poder político, que lhe permitiu atuar mediante um rigoroso controle social da população carcerária e também no comando das atividades criminais fora das penitenciárias.

A autora (2011) demonstra que a consolidação do PCC resultou em uma pacificação social relativa mediada pelo uso de coerções físicas, que promovem controles externo, mas exigem também o autocontrole. O poder centralizado do PCC é exercido a partir de controles que reclamam obediência, nem sempre consentida, às regras, normas e condutas instituídas pela organização, que tem como contrapartida a definição de transgressões, a acusação dos transgressores e a sua correspondente punição. No mesmo sentido, Feltran (2012) reconhece o PCC como um regulador de condutas, que reivindica o monopólio do uso da força em alguns territórios e situações dos quais sujeitos ligados ao crime participam, ressaltando que a regulação exercida por esta organização não se limita aos negócios e práticas ilícitas dos “irmãos”, ou seja, dos membros efetivos do PCC, mas se estende ao conjunto de processos e espaços relacionados ao mundo do crime.

Feltran (2012) e Dias (2011) constatam que as políticas de encarceramento massivo, com a expansão física do sistema prisional e

¹⁴ Utilizamos a expressão “crime” segundo o entendimento de Feltran (2012) para quem a expressão designa uma matriz de referência de discursos, identificação dos sujeitos, práticas e sentidos produzidos em torno de atividades ilegais e também matriz do sujeito coletivo constituído pelo PCC.

sua territorialização no interior paulista (GÓES, 2004), juntamente com o aumento da população carcerária, deram o substrato para que esta organização criminosa expandisse sua área de ação e ampliasse seu poder. Considerando então, o processo de desconcentração da localização dos presídios em direção às cidades não metropolitanas e o caráter de transbordamento das ações do PCC para fora dos presídios, configurando uma interpenetração baseada em redes de interdependência extensas e complexas (DIAS, 2011), temos que reconhecer que esta organização criminosa passa a figurar no cotidiano urbano das cidades médias e pequenas, tanto no âmbito das práticas quanto no das representações, como ficou evidenciado a partir dos acontecimentos de maio de 2006, nos quais mais de 70 penitenciárias do estado enfrentaram motins e diferentes cidades tiveram suas rotinas modificadas pela insegurança gerada por ataques às bases e ao efetivo da polícia, agências bancárias, incêndio de ônibus entre outras ações que ratificaram o poder de articulação socioespacial disseminado pelas cidades paulistas.

Tanto em Araçatuba quanto em Birigui, discursos relativos ao PCC compareceram de modo espontâneo nas entrevistas que realizamos. Observamos também, durante os trabalhos de campo, marcas na paisagem urbana indicando a presença desta organização nas cidades estudadas: pichações em muros localizados em diferentes partes da cidade, não apenas nos bairros pobres, com o nome da facção ou símbolos associados a ela, como a imagem do yin-yang chinês e a inscrição 15-3-3, números que correspondem às letras da sigla PCC.

Segundo Feltran (2012), após os ataques de maio houve um rearranjo das relações rotineiras entre *governo* e *crime* em São Paulo, no sentido da produção de um armistício – funcional para ambos – responsável pela tendência de redução dos homicídios verificada até 2011. Se para o crime a regulação das mortes entre os bandidos constituía um de seus interesses, para o governo era muito conveniente que as taxas de homicídios baixassem no estado. O autor enfatiza que governo e crime, apesar de representarem lados opostos de uma guerra

que se trava entre eles, não podem ser analiticamente dissociados no entendimento dos processos de produção da ordem – suas lógicas se complementam, mesmo que sempre haja tensões entre elas.

No momento da redação desta tese (outubro e novembro de 2012) estamos observando uma intensificação da tensão entre governo e crime no estado de São Paulo, que indicam que a matriz das práticas de segurança está novamente se voltando para o estabelecimento de uma guerra entre estas esferas, como ressalta Feltran (2012), com um aumento significativo no número de homicídios como temos visto, todos os dias, os jornais matinais noticiam uma média de 10 assassinatos em diferentes bairros da região metropolitana de São Paulo, além do elevado número de baleados. Estes números dizem respeito tanto a agentes públicos de segurança, quanto a civis assassinados. A mídia dissemina reiteradamente a existência de uma guerra entre estado e crime, evidenciada pela “onda de violência” ou “escalada da violência” que tem sido observada. Estes acontecimentos indicam a fragilidade do equilíbrio advindo do referido armistício pautado no compartilhamento da gestão da segurança entre estas duas esferas. Os fatos sugerem que um novo arranjo deverá ser construído, associando os interesses destas duas esferas que regulam a segurança no estado de São Paulo.

A materialização da participação do crime na regulação da segurança nas cidades se dá por meio da ampliação das instâncias a que os cidadãos podem recorrer para resolver os diferentes tipos de problemas que enfrentam. Feltran (2010, p. 59) mostra que, para além do Estado e da justiça legal, os moradores das periferias de São Paulo identificam o crime, mais especificamente o PCC como “instância de autoridade capaz de fazer justiça”. A multiplicidade de instâncias a que os cidadãos podem recorrer não significa uma negação da legalidade oficial ou um princípio normativo idealizado como tal, mas sim uma decisão instrumental baseada em suas experiências cotidianas marcadas pela dificuldade ou impossibilidade de usufruir dos direitos colocados na instância legal estatal.

Feltran (2010) constata ainda, que o “mundo do crime” possui uma “ética” e que uma normalização específica foi instituída para julgar os desvios às normas estabelecidas no seu interior. São realizados assim, “debates” em que os “irmãos” do PCC – tanto os que estão presos e participam dos julgamentos utilizando celulares, quanto os que comandam as ações da facção fora dos presídios – mediam conflitos relativos aos moradores de suas áreas de influência, assim como aos indivíduos efetivamente ligados ao crime, tratando de assuntos de gravidade variada, como brigas entre casais, roubos de bicicletas, discussões entre vizinhos, até ocorrências mais graves, como assassinatos e estupros (FELTRAN, 2010).

As primeiras indicações de que o crime é uma instância de gestão da segurança relevante nas cidades estudadas podem ser observadas a partir dos relatos de entrevistados que reconhecem que os traficantes de drogas oferecem certa segurança para suas residências, posto que identificam a existência de um acordo entre os bandidos para que não sejam realizados roubos nos bairros em que atuam, principalmente para que a polícia não seja atraída para lá – embora o convívio com os traficantes possa gerar muitos outros tipos de insegurança.

Para Juliana, o bairro em que morou em sua infância, habitado pelos segmentos pobres, era perigoso por causa do conteúdo social do bairro e por causa da presença de pontos de venda de drogas. Ao mesmo tempo em que reconhece que o tráfico trazia perigo ao bairro, considera que ela e seus vizinhos tinham muita segurança ali, porque ninguém ia se arriscar a assaltar no território deles. Mas Juliana ressalta que seu maior medo era que houvesse um tiroteio entre os traficantes e a polícia. É significativa também, a diferenciação que a entrevistada faz entre o traficante de seu bairro e o traficante das favelas – que comanda diretamente a vida dos moradores, influenciando no horário deles saírem e chegarem em casa por exemplo – mostrando a tendência para que a violência seja identificada sempre em relação ao Outro – o traficante do bairro é menos perigoso que o traficante da favela – , mesmo que a comparação seja feita entre os criminosos.

Juliana observa também que era preciso não criar problemas com os traficantes, ou seja, não deviam se intrometer na vida e nos negócios deles, entendimento indicativo de que, apesar da percepção de segurança em relação aos crimes patrimoniais em sua residência, fica subtendido que as relações entre traficantes e moradores têm uma fronteira clara que precisa ser respeitada, pois sempre há o risco de que alguma sanção seja imposta.

Eu acho que aquele bairro [*Castelo Branco, bairro popular conhecido como 600 casas*] era perigoso por causa da pobreza e porque lá tem muitos pontos de drogas também. Quando eu morava lá, eu era criança, então a gente tinha um vizinho que era traficante. Então, era perigoso, só que a gente tinha muita segurança ali, porque a gente sabia que naquela rua ninguém ia fazer nada, ninguém ia ser louco de assaltar. Então, apesar disso a gente tinha uma segurança. Meu maior medo era de repente chegar a polícia e ter tiroteio. Mas em relação ao resto, a gente era muito tranquilo. [...] O tráfico não incomodava porque não afetava a gente diretamente. O traficante, ele não era que nem numa favela que a pessoa comanda o lugar todo. Então a gente não tinha esse negócio de horário pra sair de casa, horário pra entrar, da gente ter que ter cuidado com o que a gente falava. [...] Eles vendiam as drogas deles, as pessoas não vão fazer nada na nossa casa porque respeitam eles. E eles tratavam todo mundo muito bem, era só a gente não criar problema com eles. E não ter problemas seria não se intrometer na vida deles, igual a gente faz com qualquer vizinho (Juliana, professora, 32 anos, Araçatuba).

Marta relata uma mudança em sua percepção em relação à proximidade com os traficantes: antes tinha medo deles, mas atualmente sente segurança com a presença deles, porque entende que eles não permitiriam que sua casa fosse roubada. No mesmo sentido, Helenice também associa um conteúdo de segurança ao fato de ter sido vizinha de traficantes.

Hoje eu percebo que a gente ter vizinho assim [*traficante*], você acaba tendo uma certa segurança. Porque eles não permitem que os outros mexam na sua casa, porque eles vão ser os primeiros que vão ser indicados. [...] No começo eu tinha medo, mas agora não, eu percebi que é diferente: Não, dona, pode ficar sossegada que aqui ninguém mexe (Marta, aposentada, 41 anos, Birigui).

Aqui do lado a gente conviveu mais de 15 anos com um ponto de droga. Só que aqui do lado, a vizinha era assim

“oh, não mexe com os meus vizinhos, se mexer com meus vizinhos está mexendo comigo”. A gente podia dormir de porta aberta, eles não mexiam mesmo. Era uma segurança que a gente tinha deles aqui (Helenice, professora aposentada, 61 anos, Araçatuba).

A percepção de segurança advinda da presença dos traficantes também é expressa no depoimento de Carlos, que destaca o fato de que não se aproximar muito dos bandidos no plano cotidiano – cada um vive a sua vida – é fundamental para que evite os perigos que poderiam decorrer desta proximidade, reconhecimento que contradiz as representações estereotipadas de que os moradores dos bairros pobres estabelecem relações de afetividade com os traficantes por causa da proteção que lhes é oferecida. Para ele, a segurança em seu bairro é garantida pela regra básica estabelecida entre os bandidos de manter o bairro tranquilo para que a polícia não passe a realizar rondas mais frequentes e atrapalhe o andamento de suas atividades.

[Você disse que é vizinho de um ponto de tráfico de drogas, você se sente inseguro?]

Eu particularmente não tenho medo, porque a violência também vai muito da pessoa. De você estar atento e não se envolver muito em situações que vão te trazer perigo. Por exemplo: eu sei que o rapaz mexe com drogas, mas eu vivo a minha vida e ele vive a dele. Em relação a crime patrimonial, eu não me preocupo muito também. Eu acredito que existe uma regra básica entre a bandidagem, que faz um respeitar o outro, o território de cada um. Geralmente essas pessoas tentam preservar a comunidade pra que nada ocorra ali, pra não chamar atenção da polícia. Porque se começa a ter problemas no bairro onde ele trafica, os policiais começam a ver a movimentação, começa a fazer rondas mais frequentes ali. Então, pra eles é interessante que no bairro, nas vizinhanças deles não aconteça nada. Então, como as pessoas desse meio se conhecem, eles evitam um pouco cometer alguma coisa nas proximidades da vizinhança desses indivíduos (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

As relações que se estabelecem no interior dos bairros pobres entre os moradores e os bandidos são muito complexas e envolvem diferentes posicionamentos, como afirmam Zaluar (1994) e Feltran (2010, 2011), por exemplo. A partir dos depoimentos de nossos entrevistados podemos constatar que o reconhecimento de que os

traficantes podem oferecer segurança para o bairro não implica em que eles concordem com as atividades criminosas e compactuem com elas, como também identifica Machado da Silva (2008). Entendemos que os moradores tem que respeitar certos limites, não fazendo questionamentos sobre as atividades dos traficantes, e no máximo, estabelecer com eles uma relação respeitosa – mas sempre com limites, como relata Maria.

[Você se incomoda com a presença dos traficantes? Se sente insegura por causa deles?]

Eu não tenho. Pra te falar a verdade eu não tenho medo de nada. Eu não tenho medo não. Se eu busco Deus eu tenho que confiar nele pra cuidar de mim. Eu não tenho medo porque esses tipos assim, eu procuro ter um pouco de amizade com eles, mas não totalmente. A gente procura não caçar assunto. Eu sempre falo pros meninos “procura não ficar de mal, xingar esse tipo de pessoa”, porque às vezes eles até protegem a gente e a casa da gente. Por isso que eu não tenho medo não. Deles não (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

Tal percepção dos moradores dos bairros pobres de que a presença dos traficantes pode trazer segurança não pode ser generalizada. Para vários entrevistados, os aspectos negativos são mais significativos que os positivos, quando se fala da atuação dos traficantes, assim seria melhor para o bairro se eles não estivessem por lá, como podemos observar nos depoimentos de Bruno e de Davi, moradores de bairros pobres de Birigui.

Olha, isso depende do que você acha mais importante. Porque se você confia em bandido pra te dar segurança, você não tá se igualando a eles? E se eles fazem chantagem? Falam assim “oh, ninguém vai te roubar aqui, eu garanto”, mas depois vai te pedir pra esconder alguma coisa na tua casa, pra entregar alguma coisa pra alguém e você vai, porque se eles falam que eles vão te dar segurança eles meio que tão te ameaçando, falando que se você não fizer o que eles querem eles podem mandar fazer alguma coisa com você (Bruno, recepcionista, 36 anos, Araçatuba).

Eu não acho que o que eles fazem dá segurança não. Porque as coisas só ficam tranquilas enquanto eles querem, até quando for do interesse deles. Eu não gosto de me sentir na mão de bandidos, então eu preferia que eles não existissem mesmo, que eles não morassem aqui

no bairro (Davi, repositor de mercadorias, 33 anos, Birigui).

Daniele, também moradora de um bairro pobre, diz que não acredita na proteção dos traficantes, que é só para as pessoas que estabelecem relações com eles, só para quem conhece os traficantes. Como ela não se enquadra neste grupo, sente insegurança com a presença deles.

Tipo assim, roubaram a casa de um colega do meu irmão ali embaixo. Ele tava construindo e a cachorra dele tava lá, tomando conta da construção, só que a cachorra é pit bull mas é tão mansinha que levaram os materiais todos e a cachorra embora. Aí, quando ele chegou, ele viu que tinham roubado, ele foi perguntando até chegar no cara que tinha roubado. Ele foi atrás da cachorra, ele falou que o material ele não queria, mas a cachorra ele queria de volta. Aí o cara falou “mas como eu vou saber que ela é sua”? Aí ele chamou e ela veio. Aí ele falou pro cara “nós somos do mesmo bairro”, quis dar uma de mano também, pra ver se o cara afinava, “mano roubando mano”, não sei o que. Aí ele pegou e devolveu. Acho que quando conhece assim, é mais difícil mexer. Tem gente que fala “oh, aqui é a casa do fulano, pode ficar tranquilo que aqui ninguém mexe não, porque eu conheço ele”. Eu acho que é meio por aí. Agora a gente que não tem muito a ver com eles, eles não querem nem saber não. Então pra mim eles não dão segurança. Eu tenho medo dos traficantes (Daniele, professora, 26 anos, Birigui).

Carlos identifica que a polícia vai perdendo a credibilidade e então as pessoas começam a fazer justiça com as próprias mãos. Cita a justiça que os próprios criminosos fazem entre eles em relação a acordos de conta, por exemplo, destacando a atuação do PCC na regulação das atividades criminosas. Para o entrevistado, um ex-policia civil que atualmente trabalha no sistema judiciário, o PCC constitui um Estado paralelo – o Estado da criminalidade e da corrupção.

Com o tempo, vai acabando a credibilidade da polícia, aí as pessoas começam a fazer justiça com as próprias mãos. Inclusive os próprios criminosos eles fazem a justiça entre eles mesmos, até porque eles trabalham de modo ilegal. Por exemplo, um traficante que não recebe, eles batem no cara ou inclusive matam. Essa é a lei do crime. É um Estado paralelo. A droga, o PCC hoje em dia é um Estado paralelo. A gente vive numa sociedade que não existe só o Estado legal, existe o paralelo que é o da

criminalidade e da corrupção (Carlos, escrevente judiciário, 42 anos, Birigui).

Cabe lembrar que o PCC não pode ser considerado como um Estado paralelo, visto que, como demonstra Feltran (2010), suas ações se articulam com as do Estado, mesmo que suas lógicas sejam conflitantes. Na mesma direção, Machado da Silva (2008) afirma que, mesmo que os traficantes subjuguem os moradores das favelas, eles não podem ser entendidos como substitutos do Estado nas favelas. Assim, precisamos enfatizar que o PCC, mesmo instaurando normativas e políticas próprias, não chega a constituir outro Estado, uma vez que, apesar de todos os questionamentos que possamos fazer, o Estado não está ausente das favelas. Além disso, muitas vezes suas ações se articulam com as do Estado constituído, por exemplo, na administração das rotinas dos presídios paulistas.

Sandra é uma das entrevistadas que reconhecem a ação do PCC na pacificação social das relações de violência nas cidades da região de Araçatuba. Para a entrevistada, o “Partido” não aceita que os bandidos roubem nos bairros sobre os quais exercem domínio, além de não admitir brigas e “matanças”. O entendimento de que existe uma regulação no mundo do crime é expresso quando Sandra diz que bandido não faz mais o que quer e quando quer, subentendendo que eles agem sob os preceitos e controles do PCC.

Eles [*traficantes*] não aceitam que roubem no bairro que eles moram. Então, graças a Deus aqui é difícil acontecer. É raro. Não acontece não, é bem difícil. A gente não escuta falar que teve assalto. Mas é porque tem mesmo, tem o pessoal do Partido que não deixa mesmo, entendeu? Que nem, tem um que trafica ali em baixo, ele não aceita que venham roubar no espaço dele, que tenha briga no espaço dele, que façam matança no espaço dele. Porque os viciados roubam pra fumar, então ele manda eles roubarem em outro lugar mesmo. É verdade mesmo isso aí. Bandido não faz mais o que quer e quando quer não.

[*Por causa do PCC? Eles agem aqui na cidade?*]

É, o PCC tá bem forte aqui na região já. E eles meio que botaram ordem no que o pessoal fazia. Então por isso que eu falo que aqui tá tranquilo, porque agora tem mais

organização, vamos dizer (Sandra, pespontadeira aposentada, 46 anos, Birigui).

Sua filha Viviane também reconhece a ação do PCC na regulação do crime em Araçatuba, citando que apesar de existir aqueles que são da oposição ao Partido, a maioria das pessoas apoia e são apoiadas por esta organização criminosa. Viviane afirma que a atuação do PCC fez com que as coisas ficassem mais tranquilas, com a redução das mortes que ainda acontecem vez ou outra. Acrescenta que as pessoas vão atrás dos “irmãos” para resolver os problemas, como a questão dos homicídios, e que eles sempre resolvem.

[Algumas pessoas me falaram sobre as gangues de antigamente, elas ainda existem ou isso é coisa mais do passado?]

Ah, é uma coisa mais do passado, porque agora não existe mais, o que existe é o PCC e alguns que são da oposição. Tem gente que não gosta, tem gente que não tá na cadeia deles, tem os dois lados.

[Mas com o PCC aqui, você acha que mudou alguma coisa?]

Mudou, todo mundo ficou tranquilo. Acontece uma morte vez ou outra, aí os mais assim já vai atrás dos irmãos pra resolver, eles sempre resolvem. Mas tem também gente que não procura eles não, que não gosta. Mas acho que mais gente se apoia neles e menos gente não gosta, mas tem gente que não gosta e não gosta de verdade (Viviane, desempregada, 19 anos, Birigui).

Não se pode perder de vista que os depoimentos acerca da segurança oferecida pelos traficantes e o reconhecimento de que o PCC está atuando na pacificação das relações do mundo do crime foram fornecidos por cidadãos dos segmentos mais pobres, que convivem mais de perto com esta realidade em seus cotidianos, sem que necessariamente assumam para si a sociabilidade violenta de que trata Machado da Silva (2004, 2008), apesar de suas experiências urbanas serem fortemente influenciadas por ela.

Mas alguns depoimentos indicam que nas cidades estudadas não são apenas os moradores dos bairros pobres que reconhecem o PCC como uma instância legítima na gestão da insegurança e que não são apenas eles que recorrem a esta organização para resolver seus

problemas. Apesar das limitações colocadas ao entendimento deste aspecto frente ao fato de que não contemplamos as ações e representações acerca do PCC nas cidades estudadas como tema de pesquisa definido *a priori*, o que faz com que os depoimentos obtidos sejam dispersos, insuficientes e que não tratem diretamente da questão, apresentamos esta argumentação no sentido de enfatizar que esta é uma temática que merece estudos específicos nas cidades não metropolitanas, com o intuito de identificar os processos envolvidos na consolidação deste agente criminal na regulação das práticas nestes contextos socioespaciais.

No depoimento de Pedro, pertencente ao segmento de médio poder aquisitivo, fica evidente que ele reconhece a ação dos agentes criminais na resolução de conflitos em complementação ao trabalho da polícia, ao relatar uma situação que ocorreu na sua família.

Eu posso te citar um exemplo que aconteceu com uma prima minha. A casa dela foi assaltada esses tempos atrás. Levaram um monte de coisas, só que eles não estavam em casa, na hora que eles chegaram é que viram que tinham revirado tudo. O marido dela fez boletim de ocorrência, tudo certinho, chamou a polícia, contou tudo pra eles e tal. Mas ele também procurou o outro lado. Não sei como, mas ele conhece um cara que é envolvido com o PCC, parece que o cara é um líder, alguma coisa desse tipo e ele falou que tinha sido assaltado, se o cara não conseguia descobrir quem foi que assaltou, essas coisas. Parece que não deu em nada, mas ele foi procurar, entende? (Pedro, comerciante, 28 anos, Araçatuba).

O outro entrevistado que fez alusão à ajuda dos bandidos – não diretamente do PCC – no desfecho de uma ocorrência criminal foi Marcos, morador de um bairro popular de Birigui. Ele conta que um conhecido seu recuperou uma moto que havia sido roubada por meio da ação de um “pessoal da pesada”.

No meu caso em particular, eu nunca precisei disso, mas sei de gente que conseguiu uma moto, que tinha sido roubada, de volta porque tinha uns contatos quentes, com um pessoal da pesada. O que a polícia não ia fazer, às vezes você consegue de outras formas (Marcos, escriturário, 39 anos, Birigui).

O que pretendemos demonstrar, mesmo reconhecendo que nossa argumentação é incipiente, é que além da esfera estatal e do mercado, não se pode ignorar a atuação dos agentes criminais na gestão da insegurança urbana. As ações do Estado em direção à renúncia do monopólio da violência abrem possibilidades para que a questão da segurança urbana seja perpassada pela ação de outros agentes, que se beneficiam de diferentes formas com a manutenção da ordem estabelecida.

Consideramos assim, baseados em Curbet (2004, p. 49-50), que uma das principais características do padrão contemporâneo de enfrentamento do problema da insegurança urbana é a adoção de medidas circunstanciais, que desconsideram sua complexidade política. São oferecidas “medidas de paz” que chegam de fora e são superpostas aos conflitos. O máximo que estas medidas conseguirão é uma trégua, mas a dinâmica dos conflitos permanece inalterada. Deste modo, constatamos que as políticas relativas à segurança – estatais, mercadológicas e criminais – estão mais preocupadas em conter ou paliar os efeitos extremos inerentes aos conflitos sociais do que em minimizar os problemas causados pelas desigualdades sociais que ameaçam a coesão social.

Diante de tudo que foi apresentado até o momento, nos perguntamos sobre quais são as consequências da disseminação do imaginário das cidades inseguras e das práticas elaboradas pelos diferentes agentes no intuito de gerir as inseguranças, no cotidiano das cidades não metropolitanas, que eram representadas até poucos anos, a partir de imagens de tranquilidade e segurança. Nosso entendimento é que a generalização das suspeitas e a naturalização da necessidade de diferentes controles potencializam o processo de fragmentação socioespacial, ao fazer com que os espaços e os cidadãos sejam submetidos a uma lógica de diferenciação hierarquizada constante, no sentido da identificação dos espaços seguros e inseguros e do reconhecimento dos agressores e das vítimas em potencial, que age como catalisadora para o fechamento espacial e para a dessolidarização

social, que culminam no predomínio das experiências urbanas realizadas nos mais diferentes tipos de enclaves, como demonstraremos no capítulo 3.

VII



CAPÍTULO 3 – COTIDIANO URBANO FRAGMENTADO: IMAGINÁRIO DAS CIDADES INSEGURAS E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

VIII



Foto VII – Birigui. Entrada de enclave fortificado elitizado – Condomínio fechado Guatambu Residencial Park. 2011

Foto VIII – Birigui. Enclave pobre estigmatizado – Bairro Portal da Pérola II – Programa Minha Casa Minha Vida. 2012

Fonte: Trabalho de Campo

CAPÍTULO 3 – COTIDIANO URBANO FRAGMENTADO: IMAGINÁRIO DAS CIDADES INSEGURAS E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

As cidades resultam da interação entre os diferentes elementos que participam de seu processo de produção e apropriação. São constituídas, ao mesmo tempo, por materialidades – expressas em seus tecidos urbanos –, pelas práticas socioespaciais que nelas (e a partir delas) se desenvolvem e pelas representações e imaginários de seus habitantes. Elas podem ser consideradas assim, como entroncamentos nos quais se articulam e se justapõem, espaços, práticas e representações diferenciadas – semelhantes, opostas, complementares, conflitantes.

Neste sentido, as cidades devem ser entendidas a partir dos múltiplos sentidos que lhe perpassam e lhe conformam. Gomes (2006) ressalta este aspecto ao considerar que a constituição delas é sempre dinâmica, e que as marcas espaciais não podem ser aprisionadas dentro de um único significado. Uma das dimensões privilegiadas para se analisar este conjunto diferenciado de elementos que compõem as cidades é o cotidiano urbano.

É no desenrolar do cotidiano que se estabelece a apropriação de diferentes espaços para a realização das atividades que baseiam a reprodução da vida social, como moradia, trabalho, consumo, lazer; são instituídas as relações de sociabilidade entre os cidadãos; desenvolvidas as representações acerca dos distintos espaços e de seus moradores. Enfim, é no cotidiano que se tornam possíveis as experiências urbanas como, por exemplo, a elaboração de trajetos, a identificação com determinados espaços e/ou segmentos sociais, a estigmatização de outros, a realização de encontros e o evitamento de certos contatos etc., que pautam a construção diária dos modos de vida nas cidades e das memórias e impressões tidas sobre elas.

No cotidiano urbano vão se desenvolvendo as práticas socioespaciais que dão sentido às cidades. Desta forma, mudanças nas maneiras de realização do cotidiano revelam alterações tanto no âmbito social quanto no espacial. De acordo com Carlos (2007, p. 52), a

produção do cotidiano vem cada vez mais se vinculando à difusão do consumo, fazendo com que as práticas urbanas sejam mediadas pelo mundo das mercadorias, o que traz consequências tanto para o uso do tempo quanto do espaço nas cidades contemporâneas.

As possibilidades diferenciadas de cada pessoa de participar, efetivamente, da sociedade de consumo, refletem em diferenciações nos cotidianos possíveis de serem realizados nas cidades. Isto porque as práticas socioespaciais e as representações que lhe perpassam são desenvolvidas a partir das condições – sociais, econômicas, culturais etc. – que os cidadãos dispõem. Deste modo, na cidade, em consonância com seus diferentes espaços e habitantes, há distintos cotidianos que a produzem e que são produzidos por elas.

Consideramos que as representações e práticas dominantes nas cidades contemporâneas não são pautadas na ideia de coesão, posto que cada vez mais vão se baseando no estabelecimento de clivagens e diferenciações, tanto de seus espaços quanto dos cidadãos. A apropriação das cidades passa a ser realizada a partir de uma matriz relacional que coloca sempre em perspectiva o Eu e os Outros, os meus espaços e os espaços dos outros.

No contexto da disseminação do imaginário das cidades inseguras, estas cisões socioespaciais são baseadas na reativação de estigmas, que fazem com que os pobres sejam considerados, além de indesejáveis e desagradáveis, como perigosos e temidos, simetricamente ao que acontece com seus espaços. A ideia do Nós e dos nossos espaços vai perdendo força diante, não só da polarização socioespacial em ricos e pobres, mas das fragmentações instituídas dentro destes próprios grupos. A alteridade, ou a “outridade” nos termos de Bauman (2011), passa então a ser evitada em nome da segurança. Barreiras – materiais e simbólicas – são consideradas como essenciais para delimitar categoricamente os limites a serem preservados, tanto nas relações de sociabilidade quanto na apropriação dos espaços, sustentando a tendência ao enclausuramento nas cidades, que se baseia no evitamento das diferenças.

A *diferenciação*, seja dos espaços, das práticas socioespaciais ou ainda, dos imaginários urbanos, é um conteúdo inerente às cidades, do mesmo modo que a diferença é uma característica intrínseca da própria sociedade. Neste sentido, a inseparabilidade dialética entre sociedade e espaço, ressaltada por Soja (1993), é um fator fundamental para o entendimento dos processos de diferenciação, visto que as diferenças existentes entre os segmentos sociais são materializadas nos espaços que, por sua vez, requalificam e reforçam as diferenças entre os grupos sociais, no ato de sua apropriação e representação.

Tendo constatado que as cidades contêm diferenças entre os seus espaços, entre os segmentos sociais que a compõem e nos imaginários expressos pelos cidadãos, devemos atentar para o fato de que o processo de diferenciação ganha novos conteúdos quando consideramos que as diferenças podem ser produzidas a partir de *desigualdades*, que vão além do fato de que os espaços e as pessoas são diferentes, indicando que existem desequilíbrios nas possibilidades de reprodução social e apropriação espacial que cada segmento possui, o que influencia na produção das imagens, valores e discursos que mediam suas ações.

No âmbito dos objetivos propostos nesta pesquisa, tal aspecto ganha importância, pois as diferentes representações acerca da violência e percepções de insegurança urbana, juntamente com as diferentes – e desiguais – capacidades de lidar com a busca individualizada por segurança e com as consequências da truculência e do autoritarismo das políticas de segurança estatal, constituem níveis de determinação relevantes na produção, apropriação e apreensão dos espaços urbanos.

Os temas da violência e da insegurança urbana associados crescentemente às diferentes cidades, também requalificam o processo de *segregação socioespacial* e dão novo impulso à *fragmentação socioespacial*, ao fomentar a produção de barreiras materiais e simbólicas para separar os espaços onde se tem uma percepção maior de segurança, daqueles considerados como mais inseguros, além dos

citadinos com quem as relações de sociabilidade são mais seguras, daqueles com quem o contato é tido como perigoso e deve ser evitado.

Nesse capítulo, retomando aspectos apresentados nos capítulos anteriores, tentaremos caracterizar as cidades produzidas e apropriadas segundo o imaginário das cidades inseguras, iniciando a discussão pela consideração dos processos de diferenciação – perpassado pelas desigualdades –, de segregação e de fragmentação socioespacial, atentando para suas especificidades no contexto das cidades não metropolitanas, a partir da análise das representações e do cotidiano dos seus cidadãos.

Reconhecemos, portanto, as imbricações entre estes três processos – diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial – que vêm caracterizando as cidades ao longo da consolidação da urbanização, com o objetivo de ressaltar que a fragmentação socioespacial possui, tanto uma espessura histórica, que nos possibilita entender seus delineamentos, quanto especificidades decisivas que nos permitem identificar a configuração de uma nova fase do processo de urbanização, que necessita de uma análise atenta para reconhecemos seus novos conteúdos. Mesmo identificando as inter-relações entre estes processos, é importante não perder de vista que a fragmentação socioespacial não resulta apenas da acentuação dos outros dois. Existem determinações, características e decorrências socioespaciais específicas do processo de fragmentação que precisam ser explicitadas.

Diante da polissemia presente na utilização da expressão fragmentação, que vem sendo empregada para tratar de processos com conteúdos distintos e que se realizam em diferentes escalas, reconhecemos que é preciso que mais pesquisas sejam realizadas no intuito de acrescentar profundidade a esta noção, no intuito de lhe conferir o *status* de conceito científico, vista sua centralidade explicativa acerca das dinâmicas urbanas atuais. Tentando contribuir para este debate, explicitamos nossas opções analíticas, sem negar que a ideia de fragmentação pode ser acionada para entender outros âmbitos da contemporaneidade, além daqueles que enfatizamos. Ao direcionarmos

nosso enfoque, alcançamos especificidades importantes, mesmo que seja sempre necessário considerar as múltiplas determinações que se sobrepõem na definição dos processos.

Nosso interesse recai sobre a fragmentação socioespacial – que se expressa então, na confluência dialética das dinâmicas sociais e espaciais – tendo como recorte o contexto urbano, mais especificamente aquele configurado nas cidades não metropolitanas. Nosso entendimento da fragmentação socioespacial é construído a partir da sobreposição de três dimensões complementares: a) as alterações nos tecidos urbanos, b) as mudanças nas práticas espaciais, com destaque para as relações de sociabilidade e c) as significações que integram o imaginário dos cidadãos. Ao considerarmos conjuntamente os elementos materiais e subjetivos que se entrelaçam na composição da fragmentação socioespacial, temos a possibilidade de complexificar a análise, observando aspectos que nem sempre se encontram visíveis no âmbito espacial concreto.

Cabe ressaltar também, que apesar do processo de fragmentação socioespacial não estar completamente consolidado nas cidades não metropolitanas, se apresentando em muitas delas ainda como tendência – diferentemente do que ocorre com as metrópoles, onde este processo está mais assentado – nossa análise se justifica devido à constatação de que as lógicas nas quais a fragmentação se baseia têm rapidamente se tornado centrais nas vivências experimentadas nestas cidades, apontando para processos importantes de reestruturação urbana.

Para definir melhor nosso entendimento sobre a fragmentação socioespacial, ressaltamos que ela é um processo que resulta da interação de um conjunto de práticas e representações orientadas por uma lógica de separação e evitamento extremos entre diferentes espaços e segmentos sociais, que levam ao enfraquecimento das articulações que mantinham unidas as diferentes partes que constituem as cidades. Com a insegurança urbana como pano de fundo, os cidadãos tendem a achar normal o isolamento em espaços tidos como mais seguros e a evitação da apropriação de espaços e contatos com segmentos sociais

representados como perigosos. Aqueles que não tomam estas “precauções” são vistos como imprudentes e irresponsáveis, afinal, nos dias de hoje, a busca por segurança foi transformada em valor norteador das experiências urbanas, não só das elites, mas da sociedade em geral.

A produção das identidades contemporâneas encontra-se fortemente atrelada aos padrões de consumo dos cidadãos, tendo sua gênese baseada assim, nas desigualdades socioeconômicas, consolidando material e simbolicamente as clivagens socioespaciais. Ao privilegiar mais as separações e os evitamentos, ao invés dos laços que unem a sociedade, as experiências urbanas tornam-se mais restritas, a privatização do cotidiano prevalece e o individualismo triunfa como ideal de vida, o que nos leva a questionar as potencialidades e limites de nossas cidades enquanto propiciadoras da convivência entre as diferenças.

Consideramos assim, – de forma muito esquemática e sucinta –, que de um contexto em que as diferenças eram de alguma forma conciliadas, mesmo que sempre demarcadas, fomos caminhando para cidades que negam as relações de alteridade e que, por meio da reafirmação de estigmas socioespaciais, tendem ao isolamento extremo dos diferentes em distintos tipos de enclaves e também à homogeneização dos contatos sociais. É importante reforçar que reconhecemos que o processo de urbanização não pode ser entendido de forma linear, como uma sucessão acabada de processos que se extinguem completamente para dar lugar a outros. O que defendemos é que cada período histórico é marcado pela predominância de um conjunto de processos característicos, o que não implica que processos do passado tenham sido totalmente superados e que novos conteúdos já não estejam sendo gestados. A ordenação entre os processos de diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial não evidencia que um processo foi sendo substituído pelo posterior, mas sim, que eles foram se sucedendo em sua importância e prevalência explicativa ao longo do devir da urbanização. Nas cidades contemporâneas, temos ao

mesmo tempo, diferenciação, segregação e fragmentação, sendo este último o mais recente e o que diferencia o período atual do anterior.

Tais transformações possibilitam constatar que as lógicas urbanas que vinham comandando o cotidiano das metrópoles passam a influenciar também a vida nas outras cidades, indicando que elas não são exclusivas de um tipo de espaço, mas inerentes à urbanização. Esta unificação das lógicas urbanas é acompanhada, porém, de diferenciações relativas às materializações realizadas em cada contexto socioespacial e aos significados que as práticas adquirem neles. Verificamos assim, um avanço da consolidação da Sociedade Urbana proclamada por Lefebvre (2004), em que uma lógica geral media as práticas sociais em todos os espaços, enquanto temos o estilhaçamento das cidades em fragmentos que se comunicam cada vez menos.

3.1. Convivendo com os Outros nas cidades: diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial

Souza (2007) observa que a Geografia tem, ao longo do processo de evolução do pensamento geográfico, tratado do tema da diferenciação de distintas maneiras. Inicialmente, era privilegiada na tradição geográfica clássica a diferenciação de áreas – perspectiva que objetivava a busca pelas singularidades de cada conjunto espacial. Com a Geografia Quantitativa, desenvolvida no decorrer da década de 1960, o foco das análises foi alterado, deixando de estar centrado nas especificidades, para buscar as regularidades espaciais, passando a se trabalhar com a diferenciação espacial. A partir da “virada crítica” iniciada nos anos de 1970, começa a ganhar destaque na Geografia a diferenciação socioespacial, na tentativa de reconhecer a indissociabilidade dos processos sociais e espaciais (SOUZA, 2007).

Carlos (2007, p. 46) também trata deste aspecto ao afirmar que o termo diferenciação ganha uma nova “qualidade” ao ser adjetivado com a expressão socioespacial, visto que a dimensão social é reconhecida como indispensável para o entendimento dos processos espaciais. Deste modo, adotamos a diferenciação socioespacial como ponto de partida de

nossa análise, posto que nossos objetivos relacionam-se ao entendimento das relações e contradições existentes entre sociedade e espaço. Entendemos que a diferenciação espacial é produto das diferenças definidas no plano social, assim como as diferenças espaciais produzem e reforçam diferenciações no âmbito da sociedade, visto que as diferentes possibilidades de apropriação dos espaços influenciam na definição das práticas e das representações sociais.

A diferenciação socioespacial é um processo que, conforme Sposito (2011), caracteriza as cidades desde os primórdios da urbanização, posto que não existem cidades sem divisão social e territorial do trabalho. Inicialmente, a divisão do trabalho mais marcante era a existente entre cidade e campo, que foi se complexificando com o aumento da divisão social e territorial do trabalho no interior das próprias cidades e entre elas, o que ampliou a produção de espaços sob a lógica da diferenciação.

Este processo foi intensificado também, a partir de outras mudanças ocorridas na sociedade. Carlos (2007, p. 47) afirma que a noção de “desenvolvimento geograficamente desigual” trabalhada por Soja (1993) e Harvey (2004a, 2004b, 2004c) é, juntamente com a divisão do trabalho, o centro explicativo para as diferenciações socioespaciais.

Neste sentido, Soja (1993) defende que há uma homologia espacial que corresponde às relações de classe tradicionalmente definidas e, em consequência, às contingências do conflito de classes e da transformação estrutural. Segundo o autor, podemos verificar esta homologia na divisão regionalizada do espaço organizado em centros dominantes e periferias subordinadas, em relações espaciais de produção socialmente criadas e polarizadas, no âmbito do desenvolvimento geograficamente desigual. Sendo assim, reafirmamos que a configuração espacial guarda relações intrínsecas com a estrutura social: “os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das

mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis” (SOJA, 1993, p. 99).

Por ser um resultado inevitável, necessário e integrante das ações humanas (CORRÊA, 2007), a diferenciação socioespacial ocorre nas diferentes escalas geográficas em que se justapõem as práticas que pautam a reprodução da sociedade e a produção do espaço. Neste sentido, Sposito (2011) ressalta a importância da articulação de escalas para o entendimento das dinâmicas que revelam e redefinem a diferenciação socioespacial, tratando esse processo a partir da escala das redes urbanas e da escala das cidades. Estas escalas são privilegiadas também por Corrêa (2007), que reconhece que a diferenciação socioespacial manifesta-se de modo distinto em cada uma delas, apesar da complementaridade dos processos que ocorrem nestas escalas.

No âmbito da rede urbana, a diferenciação socioespacial manifesta-se na diferenciação funcional dos centros urbanos e em termos do tamanho das cidades que integram as redes. Em relação à diferenciação socioespacial expressa na escala das cidades, temos as diferenças decorrentes da divisão econômica e social do espaço – que é traduzida por um “complexo mosaico de áreas sociais, identificadas a partir da combinação de atributos indicadores de status sócio-econômico, infra-estrutura, características familiares, migrações e, onde for o caso, etnia, língua e religião” (CORRÊA, 2007, p. 66).

A diferenciação socioespacial é decorrente da ação e do interesse de diferentes agentes – econômicos, sociais, culturais, políticos – e por isso, pode ser considerada a partir de múltiplos planos analíticos. Quando tratamos da produção da diferenciação socioespacial nas cidades, por exemplo, podemos considerar as ações dos promotores imobiliários, dos proprietários fundiários, do Estado e dos segmentos populares que, em conjunto, produzem os diferentes espaços urbanos e definem os modos diferenciados de suas apropriações.

O conteúdo da diferença, intrínseco à sociedade – posto que apesar dos elementos que nos são comuns, somos todos, de alguma

forma, diferentes – tem rebatimentos na composição dos espaços, que revelam estas diferenças em sua produção, apropriação e apreensão. Neste sentido, o processo de diferenciação socioespacial, em si, não pode ser entendido como negativo, pois está pautado nas diferenças, que a princípio devem ser valorizadas e respeitadas.

A convivência entre as diferenças traz possibilidades de ampliação dos valores que definem a vida em sociedade, mas exigem constantes confrontações, debates e negociações. O que temos observado, por meio das leituras, dos trabalhos de campo e das entrevistas realizadas, é que a tendência da negação do convívio entre as diferenças – sociais, culturais, espaciais – tem se acirrado, fazendo com que as experiências socioespaciais urbanas sejam mais restritas. Sob este ponto de vista, a diferenciação não é tida como positiva, sendo utilizada como justificativa para a evitação dos contatos.

É necessário analisarmos assim, porque nas cidades contemporâneas a diferenciação – produto inerente da vida em sociedade e, em si, positiva – passa a ser carregada de um conteúdo de negatividade, tendo que ser evitada. Um primeiro aspecto que nos ajuda a refletir sobre a diferenciação enquanto negatividade (CARLOS, 2007), é o fato de que, em muitas situações, as diferenças são produzidas a partir de *desigualdades*.

Num contexto em que o processo de urbanização está intimamente ligado à reprodução ampliada do capital, a permanente produção das desigualdades socioespaciais torna-se uma condição de sua existência (RODRIGUES, 2007). A produção e o reconhecimento da diferenciação socioespacial são pautados assim, nas condições desiguais que os diferentes segmentos sociais possuem para realizarem suas atividades cotidianas.

Segundo Rodrigues (2007), a “oposição” entre áreas ricas e áreas pobres é visível nas cidades até para os olhares mais desatentos, mas, devemos ir além destas diferenças aparentes e buscar a compreensão das causas, conteúdos e conflitos que perpassam a produção e o consumo do e no espaço a partir das desigualdades que, apesar de não

ser um conteúdo novo e exclusivo da contemporaneidade, acentua-se com o “sucesso” do modo de produção capitalista.

Baseados em Lummis (1999), podemos observar que há ligações estreitas entre a valorização da homogeneidade e a produção crescente de desigualdades no contexto desenvolvimentista ancorado no modo de produção capitalista. Primeiramente, a homogeneização colocada como meta, na perspectiva da igualdade de oportunidades centrada no desenvolvimento econômico, reside no pressuposto de que para que se alcance o desenvolvimento, todos devem estar jogando o mesmo jogo, tendo que, para isto, ser transformados em jogadores, no caso, consumidores.

Isto é feito a partir do recrutamento de povos e culturas para o sistema econômico mundial a partir de processos de desenraizamento em que todas as multiplicidades e singularidades culturais produzidas ao longo do desenvolvimento histórico tenham que ser submetidas a um padrão valorativo único, sendo que aqueles que não se adequarem a esse padrão serão refugados (LUMMIS, 1999, p. 107).

Estas reflexões nos ajudam a entender também os processos na escala das cidades. Este padrão valorativo que deve ser compartilhado por todos para que possa haver o desenvolvimento econômico é baseado essencialmente no consumo, então, as pessoas passam a se definir e a definir as outras a partir de suas possibilidades de consumir, que se tornam o cerne dos processos de identificação/diferenciação nas cidades.

A homogeneização nos contatos buscada nos espaços urbanos associa-se contraditoriamente com a homogeneização, no plano ideológico, da participação das pessoas na sociedade de consumo e à incapacidade efetiva de que todos consumam nos mesmos níveis. Todos desejam consumir, no entanto, para que alguns possam consumir mais – e se diferenciar a partir deste consumo – outros precisam necessariamente consumir menos.

Deste modo, a homogeneização dos valores capitalistas é acompanhada indissociavelmente de diferenciações socioespaciais, que

levam à produção das representações do “Eu” e dos “Outros” e dos “meus espaços” e os “espaços deles” que se baseiam, inicialmente, nas possibilidades diferenciadas e desiguais dos distintos segmentos sociais em ter acesso, via mercado, aos espaços e serviços necessários à reprodução cotidiana da vida. Estas representações fundamentam práticas socioespaciais que reconhecem a diferenciação como um aspecto negativo, reforçando a produção das diferenças pautadas nas desigualdades.

Diante do conjunto de elementos identificadores e diferenciadores que vão sendo produzidos ao longo da realização das práticas socioespaciais, são selecionados aqueles que pautarão as representações e experiências urbanas. Isto porque, de acordo com Bauman (2001), as semelhanças e as diferenças reconhecidas hegemonicamente nunca estão colocadas *a priori*, são produzidas num processo de escolha, em que são decididos quais os aspectos são mais relevantes e aqueles que devem ser desconsiderados no ato de identificação/diferenciação.

Desta forma, nunca temos diferenças, nem semelhanças, absolutas – nunca se é inteiramente igual, nem inteiramente diferente. É um processo de escolha social que vai resultar nas definições dominantes de quais são as diferenças e as semelhanças que devem ser consideradas, em meio a muitas outras que são ignoradas.

Juntamente com a diferenciação socioespacial produzida a partir das desigualdades, ressalta a importância de outro elemento correlato que também atua na transformação da diferenciação em um aspecto negativo: a insegurança urbana. Diante da preocupação crescente com a busca por segurança no cotidiano urbano, estigmatizações – sociais e espaciais – são reativadas e aprofundadas na identificação dos espaços mais seguros ou inseguros e dos segmentos sociais com os quais os contatos são mais ou menos perigosos.

A representação dos segmentos mais pobres como os mais violentos e dos bairros onde eles residem como os mais inseguros, ou ainda, a identificação dos imigrantes nordestinos ou das famílias de

presos (também associados com situações de pobreza), como elementos explicativos para o aumento da violência, conforme tratado nos capítulos anteriores, revelam que as diferenciações socioespaciais associadas às desigualdades são geradoras de inseguranças que refletem na produção, na apropriação e nos imaginários acerca das cidades, agindo na construção de novas diferenciações socioespaciais, pautadas também, em situações de desigualdade.

Sobre este aspecto, Bauman (2001, p. 207) observa que, frente aos riscos percebidos, o impulso de retirar-se da complexidade (cidade aberta insegura) para o abrigo da uniformidade (espaços fechados, de acesso controlado e com vigilância constante) é universal, mas existem diferenças nos modos de agir a partir deste impulso – diferenças ligadas aos meios e recursos que os agentes dispõem.

Enquanto os segmentos de alto poder aquisitivo podem lançar mão de diferentes equipamentos e serviços de segurança privada e possuem maior capacidade de selecionar espaços privados/fechados para a realização de suas atividades cotidianas, os segmentos de menor poder aquisitivo têm que estabelecer estratégias defensivas que muitas vezes não passam pelo mercado e são mais restritas, se comparadas com as possibilidades oferecidas aos setores mais ricos.

Tal possibilidade desigual de acesso aos dispositivos e serviços de segurança ganha importância se consideramos dois aspectos: a) o fato de que os cidadãos pobres convivem mais diretamente com a violência em seus bairros, sendo as principais vítimas de determinadas ocorrências com desfechos mais violentos, e b) o posicionamento contemporâneo do Estado em relação às políticas de segurança pública, que deixa as ações de prevenção para o âmbito do mercado, ficando responsável pela atuação na repressão e punição – principalmente destes cidadãos pobres, que já convivem com a proximidade da violência (não oficial) em suas experiências cotidianas. Com a chance de serem duplamente vitimizados – pelas ações dos criminosos e pelos agentes estatais – os segmentos pobres são os que possuem menos capacidade de se defenderem individualmente, além de serem

estigmatizados e rejeitados como os causadores indiscutíveis da violência, aspectos que influenciam diretamente na definição de suas práticas e representações.

Podemos afirmar então, que as inseguranças urbanas – associadas concreta e simbolicamente com as diferenciações socioespaciais – alimentam a produção de novas diferenciações que se manifestam, tanto material quanto subjetivamente, na estrutura social e espacial das cidades. No âmbito concreto, observamos que ao conjunto de desigualdades vivenciadas pelos segmentos mais pobres (renda, habitação, acesso à redes de esgoto, asfaltamento, qualidade dos serviços de saúde e educação, entre muitos outros aspectos) é agregado um novo elemento: a capacidade diferencial e desigual de conseguir fazer frente à percepção de insegurança, seja ela pautada em riscos concretos ou em construções simbólicas, por meio da utilização de equipamentos e serviços de segurança privada e também da seleção de espaços fechados e/ou de acesso controlado para a realização de suas práticas socioespaciais. Esta diferenciação é visível no tecido urbano e se justapõe às outras condições diferenciadas e desiguais de apropriação dos espaços urbanos.

Não menos importante é a diferenciação produzida no âmbito subjetivo. Ao longo do processo histórico de desenvolvimento da sociedade e de acordo com cada contexto socioespacial, foram sendo escolhidos bodes expiatórios para levar a culpa e explicar a violência, ratificando as ações de controle social sobre determinados segmentos. Como já foi observado, a criminalização da pobreza é um dos conteúdos mais fortes e permanentes construídos para focalizar o problema da violência e este aspecto ganha novo impulso quando aumenta a percepção de que as cidades estão cada vez mais violentas e inseguras.

Além de viverem em situações mais desfavoráveis concretamente, os segmentos de menor poder aquisitivo são considerados como perigosos e seus espaços identificados como os mais violentos. Estas representações ajudam a reforçar a fragmentação socioespacial a partir de práticas que privilegiam a separação dos espaços de realização da

vida e a restrição dos contatos entre os diferentes segmentos sociais embora, nas relações de trabalho, por exemplo, tais contatos continuem.

As diferenciações são reconhecidas também, no sentido inverso: os espaços em que residem os mais ricos são representados como mais seguros, diante da maior utilização de dispositivos de segurança. Esta identificação das diferenças nas possibilidades de uso faz com que tanto os espaços fechados quanto os equipamentos de segurança sejam associados com *status* e demarcação socioespacial, sendo utilizados no reconhecimento e no reforço das distâncias entre os diferentes segmentos sociais e seus respectivos espaços. O que temos, portanto, além da diferenciação e das desigualdades socioespaciais, é a hierarquização e a segmentação das cidades, com a diminuição dos espaços de coexistência, que propiciam a sociabilidade entre os diferentes.

A estigmatização dos setores pobres da sociedade é expressão de uma violência simbólica que reproduz e consolida as relações de poder e as desigualdades existentes na estrutura social. Saravi (2008) observa ainda que, na maioria das vezes, os grupos discriminados têm consciência dos estigmas associados a eles, o que leva à necessidade de complexificar nossas análises para além da constatação da existência da estigmatização, buscando entender como estes setores reconhecem e vivenciam estas representações, bem como representam os demais espaços da cidade e seus habitantes.

Em convergência com o pensamento do autor, consideramos que compreender como os diferentes segmentos sociais representam a si e a seus espaços e também, como reconhecem os demais segmentos sociais e seus espaços respectivos, é fundamental para o entendimento das relações de sociabilidade e das práticas cotidianas que caracterizam as cidades contemporâneas e dos processos de produção e apropriação cada vez mais fragmentada de seus espaços, como demonstramos nas seções seguintes.

Outra observação importante é o fato de que a diferenciação socioespacial – material e subjetiva – é mais complexa do que a simples oposição entre segmentos pobres e ricos, como temos afirmado. Por um lado, existem tentativas de diferenciação e de afastamento socioespacial dentro dos próprios segmentos de menor renda, seja na identificação de que os Outros pobres é que são violentos ou no entendimento de que os espaços dos Outros pobres são mais perigosos, posturas expressas, por exemplo, no desejo de consumir equipamentos, serviços e espaços que, em nome da garantia de uma maior segurança, estabelecem fronteiras que separam os integrantes de seu próprio segmento social.

Por outro, apesar dos segmentos mais ricos buscarem em diversas situações a proximidade com seus “iguais”, como nos loteamentos fechados, *shopping centers* e nos clubes privados, sua identificação social associa-se mais à tentativa de separação, material e simbólica, dos segmentos menos privilegiados, do que ao desejo da formação de grupos coesos de sociabilidade, como tratado em trabalho anterior (OLIVEIRA, 2009).

Observamos também a preocupação entre os segmentos de maior renda com o aumento da dificuldade de identificar com precisão os possíveis criminosos, a partir de características pré-estabelecidas, como a aparência – embora a criminalização dos pobres continue a ser determinante. Selecionamos um trecho do depoimento de José que revela sua indignação ao relatar que atualmente não podemos confiar nem em pessoas que aparentemente sejam ricas, pois existem pessoas que se passam por ricas e se “infiltram” no meio deles para ganhar sua confiança e depois roubá-los ou aplicar golpes.

Se a gente for pensar bem, a gente não confia em ninguém. Porque a gente não tem como saber se as pessoas são quem elas dizem que são. Por exemplo, não é porque o cara tem um carrão, anda de terno, é bem apessoado, que você pode ir confiando nele. Ele pode estar mentindo a identidade dele, estar infiltrado, pra te ganhar na conversa e depois te passar a perna. Então, a gente acaba tendo que suspeitar de todo mundo (José, 65 anos, aposentado, Araçatuba).

É interessante que este entrevistado não questiona o fato de que os ricos possam também ser perigosos e sim, que os pobres podem utilizar elementos, como roupas caras e carros de luxo, ou seja, o que se constata é o poder dos estereótipos. Frente a sua confrontação, só resta aos cidadãos, *não confiar em ninguém*. Além de questionar a falta de coesão entre os diferentes grupos sociais, devemos problematizar e qualificar a coesão existente no interior dos próprios segmentos sociais, para um melhor entendimento do processo de diferenciação socioespacial nas cidades contemporâneas, como faremos ao tratar dos enclaves socioespaciais.

Consideramos assim, que as cidades contemporâneas, produzidas no âmbito do modelo social, econômico e político pautado no modo de produção capitalista e no neoliberalismo, têm como característica intrínseca as desigualdades que são transformadas em diferenciações socioespaciais de cunho negativo, que se expressam tanto materialmente, nas condições diferenciadas e desiguais de realização da vida cotidiana, quanto subjetivamente nas representações que baseiam os processos de identificação/diferenciação/estigmatização entre os segmentos sociais e no interior deles, pautando práticas socioespaciais cada vez mais marcadas pela negação do convívio entre os diferentes. A insegurança urbana acrescenta um novo conteúdo a este processo de diferenciação socioespacial, visto que fomenta suspeitas e ações de evitamento de determinados espaços e relações de sociabilidade.

Mas, apesar da ligação existente entre diferenças e desigualdades, um processo não se resume ao outro. Como observa Sposito (2011), as diferenças vão além das desigualdades fazendo com que tenhamos que adotar critérios e parâmetros para compreendê-las que levem em consideração este aspecto. Isto porque as diferenças podem ser positivas, enquanto as desigualdades sempre ampliam as distâncias sociais e espaciais: “a diferença possibilita o diálogo e a contradição como motor de transformações, enquanto a desigualdade, quando acentuada, pode ampliar o conflito, a indiferença, a segregação e a fragmentação” (SPOSITO, 2011, p. 133).

Como temos argumentado, uma das características mais marcantes das cidades contemporâneas diz respeito à ampliação da segmentação socioespacial que baseia a apropriação dos diferentes espaços urbanos. A segregação socioespacial é um processo que pode ser considerado ao mesmo tempo como produtor e produto da diferenciação socioespacial. O conteúdo das diferenças é utilizado como fator de estímulo para as separações dos diferentes segmentos sociais pelos espaços urbanos, configurando o processo de segregação socioespacial. Sobre este processo, Sposito (1996) apresenta duas definições, uma mais restrita e uma mais ampla, que nos ajudam a compreendê-lo. Segundo a autora, o termo segregar faz referência à ação voluntária de separar e marginalizar, sendo aplicado assim, em sentido mais restrito. Segregar pode referir-se também, num sentido mais amplo, ao afastamento e ao isolamento que, no nível espacial, expressam um processo de diferenciação, ou ainda, de acentuação da divisão social do espaço, sem que tenha havido, necessariamente, a intenção de marginalizar e excluir.

Tendo sido intencional ou involuntário, o processo de segregação se caracteriza pela separação dos diferentes segmentos sociais pelos espaços das cidades, o que confere homogeneidade interna, mesmo que sem exclusividade, às distintas parcelas urbanas. Os parâmetros utilizados para pautar estas separações podem ser tanto de cunho socioeconômico, étnico e cultural, por exemplo, sendo que em muitos casos, estas dimensões se superpõem.

Entendemos, apoiados em Saraví (2008), que um dos eixos mais críticos e importantes da diferenciação na sociedade contemporânea é a que se baseia nas condições socioeconômicas, que no Brasil, considerando seu passado escravista, não está totalmente dissociado do conteúdo étnico. Diante das muitas possibilidades de diferenciação que poderíamos ter refletidas no espaço, os aspectos socioeconômicos têm prevalência, devido à sua centralidade na definição da estrutura social, que é reproduzida no espaço, fazendo com que a segregação socioespacial predominante reflita este tipo de diferenciação e a reforce.

A relação entre diferenciação e segregação é tratada por Sposito (1996, p. 74), que afirma que o processo de segregação socioespacial resulta da diferenciação levada ao extremo, que faz com que haja o rompimento das comunicações entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos e do diálogo entre as diferenças, levando à fragmentação das cidades. Neste sentido, a autora (1996) enfatiza, baseando-se em Lefebvre, que a segregação é, ao mesmo tempo, produto das diferenças e sua negação, visto que a diferenciação pressupõe relações percebidas e concebidas, enquanto a segregação as rompe e as nega.

O conceito de segregação foi inicialmente cunhado pelos autores da Escola de Chicago, que entendiam este processo como um resultado natural da competição entre os indivíduos pelos diferentes espaços das cidades para estabelecerem suas moradias. Conforme Guirriec (2008), nesta abordagem, a cidade funcionaria como um mecanismo de triagem e filtragem que seleciona, no conjunto da população urbana, os indivíduos mais aptos para compartilharem os melhores espaços, conseqüentemente, separando-os daqueles com capacidades menores de residirem neles. Temos a compreensão de que a diferenciação e a segregação residencial decorrem do agrupamento natural de pessoas que apresentam características parecidas, nas mesmas áreas das cidades.

No entanto, a separação dos locais de moradia dos diferentes grupos sociais pelos espaços urbanos não tem nada de natural. É resultado de desigualdades sociais historicamente construídas. Sposito (1996) enfatiza que, na medida em que temos processos de diferenciação e/ou discriminação social, é possível verificar a produção de arranjos espaciais que expressam territorialmente estas diferenciações e discriminações. Nos termos de Corrêa (2005), a homogeneidade entre as áreas de residência dos diferentes segmentos sociais e as disparidades entre elas resultam das diversas soluções que estes segmentos e suas frações encontram para resolver seus problemas de como e onde morar, a partir de suas condições socioeconômicas.

Considerando assim, que as fraturas sociais são reproduzidas no espaço, que por sua vez também atua na produção ou acentuação delas, a segregação deve ser entendida como um processo pautado na indissociabilidade das dinâmicas sociais e espaciais, sendo melhor adjetivada, assim, com a expressão *socioespacial*.

Um aspecto importante acerca da segregação socioespacial é seu caráter relacional. Mas não uma condição relacional qualquer, nem uma relação entre iguais. Como defende Saraví (2008, p. 96, tradução livre), a segregação é um processo associado de distintas formas com a diferenciação, a desigualdade e a exclusão, que se realizam sempre a partir da relação entre o “nós” e os “outros”: “outros diferentes, outros com menos oportunidades, outros integrados ou excluídos ou outros sobre os quais se superpõem mais de uma destas condições”.

A segregação socioespacial é relacional porque as ações de um segmento social refletem nas ações dos outros grupos, revelando a interdependência entre as práticas dos diferentes segmentos sociais que compõem as cidades. Um espaço e seus moradores são sempre segregados a partir de, e em relação a, outros espaços e seus grupos sociais correspondentes. Desta maneira, se um conjunto de indivíduos decide viver entre seus iguais está, ao mesmo tempo, se segregando – por criar homogeneidade interna a seus espaços – e segregando os segmentos de menor poder aquisitivo, que não possuem condições de habitar nestes espaços.

Temos que considerar assim, diante dos diferentes interesses postos em conflito na produção e na apropriação das cidades e da possibilidade diferencial e desigual dos diversos agentes em defenderem suas posições, o caráter voluntário e o imposto do processo de segregação socioespacial. Sobre este aspecto, Corrêa (2005, p. 64) enfatiza o papel das classes dominantes ou de suas frações, atuando indiretamente por meio do Estado, na produção da segregação socioespacial, ressaltando sua importância no controle do mercado de terras e das incorporações imobiliárias, direcionando seletivamente a localização dos demais grupos sociais no espaço urbano, o que nos

permite falar em auto-segregação – dos segmentos de maior poder aquisitivo – e segregação imposta – dos grupos sociais com menores possibilidades de escolha.

A auto-segregação e a segregação imposta são processos intimamente interligados: enquanto os segmentos de maior poder aquisitivo – com maior poder de seletividade espacial – ao escolherem residir em espaços homogêneos, entre seus “iguais”, geram a segregação de seus espaços, produzem a segregação dos demais segmentos sociais que não têm acesso a estes espaços destinados aos setores dominantes. O processo de segregação socioespacial realiza-se tanto em espaços em que a homogeneidade se dá a partir dos altos rendimentos, quanto naqueles onde as condições socioeconômicas desfavoráveis é que são semelhantes.

Deste conteúdo de homogeneidade intrínseco ao processo de segregação socioespacial, decorrem outros dois aspectos correlatos que buscaremos privilegiar em nossas análises: a) a dimensão da distribuição de poder entre os segmentos sociais numa cidade segregada e b) a dimensão simbólica da segregação socioespacial.

Sobre o primeiro aspecto, citamos Ribeiro (2003), que afirma que o processo de segregação exerce determinações no empoderamento ou des-empoderamento dos grupos sociais, em razão de sua localização no espaço urbano. O autor (2003, p. 84) ressalta que a estrutura urbana revela e reproduz as desigualdades relativas à distribuição do poder social na sociedade, entendido como as possibilidades diferenciadas dos segmentos sociais para disputar os recursos urbanos.

A concentração e a homogeneidade socioespacial relacionada aos segmentos pobres, que em alguns períodos históricos serviu como mecanismo de integração social e como elemento aglutinador de identidades coletivas – por exemplo, nos bairros operários da Inglaterra no início da industrialização – atualmente, passam a exercer o papel inverso: constituem locais de isolamento, abandono e destituição das condições necessárias para a inserção nas posições privilegiadas da

estrutura produtiva e da capacidade de seus moradores de constituírem comunidades de interesses, como ressalta Ribeiro (2003).

Ao reproduzir as desigualdades socioespaciais, o processo de segregação atua na tendência da perpetuação das condições sociais desfavoráveis, visto que a cidade fica dividida em áreas cujos moradores possuem capacidades desiguais de exercer seu poder – social, econômico, político e simbólico – sobre o conjunto de espaços que conformam as cidades, mesmo que consideremos que eles não são totalmente destituídos de poderes, entendidos nos termos de Foucault (2010, 2011).

Outro conteúdo importante no entendimento da segregação socioespacial é sua dimensão simbólica que, segundo Saraví (2008), é referente ao processo de construção social por meio do qual se produzem, atribuem e aceitam intersubjetivamente certos sentidos sobre a sociedade e seus espaços. Neste contexto se inserem, por exemplo, as estigmatizações, relativas aos bairros e segmentos pobres, ou valorizações, dos bairros e dos segmentos de alto poder aquisitivo, e a influência que estas construções simbólicas possuem no cotidiano urbano. Deste modo, temos que considerar que a segregação socioespacial, além de representar limitações na apropriação material das cidades, atua na produção de significações sociais de qualificação ou desqualificação de espaços e de seus moradores que influenciam diretamente nas experiências urbanas de cada grupo social.

A segregação socioespacial não resulta, apenas, em cidades diferenciadas. Ao aprofundar as diferenciações colocadas no plano socioeconômico, a segregação produz a hierarquização material e subjetiva dos diferentes espaços das cidades. Hierarquização que tende a se perpetuar, diante das desigualdades da distribuição de poder entre os diferentes segmentos sociais que disputam os espaços das cidades.

Esta separação e hierarquização socioespacial têm rebatimentos diretos na sociabilidade urbana que, como define Saraví (2008), se refere à relação e interação entre os diferentes segmentos sociais nas cidades. Para este autor, a contemporaneidade é marcada pela

ampliação de processos de fragmentação identitária, de debilitação de antigas categorias aglutinadoras, de individualização dos riscos e das oportunidades e de abandono de setores ancorados na acumulação de desvantagens. Desta forma, uma pergunta que devemos nos fazer é como compreender a sociabilidade urbana num contexto em que os diferentes, os desiguais e os excluídos se multiplicam e estão cada vez mais próximos, como observa Saraví (2008).

As formas pelas quais a segregação socioespacial se expressa nos espaços urbanos, bem como suas decorrências na sociabilidade e nos imaginários urbanos, foram se alterando ao longo do processo de urbanização. Para a cidade de São Paulo, Caldeira (2000) identifica três padrões de segregação. O primeiro deles, que predominou do final do século XIX até 1940, era caracterizado pela concentração dos diferentes grupos sociais em uma área urbana pequena, onde a segregação era realizada a partir dos diferentes tipos de moradias.

O segundo padrão de segregação apresentado pela autora foi o centro-periferia, predominante dos anos 1940 a 1980, que consistia na separação dos grupos sociais pelas grandes distâncias existentes entre as áreas centrais, onde residiam os segmentos de alto e médio padrão, e as periferias, que eram habitadas pelos segmentos mais pobres.

A partir dos anos de 1980, começou a sobreposição de um terceiro padrão de segregação ao de centro-periferia, caracterizado pela possibilidade de proximidade espacial entre os diferentes grupos sociais que, no entanto, são separados por muros e tecnologias de segurança, que reforçam a tendência de que estes diferentes segmentos sociais não interajam ou circulem nos mesmos espaços (CALDEIRA, 2000).

A autora (2000, p. 255) observa ainda que, no contexto do aumento do medo do crime e da preocupação com a decadência social, os moradores das cidades não demonstram tolerância em relação a pessoas de segmentos sociais diferentes do seu, nem interesse em encontrar soluções comuns para os problemas urbanos. Pelo contrário, desenvolvem soluções cada vez mais sofisticadas para o distanciamento e a divisão social, como os enclaves fortificados (prédios de

apartamentos, loteamentos fechados, conjuntos de escritórios, *shopping centers*) que “constituem o cerne da nova maneira de organizar a segregação, a discriminação social e a reestruturação econômica em São Paulo”.

A produção de distintos tipos de enclaves socioespaciais, o fechamento – a partir de barreiras materiais ou simbólicas – ou o controle do acesso a parcelas das cidades e a diminuição das experiências urbanas nos espaços marcados pela alteridade revelam que o entendimento dos processos urbanos na atualidade deve considerar a tendência da fragmentação presente tanto no plano material e das práticas urbanas, quanto nas representações dos diferentes segmentos sociais.

Neste sentido, Sobarzo e Sposito (2003, p. 41) afirmam que o processo de segregação socioespacial, ao produzir novas formas de *hábitat* urbano, representativas da intenção de separação dos segmentos de maior poder aquisitivo, gera a fragmentação urbana, expressa objetivamente pela cisão do tecido urbano e subjetivamente pelas dificuldades na construção de uma representação social de cidade como unidade, diante da interdição da circulação e da apropriação de certos espaços por parcelas de seus habitantes.

Para Salgueiro (1997), este processo é a tradução do aumento intenso da diferenciação e das rupturas entre os vários grupos sociais, organizações e territórios, resultando em cidades marcadas pela existência de enclaves distintos, sem continuidade com a estrutura socioespacial que os cerca.

Antes de seguirmos com a discussão sobre fragmentação socioespacial urbana, cabe retomar a polissemia contida na utilização do termo fragmentação a que já fizemos referência. Sobre este aspecto, Schapira (2001) arrola alguns usos da noção de fragmentação na análise das cidades latinoamericanas, a partir da consideração de diferentes artigos sobre o tema, e identifica cinco acepções predominantes: a) a noção de fragmentação para analisar os processos que fizeram “estalar” a unidade das cidades, b) a fragmentação

institucional da gestão das questões metropolitanas, c) a ideia de fragmentação para enfatizar as novas lógicas que presidem a gestão de serviços privatizados, d) a utilização da noção de fragmentação para designar a criação de territórios *ad hoc* para a destinação de políticas sociais dedicadas às populações mais pobres, como por exemplo, as ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social e e) o uso da noção de fragmentação para considerar a configuração urbana marcada pela proximidade física entre ricos e pobres em espaços hermeticamente fechados. Sobre este último contexto, a autora conclui que a materialização cada vez mais visível dos processos de separação e distanciamento social mediante a utilização de fronteiras privadas, como muros e cercas, tem contribuído para a banalização do termo.

Como afirma Domínguez (2007), a fragmentação, considerada em seu conteúdo social, político e físico, é atualmente um dos termos da moda, embora não possamos considerar que seu uso seja, essencialmente, novo. Segundo o autor, os primeiros estudos sobre a fragmentação datam dos anos de 1960, mas a partir do início do século XXI este processo veio adquirindo outros significados e conteúdos que condicionam novas configurações urbanas e que assim, nos colocam novas questões.

Ainda sobre o emprego da noção de fragmentação, Schapira (2001, p. 66) chama a atenção para o fato de que convém utilizar o termo com certa distância crítica e tomar cuidado com as projeções muito simplistas, tanto do ponto de vista social, quanto espacial nas quais podemos incorrer. Segundo a autora, a importância da noção de fragmentação, apesar de sua polissemia, é que ela evidencia a complexidade das mudanças que vem ocorrendo nas cidades latinoamericanas, ancorando a ideia de que uma “sociedade em arquipélago” produz entrelaçamentos de diferentes espaços e outorga uma visibilidade maior às diferenças, que põem em risco as formas de urbanização passadas, baseadas na prevalência dos espaços públicos.

De acordo com Salgueiro (1997), a cidade fragmentada apresenta quatro características que consideramos importantes e que orientarão

nossas reflexões sobre este processo: a) a existência de enclaves, representados por espaços que apresentam um caráter pontual em sua implantação, introduzindo uma diferença brusca em relação ao tecido que os cerca, configurando rupturas entre os tecidos justapostos; b) a tendência para a estruturação das cidades a partir da policentralidade e da organização reticulada; c) a tendência para a mistura de usos nos diferentes espaços das cidades e d) o aparente padrão aleatório dos novos acontecimentos urbanos, que podem ser produzidos tanto no centro quanto na periferia, fruto dos jogos do mercado imobiliário.

Considerando que a fragmentação pode ocorrer em diferentes âmbitos – social, espacial, institucional, político – e que estes âmbitos estão vinculados uns aos outros, privilegiaremos em nossas reflexões acerca da fragmentação socioespacial três planos analíticos complementares, como já ressaltamos: a) as rupturas nos tecidos urbanos, b) a fragmentação a partir da segmentação das práticas urbanas e c) as cisões produzidas no âmbito dos imaginários urbanos.

Partimos da hipótese de que nas cidades estudadas está em curso a consolidação do processo de fragmentação socioespacial, que pode ser verificado no plano dos tecidos urbanos por meio da identificação dos enclaves socioespaciais – como os loteamentos fechados e os *shopping centers*, no que se refere aos enclaves elitizados, e os bairros periféricos estigmatizados, em relação aos enclaves produzidos a partir da pobreza, por exemplo. No que se refere às práticas urbanas, nossas análises constata a segmentação socioespacial da realização das atividades cotidianas dos diferentes segmentos que compõem as cidades, observando a diminuição das experiências urbanas nos espaços que privilegiam a alteridade. No que se refere aos imaginários urbanos, reconhecemos as cisões nas representações dos diferentes cidadãos, que polarizam as identidades a partir da construção do Eu e dos Outros e dos meus espaços e dos espaços deles, que influenciam diretamente nas práticas urbanas, dificultando a representação da cidade enquanto unidade passível de ser apropriada igualmente por todos os segmentos sociais. Estes aspectos ressaltados serão analisados considerando-se o

papel das inseguranças urbanas na justificação das práticas que caracterizam a fragmentação socioespacial, na busca de revelar as especificidades e encobrimentos que este conteúdo agrega nas experiências urbanas.

Enfatizamos que a fragmentação socioespacial não se configura apenas pelas práticas dos setores de mais alta renda, tendo se tornado um padrão generalizado na produção, apropriação e apreensão das cidades. Segundo Bellet (2007), se há alguns anos se falava da secessão dos ricos, portanto de poucas pessoas, atualmente a possibilidade de viver à “margem” da cidade e de seus serviços públicos tem se multiplicado e generalizado. O impulso para a fragmentação socioespacial das cidades ganha força, a partir das estratégias espaciais não só da elite, mas também de segmentos médios, que têm mais possibilidades de realizarem suas atividades em espaços privados.

Se considerarmos que as elites e os segmentos médios passam a se apropriar preferencialmente dos espaços privados e buscam a satisfação de suas necessidades também nesse âmbito, concluímos que os segmentos mais pobres, por seu menor poder de seletividade socioespacial, acabam tendo que ficar com a utilização, praticamente exclusiva, dos espaços e serviços públicos.

Tal retirada dos segmentos de maior renda dos espaços públicos, ao mesmo tempo em que contribui para sua degradação, alimenta o processo de fragmentação, ao negar a heterogeneidade da apropriação, que era uma característica tradicionalmente associada a estes espaços. Este fato implica na ampliação do nosso entendimento acerca dos enclaves urbanos.

De acordo com Capron (2006), os enclaves podem ter diferentes conteúdos – sociais, políticos, religiosos, modos de pensar etc. – e se caracterizam pelo isolamento e pela diferenciação, que muitas vezes se expressam espacialmente pelo fechamento – físico ou simbólico –, que gera distâncias intransponíveis. A autora nos chama a atenção para o fato de que não devemos considerar apenas a existência de enclaves produzidos e apropriados pelos segmentos mais ricos, visto que existem

limites físicos e sociais bem delineados em outros espaços (como os conjuntos habitacionais populares), que mesmo abertos, possuem fronteiras e descontinuidades, ainda que elas não sejam visíveis a olho nu, que contribuem para o isolamento e distanciamento de seus habitantes.

A autora (2006) ressalta ainda, que focar apenas os enclaves securitizados, destinados aos segmentos de maior poder aquisitivo, pode nos fazer enxergar a realidade a partir de lentes deformantes, que não nos permitem ir além da oposição entre bairros de pobres e secessão dos ricos. É neste sentido que afirmamos que a fragmentação não pode ser reconhecida apenas pela identificação dos enclaves destinados aos segmentos mais ricos.

Os bairros pobres, estigmatizados como os mais violentos e evitados pelos cidadãos que habitam outras áreas da cidade, também podem ser considerados como enclaves, pois, apesar de não estarem restringidos por muros e grades, o acesso a eles é evitado pelos outros cidadãos, como demonstrado nos trechos de entrevistas apresentadas nos capítulos anteriores. Mesmo considerando que a fragmentação socioespacial é um processo que deve ser entendido a partir da articulação analítica das práticas e representações de todos os segmentos sociais que contribuem para sua conformação, optamos por enfatizar o papel dos segmentos pobres neste processo, evidenciando o fato de que eles compartilham o protagonismo na fragmentação das cidades com os segmentos médios e as elites. Embora apresentemos uma análise parcial do processo de fragmentação socioespacial, consideramos importante ir além do reconhecimento da polarização social entre ricos e pobres, evidenciando que as clivagens socioespaciais nas cidades contemporâneas tem um conteúdo mais perverso, posto que se generalizam no interior do que pretensamente consideramos como grupos homogêneos, levando à constatação de que as cisões tanto espaciais quanto sociais são ainda mais profundas, indicando experiências urbanas cada vez mais restritivas e estanques também nas cidades não metropolitanas.

3.2. Imaginário das cidades inseguras e produção dos enclaves socioespaciais

Em convergência com as constatações de autores como Salgueiro (1997), Caldeira (2000), Souza (2006) e Capron (2006), consideramos que a produção de enclaves é uma das principais características da fragmentação socioespacial. Um traço definidor dos enclaves é seu caráter de isolamento em relação aos espaços com os quais mantém continuidade e também com o restante das parcelas das cidades. São espaços em que a entrada não é livre para todos os segmentos sociais, seja pelo estabelecimento efetivo de controles de acesso, como os muros e as guaritas de vigilância, seja pelo evitamento da apropriação de certos espaços pelos cidadãos, baseado na estigmatização da pobreza enquanto geradora das mais temíveis violências, fato que impõe a clausura a estes bairros e seus moradores.

É importante ressaltar que nos enclaves socioespaciais, nos termos que estamos considerando, as limitações referentes ao acesso a estes espaços estão relacionadas com a entrada de determinados cidadãos, e não com a saída de seus moradores para se apropriarem, de diferentes formas, das demais parcelas urbanas. Os moradores dos loteamentos fechados, por exemplo, transpõem os limites dos muros que os encerram com facilidade, para realizar fragmentadamente as mais diferentes atividades, principalmente em outros espaços fechados e privados – em *shopping centers*, condomínios de escritórios, clubes, colégios particulares, entre outros – frente à desqualificação material e simbólica dos espaços e serviços públicos.

Sobre este aspecto, Sposito (2007) enfatiza que as extensões territoriais das cidades de porte médio são menores e os sistemas viários são utilizados com menos intensidade, fato que implica em maior acessibilidade ao conjunto da cidade para os cidadãos que optam por morar nos loteamentos fechados, mesmo que estes empreendimentos tenham localização periférica. Nas cidades não metropolitanas, as extensões territoriais dos tecidos urbanos permitem também, embora tenham muito mais dificuldades de acesso que os

segmentos ricos, que os cidadãos pobres que residem nas áreas periféricas tenham também mais acesso às demais parcelas da cidade, se formos comparar com a situação dos moradores das periferias metropolitanas por exemplo. Assim, apesar de reconhecer que os segmentos pobres que vivem em bairros afastados e isolados enfrentam mais entraves que os mais ricos em relação a seu acesso ao conjunto de espaços urbanos, que chegam em alguns casos a impor o impedimento desta apropriação, nos contextos não metropolitanos este aspecto é atenuado.

Percebemos, por exemplo, que a ampliação do crédito tem aumentado nestes segmentos a utilização de meios de transportes individuais como os carros, mas principalmente as motos, que tornam as distâncias espaciais menos intransponíveis. Temos que considerar ainda, que pelo fato das distâncias entre as diferentes parcelas das cidades serem menores, podem ser superadas tanto a pé, quanto de bicicleta, como relataram nossos entrevistados, mesmo que reconheçam incômodos e limitações neste tipo de circulação. Embora as dificuldades de acesso dos segmentos pobres que residem em áreas periféricas não possam de forma alguma ser desconsideradas, nas cidades não metropolitanas eles não estão necessariamente fadados a se tornar cativos em seus espaços de moradia.

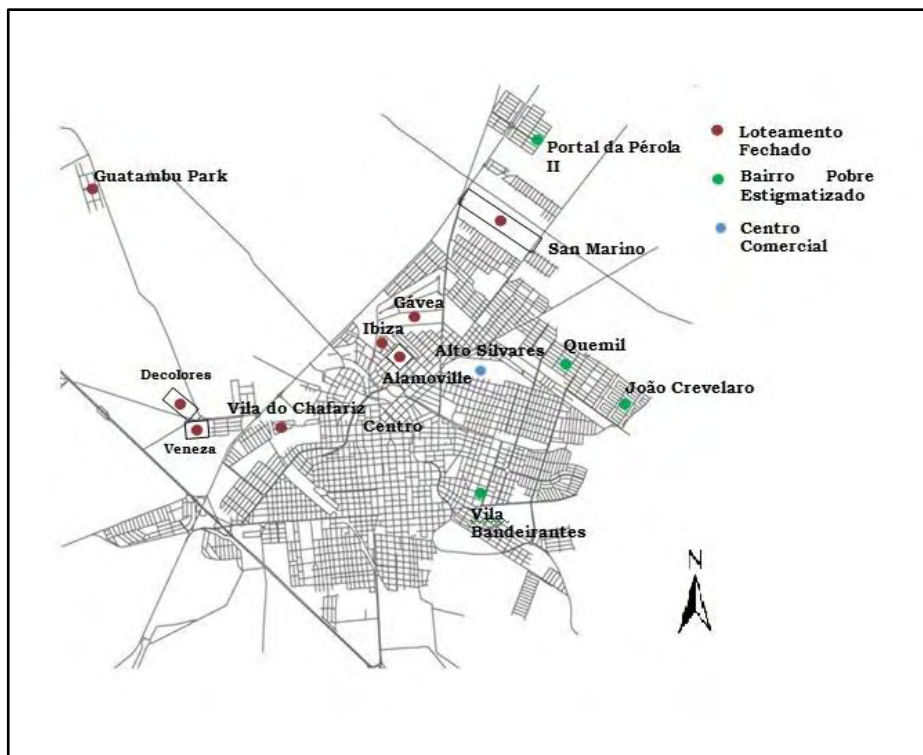
O caráter de enclave é garantido, assim, pela homogeneidade social – pretendida ou imposta – produzida pelas barreiras que limitam a entrada nestas parcelas espaciais, tanto as físicas que impedem o ingresso dos pobres nos enclaves fortificados (CALDEIRA, 2000) dos segmentos mais ricos, quanto às simbólicas construídas pela figuração de determinados espaços como áreas inimigas e perigosas, que devem ser evitadas, resultando em uma apropriação segmentada ancorada nas estigmatizações.

Identificamos nas cidades estudadas a existência de dois tipos básicos de enclaves socioespaciais, a partir dos quais se desdobram muitos outros, que se justapõem na produção das cidades fragmentadas: a) os enclaves socioespaciais dos segmentos mais ricos,

cujos controles de acesso são exercidos a partir da justificação da garantia da segurança de seus moradores/frequentedores e b) os enclaves socioespaciais estigmatizados dos segmentos pobres, cuja interdição à apropriação pelos cidadãos que ali não residem é baseada na identificação dos perigos envolvidos nesta prática, vista a criminalização destes espaços e de seus moradores.

Nas figuras 5 e 6, apresentamos esquemas com a espacialização destes dois tipos de enclaves que fragmentam o tecido urbano das cidades de Araçatuba e Birigui.

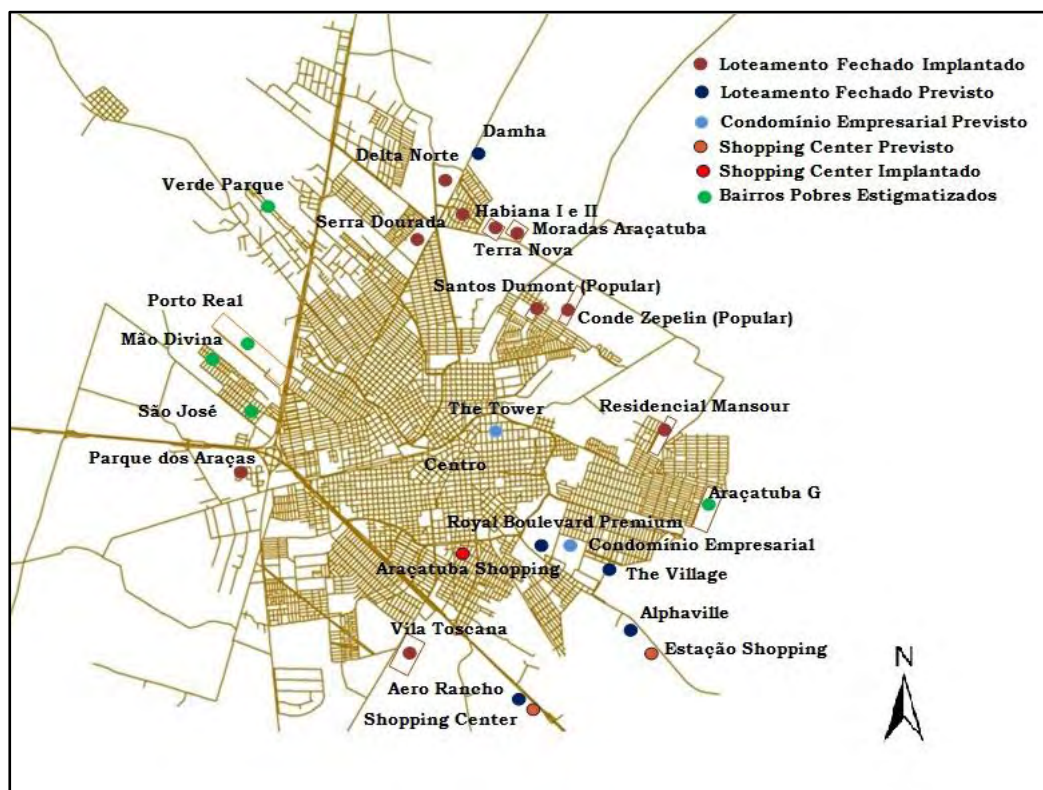
Figura 5 - Birigui. Localização dos Enclaves Socioespaciais. 2012



Organização: Maria Angélica Magrini

Nesta figura podemos perceber que na cidade de Birigui, temos 8 loteamentos fechados implantados, todos eles destinados aos segmentos médios e da elite. No que se refere aos enclaves estigmatizados, destacamos quatro bairros – três que possuem um caráter de enclave mais pronunciado, e a Vila Bandeirantes, que apesar de não ter ser tão evitada como os outros, é um bairro cuja imagem se associa fortemente com a insegurança. Entre estes enclaves, o Portal da Pérola II foi produzido com recursos do Minha Casa Minha Vida (MCMV), outros dois – João Crevelaro e Vila Bandeirantes – são conjuntos habitacionais populares e somente o Quemil é resultante de uma iniciativa privada de incorporação. Cabe destacar que muitos outros espaços, sobretudo os pobres, foram identificados como inseguros, no entanto, caracterizamos como enclaves somente aqueles representados pelos entrevistados como áreas que se deve evitar a todo custo.

Figura 6 - Araçatuba. Localização dos Enclaves Socioespaciais. 2012



Organização: Maria Angélica Magrini

Em Araçatuba, a situação em relação aos enclaves socioespaciais é mais complexa, tanto pelo número deles, quanto por sua variedade, como identificamos na figura 6. Temos 10 loteamentos fechados implantados, sendo dois destinados aos segmentos populares, e um *shopping center* em funcionamento. Quando consideramos os empreendimentos com produção prevista para os próximos anos, constatamos que a tendência de fragmentação socioespacial via fechamento urbano está em plena expansão: cinco loteamentos fechados de alto padrão, marcando a entrada de empreendedoras de âmbito nacional, como a Alphaville Urbanismo, a Damha Urbanizadora e a Teixeira Holzmann Empreendimentos Imobiliários, alterando a lógica de produção destes enclaves que estava concentrada majoritariamente em iniciativas de empresas locais. Temos a previsão também, da produção de mais dois *shopping centers*, de um condomínio empresarial fechado, The Tower, edifício com salas comerciais a ser implantado em uma área pericentral da cidade e um centro comercial que combinará o oferecimento de salas comerciais, com a produção de um hotel, de um hipermercado, restaurantes, agências bancárias e um complexo de serviços médicos, como afirma o empresário responsável pelo empreendimento, Jamil Buchala, em entrevista para o jornal Folha da Região no dia 1/01/2012.

Em relação aos enclaves socioespaciais estigmatizados, identificamos cinco bairros pobres que além de serem associados intensamente com violência e insegurança, têm sua apropriação evitada por nossos entrevistados, enfatizando novamente que diversos outros bairros pobres foram identificados como inseguros, mas que não são tão fortemente rechaçados como os selecionados. Dentre estes enclaves, 2 são loteamentos produzidos com financiamento do MCMV – Porto Real e Araçatuba G – e os outros 3 são conjuntos habitacionais também produzidos com recursos estatais.

Um primeiro aspecto a ser destacado é que tanto os enclaves securitizados dos segmentos ricos, quanto os enclaves estigmatizados dos pobres encontram-se tendencialmente localizados nas áreas

periféricas das cidades estudadas. Deste modo, tanto a relação tradicional entre centro e periferia, quanto os conteúdos de cada uma destas espacialidades, têm que ser entendidos a partir de novas perspectivas analíticas. Um dos aspectos que devem ser considerados é a complexificação e diversificação dos usos do solo nas periferias das cidades, que não nos permite mais associar as áreas periféricas apenas com os segmentos pobres e com condições precárias de vida.

Tratando deste aspecto, Sposito (2011) ressalta que nas cidades contemporâneas a distância entre os desiguais não ocorre mais a partir da lógica da periferização dos mais pobres, seguida da destinação aos mais ricos das áreas centrais e pericentrais. Temos, atualmente, a justaposição no “centro” e na “periferia” de segmentos sociais com níveis desiguais de poder aquisitivo e com diferentes interesses de consumo, como observa a autora. A presença de ricos e pobres nas mesmas áreas só é possível pela utilização de barreiras que marcam material e simbolicamente os limites entre um segmento e outro.

Neste sentido, temos que considerar que a copresença de ricos e pobres nas áreas periféricas não significa que estes segmentos convivam cotidianamente uns com os outros. Na verdade, o que temos é um processo de segmentação da periferia, visto que, como ressalta Sposito (2007), a proximidade física de usos diferentes e de conteúdos sociais e culturais diversos não promove integração. Pelo contrário, produz separações que fazem com que a relativa proximidade entre os segmentos sociais no plano espacial, afastados no âmbito da apropriação, seja um elemento central para a configuração da fragmentação socioespacial.

Esta proximidade espacial entre pobreza e riqueza nas cidades contemporâneas, fundamentada na demarcação de barreiras, é tratada também por Caldeira (2000), que identifica neste processo um novo padrão de segregação que se sobrepõe ao baseado na divisão dos ricos e pobres nos centros e nas periferias. A autora ressalta que as estratégias de distanciamento e divisão social tornam-se neste contexto

cada vez mais sofisticadas, para evitar que a proximidade física possa gerar contatos indesejáveis.

Podemos observar esta tendência nas duas cidades estudadas, embora ela seja mais evidente em Araçatuba. Nesta cidade, temos duas áreas em que os loteamentos fechados estão implantados em continuidade espacial com conjuntos habitacionais e bairros populares, destacadas na figura 7.

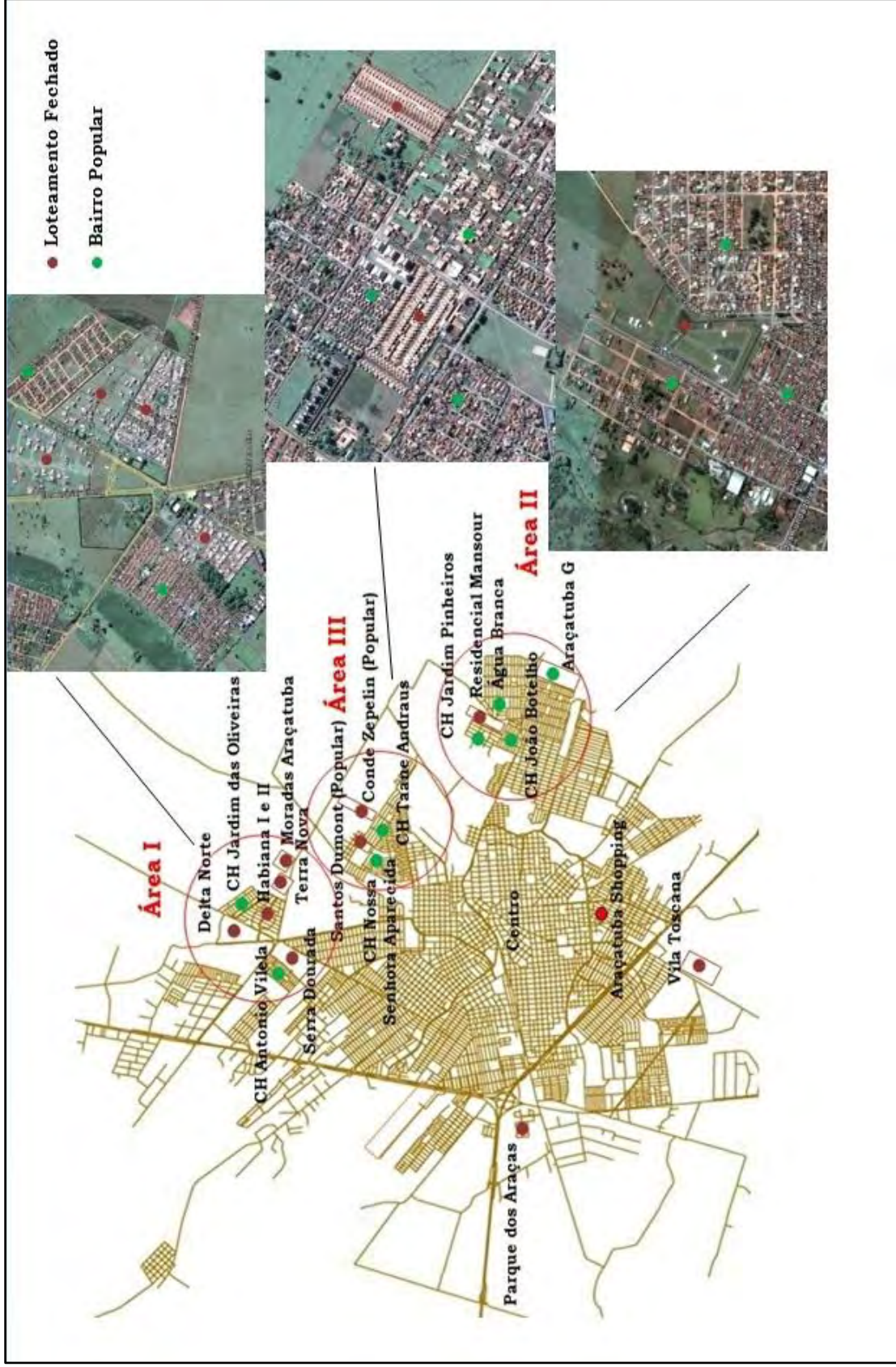
Na área I, temos 5 loteamentos fechados implantados próximos a 2 conjuntos habitacionais. Podemos observar a partir das imagens extraídas do *Google Earth*, que o loteamento Serra Dourada é contínuo ao Conjunto Habitacional Antonio Vilela e o loteamento Delta Norte e o Habiana estão próximos ao Conjunto Habitacional Jardim das Oliveiras. Além das barreiras físicas delimitadas pelos muros, podemos perceber que as separações se acentuam também mediante a presença de áreas verdes e das estradas, que permitem conferir invisibilidade aos bairros pobres. Considerando que os enclaves socioespaciais constituem rupturas em relação ao tecido que os cerca, podemos considerar que neste caso, os conjuntos habitacionais é que estão enclavados em meio a áreas de riqueza.

Já na área II, temos o caráter de enclave do loteamento fechado Residencial Mansour mais evidente, visto que ele está cercado em três de seus lados por bairros populares, sendo a quarta extremidade composta por uma área de vazio urbano. Este loteamento fechado foi produzido pela mesma incorporadora do loteamento Água Branca destacado na figura, Pau Brasil Empreendimentos Imobiliários, de iniciativa local. Nesta área, fica evidenciado o aspecto ressaltado por Salgueiro (1997) de que os enclaves podem se localizar praticamente em qualquer lugar, independentemente das características do entorno, com o qual a intenção não é mesmo de integração. Uma mesma empresa imobiliária pode implantar dois empreendimentos para públicos completamente diferentes numa mesma área da cidade, sem que o empreendimento destinado para os mais ricos seja desvalorizado por isto, frente ao alto grau de legitimidade e confiança nas barreiras

materiais e simbólicas produzidas para separar estes segmentos. Enquanto a urbanização era marcada pela predominância da segregação tradicional, baseada no padrão centro-periferia, este tipo de localização não era possível.

Outro aspecto que pode ser evidenciado a partir da observação da figura 7 são as rupturas na paisagem causadas pela implantação dos dois loteamentos populares – Santos Dumont e Conde Zepelin – produzidos com financiamento da Caixa Econômica Federal, para famílias com renda familiar de até seis salários mínimos. Neste caso, apesar de não haver uma diferenciação tão marcada entre a composição social do entorno, os muros e os controles de acesso instituem separações que alteram as possibilidades de convivência entre cidadãos do mesmo segmento social, sendo esta separação pretendida ou não por aqueles que optaram por morar nestes empreendimentos fechados.

Figura 7 - Araçatuba. Áreas de coexistência de riqueza e pobreza. 2012

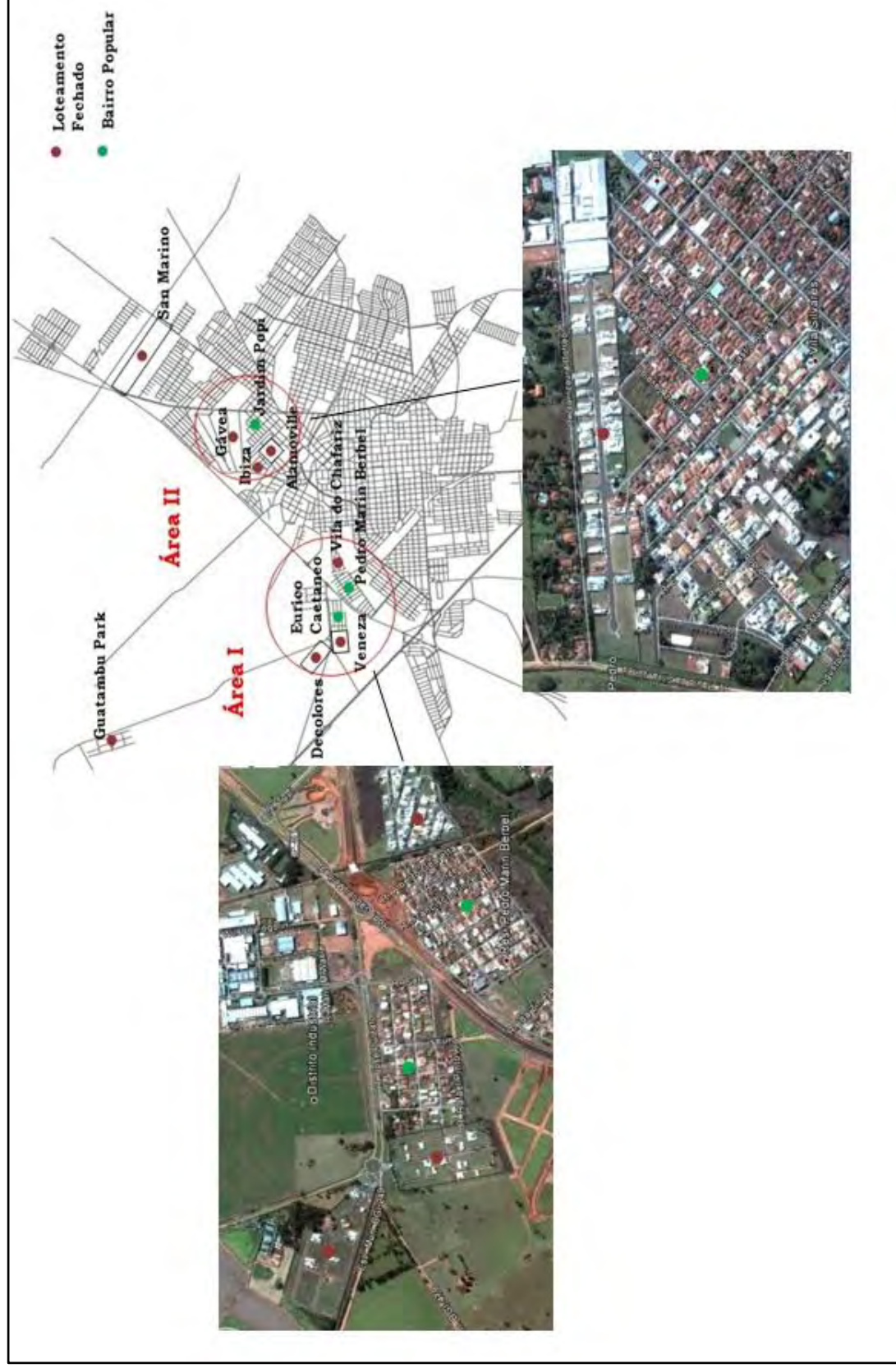


Organização: Maria Angélica Magrini

Já em Birigui, temos uma divisão mais nítida entre as áreas ocupadas por loteamentos fechados de alto padrão e os bairros mais pobres, mas mesmo assim, podemos observar esta proximidade entre padrões socioespaciais diferenciados nas áreas destacadas na figura 8.

Na área I, evidenciamos a proximidade do loteamento fechado Veneza com o bairro popular Eurico Caetano e do loteamento Villa do Chafariz com o Residencial Pedro Marin Berbel, também destinado aos segmentos mais pobres. Na área II, temos a proximidade do loteamento fechado Gávea com o Jardim Popi, também de composição social mais popular. Desta forma, o argumento de que o atual estágio do processo de urbanização é portador de características específicas fica evidenciado no fato de que, se o desejo dos ricos foi sempre se afastar dos pobres, os modos pelos quais este afastamento é realizado na contemporaneidade são muito mais refinados e perversos, pois permitem uma proximidade espacial entre riqueza e pobreza que agudiza as clivagens sociais, ao estabelecer fronteiras bem demarcadas que impedem o estabelecimento de identidades e relações entre estes segmentos. Os muros e outras barreiras visuais amenizam os contrastes por torná-los invisíveis, fato que impossibilita, no plano das práticas e no das representações, a superação das desigualdades socioespaciais, pois fazem com que ela não seja vivida, sentida e problematizada.

Figura 8 - Birigui. Áreas de coexistência de riqueza e pobreza. 2012



Organização: Maria Angélica Magrini

Assim como as cidades fragmentadas são caracterizadas pelas transformações nos conteúdos das periferias, podemos observar que as relações de centralidade também tendem a se alterar. Sposito (2007) constata que até os anos de 1970 e 1980 a circulação pelas diferentes parcelas das cidades era realizada em torno de um centro principal – que constituía uma área única de concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços. Este padrão monocêntrico foi se alterando a partir da multiplicação de áreas que concentram estas atividades, ao mesmo tempo em que observamos o processo de diversificação delas e de segmentação dos mercados consumidores, como ressalta a autora, a partir de diferentes padrões de consumo e da maior ou menor facilidade de locomoção de cada cidadão. Salgueiro (1997) também enfatiza esta tendência de complexificação da estruturação das cidades fragmentadas, identificando – além da transformação do padrão de centro prestigiado, diversificado e poderoso, opondo-se a periferias mal equipadas e monótonas – a tendência para o surgimento de novas centralidades¹⁵.

Sobre este aspecto, podemos observar que em Araçatuba, por exemplo, o centro tradicional tem perdido sua exclusividade a partir da constituição de duas novas centralidades – o *shopping center* e a Rua do Fico, localizada na área norte da cidade, próxima aos loteamentos fechados Serra Dourada, Delta Norte e Habiana, na qual encontramos uma concentração de diferentes atividades ligadas ao comércio e aos serviços. A tendência é que a multiplicação das centralidades em Araçatuba se amplie com a implantação de mais dois *shopping centers* e dos condomínios empresariais/comerciais destacados na figura 3.

Considerando que Birigui conforma juntamente com Araçatuba uma aglomeração não metropolitana, a produção destes espaços influencia também nas transformações de suas centralidades, posto que os cidadãos dos segmentos médios e das elites que residem em Birigui passam a se apropriar deles de forma regular para a realização de diferentes atividades, como relatam nossos entrevistados. A definição

¹⁵ Tal aspecto é ressaltado também por Schapira (2001).

das centralidades é posta assim, na escala da rede urbana, visto que os fluxos e as apropriações não se restringem aos limites de cada cidade. Esta tendência de criação de múltiplas centralidades é reforçada pela implantação de um centro comercial e administrativo no setor nordeste da cidade – Alto do Silvaes – que pretende concentrar tanto comércio e serviços, quanto unidades de órgãos da administração municipal, como a câmara de vereadores e algumas secretarias da prefeitura. Embora esteja em fase inicial de implantação, esta nova centralidade já foi citada em algumas entrevistas como fator de valorização material e simbólica dos enclaves estigmatizados Quemil e João Crevelaro, localizados no mesmo setor da cidade, que agora vão ficar no centro, melhorando a vida do povo, como ressaltou Maria, moradora do bairro Quemil.

Neste sentido, Sposito (2011) enfatiza que a segregação e a fragmentação, contraditoriamente, negam e redefinem a centralidade, transformando-a em centralidade segmentada, social e funcionalmente, dispersa no território e difusa na representação que elaboramos acerca da própria cidade e sobre a rede urbana. A autora enfatiza ainda, que a centralidade se segmenta a partir das práticas dos diferentes cidadãos, caracterizadas pelo fato de que os espaços de vida econômica e social de uns não são os mesmos que os de outros, se considerarmos, por exemplo, aqueles que circulam utilizando transporte coletivo ou a pé e aqueles que se deslocam por transporte automotivo.

Acrescentamos a este entendimento o fato de que os mesmos espaços podem ter significações imaginárias diferentes para cada cidadão ou grupo deles. Por exemplo, na cidade de Birigui, para os entrevistados que residem nos bairros Simões, Quemil e João Crevelaro, dois dos enclaves estigmatizados que identificamos, uma centralidade importante é representada pelo supermercado Bandeirantes, localizado na Avenida Antonio da Silva Nunes e que agrega outros tipos de comércio, como lojas de sapatos, roupas, perfumaria, sorveteria, e serviços, como agências bancárias, academia, chaveiro, além de bancas de vendedores ambulantes que se localizam na frente do supermercado,

do outro lado da avenida. Para aqueles entrevistados cujo acesso ao centro tradicional é dificultado, várias atividades cotidianas são realizadas no âmbito das opções oferecidas no supermercado, fazendo com que ele constitua uma centralidade em seus cotidianos, enquanto que para outros segmentos sociais, este espaço pode significar apenas um local para compra de seus suprimentos básicos. Deste modo, consideramos que a segmentação das centralidades deve ser entendida a partir da perspectiva de sua não fixidez, pelo seu caráter de transitoriedade, tanto de seus conteúdos, quanto das representações referentes a elas, considerando as diferenças e desigualdades que orientam as práticas cotidianas dos cidadãos. Nos termos de Sposito (2011) a centralidade esmaece e pode fragmentar-se posto que não temos mais o que seja central tanto para uns como para outros.

Temos que reiterar, mesmo que de forma breve, o papel dos agentes imobiliários como impulsionadores do processo de fragmentação socioespacial das cidades contemporâneas, como afirmamos ao longo do desenvolvimento dos demais capítulos. Tanto em Birigui, quanto em Araçatuba, as primeiras iniciativas de produção dos loteamentos fechados – nos anos de 1990, mas, sobretudo a partir dos anos 2000 – estão ligadas a empreendedores locais. Atualmente, as lógicas locais se articulam com outras escalas, a partir da atuação de empresas de atuação nacional, como Alphaville, Damha, Teixeira Holzmann, Rodobens, MRV e BRMalls – algumas delas com capital aberto na bolsa de valores, com participação de fundos estrangeiros, seguindo a tendência de financeirização do capital imobiliário, que acrescenta amplitude e novos conteúdos a este setor, como destacam Botelho (2007) e Fix (2007). A ampliação da atuação destes agentes imobiliários acaba condicionando a apropriação dos espaços da cidade à sua condição de mercadoria, marcando uma passagem do processo de consumo *no* espaço para o consumo *do* espaço, intensificando a lógica de compra e venda de parcelas espaciais para a reprodução da vida (CARLOS, 2007).

A produção e a apropriação do espaço ficam assim, cada vez mais alinhadas com os interesses capitalistas. Para Smolka (1987), os agentes ligados ao setor imobiliário concretizam seus empreendimentos por meio do que ele define como capital incorporador – resultante da união de capitais originados dos diferentes setores da economia – que reorganiza o uso do solo urbano visando à obtenção de lucros (e/ou juros). A conversão do solo passa a se realizar seguindo critérios de valorização imobiliária, com lógicas análogas às que regulam o circuito dos outros capitais. Práticas como a concorrência oligópica intercapitalista, baseadas na inovação e diferenciação do produto, assim como a expansão seletiva da demanda efetiva, como enfatiza o autor, passam a sujeitar o acesso à habitação nas cidades contemporâneas.

Podemos considerar, em convergência com as constatações de Botelho (2007), que a união entre o setor imobiliário e o mercado financeiro não traz consequências apenas para a reprodução do capital, mas também, para a reestruturação das cidades, com a acentuação dos processos de segregação e fragmentação socioespacial dos quais estamos tratando. Isto porque, para o autor, a constituição de um mercado imobiliário estreitamente ligado ao capital financeiro atua no sentido de aprofundar as distâncias entre os distintos grupos sociais, visto que somente uma pequena parcela da população tem acesso aos produtos deste mercado.

Nesta mesma direção, Smolka (1987) enfatiza que o capital incorporador – além de se alimentar da segregação urbana – a produz e a intensifica. Mesmo que as ações realizadas via capital incorporador estejam restritas a parcelas relativamente pequenas do total de habitações produzidas, elas assumem um papel decisivo sobre o restante do mercado imobiliário e, portanto, sobre as outras formas de produção do espaço.

Ao se constituírem como espaços objetiva e subjetivamente valorizados, os empreendimentos imobiliários para as camadas superiores reiteram simbolicamente a hierarquia entre os diferentes

segmentos sociais (BOTELHO, 2007), que acabam se excluindo no espaço a partir da expulsão derivada do preço cobrado pelas distintas parcelas espaciais.

Atualmente temos a possibilidade e a realização de interações espaciais entre cidades que compõem redes urbanas distintas, fator que gera mudanças na qualidade destas interações, redefinindo as escalas em que elas se inscrevem, assim como os vetores e direções em que estes fluxos se estabelecem (SPOSITO, 2011). Segundo a autora, no mundo atual a crescente ampliação das relações econômicas em escala internacional – mediadas pelos novos sistemas técnicos, por práticas políticas e interesses de grandes grupos econômicos – faz com que tenhamos que ampliar a escala de análise das ações e dos fluxos que as ancoram.

Partimos desta constatação para ressaltar a imbricação destas escalas e interesses na produção das cidades estudadas, enfatizando que do ponto de vista destas articulações, as cidades não metropolitanas também possuem um papel de protagonismo na configuração das lógicas de fragmentação socioespacial, não sendo apenas receptoras de processos impostos externamente, via metrópoles. Por exemplo, as empresas Damha Urbanizadora – que implantou seus primeiros empreendimentos em Presidente Prudente (SP), Teixeira Holzmann Empreendimentos Imobiliários, que iniciou sua atuação em Londrina (PR) e Rodobens Negócios Imobiliários, fundada em São José do Rio Preto (SP), têm atualmente uma atuação em diferentes partes do território nacional, seja em cidades de porte médio ou em contextos metropolitanos, indicando que, apesar de terem suas ações inspiradas em empreendedores imobiliários que atuaram inicialmente nas metrópoles e tenham capitais de diferentes origens, o vetor metrópole – cidades de porte médio não é o único capaz de definir a produção/apropriação do conjunto de espaços urbanos, revelando a complexidade das interações espaciais em curso.

Não queremos diminuir a importância da influência das metrópoles na configuração dos processos que caracterizam o atual

estágio de urbanização, mas enfatizar que outros contextos socioespaciais também participam desta configuração, no sentido de que não há mais a necessidade de que haja uma transferência de conteúdos a partir das metrópoles em geral, ou daquelas que compõem uma mesma rede urbana com os espaços receptores de sua influência. As hierarquias urbanas podem ser invertidas e os fluxos passam a se estabelecer em diferentes direções, devido à maior capacidade de articulação direta entre as escalas, todas elas unificadas por um imaginário dominante que define os sentidos da Sociedade Urbana identificada por Lefebvre (2004) ou da Condição Urbana ressaltada por Gomes (2006).

A fragmentação socioespacial é definida e perpassada assim, por diferentes âmbitos, desde os mais gerais, atinentes aos capitais internacionais que atuam no mercado imobiliário local, por exemplo, aos que se relacionam com as micro escalas, como as opções individuais dos cidadãos relativas à realização de suas práticas cotidianas. O ponto convergente destas ações é o fato de que atualmente falar de cidades em termos de unidade não é mais possível.

Sobre este aspecto, Sposito (2011) considera que nas cidades contemporâneas não há o dentro e o fora, visto que não é mais possível delimitá-la e mesmo que tentemos realizar esta delimitação, no plano das interações espaciais a ordem próxima e a ordem distante são colocadas em relação, considerando as tecnologias de informação combinadas às formas de deslocamento material de pessoas e de mercadorias, mesmo que as condições efetivas sejam desiguais e as apropriações não tenham um mesmo sentido ou as mesmas finalidades.

Frente à complexidade inerente ao processo de fragmentação socioespacial, selecionamos uma de suas dimensões, a partir da qual enfatizaremos alguns pontos que consideramos importantes: a produção dos enclaves socioespaciais estigmatizados.

Bairros pobres como enclaves socioespaciais: a estigmatização e o evitamento da pobreza

Considerando que o roteiro pré-definido no contexto do imaginário das cidades inseguras para identificar os espaços perigosos e os segmentos sociais com os quais os contatos são inseguros é baseado na reativação e no fortalecimento dos estigmas que associam a pobreza com a violência, mostramos no capítulo 1 que nem todos os bairros pobres são representados da mesma forma e evitados com a mesma intensidade. Constatamos que alguns bairros possuem características comuns que influenciam em sua transformação em enclaves socioespaciais, nos quais a entrada é barrada para os não residentes, não por fronteiras físicas ou controles materiais de acesso, mas por causa do entendimento de que a apropriação destes espaços oferece muitos riscos, sendo altamente desaconselhável. A principal destas características é sua origem como conjuntos habitacionais destinados aos segmentos muito pauperizados da sociedade, cujos habitantes são identificados como favelados e miseráveis capazes das maiores atrocidades. O fato de que algumas parcelas da sociedade tenham que residir nestes espaços, cujas condições de vida são precárias, não é entendido pelos demais cidadãos como uma falta de opção numa sociedade desigual e excludente, mas como um indicativo de que eles são vagabundos e criminosos, posto que se eles fossem “gente de bem” trabalhariam honestamente e conseguiriam uma situação de vida melhor.

Os enclaves pobres estigmatizados são representados pelo conjunto de nossos entrevistados como lugares problemáticos e perigosos, barra pesada, terríveis, desgraças, inferninhos, favelinha, fábrica de bandidos, Cidade de Deus, comunidade de criminosos, zonas sem lei, realidade à parte; e seus moradores são considerados como traficantes, miseráveis, pessoas da pesada, classe baixa, tranqueiras, essa gente, malandros, como apresentamos nos capítulos anteriores.

Consideramos assim, que a estigmatização e o enclavamento de determinados bairros pobres das cidades estudadas diz respeito às

associações imaginárias destes espaços com as representações elaboradas a partir das periferias e das favelas em geral, mas, sobretudo, destes contextos socioespaciais em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, acerca dos quais imagens e discursos, previamente selecionados, são amplamente disseminados. Não estamos querendo afirmar que as periferias pobres das cidades não metropolitanas tenham a mesma configuração e os mesmos conteúdos que as favelas do Rio de Janeiro e de São Paulo – já bem diferentes entre elas –, mas que a estigmatização destes bairros segue o mesmo roteiro massificado que associa seus moradores à violência, à insegurança e à degradação. Nestes dois contextos socioespaciais – metrópoles e cidades não metropolitanas – os perigos associados com as periferias pobres e favelas leva a um evitamento destes espaços pelos segmentos sociais mais ricos, fazendo com que eles se transformem em enclaves, com interdições no acesso, limites bem definidos, homogeneidade socioeconômica interna, mesmo que muitas diferenciações se imponham, separação em relação aos demais espaços das cidades...

No entanto, apesar da unificação imaginária dos conteúdos degradantes associados aos bairros pobres periféricos, as bases em que esta estigmatização se estabelece e nas quais os evitamentos são realizados não são as mesmas nas metrópoles e nas cidades não metropolitanas. Um exemplo importante pode ser extraído do caso das favelas do Rio de Janeiro, tratado por Souza (2006). Segundo o autor, na segregação de tipo clássico nas cidades brasileiras, marcada pelo empurramento dos pobres para espaços rechaçados pelas elites e pelos segmentos médios, os pobres sempre circularam pela cidade dos mais ricos, principalmente a partir do estabelecimento de relações de trabalho, embora o inverso nunca tenha ocorrido, visto que as favelas sempre foram estigmatizadas e evitadas, representadas como pestilentas e antros de maus costumes, e sua vizinhança sempre foi considerada como indesejada pelos moradores privilegiados.

No entanto, esta situação sofreu uma transformação. Mesmo as favelas tendo sido vistas sempre com hostilidade – representadas como

incômodas, feias e até um pouco violentas, visto que o medo dos pobres e dos “de cor” sempre figurou no imaginário das elites, como enfatiza o autor – até a década de 1970 elas não eram necessariamente temidas pelos moradores de suas adjacências. Deste ponto de vista, Souza (2006) constata que elas eram abertas, visto que os moradores de uma favela visitavam amigos e parentes em outra, por exemplo, e as pessoas “do asfalto” não tinham a sensação de que corriam perigo quando adentravam nelas. Este caráter de abertura vai se transformando a partir da virada de 1970 para 1980, a partir do fenômeno do crescente controle territorial exercido nas favelas pelos traficantes que atuam no varejo do tráfico de drogas (SOUZA, 2006), que faz com elas figurem como espaços a serem temidos e evitados. O fechamento das favelas do Rio de Janeiro é produzido de dentro, pela consolidação do controle dos traficantes, que passaram a gerar insegurança¹⁶.

Esta mudança de conteúdo das representações acerca das favelas é identificada também por Leite (2008), que constata que desde os anos 1980/1990 estes espaços passam a ser tematizados, praticamente de forma exclusiva, a partir dos conteúdos de violência e insegurança que trariam para as áreas adjacentes. Se anteriormente as representações negativas da marginalidade nas favelas eram contrabalançadas por meio de valorizações destes espaços como berços do samba, do carnaval e da cultura popular, hoje em dia o que predomina são as representações que criminalizam estes espaços e seus moradores. A autora ressalta que o termo *favela* abrange imaginariamente diferentes espaços da pobreza atualmente, como conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos, fazendo referência não mais apenas à precariedade dos equipamentos urbanos ou dos estatutos de propriedade da terra, mas essencialmente ao estigma da marginalidade, desordem e violência, que associam ao favelado o arquétipo de classe perigosa. A autora enfatiza, assim como Souza (2006), que os controles efetivos exercidos pelo tráfico de drogas são essenciais para esta

¹⁶ Não se pode desconsiderar que a cobertura crescentemente sensacionalista dada pela mídia a esse processo também atuou fortemente na associação desses espaços com a insegurança.

mudança na figuração das favelas, constatando que tanto a “opinião pública”, quanto as instituições estatais generalizam estes estigmas para o conjunto dos moradores, construindo e reconstruindo as fronteiras entre “favela” e “asfalto”, a partir do entendimento de que as favelas são dominadas pelo tráfico e seus moradores ou são traficantes ou são coniventes com eles. No entendimento da autora, uma mudança interna – o aumento da capilaridade dos controles exercidos pelos traficantes – também foi o fator decisivo para o aumento da insegurança em relação a estes espaços e o consequente isolamento deles.

Nos casos referentes à produção de enclaves estigmatizados nas cidades não metropolitanas, acreditamos que o fechamento é produzido a partir de fora, visto que as suspeitas e a insegurança focalizadas nestes bairros são ancoradas basicamente em representações generalizantes que não têm correspondência imediata com situações materializadas, como os controles exercidos efetivamente pelos traficantes nas favelas do Rio. Nos bairros pobres periféricos das cidades estudadas, a presença dos traficantes não é tão ostensiva, com a utilização de armas e de olheiros para controlar as entradas, por exemplo, como é verificado nas favelas da cidade do Rio de Janeiro e em certa medida também nas da cidade de São Paulo. Nos enclaves estigmatizados que visitamos nos trabalhos de campo, a presença destes controles não foi notada, embora tenhamos observado vários pontos de venda de drogas, por exemplo. Consideramos que nos bairros da periferia pobre nas cidades estudadas, existem muitas situações de violência, mas ela não é tão central como nas cidades metropolitanas.

Assim, os enclaves socioespaciais estigmatizados que identificamos não são enclaves porque estão sob o controle de traficantes que disseminam a insegurança, são enclaves porque o conteúdo de pobreza verificado ali é altamente estigmatizado e criminalizado. Não negamos que o tráfico de drogas está presente nos bairros pobres das cidades estudadas – considerando, por exemplo, o número de entrevistados selecionados aleatoriamente nos diferentes bairros pobres das cidades que relataram a presença do tráfico em sua

vizinhança – tanto naqueles menos estigmatizados, quanto naqueles em que a estigmatização é central em suas representações, mas acreditamos que estas representações estigmatizadas e os evitamentos decorrentes delas, que conferem o caráter de enclaves socioespaciais à determinados bairros pobres, estão mais associados com os aspectos disseminados a partir dos conteúdos dos imaginários das cidades inseguras do que ao controle efetivo do cotidiano urbano pelos traficantes.

Nossos entrevistados reconhecem os traficantes como agentes importantes em seus bairros, que impõem certos limites, mas não citam controles ostensivos como acontece no Rio de Janeiro, por exemplo. Assim, acreditamos que as próprias representações das favelas do Rio e de São Paulo produzidas pela mídia são as bases para que a população favelada seja estigmatizada e evitada, em todas as cidades, mesmo quando são transferidos para bairros “urbanizados”, posto que carregam o estigma da favela para os conjuntos habitacionais produzidos para realocar seus moradores.

Neste contexto, constatamos que favela e periferia não se referem apenas à localização destes espaços em relação ao tecido urbano ou à qualidade construtiva e de infraestrutura encontradas neles, ou ainda à constatação de alguma irregularidade/ilegalidade na apropriação destes espaços. As identificações, representações e hierarquizações elaboradas a partir destes espaços são matrizes de significações que influenciam no estabelecimento das práticas e das relações de sociabilidade, no interior destes espaços e entre seus moradores e aqueles que residem nas demais parcelas das cidades. As figurações sociais das favelas e dos favelados concentram, de maneira geral, conteúdos geradores de insegurança, impondo interdições nas apropriações e nos contatos estabelecidos com eles, mesmo que as situações materiais sejam muito diferenciadas em cada contexto socioespacial. A força da produção destes estigmas socioespaciais é tão grande que faz com que bairros estatisticamente mais violentos, mas que não recebem estes estigmas, não tenham um evitamento ancorado na insegurança tão marcado.

Para a compreensão da produção dos enclaves socioespaciais estigmatizados temos sempre que cotejar as representações que são estabelecidas pelos “de dentro” e pelos “de fora”, tanto em relação ao seu próprio bairro e seus demais moradores, quanto ao restante dos espaços das cidades e seus segmentos sociais correspondentes. Um primeiro aspecto que queremos ressaltar são os encobrimentos presentes na unificação imaginária das imagens e discursos acionados para representar certos bairros pobres e seus habitantes. O que “de fora” é visto como uma unidade coesa de espaços degradados habitados por criminosos, vagabundos, drogados e muitos outros estigmas pejorativos, revela uma heterogeneidade e complexidade que não podem ser desconsideradas.

Sobre este aspecto podemos estabelecer uma comparação com as constatações de Feltran (2011), que apesar de terem sido feitas a partir de um contexto socioespacial diferente – Sapopemba, distrito periférico da cidade de São Paulo – guarda muitas semelhanças com as situações que encontramos nas cidades estudadas. Um primeiro ponto de contato é a constatação do autor de que as periferias pobres são consideradas pela sociedade em geral como espaços apartados do funcionamento social normal, nos quais seus moradores são concebidos a partir do conteúdo da homogeneidade e identificados sempre, e em toda parte, com o mesmo problema: com eles por perto, é difícil ficar tranquilo, representação que leva à clareza de que é necessário isolar as classes perigosas, a partir da demarcação de fronteiras entre favelas e periferias e o mundo social habitável. Com uma proposta de superar estas generalizações, que representam as periferias pobres como submundos homogêneos e apartados das esferas sociais legítimas como a família, o trabalho e a religião, associadas tanto com a ideia de incivilidade como com a de violência, Feltran (2011) realiza um trabalho de imersão etnográfica em três bairros contíguos deste distrito, ouvindo histórias de seus moradores e relatando experiências vividas junto a eles, e nos inspira a suspender as categorias bipolares, na maior parte das vezes inadequadas para analisar qualquer fenômeno em profundidade e

descrever “relações construídas a partir das dinâmicas sociais e políticas ensejadas pelas periferias da cidade contemporânea”.

Outro autor que contribui para a complexificação do entendimento acerca dos processos relativos à coesão/diferenciação dos segmentos sociais que compõem as cidades é Gomes (2006). Segundo ele, o fato dos cidadãos coabitarem um mesmo espaço, seja ele o de uma casa, de um bairro ou de uma cidade, não é suficiente para que identifiquemos processos relativos à produção de identidades territoriais. Mais importantes são as significações que esta contiguidade adquire em contextos específicos e as maneiras como as identidades são vividas e representadas, tanto pelos “de fora”, quanto para os “de dentro”, lembrando que estes aspectos têm um caráter funcional ligado às possibilidades de mobilização social.

Observamos que a constatação da existência dos enclaves socioespaciais estigmatizados deve ser acompanhada da tentativa de desconstruir as representações generalizadoras disseminadas no plano do senso comum, que consideram o conjunto de moradores destes bairros como uma massa informe, portadora das mesmas características, intencionalidades e formas de ver o mundo, ancoradas na violência e nas transgressões. A partir de nossas entrevistas pudemos constatar que, enquanto a estigmatização é um conteúdo norteador das representações elaboradas pelos “de fora”, os “de dentro” apresentam situações e posicionamentos muito variados.

Um exemplo desta falta de coesão interna aos segmentos pobres são as estratégias de diferenciação e evitamento socioespacial realizados por eles, e que se dão em dois níveis complementares: a) diferenciações entre cidadãos pobres que residem em distintas partes da cidade e b) diferenciações entre os cidadãos que habitam no mesmo bairro, produzindo enclaves dentro dos enclaves. A consideração destes aspectos nos ajuda a apreender a profundidade do processo de fragmentação em curso, posto que a coesão também não é um atributo que possa ser associado com os segmentos ricos, que se fecham com seus “iguais” mais para isolar os demais segmentos sociais do que para

estabelecer interações entre eles mesmos. A unidade social fragmenta-se assim, para além da polarização entre pobres e ricos. As clivagens sociais são produzidas e reforçadas, tanto material quanto subjetivamente, entre os segmentos sociais que se opõem e se afastam uns dos outros e no interior destes próprios segmentos, fazendo com que os processos de produção e apropriação do espaço sejam pautados por todas estas fragmentações cada vez mais restritivas e exclusivas.

Tratando inicialmente do primeiro plano de diferenciação socioespacial que identificamos – aquele que se dá entre pobres que residem em partes diferentes das cidades, podemos observar que o espaço onde se mora, seja por sua localização ou por suas características materiais e simbólicas, é central tanto para a realização das práticas cotidianas, quanto para a elaboração das representações que mediam tais práticas, bem como para definir as figurações que cada parcela do espaço e cada segmento social terão para cada cidadão. O espaço em que se habita nas cidades e aqueles onde se dão as apropriações cotidianas influenciam, assim, de maneira relevante na produção dos significados do que é ser pobre, para além da consideração apenas da renda. Neste sentido, buscamos paralelos às situações encontradas nas duas cidades que pesquisamos e que foram apresentadas nos capítulos anteriores, no trabalho de Kowarick (2009), ressaltando que a realidade socioespacial tratada por ele – bairros pobres da cidade de São Paulo – apresenta características diferenciadas em relação às cidades não metropolitanas, embora sejam convergentes.

Em seu livro intitulado *Viver em risco*, Kowarick (2009) demonstra as diferenças existentes entre distintas situações de pobreza vivenciadas por moradores de três realidades socioespaciais: os cortiços da área central, as favelas e as periferias auto-construídas. Percebemos que a diferenciação entre estes três espaços onde predominam situações de pobreza é definida tanto no âmbito das condições de moradia e das práticas socioespaciais, quanto das representações que seus moradores possuem.

Entre estes segmentos pobres, que tendemos a tratar homogeneamente, existem diferenças substanciais e também, tentativas de demarcar estas diferenças, que revelam a necessidade de relativizarmos a ideia de que entre os “mesmos” segmentos sociais há uma convivência pacífica e que os problemas residem apenas nas interações entre os pobres e ricos. Estes aspectos foram constatados também nas duas cidades estudadas, quando moradores de conjuntos habitacionais mais consolidados estigmatizam os cidadãos que residem neste mesmo tipo de espaço, só que com implantação mais recente, quando moradores de enclaves estigmatizados afastam de si os estigmas e os colocam sobre outros bairros semelhantes aos seus, ou quando os pobres que moram em áreas mais centrais fazem esforços para se diferenciar e evitar os cidadãos pobres que moram em bairros periféricos, por exemplo.

Neste sentido, ser pobre e morar num conjunto habitacional antigo e consolidado, ser pobre e morar em um conjunto habitacional produzido no contexto de um projeto de desfavelização ou ser pobre e morar em um bairro mais próximo ao centro tem conteúdos e significações muito diferenciadas. Se fossemos considerar apenas as condições socioeconômicas, encontraríamos mais semelhanças do que diferenças entre as várias formas de inserção da pobreza nas cidades, mas quando expandimos nossas análises em direção às práticas cotidianas e à constituição dos imaginários sociais, percebemos o quanto estes aspectos podem ser diferenciados e até mesmo desiguais. A consideração destas cisões internas nos permite ver além das generalizações estigmatizantes, para enxergarmos os diferentes conteúdos e posicionamentos que compõem as tramas cotidianas da vida nas cidades contemporâneas.

Para ampliar os exemplos utilizados em nossa argumentação, recorreremos a alguns depoimentos apresentados por Kowarick (2009), a partir dos quais podemos observar, por exemplo, que os moradores dos cortiços das áreas centrais de São Paulo reconhecem as dificuldades referentes à vida que levam nestes espaços: banheiros coletivos,

presença de ratos e baratas, lixo etc., mas, no entanto, valorizam esta forma de habitar e se diferenciam dos moradores das favelas e dos bairros periféricos, como podemos perceber a partir dos depoimentos selecionados a seguir.

Eu não penso em sair do Centro. Na favela só tem maloqueiro e ladrão. E morar em bairro afastado é burrice. Não tem nada de bom lá. Só pobreza e falta de emprego, falta de tudo (moradora de um cortiço na área central da cidade de São Paulo, in: KOWARICK, 2009, p. 144).

A única coisa boa do cortiço é que é aqui no Centro. Eu vejo no Datena que na periferia todo mundo é ladrão. Na favela é bem pior. Pior que cortiço é só favela e bairro longe. Favela é lugar de bicho, de sujeira (morador de um cortiço na área central de São Paulo, in: KOWARICK, 2009, p. 150).

Esta perspectiva é invertida na ótica dos segmentos pobres que moram nos bairros periféricos. Apesar das dificuldades nos deslocamentos e no acesso a diferentes serviços, além da insegurança percebida por seus moradores, os entrevistados indicam que preferem viver na periferia do que se sujeitar a viver sem privacidade nos cortiços ou em meio a violência das favelas.

Nos depoimentos selecionados a seguir, observamos dois aspectos: a) o reconhecimento do entrevistado de que o bairro em que reside é mais violento do que os bairros mais nobres e b) o estabelecimento de diferenciações entre as situações de violência na parte do bairro em que a entrevistada mora e nas demais partes dele. Estes aspectos indicam a produção e o reconhecimento das diferenciações socioespaciais, tanto em relação aos outros segmentos, quanto aos próprios grupos dos quais fazem parte.

Tem muita violência aqui, mais do que nos outros lugares. Nos bairros mais nobres existe mais segurança. Lá eu nem corro esse perigo, mas aqui no loteamento eu me torno vítima. Resulta que nós ficamos na periferia sem segurança, sem ajuda do governo, prefeito. Ninguém liga por nós. Ninguém olha (morador da Vila Guiomar na periferia de São Paulo, in: KOWARICK, 2009, p. 209).

Aqui existe muito roubo, isso sempre aconteceu por aqui. Mas aqui nunca vi um morto. Aqui tem mais sossego. Eu acho que é violento lá pro lado de cima, depois da

padaria: lá é lugar de gente perigosa. Lá tem tiroteios, chacina [...] (moradora do Jardim Silvano na periferia de São Paulo, in: KOWARICK, 2009, p. 204).

Estes trechos de entrevistas selecionados demonstram que a produção e o reconhecimento das semelhanças e diferenças são processos em permanente transformação que dependem do contexto a ser considerado. De acordo com Bauman (2005), existem sempre diferenças a serem atenuadas e desculpadas ou, ao contrário, ressaltadas e tornadas mais claras, o que faz com que as identidades nunca sejam absolutas e tenham que ser constantemente produzidas. Assim, observamos que, ao mesmo tempo em que o primeiro entrevistado realiza uma identificação entre ele e os demais moradores da periferia, que como ele não têm segurança nem ajuda dos governantes, a segunda entrevistada busca a diferenciação entre as proximidades de onde ela mora – mais sossegado – com a outra parte do bairro, tida como lugar de gente perigosa, revelando que dependendo do aspecto que se considera, há identificação ou diferenciação no interior de um mesmo segmento social.

Um desdobramento desta diferenciação e evitamento realizados no interior do mesmo segmento social é o que identificamos como a produção de enclaves dentro de enclaves. Internamente aos bairros estigmatizados hegemonicamente como perigosos, seus moradores estabelecem distinções e constroem fronteiras simbólicas que separam suas partes, diferentemente qualificadas, e orientam os limites em que as práticas podem se estabelecer. Desse modo, as fragmentações se superpõem, visto que dentro de um bairro, que em relação ao restante dos espaços da cidade é considerado como um enclave há mais clivagens e separações que indicam a existência de outros enclaves de acesso interdito, que não seriam reconhecidos numa análise mais distanciada. A seguir retomamos dois trechos de entrevistas que exemplificam este aspecto das cisões produzidas dentro de um bairro estigmatizado, na tentativa de diferenciação socioespacial – as falas de Maria, moradora do enclave estigmatizado Quemil e Jaqueline, que

reside no enclave estigmatizado João Crevelaro, dois bairros próximos localizados no setor nordeste de Birigui.

[Você evita ir a algum lugar da cidade? Por exemplo, você iria no Crevelaro a noite?]

Eu não vou. Eu não sou louca. Tem bairro que não dá pra ir não. Tem bairro aqui na cidade que eu nem nunca fui. Hoje em dia você tem que ter cuidado, não dá pra ir em qualquer lugar. No Crevelaro mesmo, eu não vou, de jeito nenhum. É assinar um atestado de loucura, porque lá é demais. Aqui mesmo no Quemil, eu só vou nas partes mais conhecidas, onde eu sei que é mais seguro. Não dá pra ficar circulando por aí a vontade não (Maria, 51 anos, Birigui).

Na fala de Maria, percebemos que apesar dela morar em um enclave estigmatizado, fato que poderia fazer com que ela relativizasse a situação do bairro vizinho, ela reproduz os mesmos estigmas relacionados a seu bairro em relação ao João Crevelaro, considerando que é um atestado de loucura ir até este bairro. Em seguida, podemos observar que as restrições socioespaciais que realiza em nome da tentativa de estabelecer relações mais seguras, não são apenas relativas aos demais espaços da cidade, mas referem-se também a suas práticas e representações acerca de seu próprio bairro, no qual reconhece que não dá para circular livremente em todos os espaços, somente nos reconhecidamente mais seguros.

Já na fala de Jaqueline, podemos perceber que a entrevistada reconhece que a situação de seu bairro é difícil, mas logo situa esta afirmação relatando que a violência atualmente acontece em todo lugar, não sendo exclusividade do João Crevelaro. A entrevistada considera que as pessoas exageram um pouco quando se referem ao bairro e observa que não é o bairro como um todo que é perigoso, identificando a parte do fundo como sendo mais “muvucada”, mais complicada, citando a presença dos pontos de venda de drogas. A parte do bairro em que reside – o comecinho – é representada por ela como uma parte mais sossegada, que parece até outro bairro.

[As pessoas falam que o João Crevelaro é um bairro violento. O que você acha disso?]

Eu até acho que as coisas aqui não são boas não. Mas a gente tem que ver, como eu tava falando, que hoje a violência acontece em todo lugar. Então eu acho que as pessoas exageram um pouco sobre o que acontece aqui. Só que eu não posso falar que aqui é uma maravilha, porque não é. É perigoso sim, mas não é o bairro todo. Lá na parte do fundo, é mais “muvucado”, é onde tem as bocas, lá é mais complicado. Como eu moro aqui no comecinho do bairro, aquela parte quase nem influencia na vida aqui. Se você não ficar entrando pra dentro do bairro, você acha até que está em outro bairro, porque aqui é mais sossegado (Jaqueline, atendente de loja, 30 anos, Birigui).

Sobre este aspecto, Kesller (2009, p. 149) entende que o próprio bairro convertido em perigoso leva à realização de divisões espaciais no intuito de diferenciar o que é perigoso do que é seguro, resultando no delineamento de microzonas com fronteiras pouco claras para um observador externo. O autor conclui que o bairro se fragmenta imaginariamente em pequenos espaços cujas características são definidas pela moralidade e periculosidade de seus habitantes. Outra vez a questão da continuidade e contiguidade espacial comparece na definição dos enclaves, revelando que mesmo que não se diferenciem materialmente, existem espaços diferenciados subjetivamente e evitados objetivamente, mostrando que cada cidadão reconstrói, a partir de suas representações e práticas, a fragmentação socioespacial cotidianamente.

Nos depoimentos selecionados, fica evidenciado o fato de que a identificação de que a sociedade é polarizada em pobres e ricos encobre a complexidade de experiências socioespaciais ligadas às condições de vida diferenciadas, tanto entre as pessoas que vivem em situação de pobreza, quanto entre as pessoas dos segmentos com maior poder aquisitivo, que não se resumem apenas ao caráter econômico. As experiências cotidianas são diferenciadas para as pessoas que residem nas favelas em relação aos demais moradores da cidade, mas há diferenças também em morar na favela e ser negro ou ser branco, por exemplo. É diferente ainda, ser pobre e morar no centro da cidade... Para exemplificar estes aspectos, trazemos alguns trechos de entrevistas de moradores das favelas de São Paulo apresentadas por

Kowarick (2009) e que reforçam o entendimento de Saravi (2008) acerca do reconhecimento dos estigmas pelos segmentos discriminados. São três depoimentos de entrevistados que percebem os conteúdos negativos associados com seu local de moradia.

Quem mora aqui não é bem-visto. Na última empresa em que trabalhei, só depois de dois anos souberam que era favelada. Não desconfiaram porque sou branca, loura e tenho olhos azuis. Tenho conhecidos que moravam aqui e agora não querem que os filhos morem na favela (moradora da favela Vila Nova Jaguaré, in: KOWARICK, 2009, p. 253).

Outro dia fui em uma empresa aqui do Jaguaré: 'Não tem vaga pra você'. Quando cheguei em casa, uma amiga me visitou e disse: 'Consegui emprego lá nos freios'. Me acabei. Com certeza é porque ela é branca. É favelada, mas é branca. O pior, quando vai lá na cidade: preto, pobre é olhado como lixo. A gente cresce sabendo disso. Quem more? Preto! Quem não consegue emprego? Preto! Quem é favelado? Preto e nordestino! (moradora da favela Vila Nova Jaguaré, in: KOWARICK, 2009, p. 264).

Outro dia tava subindo da escola, certinho, banho tomado, perfume, quando passou um carro, o dono fechou rapidinho o vidro e acelerou. Eu tava com livro, caderno arrumado. Isso é um absurdo, todo mundo achar que tenho cara de ladrão (morador da favela Vila Nova Jaguaré, in: KOWARICK, 2009, p. 264).

Destes depoimentos podemos apreender que ser favelado, ou por analogia, morar em um enclave socioespacial estigmatizado, tem consequências práticas reiteradas cotidianamente e que se sobrepõem às condições materiais degradadas nas quais os segmentos pobres vivem.

Neste momento cabe ressaltar, assim como fizemos em relação aos agentes imobiliários responsáveis pela produção dos enclaves socioespaciais destinados aos segmentos mais ricos, o papel do Estado na produção dos enclaves socioespaciais estigmatizados, por meio de políticas habitacionais que promovem a segregação e o isolamento dos segmentos pobres. O Estado não está ausente do processo de produção dos enclaves dos mais ricos – com a realização de financiamentos públicos, promulgação de leis que favorecem este tipo de parcelamento do solo, ou até mesmo pela omissão na fiscalização das irregularidades

presentes na implantação dos empreendimentos fechados dos ricos, por exemplo – mas queremos enfatizar seu protagonismo na definição dos conteúdos de bairros inteiros, que abrigam centenas de cidadãos que passam a ser estigmatizados quase que simultaneamente à sua mudança para os conjuntos habitacionais produzidos segundo a lógica, repetida ao longo do processo de urbanização, de implantar estes empreendimentos em espaços periféricos em relação ao tecido urbano consolidado, sem oferecer infraestruturas e os serviços públicos necessários para uma apropriação digna. Estas considerações são necessárias porque um conteúdo central que compareceu nas entrevistas associado à identificação dos enclaves socioespaciais estigmatizados diz respeito à sua característica de terem sido produzidos a partir de políticas públicas de habitação para os segmentos mais pobres. Tanto os bairros mais antigos, com uma estrutura mais consolidada, mas que mesmo assim continuam a ser estigmatizados, quanto os mais recentes, produzidos com recursos do governo federal no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), são os principais espaços que figuram como os mais perigosos e degradados nas duas cidades estudadas.

O Estado é um agente importante para compreendermos a fragmentação socioespacial urbana, visto que ao mesmo tempo em que legitima a produção de loteamentos fechados para os segmentos ricos, muitas vezes irregulares, produz loteamentos fechados para os segmentos mais pobres, como os realizados em Araçatuba (Santos Dumont e Conde Zepelin) com financiamento da Caixa Econômica Federal, e ainda ratifica uma antiga maneira de lidar com os pobres urbanos – colocando-os em loteamentos distantes do tecido urbano constituído e sem infraestruturas básicas, agregando a eles um intenso estigma de violência e perigo. As clivagens socioespaciais produzidas pelo Estado revelam que entender a participação do Estado em relação à gestão da insegurança das cidades, apenas da perspectiva de seu aparente fracasso em lidar com a questão ou de sua “especialização” nas políticas repressivas e punitivas como abordamos no capítulo 2 não

é suficiente, visto que temos que considerar também sua importância ativa na constituição das condições materiais e simbólicas para que esta insegurança se espalhe e se consolide como princípio organizador do cotidiano urbano, posto que o Estado é, por meio das violências que exerce sobre as parcelas mais pobres da sociedade, um dos agentes que atuam na perpetuação dos diferentes tipos de violências que caracterizam as cidades contemporâneas.

Para tratar do papel do Estado na produção dos enclaves socioespaciais estigmatizados, não faremos uma análise histórica acerca da política nacional de habitação¹⁷, discutiremos apenas alguns aspectos referentes ao MCMV, cujas habitações entregues nos últimos anos compareceram diversas vezes nas entrevistas como as novas áreas de concentração da violência, tanto em Araçatuba, quanto em Birigui.

Segundo Shimbo (2010), o MCMV, lançado em 2009 formalizou a tendência de incentivo à provisão privada de habitação, já delineada desde meados dos anos 1990, por meio tanto de medidas regulatórias, quanto pelo aumento de recursos para o financiamento habitacional. Dentre as diferentes modalidades que compõem este programa habitacional de âmbito federal, a que identificamos como produtora dos enclaves socioespaciais estigmatizados é a que se destina para a construção de casas para famílias com renda de até 3 salários mínimos. De acordo com a autora, esta modalidade funciona da seguinte forma: após a alocação dos recursos pela União, os estados e as prefeituras realizam um cadastro e selecionam a demanda, enquanto paralelamente, as empresas construtoras apresentam seus projetos à Caixa Econômica Federal, a fim de estabelecer as parcerias para a construção das habitações. É nesta modalidade que se concentra a maior parte dos subsídios, que podem chegar de 60% a 90% do valor do imóvel, que gira em torno de 41 a 52 mil reais, dependendo do município. As prestações a serem pagas pelos beneficiários não podem ultrapassar 10% de sua renda, a serem pagas num prazo de 10 anos, com o valor mínimo da parcela de 50 reais e juro zero. As habitações

¹⁷ Para um histórico da política nacional de habitação ver Shimbo (2010).

precisam seguir duas tipologias pré-definidas pela Caixa Econômica Federal – casas térreas com 35 m² ou apartamento de 42 m² (SCHIMBO, 2010).

Estas habitações são produzidas com recursos públicos, mas seguindo orientações das empresas construtoras privadas, que escolhem o terreno, definem o projeto e realizam a construção das casas, vendendo-as para a Caixa Econômica Federal – ficando assim, desoneradas das despesas de incorporação imobiliária e comercialização, além de não enfrentarem riscos de inadimplência dos compradores ou vacância das unidades, como ressaltam Arantes e Fix (2009), constituindo então, uma atividade altamente lucrativa para as empreendedoras imobiliárias. Os autores enfatizam ainda, outro aspecto importante para entendermos as condições em que estas habitações são produzidas: o fato de que os projetos não são elaborados pelo poder público, não são licitados e não são definidos como parte da estratégia municipal de desenvolvimento urbano, podendo até contrariá-la. As habitações para o público de baixa renda são concebidas estritamente como mercadorias, o que possibilita o sucateamento da qualidade das habitações e de suas localizações.

Segundo Arantes e Fix (2009), a ideologia da casa própria – que foi estrategicamente difundida durante o regime militar, como uma forma de compensação em relação à perda dos direitos políticos e ao arrocho salarial – perpassa a implantação do MCMV, tendo um papel político fundamental. Os autores constatarem que a casa própria é inserida num contexto de apaziguamento das lutas sociais e de conformismo em relação às estruturas do sistema, ancorados em estratégias como coerção ou cooptação, bem sucedidas pelo fato de que a casa é um dos marcos mais eficientes de “integração” social, posto que tem um papel de “amortecedor” simbólico perante a incompletude dos sistemas de proteção social.

A perversidade da manipulação da ideologia da casa própria para os segmentos de baixa renda incide no fato de que não estão previstos nas normativas que regem a implantação do MCMV nenhum tipo de

preocupação com a qualidade das habitações, com sua inserção urbana (FERREIRA, 2012), com as condições ambientais, nem com a produção de equipamentos públicos coletivos, por exemplo. Arantes e Fix (2009) identificam que esta despreocupação com os padrões de qualidade e conforto advém do fato de que, para os segmentos de renda de 0 a 3 salários mínimos, a demanda por habitações é tão grande que estes cidadãos não podem nem sequer fazer escolhas e exigências mínimas, ou seja, nas palavras dos autores, são impedidos de exercerem a chamada “liberdade do consumidor”. Em decorrência disto, os problemas arquitetônicos e urbanísticos encontrados nestes enclaves socioespaciais são múltiplos: a relação entre a área construída por habitante é reduzida, apresentam problemas de salubridade, falta de espaços coletivos para lazer, falta de arborização...

A despeito das significações positivas que o acesso à casa própria pode ancorar, os problemas que se impõem na apropriação cotidiana destes espaços são muitos, além de estarem associados com os estigmas que lhes são impingidos. Não chegamos a realizar entrevistas com cidadãos que residem especificamente nestes enclaves produzidos pelo MCMV, mas exemplificamos alguns dos problemas enfrentados por estes moradores a partir de depoimentos contidos em uma matéria do jornal *Folha da Região*¹⁸, publicada no dia 4 de março de 2012, acerca do bairro Porto Real em Araçatuba, inaugurado em julho de 2011 – intitulada *Conjunto Porto Real, retrato da falta de estrutura e planejamento*. Na reportagem são destacados problemas como a falta de serviços básicos como educação, transporte escolar, infraestrutura, áreas verdes e equipamentos de lazer para as crianças, com os quais as 624 famílias que ali residem convivem cotidianamente.

Uma das entrevistadas na reportagem é Isolina, de 32 anos, que comenta as mudanças em sua vida a partir do momento em que se mudou para o bairro: por falta de transporte público municipal, seus cinco filhos não conseguem participar de atividades sociais promovidas

¹⁸ Cabe ressaltar que apesar de utilizarmos os depoimentos presentes na reportagem como fonte, não podemos desconsiderar os processos de manipulação e seleção característicos dos discursos midiáticos.

no Centro Municipal de Formação Integral de Crianças e Adolescentes, onde praticavam aulas de dança e faziam curso de cabeleireiro, por exemplo. Com os filhos em casa, e sem nenhuma creche no bairro, a entrevistada teve que deixar de trabalhar para cuidar dos filhos, aumentando sua dependência em relação aos programas de transferência de renda promovidos, contraditoriamente, também por instituições estatais.

Desde que nos mudamos do [bairro] Villela para cá, no ano passado, as crianças estão indo para a escola à tarde e ficando em casa de manhã. Eles sentem falta das atividades e, além disso, deixei de trabalhar como manicure e vendedora para cuidar deles, e hoje vivemos com uma renda de R\$ 200 de um programa social. Está muito difícil.

Isolina relata também os problemas relativos ao fato de que no bairro não tem lugar para as crianças brincarem, o que associado com a falta de transporte público para que seus filhos se locomovam até projetos sociais, faz com que seus 5 filhos tenham que ficar dentro de casa, pois a entrevistada não considera viável que eles fiquem na rua.

Imagine a nossa situação com as crianças todas dentro de uma casa pequena, sem lugar para brincar e sem transporte para os projetos sociais. Na rua eu não deixo meus filhos ficarem, afinal, não existe nem sinalização de trânsito e os carros passam correndo porque não tem obstáculo.

No mesmo sentido, Quitéria, uma faxineira de 63 anos, também reclama da falta de áreas de lazer para as crianças, que faz com que seus netos tenham que ficar dentro de casa, ponto mencionado também por Solange.

Eles ficam presos em casa, é uma pena, mas fazer o que, melhor do que ficar na rua exposto a tudo (Quitéria).

Eles ficam irritados de ficar dentro de casa, mas não tem outro jeito. O quintal é pequeno e não tem sombra e o centro comunitário não tem condições (Solange).

Esta última entrevistada cita outro problema presente no bairro: a irregularidade do sistema de entregas de correspondência pelos Correios, serviço realizado aproximadamente de 15 em 15 dias, fazendo com que os moradores tenham que se deslocar até as agências.

A gente tem que ir até os Correios para buscar as contas, inclusive a prestação da casa, porque ninguém quer saber se recebemos ou não, o que querem é que as contas sejam pagas (Solange).

Outra moradora do Porto Real ouvida na reportagem foi Alessandra, de 38 anos, que critica a politicagem envolvida na produção do bairro, entregue sem nenhuma estrutura.

Esse bairro foi uma grande politicagem, entregaram as casas, mas sem nenhuma estrutura. Não tem árvores, não tem uma praça para as crianças, não tem sinalização de trânsito e nem redutor de velocidade. Já aconteceram acidentes aqui, e se nenhuma providência for tomada, outros virão (Alessandra).

Podemos perceber que os moradores destes enclaves estigmatizados estão conscientes do conjunto de problemas a que estão sujeitos cotidianamente, indicando que a escolha por morar em casas minúsculas, na periferia da cidade, sem infraestrutura, sem equipamentos públicos coletivos, sem estabelecimentos comerciais e de serviços e sem transporte público eficiente, é realmente uma das últimas opções destes segmentos pobres, que reconhecem nos subsídios do governo a única forma de realizarem o “sonho da casa própria”, mesmo que isso signifique, em alguns casos, uma piora das condições de vida da família.

Para os entrevistados que identificam estes enclaves como os mais perigosos de suas cidades, os moradores não são percebidos a partir da perspectiva da acumulação de carências a que estão expostos, mas sim como um sinal claro de que eles são miseráveis que não fazem nada para mudar sua situação de vida, posto que se fossem gente de bem, trabalhariam e conseguiriam morar em um bairro melhor, ignorando o fato de que em sua maior parte os moradores destes enclaves são trabalhadores superexplorados que recebem salários que não lhes permitem suprir nem suas necessidades básicas de reprodução social. Para muito dos “de fora”, estes moradores constituem o “fino da bandidagem”, como citou uma entrevistada, e as principais representações acerca destes espaços acionam imagens como

inferno e Cidade de Deus, em referência à favela carioca, que justificam o evitamento adotado em relação a eles e seus moradores.

No entanto, em alguns casos, apesar de todas as dificuldades e carências envolvidas em habitar nestes enclaves estigmatizados, para alguns moradores, na equação entre custos e benefícios, ainda compensa mais ter uma casa precária em um bairro sem estrutura do que não ter nenhuma. Como exemplo desta perspectiva, podemos citar a fala de uma moradora do bairro Portal da Pérola II em Birigui, produzido com recursos do MCMV, que ouvimos durante o trajeto de um ônibus coletivo que ia do centro para este bairro periférico: a moradora contava para outra as benfeitorias que iniciaria a fazer em sua casa, como construir um muro e colocar portão, além de construir uma pequena varanda com área de serviço, constatando que as condições de sua casa iriam melhorar aos poucos.

Ainda baseados na matéria do jornal *Folha da Região* acerca do bairro Porto Real em Araçatuba, percebemos que a associação direta feita entre ele e os conteúdos de violência e insegurança fica evidenciada pelo fato do jornal dedicar uma página inteira para exibir trechos de entrevistas com autoridades da Polícia Civil e Militar, que falam sobre como as condições precárias do bairro contribuem para as ocorrências violentas. Transcrevemos a seguir algumas destas falas.

O comandante da 6ª Companhia da PM, à qual o bairro Porto Real pertence, capitão Luis Marcelo Cunha Belluzo, cita que o fato do bairro possuir apenas uma entrada facilita a fuga dos criminosos que o habitam.

Um bairro onde existe apenas uma entrada é um problema, afinal, quando a polícia chega, dá tempo das pessoas avisarem os criminosos que estão do outro lado do bairro para que fujam (Capitão Luis Marcelo Cunha Belluzo).

Segundo o delegado da Dise – Delegacia de Investigações Sobre Entorpecentes – Jaime José da Silva, a cada 6 ocorrências registradas por tráfico no Porto Real, 5 envolvem menores de idade, grupo considerado por ele como de alta vulnerabilidade. O delegado diz que os

adolescentes precisam se sentir importantes, enxergar um futuro melhor e ser encaminhados para empregos, no intuito de que não entrem no tráfico, situações difíceis de serem vislumbradas se considerarmos as condições – sociais, econômicas, culturais, simbólicas – precárias em que vivem.

A falta de recursos financeiros é algo difícil de suportar, e os jovens veem as pessoas com um tênis, uma roupa e também vão querer, assim, se envolvem no tráfico como meio de ganhar dinheiro. O que precisa é prioridade para adolescentes em situação de risco, como é o caso dos do Porto Real, no encaminhamento para empregos. É preciso que eles se sintam importantes e que vejam um futuro melhor (Delegado Jaime José da Silva).

Outra autoridade policial ouvida na reportagem foi o delegado Paulo César Cacciatori, do 3º Distrito Policial, que fala sobre a “purificação” do bairro, um processo que segundo ele acontece naturalmente, com a mudança de certas pessoas e com a morte ou prisão de criminosos, mas que pode ser acelerado pelo poder público. Fica ratificado aqui, o estigma da criminalização dos moradores destes bairros, posto que como costuma acontecer, a tendência é que todos sejam considerados como bandidos até que se prove o contrário, ao invés do entendimento oposto – as pessoas são honestas até que se prove o contrário.

Um bairro sem qualquer estrutura física e social tende a ter problemas. A purificação acontece naturalmente, pois pessoas se mudam, criminosos são presos ou morrem e assim por diante. No entanto, um processo que levaria 15 anos pode ser concluído em 4, caso haja a intervenção do poder público nos quesitos básicos, como saúde, educação e segurança pública (Delegado Paulo César Cacciatori).

Observando então, a forma como estas habitações estão sendo produzidas, em massa e sem qualquer preocupação com padrões mínimos de qualidade e conforto, e as decorrências negativas, tanto práticas quanto subjetivas, implicadas na apropriação destes espaços, ressaltamos o entendimento de Ferreira (2012), que fica evidenciado no título de seu livro *Produzir casas ou construir cidades?*, constatando que os déficits relacionados com a habitação não se referem estritamente à

falta de unidades habitacionais em si, mas ao direito à cidade como um todo.

Outros tipos de enclaves que têm sido produzidos nas cidades brasileiras também com financiamento do MCMV são os empreendimentos destinados para cidadãos com renda de até 10 salários mínimos, que realizam o financiamento das habitações diretamente com a Caixa Econômica Federal. Em Araçatuba é significativa a atuação da empresa MRV que já implantou 4 empreendimentos e tem outros em fase de implantação, todos fechados e com o oferecimento de elementos diferenciadores, como espaço *gourmet* e *fitness*, que fazem com que habitações pequenas, praticamente com as mesmas dimensões que as produzidas pelas COHABs, adquiram certo *status* e sejam vendidas com preços relativamente altos, fato que na prática não diminui o desconforto da falta de espaço nos apartamentos, como enfatiza Ferreira (2012). Apesar do tamanho das residências ser praticamente o mesmo que aquelas destinadas aos segmentos de renda de 0 a 3 salários mínimos, toda a “maquiagem” e o trabalho de *marketing* envolvidos na produção desta outra modalidade de habitações, mais rentável para as empresas construtoras, fazem com que elas sejam representadas de forma diferente, ficando longe dos estigmas associados aos bairros de habitação de baixa renda.

Concluimos que o Estado, por meio do direcionamento de seus investimentos na área de habitação, do seu incentivo para a produção privada de habitação pública e da (des)regulamentação do mercado imobiliário, é um agente central na fragmentação socioespacial das cidades, tanto material, quanto subjetivamente, posto que incentiva a estigmatização massiva de certas parcelas das cidades e de seus moradores, ao não oferecer condições dignas, não só de residências, mas de vida nas cidades, estigmas estes reiterados por suas diferentes instituições, como a Polícia, por exemplo, que age a partir da criminalização da pobreza.

Consideramos assim, que nos enclaves socioespaciais estigmatizados temos uma situação análoga à constatada por Machado da Silva (2008) em relação às favelas do Rio de Janeiro, mesmo que com características e intensidades diferenciadas. Para o autor, os moradores das favelas vivem “sob cerco”, tentando lidar cotidianamente com a contiguidade espacial com os traficantes de drogas, com as ações violentas da polícia e com as desconfianças generalizadas que esta proximidade gera nas demais parcelas da sociedade, derivando em experiências de confinamento territorial, como as verificadas nos enclaves que identificamos.

Para sintetizar nosso entendimento acerca da fragmentação socioespacial a partir da produção de enclaves estigmatizados, trazemos a contribuição de Wacquant (2005), para quem a força dos estigmas impostos aos novos “párias urbanos” não devem ser subestimados, principalmente por três aspectos. O primeiro deles é o fato de que a percepção de indignidade pessoal que os estigmatizados carregam assume uma dimensão altamente expressiva em sua vida cotidiana, influenciando no estabelecimento das relações interpessoais e afetando negativamente suas oportunidades nos círculos sociais. O segundo diz respeito à constatação da forte correlação entre a degradação simbólica e a deterioração espacial dos bairros pobres, visto que estes espaços percebidos como depósitos de pobres, anormais e desajustados tendem a ser evitados pelos “de fora”, desdenhados pelas empresas comerciais e ignorados pelos políticos, o que acelera seu declínio e abandono. Por último, o autor destaca que a estigmatização territorial gera entre os moradores estratégias de evasão e distanciamentos mútuos, exacerbando processos de diferenciação social interna, que atuam na diminuição da confiança interpessoal, minando o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da ação coletiva, como temos constatado.

Por fim, enfatizamos que o entendimento de que os bairros tidos como mais violentos são mais seguros para seus moradores e mais perigosos para os desconhecidos deve ser relativizada, visto que, muitas

vezes, os moradores destes enclaves socioespaciais estigmatizados se sentem inseguros em seus próprios bairros, o que é verificado a partir das diferenciações e evitamentos que realizam. Buscamos assim, desconstruir certos estereótipos – correndo o risco de criar outros – que dão conta de uma classe média insegura e com grande mobilidade pela cidade, evitando certos espaços, por um lado, e de segmentos pobres protegidos pelas redes de tráfico de drogas, estando, portanto, mais seguros e mais restritos em sua circulação. É fato que a lógica dualista ainda comanda as representações acerca da sociedade e das cidades, mas concretamente temos situações muito mais complexas que fazem com que os limites entre pobres e ricos, seguidos de suas representações e práticas, se esfumecem, diante do compartilhamento de imaginários dominantes, como o das cidades inseguras. Na seção seguinte observaremos como as práticas dos diferentes cidadãos contribuem para a fragmentação socioespacial das cidades, em diferentes âmbitos.

3.3. Fragmentação socioespacial em Araçatuba e Birigui: práticas e representações

Consideramos que a produção de enclaves socioespaciais, tanto os destinados aos ricos quanto os habitados por pobres, é um dos principais processos que levam à fragmentação das cidades contemporâneas, ao estilhaçá-las em diversas parcelas de conteúdo social relativamente homogêneo e de acesso controlado, que praticamente não estabelecem nenhum tipo de relação entre si. No entanto, a fragmentação socioespacial não se resume à produção destes enclaves, posto que as práticas e as representações que orientam o cotidiano urbano vão além das clivagens materializadas espacialmente, com limites bem definidos.

Como ressalta Salgueiro (1997) a fragmentação socioespacial é definida também no plano das práticas, com a tendência crescente para a realização de apropriações pontuais e intensivas do espaço, em contraposição a apropriações extensivas ou em mancha, como

aconteciam nas cidades tradicionais. Ao observar as práticas cotidianas relatadas por nossos entrevistados podemos observar a consolidação dessa tendência nas cidades estudadas, visto que a apropriação do espaço para a realização das mais diferentes atividades é pautada numa acentuada seletividade, que não se baseia primordialmente nos princípios de continuidade espacial ou de proximidade. Desse modo, as cidades são divididas continuamente em conjuntos variáveis de pontos passíveis de apropriação por cada cidadão, definidos por critérios objetivos e subjetivos, num contexto em que as práticas socioespaciais cotidianas vão dando contiguidade aos espaços urbanos, ao ligar os diferentes fragmentos selecionados.

Sobre esse aspecto, Sposito (2011) enfatiza que nas cidades contemporâneas não há unidade espacial porque as ações sobre o espaço e sua apropriação se dão sempre de maneira parcelar, posto que as movimentações das pessoas pelos espaços são feitas a partir de critérios que lhes são peculiares, tanto no plano individual, em que prevalecem seus interesses, condições e escolhas, quanto no social, no qual aspectos históricos associados por exemplo, a condições socioeconômicas, perfil cultural e preferências de consumo influenciam na seleção dos espaços a serem apropriados. A autora (2011) ressalta que aspectos como a área da cidade em que os cidadãos residem, onde trabalham ou estudam, os percursos diários que estabelecem e o tempo necessário para realizá-los influenciam diretamente suas formas de apropriação.

No entanto, esse tipo de apropriação pontual sem continuidade espacial não foi o único que verificamos nas cidades estudadas. A partir dos relatos dos entrevistados observamos que o processo de fragmentação socioespacial pode ser alimentado também por outros tipos de práticas, também pontuais e que se contrapõem à perspectiva da totalidade da cidade.

De uma maneira geral, identificamos na pesquisa dois padrões básicos de práticas socioespaciais pautadas na fragmentação: a) apropriação pontual da cidade a partir da seleção de diversos

fragmentos espaciais localizados em diferentes partes da cidade, para a qual a mobilidade urbana é fundamental; e b) apropriação pontual da cidade por meio da seleção de uma área restrita para a realização das atividades cotidianas, com poucos contatos externos. Assim, complementamos o entendimento de que a fragmentação se dá a partir da escolha de vários fragmentos dispersos pelas cidades. Esse processo se completa por outro, em que a apropriação da cidade é circunscrita essencialmente a um único fragmento, por diferentes motivos.

Para contextualizar esses aspectos a partir das cidades estudadas apresentamos a seguir os relatos de quatro entrevistados que nos permitem observar e contrapor as diferentes formas de apropriação fragmentada das cidades.

Inicialmente trazemos alguns trechos da entrevista de Helenice, que reside em um bairro popular na cidade de Araçatuba.

[Aproximadamente quantas vezes por semana a senhora realiza atividades fora do bairro?]

Eu só saio daqui pra pagar conta. O resto eu faço aqui no bairro mesmo. Vou no mercadinho ali na esquina, vou na minha mãe, tudo aqui perto. Agora no centro, é só quando eu vou pagar conta, ou quando eu vou comprar alguma coisa que eu preciso e não aqui, daí eu tenho que ir lá. A gente sai algumas vezes pra comer fora, mas a maioria das vezes a gente come um cachorro quente depois da missa, aqui perto.

[Então vamos detalhar um pouco. A senhora disse que vai ao mercado aqui do bairro, mas vai também em algum fora daqui também?]

Eu vou uma vez por mês em um mercado grande. Vou fazer a compra do mês no Rondon, mas no dia a dia eu não fico saindo não, compro os picadinhos no mercadinho do bairro.

[Aqui no bairro tem bastante comércio?]

Aqui tem um mercado, uma loja de calçados, tem venda de gás e água, tem bastante coisinha, tem padaria, tem lojinhas. Praticamente a gente nem precisa sair pra comprar as coisas do dia a dia. Tem tudo por aqui. Por exemplo, verduras, legumes, ovos, o homem passa aqui na nossa porta toda semana. Tem sorveteiro também, que já sabe que aqui tem bastante criança e passa toda semana. Então tem tudo aqui.

[E compra de roupas e sapatos, por exemplo, você faz aqui no bairro ou fora?]

Eu quase não compro essas coisas, mas quando eu preciso eu vou na loja aqui do bairro, porque eu já sei que eu vou achar o tipo de roupa que eu gosto, mais simples, porque eu não gosto de roupa com muita frescura. Às vezes eu compro alguma coisa no centro, quando eu vejo alguma coisa que eu gosto, que tá num preço bom. Mas de eu sair pra ir numa loja, eu vou aqui mesmo.

[E serviços bancários? Também é aqui no bairro?]

Também, aqui tem caixa eletrônico, então eu faço tudo por aqui mesmo. Só quando tem alguma conta que não dá pra pagar aqui é que eu vou no centro, mas é raro. (Helenice, professora aposentada, 61 anos, Araçatuba).

A fala dessa entrevistada indica que a maior parte de suas atividades cotidianas é realizada no âmbito do seu próprio bairro, que possui uma configuração mínima que permite que ela se desloque para outros espaços apenas em algumas ocasiões. Em sua percepção não é preciso sair sempre do bairro porque ele tem tudo de que necessita. Um aspecto interessante que pode ser observado a partir dessa entrevista é a existência de serviços típicos de cidades pequenas, como o verdureiro e o sorveteiro que passam semanalmente pelo bairro para vender seus produtos, o que contribui para que os deslocamentos sejam diminuídos.

Esse tipo de contato com as cidades contribui para a fragmentação socioespacial, pois é indicativo de uma forma de encerramento espacial, diferente do verificado na apropriação dos enclaves. Nesse caso, o próprio bairro pode ser considerado como um grande fragmento urbano que permite que a entrevistada realize uma apropriação parcelar da cidade. Esse tipo de encerramento espacial foi observado também no relato de outra entrevistada, mas por motivos diferentes. Maria reside em um dos bairros que podem ser considerados como enclaves socioespaciais estigmatizados – o Quemil em Birigui. Seu bairro não tem uma estrutura de comércio e de prestação de serviços bem consolidada, mas essa dona de casa tem suas necessidades básicas supridas pelas filhas, que se movimentam mais pela cidade. A entrevistada revela que não tem interesse de sair muito de sua casa e

de frequentar outros bairros, mesmo tendo à sua disposição um carro e uma moto em sua casa. Segundo Maria, esse costume de não sair muito de casa e de “ir na cidade” apenas algumas vezes é um hábito que adquiriu na época em que morava no sítio. Trazemos alguns trechos das falas desta entrevistada:

[A senhora poderia descrever um pouco da sua rotina, começando de quando a senhora acorda...]

Eu levanto umas sete e meia, às vezes nove e meia, vou tratar das galinhas e dos passarinhos. Na maior parte das vezes fico na minha casa mesmo, fazendo serviço, assistindo televisão. De vez em quando eu vou na minha mãe, levar ela no médico e só, fico cuidando da casa e vou na igreja de noite.

[Quantas vezes por semana, mais ou menos, a senhora sai do bairro pra fazer algum tipo de atividade?]

Não saio toda semana não. É só quando eu vou na minha mãe, mas ela mora no bairro aqui vizinho, ou no meu filho, que também é no mesmo bairro dela, aqui do lado.

[Onde a senhora faz compras de supermercado?]

Ah, eu não vou no mercado, quem vai é a minha menina. Ela vai sempre no Bandeirantes. Toda semana ela vai pra mim, pergunta o que tá mais precisando e de tarde ela me traz.

[E pra comprar roupa e sapato, a senhora é acostumada a ir em algum lugar?]

Pra essas coisas a gente vai no centro. Nas lojas de lá. Mas só quando tá precisando.

[Quantas vezes por mês a senhora vai no centro?]

Acho que uma, às vezes duas, no máximo. Tem mês que eu nem vou. É muito longe daqui, não dá pra ficar indo não.

[Quanto tempo leva pra ir daqui para o centro?]

De 15 a 20 minutos mais ou menos.

[Isso à pé?]

Não, de carro ou de moto. Dá pra ir à pé também, mas é longe. Deve dar uns 40 minutos ou mais, acho que uns 50 minutos de caminhada. É longe, não dá pra ir não. Deus me livre. Não gosto nem de pensar. E outra coisa, eu também gosto é de ficar mais no sossego, sou mais pacata, gosto mais de ficar é na minha casa mesmo, não gosto de ir na cidade. É porque quando eu morava no sítio a gente só ia na cidade de vez em quando. Então eu peguei esse costume. (Maria, dona de casa, 51 anos, Birigui).

O encerramento espacial dessa entrevistada contribui duplamente para o processo de fragmentação socioespacial porque além dela residir em um enclave estigmatizado, no qual o acesso aos diferentes segmentos sociais é restrito devido às percepções de insegurança, o fato dela não ter o hábito de sair do bairro cotidianamente aumenta o caráter de homogeneidade social de suas relações de sociabilidade e dificulta o contato com outras realidades espaciais, o que prejudica a produção de representações comuns acerca da cidade como um todo.

Mas residir num enclave não significa necessariamente viver numa situação de encerramento espacial. Daniele, filha de Maria, também mora no bairro Quemil, mas relatou um conjunto de práticas muito diferente das citadas por sua mãe. Seu cotidiano está muito mais associado à tendência de apropriação pontual e intensiva de pequenos fragmentos espaciais, sem uma preocupação expressa com seus entornos imediatos. Deste modo, a rede de relações socioespaciais de Daniele é bem mais variada e representa outro padrão de apropriação fragmentada das cidades, como podemos observar a partir dos trechos selecionados a seguir.

[Descreva um pouco de sua rotina, que hora você acorda, o que faz ao longo do dia, em que bairros costuma ir...]

Eu acordo às 5 da manhã, porque eu entro no trabalho às 6 horas, na escolinha do Santa Luzia. Saio ao meio-dia, vou pra casa e almoço. Nessa semana, por exemplo, eu tô levando minha sobrinha no médico, depois eu vou fazer estágio na APAE, até às 5 horas, volto pra casa, vou pra academia no Silvares. Da academia volto pra casa de novo, tomo banho, janto, aí às vezes eu vou na casa da minha mãe ou vou na igreja.

[Então você sai bastante aqui do bairro, mais ou menos quantas vezes por semana?]

Eu saio toda hora. Vou trabalhar em outro bairro, levo minha sobrinha no médico lá do outro lado, depois vou na academia que é também em outro bairro, aí volto. Pra bem dizer fico em casa direito só pra dormir mesmo.

[E compras de supermercados, onde você costuma ir?]

Eu vou onde tem promoção. Chegam os folhetinhos em casa e a gente já vai ver as promoções de cada mercado. Tá precisando de óleo, o óleo tá mais barato em tal lugar, a gente vai lá e busca só o óleo. Tá precisando de fruta, a

gente vê onde tá em promoção. Parece que não, mas isso dá uma economia. Cada hora eu tô em um, no Bandeirantes, no Jardim, no Cidade Canção, no Amigão, eu vou onde tiver promoção. Pego minha motinha e vou pra cima e pra baixo.

[...]

[E ao centro, você costuma ir?]

Eu vou direto, quase todo dia eu passo por lá pra fazer alguma coisa. Ou eu vou na biblioteca ou vou numa farmácia, às vezes tem reunião da escola na secretaria de educação, ou dia de sábado eu vou comprar alguma coisa. Direto então eu tô lá.

[E o que você costuma fazer como atividade de lazer?]

Durante a semana é complicado, o que eu gosto de fazer mais é ir na academia. No final de semana a gente vai pra beira do rio, junta todo mundo e fazemos um churrasquinho entre nós mesmos, essas coisas. Eu não sou de ir em festa, boate eu nunca fui, rodeio também eu não vou. Eu não gosto de lugar com muita gente não, acho perigoso, então prefiro ficar só com minha família.

[...]

[Você vai a algum lugar à pé?]

Não, lugar nenhum. Por exemplo, a casa da minha mãe fica praticamente a quatro ruas daqui, mas eu não vou à pé. É difícil eu andar à pé. Aqui, o bairro é longe de tudo, o sol é muito quente. De noite não dá pra você ficar andando à pé, porque é perigoso, então a gente tem que procurar uma coisa mais rápida pra sair logo da rua, então é sempre de carro ou de moto. (Daniele, professora, 25 anos, Birigui).

Ao contrário de Maria, Daniele não estabelece suas relações e práticas socioespaciais a partir do bairro em que reside, mas sim de um conjunto de parcelas espaciais localizadas em diferentes partes da cidade. Os relatos dessa entrevistada são emblemáticos, pois mostram que não são apenas os segmentos de médio e alto poder aquisitivo que apresentam uma alta mobilidade pela cidade e apropriam fragmentadamente os espaços urbanos. Essa tendência perpassa todos os segmentos sociais, respeitadas as diferentes condições de cada um deles. O último depoimento que selecionamos contém muitos elementos que nos ajudam a vislumbrar as práticas socioespaciais que fragmentam as cidades contemporâneas.

Vanessa, 39 anos, proprietária de uma empresa de seguros residenciais, moradora de um bairro destinado aos segmentos médios na cidade de Birigui, realiza suas atividades cotidianas em diferentes partes da cidade ou mesmo na cidade vizinha, Araçatuba, mostrando uma elevada mobilidade espacial, que não é acompanhada, no entanto, por uma profundidade em suas apropriações, visto que apesar de circular – sempre de carro – por diversos espaços, não estabelece relações mais estreitas neles e com eles, como podemos perceber nos trechos abaixo.

[Você poderia descrever um dia da sua rotina, o que costuma fazer, em que lugares costuma ir, se fica mais aqui no seu bairro...]

Bom, eu ando na cidade inteira, não fico só aqui no meu bairro não. Na verdade eu só volto pra cá de noite, porque fico o dia inteiro fora, a gente praticamente só vem pra casa pra dormir. Logo de manhã eu saio e vou pra empresa trabalhar, fico lá até a hora do almoço, aí vou almoçar...

[Você volta pra casa pra almoçar?]

Não, a gente sempre come fora, na maior parte das vezes em um restaurante ali no centro mesmo, que é perto do trabalho. Depois eu volto pra empresa e fico lá até umas quatro horas.

[Você disse que costuma almoçar no centro, além disso, você faz alguma outra atividade ali, por exemplo, compra alguma coisa?]

Olha, no centro a gente só almoça no Panela de Ouro e vai ao banco quando precisa, porque a maioria das coisas hoje dá pra resolver pela internet. Quando não dá, a gente vai na nossa agência do centro. Agora pra comprar é muito raro, porque o horário do almoço é sempre muito corrido e no final de semana eu não quero voltar no centro. Fico a semana inteira ali, é sempre muito movimentado, não gosto muito não, me incomoda um pouco.

[Onde você costuma comprar roupa, sapato, por exemplo?]

Depende muito, eu compro em várias lojas, não tenho nenhuma específica não. É mais onde eu acho uma coisa que me interessa. Eu ando comprando muita coisa no shopping de Araçatuba, porque lá a gente já aproveita pra passear, comer alguma coisa, dá uma esticadinha no cinema e acaba comprando alguma coisa, mas eu não sou muito consumista não.

[*Você costuma ir muito ao shopping? Quantas vezes por mês?*]

A gente acaba indo muito pra Araçatuba, na maioria das vezes por causa do trabalho, aí a gente sempre aproveita pra dar uma voltinha no *shopping*, pra comer ou pra ver alguma coisa mesmo. Então, eu acho que eu vou no shopping toda semana, pelo menos uma vez.

[*E como lazer, o que você costuma fazer?*]

Bom, lazer é meio complicado, quase não sobra tempo não, é mais assim, comer uma pizza no final de semana, assistir um filme. A gente vai muito pro sítio também, lá dá pra descansar bem. Ou vai pra casa de um amigo. Mas eu acho que a gente é bem caseiro, não temos o costume de sair muito não. Durante a semana a vida já é bastante agitada, aí a gente quer mais é sossego.

[*Vocês visitam amigos em outros bairros? Poderia dar exemplos?*]

A gente tem amigos em vários bairros, no Silvares, no Jardim Pérola, mas a gente vai pouco na casa deles, a gente se encontra mais em algum restaurante, coisas assim.

[*E espaços públicos, vocês costumam ir em algum? Pra caminhar, por exemplo, alguma praça?*]

Tem o Parque do Povo, onde as pessoas costumam caminhar. Eu não vou porque meu marido não gosta, a gente prefere ir na academia mesmo. Ele fala que se ele vai caminhar lá, ele não tem sossego, porque aí ele pode encontrar um monte de clientes dele, aí eles vão perguntar sobre trabalho, isso e aquilo, então ele prefere privacidade. Quando a gente não está no trabalho a gente foge de espaço público, porque a gente já lida com gente o tempo inteiro.

[*E seus deslocamentos pela cidade são feitos como? De carro, a pé?*]

Tudo de carro. É de carro sempre. Até pra buscar pão, a gente não vai a pé. Acho que a gente vai perdendo esse costume de andar, acho que se eu ficar sem carro eu não vou conseguir fazer nada, não vou me encontrar. (Vanessa, proprietária de empresa de seguros, 39 anos, Birigui).

A entrevistada inicia seu relato destacando que estabelece relações na *cidade inteira* e que vai para casa somente para dormir. Dessas afirmações podemos desdobrar dois aspectos: a) as limitações presentes no que a entrevistada considera como *cidade inteira* e b) os indícios da apropriação fragmentada que realiza, utilizando o próprio

bairro em que mora de forma restrita, valendo-se praticamente apenas de sua casa.

Para tratar do primeiro aspecto, retomamos mais um trecho da fala desta entrevistada, que afirma evitar certos bairros da cidade, pois os considera muito perigosos.

[Você disse que circula pela cidade inteira, mas tem algum lugar, algum bairro que você evita ir, que tem medo de ir?]

Não dá mesmo pra ir em certos lugares. Por exemplo, no Quemil e no Crevelaro, eu não vou. Porque eu já sei que lá é perigoso, que lá tem muito traficante, um pessoal da pesada, coisa feia mesmo. São os lugares que todo mundo comenta que a gente não pode ir, então eu não vou.

Na representação que esta entrevistada possui acerca da cidade, estes bairros pobres, identificados hegemonicamente como inseguros, não entram na composição do que ela reconhece como sendo a *cidade inteira*, onde ela diz circular. No plano simbólico, estes bairros não são considerados integrantes da *sua* cidade, não estando, portanto, entre os espaços dos quais se apropria e com os quais se preocupa.

Outro aspecto que podemos observar é que além de estabelecer relações pouco intensas em seu próprio bairro de moradia – processo enfatizado por Salgueiro (1997, p. 229) como fator característico das cidades fragmentadas, nas quais “o próprio bairro enquanto extensão e suporte de práticas quotidianas e de relações sociais perde sentido” –, Vanessa realiza uma apropriação restrita também da área em que trabalha – o centro tradicional. Apesar de ir todos os dias para o centro da cidade, ela não o utiliza para outras finalidades além do trabalho, do almoço e das idas ao banco. Suas atividades de consumo, por exemplo, não são realizadas no centro, visto que, segundo a entrevistada, ele é muito movimentado, o que a incomoda.

Como espaço de consumo de artigos pessoais, como roupas e sapatos, a entrevistada destaca o *shopping* localizado em Araçatuba como um de seus espaços preferidos, visto que nele é possível aliar o consumo com atividades de lazer. Segundo a rotina relatada pela entrevistada, podemos constatar que o *shopping center*, mesmo

localizado em outra cidade, faz parte de sua apropriação cotidiana, visto que o frequenta praticamente todas as semanas.

Desta forma, podemos considerar que Vanessa possui um amplo campo de apropriação urbana, sempre pontual, que contém até um enclave localizado na cidade vizinha, advindo do grau de mobilidade que apresenta e de suas escolhas cotidianas. Essa amplitude de espaços apropriados é acompanhada da fragmentação tanto na localização destes espaços quanto nos tipos escolhidos.

Neste trecho selecionado, a entrevistada relata uma rotina baseada majoritariamente na apropriação de espaços privados. Os espaços públicos são representados negativamente, como propiciadores de encontros indesejados, sendo, portanto, evitados, o que revela mais um conteúdo do processo de fragmentação contemporâneo, já ressaltado – o esvaziamento dos espaços públicos, tradicionalmente associados com a possibilidade de seu compartilhamento entre diferentes segmentos sociais, o que não é mais valorizado atualmente.

Os deslocamentos da entrevistada pelos diferentes espaços da cidade são feitos exclusivamente de carro, outro fator que coloca limites na qualidade da apropriação que realiza e faz com que ela seja ainda mais fragmentada, pois propicia o estabelecimento de relações sempre muito efêmeras com os espaços, concentradas nos pontos isolados que frequenta. Sobre este aspecto, Gomes (2006) afirma que na condição urbana contemporânea há uma vivência cada vez mais restrita dos espaços das cidades, posto que as vias públicas passam a ser utilizadas quase que exclusivamente a partir de seu valor instrumental primário, que é o da circulação. As ruas deixam de ser espaços de encontros e se limitam a ser apenas caminhos de passagens para os automóveis que nos conduzem a espaços determinados.

Outro aspecto recorrente na descrição dos cotidianos urbanos analisados na pesquisa, que comparece na fala de Vanessa, é o destaque para a rotina diária corrida, com pouco tempo para as atividades de lazer, por exemplo, que indica uma aceleração dos tempos também nas cidades não metropolitanas, fato que deve ser contraposto

com as experiências que demonstram a permanência e a coexistência de ritmos mais lentos nas cidades estudadas, típicos ainda das “cidades do interior”.

Os elementos ressaltados a partir dos relatos destes entrevistados foram verificados também por meio da realização de outro recurso metodológico que utilizamos em nossa pesquisa: pedir para que alguns dos entrevistados nos levassem de carro para conhecer as cidades em que residem. Das sete pessoas que realizaram esta atividade, pertencentes a segmentos sociais diferentes e nas duas cidades estudadas, nenhuma nos apresentou os bairros pobres e estigmatizados como fazendo parte de suas cidades.

As áreas centrais, os loteamentos fechados, o *shopping center* e alguns bairros destinados aos segmentos de maior poder aquisitivo – os “bairros bons” – são os espaços que mais foram selecionados pelos entrevistados para representar suas cidades. Mesmo aqueles que moravam em bairros pobres, ignoraram seus próprios bairros e os vizinhos, não os apresentando espontaneamente, como se eles não devessem ser mostrados e sim escondidos, fato que ocorreu em parte pelo entendimento prévio de que queríamos conhecer apenas as partes bonitas e ricas das cidades, mas também porque para muitos, a cidade ideal que imaginam não deve conter estes espaços degradados – material e simbolicamente – que são evitados em suas próprias apropriações cotidianas.

Diante do exposto, concordamos com Cárrión (2008, p. 121) quando ele afirma que o processo de fragmentação faz dos cidadãos estrangeiros em suas próprias cidades, posto que quando eles se desviam dos caminhos habituais e das territorialidades cotidianas passam a se sentir como forasteiros, reforçando a percepção de que para ir de um bairro ao outro deve ser necessário passaportes e vistos, ao se considerar cada um deles como unidades fechadas e autárquicas.

Reconhecemos que não esgotamos todos os tipos de práticas socioespaciais que compõem a fragmentação. Nosso objetivo principal é enfatizar que este processo se expressa de diferentes maneiras e se

configura a partir da conjunção de diferentes práticas, definidas tanto na escala macro – decisões empresariais, financiamentos públicos, investimentos internacionais, por exemplo – quanto na escala micro das escolhas individuais cotidianas.

Nesse sentido, constatamos que as cidades estudadas, em vias de fragmentação socioespacial, contêm múltiplas relações dialéticas perpassando seu processo de produção, apropriação e apreensão, ligadas à convivência do novo com o antigo, à existência de práticas metropolitanas coexistindo com práticas típicas de cidades menores e aos embates postos na interação entre os imaginários que se pretendem hegemônicos e globais com aqueles que são gestados localmente.

Nesse contexto, o imaginário das cidades inseguras acrescenta novos conteúdos e novas justificativas para o processo de fragmentação socioespacial, como trataremos na próxima seção do texto, que trata da incorporação crescente de mecanismos de controle e disciplina nas práticas cotidianas dos cidadãos.

Práticas socioespaciais nas cidades fragmentadas: reafirmação das relações de poder

Diferentes autores têm apresentado leituras distintas, mas convergentes e complementares, acerca de como a preocupação com a segurança (e todos os encobrimentos que esta preocupação contém) vem alterando as cidades, em diferentes partes do mundo, e as práticas nelas desenvolvidas. Temos, por exemplo, as “cidades de muros” tratadas por Caldeira (2000), os “arquipélagos carcerários” de Soja (2008), a cidade de quartzo de Davis (2009), a militarização da questão urbana trabalhada por Souza (2008) e a securização urbana tratada por Melgaço (2010). Todas essas reflexões se referem a contextos metropolitanos, nos quais as preocupações com a segurança vêm transformando a vida dos cidadãos há mais tempo. Nossa pesquisa tenta contribuir para a discussão acerca da disseminação do imaginário das cidades inseguras também em contextos não metropolitanos, visto

que atualmente estes espaços têm sido alterados a partir da incorporação da busca por segurança como uma necessidade básica.

Os diferentes segmentos sociais, de acordo com suas condições, vão desenvolvendo estratégias cotidianas para lidar com a insegurança, escolhendo cada vez mais a apropriação de espaços privados e fechados ou sendo rigorosamente seletivos em relação aos espaços que frequentam e aos segmentos sociais com os quais se relacionam – práticas que resultam em experiências urbanas mais restritas, pobres em significações e mais previsíveis, como já demonstramos. Apesar disto, a veiculação crescente das imagens e discursos ligados à insegurança urbana não tem como objetivo extinguir a vida urbana, mas conformá-la dentro de limites manipuláveis, capazes de gerar diferentes tipos de vantagens para o conjunto de agentes que interatuam na consolidação das representações que associam indistintamente cidades e insegurança. Deste modo, as intencionalidades subjacentes à generalização da insegurança indicam a conformação de tipos específicos de experiências urbanas.

Por meio das entrevistas e das observações em campo, constatamos que a produção, circulação, aceitação e reelaboração constante do imaginário das cidades inseguras fazem com que diferentes tipos de comportamentos socioespaciais sejam comandados pela questão dos controles, exercidos tanto nos espaços fechados e vigiados quanto nas demais parcelas das cidades e que perpassa todos os segmentos sociais, em intensidades distintas.

Os diferentes tipos de controles exercidos pela e sobre a sociedade e seus espaços são inerentes à vida nas cidades desde seus primórdios. No entanto, seus conteúdos foram se alterando ao longo do desenvolvimento da sociedade e do processo de urbanização. Foucault (2008) identifica a existência de três períodos históricos nos quais predominam modalidades específicas de exercício do poder que influenciam na definição dos controles a serem postos em prática: a) Sistema legal, baseado no funcionamento do mecanismo penal arcaico, que vigorou desde a Idade Média até o século XVIII; b) Mecanismo

disciplinar, que é pautado na microfísica do poder, no disciplinamento dos corpos, e que começa a ser instaurado a partir do século XVIII; e c) Mecanismo da segurança, característico do momento contemporâneo, fundamentado no biopoder ou biopolítica, controlando os homens enquanto “população”, a partir de seus espaços de reprodução e circulação.

É importante ressaltar que apesar de identificar estes três períodos, Foucault (2008, p. 9-12) não considera que a prevalência de um mecanismo faça os outros desaparecerem. Enfatiza que o arcaico, o moderno e o contemporâneo encontram-se um no outro, como partes constituintes. Sendo assim, não existe disciplina apenas no período disciplinar, ela já estava em gestação quando predominava o sistema legal e os dois dão suporte atualmente ao mecanismo de segurança.

No intuito de compreender melhor os processos que perpassam a produção das cidades contemporâneas, inseridas no contexto da Sociedade da (in)Segurança, elencamos alguns aspectos principais de cada período identificado pelo autor, que nos permitem observar tanto as diferenças entre as características de cada um deles quanto suas imbricações. As reflexões apresentadas abaixo são baseadas em Foucault (2008, 2010, 2011) e nas ponderações de Haesbaert (2008, 2010) acerca das proposições deste autor.

- 1) Sociedade da soberania: marcada por um tipo macro de exercício do poder – o poder do soberano, do Estado – que é focalizado no controle do território. Neste período, temos um sistema penal baseado na instituição de leis e de suas punições correspondentes que definem o que é permitido e o que é proibido.
- 2) Sociedade disciplinar: continua a existir o mesmo tipo de leis associadas às punições correspondentes, mas passam a ser incorporadas uma série de vigilâncias, controles e esquadrinhamentos que se concentram nos corpos dos indivíduos, no nível micro. O poder disciplinar tende a circunscrever espaços nos quais seus mecanismos podem funcionar plenamente – prisão,

escola, fábricas, hospitais –, por isso é centrípeto, concentra e encerra.

- 3) Sociedade da segurança: a aplicação das leis, das punições e dos mecanismos de vigilância se faz a partir da consideração de uma série de questões relativas ao estabelecimento de parâmetros sociais e econômicos aceitáveis que garantam uma média ótima para o funcionamento da sociedade. Os dispositivos de segurança se baseiam no cálculo de probabilidades e de custos, que permitem que se controlem os comportamentos, os fluxos, a circulação dos homens, não enquanto indivíduos, mas como população/espécie – na esfera do biopoder. Os mecanismos de segurança são centrífugos, tendem a se ampliar perpetuamente, envolvendo a psicologia, a produção, as maneiras de fazer dos produtores, consumidores, dos mercados, por exemplo. É neste contexto que os mecanismos de segurança transbordam pelos diferentes espaços urbanos e pelos distintos segmentos sociais.

Ainda segundo Foucault (2008), podemos resumir as diferenças entre esses três momentos históricos da seguinte forma: a) no sistema penal a ordem é o que resta quando se houver impedido tudo que é proibido; b) o mecanismo disciplinar diz para cada indivíduo o que ele tem que fazer a cada momento; e c) o mecanismo de segurança permite que os processos ocorram até certos limites pré-estabelecidos e considerados como aceitáveis. Neste sentido, cabe a transcrição do trecho a seguir:

Poderíamos dizer também que a lei trabalha no imaginário, já que a lei imagina e só pode ser formulada imaginando todas as coisas que poderiam ser feitas e que não devem ser feitas. Ela imagina o negativo. A disciplina trabalha, de certa forma, no complementar da realidade. O homem é malvado, o homem é ruim, ele tem maus pensamentos, tendências más, etc. Vai-se constituir, no interior do espaço disciplinar, o complementar dessa realidade, prescrições, obrigações, tanto mais artificiais e tanto mais coercitivas por ser a realidade o que é e por ser ela insistente e difícil de se dobrar. Enfim, a segurança, ao contrário da lei que trabalha no imaginário e da disciplina que trabalha no complementar da realidade, vai procurar trabalhar na realidade, fazendo os

elementos da realidade atuarem uns em relação aos outros, graças e através de toda uma série de análises e de disposições específicas (FOUCAULT, 2008, p. 61-68).

As reflexões apresentadas nos permitem constatar que a produção das cidades inseguras é resultante da articulação entre um nível macro (controles estatais, intervenções do capital/mercados, organizações criminosas, etc.) e um nível micro (diferentes relações estabelecidas pelos cidadãos no seu dia a dia) de exercícios de poder. Além de serem formuladas a partir de escalas diferentes, estas relações de poder também são exercidas em diferentes âmbitos, dos mais amplos (espaços e segmentos sociais nas cidades) aos mais restritos (hábitos, gestos e comportamentos individuais). Podemos observar ainda, diferentes interações entre os fechamentos típicos dos mecanismos disciplinares – prisões, casas fortificadas, loteamentos fechados – e os “fechamentos” característicos da sociedade da segurança – múltiplas barreiras impostas à circulação e técnicas de evitamento –, considerando também as influências dos dispositivos legais na configuração das experiências urbanas.

Um aspecto importante nas cidades produzidas sob o imaginário da insegurança é que atualmente os mecanismos de disciplina ganham novas potencialidades, a partir do desenvolvimento técnico e informacional, como ressaltam Souza e Compans (2009). As autoras, baseadas nas reflexões de Foucault, enfatizam o papel do olhar eletrônico – câmeras, imagens de satélite, GPS – e da estatística informatizada, que proporciona novas formas de apuração, contagem e esquadrinhamento, na constituição da sociedade de controle, na qual temos a construção da imagem de um vigilante difuso, indeterminado, irreconhecível e múltiplo, que baseia a “vigilância natural”, internalizada pelo vigiado e realizada pelo conjunto da sociedade. O objetivo da vigilância é situar no delinquente a dúvida sobre o vigilante, provocando constrangimentos que se ampliam na medida em que ela pode ser realizada por um coletivo de moradores com os quais se pode ter relações pessoais (SOUZA e COMPANS, 2009).

Mesmo reconhecendo que as reflexões de Foucault são mais complexas do que as leituras que realizamos neste capítulo, continuamos nos apoiando em suas análises para basear nosso entendimento acerca da influência das relações de poder na produção das cidades inseguras contemporâneas. Um aspecto que deve ser ressaltado é o fato de que o poder não deve ser encarado como um fenômeno de dominação homogênea de um indivíduo ou grupo de indivíduos sobre os outros e nem como algo que possa ser dividido entre os que o possuem e aqueles que a ele são submetidos (FOUCAULT, 2010, 2011). O poder também não é um objeto natural, uma coisa: é uma prática social que pode se estabelecer de diferentes maneiras e em diferentes instâncias, indo desde os poderes estatais até os micropoderes que agem sobre os corpos dos indivíduos. Para o autor, o exercício do poder é muito ambíguo e passa por canais muito sutis, posto que cada um de nós é titular de um certo poder, sendo responsável então, por sua veiculação. Desta forma, “as redes da dominação e os circuitos da exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros” (FOUCAULT, 2011, p. 160).

Sendo considerado assim, como uma relação social circular e em cadeia, podemos elencar alguns exemplos de como o poder se capilariza na produção das cidades inseguras: a) poder expresso na dominação imaginária; b) poder de produzir figurações que transformam os pobres em um segmento a ser temido; c) poder referente à capacidade de torná-los invisíveis; d) poder de limitar a circulação pelos diferentes espaços urbanos; e) poder associado à restrição das possibilidades de compartilhamentos de espaços e experiências entre os diferentes segmentos... Enfim, essas características fragmentadoras que marcam os cotidianos urbanos contemporâneos só são possíveis a partir de embates, explicitados ou não, entre diferentes instâncias de poder, que vão se replicando ao longo do processo de produção/apropriação/apreensão das cidades.

Neste contexto, observamos que em praticamente todas as parcelas urbanas estamos sujeitos a diferentes tipos de vigilância e

normas disciplinares – formais ou informais –, que dão suporte aos mecanismos de segurança. Como vimos, a presença dos controles e da vigilância nas cidades não é exclusiva da contemporaneidade, mas a progressiva disseminação do imaginário das cidades inseguras leva esses aspectos a novos patamares. Como exemplos disso, podemos citar as notícias recentes acerca da implantação de toques de recolher (tanto impostos por criminosos quanto institucionalizados pelos governos municipais) em diferentes cidades brasileiras; sobre a instalação de câmeras de vigilância em salas de aula de colégios particulares e as relativas à colocação de *chips*, que registram a permanência dos alunos na escola, em seus uniformes. Nos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, a presença das câmeras de vigilância e de seguranças armados não nos causa surpresa.

Consideramos assim, que atualmente, diferentes controles incidem sobre o habitar a cidade: nos gestos, nas atitudes, nos hábitos, nos discursos, nas aparências. As experiências urbanas são formatadas a partir das preocupações com a segurança e as tecnologias do poder – disciplina e vigilância – (FOUCAULT, 2008) são condições para que a fragmentação socioespacial, nos termos que estamos tratando, se desenvolva. A insegurança urbana tem papel de catalisador da aceitação e justificação da incorporação destas tecnologias de poder em nossos cotidianos.

Deste modo, tanto os segmentos pobres – que sofrem formas mais explícitas de controle – quanto as elites e os segmentos médios são alvos da expansão da vigilância em seus espaços de apropriação. Considerando que o poder funciona e é exercido em rede, Foucault (2011) ressalta que os indivíduos não só circulam por suas malhas, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação. Assim, percebemos que ao mesmo tempo em que somos submetidos aos mecanismos de poder, também somos responsáveis por reproduzi-los e perpetuá-los.

As cidades produzidas a partir do imaginário da insegurança nos dão um exemplo de como um mesmo cidadão pode,

concomitantemente, sofrer as consequências da dominação advinda das relações de poder e ser um agente de sua projeção. Considerando as interações que verificamos no interior dos segmentos pobres, podemos observar que, apesar de em um plano mais geral eles fazerem parte de um mesmo grupo de dominados, há muitos níveis de exercício de poder que se estabelecem entre eles.

Resumindo nosso entendimento, podemos considerar que o imaginário das cidades inseguras naturaliza a instauração de princípios de vigilância, disciplina e controle nos diferentes espaços urbanos, contribuindo para o processo de fragmentação socioespacial, na medida em que produz uma percepção de que cada espaço é destinado para um segmento e que cada segmento deve se apropriar apenas de seus respectivos espaços. A figuração predominante então é a de que cada segmento deve realizar suas práticas cotidianas separados espacialmente.

É produzida neste contexto a representação dos cidadãos que destoam de certos espaços, apoiada na demarcação simbólica dos limites à apropriação de cada segmento social. Um acontecimento exemplar sobre este aspecto foi o ocorrido no dia 4 de agosto de 2000, quando integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST – “invadiram” (termo utilizado pela mídia) um *shopping center* elitizado no Rio de Janeiro. Esse ato teve um caráter simbólico de contestação desses limites invisíveis impostos a cada segmento social nas cidades. O fato de um grupo de aproximadamente 100 pessoas perceptivelmente pobres adentrar o *shopping*, entrar nas lojas, experimentar roupas e comer pão com mortadela na praça de alimentação trouxe insegurança para os frequentadores habituais do *shopping* e para seus funcionários. Os pobres foram tratados com discriminação e sua presença foi encarada por muitos com indignação.

Para tentar dar corpo aos conteúdos desse confronto que se deu a partir do rompimento da fronteira – material e subjetiva – que deveria separar os segmentos sociais, recorreremos a duas fontes: a) aos depoimentos publicados em jornais da cidade do Rio de Janeiro,

retomados por Batista (2003) e b) aos depoimentos dos participantes do documentário Hiato, de Vladimir Seixas (2008).

Primeiramente apresentamos algumas falas que demonstram a força da representação de que os segmentos sociais não deveriam se misturar. O primeiro deles é de uma senhora aposentada, consumidora do *shopping*, que destaca a diferença existente entre os frequentadores e os sem-teto e a existência de um espaço próprio pra eles, onde suas manifestações deveriam ser feitas.

Aqui não é lugar de sem-teto, eles têm que fazer manifestações na zona deles. Os frequentadores do *shopping* são diferentes deles e isto causa má impressão. (In: Batista, 2003, p. 107).

As ameaças à ordem estabelecida, a insegurança advinda do contato com o Outro e o desconforto relacionado à proximidade com os cidadãos pobres comparecem nos relatos selecionados por Batista (2003, p. 108), e reproduzidos a seguir.

“É brincadeira, nem no shopping temos mais paz” disse um jovem entre amigos. “A gente tem medo do que possa acontecer, não sabemos quais os objetivos deles”, afirma uma subgerente. Outro jovem, que almoçava, sai rapidamente da mesa e diz “tudo tem seu lugar e tem seu limite, *shopping* não é local para se fazer manifestações”. Uma comerciante exclama: “Acho melhor voltar pra casa. Não sei o que pode acontecer por aqui. Tem quantas pessoas aqui mesmo? Cem? Meu Deus, vou pra casa”. Outra jovem também se assusta: “Quando vi, tomei um susto. Fiquei sem saber o que estava acontecendo. Acho que o *shopping* não é lugar apropriado para manifestação”. Uma estudante de direito, também jovem: “Acho o centro da cidade mais apropriado para esse tipo de protesto. Aqui dentro do shopping não. Tem um pessoal com o cabelo esquisito”. O industrial de meia idade se surpreende: “Para mim é uma situação nova. Mas confesso, estou meio constrangido”. Uma balconista declara: “Estou assustada. Ninguém nos disse o que está acontecendo”.

Privilegiando agora as falas dos manifestantes que estiveram presentes nesta experiência no *shopping*, trazemos alguns trechos de seus depoimentos, nos quais revelam o reconhecimento dos preconceitos e das barreiras que são cotidianamente erguidas entre eles e os setores mais abastados da sociedade, todos contidos no

documentário Hiato (2008). Nos dois primeiros depoimentos podemos perceber a criminalização com que os sem-teto foram tratados tanto pelos seguranças do *shopping* quanto pelos policiais acionados, quando sua intenção era apenas se fazerem visíveis no interior do *shopping*.

Os seguranças estavam no nosso pé direito. Depois chamaram a polícia. Parecia bandido e a gente não era bandido. Tinha mais polícia do que no morro. A polícia não estava vendo os bandidos, os bandidos nesse dia se deram bem, assaltaram o que quiseram, roubaram o que quiseram, porque eles estavam tudo no shopping, vendo moradores de rua, vendo sem-teto. Tava vendo a gente que mora na favela, visitando o *shopping*. Que coisa né? (Claudionor Magalhães, In: Hiato, 2008)

Realmente, como eu falei aqui nessa entrevista, os policias ficaram tudo cercando, os seguranças ficaram tudo em cima, pensando que a gente ia fazer alguma coisa de mais. Mas nada, a gente foi ali só pra fazer uma manifestação pacífica. Fo'mos pacificamente, saímos pacificamente. (Naira Lucia, In: Hiato, 2008).

Nos próximos dois depoimentos ressaltamos o reconhecimento da forma discriminatória com que os frequentadores do *shopping* e os funcionários agiram com os sem-teto. Naira Lucia relata o medo e o desespero de uma mulher, despertados pelo desconforto com sua simples presença.

[...] Eu me senti excluída da sociedade, me senti muito excluída, porque quando eu entrava assim, tinha uma mulher que ficou apavorada, eu lembro que eu olhei pra cara dela assim e ela se encolheu toda no canto. Ficou com medo, começou a ligar, chamar todo mundo, chamar os seguranças provavelmente. Ela ficou assim... Eu ainda cheguei perto dela e falei assim: “calma minha senhora, a gente não vai fazer nada não, a gente só veio olhar o *shopping*, olhar as coisas, ver os preços, não pode não?” e ela não conseguia falar, eu achava engraçado que ela não conseguiu falar uma palavra. Ela só ficava olhando assim, o olho dela arregalado e ela olhando assim pra gente, eu falei: “Meu Deus!” (Naira Lucia, In: Hiato, 2008).

No próximo depoimento, Claudionor chama atenção para um aspecto interessante, que tentamos ressaltar ao longo de todo este trabalho: a estigmatização que os próprios cidadãos pobres exercem sobre aqueles que estão em situações mais desfavoráveis que eles, mas que numa perspectiva mais ampla são considerados todos pobres. O

entrevistado no documentário destaca que os empregados das lojas olhavam para os sem-teto com menosprezo, reproduzindo um tipo de representação que considera ser típico dos ricos.

O patrão não mandou ele olhar com nojo. Mandou fechar a loja, não olhar pra gente com nojo. Você vê nas imagens gente com cara de nojo. Tava ali recriminando a gente. Olhava pra gente com nojo. Aquelas vendedoras ali, assalariadas, ganham por comissão, pobres, pagam aluguel, pegam ônibus. Eu duvido que elas morem em prédios de Botafogo. Moram em condomínio? Não moram, cara. O patrão dava a ordem: “baixa as portas”, o gerente dava a ordem: “baixem as portas”, mas o gerente não falava: “olha pra eles com cara feia”. Porque isso ninguém manda ninguém olhar não. Eles olham porque querem. E era isso que tava acontecendo com a gente. A gente sendo recriminado não só pelos ricos, mas pelos próprios pobres que trabalham no *shopping*. (Claudionor Magalhães, In: Hiato, 2008).

Esses depoimentos nos ajudam a perceber como as clivagens sociais vão pautando separações espaciais que contribuem para a fragmentação das cidades contemporâneas. Quando as fronteiras, físicas e simbólicas, são ultrapassadas, se instauram a insegurança, a percepção de inaptidão, a falta de jeito em lidar com a proximidade entre os segmentos que deveriam estar separados, conforme os conteúdos das representações hegemônicas querem fazer acreditar. Da mesma forma, quando cidadãos dos segmentos mais ricos adentram algum bairro pobre, também há um estranhamento. Vigora a percepção de que eles estão destoando do contexto, o que gera uma desconfiança por parte dos moradores do bairro, que acabam exercendo uma vigilância informal sobre estes estranhos, causando uma sensação de desconforto nos visitantes, como exemplificam os relatos de alguns entrevistados que circularam por alguns enclaves pobres estigmatizados: a percepção de que todos os olhos estão voltados para eles e que todos os seus passos nesses espaços estão sendo vigiados – agregando novos significados e funções aos controles de vizinhança, presentes nas cidades desde tempos pretéritos, como ressalta Prost (2009).

Outro aspecto que queremos ressaltar, relativo às práticas e representações que levam ao processo de fragmentação socioespacial, é a instrumentalidade dos discursos de criminalização e estigmatização da pobreza. Toda esta produção de imagens e discursos que colocam os diferentes segmentos sociais uns contra os outros, estabelecendo também cisões no interior destes próprios segmentos, tem finalidades subjacentes variadas e complexas, nem sempre identificáveis.

De acordo com Foucault (2011), os objetivos por trás dos controles capilarizados na sociedade estão ligados ao ato de gerir as vidas dos homens, controlar suas ações, visando sua máxima utilização, definida pelo aproveitamento de suas potencialidades e do aperfeiçoamento gradual de suas capacidades, segundo o intuito geral de manter o próprio poder. Como forma de exemplificar como o imaginário das cidades inseguras atua na criação de representações que podem ser manipuladas em favor de determinados interesses, citamos o caso da desocupação do Pinheirinho em São José dos Campos (janeiro de 2012), no qual um grupo de cidadãos pobres é desqualificado, criminalizado e desumanizado, para que seus direitos individuais possam ser desrespeitados, em nome da manutenção da ordem dominante. A produção imaginária do Outro, pobre e perigoso, fomenta o desejo de que eles sejam contidos e tornados invisíveis, não havendo muitos questionamentos acerca do que vai se fazer com eles.

Nesse sentido, segmentos inteiros e as representações acerca deles são manipulados e a insegurança é utilizada para desqualificar certos cidadãos, transformando-os em pessoas sem direitos, passíveis de serem expulsas, agredidas, coagidas – na tentativa de torná-las invisíveis.

Na ação de reintegração de posse da área conhecida como Pinheirinho, em São José dos Campos - SP, aproximadamente 6 mil pessoas foram violentamente desalojadas por policiais militares em cumprimento de decisão judicial. Dentre os diferentes aspectos que poderiam ser desdobrados a partir desta ação, queremos ressaltar as representações altamente estigmatizadoras formuladas acerca dos

moradores do Pinheirinho. Selecionamos a seguir alguns depoimentos retirados do site Vnews¹⁹, da afiliada da Rede Globo no Vale do Paraíba, na seção de comentários, em resposta a um artigo intitulado “Pinheirinho. Nem todos são bandidos”. Esta fonte não permite a identificação dos perfis das pessoas que elaboraram estes comentários, mas consideramos que o conteúdo deles pode ser ainda mais expressivo justamente pelo anonimato propiciado pela *internet*. A maioria dos comentários deixados nesta página é a favor da desapropriação, evidenciando traços importantes das noções de cidadania e democracia que pautam a sociedade brasileira.

[...] Parabéns também ao comandante e aos policiais que nos livraram desse mal que era a favela do Pinheirinho, cheia de bandidos e agora também arruaceiros, que já estão no lucro. Começaram invadindo terras alheias e terminaram com R\$500,00 mensais, que também acho um absurdo, mas dos males que seja o menor. Eles provaram ser tão bandidos, mais ainda do que eu imaginava, agora andam por aí queimando carros de trabalhadores, destruindo o patrimônio público, roubando e destruindo comércios, acho que isso deveria ser cobrado dos líderes dessa corja.

Este pessoal que está criticando a saída dos bandidos, infratores e fazedores de filhos de outros estados da área do pinheirinho, não está lendo os jornais. Não é possível alguém ser contra, depois de tantos transtornos para os trabalhadores e pessoas honestas de São José dos Campos provocados por eles. Já tinha até uma Cracolândia lá dentro!

Invadiram sabendo que era errado. Por desgoverno, o sindicato do PSTU passou a fazer daquilo politicagem, aumentou o número de pessoas e muita gente oportunista caiu dentro. A polícia não podia entrar e por isso ficou propício para uso e tráfico de drogas e outros crimes. O fato é, tinha que tirar de lá. A PM fez um excelente trabalho. [...] Não podia regularizar o local e abrir precedentes para novas invasões. Quando há a vitória da desordem, ela cria sempre militância para novos focos de desordem. Pessoas sem estudo e cultura ficam fáceis de manipular.

Naquela terra invadida por ladrões, a espécie de população são nortistas, baianos, cearenses e traficantes, além de mães desocupadas que costumam chorar pelo

¹⁹ In: <http://www.vnews.com.br/noticia.php?id=112682>, acesso em agosto de 2012.

filhinho que está na cadeia (e olha que ele não é culpado!!!!) e usam os bebês como "escudo" para a população e imprensa e infelizmente invadiram nosso querido estado.

Quem defende tanto, deve entrar em contato com as autoridades e sugerir que os coloque perto de sua casa. Só quem conviveu com os "gatos elétricos e roubo de água", com os assaltos e roubos às casas, com as prostitutas e travestis na avenida pode dizer! Muitas vezes, após trabalhar todo o dia, e ir à Anhanguera à noite, tive que voltar pelo caminho mais longo, para não passar por lá! Não importa de quem é a terra... ela tem dono!

Só eu sei o que é viver do lado desse povo há quase dez anos. Infelizmente moro ao lado... Esses anos todos vivemos trancados dentro de casa, enquanto esses vagabundos roubam, fazem boca de drogas e muito mais. Agora o prefeito ainda tem obrigação de ajudar? Auxílio aluguel de até R\$ 500,00? As pessoas que trabalham duro para pagar aluguel, e estão esperando sair a casa da fila da habitação, também deveriam ter direito de receber esse auxílio aluguel [...] Por que o nosso prefeito tem que ajudar gente que nem de São José dos Campos é? Pessoas vieram de outros estados, porque eles não pediram ajuda para o governo da sua cidade? O prefeito Eduardo Cury está sendo até bom demais.

Há muitos comentários a respeito da reintegração de posse do Pinheirinho. A polícia agiu de forma legal, cumprindo uma determinação do juiz de direito. Uma grande quantidade dos moradores se manifestou dizendo que ia reagir quando a polícia fosse cumprir o seu papel. Ora, se os manifestantes tivessem intimidado o Direito e saíssem vencedores, isto é, tomando o que precisam pela força, teríamos que rasgar a Constituição Brasileira. Essa atitude dos moradores do Pinheirinho é uma afronta à Ordem Pública. Numa sociedade que desejamos, ninguém tem o direito de invadir propriedade de ninguém, tem sim, que trabalhar e conquistar o seu espaço dentro da sociedade em que vive. O Pinheirinho é um câncer que precisava ser retirado, aquele local abrigava marginais, traficantes que num futuro próximo iam expulsar as pessoas de bem que moravam lá e ia ficar muito mais difícil para todos que moram na região sul. A polícia precisa agora manter um pelotão no Pinheirinho até derrubar todas as moradias, senão eles voltam.

A partir desse conjunto de opiniões, podemos observar o comparecimento de alguns aspectos que compõem o roteiro prévio de estigmatização utilizado na produção do imaginário das cidades inseguras, já identificados nas cidades estudadas. Em meio a

representações preconceituosas e criminalizantes, há o entendimento de que o direito à propriedade deve prevalecer sobre o direito à moradia, dignidade e respeito, por exemplo. Mais um aspecto a ser ressaltado é o incômodo relatado por alguns cidadãos com a proximidade destes Outros – pobres e criminosos – e o alívio de alguns após a retirada destes indesejáveis da área que ocupavam. Para tornar essas pessoas invisíveis, não importa se elas vão sofrer violências físicas, ou para onde elas irão, desde que elas não incomodem mais. As falas que ressaltam que os moradores do Pinheirinho vieram de outros estados e, portanto não deveriam ser apoiados pela prefeitura municipal de São José dos Campos após a desocupação também são emblemáticas.

O traço geral que pode ser apreendido a partir desses depoimentos é a profunda clivagem construída entre os moradores do Pinheirinho – excluídos, sem direitos – e os demais cidadãos – trabalhadores, gente de bem – cujos direitos devem ser resguardados. Claramente não é possível, neste contexto, estabelecer laços e ideais comuns de cidade entre estes diferentes segmentos sociais. Para que a fragmentação, tanto social quanto espacial, se realize é preciso então, que relações de poder (macro e micro) se expressem na construção de sentidos que legitimem a subjugação dos excluídos e a constituição de cotidianos urbanos marcados pela lógica de “uns contra os outros”, visto que uma cidade insegura é uma cidade dividida em suspeitos e vítimas potenciais, além de serem necessárias as barreiras que controlam a circulação dos cidadãos pela cidade.

A partir desse exemplo podemos perceber que os interesses do poder central não conseguem se efetivar sem a contribuição de ações da própria sociedade, que age na aceitação e reprodução de certos discursos que acabam por justificar atos de subjugação de certas minorias estigmatizadas – reafirmando posições de poder. A existência das clivagens socioespaciais não significa, portanto, que as ações de uns segmentos deixam de influenciar as experiências de outros, vista a capilaridade das relações de poder, entendido no sentido amplo como define Foucault (2011). As relações diretas entre os diferentes

fragmentos da cidade e seus habitantes diminuem, mas a manifestação dos macro e micro poderes que perpassam a sociedade os mantêm, de certa forma, unidos.

Concluimos assim, que a fragmentação socioespacial é um processo que é produzido e se manifesta em múltiplas dimensões – nos tecidos urbanos, com a produção de diferentes tipos de enclaves, por exemplo; nas práticas cotidianas realizadas pelos diversos segmentos sociais, cada vez mais seletivas e pontuais; nos imaginários marcados pela lógica da clivagem e do distanciamento. Considerando que a tendência à fragmentação socioespacial é anterior à generalização do imaginário das cidades inseguras, observamos que estes dois processos caminham juntos, um alimentando o outro, até que a insegurança alçou um papel impulsionador e justificador para a fragmentação – mascarando, encobrando, estigmatizando – ampliando o escopo deste processo que se fortalece e se dissemina, tornando-se um conteúdo central na urbanização contemporânea, mesmo que tenhamos diferentes níveis em sua consolidação.

IX



CONSIDERAÇÕES FINAIS



Foto IX – Araçatuba. Símbolos do PCC – Primeiro Comando da Capital pichados num muro da cidade. 2012

Foto X – Araçatuba. Entrada do loteamento fechado popular financiado pela Caixa Econômica Federal – Conde Zepelin. 2012

Fonte: Trabalho de campo

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de reflexões realizadas por meio das leituras, dos trabalhos de campo, das entrevistas e também da observação de discursos midiáticos, tanto nos meios escritos quanto nos televisivos, nos levaram ao entendimento de que atualmente a insegurança urbana expressa muitos significados, que vão além da preocupação estrita com a probabilidade de ser vítima de algum tipo de violência. A insegurança urbana é responsável por estabelecer novos modos de sociabilidade e de produção do espaço.

A violência e a insegurança urbana atingem de formas distintas os diferentes cidadãos e seus cotidianos, mas apesar desta multiplicidade, é na conjunção de suas experiências e representações que vamos encontrar as bases para a produção das tramas que compõem o imaginário das cidades inseguras, ao mesmo tempo em que vemos as influências deste imaginário na definição dos diferentes aspectos relativos à vida urbana.

Neste contexto de imbricação entre insegurança urbana e produção/apropriação das cidades contemporâneas, os cidadãos podem assumir diferentes posições, sempre intercambiáveis e cumulativas, em relação a estes temas: podem ser vítimas, efetivas ou potenciais; agressores, de fato ou a partir de estigmatizações; espectadores/consumidores; gestores... Todas estas posições em interação são perpassadas por sentidos prévios que figuram na composição do imaginário das cidades inseguras, produzido por meio da articulação de imagens, discursos e ações de diferentes agentes, que conseguem vantagens variadas a partir da manipulação e generalização da insegurança.

O imaginário das cidades inseguras – produzido com o objetivo de disseminar a percepção de que em todos os espaços urbanos, independentemente de suas dimensões, papéis e índices de ocorrências violentas, a insegurança tem aumentado progressivamente – é resultado da mediação entre representações produzidas em instâncias macro (mercado, política, mídia) com as elaboradas no nível micro (cotidianos

individuais dos cidadãos). Esta mediação é feita a partir da utilização de acontecimentos e representações que se dão em múltiplas escalas. Assim, episódios violentos ocorridos em cidades distantes e com características muito distintas podem ser utilizados como base para a construção de representações acerca da insegurança local. É este imaginário baseado na ubiquidade da insegurança em toda a rede urbana que permite que encontremos aproximações entre representações e práticas socioespaciais tanto em contextos metropolitanos quanto não-metropolitanos, embora as diferenças encontradas nestes espaços devam ser sempre consideradas.

No que se refere ao próprio âmbito das cidades, encontramos matrizes diferenciadas que dão suporte à constituição do imaginário das cidades inseguras. Podemos ressaltar, por exemplo, as percepções dos segmentos médios inseguros – as consideradas vítimas típicas –, que lidam mais com uma violência em potencial; assim como as dos segmentos pobres – identificados hegemonicamente como agressores – e que convivem mais proximamente com a violência, sem que isto signifique que sejam bandidos ou que a proximidade cotidiana com as ocorrências violentas diminua sua percepção de insegurança. No entanto, apesar de serem produzidas a partir de experiências diferenciadas, as representações acerca da insegurança urbana têm muitos traços em comum, que convergem justamente por causa dos roteiros pré-definidos condensados no imaginário das cidades inseguras.

Este imaginário é perspicaz porque agrega em seu cerne muitos conteúdos contraditórios e ambíguos, que conseguem ao mesmo tempo localizar e deslocalizar as suspeitas. Os agressores/inimigos são identificados massivamente com os segmentos pobres, mas não há garantia de que os demais contatos sociais serão seguros. Os bairros pobres são considerados hegemonicamente como perigosos enquanto a ideia de perigo é generalizada pela cidade inteira. Como decorrência deste mecanismo de localização/deslocalização, temos a estigmatização da pobreza associada à amplificação das desconfianças, que agudizam

as clivagens socioespaciais e as elevam a novos patamares, fazendo com que a insegurança esteja presente em praticamente todas as experiências urbanas.

Deste modo, frente à produção, transmissão, aceitação e reelaboração constante do imaginário das cidades inseguras são realizadas práticas socioespaciais em diferentes âmbitos, que retroalimentam estes processos. Os cidadãos recorrem ao mercado, que oferece equipamentos, serviços e espaços que prometem garantir mais segurança. Por outro lado, cobram mais truculência, mais prisões e leis mais rígidas das instituições estatais, que por meio do aparato policial e do sistema prisional são responsáveis pela gestão da insegurança, sem atacar efetivamente as raízes dos problemas que a configuram. Ao mesmo tempo vai ganhando legitimidade outra instância de gestão da insegurança: a realizada pelas organizações criminosas como o Primeiro Comando da Capital – PCC – que instituem normativas e condutas próprias, que servem para regular o “mundo do crime”, mas que são acionadas também por cidadãos que não estão necessariamente ligados a ele.

É preciso ressaltar que há uma dupla determinação entre o imaginário das cidades inseguras e as práticas socioespaciais, visto que cada uma destas dimensões é condição para a existência da outra, podendo ser separadas apenas do ponto de vista da análise. As interações constitutivas entre imaginários e práticas não devem, portanto, ser entendidas no sentido unívoco de que somente a dimensão objetiva influencia a subjetiva e vive-versa. A produção e o estabelecimento de imaginários hegemônicos podem gerar mudanças nas representações que não precisam passar pela experiência concreta, configurando uma interação no nível subjetivo-subjetivo, como por exemplo, quando o imaginário das cidades inseguras transforma as representações daqueles que nunca experimentaram efetivamente nenhum tipo de violência. Em contrapartida, podemos considerar o mesmo em relação às práticas, posto que a instauração de umas pode influenciar no estabelecimento de outras, sem que tenha havido uma

mudança nas representações acerca do objeto desta prática. Concluimos assim, que buscar uma compreensão mais abrangente acerca dos processos concernentes à urbanização requer a ponderação das complexas imbricações entre os aspectos objetivos e subjetivos que lhe perpassam.

Mecanismos materiais e simbólicos interagem, por exemplo, na produção das barreiras que visam garantir a separação e a evitação, processos considerados como cada vez mais necessários nas cidades contemporâneas e que contribuem para o processo de fragmentação socioespacial que se configura em diferentes esferas.

Uma cidade fragmentada é caracterizada por formas particulares de se lidar com as diferenças e desigualdades, que são rechaçadas sob a justificativa da insegurança. Perpetuam-se assim assimetrias socioespaciais por meio da estigmatização da pobreza, que além de indesejável e incômoda, figura como ameaçadora – por meio da reativação e ressignificação da representação histórica das classes perigosas.

Nas cidades contemporâneas, os segmentos pobres não possuem condições financeiras de exercer os controles situacionais progressivamente exigidos dos cidadãos, além de experimentar relações conflituosas com a polícia e da necessidade frequente de ter que equilibrar seus cotidianos frente às normativas do crime. É imprescindível assim, reconhecer que eles são realmente as principais vítimas do imaginário das cidades inseguras, visto que são ao mesmo tempo estigmatizados como perigosos e dispõem de poucos meios para buscar, mesmo que subjetivamente, sua segurança. Frente a esta situação, são obrigados a seguir suas vidas do jeito que podem, afinal, a insegurança é só mais um dos problemas com que têm que lidar cotidianamente.

Esses Outros pobres e perigosos – estigmatizados também pelos pobres que se consideram diferentes, “gente de bem” – são indesejados como consumidores dos mesmos espaços que os segmentos mais ricos e sofrem diferentes coações e humilhações quando se atrevem a transpor

as fronteiras – materiais e imaginárias – erguidas para separar e impedir os contatos pautados na alteridade, por exemplo, nos enclaves socioespaciais elitizados como os *shopping centers*. Por sua vez, os segmentos mais ricos não desejam adentrar os enclaves estigmatizados dos pobres, tidos como altamente inseguros. Devemos atentar assim, para os limites, explícitos e implícitos, envolvidos na apropriação dos diferentes espaços urbanos pelos distintos segmentos sociais. A tendência para uma apropriação cada vez mais pontual e seletiva da cidade vai diminuindo as capacidades e o interesse em lidar com as diferenças, o que amplia o estranhamento quando estes encontros acontecem, permitindo que a insegurança se instaure. Estes aspectos afastam as possibilidades de construção de uma cidade comum, o que fortalece a fragmentação socioespacial, deixando vislumbrar um horizonte duradouro para este processo.

As possibilidades de mudança encontram-se, portanto, numa revalorização das diferenças, que precisam ser reconhecidas e respeitadas. Esta revalorização deve ser acompanhada da diminuição das desigualdades sociais – elemento central na constituição da diferenciação socioespacial nas cidades contemporâneas – para que outros tipos de diferenças possam emergir. Enquanto os abismos socioeconômicos existirem, o rechaçamento das diferenças tende a ser perpetuado, de modo a impedir as coexistências e as trocas, reafirmando a necessidade da busca por espaços da homogeneidade.

Para a produção de cidades mais justas socioespacialmente devemos então, construir um entendimento da “outridade” em novos termos, considerando que as cidades são compostas por uma multiplicidade de estórias em devir, que precisam ser respeitadas, a partir da generalização de condições equitativas de vida. É preciso também, que explicitemos os encobrimentos que o imaginário das cidades inseguras produz, ao estimular o evitamento e as clivagens socioespaciais como as formas ideais para fazer frente à insegurança. Este imaginário, que é superlativo na medida em que as imagens e discursos que lhe compõem dão conta de um panorama frequentemente

pior do que o verificado empiricamente, sustenta novos processos que reestruturam os espaços urbanos a partir das velhas bases da estigmatização e subjugação da pobreza. Esta agregação de novos conteúdos e significados às práticas já antigas de discriminação e desamparo dos segmentos pobres é reveladora do peso histórico das amarras que temos que enfrentar para a superação das cisões socioespaciais tão prejudiciais às nossas cidades. Mas apesar das dificuldades, o momento atual nos cobra posicionamentos e ações em direção à mudança, que não podem ser ignorados. Esperamos ter contribuído, pelo menos minimamente, para a repolitização do debate acerca dos imaginários e práticas contemporâneos, a partir da conexão entre os temas da violência/insegurança e os estudos urbanos, comumente desconectados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. Exclusão socioeconômica e violência urbana. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 4, n.8, p.84–135, 2002.

_____. Palestra proferida durante o Simpósio “As interfaces da violência”, na UNIFESP, em 5 de agosto de 2005.

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Violência, Crime, Insegurança: Há saídas possíveis? In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A.M.Q.; NEGREIROS, R.M.C. (orgs.). *Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: UNICAMP, 20002. p. 303-333.

ALVEZ-MAZZOTTI, Alda Judith. Representações sociais: aspectos teóricos e aplicações à educação. *Revista Múltiplas Leituras*. v. 1, n. 1, p. 18-43, jan - jun de 2008.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARAJAS, Luís Felipe Cabrales, ZAMORA, Elia Canosa. Nuevas formas y viejos valores: urbanizaciones cerradas de lujo en Guadalajara. In: BARAJAS, Luís Felipe Cabrales (coord.). *Latinoamérica: países abiertos, ciudades cerradas*. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, UNESCO, 2002.

BATELLA, Wagner. *Análise espacial dos condicionantes da criminalidade violenta no estado de Minas Gerais – 2005: contribuições da Geografia do crime*. Belo Horizonte, 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro*. Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUDRILLARD, Jean. *A Troca Simbólica e a Morte*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *La sociedad de consumo. Sus mitos, sus estructuras*. Madrid: Siglo XXI, 2009.

_____. *Tela Total. Mito-ironias do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. *Europa: uma aventura inacabada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. *Tempos Líquidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

- _____. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- _____. *A sociedade individualizada*. Vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- _____. *A ética é possível num mundo de consumidores?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.
- BECK, Ulrich. *A sociedade do risco*. Barcelona: Ediciones Paidós, 2008.
- BILLARD, G.; CHEVALIER, T.; MADORÉ, F. *Ville fermée, ville surveillée*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.
- BIONDI, Karina. Relações Políticas e termos criminosos : o PCC e uma teoria do irmão-rede. *Revista Teoria e Sociedade*, n. 15, p. 206-235. jul-dez de 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa: Diefel, 1989.
- _____. *Razões Práticas*. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- _____. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BORJA, Jordi. *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial, 2005.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros – Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34-Edusp, 2000.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.
- CANO, Ignácio e SANTOS, N. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro: 7letras, 2001.
- CAPRON, Guénola. *Quand La ville se ferme*. França: Breal, 2006.
- CARLI, Eden Correa. *Insegurança urbana e produção da cidade: mudanças desencadeadas pela presença de novos presídios no Oeste Paulista*. Presidente Prudente, 2007. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Diferenciação socioespacial. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, jan./dez., 2007.

CARRIÓN, F. NÚÑEZ-VEGA, J. La inseguridad en la ciudad: hacia una comprensión de la producción social del miedo. *Eure Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*. XXXII (97), p.5-16, 2006.

CARRIÓN, Fernando. Violencia urbana: um assunto de ciudad. In: *EURE – Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales*. Chile. v. XXXIV, n. 103, p. 5-26, dez 2008.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, Marilena. Ética e violência. *Teoria e Debate*. São Paulo, 1998. p. 32-41.

COELHO, E. C. A criminalidade urbana violenta. *Dados*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: IUPERJ, 31 (2), p.145-183, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2005.

_____. Diferenciação socioespacial, escalas e práticas espaciais. *Cidades: Revista Científica/Grupos de Estudos Urbanos*. Presidente Prudente. v. 4, n.6, 61-72, jan/dez 2007.

CUBAS, Viviane de Oliveira. *Segurança Privada: a expansão dos serviços de proteção e vigilância em São Paulo*. São Paulo: Humanitas e Fapesp, 2005.

CURBET, Jaume. La producción de inseguridad en la sociedad global. *Revista Instituciones y Desarrollo*. Barcelona, n. 16, p. 49-70, 2004.

_____. *Conflictos globales. Violências locais*. Quito: Flacso Equador, 2007.

DAVIS, Mike. *Cidade de quartzo*. São Paulo: Boitempo, 2009.

DEMATTEIS, Giuseppe. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. In: *Monclús, F.J. (ed.), La ciudad dispersa. Suburbanización y nuevas periferias*, CCCB, Barcelona, 1998.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no ocidente - 1300-1800. Uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

DIAS, Camila Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo – USP.

DURANT, Gilbert. *O imaginário: ensaio acerca das ciências da filosofia da imagem*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Vol I: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENDO, Paulo. *A violência no coração da cidade*. São Paulo: Escuta, 2006.

FELTRAN, Gabriel. Trabalhadores e bandidos: categorias de nomeação, significados políticos. *Temáticas* (Unicamp). Campinas, ano 15, p. 11-50, 2008.

_____. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*. Salvador, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan-abr. 2010a.

_____. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. *Revista de Antropologia da USP*. São Paulo, v. 53 (2), julho-dezembro 2010b.

_____. *Fronteiras de tensão*. Política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora UNESP, CEM, Cebrap, 2011a.

_____. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio. MARQUES, Eduardo (orgs.). *São Paulo: Novos percursos e atores*. Sociedade, cultura e política. São Paulo: Ed. 34, CEM, 2011b.

_____. Governo que produz crime, crime que produz governo: políticas estatais e políticas criminais na gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo, v. 6, n. 2, ago-set 2012.

FERREIRA, João Sette Whitaker. *Produzir casas ou construir cidades? Desafios para um novo Brasil Urbano*. São Paulo: FUPAM, 2012.

FIX, Mariana. ARANTES, Pedro Fiori. Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa Minha Vida. *Correio da Cidadania*. Disponível em www.correiodacidadania.com.br. Acesso em outubro de 2012.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

GARLAND, David. As contradições da “sociedade punitiva”: o caso britânico. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. n. 13, p. 59-80, nov. 1999.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GLASNER, Barry. *Cultura do medo*. Porque tememos cada vez mais o que deveríamos temer cada vez menos. São Paulo: Francis, 2003.

GÓES, Eda; ANDRÉ, Luis André. Violência e fragmentação: dimensões complementares da realidade paulistana. *Revista Terra Livre*, nº 2, p. 49-68, 2006.

_____. Transição política e cotidiano penitenciário. *Revista História*. São Paulo. n. 23 p. 219-238, 2004.

_____. A presença e a ausência da população penitenciária em pequenas e médias cidades do interior paulista: dilemas de uma história recente. *Projeto História*. São Paulo, n. 38, p. 183-204, jun de 2009.

_____. Representações da cidade insegura no Brasil e em Portugal. Mesa redonda “Cidade e território: processos de urbanização e prática socioespaciais”. *Seminário Internacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento – Geóide – Geografia, investigação para o desenvolvimento*. Presidente Prudente, 5 de agosto de 2010.

GOFFMAN, Irving. *Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1981.

GOMES, Paulo César da Costa. *A condição urbana*. Ensaios de Geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *As classes perigosas: banditismo rural e urbano*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GUIRRIEC, Patrick Le. Segregação e mixité socioespacial: conceitos e realidades na França. *Vivência*. UFRN/CCHLA. Natal. n.34 , p. 29-37, 2008.

HAESBAERT, Rogério. E Foucault continua provocando os geógrafos... Resenha – FOUCAULT, Michel. Segurança, Território, População. São Paulo: Martins Fontes, 2008. *GEOgraphia*, vol.10, n. 19, 2008.

_____. Território, insegurança e risco em tempos de contenção social. In: PÓVOA NETO, H. FERREIRA, A. VAINER, C. SANTO, M. (orgs.) *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro, GARAMOND, 2010. p. 537-557.

HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004a.

_____. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004b.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HIERNAUX, Daniel. Los imaginários urbanos: de la teoría y los aterrizajes en los estudios urbanos. *EURE– Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales*, Chile. v. XXXIII, n. 99, p. 17-30, ago. de 2007.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAMENSON, Fredric. *A virada cultural: reflexões sobre o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JANOSCHKA, Michael. GLASZE, Georg. Urbanizaciones cerradas: um modelo analítico. *Revista Ciudades*. n. 59, RNIU, Puebla, México, 2003.

JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.

KAHN, Tulio. *Pesquisa de vitimização 2002 e avaliação dos PIAPS*. São Paulo: ILANUD, 2002.

KESSLER, Gabriel. *El sentimiento de inseguridad: sociología del temor al delito*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.

KOWARICK, Lúcio. *Viver em risco. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil*. São Paulo: Ed. 34, 2009.

LACARRIEU, Monica. La “insoportable levedade” de lo urbano. *EURE– Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales*. Chile. v. XXXIII, n. 99, p. 31-46, ago. de 2007.

LEFEBVRE, Henri. *La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones*. México: Fondo de cultura econômica, 1983.

_____. *The Production of Space*. Oxford: Blackwell Publishing, 1991a.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991b.

_____. *O direito à cidade*. São Paulo: Documentos, 2004.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LIMA, Renato Sérgio de. *Contando crimes e criminosos em São Paulo: uma sociologia das estatísticas produzidas e utilizadas entre 1871 e 2000*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, USP.

LINDÓN, Alicia. Los imaginários urbanos y el constructivismo geográfico: los hologramas espaciales. *EURE– Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales*. Chile. v. XXXIII, n. 99, p. 31-46, ago. de 2007.

_____. Diálogo com Néstor García Canclini ¿ Qué son los imaginários y cómo actúan en la ciudad? Entrevista realizada em 23 de fevereiro de 2007. *EURE– Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales*. Chile. v. XXXIII, n. 99, p. 89-99, ago. 2007.

LINERA, Álvaro Garcia. *La construcción del Estado*. Conferência proferida na Facultad de Derecho de la Universidad de Buenos Aires, 8 de abril de 2010.

LOPES, Cleber da Silva. Como se vigia os vigilantes: o controle da Polícia Federal sobre a segurança privada. *Rev. Sociologia Política*. Curitiba, v. 19, n. 40, p. 99-121, out. de 2011.

_____. *I Estudo Sesvesp sobre o segmento prestador de serviços de segurança Privada*. São Paulo: SESVESP, 2012.

LUMMIS, C. Douglas. Igualdade. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 1999.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 3, 1995.

_____. Criminalidade Violenta: por uma nova perspectiva de análise. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n.13, 1999.

_____. (org.). *Vida sob cerco. Violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2008.

MAGRINI, Maria Angélica de Oliveira. Violência e insegurança em cidades médias brasileiras: estatísticas e representações. In: PASSOS, Messias Modesto dos. CUNHA, Lúcio. JACINTO, Rui. *As novas Geografias dos Países de Língua Portuguesa. Paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal (II)*. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 391-434.

MARX, Karl. *Uma contribuição para a crítica da economia política*. 1859. Fonte: The Marxists Internet Archive. Acesso em agosto de 2012.

MELGAÇO, Lucas. *Securização Urbana*. Da psicofera do medo à tecnosfera da segurança. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo – USP.

MÉNDEZ, Eloy. CHUMILLAS, Isabel. Comunidades cercadas en la frontera México-EEUU. *Scripta Nova* – Universidade de Barcelona. Vol. VIII, núm. 171, agosto de 2004.

MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.

MISSE, Michel. "Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas", in: Gonçalves, M.A. e Villas Boas, G. (orgs.) *O Brasil na Virada do Século*. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1995.

_____. *Da violência de nossos dias*. In: Diálogo entre as civilizações, Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil – Unic Rio, 2001 – disponível em www.unicrio.org.br/Textos/dialogo/michel_misse.htm, acesso em 10/09/2008.

_____. *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

MORAES, Regis. *O que é violência urbana*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOSCOVICI, Serge. Introduction: le domaine de la psychologie sociale. In: MOSCOVICI, Serge. *Psychologie sociale*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.

_____. Prefácio. In: GUARESCHI, Pedrinho. JOVCHELOVICH, Sandra. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOURA, Rosa. Um ensaio sobre o controle da cidade e do cidadão contemporâneo. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 3, n. 5, p. 37-66, jan./jun., 2006.

MUMFORD, L. *A Cidade na História*. 4º. Ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia (org.). *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e a hegemonia global*. Petrópolis: Vozes, 1999.

OLIVEIRA, Maria Angélica de. *Espaços de simulação: aspectos materiais e simbólicos na produção e apropriação dos loteamentos fechados ribeirinhos em Buritama, Zacarias e Penápolis –SP*. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crimes e criminosos em Belo Horizonte: uma exploração inicial das estatísticas oficiais de criminalidade. In: BOSCHI, Renato Raul (org.). *Violência e cidade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PEDRAZZINI, Yves. *A violência das cidades*. Petrópolis: Vozes, 2006.

PNUD. *Relatório de Desenvolvimento Humano – A verdadeira riqueza das nações: vias para o Desenvolvimento Humano*. 2010.

POULANTZAS, Nikos. *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

_____. *Estado, poder y socialismo*. México: Siglo XXI, 1991.

PROST, Antoine. VINCENT, Gérard (orgs.). *História da vida privada*, 5: Da Primeira Guerra a nossos dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ROBERT. Philippe. *O cidadão, o crime e o Estado*. Porto: Notícias, 2002.

_____. *Seguridad objetiva y seguridad subjetiva*. In: RCSP, n. 16, 2006.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. *Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 73-88, jan./dez., 2007.

ROITMAN, Sônia. *Barrios cerrados y segregación social urbana*. Scripta Nova – Universidad de Barcelona. vol.VII, n. 146(118). 2003

ROUQUETTE, M. Representações e práticas sociais. Alguns elementos teóricos. In: MOREIRA, A.S.P.; OLIVEIRA, D. C. (orgs.). *Estudos Interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB Editora, 1998.

SABATINI, Francisco. BRAIN, Isabel. La segregación, los guetos y la integración social urbana: mitos y claves. In: *EURE – Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales*. Chile. v. XXXIV, n. 103, dez 2008. p. 5-26.

SALGUEIRO, Teresa Barata. *Lisboa, metrópole policêntrica e fragmentada*. Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, XXXII, 63, 1997, p. 179 – 190.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.

SARAVI, Gonzalo. Mundos aislados: segregación urbana y desigualdad em la ciudad de México. In: *EURE – Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos e Regionales*. Chile. v. XXXIV, n. 103, dez 2008. p. 93-110.

SARLO, Beatriz. *La ciudad vista: mercancías y cultura urbana*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

SCHAPIRA, Marie France Prévôt. Segregación, fragmentación, cesión. Hacia una nueva Geografía social en la aglomeración de Buenos Aires. *Economía, Sociedad Y Territorio*. México. v. II, n.7, enero-junho 2000. p. 405-431.

_____. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. *Perfiles Latinoamericanos*. México. n. 19, diciembre 2001. p. 33-56.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das letras, 1988.

SHIMBO, Lucia. Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. São Carlos, 2010. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade de São Paulo.

SILVA, Armando. *Imagínarios Urbanos*. Bogotá: Arango Editores, 2006.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. *Notícias da violência urbana: um estudo antropológico*. Niterói: Editora da UFF, 2010.

SOBARZO, Oscar. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Urbanizaciones cerradas: reflexiones y desafíos. *Ciudades* (Puebla), Cidade do México, v. 59, p. 37-43, 2003.

SOBARZO, Oscar. *Os espaços da sociabilidade segmentada: a produção do espaço público em Presidente Prudente*. Presidente Prudente, 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

_____. A produção do espaço público em Presidente Prudente: reflexões na perspectiva dos loteamentos fechados. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar. *Cidades Médias*. Produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SODRÉ, Muniz. Violência, mídia e política. In: FEGALHI, Jandira. MENDES, Cândido. LENG RUBER, Julita. MISSE, Michel. *Reflexões sobre a violência urbana: (in)segurança e (des)esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

SOJA, Edward. *Geografias Pós-modernas*. A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *Postmetrópolis*. Estudios críticos sobre las ciudades y las regiones. Madrid: Traficantes de Sueños, 2000.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a âgora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Da “diferenciação de áreas” à “diferenciação socioespacial”: a “visão apenas de sobrevôo” como uma tradição epistemológica e metodológica limitante. *Cidades: Revista Científica/Grupos de Estudos Urbanos*. Presidente Prudente. v. 4, n.6, jan/dez 2007. p. 101-114.

_____. *Fobópole: medo generalizado e militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2008.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Reflexões sobre a natureza da segregação espacial nas cidades contemporâneas. *Revista de Geografia*, Dourados, n. 4, set./dez, 1996.

_____. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Presidente Prudente, 2004. Tese (Livre docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. In: SPOSITO, Eliseu; SPOSITO, Maria Encarnação; SOBARZO, Oscar. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 175-196.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. *Cidades*, Presidente Prudente, v3, n. 5, p. 143-156, jan./jun. de 2006.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.

_____. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani. SOUZA, Marcelo Lopes de Souza. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão Sposito. (org.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. P. 123-145.

SVAMPA, Maristella. *Los que ganaron*. La vida em los countries y barrios privados. Buenos Aires: Biblos, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. *Cidades*, Presidente Prudente. v.1, n. 2, p. 259-274, jul/dez 2004.

VASCONCELOS, Ruth. *O poder e a cultura de violência em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2005.

VEBLÉN, T. *Teoria da Classe ociosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

TOURAINE, Alain. *Un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2005.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VELTZ, PIERRE. Tempos da economia, tempos da cidade: as dinâmicas. In: ACSELRAD, Henrique. *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WACQUANT, Loic. *Punir os pobres*. A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

_____. *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada. *Sociologia- Revista do Departamento de Sociologia da Faculdade do Porto*. n. 16, p. 27-39, 2006.

_____. A tempestade global de lei e ordem: sobre punição e neoliberalismo. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, v. 20, n. 41, p. 7-20, fev. 2012.

WASEFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência 2010*. Anatomia dos homicídios no Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2010.

_____. *Mapa da violência 2011*. Os jovens do Brasil. São Paulo: Instituto Sangari, 2011.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. *Tempo Social – Rev. Sociologia USP*, São Paulo, n.9, p. 5-41, maio de 1997.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta*. As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2004.

ZANETIC, André. Segurança Privada: características do setor e impacto sobre o policiamento. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. Ano 3, edição 4, mar/abr de 2009.

ZIZEK, Slavoy. *Violência*. Seis notas à margem. Lisboa: Relógio D'água, 2008.

ANEXO

Roteiro de entrevistas

A – Perfil

A.1. Idade;

A.2. Profissão;

A.3. Número de componentes da família, idades e profissões respectivas;

A.4. Há quanto tempo moram nesse bairro?

A.6. Em que bairro morava antes – apartamento ou casa?

A.6.1. Qual foi o motivo da mudança?

A.7. O imóvel em que moram agora é próprio ou alugado? E o anterior?

A.8. Qual a renda média mensal da família?

B – Percepção de Insegurança

B.1. Qual a situação da sua cidade em relação à violência e à insegurança?

B.2. (caso tenha constatado um aumento da violência) A que você atribui esse aumento da violência na cidade?

B.2.1. Algumas pessoas citaram os cortadores de cana que trabalham nas usinas da região como responsáveis pela violência. O que você acha disso?

B.2.2. Você acha que a presença dos presídios na região contribui para o aumento da violência?

B.3. E aqui no seu bairro, como é a situação? Você considera que ele é um bairro violento?

B.3.1. Você sabe de alguém que já sofreu algum tipo de violência aqui?

B.4. Quais são os principais pontos positivos do bairro? Quais são os pontos negativos?

- B.4.1. (caso não tenha sido mencionado) Você já ouviu falar sobre tráfico de drogas aqui no bairro?
- B.5. Você gosta de morar aqui? Por quê?
- B.5.1. Se você pudesse escolher outro bairro da cidade, se mudaria?
- B.5.2. Pra qual bairro?
- B.6. Quais os bairros (áreas) da cidade que você considera como mais violentos?
- B.6.1. Por quê?
- B.7. E os mais seguros?
- B.7.2. Por quê?
- B.8. Entre Araçatuba e Birigui, qual das duas você acha mais violenta?
- B.8.1. Por quê?
- B.9. Você ou alguém próximo já foi vítima de violência?
- B.9.1. Qual? (explorar a descrição)
- B. 10. (caso não tenha sido ou não conheça ninguém que tenha sido vítima) Como você conclui, então, que a violência aumentou?
- B.11. Você se sente inseguro em casa?
- B. 10.1. E nos espaços públicos, como ruas, praças... da cidades?
- B.11. O que mais o preocupa, de que mais tem medo? (assaltos, assassinato)
- B.12. O que você acha que leva as pessoas a praticarem crimes?
- B.13. Acha que há relação entre pobreza e violência? Comente. (caso não tenha explorado a questão antes)

C – Estratégias socioespaciais em busca de segurança

- C.1. Essa violência influencia em seu cotidiano? Como?
- C.2. Quais as estratégias para buscar segurança você adota na sua casa? (Equipamentos: muro alto, cerca elétrica, cadeados ... e condutas: trancar as portas e janelas, não atender ninguém a noite ...)
- C.3. E quando você sai de casa, toma algum cuidado? Dê exemplos.

- C.3.1. Evita ir a algum lugar da cidade? Por quê?
- C.4. Em relação a seus filhos, tem cuidados específicos? Dá algum tipo de orientação especial pra eles?
- C.4.1. Você acha que eles se sentem inseguros?
- C.5. Se você tivesse mais recursos financeiros para utilizar em segurança, o que você faria?
- C.6. Qual sua opinião sobre a colocação de câmeras de vigilância nos espaços públicos, como praças, áreas de lazer...?
- C.7. O que você acha das pessoas que optaram por morar em loteamentos e condomínios fechados? (Gostaria de morar em um?)
- C.8. O que você acha que mudaria na sua vida se morasse em um condomínio fechado?
- C.9. Você conhece seus vizinhos? Como é seu relacionamento com eles?
- C.9.1. Você se identifica com as pessoas do bairro?
- C.10. Você tem mais amigos no bairro onde mora ou em outros bairros?
- C.11. Sem ser pra trabalhar, quantas vezes por semana você realiza atividades em outros bairros?

D – Cotidiano e cidade

- D.1. Descreva a rotina de sua família, começando pela manhã...;
- D.2. Em que lugar você costuma realizar as seguintes atividades:
- a) compras de supermercado, açougue, padaria...
 - b) serviços bancários,
 - c) compra de roupas, sapatos,
- D.3. (caso não tenha sido mencionado nas respostas anteriores) Você costuma ir ao centro da cidade?
- D.3.1. Com que frequência? Pra realizar quais atividades?
- D.3.2. Você costuma ir ao shopping center? Pra realizar quais atividades?
- D.4. Em que bairro você trabalha? Ele é um bairro seguro?

D.5. Seus deslocamentos pela cidade são feitos como? De carro, ônibus, a pé ..., para que atividades?

D.6. Como são as atividades de lazer de sua família? O que vocês costumam fazer, onde e quando?

D.7. (caso não tenha mencionado na resposta anterior) Frequentam espaços públicos para o lazer?

D.7.1. Quais e com que frequência?

D.8. (caso a resposta tenha sido negativa) Por que evitam esses espaços?

D.9. Quando criança, você brincava na rua? E seus filhos, atualmente brincam ou brincaram na rua?

D.10. Costuma assistir TV?

D.10.1. E sua família? Quantas horas por dia?

D.10.12. O que costumam assistir?

D.11. O que acha da violência presente em jornais, filmes e outros programas de TV?

E – Soluções e papel do Estado

E.1. O que você acha que poderia ser feito para diminuir a violência?

E.2. Você acha que se aumentasse o número de policiais nas ruas diminuiria a violência?

E.3. Como você avalia a atuação da polícia em sua cidade? Você confia no trabalho dela?

E.4. E no seu bairro?

E.5. Você ou alguém próximo já precisou recorrer ao serviço da polícia?

E.6. Como foi esse atendimento?

E.7. Você ou alguém que você conhece já teve algum problema com a abordagem policial, por exemplo, abuso de poder?

F. Gostaria de acrescentar alguma coisa ou fazer algum comentário final?